VOLUME 71

MARIA ELIZABETH BARROS DE BARROS
(org.)

Fios de afeto... Corpos em políticas de amizade

EDUFES

Esta obra foi selecionada para integrar a “Coleção Pesquisa Ufes”, a partir de Chamada Pública feita pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) aos programas de pós-graduação da universidade.

A seleção teve por base pareceres que consideraram critérios de inovação, relevância e impacto.

O financiamento da Coleção foi viabilizado por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de recursos do Tesouro Nacional.

Universidade Federal
do Espírito Santo

Reitor
Paulo Sergio de Paula Vargas

Vice-reitor
Roney Pignaton da Silva

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Valdemar Lacerda Júnior

Chefe de Gabinete
Aureo Banhos dos Santos

EDUFES
EDITORA

Editora Universitária – Edufes

Filiada à Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852
edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Diretor da Edufes
Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial
Ananias Francisco Dias Junior, Eliana Zandonade, Eneida Maria Souza Mendonça, Fabrícia Benda de Oliveira, Fátima Maria Silva, Gleice Pereira, Graziela Baptista Vidaurre, José André Lourenço, Marcelo Eduardo Vieira Segatto, Margarete Sacht Góes, Rogério Borges de Oliveira, Rosana Suemi Tokumaru, Sandra Soares Della Fonte

Secretaria do Conselho Editorial
Douglas Salomão

Administrativo
Josias Bravim, Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos
Fernanda Scopel, George Vianna,
Jussara Rodrigues, Roberta Estefânia Soares

Seção de Design
Ana Elisa Poubel, Juliana Braga,
Samira Bolonha Gomes, Willi Piske Jr.

Seção de Livraria e Comercialização
Adriani Raimondi, Ana Paula de Souza Rubim,
Dominique Piazzarollo, Marcos de Alarcão,
Maria Augusta Postinghel

Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/.

Diretor da Graúna Digital
Thiago Moulin

Supervisão
Laura Bombonato

Seção de edição e revisão de textos
Carla Mello | Natália Mendes | José Ramos
Manuella Marquetti | Stephanie Lima

Seção de design
Carla Mello | Bruno Ferreira Nascimento

Projeto gráfico
Edufes

Diagramação e capa
Bruno Ferreira Nascimento

Revisão de texto

Fotografia da capa por
Eben Kassaye em
https://unsplash.com/.

Esta obra foi composta com
a família tipográfica Crimson Text.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

F517 Fios de afeto – Corpos em políticas de amizade [recurso eletrônico] / Maria Elizabeth Barros de Barros (organizadora). - Dados eletrônicos. - Vitória, ES : EDUFES, 2023.
683 p. ; 21 cm. - (Coleção Pesquisa Ufes ; 71)

Inclui bibliografia.
ISBN:978-85-7772-543-4
Modo de acesso: https://repositorio.ufes.br/handle/10/774

1. Psicologia. 2. Saúde. 3. Educação. I. Barros, Maria Elizabeth Barros de. II. Série.

CDU: 159.9

Elaborado por Ana Paula de Souza Rubim – CRB-6 ES-000998/O

MARIA ELIZABETH BARROS DE BARROS
(org.)

Fios de afeto... Corpos em políticas de amizade

EDUFES
Vitória, 2023

À Maria Lierte Gurtler,
por ter aceitado se jogar comigo nesta aventura.
À Denise Coelho, que, de forma cuidadosa e afetiva,
viabilizou a composição deste livro.
À Ana Paula Lousada, que deu nascimento a esta ideia.

Aos meus filhos, Flavia, Fernando e Renata, e netos, João, Maria Luisa, Maria Eduarda e Rafael, artífices da minha vida

Ao Renato, por tantos anos de parceria.

HÁ AQUELES QUE DIZEM QUE TUDO TEM UMA HISTÓRIA POR TRÁS. Outros dizem apenas que tudo é uma história. A história deste livro confunde-se belamente com a história de Beth Barros, organizadora e coautora destes Fios de Afeto... Corpos em Políticas de Amizade. Com 43 anos dedicados ao ensino, pesquisa e extensão na universidade pública, Beth se mostra, sobretudo, tecelã. Como ninguém, Beth transforma o cotidiano das relações em convite ao engajamento, ao encontro que potencializa em cada um o melhor de si. Para ela, o que vem primeiro é essa aposta no que está entre, esse plano comum onde afetos-forças forjam os caminhos. Beth tece caminhos com os fios extraídos desse plano afetivo. Esse é seu jeito de fazer história, uma história marcada pelo compromisso com o acolher para dar passagem ao que afirma vidas em expansão. Como em Nietzsche, em sua "Segunda consideração intempestiva", Beth se interessa em saber como a história serve à vida.

Intempestiva. E assim sempre foi. Trabalhando com seus alunos, orientandos, trabalhadores da educação, da saúde, Beth-tecelã mistura materiais teórico-técnicos com a vida na polis. Faz a ciência virar arte e a arte tornar-se mundana, política. E assim sempre o fez, imprimindo uma energia sem-fim, um abraço sem-fim, um sorriso pleno. Talvez, Leminski tenha, sem o saber, inspirado-se nessa tecelã, quando escreveu "Por um lindésimo de segundo" — "tudo em mim/ anda a mil/ tudo assim/ tudo por um fio/ tudo feito/ tudo estivesse no cio/ tudo pisando macio/ tudo psiu/tudo em minha volta/ anda às tontas/ como se as coisas/ fossem todas/ afinal de contas".

E, afinal de contas, fios de afeto tecem corpos em políticas de amizade. A tecelagem implica criação, ousadia e generosidade. Implica o entrelaçamento de fios de texturas, cores e materiais diversos.

Beth-tecelã convida seus muitos parceiros de escrita, parceiros de militância, parceiros de luta por vidas dignas para uma reunião, na qual cada um de nós, com ela e com todos os outros, traz seus escritos, suas ferramentas teórico-técnico-políticas, seus fios de afeto, para mais uma composição coletiva. Das práticas de formação em educação e em saúde, da análise dos processos de trabalho ao engajamento e produção de políticas públicas em saúde, da pesquisa-intervenção e dispositivos participativos em educação, Beth interroga os instituídos de diversos campos de saber-poder. Ela traz a indissociabilidade na qual se acreditava a separabilidade das práticas, ela traz a composição dos heterogêneos, em que se acreditava a monótona homogeneidade dos saberes, ela traz a criação desobediente que reúne clínica, trabalho, educação.

Fios de afeto, corpos em políticas de amizade é um presente. E aqui, Beth mais uma vez, inverte a história. Ao invés de nós a homenagearmos por seus anos de trabalho e militância, é ela quem nos presenteia. A coletânea de textos cuidadosamente escolhidos é de tirar o fôlego. Em cada texto, um convite para explorar inusitados. Em cada texto, um convite ao pensar-agir para além do já pensado. Em cada texto, fios de afeto compondo corpos em políticas de amizade.

Amizade. Não poderia finalizar esta curta escrita sem dizer que, nesta teia de parcerias com Beth, eu, talvez, seja a que mais tempo tenha desfrutado de sua generosidade-amizade. Há precisamente 50 anos atrás, iniciávamos nosso curso de Psicologia. Desde então, exploramos juntas caminhos que sempre nos aproximaram mais e mais. Que presente tê-la por perto todos estes anos.

Puxem seus fios, deixem-se afetar. Desfrutem a leitura.

Regina Benevides de Barros
Agosto 2021

Prefácio: entre desvios e criações de possíveis em uma vida docente

Ana Lucia C. Heckert[1]

Este livro é um testemunho encarnado da fabricação de políticas da amizade na universidade pública brasileira. Nossa tecelã que organiza esta obra, Beth Barros, é daquelas mulheres que criam possíveis, fiando muitas auroras que nos espreitam. Beth, em seu trabalho como docente, se inquietou-se sempre com os apaziguamentos, insistiu ininterruptamente que é fundamental colocar em análise o que se

1 Professora titular aposentada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Ufes. Doutora em Educação.

mostra como necessário e natural. Nessa arte de fazer composições, a organizadora e coautora deste livro se alimenta e se fortalece no encontro com histórias diversas. Uma curiosidade que sempre a fez espreitar o que se passava em outras paragens para, com isso, comprometer os horizontes e chacoalhar os territórios já conhecidos.

Múltiplos pontos são tecidos com/nos fios de afeto deste trabalho-vida e que buscam criar possíveis que desmontem hieraquizações divisões, polarizações, proliferando a alegria dos encontros, a aposta em vidas potentes, autônomas e libertárias. O título desta obra nos traz uma indicação ética-estética e política. Trata-se de composições entre corpos que engendram políticas da amizade, partindo da compreensão do corpo como superfície de inscrição dos acontecimentos e das políticas da amizade como dispositivos de recusa às evidências que constituem nosso presente.

O livro é corporificação de UMA experiência docente, singular, potente, bifurcante, inquieta. É a celebração de 43 anos de docência em uma universidade pública, abrindo picadas para fortalecer práticas libertárias, de produção de zonas de liberdade e de exercícios de autonomia. Esta obra é composição de artigos-ferramentas, de narrativas de trabalho-vida, que fazem circular perguntas para as quais as respostas prontas, recheadas de absoluto e de naturalizações, não são procedimentos aconselháveis. Como afirma Nietzsche, citado em um dos artigos deste livro, "Criar – essa é a grande redenção do sofrimento, é o que torna a vida mais leve" (NIETZSCHE, 2000, p. 115).[2]

Os fios da tecidura do livro vêm das experiências e encontros em que as políticas de amizade são o princípio. Os artigos aqui reunidos expressam memórias intensivas das conexões efetuadas por Beth, tecelã de redes que potencializam a vida. Fios de composição diversa e múltipla, com espessuras e texturas variadas, em que as cores vibrantes formam um rico mosaico.

---

2 NIETZSCHE, F. *Assim falou Zaratustra:* um livro para todos e para ninguém. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Neste livro-narrativa das experimentações de uma vida docente, temos seis entradas que se atravessam, a saber: os processos de formação; as conexões entre saúde, educação e trabalho na construção da política nacional de humanização do SUS; a pesquisa como intervenção; o engendramento de políticas públicas; as clínicas do trabalho; e, por fim, as conexões entre saúde e trabalho. Em cada uma dessas entradas, podemos acessar as apostas ético-políticas que movem as alianças efetuadas entre Beth e seus interlocutores. Podemos, também, acompanhar as cartografias que vão se compondo com os múltiplos fios que são alinhavados.

Acolher apostas sem nome e sem lugar, efetuar conversações, abrir picadas em terrenos pantanosos, andarilhar entre muitos sotaques, talvez, sejam a força motriz que impulsione Beth. E, nessas conversações, as maletas de Beth vão sendo ocupadas por perguntações, por vozes minoritárias, por personagens pouco convencionais, por apostas de que a vida é imprevisível e, por isso, pode variar sempre. Efetuar alianças com estrangeiros, abrir-se radicalmente à alteridade e buscar intercessores que façam variar as ferramentas de trabalho são alguns dos princípios que alinhavaram sua vida docente, buscando fortalecer a universidade como um espaço público de debate, de agonística, de conversação. E este livro testemunha alguns movimentos dessa trajetória docente, que visa povoar a universidade e a formação psisotaques, cores, ferramentas e etnias vindas de outros lugares.

Não se tratou nunca de uma psicologia pura, de uma saúde abstrata, de processos de formação mercantilizados, de políticas públicas pensadas por outrem. As apostas de nossa mestre-tecelã é fazer os encontros se proliferarem, de modo a nos fazer sair da imobilidade, das naturalizações, para que formulemos outros problemas e possamos produzir outros possíveis. É no concreto das experiências que estes artigos foram fabricados, tendo como perspectiva fiar o comum como expressão da diferença. Um fio percorre os artigos que compõem este livro e tece as experimentações de Beth: fabricar políticas públicas que sejam expressão de todos e qualquer um. Para isso,

é necessário estar atento às formas de expressão da vida que insistem em meio aos constrangimentos.

As páginas que acessamos são efeito de encontros potentes que almejam a expansão da vida, onde quer que ela se insinue. Por isso, podemos tomá-lo como uma obra aberta, engendrada em meio a percursos não lineares. Seguindo as indicações de Foucault (1979, p. 27), de que o saber foi feito para cortar, e não para explicar ou descrever uma dada realidade, posto que as realidades são inventadas nas relações que efetuamos, Beth com seus aliados atiram suas flechas em uma direção ética que visa chacoalhar nosso presente. As políticas da amizade aqui desenhadas não almejam apaziguamentos, concordâncias, silenciamentos, homogeneizações. Ao contrário, visam nos tornar diferentes do que somos, fazer-nos pensar diferente do que pensamos.

Políticas da amizade implicam abertura ao imprevisível, deslocamentos e derivas efetuadas nos encontros com os intercessores (humanos e não humanos) que construímos, Implica outrar-se, diferir de si e se deixar desapossar de um eu que nos seduz para a repetição dele. Ou seja, uma política que deseja experimentar diferenciações que nos arranquem de territórios já conhecidos para compor outros modos de existência.

Nas páginas deste livro, temos sonhos, apostas, lacunas, indagações, perplexidades, hesitações, partilhas. As políticas de amizade tecidas entre fios de afetos nos encontros efetuados por autores dos artigos deste livro desejam contaminar-se com os movimentos da vida, desconfiando de evidências e atentos aos índices de diferenciação que essas conversações podem disparar.

Como indicam duas das autoras deste livro-política de vida-trabalho:

> Na vida não há começos absolutos, nem práticas instituintes quando se desconsidera a experiência dos viventes humanos e sua capacidade de construir história como ato de inovação. Não há pontos de partida e de chegada. Há, principalmente, processos. (BARROS; GALLI, 2021, p. 244).

Que as experimentações aqui compartilhadas disparem infinitas conversações, fortalecendo a feitura de mundos que caibam as múltiplas expressões da vida.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra:** um livro para todos e para ninguém. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Sumário

Apresentação 27
Referências 29

PARTE 1:
SOBRE FORMAÇÃO

Formação em educação: serialização ou singularização? 31
Maria Elizabeth Barros de Barros

Referências 46

Avaliação e formação em saúde: como romper com uma imagem dogmática do pensamento? 48
Maria Elizabeth Barros de Barros

O tempo nos estudos sobre a cognição e os processos de formação e avaliação em saúde 55
Da atividade como princípio para pensar os processos de formação em saúde na direção da integralidade 63
Formação e avaliação: a CAP como estratégia para reencantar o concreto 66
Do híbrido arte-formação 72
Referências 78

O processo de formação de comissões de saúde do trabalhador da educação: experiência e política 82
Suzana Maria Gotardo
Hervacy Brito
Maria Carolina de Andrade Freitas
Maria Elizabeth Barros de Barros
Vânia Carvalho de Araújo

As Comissões de Saúde do Trabalhador da Educação (COSATEs) em Serra/ES 83
Ação política e experiência 89
A formação como dispositivo a ser profanado: uma aposta na amizade 96
Considerações finais 103
Referências 105

Práticas educacionais em análise: as contribuições da análise institucional 109
Maria Elizabeth Barros de Barros

Introdução 109
Sobre uma experiência de pesquisa-intervenção no campo da educação . 115
Referências 123

PARTE 2:
SOBRE A POLITICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO SUS – HUMANIZA-SUS

Processos de formação em saúde: a estratégia da educação a distância numa experiência da política nacional de humanização do SUS.... 126
Hélder Pordeus Muniz
Maria Elizabeth Barros de Barros
Cláudia Elizabeth Abbês Baêta Neves

Introdução 127
Curso de Formação de Apoiadores para a Política Nacional de Humanização (PNH) da Gestão e da Atenção à Saúde 132
O primeiro encontro presencial: narrando experiências 135
O encontro por meio dos *chats* 140
Encontro regional das UPs Sudeste 142
Encontro presencial proposto pela UP: churrasco, susto e analisador-participação 144

Último encontro presencial nacional: encerramento do curso 146
Considerações finais 147
Referências 149

Da dor ao prazer no trabalho 154
Regina Benevides de Barros
Maria Elizabeth Barros de Barros

Gestão, trabalho e produção de si 155
Da dor ao prazer 159
Referências 163

A política nacional de humanização como política que se faz no processo de trabalho em saúde 165
Maria Elizabeth Barros de Barros
Serafim Barbosa Santos Filho
Rafael da Silveira Gomes

Introdução 165
O conceito de humano: um outro humanismo comparece..... 169
No rastro da premissa de indissociabilidade entre atenção e gestão... 172
No rastro da premissa de indissociabilidade entre produção de serviços e produção de sujeitos 174
Uma concepção de trabalho e de gestão: um caminho metodológico ou modos de fazer o apoio institucional..... 177
Foco no "processo de trabalho humanizado": necessária inclusão dos usuários e dos trabalhadores/gestores..... 181
Referências 182

PARTE 3:
SOBRE METODOLOGIAS DE PESQUISA

Pesquisa-intervenção em dispositivos participativos: ensejando outras relações entre produção de conhecimento e educação 188
Maria Elizabeth Barros de Barros
Janaína Mariano César

"Por que você não aprende a ler, menino?" Porque a professora não sabe ensinar... 189
O Fórum de Trabalhadores da Educação como aposta na articulação 193
A pesquisa-intervenção como prática de um *ethos* 201
Referências 211

A pesquisa em psicologia: construindo outros planos de análise ... 214
Maria Elizabeth Barros de Barros
Nelson Alves Lucero

A analítica da verdade e a ontologia do presente como dimensões da modernidade 217
Ética e pesquisa 223
Referências 228

Uma experiência em educação: apostando no caráter enativo de metodologias de pesquisa 230
Maria Elizabeth Barros de Barros

Um dispositivo para implementação das Cosates nas escolas: o Fórum-Cosate 242
Algumas considerações finais 245
Referências 247

PARTE 4:
SOBRE POLÍTICAS

Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI 251
Maria Elizabeth Barros de Barros
Ellen Horato do Carmo Pimentel

Políticas estatais e políticas públicas: no rastro dos interstícios 254
Produzindo comum, produzindo política pública 259
Desafios na construção de uma política pública em saúde 263
Fiando um comum: pistas interventivas 267
Referências 270

Cidades e políticas públicas 273
Ana Lúcia Coelho Heckert
Maria Elizabeth Barros de Barros
Silvia Vasconcelos Carvalho

Intervenções fabricando outras paisagens na cidade 277
Entre políticas de governo e políticas públicas: pensando as cidades 286
Referências 296

Ali onde os sindicatos não querem se aventurar, os gerentes formulam políticas de saúde: uma experiência com os docentes/ES 300
Ana Lúcia Coelho Heckert
Maria Elizabeth Barros de Barros
Sonia Pinto de Oliveira

Desafios para a construção de outras matrizes conceituais e metodológicas no estudo das relações trabalho e saúde nas escolas 306
Condições de trabalho e organização do trabalho 307

Cartografando a movimentação cotidiana dos educadores: o programa de formação/investigação em saúde e trabalho como estratégia 310
Considerações finais 315
Referências 319

PARTE 5:
SOBRE CLINICAS DO TRABALHO

Clínicas do trabalho: abordagens e contribuições da análise institucional ao problema clínico do trabalho 322
Maria Elizabeth Barros de Barros
Fernanda Spanier Amador

Introdução 322
Trabalho e contemporaneidade: de que clínicas precisamos? 323
Abordagens clínicas do trabalho: principais operadores conceituais e metodológicos 325
Psicossociologia francesa 326
Psicodinâmica do trabalho 328
Ergologia 331
Clínica da Atividade 334
Quando a clínica do trabalho atinge o plano analítico-institucional 336
Referências 344

Psicologia e processos de trabalho: um outro olhar 348
Maria Elizabeth Barros de Barros
Tânia Mara Galli Fonseca

Que psicologia? Que trabalho? 354
Referências 362

Entre prescrições e singularizações: o trabalho em vias da criação...364
Tania Mara Galli Fonseca
Maria Elizabeth Barros de Barros

Trabalhar, administrar, subjetivar..... 367
De que trabalho falamos? Trabalho como usos de si..... 371
Quando a desobediência é "saudável"..... 375
O trabalho como lugar de encontro 378
Referências..... 381

Psicologia do estilo: nas bordas da atividade 384
Maria Elizabeth Barros de Barros
Diego Arthur Lima Pinheiro
Jésio Zamboni

Intercessões..... 385
Heterogêneros..... 388
Estilizações em jogo..... 398
Referências 408

Clínica da atividade em uma via Deleuziana: por uma psicologia do trabalho..... 412
Maria Elizabeth Barros de Barros
Ana Paula Louzada
Danielle Vasconcelos Teixeira

Provocações a um exercício de pensamento..... 412
A psicologia do trabalho: práticas adaptativas? 415
Clínica-política: trabalho e subjetividade..... 417
Dimensões da atividade: planos molar e molecular..... 422
Gêneros e estililizações..... 429
Clínica da Atividade pela via deleuziana: potência analítica..... 433
Referências..... 435

PARTE 6:
SAÚDE E TRABALHO

A saúde do trabalhador da educação: a experiência de constituição de Cosates como dispositivo de intervenção numa rede municipal de ensino 438
Maria Elizabeth Barros de Barros
Hélder Pordeus Muniz
Janaina Madeira Brito

Introdução 439
Um corpus no/com o território: a experiência na rede de ensino de Serra-ES 442
Inquérito de saúde: mapeando situações e sensibilizando os educadores 449
Fórum-Cosate: um coletivo ativando ações de cuidado às escolas 451
Curso-Cosate: formação em saúde no projeto-piloto 454
Considerações finais 456
Referências 459

Saúde, trabalho e processos de subjetivação nas escolas 463
Maria Elizabeth Barros de Barros
Carlos Minayo-Gomez

Introdução 463
Saúde do trabalhador: cartografando um projeto em construção 465
O que causa o quê? O nexo causal em questão 469
Gestão do trabalho e processos de subjetivação: dimensões da subjetividade no trabalho nas escolas 477
Referências 495

A escola, as transformações dos mundos do trabalho e o trabalho docente 498
Maria Elizabeth Barros de Barros

Cartografando a escola 500
Pensando algumas estratégias... Construindo algumas vias..... 508
Referências 514

Fios e conspirações no PFIST – fomentando relações entre saúde e trabalho 521
Denise Carla Goldner Coelho
Maria Elizabeth Barros de Barros

Alguns fios..... 521
Demarcando pontos de partida 523
Traços para alinhavos..... 526
Tramas alinhavadas 526
Tramas que se seguem..... 534
Referências 535

O trabalho do educador em análise: estratégias de resistência à máquina neoliberal 538
Maria Elizabeth Barros de Barros
Cristiane Bremenkamp Cruz

A produção do sujeito neoliberal..... 538
A axiomática do capitalismo neoliberal e o trabalho em educação 541
A instituição das Cosates como produção do comum: indo na contramão da razão neoliberal..... 545
A experiência com as primeiras Cosates no município da Serra..... 555
Considerações finais 561
Referências 562

Modos de gestão-produção de subjetividade na sociedade contemporânea 564
Maria Elizabeth Barros de Barros

Falha humana? Que falha? Que humano? Trabalho e subjetividade 567
Modos de produção/modos de gestão 576
Referências 584

A vida, como ela é? 587
Maria Elizabeth Barros de Barros

Referências 606

Trabalhar: usar de si – sair de si 610
Maria Elizabeth Barros de Barros

Referências 614

De amoladores de facas e cartógrafos: a atividade do cuidado 616
Maria Elizabeth Barros de Barros

Aproximação 1: quem é o outro nas relações de cuidado 619
Aproximação dois: o que nomeamos como cuidado? 621
Aproximação 3 – as práticas de cuidado em saúde como cuidado de si ... 626
Aproximação 4 – da cartografia como método da atividade do cuidar 631
Referências 634

Tereza, personagem conceitual: metodologias de pesquisa em movimento 638
Cristiana Mara Bonaldi
Maria Elizabeth Barros de Barros

Referências 655

O trabalho do cartógrafo do ponto de vista da atividade 657
Maria Elizabeth Barros de Barros
Fabio Hebert da Silva

Das clínicas do trabalho como intercessoras do método cartográfico 660
Diferentes "vidas" do trabalho do pesquisador: um gênero profissional... 664
Um gênero cartógrafo em experimentações na educação..... 669
Algumas considerações inconclusivas 676
Referências 678

Posfácio 681
Ana Paula Figueiredo Louzada

Apresentação

> Poderíamos dizer de uma vida de forma a abarcar todos os seus momentos, contando-a de um modo esticado, reto e contínuo, como uma linha sem intervalos e vazios? Poderíamos ignorar os infinitesimais pontos que se justapõem naquela estrada, as bifurcações que deles se depreendem, fazendo de cada um uma espécie de estrela de mil pontas para todas as direções possíveis? (FONSECA, 2011).

Alguns motivos me levaram a iniciar a apresentação deste livro com as indagações da minha amadíssima amiga Tania Galli. Dentre eles, destaco o desejo de fazer um tributo a essa companheira, que me acompanhou em tantas aventuras e, principalmente, por entender que essas questões expressam, com força incomensurável, o que esta obra pretende se tornar. Ora, não buscamos aqui escrever/dizer da evolução de uma existência, muito menos expressar uma sucessão de acontecimentos que se encadeariam de forma linear e progressiva. Muito ao contrário, o objetivo foi escavar e apreender lances de uma vida que se fez acompanhada de muitxs parceirxs-amigxs. Intencionamos dar visibilidade a pequenos detalhes desses encontros, aos acontecimentos minúsculos que ganharam força e luz neste percurso profissional tecido a muitas mãos e que deu nascimento a redes afetivas de trabalho.

Por meio das produções que compõem esta obra, procuro agradecer e homenagear todos que me acompanharam na trajetória profissional ao longo de 43 anos de docência. Muitos nomes não aparecem aqui "com todas as letras", não porque tenha esquecido, mas as exigências formais para a edição desta coletânea limitaram o número de páginas possíveis. Dessa forma, acabei priorizando algumas direções: a experiência com os processos de formação em educação e saúde e políticas que os engendram, as pesquisas no campo das articulações saúde e trabalho e a experiência na Política Nacional de Humanização do SUS. No entanto, incontáveis pessoas estão aqui presentes, uma vez que, mesmo que seus nomes não apareçam literalmente, estão vivos em cada uma destas linhas. O processo de constituição deste livro perspectivou dar expressão a um coletivo sem rosto, sem contornos delimitados, mas que tem como marca importante as imprecisões.

Escrever para mim foi, e continua sendo, uma tática de vida. Uma tática de alianças. Esse desejo de escrever, que moveu cada uma das linhas que compõem esta coletânea, não vislumbra apresentar a verdade sobre um caminho trilhado na Universidade Pública, mas, sim, lançarmo-nos em uma espécie de arqueologia do desejo de escritura e suas improbabilidades.

Este livro-testemunho expressa a vibração que o encontro com companheirxs de diferentes tribos me proporcionou. Fragmentário e incompleto, expressa uma vida marcada por inacabamentos, em um persistente esforço para fugir das sacralizações. Escritura como potência dispersiva, sempre inacabada, inédita a cada passo, que documenta uma existência a partir dos encontros alegres efetivados, das parcerias construídas, dos desafios enfrentados e, principalmente, de uma política da amizade forjada nos seus mínimos detalhes.

Uma publicação com força minoritária que não tem, portanto, a pretensão de representar um real substancializado, um real já dado e, menos ainda, um passado vivido. Vida e obra em um mesmo plano de contágio, um movimentando o outro em um processo incessante.

Autores da vida. Não saberia falar desta obra se não atribuindo a ela outra qualidade que não a amorosa.

"Ao colocar a 'vida de' no seu 'verdadeiro' eixo, restaria uma indigesta amargura impregnada de paixões tristes, sobre o que não haveria mais nada a ser feito" (COSTA, 2011, p. 25). Agradeço a todos e todas que me acompanharam neste trajeto e me ajudaram a evitar que esta estrada se tornasse uma indigesta amargura.

REFERÊNCIAS

COSTA, L. B. da**. Estratégias biográficas**: biografema com Barthes, Deleuze, Nietzsche, Henry Miller. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FONSECA, T. G. Sopros de uma vida: a potência do biografema. *In:* COSTA, L. B. da. **Estratégias biográficas**: biografema com Barthes, Deleuze, Nietzsche, Henry Miller. Porto Alegre: Sulina, 2011.

Parte 1:
Sobre formação

Formação em educação: serialização ou singularização?[1]

Maria Elizabeth Barros de Barros

O trabalho acadêmico que temos desenvolvido está, básica e prioritariamente, comprometido com práticas educacionais em suas múltiplas dimensões, sobretudo com os processos de formação de educadores e educadoras e as relações institucionais materializadas no cotidiano escolar.

É, portanto, do lugar da escola e suas práticas que este artigo parte e, nesse sentido, o enfoque teórico-político que assume busca interrogar as universalizações, globalizações e naturalizações que engendram muitos desses processos formativos. Pretendemos pensar a formação de trabalhadoras e trabalhadores da educação, como

1 Publicado originalmente na **Revista Educação, Subjetividade & Poder**, Porto Alegre, n. 4, v. 4, p. 63-70, jan./jun. 1997.

um processo maquínico, que busque escapar das modelizações apriorísticas que perseguem modelos ideais/padrão desses profissionais.

O que dizer, então, desse ponto de vista, sobre a formação de educadores e educadoras? O tema da formação de educadores e educadoras, em muitas situações, tem se efetivado a partir da dicotomia "capacitação" e "competência técnica-pedagógica" e "conscientização" e "compromisso político". O primeiro sentido está impregnado da ideia de uma habilidade a ser adquirida. O segundo, pela ideia de que a consciência crítica possibilita que os educadores e educadoras possam interferir nos processos sociais, podendo desarranjar a ordem que aí está. Competência técnico-pedagógica, logo, discurso competente dos especialismos. Conscientização, compromisso político, então, uma certa racionalidade passa a ser convocada a ordenar a realidade indesejada, considerada como "desorganizada", "caótica".

Temo que essas propostas acabem por se assemelhar àquelas que, frequentemente, criticamos: a dos tecnocratas, dos especialistas do planejamento, que pretendem tudo organizar, ignorando que algo escapa da rede de tais determinações totalizantes e globalizadoras.

Por outro lado, pensar que educadores e educadoras são pessoas "alienadas", sem "consciência política", incapazes de mudar os rumos da história, é não acreditar em seus movimentos criadores de mundos e de sujeitos.

O termo formação traz, portanto, em seu bojo, muitas ambiguidades: formação, capacitação técnico-metodológica? Modelagem? Fôrmas-de-ação?[2] Competência técnica? Cientificismo? Conscientização política? Compromisso político? Domínio técnico e prático dos "princípios que regem a educação escolar"? Que princípios? Que educação escolar? Existem princípios e educação escolar em um sentido genérico, universal? O que significa afirmar que o professor e a professora devem ser preparados para realizar bem a escola existente?

---

2 O termo fôrma-de-ação foi criado por Ana Lúcia Heckert em seu trabalho "A produção dos latifúndios do saber: a formação do psicólogo em questão".

A perplexidade que se desencadeia frente a tais perguntas leva-me a examinar os vários sentidos que a palavra formação vai adquirindo em seus contextos de utilização e nos efeitos produzidos nas práticas atualizadas nas redes educacionais.

Ouvimos, com bastante frequência, que: "muitas professoras e professores têm consciência política, mas não têm competência pedagógica", "é necessário que haja cientificidade naquilo que o professor faz", "os dominados precisam ter acesso aos conteúdos que lhe darão condições de competir com os dominantes" ou "a consciência crítica, o compromisso político, é que nos fará sair de uma postura de seres submissos, indefesos, tornando-nos pessoas com consciência histórica, responsáveis pela escolha e construção de nossos próprios caminhos". Instaura-se, assim, uma polêmica que nos parece equivocada.

Perspectivas que se apoiam em princípios dicotomizadores podem acabar por aprisionar a formação de professores e professoras no quadro competência/incompetência, consciência crítica/alienação, levando ao esquadrinhamento e à normatização desses atores sociais, controlando suas práticas e homogeneizando-as. Quadros de análise dicotômicos podem nos conduzir à fixação de normas com valores universais e moralizantes, eliminando a possibilidade da construção de formas outras de educar que escapem de tais binarizações.

Pensando com Heckert (1992, p. 124), as abordagens binárias "[...] conectadas com os dispositivos de culpabilização vão fixando os indivíduos em determinados polos segregadores". Assim, podemos ser levados a crer que o/a professor/a não ensinou ou não soube ensinar ao estudante, porque não tinha "conhecimentos disciplinares necessários" para "saber" ensinar, não tinha "competência técnica" para tal empreendimento ou porque não tinha "compromisso político" com os interesses dos dominados. Essas fixações, aliadas a tais verdades sobre a valorização da competência técnica ou da consciência crítica, *naturalizam* a questão do desempenho de professores e professoras e dos/as estudantes.

Consideramos, ao contrário, que não existem coisas ou objetos naturais/abstratos como "educação", "técnica", "competência", "pedagogia", "aluno", elas são correlatas das práticas históricas que as objetivou. Em cada época, o conjunto de práticas engendra um rosto histórico singular em que acreditamos reconhecer e que chamamos de educação, religião, ciência etc. A educação, como prática histórica, é material e constrói mundos relacionados a outras práticas. É preciso pensar o processo educativo no âmbito da vida social no seu curso.

A ênfase nos métodos e técnicas não decorre de uma suposta "necessidade" do conhecimento objetivo, o que acaba descartando as análises das relações entre educação e poder, ficando as questões metodológicas e técnicas universalizadas e abstratas como a questão fundamental a serem tomadas quando temos as práticas pedagógicas como foco. A qualificação da força de trabalho demandada pelo capital não é, no nosso entendimento, um processo meramente técnico. Consideramos, aqui, a indissociabilidade técnico-político. Como nos lembra Coelho (1989, p. 38), "[...] o político constitui o próprio ser do ato educativo, enquanto ato humano e, como tal, inserido na luta concreta dos homens".

Indagar as técnicas educacionais implica uma análise do seu surgimento datado, uma análise que leve em conta suas relações com os interesses de certos grupos sociais numa determinada época histórica. Portanto, processos técnicos outros em educação, que persigam a transformação de modos padronizados de subjetivação engendrados no concreto das experiências educacionais, só se constituirão quando formulados a partir de um outro ethos: que afirme autonomia e construção coletiva do processo de trabalho em educação.

Dessa forma, ao tomar a competência técnica como caminho para a "capacitação" profissional de professores e professoras, é necessário especificar de que capacitação profissional estamos falando. Trata-se de qualquer "capacitação"? De capacitação em geral? Todo saber-fazer implica uma determinada forma de ver, sentir e produzir mundos e, portanto, é um ato político, no qual não há previsibilidade ou antecipação possível.

Considerar a competência técnica como mediação de um determinado compromisso político é não considerar a prática educacional na sua articulação com as múltiplas práticas em luta.

Em nome de uma "especificidade" do trabalho pedagógico, esvazia-se a participação das escolas na mobilização das lutas sociais na direção da construção de mundos outros. Ao se enfatizar e super dimensionar os conteúdos a serem transmitidos no processo educacional, entendendo-os como dissociados de práticas políticas que aí se engendram, é afirmar a neutralidade do conhecimento e das instituições sociais.

As técnicas, sob seus múltiplos aspectos e diferentes usos, são vetores importantes para alterações nas formas como lidamos e criamos mundos, na produção de conhecimentos e na sua transmissão.

Uma dada configuração técnica precisa estar articulada a projetos sociais mais amplos que a movem e lhe dão sentido ético-político. Lévy (1993), em *As tecnologias da Inteligência*, questiona o caráter racional e utilitário das técnicas. Ataca frontalmente o mito da "técnica neutra", boa ou má. Considera que o que importa é o uso que fazemos dela, que é um uso, necessariamente, singular. A forma como é utilizada uma determinada técnica já é uma interpretação que dela fazemos. Afirma:

> O uso do 'usuário final', ou seja, do sujeito que consideramos em determinado instante, não faz nada além de continuar uma cadeia de usos que pré-restringe o dele, condiciona-o sem contudo determiná-lo completamente. Não há, portanto, a técnica de um lado e o uso de outro, mas um único hipertexto, uma imensa rede flutuante e complicada de usos, e a técnica consiste exatamente nisso (LÉVY, 1993, p. 59).

Segundo o autor, a técnica, ou, melhor, as técnicas, sob suas diversas formas e usos, constituem-se em importantes agentes de transformação. Ao longo de toda a rede "sociotécnica", seguindo as

inúmeras conexões possíveis, jamais acharemos um objeto em estado bruto, um fato inicial ou final que já não seja uma interpretação. Toda tentativa de separar fins e meios das técnicas não resistiria a uma análise "sociotécnica". Um meio qualquer nunca possui um "fim" estável por muito tempo. A questão do "bom" ou "mau" é coextensiva ao processo técnico.

A conexão técnica-contexto social se dá em dois sentidos: determinando esses contextos e sendo por eles determinada, num processo de coengendramento. Portanto, a tecnologia, como parte do conjunto do jogo coletivo, constitui-se num terreno político, espaço de conflitos e tensionamentos. Não é possível excluir a tecnologia da esfera política, não há aplicação automática de uma técnica. Uma criação tecnológica cria significações, que remetem a questões econômicas, sociais, políticas e culturais. A técnica está intimamente articulada às formas de organização social, constituindo-as também.

Como nos lembra Lévy (1993, p. 195), "[...] nenhuma solução pode vir da técnica, mas somente algumas saídas favoráveis ou desfavoráveis das negociações e conflitos entre agricultores, insetos, empresas, atmosfera, jornalistas, sindicatos, universidades, [...] classes sociais, Estado".

Acreditamos que, ao tentar separar a competência técnica do terreno político fundamental da qual faz parte indissociável, estaremos analisando a competência técnica de professores e professoras como algo em geral, considerando-a boa ou má ou necessária para os objetivos que previamente se definiu.

A tecnologia utilizada pelos/as educadores/as nas suas práticas cotidianas não é "asséptica". Não se realiza na medida do descarte dos afetos, dos desejos, das paixões, da história. A tarefa de educadores/as é encontro com a alteridade, com o outro em sua diferença, com a história de vida dos sujeitos, como movimentos do desejo, é estar na processualidade. Educadores/as possuem face, nome, histórias. Cada aluno/a é portador de um nome e de histórias. É necessário escapar das binarizações (competência técnica/incompetência

técnica), libertando-se dos especialismos enclausuradores. É necessário desmanchar os territórios de saber-poder que insistem nas hierarquizações.

Chauí (1989, p. 7) nos adverte que o "[...] discurso competente é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado (estes termos agora se equivalem) porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem". Discurso competente é discurso instituído, e não saber instituinte, mas com o papel de dissimular, sob a capa de cientificidade, a existência de práticas de submissão e dominação.

A apologia da competência cria uma situação em que não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer lugar. Aquele que profere o discurso competente é previamente reconhecido para tal e a forma e o conteúdo já foram autorizados pelas instâncias credenciadas para tanto.

Nas sociedades modernas, o discurso converteu-se em um discurso anônimo fundado na racionalidade dos especialismos. Tornou-se discurso neutro da cientificidade ou do conhecimento.

A competência técnica veicula, portanto, a ideia de que competência existe em si e funciona sob a direção de uma racionalidade que lhe é própria e independente da intervenção humana e das condições que a produziram. Ao se identificarem competência técnica e conhecimento teórico-prático, estamos considerando que é competente o discurso do especialista autorizado, proferido de um determinado lugar de hierarquia da organização escolar.

Lembrando Chauí (1989, p. 11), mais uma vez, "[...] a condição para o prestígio e para a eficácia do discurso da competência como discurso do conhecimento depende da afirmação tácita e da aceitação tácita da incompetência dos homens enquanto sujeitos sociais e políticos".

A quase obsessão pela competência técnica acaba por fazer surgirem artifícios promotores de conhecimento que relegam as pessoas a se submeterem ao discurso do especialista competente, como detentores

dos segredos da realidade vivida. Aos não especialistas, fica a ilusão de participar do saber. O discurso da competência, como discurso normalizador, exige a interiorização dos seus princípios, pois não interiorizá-los é ser considerado "[...] incompetente, associal, anormal, detrito e lixo" (CHAUÍ, 1989, p. 11). A competência instituída e institucional passa a ser arma importante no projeto de intimidação social e política.

Propomos um outro movimento, uma vez que, quando o ponto de partida é outro, outras serão as técnicas produzidas, práticas outras se constituirão. O saber-fazer concretiza uma determinada linha de opção política. Todo saber-fazer contém, assim, certa visão de mundo sendo ato político que se concretiza em certas intenções sociais. "A competência técnica não é um momento prévio para o engajamento político, ela é um determinado engajamento político", afirma Nosella (1983, p. 95).

Formar um profissional implica um diálogo de saberes e práticas sociais que institui sujeitos de ação e objetos de trabalho, em um aprendizado permanente. Não é modelagem. É destruição de uma determinada concepção de mundo que se objetiva em práticas domesticadoras que limitam os processos de singularização,[3] dificultando a produção de diferença. Implica, portanto, a possibilidade de dissidência e ruptura com os modos de pensar e agir dominantes nas sociedades capitalísticas.[4]

É partindo desses pressupostos que reafirmamos nossa posição contrária à afirmação de que a "[...] função política da educação se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica" (SAVIANI, 1983, p. 43).

---

3 Singularizar, aqui, é tomado, a partir de Guattari (1981), como produção de diferença, ruptura com a homogeneidade, afirmação da multiplicidade de vias de existência possíveis.

4 O termo capitalístico é criado por Guattari (1981), porque acredita ser necessário criar um termo que possa designar não apenas as sociedades qualificadas capitalistas, a partir do seu modo de produção, mas que possa, também, referir-se àquelas sociedades que, mesmo não sendo qualificadas como tal, não diferem muito do capitalismo quanto ao modo de produção de subjetividade.

Prática pedagógica e prática política não se constituem em polos distintos a serem articulados. São práticas que vão se ligando e se produzindo no campo social. Não há antecedência. O discurso sobre a especificidade do pedagógico acaba por reafirmar o liberalismo e tecnicismo pedagógico. A prática de professores/as não é um resultado "alheio" a certa pedagogia competente que lhe foi ensinada, ao contrário, está embutida nas técnicas educacionais dominantes. Como nos sugeriu Gramsci 2007, não é a aquisição de capacidades diretivas, nem a tendência a formar homens que dão a marca social de um tipo de escola. Não se trata de criar esquemas programáticos pré-determinados nas escolas, mas de sujeitos, não imediatamente de sujeitos-professores/as, porém um complexo social do qual esses sujeitos fazem parte constituindo-os e constituindo-se.

O professor não ensina somente a criança a falar uma língua materna, o aluno "[...] aprende também, os códigos de circulação na rua, certo tipo de relações complexas com a máquina, e estes diferentes códigos devem integrar-se aos códigos sociais do poder. Esta homogeneização das competências semióticas é essencial ao sistema da economia capitalista" (GUATTARI, 1981, p. 52).

A formação de educadores/as precisa ser pensada como um processo múltiplo e heterogêneo, buscando linhas que extrapolam os muros da escola, constituindo-se em processos de singularização e favorecendo a formação do "homem da ética".[5]

---

5 Essa ideia de homem da ética e homem da moral tomamos dos trabalhos de Deleuze (1997). O homem da moral é aquele que nos habita e que conhece os códigos, os valores e regras de ação vigentes na sociedade em que vivemos, tomando sempre esses códigos como referência. O homem da ética que também nos habita é quem escuta as reverberações das diferenças, levando-nos a tomar decisões que viabilizem um novo modo de existência, não só fazendo novas composições, como também desmanchando as vigentes. Seleciona o que favorece ou não a vida, tomando como critério a criação e a inventividade. Cabe lembrar que não se trata de formas dicotômicas e excludentes, mas que convivem em nós.

A literatura que se tem produzido no âmbito do discurso pedagógico não tem contemplado, na sua grande parte, o plano micropolítico[6] da formação de educadores/as. Entender a formação apenas a partir das grandes oposições: competência/incompetência, currículos apropriados/inapropriados, formação prática/formação teórica, formação técnica/formação política, entre outras, acaba por nos aprisionar, não nos permitindo analisar a processualidade das práticas constituintes da formação pedagógica.

Nossa proposta é construir estratégias críticas que não apenas contestem arranjos estruturais iníquos, mas que também examinem nossa cumplicidade nesses arranjos. Assumir como projeto a invenção de si e de mundos, o imaginar ativo e produtivo, e não a descoberta. Como nos indicou Nietzsche (1987), formular interrogações, problematizar, não aceitar "a" verdade, portanto, é um meio de nos tornarmos "mestre e senhor" de algo.

Sem dúvida, é necessário analisar as perspectivas de trabalho configuradas na proposta de formação, a partir da realidade sociopolítica da qual faz parte. Portanto, queremos chamar atenção para um plano que não tem sido priorizado, quando o tema é a formação de educadores e educadoras: a micropolítica.

Acreditamos que essa tarefa se coloca como um desafio, sob pena de não conseguirmos avançar no sentido da transformação do processo educacional na direção ético-política que priorizamos, qual seja, a afirmação da normatividade dos viventes[7] e, portanto, da autonomia inerente ao vivo. A construção de práticas pedagógicas outras passa,

---

6 Plano micropolítico: plano onde os fluxos-formas se engendram por conexão, buscando a construção de outros territórios. Plano onde se escapa das oposições das formas-dadas e onde se criam incessantemente novas maquinações. Importa, aqui, a processualidade, os modos como as transformações se operam.

7 Canguilhem (2012) considera que a normatividade é a marca dos viventes. Todo ser vivo cria normas ao viver. Produz meios para viver.

necessariamente, pela formação de outros/as educadores/as, o que se articula com uma proposta de singularização do fazer pedagógico.

Se desejarmos a emergência de educadores/as que ousem se rebelar, criar outras formas de luta comprometidas com a transformação social, lutas comprometidas com a criação de mundos solidários e coletivos, não podemos partir do princípio da valorização da chamada competência técnica. Entendemos que não se trata, portanto, de capacitação profissional, mas de formação que não seja "fôrma de ação" (HECKERT, 1992).

Assim, ao tomar a "instituição formação" para análise, precisamos segui-la em seus diferentes aspectos, desmontando as verdades instituídas e asseguradas que dominam alguns discursos sobre formação profissional e tornar problemática qualquer leitura definitiva do discurso oficial.

Acreditamos que esse desafio se faz desmanchando os territórios do saber-poder que foram construídos na prática educacional, sobre a crença de um saber "competente" desistorizado. Os especialistas têm produzido saberes-propriedade apoiados em estratégias homogeneizadoras que excluem a diferença e a multiplicidade.

Apostamos, ao contrário, em uma formação que se configure em múltiplas formas de ação como produção de saberes e de práticas sociais que instituem sujeitos de ação, aprendizados permanentes, contínuos, incessantes, processuais, e não práticas de modelagem, que se constroem sobre especialismos naturalizados.

Um trabalho de formação como processo questiona o sujeito fabricado modelarmente, pretende escapar da produção de profissionais como mercadorias amorfas, despotencializadas, silenciosas, serializadas.[8] Como nos sugere Baptista (1987), a formação tem sido vista como uma engrenagem de fábrica, como lugar onde poucos apropriam-se do seu saber — do seu trabalho — e, ao mesmo tempo,

8 Serializado: produto feito em série, aquilo que se reproduz como o modelo e que é igual e/ou homogêneo.

como espaço onde as contradições podem gerar indagações e propostas que possibilitem questionamentos e a construção de práticas educacionais outras. É necessário aniquilar puras interpretações idealistas e atuar no concreto das experiências educacionais. Trata-se de "[...] revolucionar o mundo existente, de atacar e transformar praticamente o estado de coisas que encontrou" (MARX, 1987, p. 68). Esse é um legado importante das produções de Marx.

Podemos encontrar pistas e analisar qual delas (no sentido dos romances policiais de descobertas) levam adiante e fazem "[...] mudar o caminho, levando à revisão de estratégias anteriores para prosseguir" (BAPTISTA, 1987, p. 13). Como construir processos de formação de educadores/as que não estejam aprisionados pela ótica da produção de especialistas, de profissionais com "competência técnica" e que insistem em discernir o que é "especificamente" pedagógico do que é "especificamente" político? Utilizando, mais uma vez, a expressão formulada por Heckert (1992), arriscamos uma direção de resposta: estilhaçando as "fôrmas-de-ação" que têm constituído muitos processos formativos de trabalhadores/as da educação. Uma formação que, na maioria das vezes, funciona como modeladora de maneiras de ver, agir e produzir realidade.

A proposta que acreditamos pode viabilizar a formação de educadores alianças com lutas pela transformação da realidade instituída precisa desnaturalizar os lugares assépticos do saber e dos especialismos. Em oposição ao "conhecimento-verdade" cristalizado, o conhecimento se processa por meio de formas variadas de apreender o real sempre em mudança, por sujeitos diferentes e que se diferenciam e, portanto, em constante movimento. O olhar-agir dos sujeitos não é neutro, é implicado.[9]

9 Estar implicado, significa, aqui, um questionamento sócio-histórico e político do lugar do pesquisador-analista no seu processo de trabalho, nesse sentido, não há neutralidade, nem exterioridade na relação por ele estabelecida com o seu campo de pesquisa/análise.

É necessário entender o que nós, que ocupamos posição de ensino, no âmbito das chamadas ciências sociais e humanas, colocamos em funcionamento. Entender a importância de inventar dispositivos para um trabalho no campo da produção de subjetividade, que se faça intercessor, ou seja, estando entre, pondo-se de passagem, em uma conexão com outros fragmentos, para que outros devires possam se expressar.

O que temos observado na prática educacional é o aprisionamento dos saberes quando se tornam matéria de especialistas, mantidos em territórios fechados, já conhecidos e, portanto, sem riscos. Aqui, ocorre-nos Foucault, quando diz que sonha com um intelectual que pretende destruir as evidências e as universalidades, desmontando as cristalizações e indicando, no presente, os "pontos fracos" e as "linhas de força". Um intelectual que nega a fixidez, deslocando-se sem cessar e que está constantemente se colocando a questão da revolução: qual revolução? Valerá a pena? Mas qual será a pena?

Tomamos esse sonho como nosso. Propomos aceitar o convite de percorrer caminhos provisórios que desmontam as crenças universalizantes e se deslocam incansavelmente de territórios. Não queremos configurações totalizadoras, grandiosas e recusamos nos tornar cúmplices de um plano globalizador e sistemático, tentando desligar e desorganizar essa rede discursiva moral na qual se encontram imersas muitas práticas de formação. Acreditamos que é relevante sermos "processistas"[10] nesse âmbito, o que passa pela exigência de um trabalho no campo da produção de subjetividades.

---

10 Suely Rolnik (1992) propõe o termo processista para se contrapor ao de progressista. Enquanto este último está marcado pela ilusão de um mundo estável e pelo temor do imprevisível e do acaso, o termo processista refere-se a uma atitude política preocupada em tomar decisões disparadoras de processualidade, que viabilizem possibilidades de abertura para a criação de modos outros de existência e outras formas de organização social. A atitude progressista não considera o plano invisível dos afetos, enfatizando a conscientização, afirma Rolnik (1992).

Acreditamos que a produção de conhecimento é uma relação de luta, uma expressão da pluralidade das forças que não buscam nenhuma verdade a priori. Lembrando Nietzsche, desejar "a" verdade e "a" moral é desejar a morte e, portanto, negar a vida.

As análises dicotomizadoras, que separam ciência/senso comum, "teoria/prática", "técnica/política" acabam por enfatizar um ou outro aspecto do trabalho de professores/as, como se tratasse de aspectos opostos da realidade, podendo nos levar ao que Foucault (1981, p. 82) chamou os "[...] ascetas políticos, os morosos, os terroristas da teoria, aqueles que queriam preservar a ordem pura da política e do discurso político. Os burocratas da revolução e os funcionários da verdade".

A prática política precisa ser um intensificador do pensamento. A análise das práticas educacionais pode ser um multiplicador das formas de ação e intervenção política. Trata-se de priorizar a multiplicidade, e não a uniformidade, os agenciamentos móveis, o nomadismo, e não as sedentarizações. As binarizações só servem para reforçar as unidades e as totalizações, impedindo a proliferação, a justaposição e a conexão das ações, dos pensamentos e dos desejos.

É preciso apontar para esse processo de culpabilização e não fixar as análises no aspecto organizacional de estrutura e funcionamento da universidade e/ou dos cursos de formação, para evitarmos o risco de sermos capturados pela mesma lógica que constitui essas organizações. Urge que coloquemos em análise as relações de poder-saber que constituem tais instituições.[11] Trata-se de desnudar as relações que aí se materializam.

A instituição formação dissociada da análise do trabalho que se processa em determinada formação social, não contribui para a

11 Instituição, no sentido utilizado pelo movimento da Análise Institucional de linhagem francesa, não é um objeto já dado, natural, é algo que se constrói no bojo das práticas sociais e históricas. Ao contrário da organização como forma dada, a instituição é produção, é engendramento de forças que se naturalizam em formas organizadas e provisórias.

produção de mundos outros. Culpar ora o professor, ora a Universidade, ora o currículo pela "formação deficiente" é negar um quadro de referência que precisa ter presente a dinâmica social.

A "instituição formação" precisa ser analisada em suas várias conexões: transmissão de informações, encontro de diferentes histórias, movimentos de desejo, mergulho num plano micropolítico, onde os fluxos-formas se engendram por conexão, buscando incessantemente a construção de outros territórios.

Apostamos na processualidade, em maquinações que escapem das binarizações imobilizantes e das oposições das formas dadas, destacando que o que importa são os modos como as transformações se operam. Desejando os riscos, as desnaturalizações.

Uma análise da educação pode engendrar entre os educadores indagações importantes sobre sua formação e sua profissão, seu surgimento datado, seu lugar na dinâmica social e suas implicações afetivas, políticas e ideológicas.

A escola, como instituição social em uma sociedade capitalista, tende a negar a história dos indivíduos que a frequentam e trabalham, esquadrinhando-os, normatizando-os. Em outro sentido, os processos de formação precisam buscar a produção de profissionais que ousem singularizar-se, escapando das perspectivas binárias de certo e errado.

O desafio está em desorganizar essa rede moral que nos aprisiona e pensar o educador e a educadora aventureiro/a que recusa as soluções teleológicas e aposta no acaso, na aventura, sem o medo da destruição. O aventureiro que se gratifica em viver, não negando as coisas que não acredita, mas, ao contrário, procurando nelas sua positividade.

Nietzsche (1981, p. 34), em *Assim falou Zaratustra*, afirma: "É preciso ter ainda caos dentro de si, para poder dar a luz a uma estrela dançante". A estrela dançante ameaça o estabelecido. Nietzsche nos convoca a pensar que só quem teme a sombra, o imprevisível, o acaso pretende manter a totalidade sob controle. A direção pode ser outra: abandonar a preocupação e o anseio de chegar a um lugar pré-fixado.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. (org.). **Formação de professores**: pensar o fazer. São Paulo: Cortez, 1992.

BAPTISTA, L. A. dos S. **Algumas histórias sobre a fábrica de interiores**. 1987. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1989.

COELHO, I. M. A Questão política do trabalho pedagógico. *In*: BRANDÃO, C. R. (org.) **Educador**: vida e morte. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p. 29-50.

DELEUZE, G. Crítica e Clínica. São Paulo: ed 34, 1997.

FOUCAULT, M. Anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista. *In*: ESCOBAR, C. H. (org.). **Dossiê Deleuze**. Rio de Janeiro: Hólon Editora, 1991.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere:** Volume 3 – Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUATTARI, F. **Revolução molecular:** pulsões políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HECKERT, A. L. C. **A produção dos latifundiários do saber**: a formação do psicólogo em questão. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

LOURAU, R.; ARDOINO, J. **Les pédagogies institutionnelles**. Paris: PUF, 1994.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

MARX, K.; ENGELS, A. **A ideologia alemã**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

NIETZSCHE, F. Genealogia da moral. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NOSELLA, P. O compromisso político como horizonte da competência técnica. **Educação e Sociedade**, São Paulo, n. 14, p. 91-97, 1983.

ROLNIK, S. **Ponto e Contraponto,** Boletim de Novidades, Pulsional - Centro de Psicanálise, Ano V, no 41: 33-42. São Paulo: Livraria Pulsional, set. 1992.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1983.

SAVIANI. D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1992.

SPINK, M. J. P. (org.). **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

Avaliação e formação em saúde: como romper com uma imagem dogmática do pensamento?[12]

Maria Elizabeth Barros de Barros

Como pensar a questão da formação e da avaliação em saúde no ritmo do nosso tempo e de suas vertigens? Como apreender as mutações em curso hoje, sem cair no desânimo, na descrença, nos fatalismos, no fascínio complacente da globalização? Como nos lançar na ousada tarefa de criar instrumentos conceituais e metodológicos para lidar com o que está se constituindo no contemporâneo? Como "reencantar

12 Originalmente publicado em: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (org.). **Gestão em redes:** práticas de avaliação, formação e participação na saúde. Rio de Janeiro: IMS/UERJ-CEPESC-ABRASCO, 2006. p. 261-88.

o concreto" (VARELA, 2003, p. 11) das práticas de formação e avaliação em saúde? Como inventar práticas de formação que produzam modos de subjetivação, jeitos de ser trabalhador/a que resistam ao que está instituído e se aliem ao desafio de afirmar os princípios do SUS, que demandam insistentemente mudanças dos modelos de atenção e de gestão das práticas de saúde? As formas atuais de pensar, de subjetivar-se, de existir pedem novas-outras ferramentas conceituais-metodológicas que nos arranquem de posturas que, em alguns momentos, paralisam-nos, para construirmos meios para lidar com o que está em curso na atualidade sem cair em posturas imobilistas.

Pensamos que uma forma de abordar a temática proposta nesse debate, que se instale nessa multiplicidade, nessa riqueza que constitui a existência, é criar meios concretos de ação que nos permitam avançar nas nossas análises sobre os processos de formação e avaliação em saúde. Eis um desafio que nos convoca a produzir estratégias metodológicas em consonância com essa realidade que nos "cutuca" e nos lança num movimento de *(re)existência* aos imobilismos e à descrença de diferentes ordens. Tal construção não tem um sentido de apenas recusar o que está construído hoje no campo da saúde e que não se alia com as diretrizes do SUS. Resistir significa, também, mais do que enfrentar, opor-se, conceber meios concretos que permitam expressar, fazer ganhar voz e visibilidade os processos que fortalecem o SUS como política pública.[13] Resistência que se configura como a criação de espaços de troca, busca de condições para enfrentar os impasses que vivemos hoje no âmbito das políticas públicas em saúde, ou seja, desenhar vias que afirmam a plasticidade e inventividade inerente à vida.

---

13 O sentido de público que estamos utilizando se refere ao plano coletivo, no qual "[...] a política se consolida como experiência pública ou res pública. O público diz respeito à experiência concreta dos coletivos, ele está em um plano diferente daquele do Estado [...]. O plano do público é aquele construído a partir das experiências de cada homem" (BENEVIDES; PASSOS, 2005, p. 570).

O texto que aqui está sendo proposto é movido, portanto, por esta condição: pensar e fazer pensar, fazendo-nos vibrar. Pretende constituir um plano sociopolítico para uma "viagem imóvel" (FONSECA, 2006), criando possíveis e voos do pensamento que nos ajudem nessa tarefa de construir estratégias de formação e avaliação em saúde que permitam sustentar um pensamento que se efetive em modos de operar que não dissociam a problemática científica e cognitiva do plano do qual as práticas emergem. Buscamos nos aliar com alguns princípios conceituais, metodológicos e, sobretudo, ético-políticos, com vistas a produzir passagens para a produção de um conhecimento em saúde conectado à vida e que, por conseguinte, também supere os paradigmas da ciência pautados numa racionalidade exclusivamente técnica e objetivista.

Podemos dizer que perseguimos a construção de redes de conceitos como redes de resistência, como máquina de guerra contra uma imagem dogmática do pensamento (DELEUZE, 2000) que produz pensamento criador, práticas poiéticas produtoras de diferença. É preciso privilegiar o regime das "redes em saúde" (nos seus múltiplos sentidos), das cumplicidades, das redes de resistência, já que as redes podem resistir e criar.

Esse percurso se construirá na produção de contágios com outros domínios das ciências, das artes e da filosofia, afirmando nossa postura transdisciplinar e nosso engajamento ético que se coloca na tarefa de pensarmos estratégias metodológicas que se aliem a uma perspectiva de integralidade em saúde. Quando se trata de produzir contágios, contagiar pela crítica e resistência inventiva, um caminho pode ser a produção de um texto como máquina e agenciar movimentos na direção das transformações aos processos em curso nas práticas de formação e avaliação em saúde. É preciso enriquecer o conhecimento a partir da vida no que ela tem de explosivo, de forma a fertilizar o plano das ciências que, muitas vezes, é seco, árido, infértil.

Como nos diz Fonseca (2006), vivemos um tempo importante em que alguns paradigmas se desmancham e valores tradicionais nos

convocam a novas construções. Sentimo-nos interpeladas, diante dos impasses vividos hoje a formular perguntas sobre o que estamos fazendo, não como preocupações privatistas, mas, sobretudo, pela construção de práticas pautadas num caráter ético, que nos "[...] faça sentir alegria sempre que possamos reafirmar a vida, encorajar a vontade de viver construindo caminhos que nos façam derivar, abrir passagens no labirinto do tempo" (FONSECA, 2006, p. 4).

Ao aceitar o convite para essa aventura construtivista que o contemporâneo nos convoca, optamos por reunir algumas reflexões que têm como eixo um pensamento que se sustenta em uma resistência afirmativa e criadora, que torne possível outros efeitos e problematizações que interroguem nossos modos de operar. Práticas de pensamento que não devem ser reduzidas à representação da realidade. A proposta é, então, fazer abalar o que seria próprio do bom senso vigente dos modos de pensar e agir em saúde e afirmar práticas de formação e de avaliação que não separem as formas que são produzidas nesse agir do seu processo de constituição. Trata-se de uma posição que, como nos indicou Deleuze (2000), é crítica produtora de crise, de desestabilização, potencializadora de linhas que possibilitem novos encaminhamentos para as tensões vividas hoje no campo da saúde. Precisamos fazer tremer certas formas dogmáticas de pensar e agir, que estão pautadas em paradigmas biomédicos, hierarquizantes e cientificistas, para dar passagem àquilo que ainda é impensado, e não experienciado.

Para a efetivação desse projeto ético-político, partimos de uma provocação feita por Deleuze (2000, p. 9), ao considerar que é preciso destruir "[...] a imagem de um pensamento que se pressupõe a si próprio, gênese de ato de pensar no próprio pensamento". Tal projeto crítico, na sua radicalidade, pretende subtrair todos os pressupostos, explícitos ou implícitos, subjetivos ou objetivos, de forma a afirmar que pensar não é um processo inato, mas engendrado no pensamento. Não se trata de aplicar um pensamento preexistente por natureza e de direito, mas fazer com que nasça aquilo que ainda não existe. "Pensar

é criar, não há outra criação, mas criar é, antes de tudo, engendrar, pensar no pensamento" (DELEUZE, 2000, p. 268). Ainda conforme Deleuze (2000, p. 269), continuamos escravos, enquanto "[...] não dispusermos dos próprios problemas, de uma participação nos problemas, de um direito aos problemas, de uma gestão dos problemas".

Nessa linha de análise, o que seria formar e, consequentemente, avaliar os resultados desse processo? Se recusamos uma imagem dogmática do pensamento, não podemos nos apoiar em aspectos para pré-julgar o que deveria ser o mais elevado no pensamento — isto é, a gênese do ato de pensar e o sentido do verdadeiro e do falso. Se for assim, avaliar significa pensar no pensamento, criar e não pré-julgar. Mas como fazê-lo?

De acordo com Santos Filho (2005, p. 12), a avaliação é uma atividade que acompanha a história dos humanos e é inerente ao processo de aprendizagem e que, "[...] na atualidade, tem assumido caráter polissêmico em sua conceituação, abrigando múltiplas realidades e múltiplos referenciais de análise". Sinaliza, ainda, que avaliar pode ser um "[...] processo de negociação entre os atores envolvidos na intervenção a ser avaliada [...]" (SANTOS FILHO, 2005, p. 13) e, na medida em que se efetiva num dado contexto, envolvendo diferentes dimensões de uma situação, leva à modificação de um cenário e, no mesmo movimento, modifica os atores envolvidos.

Na medida em que entendemos a avaliação em saúde como sistema de atividades humanas, o processo de avaliação trata de situações nas quais estão implicados diversos atores que não têm papel passivo de conhecer conclusões, mas de elaborá-las coletivamente, como coautores do processo, integrando as diferentes dimensões de uma situação. Arriscaríamos dizer, portanto, que a criação de indicadores para um processo de avaliação não pode se reduzir à mensuração de resultados, mas, principalmente, a processos que engendram determinados produtos, o que significa enfatizar nas ações de avaliação o plano micropolítico de constituição desse bloco produtivo-econômico-subjetivo.

Nossa aposta-proposta é, portanto, partir de princípios, métodos, dispositivos e ferramentas que possam conduzir processos de formação e avaliação[14] que afirmam os princípios[15] do SUS. A integralidade, como um desses princípios, efetiva-se em um movimento que interroga saberes e poderes instituídos, que constrói práticas cotidianas nos espaços públicos, onde os sujeitos engendram novos arranjos sociais e institucionais em saúde, pautados em um dialogismo que produz efeitos de polifonia quando essas vozes se deixam escutar (GUIZARDI; PINHEIRO, 2004).

Integralidade, portanto, como movimento de mudança de modelos de atenção e gestão, que, conforme Mattos (2001, p. 41), "[...] não é apenas uma diretriz do SUS definida constitucionalmente. É uma bandeira de luta, [...] um enunciado de certas características do sistema de saúde, de suas instituições e de suas práticas". Segundo o autor, a integralidade se refere a um conjunto de valores pelos quais vale a pena lutar, já que estão relacionados a uma forma de funcionamento social mais solidária, forjada "desde um lugar de oposição" (MATTOS, 2001, p. 43), de uma crítica radical às práticas, às instituições e às organizações de saúde que não tenham como marca específica modos de operar que se efetivam, quando se estabelece uma relação com o outro, reconhecido como "verdadeiro outro".

Para transformar os modos de construir políticas públicas de saúde na direção da integralidade, impõe-se enfrentar um modo de fazer no campo da saúde, com práticas de formação, processos efetivos de transformação e criação de mundos que não sejam fragmentados e fragmentadores e marcados pela lógica dos especialismos. É

14 Vamos usar o formato "formação-avaliação" aqui, por acreditarmos que formar e avaliar são processos indissociáveis, uma vez que em todo processo de formação estão presentes valores.

15 Entendemos por princípio como o que "[...] causa ou força determinada ação ou dispara determinados movimentos no plano das políticas públicas" (PASSOS, 2006, p. 1).

apostar em um movimento de mudança da lógica da racionalidade técnico-burocrática nas práticas de saúde e recusar processos de trabalho pautados na verticalização e na hierarquização de saberes.

Dessa forma, o princípio da integralidade, como um anseio que o SUS elege como uma das direções do sistema de saúde, precisa se efetivar como política pública de saúde no concreto das práticas. Afirmamos que o projeto do SUS não pode existir de forma descolada do plano das experiências concretas, no qual o movimento instituinte da Reforma Sanitária fez valer a aposta em mudanças nas práticas de saúde. É nesse sentido que os princípios do SUS não se sustentam em uma mera abstração, só se efetivando por meio da mudança nos modos de fazer saúde (BENEVIDES; PASSOS, 2005).

Assim sendo, como operar processos formativos-avaliativos que tenham como eixo a integralidade nessa direção? Que método afirmar na condução do processo de formação e avaliação em saúde? Que dispositivos utilizar para se efetivar nas práticas concretas dos processos de formação e avaliação em saúde na direção da integralidade?

O texto visa a fazer essa discussão partindo do princípio da indissociabilidade entre cuidado e modos de gestão do trabalho. Perseguimos um debate sobre as questões formuladas, construindo um percurso que se efetivará em três momentos. No primeiro, discutimos o conceito de aprendizagem que norteia as práticas de formação-avaliação. No segundo, vamos apresentar uma proposta metodológica para as práticas formativo-avaliativas pautadas no método da inclusão dos sujeitos envolvidos no processo de formação, tendo como referência a proposta de construção de um regime de produção de saberes pautado nas Comunidades Ampliadas de Pesquisa. E no último, partindo do conceito de aprendizagem inventiva, apresentamos a proposta de pensar formação-avaliação como arte.

O TEMPO NOS ESTUDOS SOBRE A COGNIÇÃO E OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO EM SAÚDE

A partir dos pressupostos apresentados, consideramos que há, necessariamente, uma concepção de aprendizagem que está na base dos processos de formação e avaliação em saúde. Tal concepção implica, a nosso ver, uma certa política, pois envolve escolhas pautadas em valores ético-políticos. Portanto, um debate sobre formação e avaliação não pode se reduzir a um debate psicopedagógico ou técnico-metodológico. Nosso objetivo é, portanto, articular a questão da formação e avaliação em saúde com o que vamos chamar, a partir de Kastrup (2007), de políticas de cognição.

Dessa forma, aceitamos o desafio proposto por Deleuze (2000, p. 270), de pensar diferente, recusando "[...] uma imagem dogmática do pensamento". Isso implica, no nosso entendimento, trazer ao debate a questão do tempo nos processos de aprendizagem, para que possamos produzir uma mudança radical nos modos de operar os processos de formação-avaliação em saúde, uma vez que, reafirmamos, qualquer projeto de formação-avaliação está pautado em uma política cognitiva.

Para a efetivação desse projeto, os trabalhos de Kastrup (1997, 1999, 2004), a partir de autores como Bergson, Deleuze e Guattari, são contribuições importantes. A autora traz, para o debate sobre os processos de aprendizagem, a questão do tempo, comparando duas concepções acerca das transformações temporais da cognição — aquela das teorias do desenvolvimento, entendida sob o signo da convergência e do fechamento, e uma outra pautada nas ideias de divergência e diferenciação. As primeiras trazem o conceito de tempo cronológico, um regime de filiação das estruturas e a ideia de ultrapassar as diferentes formas de conhecimento, na direção de formas definidas como superiores por um cientificismo tecnocrático (KASTRUP, 2004).

A partir da concepção bergsoniana de coexistência dos tempos, a autora afirma a tendência inventiva que permanece presente como virtualidade em toda formação cognitiva que caracteriza a cognição contemporânea. Nesse sentido, o conceito de aprendizagem que subsidia os debates sobre os processos de formação-avaliação não pode se isentar de trazer a questão do tempo para a temática aqui proposta. Vejamos.

A palavra *formação* é constantemente invocada a partir de diversas concepções que coexistem e aparecem, dentre outros aspectos, como apenas a transmissão e aquisição de informações. É o que legitima o trabalhador, dicotomizando o apto e o inapto, o competente e o incompetente, o saber e o não saber; como aquisição de um saber técnico-instrumental, utilizado principalmente para motivar e desafiar o aluno ao conhecimento; como modelagem de sujeitos; como processo evolutivo com etapas progressivas (formação inicial x formação continuada) mediadoras para a reflexão crítica (OLIVEIRA; DRUMOND, 2003). A formação fica, assim, reduzida à *aquisição* de conhecimentos por meio de um curso "oficializado", que *autoriza* o aprendiz a realizar seu trabalho e, então, considerá-lo *formado*.

Essa linha de análise torna *verdadeiro/naturalizado*, "[...] que não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer lugar e sob qualquer circunstância" (CHAUÍ, 1995, p. 45) e, implica, assim, na construção de um programa de formação que se baseia na transmissão de conhecimentos a alguns, que, "capacitados", seriam alocados em um lugar de saber superior aos demais, mostrando-se eficientes, pautados nos "especialismos".[16] O que pode decorrer desse modelo, então, é a produção da incompetência e da inferioridade de alguns que devem se submeter a um conhecimento considerado superior e que poucos estão autorizados a transmitir. Esse modo de funcionamento, pautado nos especialismos, produz *formas*

16 Especialismos referem-se às práticas que autorizam alguns a saberem o que é melhor para o outro, qual sua "verdade", invalidando o saber-fazer desse outro.

de *ação* que classificam/hierarquizam/desqualificam os sujeitos em processo de aprendizagem.

Mas qual a novidade que a introdução do problema do tempo nos processos cognitivos pode produzir quando nos jogamos no debate sobre formação e avaliação? Como a questão do tempo pode operar uma outra direção para pensarmos os processos de formação e avaliação, indagando as práticas pautadas em especialismos?

Trata-se de, inicialmente, recusar um tempo cronológico, que afirma uma construção segundo a qual o processo de aprendizagem está pautado em estruturas cognitivas em uma ordem sucessiva. Segundo Kastrup (2004), a noção de desenvolvimento dos processos cognitivos assume características próximas e derivadas da noção biológica de evolução, na qual as ideias-chave são as de modificação e genealogia. A evolução diria respeito às transformações das formas ao longo do tempo, enquanto a genealogia organiza tais formas em linhagens, por elos de filiação e descendência. O processo de aprendizagem é, então, entendido por meio de formas ou estruturas específicas de conhecer, definidas *a priori*, que teria um alvo, um ponto de chegada, considerado um ideal a ser alcançado. Essa noção de desenvolvimento da aprendizagem traz a ideia de progresso, que tem o sentido de aumento de complexidade ou de eficiência dos seres para patamares mais evoluídos, sempre pautados em uma imagem dogmática do pensamento.

Em outras palavras, a transformação temporal, que indica movimento no curso de um tempo histórico, sequencial e cronológico, afirma a existência de uma sucessão marcada pelo progresso. Se partirmos dessa forma de pensar o tempo nos processos de formação-avaliação, afirmamos ações pautadas em um conceito de aprendizagem que considera que certas estruturas intelectuais tendem a ser integradas e subordinadas ao modo de conhecer que se impõe, por meio de uma imagem do pensamento colocada como natural e inquestionável. Busca-se encontrar as estruturas de pensamento ideais, identifica-se uma pré-lógica ou semilógica, que evidencia um déficit ou

uma falta, que será ultrapassada no curso do processo de aprendizagem, pelo modo certo de conhecer. Ou seja, uma formação pautada exclusivamente em um cientificismo objetivista, de forma que a aprendizagem se daria em uma sequência de estruturas construídas numa ordem fixa, sucessiva e hierárquica.

A questão será: o que falta a um sujeito (aluno, trabalhador) para pensar como um profissional eficiente e eficaz? Resulta daí uma caracterização da cognição, a partir de categorias negativas que se referem aos processos de formação, com base na ideia de inexistência de pensamento adequado e desenvolver-se. É, desse ponto de vista, superar deficiências cognitivas, completar lacunas, deixar para trás estruturas cognitivas imperfeitas que impedem o conhecimento imposto pela imagem dogmática do pensamento. A adoção dessa perspectiva epistemológica faz com que o problema das transformações necessárias à formação dos profissionais de saúde seja colocado sob a égide do progresso e da previsibilidade e, assim, a formação se pauta na recognição.[17]

Cabe notar, ainda, que a aprendizagem na direção de um processo evolutivo e hierárquico toma o desenvolvimento como um movimento de fechamento do sistema cognitivo (KASTRUP, 1999, 1997). A possibilidade de serem desestabilizadas e, portanto, modificadas, tende a desaparecer, em função do equilíbrio móvel que possuem. Conclui-se que, sob tal ótica, é progressivamente fechada, ao longo do desenvolvimento, a possibilidade de invenção de outras formas de conhecer, distintas daquelas determinadas por um cientificismo árido.

Entendemos, diferentemente dessa direção hierarquizante e progressiva, que o conhecimento não é intermediação; ele é

17 Recognição refere-se a um modo de aprender que privilegia o conhecimento de um mundo já dado, a soluções de problemas, o que reduz a aprendizagem ao reconhecimento de uma situação desde sempre constituída, esvaziando a potência inventiva do aprender.

imediatamente produtor de realidade. O ato de pensar é criação do próprio pensamento e do mundo pensado. Ou seja, o conhecimento não está entre um sujeito e um mundo a ser descoberto; ele produz sujeito e mundo. Propomos, portanto, outra direção da análise proposta por Deleuze, a partir de Bergson (2006), que é uma concepção de tempo distinta do tempo cronológico e se apresenta como coexistência de todos os tempos. Trata-se de uma concepção que Deleuze (2004) denomina paradoxal, uma vez que presente, passado e futuro não se sucedem, nem se perdem, mas subsistem como coexistência virtual (KASTRUP, 2000). Tal abordagem problematiza a noção de desenvolvimento cognitivo por estágios, ao mesmo tempo em que abre possibilidades para um conceito positivo de conhecimento, que evita pensá-lo como um modo de aprender ultrapassado em favor de formas e estruturas mais avançadas. Uma concepção de tempo com direções para pensar o conhecimento que não está sob a égide do déficit ou da falta.

A evolução criadora própria dos viventes humanos não segue uma só direção, não possui um caminho único e necessário, mas se efetiva de modo rizomático. A vida seria uma força explosiva marcada por um equilíbrio instável das tendências (BERGSON, 2005). Sob tal perspectiva, como nos afirma Kastrup (2004), toda transformação ao longo da evolução ocorre sob o signo da divergência e da diferenciação, de forma que o élan vital se bifurca em duas tendências divergentes — tendência repetitiva e tendência inventiva — que se misturam nas formas atualizadas, que guarda uma abertura e encontram-se sujeito à instabilização.

> Numa filosofia que considera a coexistência das tendências e dos tempos, os modos de conhecer não são algo a ser ultrapassado nem indicativo de um déficit em relação às formas cognitivas terminais, mas um modo de conhecer que assegura a abertura da cognição e persiste como virtualidade. No contexto de uma evolução criadora, onde as tendências divergentes mantêm-se

> em equilíbrio instável, coexistem no interior da cognição e a dimensão vai-se destacar como uma tendência sempre virtual, capaz de fazer divergir as formas e estruturas constituídas (KASTRUP, 2000, p. 11).

De todo modo, o caminho é outro em relação ao perseguido por algumas abordagens sobre a cognição que orientam as práticas formativo-avaliativas, pautadas na noção de etapas a serem superadas e com a subsunção de modos menos evoluídos aos modos considerados mais avançados no aprender. Na realidade, estamos incessantemente fazendo escolhas, o que implica, no mesmo movimento, deixarmos de lado outras. Afirmamos, então, a partir de Kastrup (2004), que a vida dispõe de um número incalculável de vias, não se restringindo a um caminho necessário, mesmo que em toda bifurcação existam escolhas ou seleção de caminhos, o que implica abandonar outras possibilidades. Não concordamos com a ideia de uma perda irreversível de devires, pois são eles que viabilizam a abertura para o novo e a possibilidade de invenção de novas formas de conhecer. Se esse fosse o caso, perderíamos a possibilidade de sair de nosso modo predominante de conhecer; estaríamos afirmando uma única forma de aprender e de pensar. Nossa aposta é que nos processos de formação e avaliação em saúde possamos recusar uma imagem dogmática do pensamento que se impõe na aprendizagem e que seria um obstáculo à invenção.

Então, falamos, a partir dos autores citados, de duas formas de pensar o processo de conhecimento: uma sob o signo da convergência e do fechamento e outra pautada nas ideias de divergência e diferenciação. Acreditamos que é na segunda maneira de pensar que se encontram elementos para conceber um processo de invenção da cognição como virtualidade, não limitando as transformações temporais a um único regime considerado o mais fecundo. Segundo Kastrup (2004), talvez as abordagens baseadas no modelo genético-estrutural e na ideia do déficit nos deixem de mãos vazias para o entendimento

da cognição contemporânea. Considerar o tempo como virtual, como coexistência de durações distintas e heterogêneas, seria um princípio de realidade própria ao devir.

A colocação do problema das transformações temporais da cognição em uma perspectiva de tempo cronológico tem como horizonte uma forma de conhecer, cuja consequência é a ideia de que a cognição é um processo marcado por um déficit. Pergunta-se, então, o que falta à cognição para que chegue ao ideal e, aí, estamos no terreno da recognição, e não de invenção. Recognição de um mundo já dado, reconhecimento de uma situação, desde sempre constituída. Dessa forma, se admitimos que o vivente humano se define por uma potência ativa e dinâmica, de estar sempre em atividade, a concepção de aprendizagem que vai nortear os processos formativo-avaliativos precisa assumir esse caráter de constante invenção de novos domínios, de renormatização, na direção que nos oferece Georges Canguilhem (2000). Sujeito e objeto, sujeito e mundo, no domínio cognitivo são inventados e marcados pelo inacabamento e pela experimentação. Uma formação que se opera em rede, que tenha como estratégia o dialogismo, e não os especialismos, o que não significa negar que existam saberes formalizados, mas reconhecer que ninguém pode ser competente pelo outro, no lugar do outro.

Esse é o caminho que estamos propondo: pensar vias metodológicas que ouçam aqueles que efetivamente vivem o cotidiano dos ambientes de trabalho em saúde e fazer deles aliados na construção de conhecimentos e processos de formação e avaliação que privilegiam a invenção. Formação como construção coletiva e cotidiana de conhecimentos, a partir da aliança entre a experiência de trabalho e o "saber acadêmico"; como processo inacabado que supõe construções e desconstruções de saberes, valores, concepções e sujeitos.

Cognição, portanto, entendida não como um conjunto de faculdades isoladas, tais como pensamento, memória, percepção etc., como reconhecimento de conteúdos já formulados, e que tem sua riqueza, exclusivamente, na potência para a resolução de problemas, mas,

antes de tudo, como possibilidade de invenção e de colocação de problemas (KASTRUP, 1999). Problemas que se constituem como máquinas de guerra. Problemas que possam liberar a vida, que tem aqui o sentido de não deixar a "vida minguar" (ROLNIK, 1996).

Estamos, nessa trilha de pensamento, referindo-nos a uma concepção de aprendizagem que possa sustentar os processos de formação-avaliação pautados na potência interrogativa que a dimensão cognitiva porta e que não pode ser reduzida à cognição como um conjunto de leis invariantes sobre o que se pretende ensinar ou como previsão de resultados ou metas definidas *a priori*, que não contemplem o processo de formação em diálogo permanente.

Essa abordagem de produção de saberes/conhecimento, portanto, remete-nos a uma certa concepção de humano adotada neste texto. Uma abordagem pautada na inventividade, que, sendo experimentada por humanos, será, necessariamente, marcada pela imprevisibilidade, variabilidade, plasticidade, expressando-se sempre de forma singular. Assim, destacamos que a dimensão cognitiva que buscamos imprimir nos processos de formação e avaliação em saúde não pode se reduzir a uma aquisição ou aprendizagem de regras e conceitos, mas se refere a um coengendramento de sujeitos e mundos.

É esta a direção que afirmamos: movimentos de criação que não se efetivam quando estamos pautados em formas de pensar a aprendizagem/formação/avaliação, tendo como ponto de partida uma perspectiva temporal que se impõe como sequencial, previsível e, portanto, esvaziada do seu caráter inventivo. Como fazer da formação-avaliação um processo de criação? Como contagiar as práticas formativo-avaliativas, de um modo artista que tenha a integralidade como eixo?

DA ATIVIDADE COMO PRINCÍPIO PARA PENSAR OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO EM SAÚDE NA DIREÇÃO DA INTEGRALIDADE

Na esteira do que estamos afirmando, não há como mudar os modos de atender à população em um serviço de saúde pautado na integralidade, sem que se alterem também a organização dos processos de trabalho, a dinâmica de funcionamento das equipes profissionais, os mecanismos de planejamento, de decisão, de avaliação e de participação dos sujeitos implicados no e com esse processo. Para tanto, é necessário construir arranjos e dispositivos que interfiram nas formas de relacionamento dos serviços e nas outras esferas do sistema. Essa forma de funcionamento só se operará se garantirmos uma tomada de posição que considere o grau de abertura dessas práticas, de forma a aumentar os graus de transversalidade — ou seja, formas de superar modos de organização do trabalho marcados por práticas verticalizadas que hierarquizam gerentes, trabalhadores e usuários. Pensar integralidade, a nosso ver, é ampliar o grau de transversalidade, é produzir uma comunicação multivetorializada.

Assim sendo, as técnicas e os métodos utilizados nos processos formativo-avaliativos se conformam na medida da concepção de processos de trabalho, de produção de conhecimento e, principalmente, de humano e de vida. Partindo do que foi dito até o momento, diríamos que o conceito de humano que forjamos considera que esse é um vivente dinâmico, em processualidade e que é no encontro com o outro, no diálogo com esse outro, que se constitui e ao mundo, em um movimento de coengendramento. O humano é um ser industrioso, o que tem o sentido de que é um ser em atividade, e a vida tem caráter de imprevisibilidade, plasticidade e criação (CANGUILHEM, 2000). Abordagem que considera os humanos em seu movimento de invenção e expansão, uma abordagem do vivo como um ser em constante atividade. Humanos que se caracterizam por sua capacidade de produzir novas normas no e com o meio, em um movimento contínuo e dinâmico de criação.

Partindo de Canguilhem, Schwartz (2000, p. 644) afirma que o próprio do vivo é produzir a si e ao mundo, compondo com esse mundo. A vida é entendida como atividade de oposição à inércia e à indiferença. Para os humanos, o mundo percebido é orientado por sua experiência pragmática e por seus valores, marcados por um "olhar que questiona o mundo", por uma capacidade de explorar ativamente o espaço, por meio de movimentos de orientação produzidos não em resposta às estimulações do meio, mas em função dos projetos do sujeito.[18]

Trabalhar com o conceito de atividade humana significa, assim, considerar essa dimensão da experiência ou singularidade, das renormatizações, a infiltração do histórico, dessa habilidade de lidar com o imprevisto, com as variabilidades da vida. Diz dos saberes do corpo, de um "corpo si" que se constrói ao fabricar o mundo, da imersão na experiência, na vivência concreta das situações. Podemos afirmar que a atividade humana tem características de transversalidade e de circulação e está articulada com o sentido que os humanos lhe atribuem. Implica "[...] dramáticas de usos de si por si e pelos outros" (SCHWARTZ, 2000, p. 648), debate de valores e normas que são utilizados nas ações. É arte do "Kairós".[19]

---

18 Mesmo de uma perspectiva das neurociências, afirma-se que o "[...] cérebro não é uma máquina reativa, é uma máquina proativa que projeta sobre o mundo suas interrogações" (SCHWARTZ, 2000, p. 643). O cérebro seria um centro permanente de reconfiguração das condições do exercício das faculdades vitais, ele tem necessidade de criar. Alain Berhoz (1997 *apud* SCHWARTZ, 2000) considera que o ato perceptivo não pode ser reduzido aos cinco sentidos; é necessário articular sobre esses o sentido do esforço, do "si", centro de decisão, iniciativa e responsabilidade.

19 "Os gregos chamavam de arte do kairós, a escolha pertinente de ação diante da conjunção localmente particular e inédita de processos considerados, cada um por seu lado, controláveis e programáveis" (SCHWARTZ, 2000, p. 644). Trata-se, assim, da ação que surge da capacidade de discernir, em cada situação, qual o instrumento da caixa de ferramentas a ser utilizado e que será o mais adequado.

Assim, afirmamos que é imprescindível construir um método de trabalho que inclua os sujeitos em formação. Utilizar a atividade humana como eixo de análise significa, portanto, partir da impossibilidade de pensar em processos de formação que se pautam na ideia de que é possível transmitir ao outros saberes sobre o trabalho em saúde, como se fosse possível um processo de aprendizagem como, apenas, *aquisição* de conhecimentos por parte dos profissionais. Desde que se trate da vida e das atividades humanas, que integram o projeto do conhecimento, valores, saberes e atividades se mesclam em um processo incessante que não pode ser desprezado.

Esses princípios nos convocam a construir planos de formação e avaliação que tenham como eixo a atividade industriosa em saúde. Um programa de formação pautado em uma discussão ampliada entre os trabalhadores e a equipe de formadores, em que todos são considerados pesquisadores e produtores de novas formas de pensar e agir no cotidiano dos serviços. Ao invés de não considerar ou mesmo desqualificar a experiência dos trabalhadores nos processos de formação, é importante colocar em sinergia os saberes formalizados pelas ciências e o saber daqueles que, cotidianamente, constroem os mundos do trabalho. Busca-se, assim, conhecer as estratégias já existentes, as atividades industriosas em curso, que os trabalhadores criam no curso da atividade para lidar com os imprevistos.

Para a implementação de um projeto nessa direção, propomos um método que consiste em criar grupos de trabalhadores que devem falar sobre sua atividade, isto é, o que fazem no seu trabalho, o que não significa, simplesmente, instrumentalizá-los com metodologias e/ou tecnologias inovadoras no campo da saúde, mas, sobretudo, investir na produção de subjetividades.[20] Privilegiar a nucleação de trabalhadores, que falam das dramáticas de usos de si (Schwartz) e dos debates de normas e valores que são referência para a construção do

20 O conceito de subjetividade utilizado não tem o sentido de identidade ou personalidade, refere-se a modos de existência produzidos no marco da história.

meio de trabalho. Buscamos conhecer a "sinergia das relações" (HELDER *et al.*, 2004), a forma como lidam com os usuários, com os colegas, com as gerências das unidades e com a gerência da Secretaria de Saúde, atentos ao que é singular em cada situação. Ou seja, um programa de formação que permita conhecer como os trabalhadores articulam conceitos e técnicas aprendidos com as situações singulares que exigem adaptações e transformações desses instrumentos. Partir da atividade industriosa, atentos aos movimentos que se operam nas unidades para juntos — trabalhadores e formadores — construírem novas montagens nos/para o trabalho em saúde. Tal proposta metodológica pode se efetivar, por meio de um regime de produção de conhecimento/saberes que denominamos "Comunidades Ampliadas de Pesquisa",[21] baseado na construção de uma rede de "encontros de saberes" que passamos a relatar.

FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO: A CAP COMO ESTRATÉGIA PARA REENCANTAR O CONCRETO[22]

Tomando a atividade como eixo dos processos de formação e avaliação, propomos neste texto tomar a história da organização dos trabalhadores na luta por mudanças nos locais de trabalho como indicação para uma prática formativa. Estamos nos referindo a um regime de produção de conhecimentos/saberes pautado na experiência dos

21 A expressão "Comunidades Ampliadas de Pesquisa" foi inspirada na experiência do Movimento Operário Italiano de Luta pela Saúde, denominada Comunidades Científicas Alargadas. Essa estratégia de formação recebeu no Brasil a denominação de Comunidades Ampliadas de Pesquisa, cunhada por pesquisadores do Rio de Janeiro (UERJ, Ensp) e João Pessoa (UFPB) e está baseada na construção de uma rede de encontros de saberes e trocas de experiências.

22 Reencantamento do concreto é a expressão usada por Varela (2003), no livro do mesmo nome, que visa a falar de experimentações, estratégias, meios concretos que permitam lidar com o que vivemos hoje, de forma a não sucumbir ao fatalismo ou a posturas desvitalizadoras em todos os planos da existência.

trabalhadores, colocando em debate os polos dos saberes formalizados e da experiência dos mundos do trabalho.

Trata-se de uma estratégia que se efetiva no esforço coletivo, incorporando à produção de conhecimento o saber que os trabalhadores desenvolvem, a partir da experiência de trabalho nos serviços, transformando-o em rico material para a formação. Uma perspectiva que considera que é no encontro e no diálogo com o outro que o humano se constitui a si e ao mundo.

Nesse contexto, a linguagem emerge de um viver junto, que, entrelaçado com as emoções, é o que Maturana (2002) chamou de "conversar". Segundo esse autor, todo vivente humano se constitui nessa prática cotidiana de rede de conversações. O humano se constitui nesse movimento de viver e conversar. É no conversar que acontece o viver humano, na convivência com o outro, e é nesse espaço de conversa que emerge a possibilidade de mudar modos de viver, amar, trabalhar e pensar.

Nessa linha de análise, é preciso construir estratégias metodológicas que busquem acompanhar esse movimento plástico dos humanos para produzir um regime de produção de conhecimentos/saberes e colocá-lo em movimento. Diríamos que é preciso construir uma caixa de ferramentas conceituais e metodológicas que crie condições que viabilizem o encontro e o diálogo entre os atores envolvidos nos processos de formação. Esse regime, quando priorizado, deve contemplar esse caráter do vivo em movimento, em atividade. É preciso construir um conjunto de métodos e estratégias que se alie a essa concepção de humano, que acompanhe seu movimento construtivista, inventivo, incorporando, assim, aos processos de formação a dinâmica do vivo.

A esse tipo de relação, de encontro, confronto, diálogo crítico entre o polo das disciplinas científicas e o polo dos saberes colocados em prática e desenvolvidos no cotidiano de trabalho, nomeamos, conforme já sinalizado, Comunidade Ampliada de Pesquisa (CAP).

Esse é um processo que implica corresponsabilidade. Trata-se de uma situação que exige o reconhecimento de que cada polo de saber — o conhecimento sistematizado das ciências e o saber da experiência dos trabalhadores — possui uma cultura específica, não abarca a totalidade dos saberes e, portanto, é preciso considerar a riqueza presente em cada polo de saber,[23] reconhecendo e admitindo a "incultura" de cada polo em relação ao saber e à competência que vêm do outro. Enfim, reconhece que ninguém pode ser competente pelo outro, no lugar do outro; é preciso não só conviver de forma colaborativa na diferença, como desenvolver estratégias para dar respostas concretas às práticas em saúde.

Na direção aqui proposta, o conhecimento científico tem seu modo específico de funcionar, tem limites e potencialidades e não pode se impor de forma incontestável. Com relação a tudo o que é humano, fica algo sempre enigmático ou invisível para a ciência: algo que emerge no diálogo e confronto com os protagonistas dos processos de trabalho (ATHAYDE *et al.*, 2003). A experiência de ações no âmbito da formação no campo da saúde tem mostrado que, em um espaço como o que chamamos Comunidade Ampliada de Pesquisa, podemos avançar nos processos de formação e avaliação em saúde.

> Quanto à ciência, trata-se de um tipo de conhecimento, uma forma de procurar conhecer, inventada pelos seres humanos. Os humanos inventaram a ciência no momento em que quiseram um tipo de conhecimento diferente do saber comum. O que não significa que seja um saber superior aos outros e, que, portanto, possa desqualificar outras formas de saber. De fato, em nossa sociedade é corrente pensar no conhecimento científico como o único e verdadeiro, como algo indiscutível. Mas a ciência, na busca permanente de compreensão da realidade, produz

23 O sentido de polo aqui utilizado é o que atribuímos à propriedade do ímã (ATHAYDE *et al.*, 2003).

> verdades sempre provisórias, pois a realidade é dinâmica e complexa (ATHAYDE *et al.*, 2003).

No âmbito da saúde coletiva, é fundamental pensar em formação-avaliação como esse diálogo dinâmico e construir estratégias de formação condizentes com os princípios de uma política pública de saúde, entendida como o plano coletivo que, no nosso entendimento, refere-se à experiência concreta dos coletivos, construído a partir das experiências de cada um dos humanos. A proposta é, portanto, pôr em ação um modo de formação em parceria, uma coelaboração, em um espaço onde cada polo de saber pode ampliar seus horizontes, reformular suas próprias questões, suas formas de colocar as questões, fortalecendo-os, para recolocar novas questões um para o outro.

Reafirmamos: a posição do ser vivo no mundo é ativa. É próprio do ser vivo (re)fazer, compor o seu mundo e, nesse movimento, constituir-se. A vida se faz presente em seu movimento, em sua variabilidade, mostrando sua infidelidade a qualquer prescrição. Entendemos que todas as pessoas são capazes de produzir saber e que o fazem frequentemente. As CAPs buscam inventar essas formas de aprender e, principalmente, de multiplicação do conhecimento produzido no encontro, no diálogo, gerando informações e viabilizando um debate rico entre os diferentes conhecimentos sistematizados e saberes da experiência.

O trabalhador torna-se elemento fundamental no processo de formação-avaliação, que visa à afirmação da experiência que constroem cotidianamente. A CAP envolve processos essencialmente participativos — em que o trabalhador se percebe como integrante ativo do processo de formação, aspecto imprescindível para a afirmação dos trabalhos pautados nos princípios do SUS.

Cada trabalhador que participar desse processo formativo, apropriando-se criticamente dos conceitos e saberes científicos, pode construir e consolidar saberes/conhecimentos sobre o fazer em saúde, apresentando suas produções e participando das discussões da CAP.

Fazer circular os saberes — socializar as informações e os debates — é o essencial dessa estratégia, de forma a ampliar a comunidade, construindo laços com outros trabalhadores e redes de comunicação permanente sobre as questões referentes ao trabalho em saúde, gerando sempre novas informações e incorporando novos olhares, conhecimentos e experiências.

A formação-avaliação em saúde precisa ser é uma contínua e mútua construção e reconstrução dos saberes que vêm da experiência, de construção do cotidiano e da pesquisa científica, de forma a aquecer esse processo formativo em rede, que, como já afirmamos, é o signo de nossa época. Para tanto, é necessário o diálogo crítico — partilhar saberes, experiências e a própria crítica.

Dialogando aprende-se a ouvir, entender e discordar; exercitando o debate e a crítica, de modo que nesse movimento afirmamos, inventamos e ampliamos conhecimentos e saberes. Convocar o saber presente no polo das disciplinas científicas não é necessariamente se subordinar a esse saber. O que se propõe é que se proceda a uma discussão pautada em um acordo sobre valores comuns, sobre a diferença entre saberes, sobre a capacidade de criar novos modos de trabalhar, enfim, *com-viver*, recusando especialismos desqualificadores.

As CAPs estão aliançadas com uma direção de formação e avaliação que afirma a importância de se produzir saberes com os humanos e não sobre eles, ampliando nossa capacidade de escuta e nosso reconhecimento do outro como possuidor e produtor de saberes. A relação dialógica presente nas experimentações das CAPs está pautada, portanto, em uma postura de desconforto intelectual (SCHWARTZ, 2002), que diz respeito a uma disposição de conviver com o outro aprendendo sobre o que ele faz, como faz, por que faz, conhecendo seus valores e suas possíveis renormatizações.

Um programa de form*ação* que opere nessas bases pode contribuir com as práticas formativas, com destaque para o fato de que a avaliação passa, também, por esse processo dialógico, recusando modos de operar que impõem estratégias avaliativas definem, *a priori*,

o que é certo ou errado, o que não significa desconsiderar alguns protocolos consolidados no curso do processo de trabalho em saúde ao longo da história. Quem pode gerar mudanças nas formas de produção de sujeitos, do agir em saúde, é o movimento da vida, esse movimento expansivo que se afirma nas atividades industriosas dos humanos. Como já foi dito, somos seres capazes de mudar, e é dessa capacidade já mobilizada que é preciso começar, pois não se trata de partir do nada ou da vontade de alguém que se acha competente pelo outro, negando a autonomia e a potência autopoiética dos vivos. É preciso partir do que as pessoas trazem e do que estão gerando incessantemente. Nessa direção de análise, a estratégia metodológica da CAP pode colaborar na invenção e na proposta de outras formas para serem experimentadas, de maneira a produzir outros novos modos de ser trabalhador de saúde.

No entanto, acompanhando Botechia (2006, p. 127), diríamos que, ao operarmos com as CAPs, um

> [...] risco que se corre é de, na ânsia da construção situada de métodos e instrumentos, tornar-se um regime meramente operacional e tecnicista. [...] entendemos que aí também está presente um jogo emocional e amoroso que tem sido muito pouco desenvolvido nas análises sobre tal regime. Percebemos, desta forma, uma fragilidade de análises da dimensão cognitivo-afetiva presente nessas experimentações.

Então, podemos dizer que estamos propondo um processo formativo que se efetive em um movimento que se dá sempre "entre", no processo, sem começo, nem fim. Um diálogo efetivo entre os diferentes saberes, no qual "[...] os conteúdos, conhecimentos e experiências circulem em espiral [...] uma postura que implica a abertura de um espaço de convivência e aceitação legítima do outro" (BOTECHIA, 2006, p. 131), uma forma que visa a ampliar nossa capacidade de escuta compreensiva do outro.

Construir estratégias de formação partindo da atividade industriosa própria dos humanos é afirmar uma forma de aprendizagem que, ao não partir de uma imagem dogmática do pensamento, aceita o desafio de colocar na pauta dos processos formativo-avaliativos a experiência dos trabalhadores, que devem entrar em diálogo com os conhecimentos produzidos pelas disciplinas científicas. Trata-se de uma atitude político-filosófica associada a um esforço de abordar as formas de problematização que organizam nossas relações com as coisas, com o outro e com nós mesmos e os modos de autoria da vida como obra de arte. Esse direcionamento busca interrogar como nos constituímos hoje no âmbito das práticas de formação e avaliação em saúde, como sujeitos do saber que podem viabilizar a criação artística de novos estilos de vida ou modos singulares.

DO HÍBRIDO ARTE-FORMAÇÃO

O espaço de formação e avaliação em saúde se apresenta, portanto, como um instrumento importante, no que se refere à possibilidade de produzir análises sobre a constituição dos sujeitos e dos processos em saúde, buscando construir ações a partir da integralidade, o que significa pautar-se em um "método de tríplice inclusão", entendido como:

> 1) inclusão dos diferentes sujeitos (gestores, trabalhadores e usuários) no sentido da produção de autonomia, protagonismo e corresponsabilidade; 2) inclusão dos analisadores sociais ou, mais especificamente, inclusão dos fenômenos que desestabilizam os modelos tradicionais de atenção e de gestão, acolhendo e potencializando os processos de mudança; 3) inclusão do coletivo,[24] seja ele em sua versão social seja subjetiva (PASSOS, 2006, p. 1).

24 "Por coletivo social entende-se os movimentos sociais, como, por exemplo, o Movimento da Reforma Psiquiátrica ou o MST. Por movimentos sensíveis, entendem-se as alterações na sensibilidade (mudança dos perceptos e

Tal método, a nosso ver, alia-se aos anseios da integralidade em saúde, na medida em que a assumimos como sendo "[...] uma ação social resultante da permanente interação dos atores na relação demanda e oferta, em planos distintos de atenção à saúde [...] (onde se garante a integralidade das ações na rede de serviços)" (PINHEIRO, 2001, p. 65).

Assim, a formação-avaliação em saúde se expressa por uma aposta ético-estético-política. Ética no sentido do comprometimento e corresponsabilidade dos gestores, trabalhadores e usuários. Estética porque inova na produção e valorização das múltiplas formas de subjetividade e da autonomia, procurando no protagonismo sua marca. Política porque permeia a relação desses três atores no processo de produção de saúde. Se assim o é, como construir estratégias para processos de formação-avaliação como obra de arte? Formação-avaliação que parta de experimentações como as construídas no campo das artes, como encontro que se efetiva pela possibilidade de abertura e atenção ao que nos passa. Formação-avaliação como arte, na medida em que possa desconstruir modelos que buscam sobrecodificar modos de aprender e de pensar e coconstruir modos novos de aprendizagem e pensamento que se recusam aos sobrevoos regulatórios e a um metro-padrão (BENEVIDES; PASSOS, 2005).

Realizar mudanças dos processos de produção de saúde na direção da integralidade exige, portanto, mudanças nos processos de subjetivação, ou seja, mudanças que só se encarnam no concreto da experiência, a partir de sujeitos que se transformam em sintonia com a transformação das próprias práticas de saúde, como processos de mudança subjetiva. Formação e avaliação como produção de

---

dos afetos), como, por exemplo, as que podem estar ligadas à prática médica quando esta, no campo da saúde indígena, se deixa afetar pelas diferenças étnicas e culturais (um médico que, por se tornar sensível às práticas étnicas, passa a identificar toda uma semiótica no usuário indígena até então negligenciada)" (PASSOS, 2006, p. 1).

sujeitos que nos remete, assim, a um modo artista de subjetivação, que se expressará na sua abertura para "dar ouvidos" às diferenças intensivas que vibram em nosso corpo, o que implica especial intimidade com o enredamento da vida e da morte (ROLNIK, 1996). Mas por que a arte pode nos ajudar a criar outros novos modos de formar-avaliar? A arte constitui, nessa direção, campo privilegiado de enfrentamento do trágico, entendido como esse entrelaçamento, essa tensão vida-morte. É por meio da criação que o artista enfrenta o mal-estar da morte de seu atual eu,

> [...] causada pela pressão de eus larvares que se agitam em seu corpo. [...]. A Arte é assim uma reserva ecológica das espécies invisíveis que habitam nosso corpo em sua generosa vida germinativa, manancial de coragem de enfrentamento do trágico [...]. Artista e obra fazem-se simultaneamente, numa inesgotável heterogênese (ROLNIK, 1996, p. 47).

Trata-se, assim, de um processo de criação que não considera cada morte de uma figura do humano, de um território existencial, de um modo de vida, de um modo de trabalhar, como aniquilamento de tudo. Busca-se viver os desmanchamentos das figuras, mas também encontrar vias de existencialização, pois, do contrário, as diferenças que abalam nossas formas subjetivas acabam sendo abortadas; ética e estética dissociam-se: desativa-se o processo de criação experimental da existência, "a vida míngua" (ROLNIK, 1996).

Em um mundo marcado por formas "subjetividades mercadológicas" (ROLNIK, 1996), como estratégia de produção dessa indústria e suas linhas de montagem subjetiva, cujos efeitos sentimos na própria pele, ou seja, a competitividade e os individualismos exacerbados, reduz permeabilidade para ouvir o apelo da criação, e é aí que se coloca a questão da formação-avaliação no campo da saúde. Como incitar usuários, trabalhadores, gerentes dos diferentes estabelecimentos de saúde à coragem de se expor ao desafio de "dar ouvidos"

às diferenças intensivas, que nos provocam e nos convocam a aceitar o desafio de afirmar a morte de formas habituais de agir em saúde e fazer emergir modos larvares de trabalhar?

As crises podem nos colocar em uma posição de recusa, ressentimento, mágoa em relação aos modelos de vida que se propõem como universais e inquestionáveis, naturais, normais, mas, ao mesmo tempo e, primordialmente, podemos assumir tais crises de forma a nos abrir para um novo campo político potencialmente produtivo. Os trabalhadores da saúde não deixam de produzir acontecimentos que fogem, que escapam, a todo momento, ao olhar totalizante, ao olhar sobrecodificante das formas capitalísticas de produção dos sujeitos e de mundos. O que torna isso possível? Como usuários e trabalhadores da saúde produzem essa existência artística? Que práticas éticas, estéticas e políticas a perpassam? Como certos processos de subjetivação emergem minoritários, ou seja, irredutíveis aos modelos e aos códigos morais que se tenta impor? Como produzir "subjetividades menores" que recusam o metro-padrão?

A formação de trabalhadores da saúde precisa questionar radicalmente a abstração na qual os saberes maiores se fundam. Ao mesmo tempo (e com mais ênfase), precisa reconhecer, autorizar e investir na exploração das singularidades potenciais produzidas por saberes-fazeres outros no salto em que as experimentações que desdobram os alçam em um exercício sempre indefinido de liberdade. Procura fazer-nos capazes de utilizar as forças que criamos em revolução, com a diferença a favor das transformações que conseguimos fabular como possíveis, simultaneamente, para além das condições dadas (FONSECA, 2006).

Esse é o desafio que se coloca na atualização da proposta de formação-avaliação em saúde que tem como norte a integralidade, uma vez que se pauta no incitamento da experiência de desmanchamento de nosso contorno, para que possamos nos aventurar pela processualidade fervilhante que se impõe no curso da vida. A direção formativo-avaliativa não tem nada a ver com expressão ou recuperação

de uma forma correta de trabalhar, nem com a descoberta de alguma suposta unidade ou interioridade própria dos trabalhadores, em cujos recônditos se esconderiam fantasias, primordiais ou não, para trazê-las à consciência. Muito pelo contrário, tem o sentido de nos fazer diferir de nós mesmos. O híbrido arte-formação-avaliação explicita a transversalidade existente entre essas práticas. E aí temos uma dimensão estética da formação-avaliação.

A dimensão ética tem o sentido de ter como um dos alvos a produção de uma torção radical, no princípio constitutivo das formas da realidade que predominam no contemporâneo. Como nos diz Rolnik (1996, p. 45), significa "[...] desfazer-se do apego às formas-mortalhas como referência, para poder constituir-se no entrelaçamento vida-morte, para que tudo na realidade seja processo". A dimensão política explicita-se na medida em que se constitui como força de resistência contra a esterilização do poder disruptivo das formas constituídas, resistência ao que tenta impedir a criação de outras novas formas subjetivas, sendo assim, *re-existência.*

Como nos diz Deleuze (2005): artistas, cineastas, músicos, matemáticos, filósofos, toda essa gente resiste. Mas resistem a que exatamente? Eles resistem, antes de tudo, ao treinamento e à opinião corrente, ou seja, a todo tipo de "interrogação imbecil". Eles têm realmente a força para exigir seu próprio ritmo.

> Acho que um dos motivos da arte e do pensamento é uma certa vergonha de ser homem [...]. A vergonha de ser homem não significa que somos todos iguais, comprometidos etc. Acho que quer dizer muitas coisas. É um sentimento complexo e não unificado. A vergonha de ser um homem significa: como alguns homens puderam fazer isso, alguns homens que não eu, como puderam fazer isso? E, em segundo lugar, como eu compactuei? Não me tornei um carrasco, mas compactuei para sobreviver. Acho que, na base da arte, há essa ideia ou esse sentimento muito vivo, uma certa vergonha de ser homem que faz com que a arte consista em

> liberar a vida que o homem aprisionou. O homem não pára de aprisionar a vida, de matar a vida. A vergonha de ser homem [...]. O artista é quem libera uma vida potente, uma vida mais do que pessoal. A arte liberta a vida dessa prisão, dessa prisão de vergonha. É muito diferente da sublimação. A arte é [...]. É realmente uma resistência (DELEUZE, 2005, p. 35).

Para o autor, a arte é uma liberação da vida, uma libertação da vida, uma exageração da vida e não uma exageração da arte. A arte é a produção dessas exagerações. Liberar a vida das prisões é resistir. "Quer dizer, não há arte que não seja uma liberação de uma força de vida. Não há arte da morte" (DELEUZE, 2005, p. 36).

Portanto, essa formação/avaliação em saúde, que aspira produzir mutações no campo da subjetividade, precisa se tornar arte. Ou seja, uma formação/avaliação que possa produzir efeitos semelhantes ao do processo de criação artística. Nessa direção, a criação não se refere — ou, melhor, não se reduz — à história individual, mas ao que rompe com uma trajetória individual, possibilitando o desmanchar do eu habitual e ser sensível aos "eus larvares". Nossa proposta é construir um processo formativo/avaliativo que persiga a construção de outros-novos modos de vida/trabalho em saúde, nos quais o ético e estético adquiram lugar preponderante, recusando os processos que tentam fazer a "vida minguar".

Dessa forma, não se trata de usar a arte como meio, como instrumento para o processo de formação/avaliação. Seu alcance e importância revolucionários não advêm da aplicação e manejo de qualquer técnica e tampouco devem ser avaliados, segundo um duvidoso juízo de eficácia pedagógica em contexto clínico/biomédico.

O que buscamos é, justamente, disputar esse conceito de aprendizagem, formação e avaliação com a tradição no âmbito das abordagens sobre a cognição, tomá-lo dessa tradição e apresentá-lo com a acepção, o sentido e a densidade que a ideia de aprendizagem inventiva porta. Uma ideia potente, que produz uma modificação radical

nessa tradição que identifica/reduz a aprendizagem à recognição e a atividade de pensar começando, apenas, com a procura de soluções (DELEUZE, 2000, p. 267). Potente para servir de combate conceitual, uma luta que temos que levar adiante em nome da vida mesma, para que esta, em todas as suas formas, possa ser liberada da colonização de uma imagem dogmática do pensamento, que regula/sobrecodifica os modos de aprender e pensar.

Acompanhando Deleuze (2000, p. 278), diríamos que: "Nunca se sabe de antemão como alguém vai aprender – que amores tornam alguém bom em latim, por meio de que encontros se é filósofo, em que dicionários se aprende a pensar".

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, M.; BRITTO, J.; NEVES, M. Y. (org.). **Cadernos de método e procedimentos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

BENEVIDES, R.; PASSOS, E. A humanização como dimensão pública das políticas públicas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 561-571, 2005.

BENEVIDES, R.; PASSOS, E. Humanização na saúde: um novo modismo? **Interface**, Botucatu, v. 9, n. 17, 2005.

BERGSON, H. **A evolução criadora**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BERGSON, H. **Memória e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOTECHIA, F. R. **O desafio de compreender-desenvolver um regime de produção de saberes sobre o trabalho e suas relações**: a Comunidade Ampliada de Pesquisa. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 1995.

DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Lisboa: Relógio D'água, 2000.

DELEUZE, G. O abecedário de Gilles Deleuze. **O Estrangeiro**, [*s. l.*]. Disponível em: www.oestrangeiro.net/index.php?option=com_content&task=view&id=67&Itemid=51. Acesso em: 12 maio 2006.

DELEUZE, G. **O bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 2004.

FONSECA, T. M. G. Justificativa e resumo produzido para apresentação do livro **Práticas Psi inventando a vida**, atendendo à solicitação de um edital para publicação de livros da editora da UFRGS, 2006.

GUIZARDI, F. L.; PINHEIRO, R. Cuidado e integralidade: por uma genealogia de saberes e práticas no cotidiano. *In*: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (org.). **Cuidado**: as fronteiras da integralidade. Rio de Janeiro: Abrasco, 2004. p. 21-36.

HELDER, M.; VIDAL, M. C.; VIEIRA, S. Os ingredientes da competência na gestão da assistência em uma enfermaria hospitalar. *In*: FIGUEIREDO, M. *et al.* (org.). **Labirintos do trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 322-244.

KASTRUP, V. A aprendizagem da atenção na cognição inventiva. **Psicologia e Sociedade,** [*s. l.*], v. 16, n. 3, p. 7-16, dez. 2004.

KASTRUP, V. **A invenção de si e do mundo***:* uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Campinas: Papirus, 1999.

KASTRUP, V. As políticas da cognição e o problema de aprendizagem. *In:* SEMANA DE PSICOLOGIA DA UFES, NA MESA-REDONDA "PRÁTICAS EDUCACIONAIS", 1997, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: [*s. n.*], set. 1997.

KASTRUP, V. O devir-criança e a cognição contemporânea. **Revista Psicologia Reflexão e Crítica**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 373-382, 2000.

MATTOS, R. A. de. Os sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos. *In*: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (org.). **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro: IMS-UERJ, 2001. p. 39-64.

MATURANA, H. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

OLIVEIRA, S. P.; DRUMOND, T. **Texto** produzido para o Programa de Formação em Saúde e Trabalho nas Escolas, realizado pelo Grupo de Pesquisas em Subjetividades e Políticas, do Departamento de Psicologia da UFES/Vitória, 2003.

PASSOS, E. **Proposta de apresentação dos níveis de composição da PNH**. Brasília, fev. 2006. Mimeo.

PINHEIRO, R. As práticas do cotidiano na relação oferta e demanda dos serviços de saúde: um campo de estudo e construção da integralidade. *In*: PIHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (org.). **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro: IMS-UERJ, 2001. p. 65-112.

ROLNIK, S. Lygia Clark e o híbrido arte/clínica. **Percurso Revista de Psicanálise**, São Paulo, ano VIII, v. 16, p. 43-48, 1996.

SANTOS-FILHO, S. B. Perspectivas da avaliação na política nacional de humanização em saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **Gov.br**, [*s. l.*], 2005. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/ArtigoAvalia%C3%A7%C3%A3o%20na%20PNH(2).pdf. Acesso em: 24 mar. 2006.

SCHWARTZ, Y. Disciplina epistêmica, disciplina ergológica: paidéia e politéia. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 1, n. 37, p. 75-98, jan./abr. 2002.

SCHWARTZ, Y. **Le paradigme ergologique ou um métire de Philosophe**. Toulouse: Octarés Éditions, 2000.

VARELA, F. O reencantamento do concreto. *In*: PELBART, P. P.; COSTA, R. (org.). **Cadernos de subjetividade**: reencantamento do concreto. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 71-86.

O processo de formação de comissões de saúde do trabalhador da educação: experiência e política[25]

Suzana Maria Gotardo
Hervacy Brito
Maria Carolina de Andrade Freitas
Maria Elizabeth Barros de Barros
Vânia Carvalho de Araújo

25 Originalmente publicado na **Revista de Ciências Humanas**, Santa Catarina, v. 50, n. 2, p. 334-353, jul./dez. 2016.

AS COMISSÕES DE SAÚDE DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO (COSATES) EM SERRA/ES

Permitir-nos-ia o estudo da experiência, como categoria conceitual, entrecruzar a noção de política, no sentido arendtiano — ou seja, como um agir que indica um meio de compartilhar as questões da vida comum (ALMEIDA, 2011; ARENDT, 2009; CARVALHO, 2013) — a uma *kairologia*, ou, a afirmação de um tempo oportuno, um tempo messiânico, e à noção de profanação, trazidas por Agamben, a partir de seus estudos sobre Benjamin? (AGAMBEN, 2005, 2007). E em que tal exercício de pensamento auxiliar-nos-ia a dimensionar e problematizar nossa prática de pesquisa com trabalhadores da educação?

As indagações que se colocam são fruto de um exercício de análise acerca do processo formativo que vem sendo realizado com as primeiras Comissões de Saúde do Trabalhador da Educação (Cosates), no município de Serra-ES. Essas funcionaram durante o ano de 2014 como um projeto piloto que visou investigar a viabilidade de tais comissões serem institucionalizadas no âmbito da administração municipal. Surgem como produto das atividades do Fórum Cosate,[26]

26 O Fórum Cosate constituiu-se em agosto de 2012 com o objetivo de implementar as Comissões de Saúde do Trabalhador da Educação no município de Serra-ES, a partir da articulação de várias instituições, a saber: Programa de Formação e Investigação em Saúde e Trabalho da Universidade Federal do Espírito Santo (PFIST-Ufes) , Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Espírito Santo (Cerest-ES), Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES), Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupes), Conselho Municipal de Educação do município de Serra, Fundação Jorge Duprat e Figueiredo (Fundacentro), Divisão de Medicina e Segurança do Trabalho da Prefeitura Municipal de Serra (DMST-Serra), profissionais de escolas municipais de Serra e de outros órgãos vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Serra (Sedu-Serra). Desde então, o Fórum tem se reunido mensalmente, sendo que os encontros são marcados por uma lógica baseada no diálogo e na autogestão, por meio da qual a pauta e os encaminhamentos são

o qual congrega diversos segmentos envolvidos com a rede municipal de Educação Básica de Serra-ES, que entendem ser a saúde do trabalhador um ponto imprescindível na discussão acerca da qualidade da educação pública (ZAMBONI *et al.,* 2013).

Cabe destacar a importância dessa proposta, tendo em vista que, dentre os vários campos da atividade humana, a educação configura-se como um meio problemático, no que tange aos processos de adoecimento relacionados ao trabalho. No caso do município de Serra-ES, pesquisadores do Programa de Formação e Investigação em Saúde e Trabalho da Universidade Federal do Espírito Santo (PFIST/Ufes), após pesquisa realizada com 289 professores de 22 escolas, constataram que o problema assume proporções preocupantes, as quais, inclusive, relacionam-se a um alto índice de licenças médicas e processos de readaptação funcional. Tendo isso em vista, a aposta do Fórum é que a implementação de tais Comissões pode produzir uma modificação importante nessas circunstâncias, por meio do princípio de que o trabalhador é também gestor e um agente fundamental no conhecimento e análise das atividades que realiza (SOUZA *et al.,* 2011).

Nesse sentido, a prática das Cosates em Serra-ES, pautada em pressupostos das Clínicas do Trabalho, requer que façamos da pesquisa um processo de análise e transformação do trabalho em educação. Seguindo as pistas dessas clínicas, não se perspectiva explicitar algo de individual no trabalhador, mas sustentar o diálogo que pode trazer à visibilidade o coletivo que nos constitui e a interação entre as duas atividades, a de pesquisar e aquela a ser pesquisada.

Assim, o trabalho com as Cosates efetiva-se, na medida em que os educadores engajam-se na análise das situações laborais em sua concretude, produzindo problemas, imprimindo deslocamentos em condições instituídas. É por meio de diálogo que as análises promovem uma inflexão no modo como o próprio trabalhador apreende a

---

produzidos pelos presentes, tendo em vista contribuir para a promoção de saúde no ambiente escolar.

organização do seu trabalho, em uma direção do que seria um "construtivismo radical" (CLOT, 2008).

Considerando, como já mencionado, os altos índices de adoecimento referidos ao trabalho em educação, cabe, ainda, ressaltar que, na ótica das Clínicas do Trabalho, a compreensão deles não deve pautar-se em uma unicidade causal, nem em uma perspectiva médica biologizante. É preciso trazer às discussões a multidimensionalidade da produção desse adoecimento no trabalho (organização, condições, carga, jornada, política educacional, entre outros). O trabalho não pode ser analisado de maneira isolada, tendo em vista a interação de vários fatores no exercício dessa atividade,[27] que muitas vezes pode gerar fadiga, riscos, sofrimento. Assim sendo, acreditamos na importância de estabelecer estratégias coletivas de enfrentamento quanto aos problemas levantados pelos trabalhadores. Esse tem sido o exercício constante nas práticas do Fórum Cosate e do projeto piloto disparado por ele.

O que ora designamos por projeto piloto refere-se a uma ação realizada no período de setembro a dezembro de 2014 e foi possibilitado pela autorização da Secretaria Municipal de Educação de Serra (Sedu/Serra), a qual oportunizou disponibilidade de carga horária de quatro horas semanais aos profissionais que compõem tais Cosates para o desenvolvimento de atividades ligadas a elas. Participaram do projeto piloto duas escolas: um Centro Municipal de Educação Infantil (Cmei) e uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF), ambas escolhidas em processo de intensa discussão promovido pelo Fórum Cosate.[28] Em cada uma das escolas, por

27 Entendemos atividade como "[...] a forma como os trabalhadores se engajam, a partir dos meios de que dispõem ou inventando outros, na gestão dos objetivos do trabalho" (BOTECHIA; ATHAYDE, 2008).

28 Durante o ano de 2015, tal organização da jornada de trabalho não pôde ser pactuada com a Sedu/Serra. O trabalho das Cosates nas escolas mencionadas, entretanto, não cessou, mas tem acontecido com mais dificuldades, mediante arranjos internos tecidos pelos próprios trabalhadores.

sua vez, foram disparados debates para a eleição dos membros que integraram esse projeto. Os membros então eleitos participaram de curso de formação, o qual se propôs subsidiar o trabalho nas Comissões. Cabe destacar que o formato "curso" foi tomado como um disparador para aquecer um processo formativo ampliado. A ideia de disparador indica que tal ação pode se desdobrar em distintas direções e comportar desequilíbrios e tensões, bem como oportunidades, mudanças e derivações que extrapolam o próprio formato do curso tal como planejado.

O "curso" de formação foi elaborado por uma comissão do Fórum Cosate e empreendido sob a coordenação de pesquisadores vinculados ao PFIST/Ufes, constituindo-se ainda como uma estratégia de pesquisa-intervenção. Conforme Aguiar e Rocha (2007), essa refere-se a um tipo de pesquisa-participativa que se destaca pela abordagem micropolítica[29] dos processos em estudo. Parte do entendimento que pesquisador e campo estão em processo de coengendramento, atravessados por linhas de forças que precisam ser colocadas em análise. Assim, o conhecimento produzido por meio da interferência da pesquisa não é tomado pelo princípio da dicotomia falso-verdadeiro, mas a partir de regimes de produção de verdade, efeitos de relações de resistência e poder, conforme nos impele a pensar Foucault (2008). Parte-se, então, da noção de que "[...] o conhecimento enquanto produção e o sujeito inscrito nesse processo se fazem em condições determinadas, o que torna imprópria qualquer alusão

29 Micro e macropolítica não são aqui expressões que remetem a dimensões: pequeno ou grande. Tais concepções referem-se a um plano de visibilidade. Macro, nesse sentido, remete ao plano das formas, do que está instituído e, portanto, facilmente identificado; fazem parte do que Guattari e Rolnik (2007) designam por nível molar. Já a micropolítica é uma referência ao plano das intensidades, molecular, ao campo de forças, agenciamentos e embates que vão modificando a realidade.

acerca de uma possível neutralidade que nortearia as práticas em pesquisa" (AGUIAR; ROCHA, 2007, p. 650).

Tendo isso em vista, a experiência formativa propiciada pelo projeto piloto foi pautada no princípio de formação no e pelo trabalho, contemplando atividades de encontros presenciais e atividades de dispersão a serem desenvolvidas nos locais de trabalho.

Nas atividades de encontros presenciais, reuniram-se os membros das duas Cosates-piloto, juntamente à equipe responsável pela formação. Foi priorizada, nesse espaço, uma dinâmica dialógica, conforme nos indicam as Clínicas do Trabalho (CLOT, 2006; SCHWARTZ; DURRIVE, 2007), na qual os participantes traziam as experiências de seu trabalho, eram apresentados a conteúdos conceituais e, posteriormente, analisavam a própria produção do conhecimento.

Nas atividades de dispersão, os participantes discutiam entre si e/ou com a comunidade escolar temas e atividades previamente programados, de modo a articular elementos abordados nos encontros presenciais com o cotidiano de trabalho, atuando, ainda, como multiplicadores[30] das questões trabalhadas na formação.

A criação de tal estratégia partiu do pressuposto de que trabalho e formação são indissociáveis; implicou no delineamento de ações para que os canais de comunicação fossem ampliados nos espaços das escolas participantes do projeto-piloto. Essa ampliação contemplou o estabelecimento e/ou fortalecimento de parceria com outros equipamentos sociais, bem como o envolvimento de todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar: trabalhadores, alunos e familiares.

Há que se considerar ainda que esse empreendimento está inserido no processo de construção e consolidação de um espaço público,

30 Ao dizermos que os membros das Cosates atuam como multiplicadores, remetemo-nos à ampliação dos temas, análises e discussões empreendidos no curso de formação para a comunidade escolar. Desse modo, diversas ações foram realizadas por eles, no sentido de levar o debate da saúde do trabalhador ao maior número possível de pessoas em seus ambientes de trabalho.

compreendido aqui como espaço da deliberação conjunta. Conforme destaca Innerarity (2006, p. 107), "[...] o espaço público é o espaço cívico do bem comum, por contraposição ao espaço privado dos interesses particulares". Para Arendt (2002), a política tem a ver com o "viver juntos"; surge não no homem, mas entre os homens, pois exige uma sociabilidade política referendada pela ação e pelo discurso de cada um. A política surge no intraespaço e se estabelece como relação. Daí porque a política não é da natureza do humano, mas do agir humano, portanto, é uma forma de viver junto, e não a forma de viver juntos, pois o que constitui a realidade é a copresença no mundo, uma comunidade de sentido, cujo espaço público é mediatizado pela palavra, pelas opiniões e razões de cada um. Portanto, se a saúde[31] é uma questão política, ela diz respeito à vida comum, diz respeito a todos nós.

Nesse sentido, a concepção de formação adotada pelo Fórum Cosate não priorizou o processo de ensino e aprendizagem de conteúdos conceituais a serem aplicados ao meio de trabalho em sua perspectiva utilitarista, mas se voltou à criação de formas de convivência e de interação como um modo de compartilhar juntos a responsabilidade pelo mundo comum em torno da saúde dos trabalhadores da educação. Mundo esse entendido como "[...] uma comunidade de coisas que reúne os homens e estabelece uma relação entre eles" (ARENDT, 2010, p. 76). Se o significado da vida pública está justamente em tornar

31 Não entraremos com mais detalhes aqui na complexa discussão acerca da noção de saúde, mas se faz necessário afirmar que a tomamos sob uma perspectiva que não a reduz ao plano orgânico, o qual remete à manutenção de um equilíbrio fisiológico, como acreditaram durante séculos e, de certo modo, até hoje, as ciências da saúde, em especial, a Medicina. Em oposição a essa ideia de equilíbrio, de enquadramento orgânico, bem como a designação frequente de saúde por ausência de doença, como negatividade, adotamos a perspectiva instituída por Canguilhem (1990) de saúde como capacidade normativa inerente à vida, como a capacidade de instituir novas normas em situações novas, o que extrapola medidas previamente definidas do que seja saudável ou patológico. Essa noção dá visibilidade ao mecanismo dinâmico da vida, a qual se modifica diante das adversidades.

legítima a participação de todos, à medida que são capazes de ação e opinião, o processo formativo ensejado implicou em uma escuta sensível e no fortalecimento de trocas culturais, tendo em vista à consolidação de uma experiência, na qual as questões da saúde como um direito dizem respeito a um destino comum de todos os professores, e não à esfera privada de cada um, uma vez que a compreensão de política adotada não tem por referência o Estado e nem mesmo os interesses privados, mas a capacidade humana de agir e deliberar em conjunto.

Frente a esse desafio, delineiam-se as questões: é possível a construção de um mundo comum por meio de uma estratégia formativa? Como construir uma experiência pública em tempos nos quais a experiência mesma se encontra em crise?

AÇÃO POLÍTICA E EXPERIÊNCIA

As contribuições arendtianas (CARVALHO, 2013; ALMEIDA, 2011; TELLES, 2006; ARENDT, 1997) sobre a crise da tradição e do pensamento, dos modos de julgar e de agir inaugurados na modernidade[32] indicam como a desresponsabilização pelo mundo constitui

32 Arendt (1997) define a época moderna como a lógica inaugurada pelo advento da ciência, que se inaugura entre os séculos XVI e XVII e atestada pelo racionalismo cartesiano. Afirma a autora que essa época ou esse mundo moderno não surgiu de um súbito definhamento da fé em Deus, mas sua origem esteve ligada à perda de confiança na capacidade reveladora da verdade dos sentidos. Nas palavras da autora: "A época moderna começou quando o homem, com o auxílio do telescópio, voltou seus olhos corpóreos rumo ao universo, acerca do qual especulara durante longo tempo [...] e aprendeu que seus sentidos não eram adequados para o universo, que sua experiência cotidiana, longe de ser capaz de constituir o modelo para a recepção da verdade e aquisição de conhecimento, era uma constante fonte de erro e ilusão. Após essa decepção – cuja enormidade nos é difícil perceber, por ter ocorrido séculos antes de seu pleno impacto se ter feito sentir em toda parte e não apenas no meio um tanto restrito de sábios e filósofos –, as suspeitas começaram a assediar o homem moderno de todos os lados. Sua

verdadeira crise da liberdade e do sentido de público. E nessa perspectiva, a banalidade do mal se forja em uma sociedade em que a ação política encontra-se reduzida. Tal sociedade mostra-se indiferente às questões públicas, tornando-se cada vez mais atomizada e individualista. Essa crise produz efeitos peculiares no âmbito da educação (ARENDT, 1997). Aquilo que não se torna compartilhável, compartilhado, audível e visível, perde-se da esfera do reconhecimento e da legitimidade conferida pela fruição da experiência comum. Pode-se cair nas malhas do esquecimento e produzir apagamento das diferenças reais, com o consequente efeito de riscos políticos agigantados para todos.

Em alguma medida, as construções do mundo comum ficam, diante desse panorama, fragilizadas e fronteiriças. As significações tecidas pelo compartilhamento das experiências se diluem e a pluralidade humana fica confinada aos interesses privados mais expressivos. Como bem demonstrou Arendt (1997), o fardo do século exige testemunho coletivo para ganhar sentido e para ser suportado e transformado.

Em sua abordagem acerca da condição humana, Arendt (2010) desloca a pergunta o que é o homem, para pensá-lo como coconstrução engendrada em condições históricas. Não existe o homem como um dado da natureza tão somente, embora possamos nos reconhecer como espécie (PETRY, 2012), mas, sim, os homens. Tal exercício implica tomar o agir humano em sua pluralidade de manifestações, considerando as inúmeras possibilidades de composições singulares: "[...] a pluralidade é a condição humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá" (ARENDT, 2010, p. 10).

---

consequência mais imediata, porém, foi o espetacular ascenso da Ciência Natural, que por longo período pareceu liberar-se com a descoberta de que nossos sentidos, por si mesmos, não dizem a verdade" (ARENDT, 1997, p. 85-86).

Tendo isso em vista, a construção de uma política pública deve se efetuar no entre possível da pluralidade de que se constitui o humano e da negociação de uma medida para um mundo comum. Em um exercício de articulação com as proposições de Innerarity (2006, p. 9) "[...] só pensando o que devemos entender hoje por comum poderemos resolver o velho dilema entre a unidade e a diferença [...]", delineia-se a questão: que comum não identitário pode ser afirmado em um processo formativo de modo a sustentar uma política pública de fato?

Petry (2012) explica que, para Arendt, o comum não pode ser tomado como uma medida de igualização ou um elemento de identificação, mas como aquilo que pertence a todos. Trata-se de uma construção que só pode ser concretizada na comunicação entre as pessoas. Sob esse mesmo viés, Carvalho (2013, p. 78) afirma: "[...] A esfera pública surge a partir da constituição de um mundo comum, não no sentido de um espaço coletivo vital e natural, mas no de um artifício propriamente humano, que nos reúne na companhia dos outros homens e de suas obras".

Desse modo e a partir de tal raciocínio, as noções de igualdade e direito também não são autoevidentes. Direito e igualdade são referentes a pertencimentos. Petry (2012) destaca que, para Arendt, a condição humana não é a soma das capacidades totais humanas. O que o homem produziu, e não apenas no sentido da fabricação, mas também, de ação, produz o próprio homem. Assim, o que estaria em jogo na condição humana é a abertura para a coconstrução de outros mundos e, em última instância, a criação de uma humanidade comprometida com a coprodução do comum. Para Arendt (2010, p. 8), "[...] a ação, única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo". A ação é, assim, o que nos distingue como humanos e seu meio privilegiado é o espaço público, o qual se diferencia da esfera privada de vida no sentido de que a ação

deve garantir o bem comum, enquanto os interesses privados estão restritos ao âmbito das necessidades individuais. Contudo, destaca Telles (2006, p. 47), em sua alusão à Arendt:

> Sua discussão não é travada no sentido de desqualificar a vida privada, mas de estabelecer o seu lugar e definir as fronteiras entre duas formas distintas de existência social, duas formas diferentes, poderíamos dizer, de se fazer a experiência em sociedade. São essas fronteiras que se diluíram no mundo moderno. E isso significa a perda dos critérios de diferenciação entre aquilo que tem como medida a vida de cada um e aquilo que tem o mundo como medida. Nesse caso, os homens tenderão a tomar sua própria subjetividade como referência exclusiva de verdade e julgamento.

Petry (2012) aponta também que, para agir, é preciso o testemunho de outros indivíduos, reconhecimento do direito a ser visível e audível, do direito à pronúncia e à diferenciação, afirmando que fora de um meio compartilhado não há política. Contudo, qual o estatuto da experiência que se está a requerer, com essas reflexões?

Conforme apontou Arendt (1997) e Benjamin (1992), os modos de vida da modernidade produziram o esfacelamento da tradição e a perda da autoridade do passado. Insurge um estado de impotência que solavanca e arrasta a todos. E se, no entanto, já não é possível acessar a tradição como um legado das heranças simbólicas e materiais seguros, o que fazer das vicissitudes que a modernidade engendrou? Essa inquietação, tanto em Benjamin, Agamben, como também em Arendt, não produz uma defesa conservadorista:

> Tal atitude conservadora, em política – aceitando o mundo como ele é, procurando somente preservar o status quo –, não pode senão levar à destruição, visto que o mundo, tanto no todo como em parte, é irrevogavelmente fadado à ruína pelo tempo, a menos

> que existam seres humanos determinados a intervir, a alterar, a criar aquilo que é novo. (ARENDT, 1997, p. 242).

Tal inquietação pode ser apreendida em Benjamin (1992), quando ele aponta que a narrativa vai tornando-se cada vez mais arcaica na sociedade moderna, em que se testemunha a morte do narrador. Ele considera que a decadência da narrativa liga-se ao advento do romance e da imprensa, acontecimentos que fazem surgir uma nova forma de comunicação: a informação. A partir daí, o autor chama-nos a atenção para o fato de sermos bombardeados cotidianamente, cada vez mais, com as informações: "Cada manhã somos informados sobre o que acontece em todo o mundo. E, no entanto, somos tão pobres em histórias maravilhosas!" (BENJAMIN, 1992, p. 34). Para ele, trata-se de um processo de empobrecimento da experiência.

Nesse ponto, faz-se necessário destacar que o conceito de experiência em Benjamin nos parece assumir diferentes nuances ao longo de sua obra. Se, em "O Narrador", Benjamin alerta para nossa pobreza de experiências, indicando a importância de uma partilha de intensidades impessoais que tecem os fios de uma cultura, em "Experiência e Pobreza" (BENJAMIN, 2012), situa justamente essa pobreza como um plano possível para a construção de novas formas de estar no mundo. Nesse ensaio, ainda, Benjamin assinala, curiosamente, que se os documentos de cultura constituíram-se em documentos de barbárie, uma vez que evidenciam a história dos vencedores, por outro lado, mais ainda importar-nos-ia produzir uma inversão desses códigos e afirmar uma dimensão positiva da barbárie, no sentido de que bárbaro é aquele que abre novos caminhos com pouco. Tal proposição possibilita-nos pensar que as formas tradicionais de produção de sentido que denotam a experiência como "acúmulo de saber" ou "autoridade instituída" já não são mais possíveis; há uma experiência a ser forjada com esse "pouco" que nos resta.

Parece que, no campo do compartilhamento das experiências, um limite ainda se espraia: há algo que comparece nos movimentos de partilha do comum e que esbarra em uma certa fratura do dizível, fratura dos regimes de significação. Alguma coisa que resta inenarrável e que, contudo, torna complexos tais processos, já que eles não se dariam somente nos regimes de expressão e permaneceriam também em uma zona intensiva. Como acessar essa potência? Na trilha aberta por essa questão, retomamos a história (campo da experiência) não somente como aquilo que se vê ou de que se fala. Compartilhar experiências suscita lidar com os diversos significados inerentes à pluralidade humana e afirmar uma linha de porvir, certa indiscernibilidade de intensidade potencial. Há algo que se presentifica diante da reunião dos homens e em suas partilhas: algo que escapa, transita, bifurca, desvia, bordeja, abre-se. Como bem diria Arendt (2002, p. 53), se a ação depende da pluralidade dos homens, na medida em que os homens podem agir, "[...] são capazes de levar a cabo o improvável e o imprevisível e de leva-lo a cabo continuamente mesmo sem saber disso".

Narrar certa história das experiências humanas constitui um movimento de reconciliação com o mundo, como sugere Almeida (2011). Mas se abrir para o que resta inenarrável é assumir a força daquilo que insiste em transmitir-se, contudo. E que pode produzir diferença no modo como nos organizamos na contemporaneidade.

Não seria essa a possibilidade de uma barbárie positivada: a de se poder fazer algo com as ruínas e com os cacos? Seria essa uma articulação com o tempo oportuno, tal como proposto por Agamben (2005)?

"Cada instante é a porta estreita pela qual o messias pode passar" (BENJAMIN, 1992, p. 70). Retomando a afirmação benjaminiana do tempo messiânico, de uma história feita a partir da ruína e afirmada a contrapelo, como uma nova forma de experiência e temporalidade, Agamben (2005) aponta que a recusa de uma experiência manipulada e guiada como em um labirinto de ratos pode ser provisoriamente uma defesa legítima. Nesse sentido, criticando a pretensão cientificista que

tenta impor-se no lugar da tradição, o autor considera que nossa incapacidade de fazer e transmitir experiências nem é mais um dado da catástrofe como realizada pelas guerras mundiais no contexto de Benjamin.

O homem moderno diante de sua pacífica existência cotidiana, entre a "mixórdia de eventos – divertidos, maçantes, banais ou insólitos, agradáveis ou atrozes" (AGAMBEN, 2005, p. 22) que lhe sucedem, volta extenuado para sua vida.

Retomando a noção de autoridade, presente em Arendt e em Benjamin, Agamben (2005) indica que a experiência outrora passava pela palavra e pelo conto, tecida por uma comunidade de ouvintes e publicizada de forma compartilhável. Isso produzia uma apropriação da banalidade do cotidiano e sua transformação em pérola a ser transmitida, recontada. Porém, "[...] o que caracteriza o tempo presente é que toda autoridade tem o seu fundamento no 'inexperenciável', e ninguém admitiria aceita como válida uma autoridade cujo único título de legitimação fosse uma experiência" (AGAMBEN, 2005, p. 23).

Ainda assim, o autor afirma que isso não significa que hoje não existam mais experiências. Mas que essas se efetuam fora do homem e que, curiosamente, o homem olha para isso com certo alívio.

O que estaria em pauta nessa nova possibilidade de experiência? Um giro possível: a da construção de outra temporalidade. O instante é a história, afirma o autor. Seguindo as pistas do intempestivo, como a própria definição do contemporâneo, Agambem (2009) propõe uma aposta no tempo que resta. Um tempo que guarda em sua presentificação a possibilidade de um devir histórico, ou seja, uma história que é um não cessar de acontecer.

Assim, teríamos que, segundo Agamben (2007), tornar possível a profanação. Profanar apontaria para novos usos do que nos resta. Profanar o sagrado passa por retornar ao uso comum àquilo que foi sacralizado, libertando a história da única versão, da Verdade. Isso se coloca como uma tarefa para o pensamento: tocar nos possíveis em duas direções: uma que abarque o ponto de vista histórico, filosófico

e estético e outra que se desdobre na problematização de uma perspectiva ética. A história é um limiar que não se pode atravessar plenamente, mas que se constitui somente como travessia.

A FORMAÇÃO COMO DISPOSITIVO A SER PROFANADO: UMA APOSTA NA AMIZADE

Retomar o processo formativo que empreendemos com o projeto piloto das Cosates constitui-se, dessa maneira, em um interessante exercício para pensar as indagações e desafios propostos por Agamben (2009): se toda forma de política está se transformando em máquina governamental, como produzir uma nova política por meio da amizade que propicie também outro modo de se relacionar com o tempo e que demande compartilhamento da existência? E, partindo por essa via, como não deixar-se capturar pelos mecanismos gestionais produtivos (dispositivos) que, na atualidade, têm sinalizado que toda política caminha para a catástrofe?

Agamben (2009) apresenta e amplia o conceito de dispositivo em Foucault, apontando o sujeito como aquele que resulta da relação entre os viventes e os dispositivos. Para o autor, esses estariam presentes em todas as relações em nosso modo de vida capitalista contemporâneo. Assim, dispositivo seria: "[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modular, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes" (AGAMBEN, 2009, p. 40).

Nessa perspectiva, os modos de vida e os processos de subjetivação tecidos na atual conjuntura capitalista instauram uma indiferenciação entre subjetivação e dessubjetivação dessa situação, emergindo, então, o sujeito espectral, fugidio, deslizante, que não se firma e, portanto, não se torna real, concreto.

Nesse cenário, a tragédia para qual se encaminha a política a que Agamben (2009) se refere é o fato dela "girar no vazio", efeito da dessubjetivação e subjetivação dos sujeitos espectrais, que não se

configuram como sujeitos reais e que, portanto, dificultam a ação política e a produção de diferenças, visto serem homogeneizados. Tal qual uma superfície lisa, perfeitamente homogênea, deslizante, o sujeito espectral não oferece resistência, não marca seu lugar, não cria alteridade.

Essa ideia é paradoxal, porque, ao mesmo tempo em que os dispositivos modernos produzem o que Agamben (2009) chama de "processos de indiferenciação entre subjetivação e dessubjetivação", tal mecanismo acaba por lançar mão de mais e mais dispositivos para capturar esse sujeito espectral que não toma forma, desvanece com rapidez. Sem o sujeito real e a produção de diferença, não há uma política que se constitua no entre da pluralidade humana — em uma articulação com Arendt (2009) —, uma vez que o sujeito deslizante e espectral não produz esse espaço ou um *agio*:

> O termo *agio* indica de facto, de acordo com o seu étimo, o espaço ao lado (*ad-jacens, adjacentia*), o lugar vazio em que cada um se pode mover livremente, numa constelação semântica em que a proximidade espacial confina com o tempo oportuno (*ad-agio*, ter *agio*) e a comodidade com a justa relação. (AGAMBEN, 1993, p. 27).

Nas escolas, operam os mais diversos dispositivos de poder ao qual o autor se refere: a hierarquia, o quadro e o giz, a disposição das carteiras, a economia dos mecanismos de controle do trabalho — pauta, horário das aulas, distribuição das turmas —, em um modo institucionalizado de formação, nas regras de relacionamento estabelecidas entre diferentes segmentos, entre outros. Tais dispositivos se inserem em uma lógica de docilização do trabalhador da educação — um corpo eficiente que não falte, não adoeça, não questione.

Muitos dos diversos tipos de comissões que hoje funcionam nas escolas do ensino básico também podem se constituir (e tem se constituído) em mais mecanismos de coerção, principalmente

quando sua função, desviada da oportunidade de uma participação ampliada da comunidade escolar, tornam-nas tão somente mecanismos de validação de um modo de gerir que já vem pronto de cima para baixo, restando aos participantes tão somente validar, dizerem "sim" (LACAZ *et al.*, 2012).

As Cosates nas escolas podem também cair nessa função normatizadora? Sim, na medida em que não servirem como oportunidade para o trabalhador colocar em análise a organização do trabalho e a partir disso criar estratégias de ação que validem os modos de atuação impostos. Nesse funcionamento, restringir-se-iam as possibilidades de gestão do trabalho desses profissionais e de construção de um espaço, um entre onde se daria a política (ARENDT, 2009). Restringir-se-ia a possibilidade de produzir novas normas em meio ao inesperado das condições de trabalho (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, 2015). Na medida em que essas Comissões não produzam permanentemente a possibilidade de recriar novas formas de trabalhar e de viver (SILVA; BARROS; LOUZADA, 2011; CLOT, 2008), correm o risco de tornar-se mecanismo de contenção, de aprisionamento e de diminuição da potência de vida.

Quando Agamben (2009) apresenta a noção de dispositivo, apresenta também dois outros conceitos que o contrariam, que possibilitam um caminho de ação política localizada fora da esfera governamental. São as noções de profanação e de amizade.

Enquanto o dispositivo advém de rituais de sacralização, ou seja, de retirar algo que era do uso comum no mundo dos homens e torná-lo por meio de ritos e sacrifício em algo de uso restrito aos deuses tornando esse objeto sagrado, profanar seria o ato de restituir aos homens o uso desse objeto. Essa ideia de sagrado, rito e sacrifício compõe a preocupante constatação que Agamben (2007), a partir dos textos benjaminianos, lança: o capitalismo é a religião moderna e, como tal, opera com seus ritos e mitos, sacralizando e, portanto, privando o homem do uso comum desses objetos agora sagrados. Profano, então, é algo que inicialmente existia para uso dos homens e

por meio de rituais e sacrifício foi sacralizado para mais tarde, também por meio de rituais, ser devolvido ao uso dos homens. Estabelece, todavia, diferença entre profanação e secularização. Enquanto essa última opera mantendo intacto o poder e seu exercício por meio de outros mecanismos, embora restituído ao uso dos homens; a profanação seria a perda da aura sagrada, a desativação de todos os dispositivos de poder.

A ideia de profanação de Agamben (2007) pode ser articulada à de ação política proposta por Arendt (2009), uma vez que ambas são perpassadas pela noção de liberdade, de criação, de se fazer um novo uso de algo, bem como de ação que se realiza em comum. Ou, ainda, profanar é fazer livre uso das coisas, sem delas tomar posse ou direito. E ação política implica a não funcionalização da ação. Nesse sentido, profanar é realizar uma ação política. Implica em contato, em exercício de liberdade e em fazer frente aos dispositivos de poder e da ação humana como efeito deste poder.

As Cosates, tal como preconizadas dialogicamente pelos membros do Fórum, apostam na constituição de possibilidades de suspensão de certos dispositivos e pode-se dizer que, sob tal viés, apostam na profanação.

Se a ideia de profanação defendida por Agamben (2007) implica em um exercício de liberdade frente aos mecanismos de poder e em desestatização da ação, a implementação das Cosates e a negociação com diretores e Sedu/Serra situá-las-iam no âmbito da secularização ao invés do da profanação?

A aposta de que as Cosates constituam possibilidade de profanação reside muito mais no fato delas empreenderem e dispararem uma ação comum (tendo como eixo a produção de saúde) do que no fato de ser ela mesma uma forma institucionalizada. A profanação não é algo que se possa planejar ou garantir. Ela é a atualização do imprevisível, de abertura, de milagre, diríamos com Arendt (1997).

Os mínimos deslocamentos produzidos durante o projeto piloto, as renormalizações efetivadas (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007) pelos

participantes em seus cotidianos na escola, em sala de aula, com os demais trabalhadores, dialogando e analisando seus processos de trabalho, permitem valermo-nos da formação das Cosates apostando em sua potência.

Por exemplo, à medida que tais Comissões identificam problemas no meio de trabalho — como na relação precarizada com os trabalhadores terceirizados; dificuldades de ordem estrutural e física; ou a realização de reformas e construções nas escolas não pactuadas previamente junto à comunidade escolar, gerando transtornos aos trabalhadores e alunos — e, por meio de conversas, embates e consensos, desencadeiam soluções locais para eles; delineiam outro modo de gestão das atividades nas escolas. A criação de canais de conversa e sustentação do pensar e agir em comum pode comportar novas formas de participação não instituídas e derivar ações de profanação. Já que profanar seria "[...] pensar e promover o avesso da vida nua, a potência da vida e a vida humana como potência de ser e de não ser" (AGAMBEN, 2007, p. 9).

Se, como colocado anteriormente, o capitalismo configura-se como a religião moderna, seus efeitos não vêm redimir os pecados dos trabalhadores, mas perpetuam e ampliam a produção da culpabilização individual pelos impasses produzidos no meio de trabalho (AGAMBEN, 2007). Nessa lógica, se o indivíduo adoece em função do desempenho de suas atividades profissionais, uma explicação recorrente é a de que ele é mais frágil ou não se cuida; não sendo discutidos os efeitos de inúmeras determinações que se colocam no campo da educação. Reafirmamos: o trabalho não pode ser analisado de maneira isolada, com foco exclusivo no trabalhador, culpabilizando-o, é preciso incluir diversos fatores que constituem o exercício da atividade docente.

Ao questionarem e proporem novos modos de organização do trabalho, as Cosates profanam: aventuram-se, lançam-se, puxam pelas ventas o prazer da empreitada, agem, realizam um exercício

de liberdade. As Cosates, como esse jogo, podem se constituir como mecanismo que é:

> [...] puro meio, ou seja, uma prática que, embora conserve tenazmente a sua natureza de meio, se emancipou de sua relação com uma finalidade, esqueceu alegremente seu objetivo, podendo agora exibir-se como tal, como meio sem fim. Assim a criação de um novo uso só é possível ao homem se ele desativar o velho uso, tornando-o inoperante. (AGAMBEN, 2007, p. 74-75).

Então, mais do que simplesmente superar a separação, profanar envolve fazer novo uso de um modo organizativo, a saber, o modo "comissão", jogar com ele. E isso só pode ser feito de modo coletivo e entendendo o jogo como episódio, contradispositivo[33] passageiro, pois sempre há novos modos de captura, de sacralização (AGAMBEN, 2009).

O outro modo de desmontar os dispositivos de poder proposto pelo autor italiano é por meio do exercício da amizade, que implica proximidade (não necessariamente espacial). Ser amigo é estar próximo, daí sua convocação política: não é possível fazê-la estando distante. Para falar da ação política implícita no gesto da amizade, Agamben (2009) recorre a Aristóteles e postula: conviver é diferente de condividir. Conviver é mais do estar no mesmo espaço, conviver é "com-sentir", sentir junto.

Conviver, nesse sentido, refere-se a uma partilha de vidas que, apesar de diferentes, ou justamente por isso, são constituídas nesses encontros, no "com". Daí, outro entrelaçamento possível com a noção de ação política de que nos fala Arendt (2009): a amizade, que também implica na arte de ver o mundo pelos olhos do outro, é uma "percepção política

33 Para Agamben (2009), contradispositivo pode ser lido como sinônimo de profanação.

por excelência". Assim, é possível falar da noção de amizade como liberdade que tem dimensão consensual, de conversa, de proximidade.

Lançar-se ao desafio em uma Cosate oportuniza, então, um meio para criar, para inventar, brincar com dispositivos de poder que sacralizam a gestão do trabalho. Porém, isso requer estar em relação, produzir consenso, com-sentir:

> Em termos modernos se poderia dizer que "amigo" é um existencial e não um categorial. Mas esse existencial – como tal, não-conceitualizável – é atravessado, entretanto, por uma intensidade que o carrega de algo como uma potência política. Essa intensidade é o *syn*, o "com" que divide, dissemina e torna condivisível – ou melhor, já sempre condividida – a sensação mesma, a doçura de existir [...]. E é essa partilha sem objeto, esse com-sentir originário que constitui a política. (AGAMBEN, 2009, p. 91-92).

Nesse sentido, articulando essa noção de compartilhamento com a ideia de amizade em Arendt (2009), que não pode ser reduzida à intimidade, vislumbra-se um modo de pensar a vocação humana de se associar aos outros por meio do diálogo que se realiza no espaço do entre, apontando, assim, na amizade como requisito para pensar, julgar e agir.

Orientar a atividade das Cosates na direção da amizade implica, então, na capacidade de dialogar com todos os profissionais que trabalham na escola, ouvindo, compondo com eles, agindo para pôr uma dada organização do trabalho em suspensão para forjar novos possíveis, compartilhar experiências, problemas e criar, em conjunto, estratégias e caminhos de ação.

Isolada, com meios frágeis de comunicação e envolvimento com a comunidade escolar, é provável que iniciativas como essa funcionem de forma institucionalizada e engessada, dificultando a desmontagem dos dispositivos de poder. Por outro lado, ao funcionar como contradispositivo, a formação propiciada pela experiência do Projeto Piloto das Cosates resultou em intervenções partindo de uma

analítica coletiva sobre o ambiente de trabalho, envolvendo os profissionais da escola e a equipe em formação e os demais potenciais parceiros de uma rede aquecida pelo próprio trabalho das Cosates É a tessitura de uma política no sentido afirmado neste texto, feita pelo e para o trabalhador da escola que engendra um novo modo de pensar a produção de saúde rompendo com os modelos institucionalizados. Isso constitui ações políticas de profanação, uma vez que funciona como coconstrução da elaboração de políticas e cuidados com a saúde do trabalhador. Como exercícios de contradispositivo são elaborados planos de ação, criação de instrumentos para pesquisa sobre situações de adoecimento no ambiente escolar, realização de um seminário sobre Saúde do Trabalhador para a Rede Municipal, inserção de temas relevantes para as garantias das condições de trabalho em espaços deliberados pela Sedu/Serra, entre outros.

Assim, o processo de formação empreendido com as Cosates de Serra atentou-se para a sustentação nos modos de exercício da amizade visibilizados no trabalho, apostando nas possibilidades de profanação que o próprio cotidiano guarda.

Por fim, apostamos nessas Comissões como meio de materializar uma experiência de educação que possibilite ao trabalhador a potência da ação de uma política pública, produzindo modos mais autônomos de gestão do trabalho, abrindo chances de desmontagem dos mecanismos que capturam a ação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Esse é tempo de partido
> Tempo de homens partidos.
> Em vão percorremos volumes,
> Viajamos e nos colorimos.
> A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.
> Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.

> As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei.
> Meu nome é tumulto, e escreve-se na pedra.
> (Carlos Drummond de Andrade)

O cotidiano é forjado por linhas, pelo tempo, por fazeres e saberes. Ele escapa e se apresenta como réstia, como ordinário, como astúcia. O cotidiano guarda chances para a experiência.

Agamben (2005, p. 22) mostrou como a existência cotidiana tem nos colocado certa "opressão" e banalidade. Mas afirma também que o próprio cotidiano, e não o extraordinário, constitui matéria-prima daquilo que pode ser transmitido.

Retomando nossa questão inicial e tendo em vista as discussões brevemente esboçadas ao longo deste artigo, consideramos ser a experiência um conceito potente de articulação das várias linhas que se abrem em nossa prática de pesquisa-intervenção. Tal noção nos é cara em seu sentido de construção coletiva impessoal, forjada nas fraturas da história, assim como nos é também a narrativa, seu meio de transmissão. Nas conformações dos modos de vida atuais, em que se sobrepõe uma lógica individualizante, como já mencionado, o desafio que se coloca aos movimentos que intencionam a construção de uma política pública de fato, nesses termos, é o de criar um chão possível à produção dessa experiência, bem como a construção de uma narratividade que a permita germinar. Seria essa uma baliza maior na direção da qual podemos orientar nossas ações, visando à profanação dos dispositivos regulatórios hegemônicos.

Ao que essa perspectiva nos conduz tendo em vista o processo formativo que empreendemos junto às Cosates? À aposta permanente na possibilidade da construção de um comum, sem garantias *a priori*; à tarefa de trazer a um plano de visibilidade as intensidades e os desvios, os movimentos que cindem o tempo, produzindo ranhuras num ordenamento colocado. A intencionalidade, nesse caso, não se coloca como garantia de algo.

O planejamento do espaço-tempo formativo, nesse sentido, ao priorizar os momentos dialógicos e o acolhimento às diferenças que

emergem do campo, configura-se apenas como uma aposta na possibilidade de efetuação de um arranjo coletivo pautado em uma política da amizade; aposta na feitura de conjuga-ações, conexões. Assim, o que nos movimenta nessa empreitada é a convicção no movimento que se abre para um possível. Não se trata de alçar formas instituídas de ação, tão somente. Mas afirmar que, enquanto se caminha, fazem-se caminhos. Pois o milagre corre à espreita.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **A comunidade que vem**. Portugal: Editorial Presença, 1993.

AGAMBEN, G. **Infância e história**: a destruição da experiência e a origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

AGAMBEN, G. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo**? E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

AGUIAR, K. F.; ROCHA, M. L. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 4. p. 648-663, 2007.

ALMEIDA, V. S. **Educação em Hannah Arendt**: entre o mundo deserto e amor ao mundo. São Paulo: Cortez, 2011.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

ARENDT, H. **O que é política**? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARENDT, H. **A promessa da política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (org.). **Clínicas do trabalho**: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011.

BENJAMIN, W. **Sobre arte, técnica, linguagem e política**. Lisboa: Antropos, 1992.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras escolhidas, v. 1).

BOTECHIA, F.; ATHAYDE, M. Conversas sobre o trabalho sob o ponto de vista da atividade: algumas abordagens metodológicas. *In*: BARROS, M. E. B.; HECKERT, A. L. C.; MARGOTO, L. (org.). **Trabalho e saúde do professor**: cartografias no percurso. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 43-70.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CARVALHO, J. S. **Reflexões sobre educação, formação e esfera pública**. Porto Alegre: Penso, 2013.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CLOT, Y. **Travail et pouvoir d'agir**. Paris: PUF, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2007.

INNERARITY, D. **O novo espaço público**. Lisboa: Teorema, 2010.

LACAZ, A. S. *et al.* Questões contemporâneas no campo das políticas educacionais: produção comunitária, criminalização da vida e práticas de liberdade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, UERJ, v. 12, n. 2, p. 479-500, 2012.

SILVA, C. O.; BARROS, M. E. B.; LOUZADA, A. P. F. Clínica da atividade: dos conceitos às apropriações no Brasil. *In*: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (org.). **Clínicas do trabalho**: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011. p. 188-207.

SOUZA, A. S. *et al.* As comissões e o núcleo de saúde dos trabalhadores: tateando "(re)-existências" da atividade docente. *In*: ROSEMBERG, D. S.; FILHO, J. R.; BARROS, M. E. B. (org.). **Trabalho docente e poder de agir**: clínica da atividade, devires e análises. Vitória: Edufes, 2011. p. 145-173.

PETRY, C. A ascensão da esfera social: a diluição da distinção entre público e privado. *In*: FÁVERO, A. A.; CASAGRANDA, E. A. (org.). **Leituras sobre Hannah Arendt**: educação, filosofia e política. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012. p. 205-232.

SCHWARTZ, Y; DURRIVE, L. **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: Eduff, 2007.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. **Trabalho e ergonomia II**: diálogos sobre atividade humana. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015.

TELLES, V. S. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ZAMBONI, J. *et al.* Primeiras notas sobre o Fórum das Comissões de Saúde do Trabalhador da Educação (Cosates) no Município de Serra, Espírito Santo. **Advir**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 6, p. 105-118, 2013.

Práticas educacionais em análise: as contribuições da análise institucional[34]

Maria Elizabeth Barros de Barros

INTRODUÇÃO

Diversas propostas e análises sobre a escola remetem, direta ou indiretamente, até como crítica, a abordagens no campo da Ciência da História. De diferentes maneiras, discutem questões relativas à sociedade de classes e às vias de superação da relação dominação-adaptação, situando o campo das relações sociais capitalistas e suas múltiplas determinações.

Nessas circunstâncias, destacamos os trabalhos desenvolvidos pelos analistas institucionais de linhagem francesa, que trazem

34 Originalmente publicado no **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, v. 8, n. 16, p. 90-108, jul./dez. 2002.

importantes contribuições para pensarmos a escola, suas práticas cotidianas e, principalmente, ferramentas para a construção de outros fazeres educacionais. Ao tentarem recuperar nas instituições[35] seu caráter de produção histórica e o movimento que a institui, buscam a recuperação de uma dimensão do movimento social possível. Conforme Lapassade (1977b), a análise institucional pode conduzir a uma transformação das nossas relações com as instituições, isto é, a análise dos sentidos da instituição, do lugar da ideologia dominante e do instituinte.

Nessa direção, ao analisarem a instituição escola no capitalismo, os analistas institucionais apontam para o fato de que entender seu funcionamento implica não apenas a análise do conteúdo do saber veiculado no aparelho escolar, mas também a "configuração do meio em que este é transmitido" (RANCIÈRE *apud* LAPASSADE, 1977b, p. 11-12). Conforme ainda Rancière, o saber tem existência institucional como instrumento de dominação de uma classe e é determinado em sua configuração pela dominação dessa classe. Os mecanismos de seleção, as relações professor-aluno e as hierarquias constituem a instituição saber. Assim, o conteúdo transmitido tem uma função "reacionária", porque as ciências são ensinadas não somente de uma maneira positivista, mas também do ponto de vista das demais estruturas institucionais. Portanto, a organização e as condições em que o saber é veiculado efetiva formas específicas de prática educacional. Não é, apenas, o conteúdo do saber transmitido na escola o aspecto fundamental do processo de produção/reprodução social, mas as formas de transmissão do saber, que são constitutivas da instituição educação.

Os analistas institucionais opõem, assim, uma análise institucional da escola a uma análise ideológica, uma vez que consideram que não é possível colocar o problema da ideologia sem colocar a questão

35 Instituição, no sentido utilizado pela Análise Institucional, não é um objeto já dado, natural, é algo que se constrói no bojo das práticas sociais e históricas. Ao contrário da organização, a instituição é produção, é engendramento de forças que se materializam em formas organizacionais.

da "instituição do saber" e do "saber como instituição". É por meio das instituições — relações professor-aluno, seleção, exames, no caso da escola que se produz/reproduz o *socius*. A análise da instituição educação, portanto, articula-se com a análise do Estado e da luta de classes, entretanto, a forma como as instituições produzem e reproduzem as relações sociais, a princípio, não se oferece imediatamente aos nossos olhos, ela se torna visível mediante os atos analisadores.

As análises que se limitam aos aspectos ideológicos não contemplam a questão da institucionalização[36] do conhecimento que a ciência formalizada representa. É necessário enfocar a instituição escolar quanto a sua organização, funcionamento, fins atuais e o significado de sua existência como lugar privilegiado, e quase exclusivo, de transmissão do saber.

A instituição educacional/escolar, segundo Lourau (1981), destaca-se pelo que ele chama de "ilusão pedagógica", que se apresenta por meio de três movimentos. No primeiro, omitem-se as desigualdades sociais perpetuadas pela escola e sua função seletiva; no segundo, ignora-se que a escola é parte do sistema político e institucional; no terceiro, enfatiza-se a questão do conteúdo transmitido, diferenciando-se saber objetivo de saber ideológico.

Ao se instituir um lugar de ensino, institui-se um conjunto de regras de funcionamento, formas de relação e, principalmente, uma divisão do saber: o que é ensinado na escola — saber oficial — e o que não é — que passa à categoria do não saber.

A escola tem, assim, o encargo de transmitir um saber institucionalizado, o saber oficial, organizado de forma que se controle o que deve ser ensinado, quem está autorizado a falar em nome desse saber, quem sabe e quem não sabe e quem controla toda essa estrutura é o Estado.

É com base no "poder-saber", na regra da competência e nas relações hierárquicas que permeiam as relações professor-aluno, as

---

36 Lapassade (1977a) afirma que institucionalização significa "tornar equivalente às instituições existentes", sendo reconhecida e legitimada como forma social "norma" e, portanto, tornar-se instituído.

demais relações internas da escola e as relações Escola-Estado, que funciona a instituição educacional/escolar. Nesse nível de análise, estaríamos tratando do que Lapassade (1977a) chama de terceiro nível: o Estado, que está presente em toda a organização do processo educacional na escola, passando pelos mínimos detalhes de sua constituição: o espaço de ensino, a instituição dos exames, os conteúdos ensinados, a qualificação do seu pessoal, regulamentos para seu funcionamento interno (como horários, currículos etc.).

Esse terceiro nível descrito por Lapassade (1977a) é o nível molar, no qual encontramos as escolas, e não cada escola em sua particularidade. Funcionais ao sistema capitalista, produzem e reproduzem sua lógica. Encontramos preservados o respeito ao eruditismo, às verdades universais, à hierarquia, à escuta unilateral, à linearidade dos processos de aprendizagem, à padronização do ritmo e dos estágios a serem alcançados e à priorização do desenvolvimento cognitivo como suporte para a ascensão social. Como diz Rocha (1996, p. 17), "[...] a escola opera a homogênese da subjetividade, funcionando, no plano molar, como máquina de equivalência por mecanismos de categorização e serialização".

O segundo nível de análise proposto por Lapassade (1977a) é o do estabelecimento. Inclui a organização burocrática, uma hierarquia de saber, que, confrontada com as normas gerais do Estado, tem uma margem de liberdade na determinação das particularidades do seu funcionamento interno. A análise de Lapassade (1977a) indica que discutir a Escola implica, necessariamente, examinar sua existência concreta, suas formas cotidianas de funcionamento singular.

As relações professor-aluno, que formam o "grupo-classe", conforme designação de Lapassade (1977a), incorporam, em cada situação específica, as instituições definidas pelo Estado. São relações hierárquicas que se inscrevem no conjunto da instituição escolar. Trata-se do primeiro nível da análise institucional.

Nesse cenário, perguntamos: qual a possibilidade de o professor inventar uma outra forma de trabalhar com seus alunos que questione o saber oficial e o não saber?

Em nosso entendimento, os analistas institucionais apontam a própria escola capitalista como obstáculo a qualquer tentativa de quebrar as antigas territorialidades. Sua proposta é que professores, alunos e demais membros da escola forcem, com suas ações, o "desvelamento" das instituições. Segundo ele, existe um pequeno nível de autonomia do professor, no que diz respeito, por exemplo, ao "como" ensinar, ao "como" se relacionar com os alunos, criando formas de ação em sala que possibilitem alterar a situação dada. Mas é possível descobrir novas formas de luta e de atualização do saber e criar outras formas de associação, como os sindicatos, os movimentos populares e outras formas vivas de aprendizagem. É na forma de participação nas lutas políticas que podem surgir experiências inovadoras de educação. É o plano molecular de análise, no qual novos agenciamentos podem levar a transformações no que está instituído, ultrapassando o território sobrecodificado, que pode trazer a escola para o tempo da criação.

As tentativas de transformação do espaço escolar, de se instituírem outras formas de funcionamento que não se restrinjam às preocupações com o conteúdo, com as técnicas e metodologias se fazem desmanchando-se os territórios instituídos do saber pedagógico, configurando-se processos de produção de saberes e práticas que instituem sujeitos de ação, aprendizados permanentes e não práticas de modelagem, que se constroem sobre especialismos naturalizados.

Um trabalho de intervenção na instituição educação/escola, como processo, questiona o sujeito fabricado ideologicamente, apostando em processos sociais que não estejam aprisionados pela ótica da produção de especialistas como "mercadorias amorfas". Em oposição ao "conhecimento verdade" cristalizado, o conhecimento se processa por meio de formas variadas de apreender/construir o real e, portanto, em constante movimento.

É no encontro com a alteridade que a aprendizagem se processa, surgindo dúvidas e inquietações que movem os sujeitos no sentido de criar e produzir novas inserções, novas práticas, novas formas de ver e sentir o mundo, em ruptura com o que está instituído.

É necessário assumir um trabalho de produção teórico-prática, no sentido de escapar das limitações na área educacional a que estamos submetidos. Assim, partimos da tese de que transformar a instituição escola não significa, simplesmente, instrumentalizá-la com tecnologias de última geração, mas, principalmente, investir nos processos de subjetivação que afirmem o processo educacional como inventivo, apostando no seu aspecto instituinte.

A importância e o interesse pela análise institucional emergem, no nosso trabalho, das pesquisas que temos realizado na Universidade Federal do Espírito Santo, na cidade de Vitória, com as escolas da rede municipal de ensino. Em todas essas situações, as ferramentas oferecidas por essa perspectiva foram aspectos fundamentais.

O movimento de Análise Institucional desloca a questão da pesquisa, trazendo o conceito de implicação que questiona a pretensa neutralidade do especialista e formulando uma proposta de pesquisa-intervenção que busca interrogar os diversos sentidos cristalizados nas instituições. Assim, baseia-se em uma metodologia que, ao arguir as instituições, pretende desmanchar territórios e convocar a criação de outras formas de funcionamento institucional, desnaturalizando o instituído. "A intervenção visa a construir analisadores que produzam rupturas, que produzam análise, que decomponham" (BARROS, 1997, p. 23). Nessa perspectiva, pesquisar torna-se, necessariamente, interferir, intervir.

O lugar e o status especialista é, assim, modificado. Coloca-se em questão as diferentes formas de especialismos. Ao pesquisador não cabe explicar para os outros, "ver em seu lugar" ou "ver para os que não conseguem ver". A pesquisa passa a ter e a produzir outros sentidos, que afirmem a apropriação do conhecimento pelos não pesquisadores. Ao recusar a neutralidade do analista/pesquisador, procura-se romper as barreiras entre sujeito que conhece e objeto a ser conhecido.

Construir espaços coletivos de intervenção e de criação de estratégias, de modo a viabilizar projetos participativos de gestão dos processos educacionais foi a nossa meta. Buscamos criar equipes nas escolas da rede

municipal de ensino de Vitória que pudessem experimentar processos educacionais inventivos, incorporando saberes e fazeres como instrumentos para a produção incessante de novos processos institucionais. Perseguimos a análise do cotidiano educacional do município, que tenta bloquear a experimentação/produção de outras práticas pedagógicas.

As perguntas que norteiam nosso trabalho têm uma orientação ético-política que encontra eco nas propostas que apostam na transformação da sociedade de classes. Nesse sentido, formulamos algumas questões que pretendem ser analisadoras das práticas sacralizadas nas escolas, uma vez que, mais do que encontrar saídas para os impasses da escola hoje, procuramos novas entradas. Como administrar a crise de referências sociais vividas hoje no campo da educação? Que estratégias podem engendrar fazeres em um processo constante de invenção?

Nossa preocupação não é encontrar a forma mais adequada de escola, nem tentar resgatar uma escola ideal. O que nos move é uma preocupação com os processos de subjetivação em curso, com os mecanismos que nos colocam em funcionamento. Entendemos os processos educacionais como territórios mutantes, que se constroem processualmente.

Nosso objetivo foi analisar coletivamente o cotidiano da educação municipal de Vitória, tentando desmontar mecanismos desqualificadores e despotencializadores, desnaturalizando discursos que materializam identidades tidas como naturais e universais.

SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA-INTERVENÇÃO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Desde sua fundação nos anos 80, chegam ao Núcleo de Psicologia Aplicada (NPA) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) solicitações de intervenção nas escolas da rede municipal de ensino de Vitória. Dentre essas diversas solicitações de trabalho, algumas se caracterizavam por pedidos de "ajuda" para "aprender a lidar com o aluno-problema", sua indisciplina e insubordinação às normas

estabelecidas. A criança, seus "distúrbios", a família "desestruturada" ou o "sistema" eram, frequentemente, responsabilizados pelo "fracasso da educação". O processo de culpabilização de terceiros é, na maioria das vezes, a forma de explicar o vivido no trabalho.

A falência da educação, a repetência, a evasão, os baixos salários, dentre outros aspectos, convivem com a lógica instituída no âmbito da educação municipal, afirmavam os educadores. Mas o que procuravam? Talvez, soluções e ordem. Ao contrário, nossas pesquisas/intervenções buscaram encaminhar um processo para questões que afirmem uma ética que persiga formas de luta em meio às configurações do poder que fabricam nossos modos de ser/existir. Que formas de intervenção criar na rede municipal de ensino nessa direção? Que dispositivos construir para que as escolas saiam do lugar de inércia em que muitas vezes se encontram? Foi a partir dessas indagações que nos encontramos com os educadores do município de Vitória-ES.

Os pedidos das escolas estavam, na maioria das vezes, marcados pelo especialismo, que busca desqualificar as experiências dos não especialistas. Procuravam formas de lutar contra o "fracasso escolar" e as relações professor-aluno, "aprisionadas por métodos que dificultam ou impedem o domínio do processo ensino-aprendizagem". Os docentes diziam-se impedidos de avançar, devido às limitações impostas pela administração da Secretaria Municipal de Educação (Seme) e aos conflitos que marcavam seu dia a dia no trabalho.

Acreditávamos que essa encomenda, que configurava a **demanda-pedido**[37] dos educadores da Seme, não se poderia constituir em nosso campo de intervenção, pois, dessa forma, estaríamos aceitando e produzindo (ou reproduzindo) o encargo social atribuído

37 No sentido utilizado pela Análise Institucional, encomenda ou demanda-pedido, porque "supõe sujeitos falantes que se dirigem, adequadamente, numa correspondência previamente naturalizada, àqueles que podem co-responder a suas expectativas" (RODRIGUES; LEITÃO; BARROS, 1992, p. 14-15).

aos profissionais "psi", de adaptação social e disciplinarização, que recusávamos.

Sendo assim, procuramos, a partir da solicitação feita, produzir a **demanda-guerra**,[38] processo em ruptura com o encargo social que nos é atribuído como psicólogas. Trabalhávamos com a proposta de cartografar os conflitos, analisá-los e construir, com o grupo, propostas que viabilizassem a ampliação das possibilidades de trabalho das educadoras e das nossas, as psicólogas.

Nossas ações junto aos docentes tinham, assim, uma marca: afirmamos uma "Psicologia" à deriva que objetiva a produção de relações sociais baseadas na "co construção" e na decisão coletiva, quanto às ações a serem implementadas.

Tínhamos como proposta a abertura de espaços onde os docentes pudessem discutir o cotidiano que constroem. O processo pedagógico precisava ser fertilizado, e o caminho para essa fertilização dar-se-ia a partir da invenção de novas experiências, de outros referenciais de análise e de outras formas de agir que fossem disruptivas[39] com os impasses vividos na Seme.

Entendendo o grupo como máquina,[40] privilegiávamos, nos nossos encontros, o conhecimento da produção grupal e as formas como este se atualizava no cotidiano da rede municipal. Discutíamos a

---

38 Demanda-guerra refere-se a um dos muitos efeitos de sentido que a palavra demanda sugere: sugere disputa, lutas, forças em jogo no processo de constituição-produção de realidades.

39 Disruptivos, que cortam, que produzem mudança.

40 Para Deleuze e Guattari (1996), a máquina supera os mecanismos da técnica e a organização do organismo. Ela é feita de outras máquinas e, nesse sentido, pode acoplar-se, agenciar-se, de maneiras parciais, fragmentárias, e produzir novos fluxos. Em contraposição, a coação de mecânico indica o fechamento de um mecanismo sobre si. Ele se compõe de peças que só ganham sentido em seu todo. O maquínico indica, portanto, um sentido processual, aberto e inventivo, enquanto o mecânico se esgota na repetição fechada, remetendo à dimensão organizativo-funcional.

prática pedagógica na Seme, as relações entre os profissionais, a intervenção da administração central nas escolas.

Confrontávamo-nos, geralmente, com um cotidiano esvaziado, em que a comunicação não oportunizava um debate rico e transversalizado e o individualismo era a marca dominante. O coletivo dos educadores agitava-se todo o tempo no cumprimento das tarefas, atualizando uma marcha burocrática, esperando por mudanças que deveriam vir da coordenação da Secretaria. Debatiam-se sem cessar entre a inércia e o tarefismo, o que apontava para práticas endurecidas e mortificantes.

Tentávamos, coletivamente, promover a construção de um cotidiano que rompesse com o processo incessante de produção e reprodução de sujeitos disciplinados e normatizados. Discutíamos as divergências quanto aos interesses e propostas da Seme, confrontando diferentes encaminhamentos. A partir da experiência vivida, buscávamos fazer com que aqueles que ali trabalhavam não fossem apenas "atores de cena", mas também autores-produtores de ações e relações. Tratava-se, portanto, de gerir, criando, inventando caminhos, e não desempenhando um papel escrito, um "déjà lá" à espera de alguém para dramatizá-lo. Procurávamos delinear, juntas, caminhos e pistas que nos possibilitassem praticar "a educação que queremos".

Os processos vividos pelo grupo de docentes e psicólogas eram marcados por tentativas. Tentávamos encontrar, na permanente experimentação, as possibilidades de pensar, trabalhar e viver de outro modo. Era imprescindível a crítica radical de nossa experiência e dos nossos modos de pensamento. Um questionamento constante da "verdade" das nossas ações.

Começamos a ver que a construção de um outro projeto de trabalho só se faria por meio da coautoria de todos e da implementação diária de uma luta permanente contra as estratégias de dominação e subjetivação em que estamos lançados, ou seja, uma batalha no seio daquelas configurações do poder que insidiosamente nos objetiva.

O desafio que se colocava era o de propor outras direções de sentido, pensando práticas de montagem do processo pedagógico que se constituíssem em espaço onde a processualidade fosse possível e se viabilizassem outros modos de subjetivação. Ser livre significa, então, mudar a história e isso era um desafio, um risco: não tínhamos garantia de nada, nem desejávamos.

No início dos anos 90, em função de uma transformação na administração da cidade, a configuração da Seme foi modificada e um novo projeto político-pedagógico foi implementado. O processo ampliou-se por meio de duas linhas de intervenção: a análise das questões chamadas "internas", ou seja, relações entre profissionais do órgão central da Seme, e da articulação que as diferentes unidades de ensino mantinham com a coordenação geral do sistema educacional. Identificadas essas questões, buscamos a compreensão de elementos que impediam a construção de um projeto coletivo que pretendia alterar radicalmente as bases sobre as quais estavam estabelecidos os planos de educação no município de Vitória-ES.

A ilusão liberal não era mais a tônica das argumentações dos educadores. Começavam a apontar para o "caráter seletivo" da escola e suas funções ideológicas e classistas. As análises acerca dos vínculos professor-aluno e dos currículos (desconectados e inadequados à população atendida) eram frequentes. Questionavam, ainda, as práticas pedagógicas de domesticação e exclusão. Enunciavam o desejo de romper com os enclausuramentos que marcavam as práticas da Seme e de construir, conjuntamente, um projeto ético de ser humano e de sociedade, superando o capitalista.

Discutimos, então, alguns dos procedimentos que os participantes do processo — os coordenadores da Seme e nós, psicólogas — adotaríamos para definir a forma como a intervenção ocorreria, nesse outro cenário municipal. Visávamos desnaturalizar a instituição da análise, criando dispositivos que fossem cogeridos. A gestão das condições do trabalho a ser realizado, ao ser tomada por todos, interrogava a própria "instituição do contrato".

A elaboração de um projeto coletivo para a educação municipal impunha a necessidade de tornar conhecidas as possibilidades de trabalho de cada uma e sua relação com o projeto político da administração da cidade, afirmando e desejando a diferença. Vivenciar, no cotidiano da Secretaria, a diversidade de perspectivas teóricas e/ou políticas daqueles que trabalhavam na Seme fragilizava os coordenadores pedagógicos. Colocava-se em questão a relação saber-poder vivida na rede municipal e, em especial, na administração central. Impunha-se, assim, a tarefa de buscar o fortalecimento, em cada uma, da perspectiva de que a convivência com as diferenças "político-partidárias" poderiam ser algo produtivo. Chegara a hora de problematizarmos nossos especialismos e nossos guetos políticos.

Em nossas discussões, analisávamos a relação da administração central da Secretaria com as unidades de ensino e, assim, trazer à luz a forma como exercia-se essa coordenação e os efeitos sobre a proposta pretendida de gestão coletiva do processo educacional. A administração central, muitas vezes, interferia nas escolas, trazendo "questões fechadas" e fazendo cobranças que geravam resistência à implantação do projeto levado pela secretária da educação e seus colaboradores diretos.

Não é a vontade de atingir a "verdade" que nos coloca em processo, em movimento, é, sim, uma vontade política de produzir novos problemas, uma vontade de inventar. Como nos lembra Aguiar (1992, p. 11), "[...] frequentemente, nós militantes, emprestamos nossos corpos como instrumento na manutenção e aprimoramento da lógica capitalista. Não encontramos saídas, nos protegemos com sonhos de liberdade e acabamos por naturalizar o que sabemos ser produzido: a luta de classes".

De nossa parte, visávamos, principalmente, oferecer elementos para a análise do que viviam, diziam e com que se preocupavam. Trazíamos para a discussão a forma como cada um se relacionava com a proposta daquela administração, as expectativas, as dúvidas, a rejeição e/ou a aceitação da proposta, a hierarquia na Seme, a intimidação

vivida diante de posturas autoritárias, a dificuldade de contestar aqueles que exerciam cargos de chefia.

Muitas vezes, nós, psicólogas, surpreendíamo-nos participando ativamente na efetivação de muitas ações para viabilizar os objetivos político-partidários do projeto pedagógico da nova administração da Secretaria, o que evidenciava nossas implicações[41] partidárias. Bastaria oferecer dispositivos de análise ao grupo da Seme-Central com o qual trabalhávamos? O lugar de analistas muitas vezes não nos bastava. Sentíamos necessidade de interferir diretamente no processo em curso, ora articulando politicamente estratégias para que desenvolvessem satisfatoriamente o projeto pedagógico proposto, ora ajudando na tomada de decisões que pudessem mudar inteiramente os rumos da Seme.

Era preciso abrir outros atalhos na compreensão do modo como as pedagogas da administração central da secretaria e nós, as psicólogas, enfrentávamos as dificuldades do trabalho na Seme, o aparelho burocrático da prefeitura e as dificuldades nas nossas ações. Mediante o trabalho grupal nas escolas, esses caminhos foram viabilizando-se com certo sucesso. Muitas diferenças se produziram, fazendo-se notar uma luta diária pelas transformações na prática pedagógica e pela democratização do espaço escolar. Podemos afirmar que muitas experimentações tomaram o lugar das repetições e da monotonia que marcavam o cotidiano escolar, experimentações que se configuravam como batalhas cotidianas, choque de práticas, antagonismos e agonísmos.

Perguntar incessantemente, problematizar nossas práticas e analisá-las parecia ser uma via possível para evitar a perpetuação

41 O conceito de "implicação", conforme utilizado na Análise Institucional, não significa engajamento ou participação. Fala das relações do pesquisador/analista com o campo de pesquisa/análise. O conceito pretende negar uma relação de exterioridade entre sujeito e objeto do conhecimento, questionando a pretensa neutralidade do especialista.

do desastre político que vivíamos. A luta que propomos é um tipo de forma organizacional que varia de acordo com as peculiaridades de cada situação. Lutas que se preocupem com os efeitos do poder sobre os corpos e que não estejam subordinadas a apresentar soluções sociais de longo alcance, nem a oferecer linhas de ação política, mas a tentar pensar e repensar as experiências em torno das quais as lutas se cristalizam.

Produzir modelos a serem seguidos aprisiona os movimentos do desejo. Quando não nos preocupamos com modelos ideais ou mais perfeitos, mas, ao contrário, perseguimos a composição de novas realidades que tenham como princípio a criação/invenção, estamos nos opondo à ideia de verdade eterna e inquestionável, o que implica a intensificação de uma situação singular dada.

A crítica não pode implicar apenas a tomada de consciência, uma proposta de conscientização mistificada que se baseie na revelação de uma verdade emancipatória acerca da nossa "natureza" e do nosso papel na "história"; deve ter, principalmente, um papel analítico que possa apontar para a exposição de operações não reconhecidas de poder na vida dos humanos.

Dominação, portanto, não mais se identificando apenas com repressão, e liberdade não como fim da dominação. Dominação como formação dispersa de ação possível que dirige, impede e controla. Liberdade como revolta dentro das práticas, não se restringindo à livre expressão na democracia; é mais do que obediência a padrões racionais e não consiste em articular a voz de um povo ou em administrar sua felicidade ou bem-estar. Ser livre é poder identificar e mudar aqueles procedimentos ou formas por meio dos quais as nossas histórias se tornam "verdadeiras" e "definitivas"; é questionar e modificar aqueles sistemas que tornam possíveis somente certas espécies de ação.

As questões aqui apresentadas pretendem impulsionar nossos pensamentos e ações, interrogar a produção de valores, da verdade, produzindo outras formas de fazer educação. Em vez de "fala única",

de unidade, desmanchar identidade e inventar outras referências que possam transformar a realidade educacional/escolar e problematizar as formas e os instrumentos usados nos processos de subjetivação nas escolas públicas.

Precisamos pensar a educação não apenas a partir do seu caráter utilitarista e finalista. Tais quais andarilhos, que não perseguem um alvo único, pensá-la em suas inúmeras possibilidades: como lugar de encontros e de alianças, com movimentos que se recusam a aceitar uma vida cotidiana aborrecida e monótona, como ruptura com essa rede que tenta impedir a fuga a esse sistema de vigilância e autovigilância. A educação precisa causar ferimentos, onde o novo possa ser inoculado. Frente às atuais configurações do trabalho docente, esse é um desafio que se coloca para o novo século.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, K. L. de. **Ao avesso da conscientização**: esboço para uma genealogia da formação de trabalhadores sociais. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1992.

ARDOINO, J.; LOURAU, R. **Les pedagogies institutionnelles**. Paris: PUF, 1994.

BARROS, M. E. B. de. **A transformação do cotidiano**: vias de formação do educador – a experiência da administração de Vitória. Vitória: Edufes, 1997.

BAUDELOT, C.; ESTABLET, R. **L'école capitaliste en France**. Paris: Maspero, 1972.

BENEVIDES BARROS, R. **Projeto de pós-doutorado, grupo e transversalização**: a produção de equipes de saúde. Departamento

de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas, UNICAMP, São Paulo, Campinas, 1999.

DELEUZE, ; GUATTARI, F. CARPENTIER-ROY. M. C. **Organisation du travail et saté mentale chez les enseignantes et les enseignants du seconde**. Canadá: Rapport de Recherche, 1992.

LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977a

LAPASSADE, G. História del movimento institucionalista. *In*: ORTIGOSA, J. C. **El análisis institucional**. Madrid: Campo Abierto, 1977b. p. 13-28.

LAPASSADE, G. **Socianálisis y potencial humano**. Barcelona: Gedisa, 1980.

LOURAU, R. **Les lapsus des intellectuels**. Paris: Privat, 1981.

ROCHA, Marisa Lopes da. **Do tédio à cronogênese**: uma abordagem ético-estético-política da prática escolar. 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

Parte 2: Sobre a politica nacional de humanização do SUS – humaniza-SUS

Processos de formação em saúde: a estratégia da educação a distância numa experiência da política nacional de humanização do SUS[42]

Hélder Pordeus Muniz
Maria Elizabeth Barros de Barros
Cláudia Elizabeth Abbês Baêta Neves

42 Originalmente publicado no **Caderno de Psicologia, Sociedade e Trabalho**, São Paulo, v. 20, n. 2, jul./dez. 2017.

INTRODUÇÃO

Diversos são os trabalhos assegurando a importância da formação em ações que visam à transformação das situações de trabalho (BARROS, 2001; BARROS; CESAR; SILVA, 2016; GOTARDO *et al.*, 2016; NEVES *et al.*, 2015; SANTOS, 2004; SCHWARTZ; VENNER, 2016; TEIGER; LACOMBLEZ, 2013). Enfatizam eles o desafio do exercício de uma estratégia de formação que considere a experiência dos trabalhadores. Santos (2004), ao analisar algumas práticas de formação profissional, verifica que até mesmo trabalhadores experientes focam na transmissão de protocolos e de normas e, muitas vezes, secundarizam o plano da experiência no debate com os trabalhadores em formação.

Schwartz (2014) entende que o trabalho envolve dramáticas de uso de si por outros (por ser, em parte, heterodeterminado) e de uso de si por si (por envolver renormatizações, criações de novas normas). Essa concepção de atividade como debate entre normas antecedentes e renormatizações vai necessitar uma maior precisão, ao reconhecer que a arbitragem na escolha de normas é encarnada em um corpo-si. Esse *si* é um sábio "desconhecido", retomando a fórmula de Nietzsche, e traz uma tríplice ancoragem indissociável à biológica, histórica e singular (MUNIZ; SANTORUM; FRANÇA, 2018; SCHWARTZ, 2014).

Sennett (1994), ao pensar historicamente a relação entre corpo e cidade na experiência urbana, mostra que há uma convergência dos processos que atingem o espaço e do que se imprime diretamente na carne (corpo). Na geografia urbana da modernidade, com foco no deslocamento e na velocidade, a mobilidade conquistada pela travessia dos espaços sem muito esforço físico, se, por um lado, possibilitou a ampliação da sensibilidade, por outro, favoreceu a diminuição da experiência sensorial do contato despertada por lugares ou pessoas ali presentes. Simultaneamente ao surgimento das metrópoles do século XIX, a mobilidade conquistada pelo indivíduo

moderno, sob o signo da sua liberdade e do seu correlato isolamento em si mesmo, produziu o anestesiamento da experiência corporal do homem moderno. Este, sob a salvaguarda de um olhar estratégico de observador passivo, foge do contato que lhe causa estranhamento e do outro que lhe parece diferente. Essa estética imagética da liberdade de mobilidade (carros velozes, vias expressas, tecnologias) e do menor contato possível do uso dos corpos no espaço com estéticas estranhas aos paradigmas instituídos (telas de computador, guetos, condomínios fechados, *shoppings centers*), intensifica-se, nos dias atuais, sob a tríade da velocidade, fuga e passividade. Como estarmos atentos ao uso das tecnologias e das suas franquias de mobilidade nos processos de formação a distância, sem perdermos a experiência do contato?

Os corpos em contato num dado espaço determinam suas relações mútuas "[...] como se veem, se ouvem, se tocam ou distanciam" (SENNETT, 1994, p. 17). Nos encontros com a cidade, com os espaços e seus estranhamentos, construímos uma experiência de tateio, arriscamo-nos a perceber e a sentir algo ou alguém de modo diferente ao que sentíamos antes. Nesse tateio, aprendemos e descobrimos novos modos de habitar os espaços e, enfrentando dores na carne, perturbando a subjetividade dos limites do sujeito e da cidade, mudamos os modos de sentir e de experimentar os processos de formação.

Seguindo essas pistas, apresentamos uma proposta de formação que, não se reduzindo à transmissão de protocolos e de normas, privilegia o plano da experiência como dimensão formadora importante. Assumir essa direção formativa, a partir da concepção da atividade como dramáticas do uso do corpo-si, convoca-nos à necessária avaliação acerca dos dispositivos de formação que temos construído e do modo como contribuem para a produção de um espaço de encontros de trabalho a partir das experiências. Contar histórias de trabalho implica contá-las de novo, fazendo emergir outra experiência no ato de contá-las.

A experiência de partilha dessas histórias de trabalho agita potências inesperadas e impensáveis, podendo delinear trajetos eticamente mais dignos, visto que produzem o desmoronamento do que nos é caro e habitual. A dimensão intensiva da experiência é, pois, abertura a outrem, tanto quanto expressão de um mundo possível que "[...] introduz o signo do não-percebido no que eu percebo" (DELEUZE, 1974, p. 315), alterando a experiência subjetiva. Outrem não é simplesmente um outro com quem falo ou interajo em uma relação de intersubjetividade, mas abertura a outro plano de sensibilidades, "[...] um operador de diferenciação, que dissolve as identidades, as desterritorializa, leva-nos para longe de nós ao nos distrair com outros mundos possíveis" (CAIAFA, 2002, p. 97).

Além disso, as pesquisas de ergonomia da atividade (TEIGER; LACOMBLEZ, 2013) e as de psicodinâmica do trabalho (DEJOURS, 2012) têm demonstrado o papel decisivo dos coletivos de trabalho, tanto na forma, como o trabalho, é gerido quanto no enfrentamento de problemas das condições e organizações do trabalho. A experiência nos processos de formação de trabalhadores, para além e aquém das vivências individuais, traz a esse campo um plano da experiência que nos conecta aos estranhamentos e nos transforma ao englobar tudo.

Se essa criação coletiva é necessária, com ela levanta-se o problema sobre como essa cooperação[43] e coordenação devem ser construídas e mantidas, uma vez que são fundamentais ao processo de trabalho e à viabilização de modos de trabalhar que produzam saúde e condições dignas aos trabalhadores. A cooperação não é natural, nem pode ser imposta, pois é uma construção ativa dos trabalhadores em suas experiências de contato. Uma das primeiras pistas para uma estratégia de formação seria, então, envolver os coletivos de

43 Dejours (2012) defende que a cooperação não é algo que se prescreve, mas que é construída pelos trabalhadores, envolvendo a criação de regras que vão guiar os coletivos num interesse comum no trabalho.

trabalho,[44] mas, sem cair na armadilha de uma formação afirmadora de processos universalizantes, voltada para indivíduos isolados que realizam seus cursos e depois retornam aos seus trabalhos, buscando a replicação daqueles saberes desencarnados da realidade do trabalho, como se nada tivesse acontecido.

No entanto, isso coloca desafios vultosos, uma vez que esses coletivos de trabalho trazem consigo histórias de lutas, conquistas, fracassos e modos de dimensionamento de valores com criações de normas singulares. Como trabalhar essa riqueza no dispositivo de formação em seu duplo risco? O risco inicial de uma combustão de conflitos — a ponto de o encontro se converter em desencontro desagregador na vida profissional, incluindo a combustão como experiência de acolhida aos constrangimentos cotidianos à atividade — e o risco final de desvio inventivo na passagem de processos de coletivização e de outros modos de cooperação e renormatizações singulares.

Assumimos o pressuposto de que o trabalho envolve os encontros dos usos de corpo-si e de que eles têm sua potencialidade aumentada na cooperação. Como possibilitar, nos dispositivos de formação, a construção da confiança e da convicção de que o encontro de corpos-si se desenvolva como cooperação? Essas questões se tornam importantes no momento em que estratégias de educação a distância (EaD) têm sido propostas. Atentos aos alertas de Sennett (1994) sobre a

---

44 Desde a pesquisa de Elton Mayo, em Hawthorne, que evidenciou não só como as trabalhadoras da empresa constituíam grupos não prescritos no organograma oficial, mas também que essas relações tinham um efeito na produtividade no trabalho, muitas abordagens têm estudado essa dimensão coletiva do trabalho (ATHAYDE, 1996). As pesquisas e intervenções realizadas pela ergonomia da atividade, bem como pela psicodinâmica do trabalho e pela clínica da atividade, têm ressaltado como os trabalhadores, além de romper com as normas do trabalho, também criam novas formas de cooperação e de coordenação não previstas. Alguns autores, como é o caso de Cru (1987), vão denominar de "coletivos de trabalho" esses coletivos que se formam e que, juntos, trabalham construindo e seguindo regras comuns.

importância das experiências de contato entre os corpos na abertura de outras sensibilidades e sociabilidades, indagamos: como um curso a distância pode ser o suporte para auxiliar na construção de trabalhos coletivos, ou seja, na construção da confiança que, por sua vez, auxilia na comunicação, cooperação e coordenação dos coletivos de trabalho?

Dreyfus (2012) alerta para a circunstância de a EaD poder auxiliar na transmissão de informações exigidas nos níveis iniciais de formação, embora apresente importantes limites, quando se trata do desenvolvimento da formação profissional ao nível de expert ou mestre, quando é necessário aprender o uso dos saberes em situações de variabilidades, incluída aí a capacidade de tomar decisões profissionais arriscadas. Enfatiza ainda que, em situações de formação presencial, tanto formandos, quanto formadores vivenciam apreender reações espontâneas que se dão no coletivo e que não podem ser traduzidas por avatares ou *emoticons*. É uma aprendizagem não somente de discursos, mas também de procedimentos, que envolve o corpo tanto no debate, quanto na ação. Além disso, na sala de aula, a probabilidade para se perceber que o que está sendo dito não está sendo compreendido ou aceito é bem maior, dado o acesso imediato ao estado de ânimo vigente — coisa impossível de ser apreendida por uma câmera. Assim, uma formação de maior qualidade crítica não pode prescindir dos encontros presenciais.

Propomo-nos a analisar neste artigo as conquistas e os desafios de uma experiência de EaD em que trabalhamos como formadores.[45] Já alertamos, porém, não se tratar de tirar lições gerais aplicáveis a qualquer proposta de EaD, posto que essa experiência foi dirigida a usuários com características específicas e com objetivos bem singulares.

O que aqui ganha relevo é a compreensão da formação como processo (de)formador, produtor de outros espaços-tempo político-existenciais-territoriais afirmados na inseparabilidade entre

45 Um dos autores fez parte da coordenação geral do curso, outro foi apoiador pedagógico da Regional Sudeste e outro foi tutor da Unidade de Produção (UP) a ser abordada neste trabalho.

experiência/vida. Uma experiência que se produz em meio à atividade como dramática do uso do corpo-si.

CURSO DE FORMAÇÃO DE APOIADORES PARA A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO (PNH) DA GESTÃO E DA ATENÇÃO À SAÚDE

No primeiro mandato do governo Lula, diversos profissionais aceitaram o desafio de construir uma transformação no Sistema Único de Saúde (SUS), a partir daquilo que no próprio SUS é índice/potência de aliança com processos de autonomia e de construção coletiva. A estratégia que se produziu foi trabalhar com a perspectiva de humanização na saúde como experiência concreta de um vivente em processo de produção de si e de relações no mundo, desconstruindo a visão humanista dominante calcada em práticas piedosas e assistencialistas — o que não se pode realizar sem o trabalho constante da produção de outros modos de vida e de novas práticas de cuidado consigo e com o outro. O propósito dessa política era contribuir para a melhoria da qualidade da atenção e da gestão da saúde no Brasil por meio do fortalecimento da Humanização como política transversal na rede de saúde. Assim, criou-se a Política Nacional de Humanização – PNH (BRASIL, 2004), afirmada como transversal a todos os programas do Ministério da Saúde (MARTINS; LUZIO, 2017).

No ano de 2006, apoiados pelo Programa de Ensino a Distância da Escola Nacional de Saúde Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (EaD/ENSPSA/Fiocruz),[46] os assessores que trabalhavam com

46 O Programa EaD/ENSPSA/Fiocruz, criado em 1998, possuía significativa experiência em processos de formação para os trabalhadores da saúde por meio dessa modalidade de educação, exercendo um compromisso com a sustentabilidade de políticas públicas que concretizam o SUS. Nele, a EaD não é apenas uma alternativa à educação presencial, mas processo educacional singular, qualificando-se para a construção de políticas públicas.

a PNH realizaram um curso de alcance nacional que se utilizou da estratégia de EaD.

O curso buscava oferecer um processo de formação considerando e partindo dos espaços dos sistemas e serviços de saúde. Isso permitiria que os alunos extraíssem das suas experiências os elementos motivadores do estudo e da pesquisa e que pudessem operar nessas realidades buscando construir soluções inovadoras para os problemas de gestão e de organização da rede de saúde, tendo por referência a PNH e seus dispositivos.

O curso dava ênfase à construção de fundamentos teóricos e metodológicos que instrumentalizassem e habilitassem os alunos a intervir nos problemas complexos pertinentes ao cenário dos estabelecimentos de saúde e aos coletivos que neles operam. Visava formar apoiadores institucionais, cuja tarefa principal seria promover, acompanhar e apoiar processos de mudança nos modelos de atenção e nos modos de gestão em saúde, tomados como indissociáveis.

A função de apoio, proposta por Campos (2000), resultante da ação de sujeitos que "atravessam" o processo de trabalho de coletivos, ajudava-os a qualificar suas ofertas clínicas e de saúde pública e a ampliar o grau de grupalidade. A função de apoio institucional tem sido experimentada em vários serviços de saúde do país, apresentando-se como uma importante novidade na gestão do trabalho em saúde no Brasil (MAIA; NEVES, 2014; PINHEIRO *et al.* 2014).

O apoiador institucional exerce a função de colaborar e de prestar suporte para que os coletivos alterem seus processos de trabalho, tornando-os mais democráticos. Função fundamental para a construção de processos e para a sua sustentabilidade, permitindo que o profissional de saúde participe do processo de produção de conhecimento acerca da sua prática.

A proposta de formação buscava a experimentação dos dispositivos da PNH de forma crítica e situada com a realidade dos serviços. Objetivava, ainda, analisar de que maneira tais dispositivos poderiam funcionar como instrumentos para o desenvolvimento

dos trabalhadores, pois, como afirma Barros (2001, p. 74): "Pensar a formação como referida à situação de trabalho implica, portanto, ter que levar em conta as condições de trabalho, as formas de organização dos trabalhadores, as relações com outras instâncias da sociedade civil etc.". Com essa direção, entendíamos ser necessário viabilizar o espaço de problematizações de como a vida vem se produzindo no embate de forças (HECKERT; NEVES, 2007).

A metodologia do curso se constituiu em duas etapas. Na primeira — de formação dos tutores que iriam trabalhar na formação de apoiadores institucionais da PNH —, todos os tutores se encontraram durante três dias para discussão da PNH e seus dispositivos, a fim de entender os sentidos e objetivos daquela formação, que eram fomentar o apoio institucional e receber o treinamento para lidar com as ferramentas do EaD.

Após esse encontro presencial, foram realizados *chats* com os tutores e com os coordenadores gerais e regionais do curso, tendo em vista um estudo mais detalhado e qualificado dos dispositivos da PNH.

Cada tutor ficou responsável pelo que se denominava Unidade de Produção (UP)[47] — um grupo de apoiadores que se auxiliariam na reflexão sobre sua intervenção nos serviços. Foram criadas dez UPs, em diferentes regiões do país, cada uma delas contando com a supervisão de um tutor. Os apoiadores foram selecionados pelos coordenadores gerais do curso, tendo como um dos critérios a indicação das Secretarias Municipais de Saúde, uma vez que que esses apoiadores teriam o compromisso de construir os dispositivos com o apoio político-gerencial das secretarias. Além da coordenação geral do curso, criou-se uma coordenação regional para acompanhar o trabalho das UPs da região. Neste artigo, priorizaremos a análise da experiência de uma UP formada por oito profissionais de um estado do Sudeste, que tinha por especificidade o fato de que todos ocupavam cargos de

47 Por Unidade de Produção se define um coletivo que possui objeto e objetivo claros e definidos e que desenvolve processos de cogestão.

gerenciamento: secretária municipal de saúde, chefes de serviços em hospitais, diretora adjunta da secretaria, diretora de hospital, coordenadora das emergências da cidade, dentre outros. Esses apoiadores deveriam experimentar dispositivos da política de humanização em serviços de saúde e, lado a lado, procurar conhecer e discutir o conjunto de dispositivos preconizados pela política. Constituídas as UPs, teve início a segunda etapa do curso que, durante sete meses, tratou da formação desses apoiadores.

A estratégia envolveu dois grandes encontros presenciais nacionais em Brasília, no início e no final do curso, e um encontro presencial regional das UPs, na metade do curso. O restante do curso constava de *chats* semanais ou quinzenais que cada tutor realizava com os apoiadores da sua UP (PASSOS; BENEVIDES, 2006).

O PRIMEIRO ENCONTRO PRESENCIAL: NARRANDO EXPERIÊNCIAS

O primeiro encontro presencial foi fundamental para a construção da UP. Pensávamos[48] no risco de a UP não funcionar, devido às desconfianças que poderia haver por estarem trabalhando com diferentes partidos políticos e à vulnerabilidade política que poderia existir entre os diferentes municípios. Construir direções éticas do coletivo seria o principal a fazer, mais do que as tarefas já acordadas previstas na programação (fazer o diagnóstico dos problemas de sua rede municipal de saúde e decidir quais dispositivos priorizar para serem experimentados). O desafio seria criar condições que facilitassem ao

48 Embora o trabalho de tutoria junto aos apoiadores da UP tenha sido realizado por um dos autores, entendemos que foi uma obra coletiva, pois coordenadores gerais e orientadora pedagógica regional acompanhavam, discutiam e sugeriam encaminhamentos; por conseguinte, utilizaremos a primeira pessoa do plural ao descrevermos o processo de tomadas de decisões éticas e metodológicas nessa experiência.

grupo se conhecerem, confiarem uns nos outros e "toparem" trabalhar juntos. Em consonância com os apontamentos de Sennett (1994) e de Dreyfus (2012), considerávamos importante que o coletivo tivesse encontros de corpo presente e experiências de habitação de espaços conjuntos que auxiliassem na construção de conexões e de posicionamentos entre eles. Presencialmente, percebe-se quando uma brincadeira ou crítica não caem bem para alguma pessoa, porque, mesmo que ela nada fale a respeito, é possível sentir sua reação corporal ou construir qual a proximidade adequada que se pode ter com cada um: aquele que você pode apertar a mão, abraçar, brincar ou aquele que lhe impõe reserva e discrição. A experiência de uma risada que contagia todos ao mesmo tempo, um murmúrio de indignação diante de uma situação qualquer — todas essas coisas são acontecimentos próprios do coletivo e não se reproduzem a distância.

O encontro era composto de momentos coletivos entre todas as UPs e de encontros destas com o tutor. No primeiro dia, quando uma das profissionais se apresentou como a responsável pelas emergências de um município, outra retrucou que havia ido a um desses serviços e que o achara horrível — causando grande desconforto na profissional responsável. Intervimos dizendo que um dos cuidados que teríamos ali seria não trabalhar com avaliações comparativas acerca dos diferentes serviços, mas admitir que todos eles enfrentavam problemas e que solidariamente iríamos discuti-los. Procuramos construir nesses encontros conjuntos as regras éticas do grupo. Enfatizamos a importância de cada um estar ali criando um espaço de acolhimento mútuo, um lugar onde todos pudessem falar das dificuldades, confiar no grupo, ser escutado e acolhido. Com essa direção, visávamos afirmar a riqueza da multiplicidade de experiências e de saberes daquele coletivo em formação. O grupo pactuou essa forma de funcionamento a partir dessas diretrizes e, assim, adotamos as regras construídas. No último dia de encontro, construímos o plano de trabalho e de estudos. Planejamos que, no retorno, cada

um negociaria em seu local de trabalho quais dispositivos apresentados na UP seriam trabalhados.

Sabíamos que estas pactuações iniciais não garantiriam, *a priori*, esse espaço de acolhimento mútuo; mas, no dia a dia do processo de formação, essa aposta iria se concretizar numa encarnação do modo como experimentássemos o acolhimento desta multiplicidade constituinte da UP.

Nesse primeiro encontro, fomos guiados pela indicação de Dejours (2012) de que cooperação não se decreta, mas se constrói com muito esforço, podendo, no entanto, ser facilmente dissolvida. Uma efetiva cooperação precisa ser erigida pela aceitação, por parte do coletivo de trabalho, de que há um real do trabalho,[49] ou seja, de que existem eventos que escapam ao controle da técnica e da ciência e que exigem a mobilização das trabalhadoras, o que envolve uma inteligência do corpo capaz de agir frente a eventos inesperados.

Isso implica a necessidade de, por vezes, quebrar normas em um contexto de serviços de saúde pública, quando as muitas normas antecedentes[50] que referenciam o trabalho não dão conta da variabilidade técnica e humana, nem das precarizações das condições de trabalho produzidas pelas políticas de gerenciamento. Daí existir, ao mesmo tempo, inflação de normas e ausência de normas (BRITO *et al*, 2011).

Trabalhar em um quadro em que as condições de trabalho, repetidamente, contradizem as normas da profissão — sejam as normas dos códigos de éticas profissionais, ou dos protocolos de diagnósticos e tratamentos, ou aquelas criadas pelos próprios profissionais — equivale a vivenciar sofrimentos que podem inviabilizar a permanência

---

49 Segundo Dejours (2012, p. 25), "[...] o real se deixa conhecer pelo sujeito por sua resistência aos procedimentos, ao saber-fazer, à técnica, ao conhecimento, isto é, pelo fracasso imposto ao domínio sobre ele – o real. O mundo real resiste".

50 Todas as normas que antecedem e que referenciam o trabalho, sejam prescritas pela gerência ou elaboradas pelos próprios trabalhadores, sejam transmitidas de forma escrita, oral ou gestual.

dos trabalhadores nas situações de trabalho. Consideramos importante atentar para as defesas — habitualmente confundidas como ignorância — constituídas pelos trabalhadores contra o sofrimento, as quais funcionam na atenuação ou na negação da existência dos riscos. Se essas defesas têm a positividade de fazer os trabalhadores conseguirem continuar trabalhando, podem também dificultar a discussão do real do trabalho, já que por vezes implicam agir coletivamente na negação da variabilidade que se apresenta como ameaça à saúde.

Torna-se importante, então, criar um espaço público de discussão para que os trabalhadores possam coletivamente encarar o real do trabalho, de modo a reconhecer que se, por um lado, o serviço não funciona a contento com as normas prescritas, por outro, graças a regulações criadas coletivamente por trabalhadores e mesmo por gerentes, muitas vezes, consegue-se que tudo funcione em atendimento aos usuários. Para isso, é preciso construir confiança no cumprimento das regras de trabalho pactuadas entre os trabalhadores e o uso de uma comunicação menos truncada que permita a fala dos insucessos, dos fracassos, das tentativas bem ou malsucedidas — ou seja, a emergência de uma palavra arriscada e seu encontro com uma escuta arriscada que se envolve e se responsabiliza.

No começo, foi fundamental intervir na comunicação que se desenvolvia entre aqueles gerentes. As críticas aos serviços dos outros reforçavam uma dinâmica comparativa propícia a competições e contrária à cooperação baseada no reconhecimento do real do trabalho. Devemos ressaltar que eram gerentes que nunca tinham trabalhado juntos e que vinham de diferentes prefeituras governadas por partidos políticos com ideologias e concepções de gerenciamento diversas; em suma, havia como ponto de partida uma heterogeneidade que, embora potencialmente rica, arriscava-se a produzir combustão explosiva, em vez de um fogo propulsor de trabalhos coletivos. Além do mais, considere-se a história dessas cidades com a construção de modos de relações políticas em que práticas como o clientelismo,

nepotismo e, até mesmo, a violência física contra os adversários ainda são utilizadas.

Foi fundamental, durante esses encontros do grupo, poder olhar a expressão das pessoas e sua postura corporal quando algo era dito (DREYFUS, 2012). Alguns mantinham uma expressão sisuda no rosto ao ser falado algo, mas não se expressavam. Procuramos, então, conversar individualmente com esses profissionais para entender o que se passava. Tivemos que trabalhar também durante os intervalos, na hora em que almoçávamos juntos, a fim de irmos construindo essa grupalidade. As conversas que tínhamos, fora do momento oficial de trabalho do grupo, com uma ou duas pessoas, foram fundamentais. Uma das profissionais, por exemplo, procurou-nos fora da reunião para dizer que estava temerosa de falar e de participar, porque tinha pouco tempo de experiência no SUS e percebera que as outras pessoas eram muito experientes. Pudemos trabalhar essa insegurança reforçando a ideia de que não devíamos hierarquizar contribuições e de que todos tinham como contribuir, a partir de sua experiência singular.

Vale a pena salientar aqui o que entendemos sobre o conceito de grupo. Assumimos, como Barros (2007), o pressuposto de que grupo não é unidade, não é conjunto de pessoas, nem homogeneidade, mas multiplicidade. Há uma dimensão de produção no dispositivo grupal na qual as transformações se operam, de modo que as pessoas vivem um processo de diferenciação que não é a mesma coisa que deparar com o diferente. Tomemos, por exemplo, uma profissional que por ser a mais nova do grupo esteja se sentindo insegura. Não sendo, em realidade, inexperiente, nem mesmo insegura, tal vivência pode ser transformada, à medida que o processo grupal modula sua impressão inicial, diferenciando-a, ao final, da suposta identidade estabelecida por ela para si mesma.

Nesse sentido, a aposta grupal, aqui, não é respeitar os diferentes, em uma lógica liberal que os torne impermeáveis ou subjetividades-produto já consumadas, mas afirmar a diferença como processo

de alterização constituinte na produção de coletivos grupais. O interessante do processo é justamente a possibilidade de ultrapassar as posições iniciais e de construir novas. O grupo, como dispositivo de coletivização, é uma obra aberta, cujo início conhecemos, mas não temos como prever todo o percurso. Essa é a sua força instituinte para experimentações de um percurso, com seus riscos e desafios, em que as dramáticas do uso de si estão presentes o tempo todo exigindo escolhas de normas. Era preciso, então, acompanhar a gestação do grupo, não se considerar criador e controlador dele, mas também não se entregar à ilusão de que se cria sozinho, de que é uma plantinha que cresce solitária ou de que a melhor intervenção é não fazer nada. Pois omitir-se pode ser tão equivocado quanto controlar de forma obsessiva e autoritária o processo grupal.

É preciso, então, encontrar o grupo, estar nele intervindo, gerindo, gestando coletivamente um processo que precisa de atenção constante, posto que vivemos em um contexto em que destruir processos coletivos é tarefa das mais fáceis. Saidon (1991, p. 45) alerta que "[...] nosso desafio, particularmente na América Latina, é como escapar de um estatuto burocrático totalizador sem cair na fragilização ou demolição".

Nesse processo, mobilizamos uma inteligência do corpo (DEJOURS, 2012) que, ativada nos encontros com outros corpos, consegue diagnosticar e intervir. Enfim, acreditamos que o momento presencial produziu um encontro de corpos de trabalhadores e de formadores que permitiu emergir uma grupalidade, suas fragilidades e toda sua potência normativa de vida.

O ENCONTRO POR MEIO DOS *CHATS*

Depois que todos voltaram a seus municípios, seguimos nos comunicando pelos *chats*. Havia, também, como exercício para as apoiadoras, a leitura de textos e respostas às questões sobre os dispositivos constantes no livro didático e que depois eram enviados para a plataforma

do curso, a fim de que nós as corrigíssemos. Nos *chats*, discutíamos os dispositivos e as dificuldades que estavam tendo na construção das políticas em seu município.

A estratégia nos *chats* era estimular uma conversa livre e, aos poucos, dar início a uma maior explicitação dos argumentos de cada um do grupo. Assumíamos nossa ignorância a respeito de muitas coisas do SUS e solicitávamos que explicassem mais detalhadamente o que escreviam. Procurávamos ampliar o debate sobre algumas questões colocadas primeiramente de forma apressada. Outra estratégia era aproveitar as metáforas produzidas pelo próprio coletivo no *chat*, devolvê-las, a fim de produzirem mais reflexão e, por conseguinte, transformar o modo de lidar com os problemas. Foi assim que, em dado momento, quando alguém disse que tinha que matar vários leões por dia e os outros concordaram, resolvemos relançar, perguntando: não é um problema ecológico matar vários leões por dia? A partir daí, a conversa tomou outra direção, em que o bom humor e o lúdico permitiram lidar com os desafios com mais leveza.

Cru (1993) salienta que não se deve ir contra os sistemas defensivos, mas utilizar suas características para transformá-los. Sendo o humor e a brincadeira coisas constantes nas atitudes desafiadoras diante de riscos, provocamos um jeito de lidar com os problemas de forma bem-humorada, confiantes na possibilidade de encarar o leão.

Percebemos que a ferramenta do *chat* possibilitava o compartilhamento da experiência e sua análise coletiva. Esse instrumento foi útil ao permitir o trabalho em comum, já que os alicerces para a grupalidade tinham sido construídos durante os encontros presenciais. Percebíamos que aquelas trabalhadoras necessitavam construir, primeiramente, uma confiança mínima antes de escrever sobre problemas no trabalho, atitude essa que poderia ser utilizada depois como arma política por parte de grupos opostos ao do prefeito para quem trabalhavam. Logo, a construção da confiança, no sentido de respeito às regras pactuadas de trabalho, foi fundamental para o sucesso do *chat*. Dreyfus (2012) salienta que, se estivermos cientes dos limites

da EaD e se não pretendermos abolir as situações de formação presenciais, esses dispositivos poderão auxiliar na democratização das informações e ajudar na potencialização dos encontros presenciais.

Os limites que se apresentavam ao uso dessa ferramenta diziam respeito à manutenção do fluxo da conversa, pois, em se tratando de diálogo escrito, o tempo de entrada não segue a sequência do assunto anteriormente abordado. Em um grupo presencial, as pessoas anunciam verbal ou corporalmente (levantando a mão) que querem assumir o turno de fala; no *chat*, porém, aparece na tela quem escreveu primeiro, mas a introdução de outros assuntos ao seguir a sequência de entradas faz que quem escreveu sobre um assunto inicial veja sua comunicação aparecer na tela em um momento já descontextualizado. Além disso, os períodos têm que ser curtos, o que dificulta maior elaboração em linguagem da experiência.

Consideramos, também, as dificuldades de tempo dessas profissionais de saúde para se dedicarem a essa formação, pois trabalhavam com cargos gerenciais, assim como o esforço que faziam para participar dos *chats* e discussões. Outro limite percebido tinha relação com o fato de que era a primeira experiência da maioria das trabalhadoras, inclusive do tutor, no uso dessas ferramentas, o que certamente dificultou o uso mais criativo delas. Não existia ainda, naquele momento, o hábito disseminado de usar as redes sociais para discutir.

ENCONTRO REGIONAL DAS UPS SUDESTE

Dois meses depois do encontro em Brasília, a coordenação-geral realizou o encontro presencial regional com todas as UPs do Sudeste. Nesse encontro, que incluía também reuniões com todas as UPs e o encontro interno de cada UP, os dispositivos de acolhimento e o Grupo de Trabalho de Humanização (GTH) a serem experimentados pela nossa UP já haviam sido escolhidos. Esse momento presencial foi fundamental, porque permitiu que o grupo conversasse olhando nos olhos sobre as dificuldades na experimentação dos dispositivos. Uma

realidade comum emergiu: a política de humanização visava ser uma política pública criada para mobilizar o protagonismo dos profissionais e dos usuários do SUS; enquanto a hegemonia de uma política de governo (nos níveis federal, estadual e municipal) alimentava-se da dependência, na tentativa de conseguir os votos dos eleitores, a partir da criação e da manutenção de uma relação clientelista, seja com os profissionais, seja com os usuários. Os vários tipos das intervenções políticas na gestão das unidades nada visavam senão manter a concepção de que saúde não é direito, mas favor que um determinado político concede ao seu eleitor.

Embora já aparecesse de forma incipiente nos *chats*, foi nesse encontro presencial que cada profissional compartilhou como vivenciava suas relações com os vereadores que faziam a sustentação política do prefeito. Várias histórias sobre o uso manipulador dos serviços apareceram, bem como relatos de estratégias de como lidar com essas situações ou de como argumentar com os próprios políticos acerca desses dispositivos serem politicamente importantes, visto que a população sentiria os efeitos na melhoria dos serviços. Então, depois de um tempo, permitindo-se, como eles falavam — "dar a choradeira básica" —, eles passaram a discutir quais ações deveriam ser implementadas para avançar na experimentação dos dispositivos nos próximos meses. Ficou evidenciado o quanto o encontro presencial permitira que uma questão delicada — porque envolvia falar de políticos que poderiam fazer eles perderem seus cargos — pudesse ser tratada em confiança no coletivo que acolhia e que não julgava as pessoas. Isso se percebia no jeito de dialogar, na expressão do rosto e nas risadas coletivas que revelavam a cumplicidade entre os colegas ao narrarem as estratégias usadas, quando um político lhes falava um absurdo: "Eu aprendi a fazer cara de paisagem", e encenava como o fizera.

ENCONTRO PRESENCIAL PROPOSTO PELA UP: CHURRASCO, SUSTO E ANALISADOR-PARTICIPAÇÃO

Nos meses seguintes, estando algumas pessoas com dificuldades de fazer os exercícios propostos no livro de atividades do curso, continuamos com os *chats*. Combinamos, então, mais um encontro presencial: foi quando uma das apoiadoras propôs um churrasco em sua casa. Esse encontro não estava previsto no programa do curso, sendo uma iniciativa dos membros dessa UP. Pudemos, dessa forma, almoçar juntos e mais uma vez discutir questões que estavam dificultando a experimentação dos dispositivos. Algumas divergências surgiram. Uma das apoiadoras relatou a dificuldade em pactuar o cumprimento de uma carga horária com os médicos do hospital que dirigia. Relatou o fato de um péssimo médico que não podia ser demitido do hospital, porque um vereador não o permitia, enquanto outro, um bom médico, fora demitido, porque o vereador assim determinara. Uma das apoiadoras falou da importância de se construir essa contratação com os médicos e de como ela a havia conseguido. Além disso, comentou a corda bamba em que vivia em seu cargo de secretária, por tomar decisões que desagradavam politicamente a alguns vereadores.

Durante o almoço, um susto! Em meio à conversa sobre as inúmeras atividades que dificultavam a realização dos trabalhos pactuados na UP, o marido de uma das apoiadoras disse que "algumas vezes, ajudava a mulher substituindo-a nos *chats*". Silêncio, desconcerto, entreolhares e... ocasião de novas pactuações e de atenção problematizadora aos dispositivos avaliativos que incluíam, na certificação do curso, a participação de cada membro das UPs nos dispositivos de EaD pactuados.

Como tutor e orientador pedagógico da UP, experimentamos uma dramática do uso de si em nossa decisão de — em um curto espaço de segundos — silenciar. Entendemos que, naquela situação inesperada e singular, naquele susto, caberia aquietar a indignação

e tomar esse susto para além do julgamento individual da apoiadora e/ou da acusação de quebra de confiança.

Naquele encontro, pudemos conhecer outros limites dos *chats* como dispositivos avaliativos de participação: não vermos a pessoa, não escutarmos sua voz, não sabermos com quem realmente estamos nos comunicando. Daí, a necessidade de maior confiança e de maior responsabilidade do grupo com o processo.

Experimentamos uma suspensão espaço-temporal, não conseguindo falar. Percebemos, em ato, a força do pensamento de Espinosa (2008): a potência de nosso corpo é, simultaneamente, a nossa potência de pensar. Oscilamos entre uma pedagogia impiedosa que, centrada no pensamento, estimula as multiplicidades, exercitando o corpo e o pensamento a vivenciar seus limites e a ultrapassá-los, porque os quer fortes; e uma pedagogia piedosa que considera o corpo fraco para ultrapassar seus limites e se rende ao medo da destruição grupal e da prática da vingança.

Fomos "salvos" pela força do grupo. Era preciso apostar na força do grupo, acompanhar os efeitos, guiarmo-nos por ele e com ele para enfrentar esse analisador[51] participação. Em outro momento e de modo indireto, essa situação retorna quando o grupo valoriza uma discussão sobre modos de gerenciar e de resistir às interferências de grupos políticos locais, potencializando o debate de valores mediante justificativas de submissão e de ações inventivas adotadas no cotidiano. O grupo tomou a guia e nos possibilitou experimentar a força da roda girando e o deslocamento de lugares instituídos de decisão.

Nesse terceiro encontro presencial, uma nova fase se constituiu e se pôde falar acerca de modos diferentes de gerenciar e de gerir o

---

51 Analisador é um conceito formulado por Félix Guattari, no contexto da psicoterapia institucional, e incorporado pela análise institucional socioanalítica (LOURAU, 2014). Segundo Barros (2007), os analisadores são acontecimentos: tudo aquilo que produz rupturas, que catalisa fluxos, que produz análise, que decompõe os modos naturalizados de lidar com o cotidiano.

serviço. Esses modos, como afirmam Schwartz e Venner (2016), trazem consigo escolhas de normas que, por sua vez, são a declinação de valores do bem comum. Um dispositivo construído para a transformação do trabalho deve se ocupar tanto da produção de saberes, quanto do trabalho com os valores. Porque não adianta ter boas intenções: as diferentes estratégias passíveis de lidar com os problemas envolvem uma melhor afirmação de um valor ou de outro.

Não há neutralidade técnica na gerência, assim como em nenhum trabalho, portanto, o processo de formação precisa incluir uma discussão dos diferentes projetos políticos e de qual sentido a intervenção nos serviços vai ter. Cada decisão pode ter um peso importante no destino coletivo a viver. Novamente, o grupo tem de conseguir expor as diferentes concepções, trabalhando com as divergências, mesmo com o risco de separação, pois um grupo que teme a morte se estagna por não conflitar e vira um morto-vivo.

ÚLTIMO ENCONTRO PRESENCIAL NACIONAL: ENCERRAMENTO DO CURSO

O último encontro presencial nacional com as UPs ocorreu em Brasília. As apoiadoras já haviam feito suas monografias sobre a experiência de experimentação dos dispositivos e iriam apresentá-las às colegas de outras UPs que, igualmente, haviam apresentado aquele dispositivo. Todos dessa UP terminaram as monografias. Em pelo menos um caso, porém, a apresentação da experiência com o dispositivo foi incipiente, o qual remontava ao analisador-participação e à nossa dificuldade de afirmar e de bancar o adiamento da certificação.

Nesse último encontro, tentamos discutir se seriam possíveis formas de continuidade da relação de trabalho dos membros da UP. Embora tivéssemos construído uma boa relação e algumas cooperações já estivessem acontecendo entre eles, a vida atribulada de cada um em seus diferentes municípios, as mudanças políticas que não permitiam que ninguém tivesse certeza de que estaria no mesmo cargo

amanhã: nada disso os auxiliava a assumir um projeto comum no futuro. Combinamos pensar formas de manter alguma relação, por meio de projetos de pesquisa-intervenção, e assim o fizemos. Além disso, os coordenadores gerais e as apoiadoras pedagógicas regionais do curso continuariam como assessores da Política de Humanização, trabalhando com as demandas de suporte que os apoiadores iriam produzir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dessa experiência de formação indicou que uma estratégia de EaD pode ser útil para auxiliar o acesso de pessoas que moram em lugares diferentes no compartilhamento de experiência e de trocas importantes. Por outro lado, aprendemos, como sustenta Dreyfus (2012), que isso só produz liga se vier acompanhado de encontros presenciais que permitam a experiência de contato dos corpos com o estranho, na lida com os conflitos e com o diferente de si. É na abertura de espaços para estranhamentos, para outras percepções e para sensibilidades que a experiência formativa viabiliza dizer da atividade e, em um mesmo movimento, fazer dizer a atividade. Nesse duplo movimento da experiência — dizer da atividade e fazer dizer a atividade —, os trabalhadores compartilham, têm a possibilidade de tecer relações de confiança e de construir uma linguagem comum que lhes possibilitem a cooperação e a responsabilidade com o processo de formação coletivo.

Nessa experiência, os *chats* viabilizaram um nível de compartilhamento de algumas das dificuldades que estavam sendo vivenciadas na construção dos dispositivos e um momento de reforçamento de ânimo para enfrentar os desafios. Porém, ficou evidente que o diálogo nos *chats* sofre a limitação dos períodos curtos, que impedem uma expressão mais elaborada. Ademais, o fato de as pessoas não estarem se vendo impede aspectos fundamentais da linguagem, isto é, a entonação e a expressão corporal como suportes na construção

do sentido para o diálogo. Por conseguinte, sentimos que nos encontros presenciais o grupo avança mais na discussão de temas delicados de seu trabalho, como a necessidade de lidar com os políticos na gerência dos serviços. Isso se dá porque a presença corporal produz acontecimentos coletivos que não são possíveis de replicar na internet. Haja vista a reação do público em um *show* de *rock* ou em uma assembleia sindical de trabalhadores. Nessas situações, as pessoas têm uma experiência sensorial corpo-espacial (SENNETT, 1994), vivenciando estados de ânimo que se tornaram possíveis pela proximidade corporal (DREYFUS, 2012) ativada em um dado espaço por sensações, percepções ou pessoas que neles se encontram.

É importante ressaltar o aspecto positivo da construção de um coletivo de apoiadores que produziu não apenas um compartilhamento de experiências, como também uma reflexão crítica conjunta. O encontro presencial inicial ajudou na construção das regras éticas e do sentido da atividade coletiva, produzindo a confiança e a cooperação que permitiram ao grupo ousar criticar o modo de gerenciamento político que vinham enfrentando nos municípios.

Tendo-se conhecido minimamente nos encontros presenciais e tendo construído um acordo ético que iria guiar o processo, o grupo conseguiu viver o *chat* de forma aberta, embora notássemos que nos encontros presenciais a discussão sempre parecia dar um salto qualitativo na direção de uma maior abertura e criticidade sobre suas experiências, reforçando a análise de Dreyfus (2012) sobre a importância dessa vivência corporalizada na formação.

Outro fator que muito ajudou a experiência de EaD foi o fato de esses trabalhadores já compartilharem entre si muitos saberes sobre o SUS e sobre os problemas comuns enfrentados, o que lhes facilitava bastante a compreensão e a comunicação.

Consideramos igualmente importante colocar em análise as práticas e os lugares do tutor e do acompanhante pedagógico na lida com a "função-apoio" nos cursos de EaD. O trabalho com os analisadores que emergem no processo grupal é fundamental para deslocarmo-nos,

tanto do lugar de especialismos, quanto de sua contraface, qual seja: acolher o que vem, sob o medo de "julgar" as experiências, deixando de exercer uma maior criticidade e de apostar na potência do grupo, na lida com seus conflitos e heterogeneidade de valores.

Por fim, é importante retomar o objetivo principal do curso, que foi a formação de apoiadores para a PNH. O trabalho de apoio é como o trabalho de um guia de cego: o guia ajuda o cego a ir na direção que ele (cego) quer, conforme verbalizado por R. B. Barros (comunicação pessoal, 2006). É um encontro de corpos-si, no qual o sentido da visão de um está à disposição da direção da vida do outro. A formação de apoiadores visa produzir um corpo-si que esteja disponível a essa experiência, portanto, não pode ser apenas um dispositivo de transmissão de conhecimentos.

Os encontros presenciais permitiram a visualização da emoção, da expressão corporal e da produção de sentido do discurso expressas na entonação dada ao enunciado. Esses elementos corporais do cheiro, da emoção, da expressão de ideias que estão para além da argumentação escrita foram fundamentais para o sucesso desse processo de formação de apoiadores. É preciso ressaltar que os *chats* permitiram manter acesa a chama desses encontros, na medida em que viabilizaram os encontros quinzenais pela internet de profissionais que moram em municípios diferentes. Assim, as duas dimensões do curso permitiram um processo de formação que foi além da mudança das representações, ajudando na produção de um corpo-apoio que guia e que é guiado nos encontros de corpos-si com usuários e profissionais.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, M. R. C. **Gestão de coletivos de trabalho e modernidade**: questões para a engenharia de produção. 1996. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

BARROS, R. B. Grupo: estratégia na formação. *In*: BRITO, J. *et al.* (org.). **Trabalhar na escola?** Só inventando o prazer. Rio de Janeiro: Ipub-Cuca, 2001. p. 71-88.

BARROS, R. B. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulina, 2007.

BARROS, M. E. B.; CESAR, J. M.; SILVA, F. H. (org.). **Saúde e trabalho em educação***:* desafios do pesquisar. Vitória: Edufes, 2016.

BRASIL. **HumanizaSUS**: Política Nacional de Humanização - a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. (Série B. Textos básicos de saúde). Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRITO, J. *et al.* O trabalho nos serviços públicos de saúde: entre a inflação e a ausência de normas. *In:* ASSUNÇÃO, A. Á.; BRITO, J. (org.). **Trabalhar na saúde**: experiências cotidianas para a gestão do trabalho e do emprego. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 23-43.

CAIAFA, J. Comunicação e diferença nas cidades. **Lugar Comum:** Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, [*s. l.*], n. 18, p. 91-102, 2002.

Campos, G. W. S. **Um método para análise e co-gestão de coletivos**: a construção do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições - o Método da Roda. São Paulo: Hucitec, 2000.

CRU, D. Collectif et travail du métier: sur la notion de collectif de travail. *In*: DEJOURS, C. (org.). **Plaisir et souffrance dans le travail -Tome I**. Paris: Editions de AOCIP, 1987. p. 43-49.

CRU, D. "Aucun risque!" Travail, représentation du risque et prevention. **Education Permanente**, [*s. l.*], n. 117, p. 75-83, 1993.

DEJOURS, C. **Trabalho vivo**: tomo II, trabalho e emancipação. Brasília: Paralelo 15, 2012.

DELEUZE, G. **A lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DREYFUS, H. **A internet**: uma crítica filosófica à educação a distância e ao mundo virtual. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2012.

ESPINOSA, B. Ética. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GOTARDO, S. *et al.* O processo de formação de comissões de saúde do trabalhador: experiência e política. **Revista Ciências Humanas,** [*s. l.*], n. 50, p. 213-232, 2016.

HECKERT, A.; NEVES, C. A. B. Modos de formar e modos de intervir: quando a formação se faz potência de produção. *In*: PINHEIRO, R.; BARROS, M. E. B.; MATTOS, R. A. (org.). **Trabalho em equipe sob o eixo da integralidade**: valores, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Cepesc, 2007. p. 143-160.

LOURAU, R. **A análise institucional**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MAIA, M. A. B.; NEVES, C. A. B. Qual a potência do apoio institucional no campo da saúde pública? **Interface**, Botucatu, v. 18, n. 1, p. 821-831, 2014.

MARTINS, C.; LUZIO, C. Política HumanizaSUS: ancorar um navio no espaço. **Revista Interface:** Comunicação e Saúde, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 13-22, 2017.

MUNIZ, H. P.; SANTORUM, K.; FRANÇA, M. B. O corpo-si: a construção do conceito na obra de Yves Schwartz. **Fractal:** Revista de Psicologia, Niteroi, v. 30, n. 2, p. 69-77, 2018.

NEVES, M. Y. *et al.* Saúde, gênero e trabalho nas escolas públicas: potencialidades e desafios de uma experiência com o dispositivo "Comunidade Ampliada de Pesquisa e Intervenção". **Laboreal**, Portugal, v. 11, n. 1, p. 53-68, 2015.

PASSOS, E.; BENEVIDES, R. (org.). **Formação de apoiadores para a política nacional de humanização da gestão e da atenção à saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

PINHEIRO, R.; COELHO, T.; HEBERT, F.; SILVA, A. G. (org.). **Experienci(ações) e práticas de apoio no SUS**: integralidade, áreas programáticas e democracia institucional. Rio de Janeiro: Cepesc, 2014.

SAIDON, O. Espacio e institución. *In*: KONONOVICH, B.; SAIDON, O. (org.). **La escena institucional**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1991. p. 37-53.

SANTOS, M. **O projecto de uma sociedade do conhecimento de Lev Vygotski** a práticas **efectivas de formação contínua em Portugal**. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia e Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2004.

SCHWARTZ, Y. Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. **Letras de Hoje**, [*s. l.*], v. 49, n. 3, p. 259-274, 2014.

SCHWARTZ, Y.; VENNER, B. Diálogo 2 – Debates de normas, "mundo de valores" e engajamento transformador. *In*: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (org.). **Trabalho e ergologia II**: diálogos sobre a atividade humana. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2016. p. 55-149.

SENNETT, R. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1994.

TEIGER, C.; LACOMBLEZ, M. (org.). *(Se)* **Former pour transformer le travai***l*: dynamiques de constructions d'une analyse critique du travail. Québec: PUL, 2013.

Da dor ao prazer no trabalho[52]

Regina Benevides de Barros
Maria Elizabeth Barros de Barros

Relatos de trabalhadores que nos chegam a partir das situações vividas nos Serviços de saúde apontam, insistentemente, para a relação dor--desprazer-trabalho. Tal relação, desde há muito sinalizada, merece ser posta em análise, quando acompanhamos as mudanças no modo de produção no contemporâneo caracterizado pela precarização das relações de trabalho, pela contínua perda dos direitos de proteção ao trabalhador, pelas instáveis formas de contratação, pelo baixo investimento em processos de educação permanente, pelos fracos vínculos que os trabalhadores estabelecem nos e com os seus espaços/processos de trabalho.

---

52 Original publicado em: SANTOS-FILHO, S. B.; BARROS, M. E. B. (org.) **Trabalhador da Saúde:** muito prazer! Protagonismo dos trabalhadores na gestão do trabalho em saúde. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

Esse diagnóstico, já bastante conhecido, desemboca, grande parte das vezes, na busca de "tratamentos"/soluções que ora voltam-se para o trabalhador em sua situação individual de adoecimento, ora em reivindicações, cada vez mais fragilmente organizadas e orientadas para o conjunto de trabalhadores. Sem deixar de apontar para a importância das várias ações dirigidas à escuta e a encaminhamentos nesses âmbitos, chama-nos a atenção a sistemática (re) incidência, seja das queixas, seja no modo como elas têm sido respondidas.

Interferir nos processos de gestão do trabalho, trazer ao centro da cena não apenas o trabalhador (indivíduo) ou sua categoria (conjunto), mas as relações que estabelecem com o processo produtivo e com os objetos de investimento em (e de) seu trabalho, parecem-nos ser um importante caminho a ser investigado. Vamos tomar como situação-caso para ser analisada a situação do trabalhador da saúde.

GESTÃO, TRABALHO E PRODUÇÃO DE SI

Grande parte das vezes, tratamos o tema da gestão atrelado aos mecanismos organizacionais. Essa é, sem dúvida, uma dentre outras escolhas possíveis, quando nos vemos frente ao desafio de lidar com processos de trabalho e pessoas que os realizam. Sabemos, entretanto, que toda escolha é política, porque estamos sempre em meio a interesses, necessidades, desejos, saberes e poderes que constituem modos de ver o mundo e modos de nele existir. No campo da saúde, destaca-se, ainda, a inclusão de um outro vetor que modula o debate sobre a gestão, posto que, especialmente desde o advento do SUS, pensar a saúde, os processos de trabalho em saúde ou, melhor, a gestão em saúde, impõe o diálogo com as políticas públicas.

Estamos, então, frente a um cenário bastante complexo, pois discutir a gestão em saúde terá que passar, necessariamente, pela problematização das escolhas que fazemos de como lidar com o que constitui, a nosso ver, como vetores-dobras inseparáveis do campo da saúde: sujeitos (desejos, necessidades, interesses), processos de

trabalho (saberes), poder (modos de estabelecer as relações) e políticas públicas (coletivização dessas relações).

Queremos propor, então, a tese de que a "gestão não é apenas organização do processo de trabalho, mas é o que se passa entre os vetores-dobras que o constituem". Os vetores, entretanto, não estabelecem entre si relações deterministas ou determinadas, mas relações de intercessão,[53] sustentadas num princípio de inseparabilidade e coextensão de tal modo que tais vetores configuram-se bem mais como dobras de um plano de produção.

É com a leitura de Deleuze sobre Foucault (DELEUZE, 1991) que vemos ressaltar o tema das dobras, de tal maneira que as instâncias do dentro e do fora deixam de ser tomadas como faces ou lados opostos das formas — sujeito, instituições —, mas como matérias móveis de um plano comum de produção. O esforço teórico-político do(s) autor(es) é o de superar as velhas dicotomias instaladas desde o projeto da modernidade. O saber, o poder e o si são três dimensões irredutíveis, mas em implicação constante. Os regimes discursivos e extradiscursivos constituem o estrato histórico, os saberes de uma época. Mas tais regimes se articulam de determinadas modos, estabelecendo relações de poder, modos de operar constitutivos e constituintes da realidade. Devemos, então, perguntar-nos o que se apresenta para além da realidade dada, inquirindo sobre os modos de produção dessa mesma realidade. O poder se des-substancializa e não é mais tomado como coisa em si, mas como exercício de uma ação sobre outra. São as implicações dos diferentes atores em cada situação, o modo como o poder se exerce e que efeitos produz que devem ser arguidos. A dimensão da subjetividade que se enuncia é aquela que deriva do poder e do saber, ainda que deles não dependa.

Retomemos, agora, à tese proposta: "gestão não é apenas organização do processo de trabalho, mas é o que se passa entre os

53 Intercessão tal como indicado em Deleuze (1992), ação de interferência, de entrar no movimento, de composição.

vetores-dobras que o constituem". E quais são esses vetores no campo da saúde? Como eles se intercedem?

Essa pergunta nos leva à necessidade de situar o trabalho como esse regime de produção de saberes, no qual o planejar, o decidir, o executar, o avaliar não se separam, o que quer dizer que a atividade[54] e a gestão da atividade não constituem instâncias separadas. Tal regime de produção não se dá, entretanto, sem que ao mesmo tempo sujeitos se produzam. Sujeitos são desejos, necessidades, interesses em conjugação e conflito. Eles inventam mundos, inventando-se. Aqui, o mundo do trabalho é criação e uso de si,[55] mas também é luta e resistência ao trabalhar e a si. Tais regimes de produção: de saberes e de si entram em relação, ao mesmo tempo em que são produzidos por eles. Esse modo de estabelecer relações, forçando aproximações ou produzindo maiores distanciamentos, resultando em extração de mais valia e/ou abrindo-se a processos de criação é um exercício de poder. Estas três dimensões: saberes, sujeitos e poderes constituem-se, portanto, de modo indissociável.

Tomemos, agora, o desafio proposto nesse texto: da dor ao prazer no trabalho. Como pensar a dor e o prazer no trabalho em saúde? Quando tomamos os processos de trabalho, os sujeitos e o poder como dobras, apontamos para uma posição em que a gestão não pode ser concebida como fora dessa intercessão. A gestão não pode ser confundida com um lugar, mas como um conector. A gestão é elemento-passagem entre fluxos de trabalho/saberes; fluxos de subjetivação/sujeito; fluxos de relação/poder. Assim entendida, a gestão se mostra como inseparável de cada uma dessas dobras, sendo ela mesma uma das dobras desse plano.

---

54 A atividade se opõe à inércia, é o conjunto dos fenômenos que caracterizam o ser vivo, expressão da resistência a toda situação de heterodeterminação das normas industriosas (SCHWARTZ, 1993).

55 O conceito de "uso de si" que utilizamos foi cunhado por Yves Schwartz (2003b) para se referir à marca do que é para os humanos a herança de suas vidas, recorrendo a seus recursos e escolhas para fazer alguma coisa.

Barros e Galli (2004, p. 134) propuseram também uma "torção" na escolha do lócus de intervenção, quando se trata de pensar os processos de trabalho tomando a gestão como sendo "[...] exatamente o ponto de encontro sujeito (trabalhador) e objeto (trabalho), colocados em relação de intercessão e de interferência de um sobre o outro e não podendo ser pensados fora desta mesma relação".

Qual a importância de tal formulação? Para que nos interessa, a nós, trabalhadores e "gestores da saúde" (caberia ainda esta forma de dizer?!), esse modo de apreensão da gestão? Certamente que não se trata de colocar mais uma definição sobre gestão nas prateleiras acadêmicas para alimentar o debate no campo da saúde. Só nos interessam os conceitos-ferramentas, aqueles que nos servem para inventar mundos. É preciso, então, dar um outro passo.

É preciso dizer que estamos discutindo gestão em saúde e, nesse caso, é preciso destacar que se trata de um "produto" com características muito especiais. Pensar a gestão em saúde é pensar modos de produção comprometidos com a vida. Nesse sentido, vale lembrar que o que está em jogo não pode ser colocado no ampliado e diversificado mercado de bens de consumo capitalista. Vale lembrar que os parâmetros de avaliação de eficiência, eficácia, efetividade dos processos de gestão têm que levar em conta outros fatores, outros riscos.

No caso da saúde, portanto, há um outro vetor-dobra da gestão que se abre. É a dobra das políticas de saúde. Não é possível propor/pensar a gestão em saúde, seja a gestão do sistema, seja a dos serviços, seja a gestão da atividade, sem que se leve em conta o modo como essas políticas se constroem e o que de nelas se reafirma como "público".

Entendemos que a construção de políticas públicas deve estar conectada e comprometida com a coletivização da gestão, com a publicação das relações entre trabalho (saberes), sujeitos (necessidades, desejos e interesses) e poderes (modos de pôr em relação saberes e sujeitos).

Queremos, no momento, destacar a Política Nacional de Humanização (PNH) como uma das políticas que ressalta a indissociabilidade entre a mudança/melhoria nos modos de atender os usuários e os modos de gestão dos processos de trabalho. Esse princípio da PNH (2004, Ministério da Saúde), o da indissociabilidade, aponta, a nosso ver, para a possibilidade de colocarmos a dor e o prazer no trabalho como questão experimentada por cada e em cada trabalhador, mas também relacionada aos modos como ele vive seus vínculos com o processo do trabalho e com os outros trabalhadores.

DA DOR AO PRAZER

O sentido habitual de prazer está associado à descarga gerada por uma situação de aumento de tensão do sistema. O prazer vem como situação ideal a ser conquistada, estado de plenitude, quase sempre imaginarizado como tendo existido anteriormente. Dessa forma, atingir o prazer passa a ser vivido como posição estável do sujeito em relação às suas necessidades, desejos e interesses. Claro está que esta situação nunca é atingida, deixando o sujeito na posição sempre faltosa em relação aos objetos de investimento também eles jamais realizados. As concepções de sujeito e de prazer formam aqui um par ligado pela situação de falta e de busca de realização nunca atingida.

Mas de que concepção de "prazer" falamos? Como tratar essa temática, quando temos como preocupação colocar em análise a tríade dor-desprazer-trabalho?

Quando levamos esse debate para o campo das relações saúde-trabalho, encontramos em Dejours (1992) a afirmação de que o trabalho prazeroso é aquele que cabe ao trabalhador parte importante de sua construção. O sofrimento, a dor, segundo ele, está ligado aos sentimentos de "indignidade, de inutilidade e desqualificação" vividas pelos trabalhadores ao executarem uma tarefa aquém de sua capacidade inventiva. A importância de suas pesquisas está principalmente no fato de ter chamado a atenção para o sofrimento produzido na

situação de trabalho. Para além do olhar sempre perscrutativo das empresas e fábricas para as motivações e satisfações no trabalho, Dejours (1992, p. 49) nos alerta para os sentimentos expressos pelos trabalhadores de indignidade ao se sentirem "[...] robotizados, como apêndices da máquina [...]" e por estarem em "contato com uma tarefa desinteressante". No caso da inutilidade, refere-se à falta de significação, à mecanização dos gestos, à falta de qualificação e do sentido/finalidade do trabalho realizado. Inutilidade, portanto, porque a atividade aparece como esvaziada de sentido humano, sentido de criação. Quanto à desqualificação, Dejours (1992) alerta para uma imagem que o trabalhador constrói sobre si mesmo e que se apresenta na situação de trabalho diretamente relacionada a uma desvalorização do que faz e o consequente não reconhecimento de seu trabalho pelo outro.

O trabalhador não é, entretanto, vítima que sucumbe às sistemáticas tentativas de desqualificação/expropriação. O trabalho desempenha função importante na luta contra o adoecimento, na medida em que, sendo invenção, (re)existe, (re)criando o trabalhador e o próprio processo de trabalho. Invenção de si e de mundo, essa é a face do processo de trabalho que queremos na política de humanização afirmar, criando condições de emergência dos fazeres, dando visibilidade às práticas. Desfazer a relação dor-desprazer-trabalho passa a ser desafio a ser enfrentado com os trabalhadores.

Yves Clot (2006), lendo Wallon, indica uma importante pista para esse enfrentamento. Para ele, Taylor teria exigido pouco dos trabalhadores, na medida em que teria amputado o trabalhador de sua iniciativa, o que acaba por desembocar "[...] num esforço mais dissociativo, mais fatigante e mais extenuante que se possa encontrar [...], o esforço não é só o que este homem faz para seguir a cadência, é igualmente aquele com que ele deve consentir para reprimir sua própria atividade" (WALLON *apud* CLOT, 2006, p. 14). A tentativa de silenciamento dos movimentos de criação condena o homem a uma imobilidade que produz a naturalização da relação dor-desprazer-trabalho. "A calibração dos gestos é uma amputação do movimento"

(CLOT, 2006, p. 14). A dor vem, então, do esforço desse trabalhador para colocar entre parênteses a riqueza da atividade industriosa.

Schwartz (2003a, p. 185), entrevistado por Marcelle Duc, afirma que o trabalho não é jamais pura execução. A gestão do trabalho implica "[...] um 'uso de si', o que significa dizer que é necessário recorrer às suas próprias capacidades, seus próprios recursos e suas próprias escolhas para [...] fazer alguma coisa". A isso ele chama de "vazio de normas", uma vez que as diferentes determinações para o trabalho são insuficientes para ele ser realizado. Não se é determinado inteiramente pelas normas, pelas exigências de um meio exterior. "A vida é sempre tentar se criar parcialmente, talvez ainda que pouco, mas sempre, como centro em um meio e não como produzido por ele" (SCHWARTZ, 2003b, p. 185).

O trabalhador faz um uso de si, na medida em que o trabalho não é somente execução, o que em seu dizer seria "invisível". O trabalhador faz escolhas, pois as consignas das prescrições são insuficientes.

Novamente, aqui o que insiste é a capacidade inventiva do trabalhador resistindo à pura execução. O tripé dor-desprazer-trabalho se desequilibra deixando aparecer outras relações, nas quais se supunha uma natureza inquestionável.

Prazer não será mais entendido como "descarga ou alívio de tensão", no qual caberiam "tratamentos" paliativos, mas que em nada alterariam as relações de produção daquilo que é nomeado pelo trabalhador como desprazer-dor. Não se trata mais de pensar o trabalho como sistema em busca de equilíbrio, quando, então, atenuar-se-ia ou mesmo eliminaria a dor. Trata-se, a nosso ver, de tomar o trabalho como atividade humana que, sobretudo, faz-se em um processo contínuo de renormatização, de invenção de novas regras, de novos problemas. Da dor ao prazer, no trabalho vai se enunciando um plano em que a criação é experiência coletiva, porque implica o encontro consigo e com o outro.

Mas devemos insistir um pouco mais no desafio a que nos propusemos: como desfazer a relação dor-desprazer-trabalho?

Nessa direção, encontramos na obra dos autores que vimos trabalhando a proposição de que a análise do trabalho é sempre, de certa forma, clínica do trabalho. Em Dejours (1992), encontramos a opção metodológica fundada na psicodinâmica do trabalho, em Clot (2006), a direção tomada é a de uma psicologia do trabalho entendida como uma clínica da atividade e dos meios do trabalho e em Schwartz (2003b), a proposição é a de uma clínica das situações de trabalho ou das atividades de trabalho, a partir da abordagem ergológica.[56]

Na Política Nacional de Humanização, também encontramos direções que indicam compromissos sanitários, diretrizes que implicam modos de fazer sintônicos com os princípios da universalidade do acesso, integralidade no cuidar e equidade na distribuição de ofertas e recursos. Queremos destacar duas dessas diretrizes que nos ajudam a enfrentar o desafio de desfazer a equação dor-desprazer-trabalho: a cogestão e a clínica ampliada.

Em ambas as diretrizes, é o sentido de ampliação que comparece: da gestão e da clínica. A ampliação da gestão se dá, como vimos, pela posição de inseparabilidade entre os termos que a compõem: saberes, sujeitos, poderes. Aumentar o grau de democracia interna nas organizações, problematizar a relação entre a atividade da gestão e a gestão da atividade, instalar dispositivos que permitam a circulação da palavra e tomadas de decisão mais participativas são alguns dos modos de ampliação da gestão.

A ampliação da clínica se dá pela instalação de modos de funcionar que convoquem diferentes saberes/poderes a entrar em relação na construção de objetos de investimentos mais coletivos, desestabilizando a própria instituição da clínica. Aqui, acompanhamos a

56 A ergologia significa o estudo das atividades humanas, de forma a produzir uma interlocução dos diferentes saberes que sustentam essas atividades e experiências diversas. A abordagem ergológica, criada por Yves Schwartz (2003a), visa a construção de estratégias que viabilizem a interlocução entre as experiências dos mundos do trabalho e os saberes das ciências.

formulação de Passos e Benevides de Barros (2001), quando indicam as duas operações da clínica ao retomarem suas raízes etimológicas: clínica como capacidade de acolher, entrar em contato com a diferença, debruçar-se (sobre o leito) (klinikós) e clínica como operação de desvio (clinamem), interferência no movimento para a produção de outros processos de subjetivação.

Essa clínica do trabalho (ATHAYDE; FIGUEIREDO, 2004), essa gestão e clínica ampliadas tornam possível a desnaturalização da equação dor-desprazer-trabalho, em prol da criação de novos territórios existenciais, novos territórios de trabalho, novos modos de produzir saúde e sujeitos, novos regimes de produção de conhecimentos sobre o caráter sempre enigmático e singular do processo de trabalho.

Aumentar o grau de autonomia dos trabalhadores nos processos de pensar-fazer seu trabalho, aumentar o grau de abertura aos processos de criação, sustentando a indissociabilidade entre atenção e gestão, permite, no caso do processo de trabalho em saúde, transitar da dor ao prazer no trabalho, sem que com isso caiamos na banalização do sofrimento ou na idealização do prazer.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, M.; FIGUEIREDO, M. Coletivos de trabalho e componentes subjetivos da confiabilidade em sistemas sociotécnicos complexos: considerações a partir da situação de trabalho em mergulho profundo na bacia de Campos/RJ. *In*: ATHAYDE, M. *et al.* (org.) **Labirintos do trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 241-275.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Documento base da Política Nacional de Humanização**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DELEUZE, G. Os intercessores. *In*: DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 151-168.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BARROS, M. E. B. de; FONSECA, T. M. G. da. Psicologia e processos de trabalho: um outro olhar. **Revista Psico**, Niterói, v. 35, n. 2, p. 133-140, jul./dez. 2004.

BENEVIDES, R.; PASSOS, E. A humanização como dimensão pública das políticas públicas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 561-571, 2005.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PASSOS E.; BENEVIDES DE BARROS, R. Clínica e biopolítica na experiência do contemporâneo. **Revista de Psicologia Clínica PUC/RJ**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 89-100, 2001.

SCHWARTZ, Y. Seminário trabalho e saber. *In:* SEMINÁRIO TRABALHO E SABER, 2003, Belo Horizonte. **Conferencia de abertura** [...]. Belo Horizonte: [*s. n.*], 12 maio 2003a.

SCHWARTZ, Y. **Travail & ergologie**: entretiens sur l áctivité humaine. Toulouse: Octarès Editions, 2003b.

A política nacional de humanização como política que se faz no processo de trabalho em saúde[57]

Maria Elizabeth Barros de Barros
Serafim Barbosa Santos Filho
Rafael da Silveira Gomes

INTRODUÇÃO

O presente artigo nasce de reflexões pautadas em experiências concretas que temos vivenciado como consultores da Política Nacional de Humanização (PNH) e como trabalhadores do campo da formação de profissionais de saúde. As questões e discussões que iremos

57 `Publicado originalmente na **Revista Interface**, Botucatu, n. 13, supl. 1, 2009.

abarcar no texto emergiram e são atravessadas por essas práticas, pelas nossas ações de apoio institucional[58] e pelas experiências de formação que temos desenvolvido, tanto no âmbito dessa política, como fora dela. Neste artigo, propomo-nos a articular os referenciais da PNH com alguns aspectos dos processos de trabalho em saúde, perspectivando sua análise, a partir de um diálogo com a proposta metodológica dessa Política. Buscamos pensar, portanto, questões sobre a contribuição da PNH, no que tange à discussão dos processos de trabalho e da organização de serviços de saúde.

A PNH coloca-se como uma "política" que se constitui com base em um conjunto de princípios e diretrizes que operam por meio de dispositivos[59] (BRASIL, 2006, 2004). Por princípio, entendemos o que impulsiona ações, disparando movimentos no plano das políticas públicas. No caso da PNH, o movimento a que se propõe é o da mudança dos modelos de atenção e gestão fundados na racionalidade biomédica (fragmentados, hierarquizados, centrados na doença e no atendimento hospitalar). Ela se afirma como política pública de saúde com base nos seguintes princípios: a inseparabilidade entre clínica e política, o que implica a indissociabilidade entre atenção e gestão dos processos de produção de saúde; e a transversalidade, entendida como aumento do grau de abertura comunicacional nos grupos e entre os grupos, isto é, a ampliação das formas de conexão intra e intergrupos, promovendo mudanças nas práticas de saúde (PASSOS, 2006).

As diretrizes da PNH são suas orientações gerais e se expressam no método da inclusão de usuários, trabalhadores e gestores na gestão dos serviços de saúde, por meio de práticas como: a clínica ampliada, a cogestão dos serviços, a valorização do trabalho, o acolhimento, a defesa dos direitos do usuário, entre outras. Os dispositivos, por sua

58 A noção de apoio institucional será desenvolvida ao longo do texto.

59 O conceito de dispositivo utilizado na PNH, a partir da formulação foucaultiana, é o que coloca em análise o instituído e destina-se à desestabilização do que está naturalizado.

vez, atualizam essas diretrizes, por meio de estratégias construídas nos coletivos concretos destinadas à promoção de mudanças nos modelos de atenção e de gestão em curso, sempre que tais modelos estiverem na contramão do que preconiza o SUS. Entre os dispositivos propostos pela PNH, estão: acolhimento com classificação de risco, colegiado gestor, visita aberta e direito a acompanhante, equipe transdisciplinar de referência, Programa de Formação em Saúde e Trabalho (PFST), projetos cogeridos de ambiência. A implantação desses dispositivos se efetiva caso a caso, considerando-se a especificidade dos serviços, partindo sempre da análise dos processos de trabalho, processos que nunca se repetem. A PNH traz, em seu escopo, a articulação de um conjunto de referenciais e instrumentos, operando com eles para disparar processos.

Em alguma medida, a contribuição da PNH assume, em nosso entendimento, um caráter singular, haja vista que sua finalidade tem sido alterar a maneira de trabalhar e de interferir nos processos de trabalho no campo da Saúde. Com esse objetivo, uma das direções de abordagem da PNH materializada nos e com os serviços é a criação de formas de trabalho que não se submetam à lógica dos modos de funcionamento instituídos. Formas de trabalhar que superem as dissociações entre os que pensam e os que fazem, entre os que planejam e os que executam, entre os que geram e os que cuidam. Parte-se do entendimento do trabalho como atividade situada, como espaço coletivo de produção de saberes, de negociação e gestão (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007). Associada a essa premissa, impõe-se, então, a necessidade de uma reflexão sobre os usos do que tem sido nomeado como princípios e diretrizes dessa Política.

Neste artigo, afirmamos a PNH como aporte e articulação de um conjunto de referenciais e de instrumentos, que tem como finalidade maior estar em meio aos processos de trabalho, no movimento de sua constituição, buscando ajudar a **desequilibrar** seus arranjos e produzir desvios nas relações instituídas, instigando novas composições, outras possibilidades de ser e trabalhar no âmbito da Saúde. O

que importa, nessa direção analítica dos processos de trabalho, inseparável de uma perspectiva de intervenção, é potencializar outros modos de trabalhar que emergem cotidianamente nos serviços, partindo do que ali é experimentado pelo trabalhador.

O enfrentamento do que está instituído acontece constantemente pela invenção de outras formas de agir nos espaços de trabalho, pela produção incessante de saberes realizada na atividade laboral, porém, muitas vezes, esse enfrentamento é invisibilizado ou enfraquecido. Colocar os processos de trabalho em análise, dessa maneira, não se dissocia de uma perspectiva de intervenção, na medida em que fomenta e potencializa movimentos, desvios e rupturas, que sugerem transformar os modos de trabalhar e de ser no trabalho. Os processos de trabalho são processos de produção de sujeitos, uma vez que homem e mundo não são realidades já dadas, constituídas *a priori*, logo, o processo de trabalho é processo de constituição de sujeitos. De acordo com essa premissa, fazemos um convite à reflexão sobre os usos dos dispositivos da PNH.

O que pode a PNH? Qual sua potência disruptora? Que forças de naturalização podem nos fazer sucumbir ao "deve ser assim"? Tais interrogações nos forçam a pensar sobre o que tem sido feito ao se atualizarem os princípios e diretrizes da referida Política no cotidiano dos serviços de saúde. Com esse objetivo, o texto será dividido em alguns subitens. Neles, apresentamos reflexões acerca da concepção de humano e humanismo, que fundamentam nossas análises e ações, a partir do que tem sido formulado pela PNH. Buscamos, também, ampliar o debate sobre a indissociabilidade entre atenção e gestão e o modo de fazer apoio institucional no âmbito da PNH. Focalizamos, ainda, a indissociabilidade entre produção de serviços e produção de sujeitos e encaminhamos a discussão desses aspectos que se desdobram em outros planos de análise, apresentando um modo de intervir e de fazer apoio institucional, dialogando com referenciais que selecionamos para esta discussão.

Entre os referenciais que permeiam a discussão, estão: as concepções trazidas por Campos (2006, 2003, 2000, 1998, 1997) para o campo da Gestão em Saúde, bem como algumas produções efetivadas no âmbito da PNH por Benevides e Passos (2005), Barros, Mori e Bastos (2006), Brasil (2006), Heckert e Neves (2007), Barros e Santos Filho (2007), Campos (2007) e Santos Filho (2008).

O CONCEITO DE HUMANO: UM OUTRO HUMANISMO COMPARECE...

A PNH indica uma concepção de homem que se constitui no concreto das experiências, nas lutas cotidianas e em uma direção ético-política em que se opõe "o homem" a "um homem", a todos nós, procurando resistir ao que se concebe como "homem ideal". Assim, a concepção de humano com a qual trabalha subverte "o homem" como abstração, modelo ou idealidade, a partir do qual se ajusta a existência humana (BENEVIDES; PASSOS, 2005). Trata-se, portanto, de uma concepção de humano que parte das formas de ser que se constituem no concreto das experiências dos serviços. Uma forma de ser humano que não está dada desde sempre ou que se define a partir de um modelo geral de humanidade. Por conseguinte, não parte de um entendimento da humanização como um processo que objetiva aproximar os diferentes sujeitos desse ideal, do homem-padrão.

A humanização, tal como nos indica a PNH, efetiva-se nas práticas em saúde a partir delas, ou seja, das formas como agimos no cotidiano dos serviços. Está voltada para homens e mulheres comuns que compõem o SUS, em suas experiências, com os trabalhadores e usuários que habitam e produzem o dia a dia dos serviços de saúde. É no encontro entre esses sujeitos concretos, situados, que a política de humanização se constrói.

Partindo desse referencial, toma-se como **princípio do trabalho** nos serviços um enfoque que contribui para desidealizar a concepção de humano e de humanismo, assim como de "serviços

idealizados". Nesse caso, o que buscamos não se confunde com um objetivo geral de mudar o serviço, e, sim, de viabilizar a compreensão de como se institui um serviço e um processo de trabalho em saúde. Um serviço e um processo, sempre conduzidos por "humanos", sujeitos em constante processo de diferenciação, de produção de novos modos de existência, processos que desestabilizam formas instituídas de ser trabalhador e experimentam outras. Então, como temos construído um modo de ser humano nos serviços de saúde? Certamente, isso vai depender dos atributos com os quais se propõe compreender o humano e os processos de humanização.

Para a PNH, esse princípio se operacionaliza colocando-se em análise os serviços, vendo neles e com eles, com aqueles que o compõem e o habitam, o que funda seus modos de constituição, seus diferentes modos de ser e de agir no SUS. Em nosso entendimento, a PNH não propõe um tipo de serviço específico, um SUS ideal, mas também não deseja qualquer tipo. Aposta em uma abordagem em que os coletivos do SUS são convocados para pôr em análise os diferentes serviços e as formas de agir neles. Com isso, destina-se à instituição de outras modalidades de agir em Saúde, que possuam, como uma aposta ético-política, a defesa da vida, apoiada em valores como a produção de autonomia e protagonismo dos sujeitos que constroem o SUS (BRASIL, 2006).

No entanto, como fazer isso? Entendemos que esse processo tem se efetivado no âmbito da Política em pauta, por meio de algumas estratégias: a) convocando todos aqueles que militam no SUS, em um movimento de inclusão, para discutir o serviço (inclusão dos trabalhadores, gestores e usuários); b) incluindo variáveis que atravessam e constituem todo o serviço, todo o processo de trabalho local para análise do processo de trabalho, possibilitando a emergência do que seriam os vetores que produzem os modos de ser e fazer daquele serviço; c) ajudando a disparar esses movimentos e assumindo suas consequências, isto é, exercitando um apoio institucional (CAMPOS, 2006, 2003), no sentido de intervenção-oferta para

ajudar a ressignificar a compreensão do serviço e de suas bases de organização. Assim, a própria compreensão do que estamos considerando "intervenção", que se efetiva nas ações de apoio institucional, contribui para essa ressignificação.

O apoio institucional é uma estratégia metodológica para o enfrentamento dos inúmeros desafios que o trabalho no campo da Saúde nos coloca, uma vez que, como nos aponta Campos (2003, p. 86), os trabalhadores em Saúde:

> [...] lidam com o limite humano, com nossa impotência, com a evidência de que não somos deuses [...]. Lidam com a morte, a doença e a dor. Trabalham em ambientes perigosos (germes, fracassos, competição, etc.), logo, precisam, além de planos de carreira e salários, de Apoio, o que tem o sentido de estar sempre em análise. Trata-se de uma função que se expressa num determinado modo de fazer, que não está localizada numa pessoa e persegue a criação de grupalidade, de forma a fortalecer e montar redes de coletivos.

O apoio institucional, no sentido que lhe é atribuído na PNH, instaura uma relação dinâmica entre o apoiador institucional e a equipe apoiada: nem uma postura de passividade ou omissão (dos apoiadores), nem de ações à revelia dos grupos ou de elaboração de pareceres, planos ou protocolos e normas para as equipes. Trata-se de um apoio à cogestão que destina-se a afirmar e a atiçar a produção de coletivos organizados. A função do apoiador institucional é de contribuir para a gestão e organização de processos de trabalho, na construção de espaços coletivos, onde os grupos analisam, definem tarefas e elaboram projetos de intervenção.

Apoio, portanto, que envolve a discussão-problematização dos modos como a gestão nas relações de trabalho se expressa. Por conseguinte, esse trabalho de apoio se afirma com base em um pressuposto essencial: a recusa de qualquer forma de tutela. Apoiar, para

PNH, é estar junto com os diferentes sujeitos que constituem os sistemas de saúde — gestores, usuários e trabalhadores —, discutindo e analisando os processos de trabalho e intervindo nas formas como os serviços estão organizados, potencializando aqueles que trabalham e utilizam os serviços como protagonistas e corresponsáveis pela produção de saúde, combatendo qualquer relação de tutela ou deslegitimação do outro.

Em que medida se tem dado conta disso? Em que medida esse tipo de atuação tem viabilizado a qualidade da atenção aos usuários e a reorganização dos processos de trabalho na direção de uma gestão efetivamente partilhada? Aqui, certamente, não estamos procurando respostas. A construção de modos que afirmem os princípios do SUS na sua radicalidade precisa sustentar essas questões que buscam afirmar o aspecto constituinte do SUS.

NO RASTRO DA PREMISSA DE INDISSOCIABILIDADE ENTRE ATENÇÃO E GESTÃO...

Partindo do que a PNH adota como princípio, ou seja, a indissociabilidade entre atenção e gestão (BRASIL, 2006), a proposta seria contribuir com o modo de discutir e construir, no coletivo, estratégias para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços, entendidos como indissociáveis dos modos como esses são geridos. Nesse sentido, também, o objetivo da PNH não se confundiria com um objetivo de assegurar o acesso e a qualidade da atenção, a partir de concepções e determinações externas aos serviços. Pelo contrário, teria como objetivo ajudar os coletivos organizados na produção e na articulação de arranjos, pactos e ações concretas, capazes de viabilizar mudanças na gestão, indispensáveis para que haja também mudanças nos modos de atenção (CAMPOS, 2003).

E como se faz isso? Como se efetiva a operação desse princípio? As rodas de conversa, espaços coletivos que incluem os diferentes atores dos serviços, são um dos caminhos potentes para abrigar e

ampliar essas discussões. No entanto, o que agregaria, de modo mais incisivo e especial, seria a intensidade e a qualidade do apoio institucional, que se efetiva em meio aos processos, que se concretiza, ajudando a pôr em análise os processos de trabalho. Esse caminho proposto opõe-se e diferencia-se de estratégias baseadas na prescrição de regras para implantação de um dispositivo, o que é incompatível com a própria concepção de dispositivo com a qual trabalha a PNH. O caminho é a afirmação de uma perspectiva participativa que permitiria aos coletivos atribuírem sentidos, fazerem e sustentarem conexões*s* no/e do processo de trabalho. Novamente, ressaltamos o modo de estar, de operar, de atuar no "entre", de estar junto, de intervir... (BARROS *et al.*, 2007; BARROS; BENEVIDES, 2007; BARROS; MORI; BASTOS, 2006).

Não basta, portanto, ter como direção a "gestão participativa" dos serviços se essa diretriz se operacionaliza como prescrição verticalizada de modos de fazer ou de metas a serem alcançadas. Em muitas situações, deseja-se um produto e não se tem dado muita importância ao modo como ele se viabiliza. O processo de trabalho fica reduzido ao produto. As ações, no âmbito da PNH, destacam a importância de se (re)organizarem os processos de trabalho para mudar a oferta de serviços, priorizando o modo de se discutir e articular essa (re)organização em equipe, o "que fazer" não pode suplantar o "como fazer".

O dispositivo do "Acolhimento com Classificação de Riscos" ilustra isso muito bem: o interesse institucional, o projeto, a meta e, às vezes, até os "decretos" pelos quais esse dispositivo tem sido implantado nos serviços, parece pressupor uma reorganização natural da equipe, para melhorar a atenção ao usuário, como se fosse intrínseco à proposta. Sem se dedicar atenção e estratégias para efetivar essa reorganização — como se fosse possível pensar o serviço fora da rede em que esse se efetua, isolado das demais práticas de produção de saúde e independentemente dos que nele trabalham — o dispositivo se transforma em um instrumento a ser implantado, perdendo sua potência de transformação das práticas.

As reflexões levantadas até aqui nos levam a um outro cenário de questões sobre o exercício efetivo desse saber-fazer da PNH. Saber-fazer em construção e, por isso, mantendo-se aberto para se interrogar permanentemente: em que medida esse saber-fazer da PNH tem dado conta de sua proposta ético-político-metodológica? Em que medida esse tipo de atuação-intervenção, em uma perspectiva avaliativa, tem sido capaz de fazer uma cobertura ampliada das ações e da qualidade da atenção como indicadores dos efeitos produzidos por essa intervenção? Em que medida se tem dado conta desse tipo de apoio? Fazendo um desdobramento das questões anteriores, diríamos que a proposta é atuar e ajudar os coletivos locais a se fortalecerem para protagonizar essas discussões e articular os componentes do processo de trabalho (arranjos, pactos, ações, dentre outros).

Chamamos a atenção para um aspecto: não se trata, na PNH, de ocupar um ou outro polo extremo da discussão, nem se influenciar pelas pressões de resultados, nem pela idealização de um modo harmônico de trabalho, que se efetiva a partir de perspectivas abstratas, descoladas do que se vive efetivamente no dia a dia dos serviços. Trata-se do desafio de construir e ocupar o lugar de chamar para a análise, de pôr em análise o próprio trabalho, fazendo isso nos espaços coletivos onde é essencial a inclusão dos atores, trabalhadores, gestores e usuários. Conforme indicamos no início deste texto, trata-se de tomar o plano de produção dos serviços e dos sujeitos como plano estratégico, uma vez que se busca acompanhar um processo, e não, apenas, representar uma dada realidade.

NO RASTRO DA PREMISSA DE INDISSOCIABILIDADE ENTRE PRODUÇÃO DE SERVIÇOS E PRODUÇÃO DE SUJEITOS

O âmbito de inseparabilidade vai nos permitir recuperar um eixo que a PNH estabeleceu como um dos seus pilares, focado no que se passa "em meio aos processos de trabalho". O princípio, nesse caso, seria o de contribuir para provocar a mobilização dos trabalhadores da Saúde

em torno de análises e intervenções em seus processos locais de trabalho. Aqui, a indissociabilidade deve ser perseguida na perspectiva de um trabalho em Saúde que se deseja ampliado e articulado em uma tríplice direção: produção de serviços, produção-sustentação da organização e produção de sujeitos (CAMPOS, 2003). Em seu escopo, a PNH assume convocar os trabalhadores a olharem para seus processos de trabalho, analisando-os como processos históricos, instituídos por quem os compõem (trabalhadores, gestores e usuários). Logo, trata-se de um processo que pode ser modificado, a partir da mobilização desses mesmos atores. Mobilização que traria em si a perspectiva de um protagonismo, (re)invenção do trabalho, produzindo serviços e produzindo-se, reinventando-se como sujeitos (SANTOS FILHO; BARROS, 2007).

A operacionalização desse princípio tem sido um desafio e vamos nos deter um pouco mais a essa questão, dialogando com alguns referenciais que ajudam a marcar a especificidade dessa intervenção.

Por condições de trabalho, compreendemos uma estrutura-organização mais ampla, destacando o que tem sido apontado como precarização do trabalho em saúde, desde as questões relacionadas com os vínculos trabalhistas até a degradação dos ambientes e processos em sua dimensão cotidiana, na rotina do trabalho. As reações locais mais visíveis em meio a tais condições aparecem como imobilização dos trabalhadores, permeadas por descrença, apatia, raiva, sofrimento patogênico, dor, desprazer, adoecimento.

Aqui, queremos enfatizar uma contradição que, frequentemente, é presenciada no cotidiano dos serviços de saúde: ao mesmo tempo em que se propõem e se exigem mudanças, incluindo um discurso de fomento à autonomia e ao protagonismo dos trabalhadores em suas equipes, tenta-se, muitas vezes, restringir os espaços concretos de exercício de autonomia e protagonismo. Um desses "espaços concretos" é o âmbito de planejamento e avaliação local, de definição e validação de metas nos processos de trabalho, que deveria ser explorado de forma coletiva, participativa, na realidade local.

Outra situação que nos interessa ressaltar é a prerrogativa do "trabalho em equipe", em muitas ocasiões, tornando-se não um modo de "conexão" — de saberes, poderes e afetos (CAMPOS, 2006, 2000) —, mas como um "fardo" vivido pelos trabalhadores, uma vez que a compreensão de "trabalho em equipe" é frágil e a constituição de equipes multiprofissionais não superou a fragmentação manifestada nas ações cotidianas dos serviços. Ela se mantém presente na dissociação dos procedimentos e tarefas de cada profissão, bem como na relação entre os trabalhadores de diferentes formações (GOMES *et al.*, 2005). Isto é, não se mobilizam estratégias, a partir de uma perspectiva formativa, necessárias para se reinventar o trabalho, reinventando-se como trabalhadores articulados em equipes de trabalho, superando-se as cisões produzidas e mantidas pelas relações de saber-poder e pelas assimetrias entre as corporações profissionais. Vale enfatizar que o estilo de gestão local é uma das variáveis que mais contribuem nesse contexto.

No âmbito das práticas na PNH, o desafio que se coloca e que não é tomado como problema senso estrito é a construção de um caminho metodológico que considera os enormes e reconhecidos avanços na organização dos serviços e as situações comuns no dia a dia. E aí, em nosso entendimento, está o desafio do apoio institucional nesse campo, uma vez que a intervenção é disparada, a partir de uma postura metodológica de inclusão das diferentes variáveis que compõem as situações-problema, sem propor soluções para as situações adversas, nem "promessa de solução". Também não se trata de acolher problemas e queixas em uma perspectiva fatalista (como se condicionados e imutáveis em um dado ambiente que os determinam), muito menos, pactuar com a usual percepção dos trabalhadores de que tal situação se deve a uma culpa exclusiva do outro, em um contexto de culpabilização e vitimização.

No rastro dessa premissa, a direção de intervenção que nos parece afinada com o que estamos indicando é a de provocar "efeito nos grupos", incitando e apoiando a análise das situações vividas,

perseguindo a alteração nos posicionamentos e atitudes diante dos fatos. Tomando esse eixo metodológico como um dos princípios constitutivos da PNH, consideramos a adversidade e a própria posição dos sujeitos-trabalhadores como um analisador[60] da gestão, que questiona o que está instituído e aponta para seu processo de constituição, sempre histórico. Assim, indagamos: com qual concepção de gestão se opera nesse caminho metodológico?

UMA CONCEPÇÃO DE TRABALHO E DE GESTÃO: UM CAMINHO METODOLÓGICO OU MODOS DE FAZER O APOIO INSTITUCIONAL

Na direção proposta neste texto, a partir do diálogo com a PNH, ainda concebemos como relevante tratar a temática, tomando uma concepção de trabalho e gestão que se abre nas seguintes vertentes: a) compreensão de que o trabalho é produção-invenção de serviços, de produtos, de si mesmo e do mundo (SCHWARTZ, 2007) e de que, no processo de trabalho, a conexão construída é a das relações entre os atores que habitam os serviços (trabalhadores entre si e com gestores e usuários); b) compreensão de que o trabalho em saúde é um espaço por excelência dessa produção de serviços e de sujeitos — autonomia, protagonismo (CAMPOS, 2000, 2003, 2006); c) compreensão de que o trabalho é produção de saber, processo de formação permanente, e que essa formação se efetiva na vivência das situações concretas de trabalho, "tornando-se competente" para enfrentar as demandas, criando estratégias para isso (inclusive aprendendo a trabalhar em equipe).

---

60 Utilizamos a noção de analisador com base na proposição da Análise Institucional: "Os analisadores são acontecimentos, aquilo que produz rupturas, que catalisa fluxos, que produz análise, que decompõe. No curso dessa análise, novos arranjos se impõem, passa-se da quase-imobilidade ao movimento e ocorrem transformações" (SILVA, 2002, p. 36).

Zarifian (2001) compreende competência como atitudes, posições, ações e aprendizados que se constituem no confronto dos sujeitos com o que se apresenta nas situações de trabalho que vivenciam. O autor entende que "[...] uma das características mais interessantes e inovadoras da lógica competência reside, justamente, no fato de ela associar responsabilidade pessoal e corresponsabilidade, [relacionando a postura de] assumir responsabilidade à perspectiva de autonomia" (ZARIFIAN *apud* SANTOS FILHO, 2008, p. 25).

Nesse sentido, pode-se correlacionar essa visão de competência com o que se deseja com a PNH, que é o aumento de autonomia e protagonismo dos sujeitos (BRASIL, 2006), aumento da capacidade de análise e de intervenção dos sujeitos no contexto em que se encontram e vivem (CAMPOS, 2000, 2003, 2006). Essa competência, portanto, não se refere a um indivíduo ou a uma qualidade inata a esse indivíduo; ela sempre nos remete ao coletivo de trabalho e é desenvolvida no encontro entre os sujeitos. É essa vivência, exercício da competência, com assunção de responsabilidade para o enfrentamento de uma situação, que equivale à atitude protagônica, autônoma, emancipatória.

Com esse fio condutor, compreende-se o espaço de trabalho como construído coletivamente pelos atores que estão em cena, e cada um é gestor de seu próprio fazer (SCHWARTZ, 2000), tendo em conta que toda atividade pressupõe negociações e debates de normas para ser realizada. Logo, é sempre preciso gerir as infidelidades que o meio apresenta, pois todos que trabalham o fazem imprimindo sua marca (suas regulações), na medida em que vão fazendo-aprendendo e aprendendo-fazendo.

O processo de trabalho local, assim, não se resume ao que se materializa em produtos ou ao que é visível, mas também, como nos indica Clot (2006, p. 116), abrange "[...] aquilo que não se faz, aquilo que não se pode fazer, aquilo que se busca fazer sem conseguir – os fracassos –, aquilo que se teria querido ou podido fazer, aquilo que se pensa ou que se sonha poder fazer alhures [...] [e, ainda, o] [...] que

se faz para não fazer aquilo que se tem a fazer ou ainda aquilo que se faz sem querer fazer".

A atividade de trabalho é sempre marcada pela relação dramática entre autonomia e heteronomia. Trabalhamos sempre em meio a negociações, escolhas e arbitragens, nem sempre conscientes, que consideram o tipo de inserção de cada um e de todos que compartilham aquele meio de trabalho, mas também as políticas de saúde, os valores e as práticas de saúde instituídas, as relações de forças e de poder presentes em cada situação de trabalho. Enfim, todos nós somos corresponsáveis pela gestão das situações de trabalho e temos o potencial de ajudar a transformá-las ou mantê-las como estão.

Consideramos, então, que a direção proposta para o apoio institucional na PNH é de intervir no sentido de ajudar a compreender que a desestabilização faz parte dos processos de trabalho e que o caminho é a mobilização para provocar outras e novas desestabilizações. Ou seja, compreender que, ao contrário de se conceber idealmente os processos de trabalho como "equilíbrios esperados", é preciso analisar e gerir os desequilíbrios. Esses desequilíbrios compõem o viver, daí a importância de entendê-los como potentes, quando temos como meta a produção de coletivos fortes, que podem acionar modos de trabalhar que afirmam a invenção própria dos vivos. Portanto, muito importa aqui a concepção de humano e humanismo, que indicamos no início deste texto, pois as desestabilizações serão provocadas e perseguidas ou negadas, dependendo do esforço coletivo (corresponsabilização), na direção do que se estiver compreendendo e desejando como "humanização do serviço", em um dado momento histórico.

Reafirmamos, a partir da PNH, que os processos de trabalho estão inseridos em contextos "multivetorializado". Esse referencial é tomado como princípio para operarmos com "rodas" no cotidiano dos serviços — onde os trabalhadores se encontram para levantar problemas vividos, suas dores e "impossibilidades", com dificuldades de tratar as situações —, a partir de um método de inclusão (dos problemas-conflito e de todos os sujeitos; inclusão dos jeitos de trabalhar,

de se relacionar e de viver). Ou seja, partir do concreto da experiência, das variabilidades e imprevisibilidades que se expressam e tecer processos de trabalho, partir do saber da experiência que será problematizado.

Esse é o desafio que a PNH julga necessário ser incluído como matéria do trabalho, e é com essa matéria que nos propomos operar. Isso é não neutralizar os movimentos que emergem nos cotidianos de trabalho para começarmos a trabalhar, mas, sim, lidar com tudo isso, esperando transformações que alterem posicionamentos, que produzam outras formas de subjetividade e outros modos de subjetivação. A produção de saúde não está desarticulada da produção de sujeitos. Aqui, há uma especificidade do apoio institucional/PNH (BRASIL, 2006).

As estratégias metodológicas utilizadas primam por situar essa discussão no âmbito da gestão: tanto no sentido de como compreendemos a inserção dos sujeitos no trabalho (em que toda atividade de trabalho os mobiliza para diferentes níveis de gestão dos seus fazeres e saberes), mas também no sentido da gestão do processo de trabalho como desafio coletivo, como cogestão. O que essa "escolha-direção" traz de desafio? O de deslocar a discussão de "precarização", "insatisfação", "desgaste" e "adoecimento" no trabalho para o campo da *análise coletiva* do próprio trabalho. Isso significa deslocar ou superar o polo que tradicionalmente abriga essa discussão, reduzindo-a à esfera de "tratamento" (dos casos, dos problemas, dos doentes, dos absenteísmos, dos afastados etc.) e de "higienização" dos ambientes. Portanto, as mudanças que se desejam efetuar são tratadas no/e a partir dos processos de gestão em curso.

A função de apoio institucional é, então, atravessada por uma provocação do exercício coletivo de regulação, nos moldes em que compreendemos essa lógica, que permite ajustar o previsto (normas, regras, metas etc.) às necessidades e aos jeitos dos sujeitos, com interesses, demandas, a partir de uma potência de invenção própria do viver (SANTOS FILHO, 2008). E é nesse ato de ajuste que a PNH

vislumbra uma emancipação. É por aí que podemos indicar, de forma mais concreta, o protagonismo e a autonomia na organização e reinvenção de si, das equipes e da prestação de serviços.

FOCO NO "PROCESSO DE TRABALHO HUMANIZADO": NECESSÁRIA INCLUSÃO DOS USUÁRIOS E DOS TRABALHADORES/GESTORES

Frequentemente, podemos presenciar, nos serviços de Saúde, algumas situações que se expressam a partir da fragmentação das ações e sensação de isolamento-solidão no trabalho. Tais situações indicam a dificuldade de se efetivar o trabalho em equipe (SANTOS FILHO, 2007a). A fragmentação do trabalho dá-se em meio a uma contradição que se expressa no embate entre novos modelos de atenção-gestão, que pressupõem processos de trabalho pautados no diálogo, e uma cultura da comunicação vertical e estilo de gestão que não fomenta momentos para comunicação-análise do fazer, com isso, dificultando também uma inovação no âmbito da atenção ao usuário.

Assim, pautar uma comunicação lateralizada como um importante campo no debate sobre a humanização dos serviços de Saúde, como um componente indispensável para a afirmação da indissociabilidade atenção-gestão, parece-nos importante. Nesse sentido, a organização do processo de trabalho precisa ser pensada sempre como processo dialógico e polifônico, em que as múltiplas vozes e olhares estão em debate e negociação.

Então, as propostas da PNH, ao serem tomadas aqui como desafios, são postas em análise. Em que medida se tem dado conta dessas intervenções? Quais pistas nos ajudam a avaliar as repercussões desse modo de trabalhar? Tem-se cuidado para dimensionar o alcance dessas intervenções? De que forma? Com que referencial e com que instrumental? (SANTOS FILHO, 2007b).

Tais questões, certamente, convocam-nos a construir caminhos que ajudam a ampliar o debate sobre a indissociabilidade entre

atenção e gestão, o modo de fazer apoio institucional proposto pela PNH e as estratégias avaliativas que podem nos ajudar a dimensionar o trabalho de apoio institucional ofertado.

A indissociabilidade entre a produção de serviços e a produção de sujeitos leva a afirmar: a aposta na inclusão dos diferentes sujeitos e na análise e gestão coletiva dos processos de trabalho é uma estratégia importante para a produção de desestabilizações produtivas e práticas de humanização dos serviços de Saúde que tomam os processos de trabalho como foco.

Entendemos que as práticas nomeadas humanizadas em saúde perdem sua força disruptora, ou seja, perdem a força de produzir mudanças significativas nos serviços de saúde na direção dos princípios do SUS, ao serem reduzidas a ações desarticuladas que não colocam em análise os processos de trabalho. A PNH, por meio dos seus dispositivos, parece-nos uma estratégia que se tem constituído como uma forte aliada, quando temos como princípio a ampliação e afirmação do SUS que dá certo.

REFERÊNCIAS

BARROS, M. E. B. *et al.* A experiência do programa de formação em saúde e trabalho em um hospital público com serviço de urgência. *In*: SANTOS FILHO, S.B.; BARROS, M. E. B. (org.). **Trabalhador da saúde**: muito prazer! Protagonismo do trabalhador na gestão do trabalho em saúde. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. p. 185-202.

BARROS, M. E. B.; BENEVIDES DE BARROS, R. Da dor ao prazer no trabalho. *In*: SANTOS FILHO, S. B; BARROS, M.E.B. (org.). **Trabalhador da saúde**: muito prazer! Protagonismo do trabalhador na gestão do trabalho em saúde. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. p. 61-71.

BARROS, M. E. B.; MORI, M. E.; BASTOS, S. S. O desafio da política nacional de humanização nos processos de trabalho: o instrumento

Programa de Formação em Saúde e Trabalho. **Caderno Saúde Coletiva**, [*s. l.*], v. 14, n. 1, p. 31-48, 2006.

BARROS, M. E. B.; SANTOS FILHO, S. (org.). **Trabalhador da saúde**: muito prazer! Protagonismo dos trabalhadores na gestão do trabalho em saúde. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

BENEVIDES, R.; PASSOS, E. Humanização na saúde: um novo modismo? **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 389-94, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS**: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS**: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CAMPOS, G. W. S. Apresentação. *In*: SANTOS FILHO, S. B.; BARROS, M. E. B. (org.). **Trabalhador da saúde**: muito prazer! Protagonismo do trabalhador na gestão do trabalho em saúde. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. p. 1-5.

CAMPOS, G. W. S. Clínica e saúde coletiva compartilhadas: teoria *paidéia* e reformulação ampliada do trabalho em saúde. *In*: CAMPOS, G. W. S. *et al.* (org.). **Tratado de saúde coletiva.** São Paulo: Hucitec, 2006. p. 53-92.

CAMPOS, G. W. S. **Saúde Paidéia**. São Paulo: Hucitec, 2003.

CAMPOS, G. W. S. **Um método para análise e co-gestão de coletivos.** São Paulo: Hucitec, 2000.

CAMPOS, G. W. S. O anti-Taylor: sobre a invenção de um método para co-governar instituições de saúde produzindo liberdade e compromisso. **Caderno Saúde Pública**, Brasília, v. 14, n. 4, p. 863-70, 1998.

CAMPOS, G. W. S. Subjetividade e administração de pessoal: considerações sobre modos de gerenciar o trabalho em equipes e saúde. *In*: MEHRY E. E.; ONOCKO, R. (org.). **Agir em saúde**: um desafio para o público. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 229-66.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho.** Petrópolis: Vozes, 2006.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 244-76.

GOMES, R. S. et al. A orquestração do trabalho em saúde: um debate sobre a fragmentação das equipes. *In*: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (org.). **Construção social da demanda**: direito à saúde, trabalho em equipe, participação e espaços públicos. Rio de Janeiro: IMS-UERJ, 2005. p. 105-16.

HECKERT, A. L. C.; NEVES, C. A. B. Modos de formar e modos de intervir: quando a formação se faz potência de produção de coletivo. *In*: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A.; BARROS, M. E. B. (org.). **Trabalho em equipe sob o eixo da integralidade**: valores, saberes e práticas. Rio de Janeiro: IMS: UERJ: Cepesc: Abrasco, 2007. p. 145-60.

PASSOS, E. **Proposta de apresentação dos níveis de composição da PNH.** Rio de Janeiro, 2006. (Mimeogr.).

SANTOS FILHO, S. B. **Construindo um método de acompanhamento avaliativo e avaliando processos de formação**: em foco o curso de humanização da atenção e gestão em saúde do Mato Grosso. Relatório de Consultoria apresentado para o Ministério da Saúde. Brasília, 2008.

SANTOS FILHO, S. B. Dando visibilidade à voz dos trabalhadores: possíveis pontos para uma pauta de valorização? *In*: SANTOS FILHO, S. B.; BARROS, M. E. B. (org.). **Trabalhador da saúde**: muito prazer! Protagonismo dos trabalhadores na gestão do trabalho em saúde. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007a. p. 61-71.

SANTOS FILHO, S. B Perspectivas da avaliação na Política Nacional de Humanização: aspectos conceituais e metodológicos. **Ciência Saúde Coletiva**, Brasília, v. 12, n. 4, p. 999-1010, 2007b.

SANTOS FILHO, S. B.; BARROS, M. E. B. A base político-metodológica em que se assenta um novo dispositivo de análise e intervenção no trabalho em saúde. *In*: SANTOS FILHO, S. B.; BARROS, M. E. B. (org.). **Trabalhador da saúde**: muito prazer! Protagonismo dos trabalhadores na gestão do trabalho em saúde. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. p. 123-42.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (org.). **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, 2007.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (org.). Travail et gestion: niveaux, critéres, instances. **Revis Performance Technologie,** Paris, n. hors-série, p. 10-20, 2000.

SILVA, C. O. **Vida de hospital**: a produção de uma metodologia para o desenvolvimento da saúde do profissional de saúde. 2002. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002.

ZARIFIAN, P. **Objetivo competência**: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

Parte 3: Sobre metodologias de pesquisa

Pesquisa-intervenção em dispositivos participativos: ensejando outras relações entre produção de conhecimento e educação[61]

Maria Elizabeth Barros de Barros
Janaína Mariano César

61 Publicado originalmente na **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 171-192, mar. 2015.

"POR QUE VOCÊ NÃO APRENDE A LER, MENINO?" PORQUE A PROFESSORA NÃO SABE ENSINAR...

A conversa se passa entre uma professora e um aluno da classe de alfabetização de uma escola brasileira. Expressa uma insatisfação recorrente no campo da educação na atualidade de nosso país. Baixos salários, condições precárias de trabalho, salas lotadas de alunos, recursos didáticos insatisfatórios, formação de profissionais considerada inadequada, aumento do número de licenças médicas por parte dos trabalhadores, índice insuficiente de verbas para Educação. Tal quadro de precariedade e descrédito é manchete nas diferentes mídias nacionais. Frente à produção midiática, as análises e opiniões se multiplicam. Em um extremo, discursos tomados por um espírito ufanista, fazem prospecções otimistas para o futuro da Educação no Brasil. Outros, menos entusiasmados, declaram sua total falência. As políticas educacionais têm sido, assim, recorrente tema de debates nos mais diversos setores da população brasileira. Jornais, revistas, televisão e redes sociais apontam ora para as mazelas das escolas, ora para os investimentos que o governo tem feito para melhorar a qualidade da educação brasileira, ora para os movimentos dos trabalhadores que reivindicam melhores condições de trabalho e salários. Em meio a esse cenário, algumas questões se colocam: como não se deixar tomar por processos de desvitalização e descrédito? Como lidar com essa diversidade discursiva sem cair em dicotomias e totalizações?

Atentos a nexos históricos que habitam nossos discursos e práticas, evidente se mostra no diálogo tecido a operação tradicional que cinde professor e aluno na divisão do que cabe a cada um: ensinar-aprender, transmitir-compreender e os efeitos de culpabilização no malogro do que se espera de um ou de outro, "O aluno não aprende, se a professora não ensina, e vive-versa" (questão que aparenta simples resolução nesses termos).

No entanto, as prementes questões educacionais não parecem se dissolver facilmente apenas substituindo a tal professora ou

a formando permanentemente, e/ou, ainda, diagnosticando o fracasso do aluno ou fazendo-o progredir automaticamente.

É interessante que, ainda que estejamos vivendo, como indica Corazza (2008), no tempo do Desafio da Diferença Pura,[62] solicita-nos nas práticas educacionais a lida com um mundo feito globalizado, sendo também as crueldades mundializadas. Mundo em que a diferença explode entendimentos e ações tradicionais, indicando as forças político-sociais que impelem abrir a agenda educacional, a pedagogia, o currículo, os modos de aprendizagem e o processo formativo, ainda que o presente invada fraturando nossos modelos, questionando ideais, conviventes no presente são as práticas que marcaram o nascedouro de uma equivalência entre Educação e escolarização.

Nessa, em que reluz a crença em uma neutralidade iluminada, os educadores experimentavam-se como transmissores de conhecimento e valores que compareciam universais e inequívocos e os alunos aqueles que seriam iluminados pela realização da razão e do conhecimento. Imbuídos de "missão", esses educadores, não exatamente considerados trabalhadores na construção de um ofício, empenhavam seu dom de educar para o progresso, para o bem e para a verdade.

---

62 Sandra Corazza (2008) aponta ao menos três grandes tempos históricos, quanto aos saberes e fazeres pedagógicos e curriculares. São eles: Neutralidade Iluminada (final do séc. XIX até a metade do séc. XX) e que marca o surgimento dos saberes vinculados à educação escolarizada. Acentua-se aí o fortalecimento do capitalismo, da experiência da ciência como o modo legítimo de operação do conhecimento; Suspeita Absoluta, na qual a experiência crítica se faz em relação à pedagogia, à escola, ao currículo, à didática. Tempo marcado por pensadores importantes que transgrediram a tradição vigente, como Paulo Freire, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, dentre outros; Desafio da Diferença Pura, considerado nosso tempo presente. Observamos que ainda que pareçam tempos marcados por acontecimentos diferentes, será´ importante vê-los em sua convivência, confluindo historicamente, linhas embaralhadas e em luta.

Esse mundo assim não se manteve e, concomitante, forças em luta frutificaram a crítica à experiência do pensar naturalizado, a histórico, de objetos e sujeitos prontos. É o currículo questionado em uma via maniqueísta, redutora do real, ao se deflagrar e analisar as forças presentes na direção do que se ensina e se aprende nas escolas. Mas, não somente, da educação reduzida à escolarização, em processos de vigilância e controle, que conformam a exclusão moldando subjetividades ao sabor da necessidade do mercado, do *modus operandi* das relações sociais de produção (ENGUITA, 1989). Interessante dizer ainda com as professoras mulheres, depositárias inicialmente do magistério missionário, maciçamente presente na vida das escolas, que educar não é a extensão da criação dos filhos, mas ofício construído em normatividade viva, feito de regras individuais e coletivas, de invenções cotidianas, e que, por isso, como qualquer outra profissão, deve ser dimensionado e afirmado em seus saberes e fazeres.

É a suspeita que se coloca abrindo as vias que estiveram presentes na emergência de uma escola de massas aliada à institucionalização de modelos de infância, de família, de professor e aluno, de uma educação para determinado mundo. É também o encorajamento de outros modos de apropriação do corpo, da saúde e da vida, que docilizados por meio de uma biomedicina e toda sorte de medicalizações tornaram-nos população a ser biogovernada (FOUCAULT, 2006a), desapropriando-nos do que nos acontece como processo político. *Politikos*, como sentido ampliado, que se estende a tudo o que diz respeito à vida que construímos junto com os outros.

Desse modo, apropriando-nos da educação em sua construção histórica, nossos discursos explicativos a respeito desse campo sofrem torção, equivocando qualquer resposta simplista. Complexos se tornam nossos desafios.

É nesse campo problemático que emergem as proposições deste texto, partilhando algumas experiências de um grupo de pesquisa,[63] que ensaia o desenho de outros mapas da problemática da educação pública, tentando evitar dicotomias e descréditos, afirmando que a mudança se quer coletiva. É interessante, por isso, pensar que as questões desafiadoras que nosso presente convoca dizem respeito a processos dos quais sentimo-nos separados e desapropriados. Nosso presente narra os efeitos de práticas históricas de obliteração do poder de agir dos trabalhadores, de impedimentos quanto à participação efetiva desses na construção das políticas educacionais, da sofreguidão, em relação a conquistas quanto a condições de trabalho, não apenas físicas, mas relativas à liberdade e à afirmação de uma gestão feita por todos no cotidiano educacional. Ainda da invisibilidade entre o que se sente com o como se trabalha, operando os processos de saúde-adoecimento como méritos ou fracassos de sujeitos individualizados, que conseguem por si mesmos ter ou não domínio da sala de aula lidar com seus alunos, ensinar bem, não cair em depressão, conseguir trabalhar.

A experiência do pensamento que gostaríamos de aqui construir com os leitores, bem como a que estamos em vias junto com trabalhadores da educação, esforça-se em outra direção. Constrói pistas que podem nos ajudar a lidar com esse quadro que soa inexorável, fazendo apostas em uma produção de conhecimento que perspectiva nos reposicionar na invenção do cotidiano. Investe em metodologias de pesquisa participativas que anseiam não exatamente conhecer a realidade das redes de ensino, pois essas efetivamente não estão

63 O Programa de Formação em Saúde e Trabalho (Pfist) integra o Nepesp (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividade e Políticas), vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. É composto por professores universitários, graduandos, pós-graduandos dos programas de Educação e de Psicologia Institucional da Ufes, além de técnicos e profissionais voluntários atuantes em diferentes áreas do conhecimento.

lá imóveis e disponíveis ao ato de conhecimento, mas como aspira a inversão proposta pela Socioanálise,[64] tratar-se-ia de transformar para conhecer.

O FÓRUM DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO COMO APOSTA NA ARTICULAÇÃO

Há cerca de quase dois anos, o município de Serra, na Grande Vitória, acolhe uma experiência em gestação que envolve trabalhadores da educação desse município, vinculados às escolas de ensino fundamental (EMEFs) e Centros Municipais de Educação Infantil (Cmeis), à Secretaria Municipal de Educação e ao Centro de Formação de Professores, além daqueles vindos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupes), do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest-ES), do Ministério Público estadual, do controle social como o Conselho Municipal de Educação, além de estudantes e pesquisadores do Programa de Formação e Investigação em Saúde e Trabalho (Pfist/Ufes).

A construção de um Fórum de Trabalhadores da Educação nesse município, de encontros mensais e quinzenais, a depender das demandas surgidas, é processo laborioso da disposição de outras composições entre educação e bios, essa que como plano público é o que dá pertinência e vigor ao conhecimento e à formação. No processo de estar em fórum, experiência pública, portanto, gastamo-nos em movimentos de desautomatização do pensar em diferentes sentidos e direções, possibilitando à pesquisa vicejar junto com a educação. Não se pensa aí que os pesquisadores tenham mais condições de oferecer conhecimento e, mesmo, ações transformativas. O encontro entre/com trabalhadores, ao contrário, é que tem forçado os limites do que acreditamos

64 De linhagem francesa, a Socionálise faz parte do movimento mais amplo da Análise Institucional, tendo como principais expoentes René Lourau e Georges Lapassade.

poder e saber, evidenciando que o cotidiano não resta bem explicado, mas transborda indagações a todos, reverberando novos problemas para a construção da pesquisa, do trabalho e das políticas públicas.

Nessa experiência, encontramo-nos com as questões que tocam à saúde no cotidiano laboral, tornando matéria de trabalho o próprio trabalho. É quando nos debruçamos sobre o que o fórum como dispositivo dispara e inaugura. Quando iniciamos nossos encontros, comparecia como mote primeiro o vislumbre de um projeto de instituição de Comissões de Saúde do Trabalhador (Cosat)[65] nas escolas da rede municipal de ensino, como possibilidade de criar espaços de análise e intervenção nos processos de produção de saúde e doença nas escolas, a partir de encontros regulares para construção de modos outros de trabalhar em ambiente escolar. As Cosats se fariam como estratégia de ampliação da participação, do protagonismo e autogestão dos trabalhadores da educação, desobstruindo o poder de agir destes, conforme auxilia a Clínica da Atividade (CLOT, 2006, 2010). As Comissões têm como principal motor intervir nas condições atuais de trabalho que produzem adoecimento.

De natureza deliberativa e fundamentalmente posta a funcionar por trabalhadores, tais comissões buscam a melhoria das condições de trabalho, por meio de estratégias que promovam saúde no ambiente laboral, tendo função também prevencionista, a partir do permanente acompanhamento e intervenção no trabalho.

Almeja-se, portanto, o aguçamento de uma atenção diferenciada em relação ao como se trabalha operando relações com o que

65 As Cosats (Comissão de Saúde do Trabalhador) são legitimadas no Espírito Santo pela Lei n. 5.627, de 03/04/1998, que garante a qualquer segmento do setor público estadual montá-la no local de trabalho. Segundo a lei, a Cosat é órgão que busca, na sua prática, soluções promotoras de saúde, contemplando a fiscalização, observação e análise do ambiente de trabalho. Contempla a atividade de servidores e celetistas e apresenta como proposta uma maior intervenção do trabalhador em seu local de trabalho.

se sente e vive, fraturando forçosamente os processos de culpabilização e solidão que atravessam o labor. Pode-se em uma atitude atencional de acompanhamento ao que se passa evidenciar as condições de agravos e risco à saúde no local de trabalho, podendo solicitar e/ou propor medidas de enfrentamento.

Permite, ainda, investigar e discutir os acidentes, incidentes e doenças, ao colocar em análise o plano das experiências do trabalho, construindo, assim, medidas de prevenção e promoção da saúde. As comissões se aliançam a um modo de funcionar que possa fomentar a discussão sobre as ações possíveis em relação aos riscos, o estabelecimento de prazos e acompanhamento das medidas negociadas, assim como participar/intervir/propor formas de organização do trabalho, visando saúde, e envolver a todos os trabalhadores de modo permanente em uma operação coletiva, no que toca o trabalho nas escolas.

No entanto, interessante acompanhar que esses objetivos iniciais que moviam o grupo de pesquisadores são, já no primeiro encontro de um fórum, questionados, não somente pelos presentes, mas pelo movimento que se desenrola. O fórum que constituía um meio para determinado fim, a constituição das Cosates,[66] logo, mostrava-se poder ser na atualidade o exercício mesmo do qual se necessitava: encontrar-se, sentar-se juntos, discutir a educação, fortalecê-la em sua rede mais ampla de operadores, atores e problemas.

As pesquisas[67] construídas ao longo dos últimos anos no Programa de Investigação sobre processos de formação, saúde e trabalho no percurso da educação, o Pfist/Ufes, dão a ver a importância de

66 Salienta-se o uso da grafia Cosate, ao referirmo-nos às Comissões de saúde, pois marca as modulações promovidas pelo fórum, ao pensar que as demandas relativas à outra relação com o trabalho não eram apenas de docentes, mas dos trabalhadores da educação. A Cosat, então, modula junto com as discussões; agora Cosate (Comissão de saúde dos trabalhadores da Educação), e não apenas dos docentes.

67 São elas de Aragão, Barros e Oliveira (2007), Barros, Heckert e Margotto (2008) e Barros, Rosemberg e Ronchi Filho (2011).

abrir espaços de participação e gestão coletiva do/no trabalho, da/na pesquisa, pois são esses os mais rareados no labor educacional, evidenciado naquilo que os educadores deflagram com a designação feita por outros sobre eles de professor auleiro, onde o cronos é tempo imperativo que a tudo engole, mitigando possibilidade de encontro.

O que alimenta o dia a dia do fórum, construindo-se como um fio de percurso, é a criação de um dispositivo que nos faz debruçar sobre o trabalho, disparando o diálogo. Trata-se da construção de um projeto de lei que pode amparar a produção das Cosates, tomando como estudo o que fora a implantação dessas no âmbito estadual no campo da saúde. Opera-se com o instrumento originalmente produzido para esse campo, torcendo-o e provocando-o a partir do campo da educação, que tem como inédito o investimento efetivo quanto à possibilidade de Comissões de Saúde, bem como de discussões situadas a partir do que se passa no local de trabalho, ou seja, nas unidades de ensino.

Lembramos que as Cosats surgem originalmente no campo da saúde, porém, de modo próximo, encontramos na formulação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa)[68] em situação de empresas. O que chama a atenção, de fato, é o quanto no campo da educação a relação entre saúde e trabalho historicamente se coloca de modo disperso e insipiente.

No entanto, sabemos que a existência de tais órgãos e as leis que os institucionalizam não são garantia em si de conquista coletiva, de

68 A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) é uma comissão constituída por representantes indicados pelo pregador e membros eleitos pelos trabalhadores, de forma paritária, em cada estabelecimento da empresa, que tem a finalidade de prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. Tem suporte legal no artigo 163 da Consolidação das Leis do Trabalho e na Norma Regulamentadora n.º 5 (NR 5), aprovada pela Portaria n.º 08/99, da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

efetividade participativa. É exatamente por isso que, menos como tarefa a ser executada ou idealizada, o fórum faz da lei estadual e da possibilidade da Cosate um plano de trabalho que dispositiva e visibiliza uma luta de forças, tensões e questionamentos. Sua dimensão legal se desterritorializa oferecendo o dissenso, plano potente para equivocar os caminhos unívocos da educação. Trata-se, por isso, de uma experimentação coletiva na construção de políticas públicas, em que o que se pode almejar como conquista é a familiaridade com os processos de liberdade de construção de caminhos. Sentir-se mais à vontade em gestar, cuidar, participar, construir, surgir em autonomia.

No trabalho com as atas construídas ao longo dos encontros do fórum, para oferecer modos de olhar para seu percurso, publicizar as discussões e alimentar os processos de pesquisa, visibilizam-se pontos do dispositivo em movimento que funcionam como analisadores das práticas em educação.

> Dando prosseguimento à leitura [do projeto de Lei] foi dado destaque ao Artigo 5o, no item I descrito a seguir: Os membros [da Cosate] serão escolhidos pelos trabalhadores da educação das unidades de ensino, e para cada titular haverá um suplente. Os suplentes serão os candidatos mais votados logo abaixo dos titulares, podendo participar todos os trabalhadores da escola, da seguinte forma [...].

No início do registro, comparece o ponto de discussão que ganhara a cena daquele encontro e que diz de um dos artigos vinculados à legislação que se gesta para as Cosates. Tais pontos foram no começo da constituição do fórum ressaltados como problemáticos pelos participantes, que, antes em suas unidades de ensino e outras instituições vinculadas à educação, leram os artigos e incisos com aqueles que se dispuseram, na medida do possível, a fazê-lo, de modo a trazer ao fórum dúvidas, estranhamentos quanto ao que não contempla a singularidade do campo da educação ou pontos com os quais

não havia concordância etc. Esse modo possibilitou aquecer a discussão sobre saúde e trabalho já em algumas escolas, convidando outros sujeitos ao fórum. Estávamos, então, discutindo no momento apontado pela ata como se daria a composição das Comissões, quem delas participaria. Não supúnhamos os graus da problemática e mobilização que tal discussão poderia alcançar. Os trabalhadores em regime de contratação poderão participar? Os terceirizados podem se candidatar? Merendeiras, vigilantes, pedagogos, coordenadores, trabalhadores de serviços gerais podem entrar?

Estava em questão o papel e lugar do professor, aquele que, via de regra, está de modo mais consolidado na relação com os estudantes, que faz a maquinaria escolar cotidiana funcionar e que, por isso, deveria/poderia ter a prevalência da participação ou, ao menos, a garantia contemplada em lei de sua presença na Comissão. Questões nada simples, embaralhadas também nos pesquisadores, convocados a pensar junto com os outros participantes sobre como a escola se organiza e que, em decorrência, reflete os modos como se pensa a organização de uma Comissão. Espreita-se a divisão de saberes, a divisão científica do trabalho, as relações de poder em jogo.

Há um trabalho em curso na operação do fórum e esse não se fecha ao resolver o texto da lei. Não se tratava apenas de encontrar melhores saídas, mas de dar visibilidade ao que emerge como um bom problema e que funciona como catalisador de forças, mobilizando análises sobre/no cotidiano educacional. Nesse ponto, salta a relação entre diretores e professores, entre chefias e trabalhadores. E se uns sentem-se excluídos por outros nos processos gestionários do trabalho parece coerente impor uma restrição à participação desses, o que seria fortalecer um processo de resistência à relação autoritária. Mas esse se traduz como um modo potente de lidar com tais relações e de evocá-las? Não se estaria reificando, ao mesmo tempo, os lugares de vítima e algoz? Objetivando o que pode ser um diretor? No entanto, ali não se buscava o trabalho de conscientização a esse respeito e, tampouco, de subestimar o que os professores evidenciavam, dando o caso, o artigo, por resolvido.

A discussão era quente, como em tantos outros momentos, amparada por outras questões. A relação entre gestores e trabalhadores não surgia tocada em um só tom, alguns ali também enunciavam a parceria frutífera com os diretores em suas escolas, além disso, o próprio fórum também contemplava a presença e participação de trabalhadores-diretores. De outro modo, também comparecia os processos de fragilização das relações entre trabalhadores, entre estes e alunos-comunidade escolar, que vulnerabilizava os laços de vida e solidariedade, oportunizando o vínculo autoritário e, mesmo, as ações individualizadas por parte de muitos. Que caminhos construir? Operávamos, por isso, na aliança com o tempo que reverbera e auxilia a não atropelarmos nossos processos de constituição. Voltaríamos a isso outras vezes, ajudados por outros pontos em debate, vozes outras, novos ânimos, que auxiliavam na abertura ao devir.

Acompanhar o debate e suas reverberações pede da pesquisa interessada nas relações entre saúde e trabalho na educação abrir-se a/em outro tempo, aquele dos acontecimentos, *kairós*. Não à toa, o trabalho com a lei, este mais visível, durara quase dois anos, pois nos abria outro labor, molecular, processual, com linhas menos visíveis. Estas de questionamento sobre nossos movimentos, quando o fórum esvaziava-se, de atentarmo-nos para os acontecimentos políticos-econômicos-sociais pertinentes ao território do município que habitávamos e que, por vezes, desconhecíamos, de surpreendermo-nos com o que se passava nas escolas. Ao mesmo tempo de acompanhar processos de abertura se desenhando, movimentos ínfimos e singulares de encontro com a virtualidade da subjetividade, em seu caráter processual, visibilizados por olhos de pesquisa em exercício de sintonia à processualidade, como quando se acompanha uma postura rija afrouxar, desalinhar os nós, ou a modulação discreta, mas vívida, em um modo de pensar, a alegria entusiasmada de participar, a surpresa em aprender, a reinvenção existencial insistente dos participantes do fórum e dos modos de se disponibilizar ao pesquisar no que toca os próprios pesquisadores.

O fórum vai(se) formando como um corpo permeável, conectivo, em que diferentes vetores (política, saúde, trabalho, educação, gestão, família, pesquisa, direitos, movimentos sociais, tecnologias...) comunicam-se. Corpo articulado. Lembra em contraponto a desapropriação e anestesia imputados ao corpo trabalhador, docilizado e obstacularizado em seus diferentes signos, apreendido em regimes causais explicativos, delegado para o cuidado realizado por outrem. Busca-se o médico, o neurologista, os psis (psicólogo, psiquiatra, psicanalista), o fono e o fisioterapeuta, no mais tardar, a perícia. O corpo adoecido desvincula-se de seus processos de saúde-adoecimento que moram no trabalhar, no morar, no relacionar, no comer, no crescer, no dialogar ou na falta dele, no expressar, no aprender, no cuidar, no viver, nos verbos em que nos constituímos. Pensar-fazer saúde, portanto, parece ser cuidar dessas articulações que podem permitir expandir a existência, reivindicando os nexos entre saúde, trabalho, amizade, gestão, cuidado, política... É a experiência da transversalidade sobejada por Guattari (1981) que caminhando pelos grupos atentava para o adoecimento que os cortes, os imperativos, os especialismos, os fechamentos, as amputações provocavam.

Articular é apostar que do diálogo pode brotar sentidos novos, que emerge por meio de uma performatividade da experiência presente no fazer fórum e que pode agudizar as interrogações sobre uma concepção de trabalho em educação, muitas vezes, reduzida aos momentos em que os professores estão em situação de sala de aula, o tal professor auleiro. É, nesse modo, que a carga horária dos professores é contabilizada, a partir do tempo despendido com os alunos em situação formal-instituída de ensino, desconsiderando qualquer outra atividade. Reuniões, participação em assembléias, atividades de formação, grupos de trabalho e discussão, dentre outras, não são consideradas atividades legítimas desse professor. A via da articulação, da transversalização, não suporta as segmentaridades que definem e separam onde termina uma coisa e começa outra, onde me formo e onde não, onde trabalho e onde não mais. Por isso, o fórum caduca

esses registros, apontando que a experiência da saúde não se traduz como competência de especialistas, nem a gestão de gestores, tampouco a política da máquina de Estado. A vida vaza aos setores programados, às descrições construídas, impulsionando outros arranjos experimentais e articulações inusitadas.

A PESQUISA-INTERVENÇÃO COMO PRÁTICA DE UM *ETHOS*

O plano das discussões que ora tecemos em relação aos desafios em políticas educacionais nos força a avançar também na relação com a pesquisa e a produção de conhecimento. São desses desafios que o Fórum de Trabalhadores impossibilita alhearmo-nos.

Como construir processos de investigação na educação em nossas sociedades modernas que contingenciem discursos de desqualificação, de falência e derrota, em relação a escolas, professores, alunos, universidade?

É interessante retomar a enunciação que abre este texto, do menino que responde por sua "não aprendizagem" imputando ao professor o fracasso, de outro modo, situações inversas também são frequentes em que são os estudantes violentos, carentes, advindos de famílias desestruturadas que impedem o trabalho possível do educador. Importante visibilizar que os discursos e práticas não são de outros sobre a escola e a educação, mas são de todos nós, são de um nós em dominante desarticulação, apertados pela descrença e despotencialização.

Mas nada disso escapa à produção de conhecimento... Nossos discursos, de otimismo ou tristeza, também são efeito de determinadas operações do conhecer, que recortam o real fazendo-o falar em determinados sentidos, nunca neutros.

Busquemos, então, indicativos antigos, a fim de caducar as certezas do presente. Foucault (2006a) nos ajudava, em meados de 1980, a empreender outro olhar sobre a história de produção de nosso pensamento, vivificando aquilo que teria se atualizado como outros

processos de produção de conhecimento, menos afeitos à assepsia ou à separação que nos é conhecida entre um sujeito cognoscitivo e um mundo cognoscível, legado cartesiano, que conglomerou tantos outros pensadores e empreendimentos na corrida pela afirmação de certos modos de fazer ciência, como aqueles mais legítimos e confiáveis.

Importava, antes que o empreendimento de conhecer a custa de qualquer coisa, constituir um *ethos*, maneira de se conduzir, elaboração de modos de serem ininterrupta relação com modos de fazer que livrassem a vida de amarras intoleráveis de subjugação. Na idade de ouro do que Foucault (2006b) chama de cultura de si ou da história das relações entre subjetividade e verdade, o conhecimento de si, *gnôthi seautón*, não existia no esplendor hoje objetivado, antes seus sentidos eram correlativos de um princípio mais amplo, aquele do *epiméleia heautouˆ*, do cuidado e/ou inquietude de si. O conhecer se colocava como dimensão de uma atividade que antes que reduzida em si mesma oferecia-se como exercício de acompanhamento dos processos de produção dos sujeitos, conhecer como se conhece, como se constitui. O conhecimento não como a arte de desvelação de verdades, a partir de métodos experimentais e condições controladas, mas exploração do próprio processo de produção de conhecimento, inseparável dos modos de produção de subjetividade. Maturana e Varela (1995) também o dizem: ser-fazer-conhecer, evidenciando que a reflexão não é sobre uma experiência, nossos processos de conhecimento não são sobre um mundo, mas são uma forma de experiência, produzem mundo. O que nos permite afirmar como desdobramento que o conhecer se faz inseparável de processos de produção do ser e de sua transformação.

Se na antiguidade, principalmente no período helenístico, em que se expande o exercício do pensamento feito cada vez mais equânime com o viver, vemos o conhecer a serviço da constituição de um ethos, tal operação só é possível pela dedicação dos sujeitos a inúmeros exercícios e práticas de si, que funcionavam como superfície de

trabalho sobre a produção de si. Fazer de cada gesto o correlato do pensar, amalgamar cada vez mais o que se pensa, o que se diz e faz, encarnando o conhecimento, desdobrando-o na finalidade última de viver e enfrentar os desafios que os acontecimentos promovem.

Foucault (2006a, p. 22) apontará, nessa visada, que a idade moderna da história da verdade tem seu marco no dia em que o que permite aceder ao conhecimento é tão somente o conhecimento, no dia em que se torna possível ao sujeito sem que lhe seja solicitado nenhuma alteração, nenhuma transformação, aceder ao conhecimento. De modo que sem que seu ser seja tocado por nenhuma modificação, ainda assim, ele poderá ser capaz unicamente por seus atos de conhecimento de reconhecer e ter acesso à verdade.

Para que tal marco se imponha, as consequências são muitas na direção da produção do nosso pensamento, pois que a atitude de uma inquietude de si vinculada ao conhecer é desqualificada, posta em suspeita e, assim, marginaliza-s. Evidentemente, não sem resistências, pois é exatamente a presença constante de inúmeras lutas e tensões travadas em torno da produção da verdade, que impacientam a neutralidade das pesquisas e que possibilitam ao conhecer religar-se aos problemas que tocam a vida das pessoas, que permitem vivificar o exercício da ética.

Nessa tradição, de uma ontologia do presente enunciada por Foucault, que se esforça por outra relação com a vida, encontramos também aqueles de uma via institucionalista, que fizeram de seus processos de pesquisa uma intervenção, não negligenciando que conhecer exige antes e, ao mesmo tempo, transformação, pôr em questão os próprios processos de pesquisa, nossas pertenças, saberes, vieses, nossas implicações.

Em passagem pelas terras brasileiras, em 1993, Lourau apresenta os principais conceitos operatórios da Análise Institucional, quando, então, invoca o conceito de Intervenção. Ouvimos-o dizer que intervenção significa, aqui, que o pesquisador é, ao mesmo tempo, técnico e praticante (LOURAU, 1993). Tal qual no âmbito da religião

católica distingue-se praticantes e não praticantes, também aqui se quer dizer que pode haver teóricos não praticantes, que pode haver pensadores-praticantes.

Para nós, o assento no aspecto "praticante" do pesquisador se atenta para o fato de que não basta ser técnico, nem um sujeito de amplos e monumentais conhecimentos, reconhecido em sua carreira acadêmica. Não basta que se seja um bom observador das condições formais que cercam o conhecer, das regras do método, da estrutura do objeto, que se inscreva em um consenso científico, que submeta as investigações ao comitê de ética, que se preste conta dos recursos financeiros, ou seja, que se mova a partir das condições internas ao ato de conhecimento e siga suas regras, pois essa modalidade de conhecimento não transfigura o sujeito como efeito de retorno. Apenas abre, como dispara Foucault (2006), a dimensão indefinida de um progresso, cujos benefícios definem-se como acúmulo instituído de conhecimentos, que não necessariamente implica nos permitir acessar melhores condições de lidar com os acontecimentos. Trata-se, então, de ser praticante, ao menos de se colocar renovadamente nesse exercício. Como quando Lourau (1993, p. 16) na dramática do pesquisar exprime:

> [...] a neutralidade axiológica, a decantada objetividade, não existe. Mas a ciência necessita que ela exista e os cientistas, por vezes, nos fazem crer nessa existência. Também eu, inúmeras vezes, acabo caindo nessa armadilha. Sinto-me forçado, obrigado a parecer e a fazer acreditar na neutralidade. Ao mesmo tempo, uma voz interior me acusa e alerta: és um cretino, um imbecil!

Lourau (1993) aqui não se protege, não dissimula, pois ser praticante não é viver sob idealização, traduz a radicalidade de ensaiar a vida como superfície de coragem, de construir o mundo que se aspira na prática de todos os dias, de unir discurso e gesto, de encarar nossos contrassensos e dificuldades e se dispor a um exercício,

que alcança tudo o que fazemos na obra sempre inacabada da existência. Em relação à construção da pesquisa, é fazer dela o plano de trabalho em que todos podem compor juntos esse esforço, dispor da realização de uma investigação como quem se oportuniza lançar um olhar para nós, para nosso presente, compondo com o desafio de modificação. Quando esse olhar mais amplo e renovado sobre nossas questões ganha condições de surgir, aí, no mesmo momento, é que se abre uma distância em nós, em relação ao que éramos ao mesmo tempo, ao que ainda não nos tornamos, espaço de elaboração e cultivo da transformação em processo. Exatamente aí mora a dimensão interventiva do pesquisar.

Para isso, Lourau (1993) continua apontando que a intervenção se alia com a criação de dispositivo de análise social coletiva, sendo, pois, esse o trabalho da socioanálise na experimentação dos/nos dispositivos, de colocá-los em cena, acioná-los, acompanhá-los, neles trabalhar, para sustentar essa voz que em nós alerta.

Nessa via aberta por Lourau e tantos outros, visibilizamos os ecos de práticas antigas reposicionadas e reencantadas com a matéria do presente, em que processos de pesquisa se querem in(ter)ventivos, transformadores. Para isso, movem-se na construção de dispositivos como superfície de um trabalho entre e sobre nós mesmos. Isso aponta que os processos de mudança não são filhos do espontaneísmo. São efeito de uma "transformação estudiosa", como entendia Foucault (2010), de um trabalho laborioso por ampliar nosso pensamento em novidade de articulação.

Além disso, diz também do esforço do pesquisador em fraturar sua posição como aquele que sabe, que conduz. A condução do processo nesse caso é manejada pelo/com os dispositivos que apontam as questões pertinentes, que frutificam problemas-analisadores, possibilitando a construção participativa das análises e deslocamentos que, de fato, necessitamos no viver.

Recolocando, portanto, novamente o Fórum de Trabalhadores naquilo que diz do esforço de uma pesquisa-intervenção, vemo-lo

fazer-se dispositivo que acolhe a feitura de outros que com esse compõe, dispositivo registro de encontros, dispositivo Lei pró-Cosate, dispositivo grupo, dispositivo projeto piloto Cosate. E se o que se aspira são processos interventivos-modificadores de nossos modos de pensar-viver, a produção de conhecimento não pode se designar apenas como atividade de pesquisadores, mas se ambiciona de todos, posto que os efeitos são também de ordem coletiva. O trabalho com a pesquisa, então, dirigi-se à ampliação da inclusão e participação, dos diferentes sujeitos, de modo a equivocá-los como pressupostos objetos de investigação, dos analisadores que na condensação de forças mobilizam a intensidade do trabalho da análise, e podemos dizer das diferentes forças que produzem o real e que fazem com que encontremos em cada coisa um mundo de linhas heterogêneas.

A construção de processos participativos é um dos desafios das pesquisas na relação com a educação, posto que é tal fragilização que tem produzido o sofrer. O que implica nas relações de trabalho nas e com as escolas, convulsionar o que parece estar adormecido e/ou dado de uma vez por todas e que contorna um niilismo reativo ou um otimismo idealista. Ao contrário, a invenção está inacabada, os projetos são inacabados, transitórios, convocando-nos a experimentar modos de ação-intervenção mais fluídos, menos modelizados e, sobretudo, menos tagarelas, exercidos de um não lugar que seria o das mutações. A aposta é, então, no que varia, descolando-nos dos hábitos, que nos fazem pensar que a realidade é imóvel, desprezando-se sua dimensão temporal que não permite que tudo se mantenha como está.

Uma pesquisa-intervenção busca, exatamente, aliançar-se com o plano da experiência, onde a vida se ontologiza, o que demanda um *ethos* que privilegia não a abordagem da ciência feita como política cognitiva representacional, que pressupõe sujeito e objeto, pesquisador e campo de pesquisa como polos prévios ao processo de pesquisar, buscando leis e princípios invariantes. Muitas pesquisas no campo das ciências humanas e sociais têm assumido uma direção

de análise que parte do pressuposto que científico é o que pode ser reproduzido com os mesmos resultados e garantido por um observador isento ao objeto de estudo. Vislumbra-se equilíbrio e estabilidade, uma vez que o pressuposto é a objetividade, a representação estática e eternizada de um sujeito espacializado, como se a impermanência não varresse todas as coisas, como se o tempo não produzisse novidade. Nessa perspectiva, a experiência do pesquisador estaria excluída das investigações, uma vez que o pressuposto é de que a subjetividade do pesquisador não poderia interferir no processo investigativo.

A direção das pesquisas participativas é outra: o conhecimento produzido está permanentemente disponível para todos aqueles que de alguma forma estão envolvidos no processo investigativo, servindo de instrumento para ampliar cada vez mais a vida e saúde de indivíduos e grupos. É acessar experiência que tem potência ontogenética, logo, criação e modificação da realidade. Experiência de criação de si e de mundos, como ação criadora de realidade, assim a pesquisa passa a ser escuta da experiência do trabalho.

A pesquisa-intervenção, por isso, mostra-se interessante, uma vez que indica a via das pesquisas participativas que busca investigar a vida na sua multiplicidade heterogenética. Trata-se de uma crítica à política positivista de pesquisa adotando como dispositivo de intervenção uma metodologia como ato político que constitui toda investigação. Isso porque "[...] na pesquisa-intervenção acentua-se todo o tempo o vínculo entre a gênese teórica e a gênese social dos conceitos, o que é negado implícita ou explicitamente nas versões positivistas 'tecnológicas' de pesquisa" (RODRIGUES; SOUZA, 1987, p. 31).

A ruptura com os pressupostos da pesquisa representacional da realidade opta por uma vertente de construtivismo radical e se configura como proposta de atuação transformadora da realidade, em uma direção de intervenção de ordem micropolítica na experiência. O que se coloca como prioridade é a construção de uma "atitude de pesquisa" que radicaliza a ideia de interferência na relação sujeito/

objeto pesquisado, considerando que essa interferência não se constitui em uma dificuldade própria às pesquisas sociais, em uma subjetividade a ser superada ou justificada no tratamento dos dados, configurando-se, antes, como condição ao próprio conhecimento (STENGERS, 1990). A pesquisa afirma, assim, seu caráter inquiridor das práticas e dos discursos instituídos, aí se incluindo aqueles que são produzidos como científicos.

O professor Foucault (1999) auxilia nessas formulações, quando indica que o conhecimento não se circunscreve à dualidade do falso x verdadeiro, pois é acontecimento e tem caráter perspectivo. O conhecimento, sempre parcial, é efeito de lutas, a partir de uma relação estratégica, na qual o homem está situado e se constitui permanentemente. Nesse sentido, o conhecimento é singular, não almeja regularidades, mas diferenciação.

Colocamos assim, a exploração do plano da experiência como um dos esforços que se colocam no pesquisar e que, por não, se dar de modo imediato, requer aprendizagem. Por isso, acessá-lo e descrevê-lo é difícil. Entendemos que o trabalho com a pesquisa-intervenção envolve a constituição de uma atenção aberta ao presente e um acompanhamento de experiências em curso. O aspecto processual e temporal da vida que passa nos processos de pesquisa é o que ganha destaque. Pesquisar é acessar o plano das forças, plano instituinte em movimento e transformação. Mas é importante destacar que a resposta ao como podemos acessar tal plano não se faz logo de saída. Não há uma resposta geral, nem imediata. O processo de pesquisa é sempre local e parcial, e é por meio de práticas que ganha corpo, mundo e língua. Ao invés da pergunta: como se pesquisa? Uma inflexão se faz necessária e a questão passa a ser: como estarmos atentos, abertos e sensíveis ao presente, forçados a pensar e a criar. O processo de pesquisa se faz no acesso e construção de um corpo articulado, não exatamente individual, pois um corpo aberto ao plano coletivo de forças em meio ao mundo (POZZANA, 2013). O pesquisar se faz no acompanhamento dos efeitos produzidos pelas práticas de pesquisa

que dão acesso ao plano de onde emergem sujeito, objeto, campo, pesquisador, pesquisados, questões, escritas, desvios e mundos.

Investir em processos de pesquisa exigiria, ao invés de uma preocupação com fundamentos e objetivos solidamente preestabelecidos, um movimento de fundação, de cultivo. Esse movimento vai à contramão de um modo hegemônico no mundo ocidental que lida com o conhecimento de forma abstrata, como experiência já dada à espera apenas de ser coletada.

Nesse sentido, o trabalho com o presente, enquanto matéria do labor e com o tempo dos acontecimentos, é o que se pode dizer plano movente da pesquisa, que por isso pede cultivo de desaceleração, de desaprendizagem de habituais pressupostos, a fim de acompanhar processos, mundos em criação, atentos aos deslocamentos que viabilizam a transformação da vida, não funcionando no já dado sistema fechado sujeito-objeto, pesquisador-pesquisado, como representação de uma realidade a um só golpe e definitivamente. Trata-se de um guiar-se em situações locais, com uma postura atencional ao presente.

Como nos indicam Barros, Passos e Eirado (2014), a atividade de pesquisa é ela mesma uma ação criadora de mundos e sujeitos e não serve como acesso à experiência a ser desvelada, já que o pesquisador encontra processos em curso quando inicia uma investigação, o que confere um caráter construtivista à atividade de pesquisa como atividade humana, expressando-se, assim, como constante reformulação e análise das aproximações a um determinado campo problemático, que nos coloca problemas. As tarefas predefinidas nos projetos de pesquisa que direcionam a entrada no campo disparam um debate de normas (CANGUILHEM, 2000) que caracteriza toda atividade investigativa, uma vez que os humanos não cessam de fazer escolhas. O pesquisador precisa lidar com um patrimônio constituído na história dos modos de fazer pesquisa, fazer escolhas por direções e, ao mesmo tempo, lidar com a emergência do singular. Temos, assim, normas encontradas, já dadas em um meio de pesquisa, normas antecedentes, mas também, e principalmente, infidelidades em função não só

de diferentes variabilidades que o viver nos impõe, como também pelo acaso, pela indeterminação, pela heterodeterminação (BARROS; SILVA, 2013).

Não se persegue, por conseguinte, a construção de estratégias que fazem decalque do que se quer tratar, nem o desvelamento da essência do que se investiga, sem preocupação com o seu caráter genético. Não se trata, tampouco, de assumir uma atitude demonstrativa, mas afirmar uma dimensão construtivista da produção de conhecimento, uma experimentação ancorada em uma realidade movente, com valores e normas forjadas na história, desconfiando-se sempre da fixidez da realidade. Eis, então, questões de pesquisa que tal tradição nos coloca: como pesquisar objetos de natureza processual como é o caso do trabalho humano? Como entender a pesquisa como uma atividade que não busca verificação de hipóteses ou que se limita a resolução de problemas? Como conhecer o próprio conhecer? (MATURANA; VARELA, 1995).

Essas questões indicam o *ethos* de uma pesquisa intervenção. Pesquisar é atividade entre as determinações protocolares prescritas e a atividade efetivamente realizada em situação concreta. O pesquisador renormatiza, opera em um vazio de normas que o convoca à criação, exerce sua inventividade em meio aos desafios que as situações concretas de trabalho colocam. Uma postura atencional às situações de trabalho implica a construção de normas que dee m conta desse vazio que se coloca entre as prescrições e os desafios e variabilidades do real. Pesquisa-intervenção como atos de todos os que participam e intervêm nas mudanças e "[...] nas derivas transformadoras que aí estão" (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2009, p. 106). São essas pistas que intentamos acompanhar a partir de um Fórum de Trabalhadores.

Na experimentação desse, no que esse dispositivo promove, vislumbra-se a construção de uma rede de trabalho coletivo com distintas inserções laborais; a definição do trabalhador da educação em meio à diversidade de categorias profissionais e aos vínculos de emprego em jogo no campo da educação; a elaboração de uma lei que

dispare problematizações a respeito do próprio trabalhar e auxilie no aquecimento e constituição das Comissões de saúde como superfície de debate e formação coletiva; o questionamento às concepções de saúde em função de situações e experiências do trabalho em educação; o desafio de construir políticas públicas diante da precarização dos vínculos e rotatividade de profissionais nas escolas; e, por fim, a força do Fórum como movimento coletivo mais que como forma de organização.

O fórum, por conseguinte, funciona como um modo de constituição do debate no mote que as Comissões provocam, evidenciando, assim, o plano do trabalho na educação. Porém, fundamentalmente, na face molecular do dispositivo, em sua disposição processual, aspira-se e se trabalha pelo acesso e construção de um plano coletivo. De outro modo, pode-se dizer que a pesquisa se desenvolve cartografando as potências e impasses dessa experimentação no campo da saúde do trabalhador e, assim, traça caminhos outros na luta por promoção de saúde nos locais de trabalho, de novos modos de viver-trabalhar, reinventando-se modos de ser educador e mundos do trabalho em educação.

O Fórum coloca em diálogo um coletivo de trabalhadores, apostando na força dos espaços dialógicos, ampliação de autonomia e poder de agir, de transformar a realidade para conhecer a rede municipal de educação de Serra-ES. O Fórum como dispositivo de pesquisa-intervenção não se subsume a estratégias investigativas que partem da separação entre sujeito e objeto de pesquisa. É, insistimos, aposta na dimensão criadora dos humanos.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, E. M. A.; BARROS, M. E. B.; OLIVEIRA, S. P. de (org.). **A (re)invenção da escola**: desafios contemporâneos para o trabalho do psicólogo. Vitória: Instituto de Ensino Saberes: Facitec, 2007.

BARROS, M. E. B.; HECKERT, A. L. C.; MARGOTTO, L. R. (org.). **Trabalho e saúde do professor**: cartografias no percurso. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BARROS, M. E. B.; ROSEMBERG, D.; RONCHI FILHO, J. (org.). **Trabalho docente e poder de agir**: clínica da atividade, devires e análises. Vitória: Edufes, 2011.

BARROS, M. E. B.; SILVA, F. H. O trabalho do cartógrafo do ponto de vista da atividade. **Fractal, Revista do Departamento de Psicologia UFF**, Niterói, v. 25, n. 2, p. 339-356, 2013.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CORAZZA, S. M. **Currículo na contemporaneidade**. Conferência Formação Continuada. Santa Catarina: Unifebe (Brusque) e FURB (Blumenau), 21-22 julho, 2008.

ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: artes Médicas, 1989.

ESCÓSSIA, L.; TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina. 2009. p. 109-130.

FOUCAULT, M. A governamentalidade. *In*: MACHADO, R. (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006a. p. 277-293.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2006b.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

FOUCAULT, M. O cuidado com a verdade. *In*: FOUCAULT, M. Ética, sexualidade, **política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. Ditos & Escritos, v. 5. p. 240-251.

GUATTARI. F. A transversalidade. *In*: GUATTARI, F. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 88-105.

LOURAU, R. Análise institucional e práticas de pesquisa. *In*: RODRIGUES, H. B. C. (org.). **René Lourau na UERJ**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993. p. 7-114.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas do entendimento humano. Campinas: Editorial Psy, 1995.

POZZANA, L. A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. **Fractal, Revista do Departamento de Psicologia UFF,** Niterói, n. 2, p. 323-338, 2013.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 23, n. 4, dez. 2003. P. 64-73.

RODRIGUES, H. B. C.; SOUZA, V. L. B. A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. *In*: KAMKHAGI, V. R.; SAIDON, O. (org.). **Análise institucional no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 27-46.

STENGERS, I. **Quem tem medo da ciência**? São Paulo: Siciliano, 1990.

A pesquisa em psicologia: construindo outros planos de análise[69]

Maria Elizabeth Barros de Barros
Nelson Alves Lucero

O presente texto procura traçar um quadro teórico do qual pretendemos derivar as questões para uma discussão sobre a produção de conhecimento no âmbito das práticas "psi", visando a levantar alguns aspectos para esse debate. Esse quadro é, na verdade, a explicitação do modo como entendemos estar colocada hoje a questão da pesquisa e os efeitos produzidos no plano político/subjetivo, dada a indissociabilidade desses planos. Oferecemos, como é inevitável, um certo ponto de vista sobre o problema do conhecimento, tentando esclarecer de

69 Originalmente publicado na **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 7-13, maio/ago. 2005.

que lugar teórico falamos e, com esse objetivo, trazemos algumas referências metodológicas que sustentam nossa contribuição.

É da perspectiva de quem transita pelo campo das práticas "psi", com a preocupação de construir outra matriz conceitual para pensar a questão da pesquisa, que vamos pautar o presente artigo. Visamos a construir práticas em ruptura com uma racionalidade pautada em uma lógica que persegue verdades inquestionáveis sobre uma realidade já dada. Esse processo se desenvolve na busca de linhas teóricas, no estudo de determinados autores, enfim, em um mergulho em algumas linhagens filosóficas, que estaremos indicando ao longo do texto, que tragam outras formas de pensar a questão.

Nosso ponto de vista e nossa fala são também, em certa medida, produzidos no diálogo com vários interlocutores que partilham de uma perspectiva ético-política acerca da produção do conhecimento. Essa perspectiva afirma a vida na sua potência de diferenciação, nas suas modulações, na sua polaridade, lutando contra as diferentes formas de captura colocadas em funcionamento por modelos padronizados de ser e de estar no mundo. Esses diálogos, portanto, estão pautados em uma perspectiva que sustenta a compreensão partilhada do sentido da transformação das formas sociais instituídas.

Para lograr nosso intento, apresentamos um breve quadro conceitual, no qual estarão questionadas as políticas de pesquisa e a questão do conhecimento arraigadas no campo da psicologia. Interrogamos a hegemonia de uma racionalidade e de uma política que despreza os humanos e a própria vida e perseguimos modos de pesquisar que afirmem uma forma criadora de fazer ciência. Estamos nos referindo a uma criação acadêmica e política eivada de uma suavidade e de uma sensibilidade que busca a construção de novas condições subjetivas em ruptura com os modos de ser hoje hegemônicos.

Cabe destacar que nossos trabalhos se situam em uma experiência de fronteira entre os domínios da psicologia e da política, convocando-nos, permanentemente, a problematizar esses limites que, a nosso ver, estão conectados, e não separados. Afirmamos essa interface

psicologia-política, pois, nas nossas práticas, lidamos com modos de produção de subjetividade que implicam, necessariamente, modos de experimentação e de construção de realidade. Esse processo autopoiético de criação de si e do mundo não se efetiva sem o risco constante de "experiência de crise", o que significa correr riscos, em um processo "[...] crítico-analítico das formas instituídas, o que nos compromete politicamente" (BENEVIDES DE BARROS; PASSOS; RAUTER, 2002, p. 7).

O quadro que se apresenta hoje no âmbito das políticas de pesquisa em diferentes campos do saber indica a tendência da subordinação gradativa das universidades a uma perspectiva ético-política, que se fundamenta em políticas educacionais, de pesquisa e de gestão universitária que objetiva cumprir metas produtivistas. Referimo-nos a um produtivismo que tem se tornado um instrumento de política educativa que afirma modelos cognitivos e culturais marcados por uma racionalidade individualizante e homogeneizadora, com consequente sentimento de solidão e esvaziamento dos espaços de discussão e produção coletivas. Os rumos atuais das produções no âmbito da universidade, conforme Rocha e Rocha, D. (2003, p. 26), "[...] trazem a produtividade, a competência, a autonomia, a competitividade como palavras de ordem no mercado de saberes, gerando isolamento, fragmentação e tédio no cotidiano das práticas acadêmicas".

Como nos diz também Arantes, Fonseca e Lobo (2003), vivemos hoje no âmbito da produção de conhecimento a hegemonia de uma racionalidade que deveria ter se limitado apenas a certos usos e a certos propósitos, sem a pretensão de se constituir como único modo legitimo e verdadeiro de leitura do mundo.

A racionalidade na qual estão apoiadas as ciências humanas, ao se desenvolverem a partir das ciências naturais, acabou por se ramificar em variadas epistemologias que têm em comum a crença em uma realidade exterior que se poderia acessar pelo uso correto da razão. O que está na base dessa abordagem é a aceitação tácita de que existe um sujeito transcendental, cuja racionalidade é como um reflexo de uma razão também transcendental/totalizante.

Entretanto, esse quadro não deve produzir em nós sentimentos de perplexidade, pessimismo, apatia e/ou sensação de saturação, mas desejo de criar outros modos de trabalhar, produzindo bifurcações no fluxo de pensamento hegemônico no âmbito das práticas em curso. Ao invés de acuo, tais processos precisam produzir desejo de criação, acionando outros modos de ser pesquisador na psicologia, outras formas militantes nas universidades públicas brasileiras.

Conforme nos indica Foucault (2000), a liberdade é o infindável questionar da experiência constituída, é contestar e mudar aquelas práticas que nos constituem. Esse exercício de liberdade, que não é libertação, nem se limita à tomada de consciência, tampouco é algo que cada pessoa possui individualmente, expressa-se nessa problematização das experiências.

Propomos novas perguntas sobre a produção de conhecimento que possam reorientar as práticas de pesquisa no campo da psicologia, pois toda concepção de produção de conhecimento/pesquisa envolve sempre uma certa política, não possui apenas um sentido metodológico e/ou pedagógico. A política que tem sustentado as práticas hoje hegemônicas no mundo acadêmico baseia-se no pressuposto de que pesquisar é representar uma realidade já dada e governada por leis e princípios invariantes.

Que modos de subjetivação tais práticas de pesquisas produzem? Que outras implementar de forma a afirmar práticas de pesquisa que recusem os discursos iluministas que, baseados numa racionalidade como cálculo do indivíduo, é repetição do comum individualizado e colonizado que bloqueia os processos constituintes e normaliza movimentos? (NEGRI; HARDT, 2001).

A ANALÍTICA DA VERDADE E A ONTOLOGIA DO PRESENTE COMO DIMENSÕES DA MODERNIDADE

Foucault (2000) tece uma concepção complexa e original da modernidade que pode nos ajudar na tarefa de redimensionar as questões

trazidas pela ciência moderna. A complexidade, como traço da modernidade, impede sua redução a qualquer traço simples que a caracterize, resistindo, assim, a qualquer simplificação ou identidade. Para Foucault (2000, p. 341-342),

> [...] podemos encarar a modernidade mais como uma atitude do que como um período da história. Por atitude, quero dizer um modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária que é feita por alguns; enfim, uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa. Um pouco, sem dúvida, como aquilo que os gregos chamavam de êthos. Consequentemente, mais do que querer distinguir o 'período moderno', creio que seria melhor procurar entender como a atitude de modernidade, desde que se formou, pôs-se em luta com as atitudes da 'contra modernidade'.

Destaca que a modernidade apresenta-se como região de instabilidade, de onde ocorre a bifurcação de duas linhas seguidas pela filosofia. Em uma delas, encontramos o predomínio de uma teoria do conhecimento — a analítica da verdade — e, na outra, uma tendência a tornar a filosofia um pensamento sobre o tempo — a ontologia do presente.

Nesse contexto, a ciência moderna configurou-se em um projeto epistemológico, a partir do qual efetuou seu desenvolvimento, predominantemente, em uma das vertentes que constitui a modernidade, que é a analítica da verdade. Essa vertente tem como eixo a questão das condições, nas quais um conhecimento verdadeiro, entendido como sinônimo de conhecimento científico, é possível. Visa a distinguir verdade e erro a partir do emprego dos procedimentos e do método das ciências naturais e exatas.

Nessa direção de análise, o conhecimento busca articular em uma teoria os fenômenos observados e conhecer suas relações, tendo

como referência as leis científicas. Os fenômenos estão sujeitos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta precisa é o objetivo mais importante. Persegue as condições invariantes do objeto pesquisado, o que esse objeto tem da ordem da necessidade e da repetição. Tais formas de pesquisar eliminam a invenção como possibilidade, uma vez que se toma como dada uma realidade à qual teríamos acesso de modo pouco nítido ou distorcido. Pelo uso da razão, seria possível aguçar as lentes para a captação do mundo, ver por detrás das aparências ou, ainda, os avessos que não se revelam ao primeiro olhar. Enfim, a razão científica filtraria ou espelharia corretamente o que é, na verdade, o mundo. Assim, o pesquisador teria acesso às verdades do mundo, veria a realidade qual ela é ou, na pior das hipóteses, quase perfeitamente (VEIGA NETO, 2002). A realidade estaria em algum lugar a nos desafiar.

A outra dimensão da modernidade destacada por Foucault é a ontologia do presente em que o problema fundamental é o tempo, entendido como intempestivo, tempo por vir, futuro "inantecipavel", e não tempo cronológico linear. O projeto da ontologia do presente é fazer uma crítica de todas as categorias invariantes. Seu problema de pesquisa principal é, exatamente, a invenção de problemas. Como nos diz Foucault (2000, p. 351),

> É preciso considerar a ontologia crítica de nós mesmos não certamente como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de saber que se acumula; é preciso concebê-la como uma atitude, um êthos, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem.

Nessa direção filosófica, a ciência deve abrir-se à experiência, para além dos quadros de referência da experimentação científica. Conforme Foucault (2000, p. 347-348), a crítica

> [...] vai se exercer não mais na pesquisa das estruturas formais que têm valor universal, mas como pesquisa histórica através dos acontecimentos que nos levaram a nos constituir e a nos reconhecer como sujeitos do que fazemos, pensamos, dizemos. Nesse sentido, essa crítica não é transcendental e não tem por finalidade tornar possível uma metafisica: ela é genealógica em sua finalidade e arqueológica em seu método.

Uma crítica arqueológica no seu método implica não procurar depreender as estruturas universais de qualquer conhecimento ou de qualquer ação moral, mas tratar como acontecimentos históricos os discursos que articulam o que somos, fazemos ou pensamos. Ela será genealógica, na medida em que deduzirá da "[...] contingência que nos fez ser o que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos" (FOUCAULT, 2000, p. 348).

O principal obstáculo a se transpor é, portanto, o cientificismo que se limita a encontrar soluções para os problemas dados desde sempre, pois enunciar um problema não é somente descobri-lo, já que a descoberta relaciona-se com o que já existe atual ou virtualmente. O que se impõe no projeto da ontologia do presente é transpor os limites da ciência moderna que exclui o tempo inventivo do seu domínio de investigação.

Em uma via contrária à afirmada pela analítica da verdade, recusa-se a redução do conhecimento à representação, na medida em que considera que conhecer não é reconhecer ou representar. O conhecimento inventivo coloca questões ao que está instituído, em um processo de desnaturalização da realidade a ser pesquisada, não é recognição.

Portanto, colocar a invenção como eixo fundamental das práticas de pesquisa não significa perseguir a busca da verdade. A invenção é um modo de colocar o problema do conhecimento, o que significa conceber a inventividade que permeia todos os processos cognitivos,

promovendo um giro na colocação do problema e, mesmo, uma outra política do conhecimento (KASTRUP, 2003).

Dessa forma, podemos definir invenção como potência de diferir de si mesma, e não marcada por leis e princípios invariantes. A invenção não é um processo particular, responsável pela criação de respostas novas. Não é, também, obra de um sujeito psicológico como centro gerador da invenção. É importante destacar, ainda, que a invenção não está relacionada à ideia de criatividade como habilidade a serviço da solução de problemas e, assim, da inteligência, que produziria uma outra direção às soluções habituais.

O sujeito e o mundo são produtos da invenção, o que nos leva a afirmar que não há um sujeito, nem um mundo já dados para os quais nos dirigimos ao pesquisar. O que estamos dizendo é que o importante é pensar a potência autopoiética[70] do processo de conhecimento, potência de coengendramento recíproco e indissociável de si e do mundo.

Alinhando-nos a esse pensamento, podemos considerar que pesquisar significa começar sempre pelo meio,[71] o que significa começar pelo processo que constrói a realidade, pela ação de conhecer, e não pelos inventos, pelas extremidades. Pesquisar, nesse sentido, é partir do princípio de que as formas visíveis existentes na realidade

---

70 Para os biólogos Humberto Maturana e Francisco Varela, o vivo se define como um "sistema autopoiético", o que significa definir os viventes como sistemas que têm como atributo principal a produção de si mesmos, e não como sistemas autorreguladores com tendência ao equilíbrio.

71 A ideia de que pesquisar implica "começar sempre pelo meio" está relacionada com a perspectiva de Foucault (1974, p. 18), segundo a qual o conhecimento precisa estar articulado com o nível político-social que o produz e, assim, o que importa na produção de conhecimento são as relações e não os temos, pois os objetos não são naturais. "O conhecimento é, cada vez, o resultado histórico e pontual de condições que não são da ordem do conhecimento. O conhecimento é um efeito ou um acontecimento que pode ser colocado sob o signo do conhecer".

resultam da intervenção de vetores heterogêneos — como os tecnológicos, econômicos, políticos etc. — que podem ser desfeitas. A realidade é movente e, portanto, o princípio metodológico que vai orientar o processo investigativo deve detectar forças tendenciais, direções e movimentos que escapem ao plano das formas constituídas. Os movimentos coexistem com as formas, que são pontos de desaceleração relativa. Portanto, as formas não podem ser consideradas fora do plano de sua constituição.

Seguindo Varela (1995), diríamos que o conhecimento é ação autopoiética, e não representação de um mundo já dado, e, portanto, conduz a resultados que não podemos prever de antemão, pois não há fundamentos, nem sujeitos, nem mundo, que possam ser tomados como ponto de partida da prática de pesquisa.

O mundo não é algo que nos é "dado", "[...] mas é alguma coisa em que temos parte graças ao modo como nos movemos, tocamos, respiramos e comemos. É o que chamo como cognição, como enação, partindo das conotações semânticas do termo 'enação' que sugerem o fazer emergir mediante a manipulação concreta" (VARELA, 1995, p. 18).

Eis porque Varela (1995) impugna o modelo ambientalista que busca explicar o conhecimento como representação do mundo dado, de formas acabadas e ação como adaptação a esse mundo. Opta por um modelo construtivista que rejeita a concepção tradicional de sujeito cognitivo em termos racionalistas ou do conhecimento como mera representação. Para o autor, "O conhecimento não se pode explicar como um espelho da natureza, mas sim como a coimplicação do cognoscente e do conhecido; o aspecto principal do conhecimento é o da indecidibilidade entre realidade como construção e como representação de um mundo dado" (MORÃO *apud* VARELA, 1995, p. 8).

Kastrup (2003) considera que esse quadro pode parecer desanimador, quando queremos pensar em estratégias para propor a invenção de novos mundos. No entanto, segundo a autora, ao contrário de uma postura niilista ou relativista presente na fórmula: "Tudo se

equivale, pois tudo não passa de invenção", tal perspectiva nos oferece vias importantes para a tarefa de construção de novos modos de existência. Queremos destacar que existe uma aproximação entre os esforços no sentido de acionar os processos de invenção/criação e a luta política, já que, nos dois casos, trata-se de uma tensão entre formas instituídas e forças de transformação. A construção de estratégias de resistência, em um mundo marcado pelo incremento de práticas e dispositivos de discriminação e violência, talvez, nunca antes experimentados, depende da nossa capacidade de nos abrir à invenção. Invenção que não é um processo cognitivo especial, mas um modo de colocação do problema do conhecimento.

O que está em causa na postura que estamos adotando é o combate tanto da noção de mundo dado, quanto a de um sujeito transcendental. Trata-se de uma posição política que, ao desnaturalizar o mundo e o sujeito, aposta na transformação do que está instituído. A partir da discussão sobre ética e política da invenção, que encontramos em Deleuze e Guattari (1997) e Varela (1995), podemos vislumbrar caminhos para operar uma torção no projeto epistemológico da analítica da verdade.

ÉTICA E PESQUISA

Deleuze e Guattari (1997), ao abordarem a temática do sujeito e do objeto, do si e do mundo, a partir do ponto de vista da produção, destacam que o si e o mundo não são entidades preexistentes, mas produzidas por diferentes vetores tecnológicos, políticos, econômicos etc. Colocam em questão a noção de sujeito que, tradicionalmente, está articulada a posições individualistas e familiaristas.

Trata-se de uma concepção de subjetividade, segundo a qual "[...] não somos apenas um corpo que funciona isoladamente, uma individualidade igual a sim mesma – em suma, uma identidade onde nos reconhecemos – mas para além desta individualidade somos também um permanente devir-outro, em que mudam contornos do campo

em que nos reconhecemos" (ROLNIK, 1992, p. 162-163). Recusam as posições hegemônicas que tematizam a questão do sujeito e combatem a noção de mundo dado e de sujeito em si, o que se constitui em importante contribuição política.

Resistir às abordagens subjetivistas e ambientalistas implica, em um sentido negativo, não aderir a elas, recusar o que se apresenta como natural e, portanto, inquestionável. Mas é preciso resistir também no sentido positivo, que significa criação de uma outra atitude, de uma outra maneira de viver, criação de novos mundos que serão forjados por meio de estratégias concretas de ação. Como nos diz Kastrup (2003, p. 4), "[...] a resistência, então, afirmativa, é vontade de outra coisa, bifurcação em relação às formas atuais do mundo e das subjetividades".

Nesse sentido, resistir inclui a experiência de problematização do que está instituído, o que significa, no mesmo movimento, invenção de si e do mundo. É exatamente quando porta essa abertura para a diferença, essa potência de problematização, uma espécie de rachadura no que está instituído, que pesquisar é resistência, tanto no sentido negativo, já que implica estranhamento, tensão em relação ao conhecimento anterior, quanto no sentido positivo, já que cria outras formas de existir e outros mundos.

É a partir desse quadro teórico-metodológico que colocamos a questão da ética como uma disposição para acolher a diferença e responder ao que surge como problema, ou seja, como ruptura dos hábitos cristalizados, e não como forma reconhecida. Referimo-nos a um plano no qual as inquietantes reverberações das diferenças podem nos levar a ações que viabilizem a encarnação de um novo modo de existência. É um vetor que também guia nossas escolhas, mas a seleção se efetiva a partir do que favorece ou não a vida e seu critério é a afirmação da sua potência criadora. Nessa direção ética, não equivale à discussão dos códigos morais, valores e regras de ação vigentes na sociedade em que estamos vivendo e guia nossas ações (ROLNIK,

1992) e que, às vezes, impõem-se de forma tirânica. Aí está o tom político e não psicologizado da ação ética que estamos utilizando.

Encontramos também em Varela (1995) uma importante contribuição para essa discussão, no seu conceito de competência ética. Segundo o autor, a ação ética é uma ação inscrita corporalmente, a partir de práticas cognitivas. A conduta ética exige um processo de aprendizagem inventivo, pois não significa solução de problemas, nem adaptação a um mundo preexistente. Em sua formulação, ação ética é engajamento em uma situação concreta, contextualizada, e não adoção de um ponto de vista objetivo, imparcial, abstrato assumido a partir de princípios morais universais.[72] A ética aparece como disposição para responder ao que surge como problema. Ela implica a disponibilidade para uma ação imediata, não tem como referência um eu centralizado, nem está baseada no atendimento a regras ou códigos morais. Nas palavras de Varela (1995, p. 15):

> Porque haveria de se confundir o comportamento ético com o juízo moral? [...]. Consideremos o que pode acontecer, ao passearmos numa rua citadina num dia qualquer. Se, ao caminhar tranquilamente pela rua, ouvimos o ruído de um acidente, a reação imediata será´ ver se podemos prestar ajuda [...]. Ações como esta não derivam de juízos ou de raciocínios, mas de um confronto

72 Kastrup (2003, p. 5) destaca que essa formulação de Varela "É bastante distinta da posição sustentada, por exemplo, por autores como Piaget. Piaget considera que o desenvolvimento moral ocorre de forma paralela ao desenvolvimento cognitivo. Este consiste em estágios sucessivos e sequenciais, cuja hierarquia é caracterizada pela passagem de uma posição egocêntrica, que atesta a incapacidade de colocar-se no ponto de vista do outro, para uma posição de descentramento, onde as condições para o conhecimento objetivo são então alcançadas [...]. No domínio moral, não é a ação moral, e, sim, o julgamento moral, que se encontra no topo da hierarquia. Este é fundado numa competência intelectual, e a questão é a construção de um ponto de vista objetivo e imparcial para o julgamento moral".

> imediato com os acontecimentos que nos sobrevêm. Podemos apenas dizer que realizamos estas ações porque a própria situação as faz emergir do nosso íntimo. Não obstante, elas são verdadeiras e genuínas ações éticas, representam efetivamente o tipo mais comum de comportamento ético que manifestamos na nossa vida normal quotidiana.

As relações sociais, as relações com o outro implicam, na expressão de Kastrup (2003, p. 4), a "[...] transversalidade da diferença", que vai se efetivar como comunicação em um plano de virtualidade que atravessa diferentes formas de subjetivação e, portanto, diferentes modos de subjetividade. Assim, a aprendizagem da competência ética se viabiliza no nível da invenção de problemas, onde se dá uma experiência "afectiva" no curso do processo de conhecimento, ocorrendo a "transversalização de subjetividades e mundos constituídos".

Para alimentar esse debate, diríamos que, no âmbito das pesquisas em psicologia, assumir essa competência ética implica, portanto, a manutenção da capacidade de ser afetado pela diferença[73] e de colocar em questão o saber acumulado pelos estudos anteriores. O que importa não é investigar uma suposta metafisica da realidade, mas o sentido que damos ao mundo ao produzi-lo, uma vez que não há uma perspectiva privilegiada a partir da qual possamos ver e entender melhor a realidade. O objetivo é problematizar as certezas, as declarações de princípio, o que não significa propor um mundo sem princípios, na medida em que não há vida sem normas e valores. O que se persegue é o questionamento do que pensamos e do que fazemos.

Decorre, do que estamos dizendo, que não é possível pesquisar adotando uma postura de distanciamento e assepsia metodológica com relação ao campo pesquisado. É preciso nos colocar em cenários

---

73 O sentido de diferença aqui utilizado refere-se à abertura para outras formas possíveis de ser e estar no mundo. Não estamos falando, portanto, de diferenças identitárias.

de múltiplos propósitos e múltiplas razões que devem inquietar-nos, produzindo análises que façam rachaduras no que está instituído.

Como desdobramento dessa direção ética, que recusa a existência de verdades universais sobre o mundo em que vivemos, deslegitimam-se as práticas de dominação, discriminação e exploração nos seus diferentes âmbitos e considera-se a diversidade de mundos, o que não significa ter uma posição de simples tolerância. Como nos indica Kastrup (2003, p. 3),

> O que está em causa é, sem dúvida, uma posição micropolítica, onde as minorias são entendidas como devires, consideradas em seus modos de vida singulares, e não inferiores ou mesmo patológicas (ou como tendo características naturais imutáveis). A perspectiva subjetivista é então recusada em favor da produção de subjetividade. Subjetividade irremediavelmente coletiva, comportando vetores heterogêneos – políticos, sociais, econômicos, tecnológicos, etc.

Ao assumir essa postura, estamos adotando uma perspectiva que recusa esse jogo de reprodução de modelos instaurado pela arquitetura epistemológica de uma racionalidade científica que visa a nos tornar submissos de seus ditames temáticos e metodológicos. Significa recusar um pensamento impregnado de "parâmetros" que enquadram tudo e todos, o falso e o verdadeiro e toma todos os fenômenos como sujeitos a leis naturais e invariáveis, cuja descoberta precisa é o objetivo dos esforços do pesquisador.

Nossa proposta é a construção de práticas de pesquisa que possam contribuir para criar saídas para os impasses vividos hoje no campo da psicologia, escapando das grades totalizantes e homogeneadoras e a elas resistindo, buscando possibilidades de singularização.

Assumir essa direção ético-política nas pesquisas em psicologia implica abandonar a ambição de generalização da ciência moderna, que neutraliza aspectos singulares das nossas experiências. Partindo

da indissociabilidade da produção social e subjetiva, estamos afirmando um modo de fazer pesquisa que produz uma forma subjetiva que não se fecha à invenção e viabiliza uma possibilidade de viver e experimentar o inusitado e o imprevisto. Seguindo Foucault (2000), diríamos que é preciso fazer pesquisa neutralizando a ideia de que ciência implica vencer as limitações das condições particulares da existência do sujeito, em que o pesquisador tem sua relação com a verdade perturbada ou obscurecida, e instalar-se na neutralidade objetiva do universal. Ao contrário, uma política do conhecimento pautada na invenção tende a uma competência ética (KASTRUP, 2003) que implica em um ponto de vista "pluricêntrico", que afirma não um mundo preexistente, mas um mundo comum e heterogêneo.

REFERÊNCIAS

ARANTES, E. M.; FONSECA, T. M.; LOBO, L. F. **Pensar:** a que será que se destina? Diferentes tempos de uma reflexão sobre a morte anunciada do educador. Palestra apresentada no evento A universidade e as práticas de pesquisa. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2003.

BENEVIDES DE BARROS, R.; PASSOS, E.; RAUTER, C. Direitos humanos no Brasil e o Grupo Tortura Nunca Mais. *In*: BENEVIDES DE BARROS, R.; PASSOS, E.; RAUTER, C. (org.). **Clínica e política**: subjetividade e violação dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Te Corá, 2002. p. 15-24.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1997.

FOUCAULT, M. O que são as luzes? *In*: FOUCAULT, M. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamentos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 333-351.

FOUCAULT, M. **As verdades e as formas jurídicas**. Rio de janeiro: Puc, 1974.

KASTRUP, V. Competência ética e estratégias de resistência. *In:* SIMPÓSIO ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E CRIAÇÃO. ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO – A INVENÇÃO DO PRESENTE, 12., 2003, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: [*s. n.*], out. 2003.

LINHARES, C. Introdução: educação e professores em tempo de armar amar. *In*: LINHARES, C. (org.). **Os professores e a invenção da escola**: Brasil e Espanha. São Paulo: Cortez, 2001. p. 9-16.

NEGRI, A.; HARDT, M. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ROCHA, M. L.; ROCHA, D. Produção de conhecimento, práticas mercantilistas e novos modos de subjetivação. *In:* A UNIVERSIDADE E AS PRÁTICAS DE PESQUISA, 2003, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: na Universidade Federal do Espírito Santo, 2003.

ROLNIK, S. Cidadania e alteridade: o psicólogo, o homem da ética e a reinvenção da democracia. *In:* ENCONTRO REGIONAL DE PSICOLOGIA SOCIAL DA ABRAPSO, 4., 1992, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, Abrapso, 1992.

VARELA, F. **Sobre a competência ética**. Lisboa: Edições 70, 1995.

VEIGA NETO. A. Paradigmas? Cuidado com eles! *In:* COSTA, M. V. **Caminhos investigativos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 35-48.

Uma experiência em educação: apostando no caráter enativo de metodologias de pesquisa[74]

Maria Elizabeth Barros de Barros

Nos últimos anos, o adoecimento de professores e professoras e a violência sofrida nas escolas por esses trabalhadores e trabalhadoras têm sido tema recorrente nos mais diversos setores da população brasileira. As mídias destacam a situação dos educadores/as em meio às mazelas do ensino público no país.

Este texto se construiu, então, diante dos desafios colocados por essa temática, considerando sua importância indiscutível para o campo

74 Originalmente publicado na **Revista Fronteiras em Psicologia**, v. 2 n. 1, p. 120-136, jan./jun. 2019.

da educação hoje. Foi escrito, composto, a partir de uma experiência vivida no município da Serra na Região da Grande Vitória no Espírito Santo. Muitas histórias o atravessam e o compõem em um movimento incessante de encontros, desafios, confrontos, debates de interesses que, necessariamente, constituem a construção de uma política pública. Nossa aposta nas pesquisas que realizamos visa a construir, junto com esses agentes, uma política de educação no referido município para o enfrentamento dessas adversidades. As histórias dessa construção são emaranhados de linhas que tecem redes, desenham mapas.

Podemos entrar nessas histórias por várias vias. Aqui, optamos partir dos recorrentes enunciados da Secretaria de Educação da cidade de Serra-ES, registrados no diário de campo da pesquisa (2014).

> O índice de absenteísmo entre professores tem aumentado assustadoramente no município da Serra [...].
> Os professores chegam às escolas saudáveis, de repente a gente vai sentindo que vão ficando debilitados, até chegarem ao ponto crítico de pedir licença.
> Coloca aí. Coloca aí na sua pesquisa que a doença começa na sala dos professores. Há muitas fofocas.
> A Sedu pauta o aumento dos gastos com professores substitutos devido ao índice de licenças médicas. O interesse em abrir uma agenda de reuniões com a Universidade visa minimizar esse quadro. Diretores de escola reivindicam que 'algo seja feito com os professores diante dos inúmeros atestados médicos apresentados'. Querem soluções para acabar com o problema do absenteísmo [...], mas a saúde como problemática ainda tende ao silêncio nos debates da rede municipal de ensino.
> A ausência da sistematização dos registros referentes ao adoecimento dos trabalhadores é um fato [...] conseguem nexos com o local de trabalho apenas alguns poucos casos de doença. É importante fazer um serviço integrado com outros setores e Secretarias para visar à prevenção (TÉCNICO DA PREFEITURA DA SERRA, 2014).

Esse fragmento compõe o diário de campo da pesquisa intitulada Programa de Formação e Investigação em Saúde e Trabalho (Pfist) realizada por um Grupo de Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo — Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividade e Políticas (Nepesp) — e expressam preocupação com o que acontece nas escolas dessa rede municipal de ensino. Tais enunciados abrem um campo problemático constituído por uma dimensão político-institucional que conduziu o referido processo investigativo: transformar a realidade para conhecê-la. Foi por essa via que fizemos nossas escolhas e fomos construindo um caminho — um método — que partiu de uma encomenda endereçada à universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) por trabalhadores e trabalhadoras da educação do município em tela.

A partir desse endereçamento, os/as pesquisadores/as do Nepesp lançaram-se à construção de ferramentas metodológicas para o manejo de uma micropolítica da gestão dos processos de trabalho nas escolas, a partir da implantação de Comissões de Saúde do Trabalhador no município de Serra-ES. Tais comissões se constituem como uma estratégia da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast), que é um dispositivo da Política de Saúde do Trabalhador do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Renast é uma rede desenvolvida de forma articulada entre o Ministério da Saúde, as Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Tem como estratégia a atenção integral à saúde dos trabalhadores. Seu propósito é articular ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde dos trabalhadores, independentemente do vínculo empregatício e tipo de inserção no mercado de trabalho, de forma regionalizada e hierarquizada. Está pautada no que é preconizado no Art. 200 da Constituição Federal, segundo o qual compete ao SUS, além de outras atribuições, "[...] executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador e colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho".

A Comissão Local de Saúde do Trabalhador (CLST) é uma área do SUS que, conforme o texto legal, tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a torná-lo promoção de saúde para o trabalhador/a. Sua atuação é definida nas Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, no Brasil. As CLSTs têm seu funcionamento norteado principalmente pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUS (NOB/RH/SUS), fazendo uso das NRs, quando a primeira for omissa ou vaga. Essas comissões devem se constituir por unidade de trabalho e funcionar de acordo com dispositivos legais a serem definidos nos territórios onde irão se efetivar.

Pautada nessas diretrizes constitucionais do SUS, decidimos realizar uma pesquisa-intervenção, perspectivando instituir tais comissões por escola na rede municipal de ensino da Serra-ES que, nesta pesquisa, nomeamos Comissões de Saúde do Trabalhador da Educação (Cosates). Em nosso entendimento, não basta a disposição legal sobre essas comissões para que uma efetiva intervenção possa ser operada nas escolas. Era preciso definir a direção ético-político-metodológica, a partir das quais as CLSTs iriam se constituir. Foi assim que decidimos trabalhar com o conceito de Comunidades Ampliadas de Pesquisa (CAPs), como foi nomeada por pesquisadores brasileiros (2003), a partir da proposta metodológica formulada por Ivar Oddone e colaboradores (1981), que denominaram essa metodologia de Comunidades Científicas Alargadas (CCAs).

Com esse objetivo, foi deslanchado um processo de formação dos trabalhadores e trabalhadoras para o exercício dessa análise. As comunidades se desenvolveram nas escolas, de forma a pôr em sinergia os saberes da experiência dos educadores/as com os saberes acadêmicos disciplinares para pensar as questões de saúde. No Brasil, como já indicado, essa estratégia foi nomeada Comunidade Ampliada de Pesquisa, objetivando afirmar que não se trata de transformar trabalhadores em cientistas profissionais, e o processo de produção de conhecimento não se pautaria em uma perspectiva cientificista

(BRITO *et al.*, 2003; BOTECHIA; ATHAYDE, 2008; MUNIZ *et al.*, 2013). Prioriza-se a análise da organização do trabalho e, então, a problematização dos efeitos na saúde dos trabalhadores/as, a partir do modo como a escola se organiza.

Os processos de trabalho são, dessa forma, considerados a partir da potência de agir dos trabalhadores/as, têm uma dimensão ontológica, histórica e impessoal. As CAPs seriam uma estratégia para o exercício coletivo de análise da atividade docente, para o incremento do debate sobre a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras e para a articulação de um fórum intersetorial[75] como dispositivo de análise.

Segundo Barros, Brito e Muniz (2019), é preciso destacar que tal direção de análise entende que há uma relação estreita entre os modelos de gerenciamento das escolas e os modos de gestão experimentados no cotidiano dos espaços laborais, com impacto na saúde dos/as professores/as. Os autores destacam uma distinção entre o que se chama gerenciamento, como função dos secretários, diretores e chefias, e a gestão realizada pelos trabalhadores/as, independentemente de funções burocráticas, mas que se faz atuante no cotidiano, nas relações impressas pelos/as trabalhadores/as que fazem gestão das variabilidades constitutivas dos processos de trabalho. Gestão, portanto, conectada à ação e à tensão em jogo durante o desenvolvimento da atividade.

Partimos, assim, de um pressuposto ético: os mundos do trabalho no campo da educação estão imersos em um jogo inconcluso de desmanchamento e criação de práticas. Essa visada ético-político-metodológica invoca uma postura de produção de conhecimento que considera a pesquisa como uma produção que se processualiza em meio aos acontecimentos do campo empírico em que a investigação se efetiva. Tal caminho afirma a dimensão interventiva e criadora de uma pesquisa, indagando os modelos pautados na representação,

75 Sobre essa dimensão intersetorial, a partir de um fórum para análise dos processos do trabalho nas escolas, falaremos em outro momento do texto.

fazendo colapsar determinados modos historicamente instituídos que criam impedimentos aos processos de singularização, que indagam os modelos enrijecidos de pesquisar. Interessa-nos a feitura das práticas educativas moventes, que apontam na direção da invenção do viver, do próprio pensamento, portanto, conjugado às mudanças concretas do cotidiano da educação pública.

Nesse sentido, Lazzarotto *et al.* (2012, p. 99) nos indicam algumas pistas importantes:

> Para experimentar vista-se de não senso. Abandone a cronologia e habite o tempo que flui no movimento de pensar. Opte por seguir pelas passagens de novos sentidos e faça do absurdo a matéria do pensamento. Crie palavras para acolher os afetos que se produzem neste percurso. Deixe o método, a explicação e a interpretação desamparados.

Abandonar a cronologia, habitar um tempo do pensamento e desamparar metodologias que buscam aprisionar o movimento do pensamento foram nossa escolha. Tal *ethos* nos conduziu à construção de instrumentos, ferramentas e procedimentos de acordo com o que o campo ia solicitando. Ao tomar o trabalho em educação como atividade, lançamo-nos a uma aposta metodológica segundo a qual a pesquisa e a intervenção não se separam. Retomamos à máxima socioanalítica: não conhecer para transformar, mas transformar para conhecer a realidade. Investigar a experiência em sua potência ontogenética de criação e modificação da realidade implica desafiar o pensamento a superar o modelo da representação e apostar no caráter enativo da produção de conhecimento.

O conceito de enação, proposto por Francisco Varela (1989), designa as dimensões de autonomia e de interdependência entre o agir e o perceber, o que nos conduziu à proposta de uma "estratégia enativa" (EIRADO; PASSOS, 2009), de acordo com a qual conhecer não é representar a realidade de dado objeto, mas se lançar em uma

experiência de criação de si e do mundo. Varela (1990, p. 72-73) nos indica a incompletude de uma atividade cognitiva que pretende revelar uma imagem que represente adequadamente um mundo exterior predeterminado ou que pretenda resolver

> [...] problemas bem definidos que implicam um mundo bem elaborado [...]. A faculdade mais importante de qualquer cognição viva é precisamente, em larga medida, colocar as questões pertinentes que surgem a cada momento da nossa vida. Estas não são predefinidas mas en-agidas, nós fazemo-la emergir sobre um pano de fundo, sendo os critérios de pertinência ditados pelo nosso senso comum, sempre de maneira contextual.

Nesse sentido, conhecer a experiência do trabalho dos educadores de Serra-ES implicou fazer do "trabalho" de pesquisa uma escuta enativa da experiência do trabalho em educação, na qual há uma circularidade que nos permite pensar a dimensão criadora da pesquisa da atividade do trabalho docente. Investigar a atividade de trabalho dos educadores não significa buscar uma experiência oculta que o trabalhador detém, muito menos pensá-la como aquela que se realiza no desvelamento de um crime. Não visamos explicitar algo no trabalhador. Não entendemos trabalhador e escolas como realidades predefinidas a serem conhecidas ou desveladas. Ao contrário, a diretriz da pesquisa do Nepesp implicou afirmar que a experiência do investigar é ela mesma uma ação criadora da realidade, não servindo apenas como mediação ou acesso à experiência a ser desvelada.

Com o objetivo de instituir Cosates nas escolas, consideramos que a análise do trabalho tem uma dimensão enativa, uma vez que a investigação oportuniza a criação da atividade por ela estudada. No diálogo entre a atividade de pesquisar e aquela a ser pesquisada, surge uma realidade que o conhecimento acolhe em sua especificidade. Assim, afirmar o "círculo criativo" (VARELA, 1994) da atividade de investigação não é recusar a recalcitrância do fenômeno estudado,

embora tal recalcitrância não indique um domínio da realidade *a priori* a ser desvelado ou explicitado. Do diálogo brota o sentido que não deve ser entendido como uma criação voluntária ou espontânea da atividade de pesquisar, outrossim há uma performatividade da experiência que constitui um mundo comum ao pesquisador e ao pesquisado (EIRADO; PASSOS, 2009). É esse plano comum contínuo, que articula as experiências daquele que investiga e daquele que é investigado, que privilegiamos.

Trilhando esse caminho, o método foi o resultado de uma construção conjunta com aqueles que fizeram a demanda de uma transformação no que era vivido nas escolas, uma intervenção na nocividade da organização do trabalho. Tal direção metodológica se efetivaria na medida em que todos os participantes se engajassem nas atividades de análise da situação vivida na rede de ensino do município de forma que se libertassem o mais possível de seus modos habituais de pensar e de falar de suas práticas. Aos pesquisadores da Ufes coube oportunizar a criação de situações para que esse movimento se efetivasse e os participantes pudessem se liberar das formas de pensar usuais e, então, agir e pensar diferente, afirmando diferença.

Esse construtivismo não visa a regularidades a partir de hipóteses e variáveis controladas, mas às possibilidades de divergir, aos movimentos de inventividade do viver em um constante processo de diferenciação que se atualiza nas situações concretas de trabalho. Para isso, foi necessário nos colocarmos no campo de outro modo e produzir os dados, pois, insistimos, não consideramos a existência de um mundo do trabalho que estaria aí pronto a ser descoberto (CLOT, 2008; BARROS; LOUZADA, 2009). Se assim entendemos, não se trata de coletar dados, mas, sim, de realizar uma colheita de dados, de forma a enfatizar o aspecto de cultivo nas relações de interdependência entre aqueles que pesquisam e aqueles que são pesquisados, favorecendo a construção de um plano comum da experiência do trabalho docente. Desse modo, o trabalhador ou o saber da experiência por ele operado é imprescindível na análise da atividade,

que se coloca em interlocução com o saber acadêmico, formalizado (SCHWARTZ, 2003).

Esse processo se efetiva a partir dos princípios éticos propostos por Ivar Oddone e seu grupo de pesquisadores (ODDONE, RE; BRIANTE, 1981; CLOT, 2008), ou seja, uma forma de coanálise do trabalho praticada no ambiente habitual. A coanálise permite acessar processos de singularização, que indicam outros possíveis. A ação coletiva dos profissionais nas Cosates viabilizaria o transformar para conhecer, e não somente conhecer para transformar, uma vez que se visa a transformar e conhecer os vetores dessa atividade de forma a criar estratégias para a construção de metodologias de análise do trabalho de caráter enativo. Isso implica afirmar que não perspectivamos retratar a pura realidade das escolas ou do trabalho dos educadores.

Essa metodologia se realizou propiciando o diálogo direto entre os diferentes participantes da análise, mas também o reposicionamento subjetivo dos participantes. Para atingir esse objetivo, foi construído um importante dispositivo: o fórum Cosate, sobre o qual falaremos neste texto.

As Cosates poderiam se constituir como um importante dispositivo para esse fim, na medida em que perspectivam criar um espaço comum de análise do trabalho que conjura qualquer espécie de verticalismo. Essa operação metodológica se efetivaria, na medida em que os trabalhadores/as fossem se engajando nas atividades de análise de sua situação no ambiente laboral por meio de tais comissões.

Dessa forma, algumas estratégias foram importantes para que esse ideário pudesse se efetivar. Ao invés de cumprir apenas as formalidades de apresentação de um contrato de participação na pesquisa com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, realizamos um processo de contratação que, por definição, exigiu uma duração que permitisse contrair um "grupo sujeito" (GUATTARI, 2004) da atividade da pesquisa. Esse processo de contratação, que não se deu de forma imediata, mas demandou muita conversa, criou condições para realizarmos uma pesquisa participativa: vínculo

de confiança, corresponsabilidade e protagonismo distribuído. O processo de contratação da pesquisa em tela se efetivou vislumbrando a formação de um coletivo ampliado de pesquisa ou, se preferimos, a constituição de um plano comum que foi se modulando ao longo do processo.

A contratação como contração de um coletivo de trabalho foi condição para o acolhimento e o protagonismo dos participantes. A pesquisa se faria participativa na medida em que fosse possível a lateralização entre as diferentes posições de pesquisadores da academia e educadores da rede municipal, desordenando-se os lugares desses participantes. Os pesquisadores da universidade não se colocaram diante dos educadores para observá-los em sua atividade, mas procuraram acolher o olhar deles e olhar com eles para a atividade. Estar lado a lado pressupõe fazer o convite para a pesquisa e fazer da pesquisa um convite para o reposicionamento dos participantes. A contração do coletivo da pesquisa envolveu a reiteração contínua desse convite nas ações de campo, traçando e retraçando o plano comum que implica esse coletivo (BARROS; EIRADO; PASSOS, 2014).

Essa manobra metodológica permitiu tornar inseparáveis a atividade de análise e a atividade analisada, fazendo da pesquisa-intervenção não uma investigação sobre o trabalhador, e sim uma investigação com o trabalhador. O caráter participativo de uma pesquisa como intervenção implica incluir o participante na atividade de análise, o que habitualmente é prerrogativa do pesquisador, distinguindo-o e separando-o do chamado "seu objeto". Trata-se, outrossim, de pensar que sujeito e objeto emergem no mesmo plano e de problematizar a relação produzida nesse movimento. Portanto, "[...] não basta entregar-se à experiência, é preciso construir um modo de permanecer no processo em curso que solicita invenção" (LAZZAROTTO *et al.*, 2012, p. 99) e construir um território de passagem.

Uma pesquisa intervenção parte de uma diretriz segundo a qual não se criam métodos para verificar hipóteses e generalizar um conhecimento em uma lógica experimentalista, isolando variáveis

para controlá-las. A relação sujeito e objeto de pesquisa não tem caráter "neutro", afirmamos o seu caráter de coemergência.

Tal método confere à pesquisa tanto seu caráter participativo, como de intervenção, uma vez que se intervém na medida em que se transforma a realidade investigada, transformando-se o próprio percurso da pesquisa e os pesquisadores. Foi a partir da sinergia de pesquisadores da Ufes e docentes da rede municipal que o processo foi se fazendo.

A proposta da implantação das Cosates foi relançar o discurso no coletivo do trabalho e convocar o trabalhador a falar com seus pares acerca de como têm trabalhado. Esse compartilhamento do discurso torna o trabalho um objeto do pensamento. Aqui, há um deslocamento importante: o trabalhador sai da posição de que o trabalho é seu, considerando-o como nosso trabalho — trabalho que fazemos juntos. Trata-se de uma variação, uma abertura importante no ofício de educador, pois o método, ao permitir que se pense o próprio trabalho, faz aparecer uma dimensão histórica desse ofício pela análise da atividade que as comissões oportunizam. Essa abertura pode fazer vir à tona a experiência do labor como plano comum coletivo, não redutível ao "nós" do coletivo social e pessoal que, frequentemente, expressa-se como "nossa equipe".

Ao conversarem nas rodas sobre sua atividade, os/as educadores/as colocam em análise os modos de trabalhar e os efeitos produzidos pelas estratégias criadas que são sempre expressão do plano comum coletivo. Assim, ao indagar formas muitas vezes sacralizadas de agir e pensar, ao verbalizarem a atividade de trabalho, os educadores/as se deparam com a complexidade do que fazem, do que não fazem, mas também com aquilo que poderiam fazer e deixaram de fazer, o que evidencia a transpessoalidade, a dimensão histórica da atividade. No diálogo nas comissões, um patrimônio do campo da educação se atualiza.

Os/as trabalhadores/as perceberam a importância de momentos como esses, de pausas no corrido cotidiano para pôr a atividade em

análise, objetivando discutir o trabalho e trocar experiências. Uma desaceleração que oportuniza um exercício de pensamento, habitando o tempo que flui no movimento de pensar (LAZZAROTTO *et al.*, 2012). Fazer pausa é quebrar os automatismos que tendem a isolar o trabalho de suas dimensões aquém e além da prescrição. Esta é a aposta das Cosates: instituir encontros coletivos de análise da atividade escolar, de forma a permitir o acesso ao processo de produção de si e dos mundos do trabalho.

Daí, a insuficiência do modelo da representação para pensar tal experiência. Por conseguinte, entendemos que a atividade do educador não pode ser estudada a partir de metodologias que privilegiam os princípios da representação de realidades tidas como dadas, uma vez que o cotidiano das escolas se apresenta como uma complexa rede que se tece no curso da atividade. O caráter enativo da pesquisa se afirma como uma diretriz, quando consideramos o aspecto processual e inacabado dos processos de trabalho. A análise vai na contramão de uma postura na qual o processo de conhecimento visa prever, e prever para agir, o que se expressa no paradigma do conhecer para, então, transformar. As metodologias de pesquisa pautadas na representação mostram-se ineficazes para acessar a experiência do labor, uma vez que esse acesso só se faz acompanhando o curso da atividade desenvolvida em situação de trabalho.

Então, ao percorrer os atalhos construídos pelos trabalhadores por meio das comissões, indagamos: como o trabalho se efetiva como uma forma de criação? Como, ao trabalhar, o/a trabalhador/a inventa outros modos de existência? Com essa direção enativa, não buscamos conhecer a verdade sobre o trabalho nas escolas, um conhecimento que estaria ao alcance do esforço de um pesquisador "atento e dedicado", debruçado sobre um mundo já dado ou já constituído. Somos inventados na e pela história, assim como nossos problemas e métodos. Ao renunciar à verdade universalizante e geral sobre os mundos do trabalho, reafirmamos a necessidade de gestar ferramentas, de produzir modos de análise que nos auxiliem a intervir no real.

A aposta na inventividade operada pelo trabalhador, invenção encarnada em experiência concreta nas escolas, indica esse plano de criação característico da experiência de trabalho. Os/as trabalhadores/as não apenas executam um fazer, eles/as o inventam a cada momento, sempre que necessário. Vai-se da dimensão comum coletiva à dimensão singularizadora de um estilo, do aquém ao além da prescrição.

UM DISPOSITIVO PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS COSATES NAS ESCOLAS: O FÓRUM-COSATE

Como disparador para o processo de instituição das Cosates nas escolas do município da Serra-ES, foi feito um levantamento das condições de trabalho nas unidades educacionais dessa cidade. Um inquérito de saúde, na linha das pesquisas epidemiológicas, foi usado como ferramenta de mapeamento da situação de trabalho nas unidades. Tal estratégia foi realizada como um momento de leitura mais imediata sobre o quadro de saúde e adoecimento do trabalhador e trabalhadora na rede. Visou-se a trazer um panorama instantâneo de como os educadores se percebiam, interpretavam e nomeavam sua condição de saúde e adoecimento.

Composto de 20 questões do tipo sim/não, das quais 4 são sobre sintomas físicos e 16 sobre distúrbios psicoemocionais, o questionário estruturado e autoaplicado levantava variáveis sociodemográficas e condições da saúde mental.

O dispositivo-inquérito criado configurou-se como importante ferramenta para uma primeira aproximação dos trabalhadores e trabalhadoras do município com os pesquisadores da Ufes. Esperava-se que a estratégia fosse um disparador do processo de pesquisa participativa que perspectivava a implantação das Cosates nas escolas. E assim foi.

O resultado foi o fomento de um fórum — rodas de conversa — que se nomeou Fórum-Cosate e se constituiu a partir da pluralidade

e sinergia de atores que o compunham e do debate entre os saberes acadêmicos e os saberes da experiência dos/as educadores/as. Fórum-Cosate é uma experiência em gestação que envolve trabalhadores/as da Educação vinculados às escolas de ensino fundamental, centros municipais de educação infantil, ao Centro de Formação de Professores, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública, Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, Ministério Público Estadual, controle social, como o Conselho Municipal de Educação, estudantes e pesquisadores da Universidade.

Buscava-se exercitar a coprodução da autonomia, a cogestão e a polissemia das participações e desordenar os lugares dos diferentes atores que participavam das rodas de conversa. O fórum se constituiu como um espaço de intervenção no trabalho da escola, afirmando o caráter coletivo dos problemas e recusando as culpabilizações e individualizações associadas ao mal-estar do/a trabalhador/a da educação. Conforme indicamos, perseguia-se uma mudança: que o trabalhador saísse de uma posição segundo a qual o trabalho é seu e, então, passasse a considerá-lo como "nosso". Um deslocamento que se opera no sentido de uma passagem da primeira pessoa do singular, em que o trabalhador considera o trabalho como seu, para a primeira pessoa do plural. No entanto, trata-se não somente de uma mudança de ponto de vista da primeira pessoa do singular para a primeira do plural, mas, sobretudo, de uma abertura permitida pelo método que viabilizou pensar o próprio trabalho de forma a fazer vir à tona a experiência do trabalho como plano comum coletivo, não redutível aos discursos do gerenciamento na lógica do capital, o nomeado "trabalho em equipe".

Por meio do aquecimento de novas redes, foi possível produzir uma inflexão no modo como se operava a comunicação entre equipamentos educacionais e políticas públicas territoriais, governamentais, criando condições jurídico-burocráticas e materializando um caminho efetivo de implantação das Cosates nas escolas.

Como proposta de pesquisa, interessava-nos, primordialmente, o movimento que extrapola alteração nas formas de organização *stricto sensu*. Perseguimos uma *política* que não se reduz à aprovação de uma lei que pudesse regulamentar a fundação das Cosates nas unidades de ensino, o que não significa desconsiderar a relevância de uma lei que institucionalize o funcionamento dessas comissões, já aprovadas na Câmara Municipal da cidade da Serra-ES. No entanto, mesmo entendendo tal relevância, objetivávamos, principalmente, a produção do conhecimento em meio ao vivido nas experimentações que deixam o trabalho e os trabalhadores e trabalhadoras mais fortes nas construções cotidianas feitas na polifonia, na multiplicidade e na controvérsia, que são ingredientes indispensáveis para a produção do comum.

Assim, o fórum — que se efetivou por meio de rodas de conversas com periodicidade mensal —, a audiência na Assembleia Legislativa e as reuniões com o Executivo municipal fomentaram administrativamente as "comissões" e, dessa forma, seria possível cartografar as potências e impasses da experimentação na saúde do trabalhador da educação, analisando processos para traçar caminhos na luta pela promoção de saúde, o que mobilizava cursos temáticos, seminários sobre a saúde do trabalhador e a elaboração de material didático específico nessa temática (BARROS; BRITO; MUNIZ, 2018).

Foi dessa forma que, em meio às discussões da tessitura do Projeto de Lei das Cosates no Fórum, a ideia de uma experiência capilarizada nas escolas, como experiência piloto, foi ganhando força e os debates foram possibilitando a desnaturalização do que seja o trabalho do/a professor/a.

A metodologia da formação dos/as educadores/as para a implantação das Cosates nas unidades escolares teve como norte as indicações do Odonne *et al.* (1981), como indicamos. Tal estratégia parte do pressuposto de que não podemos separar o trabalho em situação concreta dos debates conceituais que se faz em momentos dos encontros presenciais entre pesquisadores da academia e trabalhadores/as,

uma vez que o conceito é catalisador da experiência. A apropriação de ferramentas conceituais pelos/as educadores/as, articulada ao que se passa no chão das escolas, quando se opera com tais ferramentas, produziria um processo de aprendizagem inventiva.[76]

Na experiência piloto de implantação das Cosates nas escolas, que se deu em forma de uma pesquisa intervenção em duas escolas, aparecia, insistentemente, um enunciado que indicava uma sensação de impotência de que nada há para se fazer e uma responsabilização individual pelo "mal-estar" vivido. Tal discurso foi sendo modulado ao longo do processo: de um foco puramente organicista e individualizador, quanto ao adoecimento para considerações que consideravam as políticas públicas como vetores indispensáveis para transformar o quadro de nocividade identificado. No curso dos debates nessa experiência piloto, algumas ações nessas duas escolas foram sendo engendradas para, então, construir vias de ação que pudessem reger os processos de trabalho tendo as comissões como estratégia privilegiada.

Nos movimentos de formação dessas primeiras comissões, foram elaborados planos de ação locais para ampliar o fluxo comunicativo nas escolas, empreendendo ações com o coletivo dos trabalhadores, criando instrumentos e produzindo diagnóstico quanto aos fatores que geram adoecimento e aqueles que contribuem para a produção de saúde no ambiente de trabalho. Os encontros do fórum, articulados com a experiência piloto nas duas escolas, serviram como momento de partilha, de troca e deram visibilidade aos modos singulares como o Fórum e as Cosates piloto poderiam produzir pistas para a implantação das comissões nas demais escolas do município.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Varela (1990) nos inspira ao dizer que a noção de representação, que parte do princípio de que um mundo predefinido pode ser

76 Sobre esse conceito, ver Kastrup, V. (2001).

representado, não deve hoje ocupar um lugar de destaque nas pesquisas. Seguindo o autor, arriscaríamos dizer que é preciso abandonar nossa tradição ocidental que privilegiou a ideia de que o conhecimento é um espelho da natureza.

Na pesquisa desenvolvida pelo grupo de pesquisadores do Nepesp, essa ideia proposta pelo biólogo prevaleceu. Privilegiamos a investigação da experiência do trabalho docente em sua potência ontogenética, de forma a indagar um pensamento pautado no modelo da representação. Apostamos no caráter enativo dos processos de pesquisa intervenção, destacando suas dimensões de autonomia e de interdependência entre o agir e o perceber (VARELA, 1989).

Assim, os tensionamentos tiveram destaque. As controvérsias afirmam a vida nas suas diferentes dimensões. Os desabafos de docentes, os registros dos encontros nos equipamentos escolares, os debates no Fórum Cosate para a implantação das Cosates, com destaque para o plano da experiência, naquilo que afeta o vivido, foram indicadores da ampliação da noção de saúde dos/as trabalhadores/as e da potência dos coletivos de análise quando se busca transformar para conhecer.

Ao longo de nossa experiência no campo da educação junto com trabalhadores/as dessa rede municipal de ensino, foi possível avaliar a força de pesquisas como esta que se baseiam nos dispositivos das rodas de conversa para construção de ferramentas conceituais e metodológicas para a análise do trabalho docente.

A pesquisa indicou, assim, que a implantação de dispositivos como as Cosates pode ativar um processo de luta por melhores condições de trabalho, mas, principalmente, fortalecer a construção de um ofício por meio de uma estratégia coletiva de análise do trabalho. O caráter enativo da metodologia utilizada viabilizou a produção de um plano comum entre os trabalhadores de educação da Serra-ES.

Como já afirmamos em outro momento, a pesquisa

> [...] significou assumir que o pesquisador é interpelado a forjar um modo atencional sobre o processo da pesquisa, sobre o curso

> dos acontecimentos em um campo, não somente para agrupá-los e descrevê-los em uma história continuísta de constatação de mazelas e aberrações. Nos afiançamos ativando o tempo da transmissibilidade de uma sabedoria sobre o vivido no trabalho, que deve distar do discurso vendido, massificado, pasteurizado e reprodutor daquele tempo do culto e da dívida, certamente, um dos elementos mais assoladores da cultura política nacional na contemporaneidade (BARROS; BRITO; MUNIZ, 2018, p. 21).

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, M.; BRITO, J.; NEVES, M. (org.). **Caderno de textos:** programa de formação em saúde, gênero e trabalho nas escolas. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003

BARROS, M. E. B.; LOUZADA, A. P. F. (2009). Afirmando a potência de cirandar: cartografia dos processos de produção de saúde na docência. *In*: BARROS, M. E. B.; CARVALHO, R. S.; FERIGATO, S. **Conexões**: saúde coletiva e políticas da subjetividade. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 201-219.

BARROS, M. E. B.; PASSOS, E.; EIRADO, A. Psicologia e trabalho docente: intercessões com a clínica da atividade. **Psicologia e Sociedade**, [*s. l.*], n. 26, p. 150-160, 2014.

BARROS, M. E. B.; MUNIZ, H. P.; BRITO, J. M. A saúde do trabalhador da educação: a experiência de constituição de Cosates como dispositivo de intervenção numa rede municipal de ensino. **Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho**, São Paulo , v. 22, n. 1, p. 15-28, jun. 2019.

BOTECHIA, F.; ATHAYDE, M. Conversas sobre o trabalho sob o ponto de vista da atividade. *In*: BARROS, M. E. B.; MARGOTO,

L. **Trabalho e saúde do professor**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 43-78.

BRITO, J.; ATHAYDE, M. Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade. **Trabalho Educação e Saúde**, [*s. l.*], v. 1, n. 2, p. 63-89, 2003.

CLOT, Y. **Travail et pouvoir d'agir**. Paris: PUF, 2008.

EIRADO, A.; PASSOS, E. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 109-130.

GUATTARI, F. **Psicanálise e transversalidade**: ensaios de análise institucional. Aparecida/SP: Idéias & Letras, 2004.

GUATTARI F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 2014.

KASTRUP, V. Aprendizagem, arte e invenção. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 6, n. 1, p. 17-27, 2001.

LAZZAROTTO, G. D. R. *et al*. Experimentar. *In*: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. (org.). **Pesquisar na diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 99-101.

MUNIZ, H. P. *et al.* Ivar Oddone e sua contribuição para o campo da saúde do trabalhador no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional,** [*s. l.*], v. 38, n. 128, p. 280-291, 2013.

ODDONE, I.; RE, A.; BRIANTE, G. **Redécouvrir l'expérience ouvrière**: vers une autre psychologie du travail? Paris: Messidor: Éditions Sociales, 1981.

SCHWARTZ, Y. Travail et gestion: niveaux, critéres, instances. **Revue Performances Humaines et Technicque**, Paris: Octares, n. hors-série, septembre, 2003.

VARELA, F. **Connaître**: les sciences cognitives, tendances et perspectives. Paris: Seuil, 1989.

VARELA, F. O círculo criativo: esboço histórico-natural da reflexividade. *In*: WATZLAWICK, P. **A realidade inventada**. Campinas: Editorial PSY II, 1994. p. 302-316.

VARELA, F. **Conhecer**: as ciências cognitivas tendências e perspectivas. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

Parte 4:
Sobre políticas

Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI[77]

Maria Elizabeth Barros de Barros
Ellen Horato do Carmo Pimentel

Somos cinco amigos. Certa vez saímos um atrás do outro de uma casa. Logo de início saiu o primeiro e se pôs ao lado do portão da rua, depois saiu o segundo, ou melhor: deslizou leve como uma bolinha de mercúrio, pela porta, e se colocou não muito distante do primeiro, depois o terceiro, em seguida o quarto, depois o quinto. No fim, estávamos todos formando uma fila, em pé. As pessoas voltaram a atenção para nós, apontaram-nos e disseram: 'Os cinco acabam de sair daquela casa'. Desde então vivemos

77 Publicado originalmente na **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, RS, v. 2, n. 2, p. 3, maio 2013.

> juntos; seria uma vida pacifica se um sexto não se imiscuísse sempre. Ele não nos faz nada, mas nos aborrece, e isso basta: por que é que ele se intromete à força onde não querem saber dele? Não o conhecemos e não queremos acolhê-lo. Nós cinco também não nos conhecíamos antes e, se quiserem, ainda agora não nos conhecemos um ao outro; mas o que entre nós cinco é possível e tolerado não o é com o sexto. Além do mais somos cinco e não queremos ser seis. E se é que esse estar junto constante tem algum sentido, para nós cinco não tem, mas agora já estamos reunidos e vamos ficar assim; não queremos, porém, uma nova união justamente com base nas nossas experiências. Mas como é possível tornar tudo isso claro ao sexto? Longas explicações significariam, em nosso círculo, quase uma acolhida, por isso preferimos não explicar nada e não o acolhemos. Por mais que ele torça os lábios, nós o repelimos com o cotovelo; no entanto, por mais que o afastemos, ele volta sempre (KAFKA, 2002, p. 112-113).

Não por acaso, escolhemos esse trecho da obra de Kafka (2002) para abrir este artigo. Ele nos lança no desafio que aqui intentamos perseguir: o da constituição do coletivo em meio às malhas das forças privatizantes. Indicamos, logo de partida, a posição assumida no texto: uma aposta na produção do comum nas práticas em Psicologia e, em especial, quando atuamos com políticas públicas. Aliançamo-nos a esse movimento de uma boa teimosia do sexto, que aponta para a impermanência dos arranjos e para a sempre necessária abertura ao Fora, às forças do coletivo — condição de possibilidade na constituição de políticas públicas.

Os psicólogos têm desenvolvido muitos trabalhos em Secretarias de Saúde, em Secretarias de Assistência Social, em Secretarias de Educação Municipal e Estadual, dentre outras. A tendência de muitas práticas em Psicologia tem sido tomar como foco o sujeito a-histórico, uma consequente naturalização dos aspectos psicológicos e da sociedade, entendidos como desenhos previamente constituídos,

de forma dicotômica. Os chamados "aspectos subjetivos" são considerados, a partir de uma linhagem teórico-metodológica que afirma uma ontologia pautada em substancialismos que fazem ver o "ser" como uma unidade fundada sobre si mesma. Partem de um indivíduo já constituído, sem capacidade de se "defasar" em relação a si próprio. Tais práticas operam privilegiando o sujeito, sua "personalidade", por meio de estratégias privatizantes e pautadas em modelos teóricos descolados da concretude das situações onde se intervêm. A sociedade, por sua vez, é atuada como unidade pronta, conjunto de pessoas e contigências com desenho previamente construído e dado de uma vez por todas.

Como trabalhar sem operar a tradicional dicotomia indivíduo-sociedade? Como desdobrá-la em paradoxo? O desafio é construir estratégias de trabalho que não se aliem a propostas que partem de separações entre individual e social, coletivo e singularidade, tão caras à certa tradição nesse campo. O texto visa a indicar algumas pistas para o trabalho do psicólogo no âmbito das políticas públicas, recusando as grandes divisões de perspectivas naturalizantes.

Entendemos que os processos de subjetivação são múltiplos, heterogenéticos e podem resistir às diferentes tentativas de modulações que caminham rumo à homogeneização das formas de existência. Os sujeitos inventam modos de existir, colocam em rede sua sinergia e ativam uma potência de singularização. Trata-se, aí, do movimento de "outrarmo-nos" que advém da possibilidade de acessar esse plano de constituição, essa multiplicidade que é nossa matéria, que é a pedra de toque para pensarmos o coletivo.

Ao invés de uma concepção de sociedade-unidade, pensar o coletivo como um plano de forças que não se confunde com a noção de social ou de sociedade comprometida com categorias identitárias. O termo coletivo não diz de uma quantidade de pessoas, e sim de uma impessoalidade capaz de afirmar o "para todos e qualquer um" concernente à dimensão pública das práticas nos mais diversos serviços. De acordo com Escóssia e Tedesco (2009), a formulação do

conceito de coletivo — tal como o efetuam Foucault (1979), Simondon (1964), Deleuze (1997), Guattari (1981) e Lourau (2004) — faz-se fora da malha que dicotomiza indivíduo e coletivo. Coletivo não se refere, portanto, a uma unidade pronta; ao contrário, diz de um exercício de composição, um trabalho de construção de constituição de um mundo comum que nunca está dado de uma vez por todas.

Este artigo se tece em meio a essas questões. Com esse objetivo, traça um caminho. Iniciamos com uma discussão sobre o conceito de política, trazendo contribuições de alguns pensadores, de forma a indicar uma diretriz para pensar as práticas em políticas públicas. Em seguida, apresentamos alguns elementos para pensar uma concepção de comum que não se dissocia de um modo de fazer política pública. Concluímos com uma experiência realizada por psicólogos no Espírito Santo, no âmbito das políticas públicas de saúde. Política, aqui, entendida como discussão e prática, indissociadas, do mundo no qual desejamos viver. Afinal, é o modo como concebemos, perseguimos e praticamos esse mundo que exprime o exercício político.

Nossa tese é a de que as políticas de governo e os estabelecimentos onde atuamos, com seus contornos definidos, são efeitos-resultados de uma composição do plano das formas com o plano movente das forças, que é a dimensão instituinte. As formas passam a ser tomadas como resultado desse jogo de forças e correspondem a coagulações, a conglomerados de vetores. Então, a direção passa a ser a de interferir nos processos que constituem as realidades e não partir das realidades como aspectos sempre já dados.

POLÍTICAS ESTATAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: NO RASTRO DOS INTERSTÍCIOS

Conforme Bobbio (2007), a palavra política é derivada de *polis* (*politikós*) e se reporta a tudo o que se refere à cidade. Em Aristóteles, encontramos, em sua obra "Política", uma concepção segundo a qual política diz respeito à natureza, funções e divisão do Estado, assim

como às várias formas de governo. É arte ou ciência de governar e de reflexão sobre as coisas da cidade.

Ainda segundo Bobbio (2007), na modernidade, o termo política perde esse sentido e é substituído por expressões como ciência do Estado, ciência política, designando atividade ou conjunto de atividades que têm como referência a polis, que passa a ser entendida como o Estado, os próprios sujeitos ou, ainda, às ações, como conquistas, manutenção, defesa, derrubada ou destruição do poder estatal. Portanto, em todas as suas modulações, o que se mantém é a ideia de que política é uma atividade ou práxis humana e o poder político é o exercício de poder-dominação, e essa relação, continua Bobbio (2007), expressar-se-ia de inúmeras maneiras: relação entre governantes e governados, soberano-súditos, Estado e cidadãos, autoridade-obediência. É exercido pelo interesse de quem governa e de quem é governado, e é diferente do poder despótico, que se exerce apenas pelo interesse do senhor.

Benevides e Passos (2009), por sua vez, indicam que, no entendimento da palavra política como polis, arte e ciência de governar, o Estado comparece como um de seus aspectos. E mais, no contemporâneo, é justamente essa correlação entre prática política, atividades do Estado e de governo que tem sido privilegiada. A atividade política, entendida dessa forma, ajuda-nos a compreender as diferenças entre "política de Estado" e "política de governo". Uma política de Estado se constituiria por meio de ações de cunho estruturante nas quais os governantes que se alternam no poder devem garantir que tal política seja efetivada, devendo seguir e cumprir determinadas linhas, programas e projetos. Ultrapassa a política de governo e é institucionalizada, pois, ainda que se troque de governo, ela permanece. O SUS, por exemplo, é uma política de Estado instituído pela Carta Magna de 1988.

Por outro lado, as políticas de governo podem sofrer quebra de continuidade e estão articuladas em função de conjunturas mais provisórias. Têm institucionalização mais fraca e menor durabilidade.

São pensadas a partir de um projeto específico de forças políticas que assumem o aparelho de Estado e não possuem garantia legal de continuidade. Desse modo, as políticas de governo podem ser importantes para garantia de direitos, entretanto, sua sustentação e continuidade dependem de sua força nas diferentes esferas da vida, pois, para que uma política de governo possa ir além do período de gestão de um governo, é necessária uma efetiva participação e sustentação coletiva.

Na contramão desses movimentos que equacionam em igualdade atividade política e atividades de Estado e governo, vemos, no texto "Por uma política de narratividade" (2009), Eduardo Passos e Regina Benevides apontarem à necessidade de ampliarmos o sentido do termo política para além do domínio das práticas relativas ao Estado. Caberia, então, chamarmos política a atividade humana que, ligada ao poder, coloca em relação sujeitos, articulando-os segundo regras ou normas, não necessariamente jurídicas ou legais. Desloca-se, assim, a política de um centro de poder (o Estado, uma classe), considerando também seu exercício em arranjos locais, por microrrelações, indicando a direção micropolítica das relações de poder (FOUCAULT, 1977).

E a ideia de público? A que tem se vinculado? Como discutir a concepção de público de maneira a não restringi-la às políticas de Estado e de governo?

Segundo Romano (2005), a ideia de público emerge no século XVIII, após a Revolução Americana e Francesa, quando foi concedida ao poder de Estado a base que lhe permite impor as políticas a serem praticadas e assumidas pela sociedade civil. Caberia ao Estado, portanto, a universalização do público.

No que diz respeito ao caso brasileiro, o autor afirma que não temos um Estado federativo, nem democrático e as políticas que determina não passam pelas três esferas — Legislativo, Executivo e Judiciário — e menos ainda pela sociedade civil. O Estado brasileiro, surgido contra a Revolução Francesa, seria uma tentativa de prevenir supostos "desmandos democráticos" advindos das revoluções. A

ideia mestra dessa instauração antidemocrática seria a tese segundo a qual um poder moderador e neutro seria necessário para ajudar a amortecer choques entre os três poderes no Brasil. Romano (2005) avalia, entretanto, que esse poder não é neutro e se tornou prerrogativa do chefe de Estado que, pelo Executivo, controla o Parlamento e o Judiciário. O poder moderador seria o do presidente da República, o que confere até hoje aos chefes de Estado poderes ditatoriais, ou seja, concentração das decisões no poder central e maior concentração dos poderes no Executivo. Temos, assim, um federalismo estranho, que não permite diversidade nos ordenamentos legais e nas políticas públicas de Estados e Municípios.

Romano (2005) atenta para a uniformidade normativa que abstratamente reúne povos, culturas, situações diversas de modo igual, por meio de portarias de saúde e educação, por exemplo, que regem todo o país de norte a sul, indiscriminadamente. Tal *status quo* vai à contramão de práticas sociais e políticas transparentes, democráticas e interessadas pela diversidade que nos constitui.

Até aqui, a noção de público está confundida com a ideia de estatal. A questão talvez fosse: qual o caráter público das ações estatais? Ora, sabemos que o fato de ser estatal não garante o caráter público das práticas. O caráter público dos projetos e programas se faz quando expressam interesses coletivos, que se opõem ao funcionamento particularizante com seus totalitarismos e individualizações.

Para Sader (2005, p. 46), o público assumiu formas confundidas com estatal em função de uma ambiguidade da crítica a uma concepção liberal de Estado. "Nação, classe, comunidade foram invocadas para promover renúncias ao plano individual muitas vezes em nome do público, mas na realidade falando em nome do estatal". Historicamente, diz ele, o primado do público representou a expansão dos poderes de intervenção do Estado, na sua capacidade de regulação do mercado e da vida.

Ainda com referência a essa questão da dimensão pública das políticas no Brasil, Sader (2005) afirma que a ideia de público aparece

pela primeira vez em 1930, inscrita no Estado, que antes se assemelhava a uma "coalizão de elites no poder". A Revolução de 30 vinha romper com a hegemonia das oligarquias regionais que já davam sinal de sua incapacidade de produzir um modelo hegemônico para o país, não conseguindo, inclusive, reproduzirem-se como "classes primário-exportadoras". Daí, a construção de um Estado com uma política de industrialização e a construção de um bloco social de apoio popular ao governo que se efetivou pela primeira vez na história do Brasil. Tal apoio, é importante que se diga, era de caráter passivo e atrelava o movimento sindical legal ao Estado. Para Sader (2005), a ausência de organização autônoma da classe trabalhadora, assim como as formas de participação político-democráticas, segundo suas análises, não autorizariam dizer que tal modelo integrasse uma dimensão pública como aspecto central desse modelo, que tinha uma marca estatista-nacional. Em 1964, esse nacional-estatismo dá lugar ao estatismo-militar, enfraquecendo o público e privilegiando o mercantil, afirma o autor.

As análises de Sader (2005) nos indicam, assim, que, por definição, o Estado não é público, nem privado, mas campo de disputa, não cabendo, sobretudo, reduzir o público ao estatal.

Nessa linha de análise, o autor nos mostra que, com a hegemonia neoliberal, a partir da década de 80, houve uma transformação importante nesse debate estatal-privado que deslocou um elemento que antes fazia parte dessa polarização, que é o público. Segundo Sader (2005, p. 43):

> A crítica ao 'estatismo', paralelamente à apologia do mercado, dos espaços privados, da 'sociedade civil', tiveram como principal efeito – além da desvalorização do primeiro (pólo-estatal) em favor do segundo (pólo-privado), – o deslocamento do outro elemento que antes fazia parte integrante da polarização – o público.

Tal deslocamento favorecendo a exaltação do polo privado, em contraposição ao Estado de Direito e fazendo desaparecer o público. Assim, os dois termos da dicotomia podem ser definidos, independentemente um do outro, ou ter sua definição centrada em um deles, sendo o outro definido por exclusão. O privado passa a ser o não público, e os dois termos são definidos de forma antagônica e mutuamente dependentes. A definição de um termo está vinculada ao outro e ganha sentido por contraposição. "O interesse público é determinado imediatamente em relação e em contraste com o interesse privado e vice-versa" (SADER, 2005, p. 44). Há, aqui, uma diferença essencial na natureza entre público e privado, que seriam elementos contraditórios entre si. O público pertenceria ao grupo, à coletividade, à sociedade global; e o privado, ao que pertence a seus membros individuais, eventuais agrupamentos nucleares, como a família, por exemplo.

Neste texto, buscamos sustentar que o público se expressa pelas forças coletivas, logo, essa esfera está potencialmente presente em qualquer governo, inclusive nos ditatoriais, e nesses casos como potencial disruptivo. O Estado e os governantes não podem ser a única expressão do coletivo, o que implicaria uma privatização das políticas. Mesmo porque, como já apontado, ao apresentarmos o coletivo como uma pista para a constituição de políticas públicas, falamos de uma impessoalidade que se faz fora da malha que dicotomiza indivíduo e coletivo. É importante destacar o modo como uma política se constitui como pública, pois, uma vez que se ela se integra à máquina estatal, há o risco de uma captura política que pode se desdobrar em um aspecto rígido, inflexível e descolado da vida das pessoas.

PRODUZINDO COMUM, PRODUZINDO POLÍTICA PÚBLICA

Uma política pública deve garantir a participação social em sua elaboração, planejamento, execução, monitoramento e ser estruturada e balizada por meio de lutas coletivas e interesses das diferentes

dimensões do *socius*. Essa dimensão pública de uma política se atualiza como rede de relações multivetorializadas, exige interferências, transversalidade, cogestão e inclui sujeitos com necessidades, demandas e uma vida que persiste em variar.

A aposta é que as políticas públicas sejam orientadas por um modo de funcionamento capaz de indicar as singularidades para fora da ordem de serialidade e do unidimensionamento e, nesse sentido, para além do Estado. Esse comum, que se constrói em uma política pública, constitui-se como multiplicidade composta por diferenças singulares que encontram na gestão do comum um novo modo de governo.

Comum não é uma identidade, não se confunde com povo, nem é uniformidade como as massas; são as diferenças internas que devem fazer comunicar as diferenças e agir em conjunto. Aqui, um paradoxo: uma multiplicidade social se comunica e age em comum ao mesmo tempo em que reverbera diferenças. Esse comum se faz como rede heterogênea, dispersa, complexa e multidirecional. Coletivo e singularidade não se excluem. Singularidade não é sinônimo de individualidade, pois esta última é relação do eu com uma realidade, transcende. Então, esse comum se faz não como materialização de forças hegemônicas que tendem a segmentar, individualizar, definir, demarcar, localizar, cerceando conexões de forças minoritárias que tendem a se exercer em outro sentido: faz-se por diferenciação e heterogênese, ou seja, gerando diferença e não homogeneidade e semelhança.

Portanto, acessar esse plano comum não é apelar para elementos que conferem uma identidade ou unidade, nem reforçar semelhanças de igualdade e permanência de pessoas consideradas como tendo uma mesma cultura, mesma história, comunhão de uma mesma crença abordada como um todo. Essa abordagem, que permeia políticas de Estado e de governo, lida com comunidade-indivíduo. Ao contrário, um fazer que se faz público produz um coletivo que trabalha para além de si e de suas fronteiras, acolhe e cuida da vida-outra (GOTARDO, 2011).

O comum é, assim, abertura ao Outro, composição de singularidades, acolhimento à multiplicidade, capacidade de diferir. É alargamento da capacidade de comunicar, de associar, compartilhar, forjar novas conexões e proliferar redes e tem, como condição, a abertura a uma multiplicidade de encontros que não se fecha a um conjunto de pessoas. Produz funcionamento difícil de capturar, pois se define pela não captura a formas preestabelecidas. Não é o que junta, mas se refere a um certo modo de viver junto, na diferença, não por sínteses inclusivas, mas disjuntivas, definindo-se pelo interstício (GOTARDO, 2011).

Trabalhar com políticas públicas na esteira do que estamos afirmando é construir coletivamente estratégias de transformar para conhecer uma dada realidade que se constitui a partir de semióticas singulares, é incluir diferentes protagonismos. O psicólogo se encontraria em meio a um território que não conhece e não domina a semiótica. Com esse objetivo, trabalha com um método que se faz participativo, na medida em que coloca lado a lado todos os envolvidos no processo, fazendo aparecer as tensões e controvérsias, de modo a não neutralizar a recalcitrância daqueles com os quais trabalha. Coloca em análise a dinâmica institucional, indaga pressupostos e crenças, constitui rede, altera o padrão comunicacional.

A contração do coletivo, a constituição de grupalidade, é feita para além das dicotomias e das formas hegemônicas de organização da comunicação nas instituições. Desestabilizam-se os modos verticais e horizontais de funcionamento institucional, incluindo-se um terceiro eixo. Não mais fronteiras entre saberes e atores, mas atravessamento de diferentes semióticas, experiência da dimensão do coletivo. Esse modo de intervenção institucional constrói e faz aparecer o coletivo como experiência do comum, potencializando saberes até então excluídos. Tal caráter participativo e inclusivo se faz a partir da abertura experimentada pela rede ou pelo coletivo, alterando-se o padrão comunicacional entre os grupos de interesse envolvidos. A

dimensão do coletivo extrapola qualquer fronteira preestabelecida, é zona de indiscernibilidade, não pertence exclusivamente a nenhum.

Comum, entendido como político, não é dado *a priori*, advém da experiência. Aqui, outro paradoxo: o comum é heterogêneo. O comum é a jusante da experiência, acompanha práticas concretas, cria efeito de pertencimento, conjura o perigo de captura e sua construção se faz por transversalização — entendida aqui como plano que não se define nos limites estritos de uma identidade, de uma individualidade, de uma forma (esse saber, o meu saber, o saber que o outro tem e pode me transmitir), mas "[...] experimenta o cruzamento de várias forças que vão se produzindo a partir dos encontros entre os diferentes nós de uma rede de enunciação da qual emerge, como seu efeito, um mundo que pode ser compartilhado pelos sujeitos" (PASSOS; EIRADO, 2009, p. 115).

Latour (2007) propõe que utilizemos do conceito de articulação para pensar a constituição do comum. Articulação implica compor com elementos os mais diversos (livros, aparatos científicos, outras pessoas, músicas, enfim...), de forma a nos tornarmos mais interessantes, aprendendo a ser afetados pelos outros, e não apenas por nós próprios. E acrescenta Latour (2007, p. 43) que um sujeito se torna interessante à medida que ressoa com outros, quando é efetuado, "[...] posto em movimento por novas entidades cujas diferenças são registradas de formas novas e inesperadas". Nesse sentido, as articulações proliferam-se sem deixar de registrar diferenças e sem deixar de acolher e efetuar controvérsias.

Esse modo de pensar o trabalho em políticas públicas não se efetiva sem que se acesse o plano comum. Tal acesso implica a consideração da dimensão processual dos fenômenos e a construção de um mundo comum entre o psicólogo e os demais participantes do processo, ou seja, não produzindo distanciamento entre os envolvidos e interessados. O psicólogo sai da posição de quem julga a realidade, emite verdades sobre ela e passa a uma atitude de quem se interessa e cuida.

DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA EM SAÚDE

Em experiência no município de Cariacica-ES, um grupo de psicólogos tem realizado um trabalho de apoio à regionalização da saúde, seguindo uma das diretrizes organizacionais do Sistema Único de Saúde (SUS), que é uma política de Estado. Surge com o objetivo de superar as dificuldades enfrentadas no processo de institucionalização do SUS. O processo de regionalização prevê a territorialização dos serviços e objetiva o fortalecimento da Atenção Básica. Esse âmbito de atenção à saúde está direcionado ao desenvolvimento de práticas gerenciais e sanitárias democráticas dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais se assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações (BRASIL, 2006). Nesse sentido, a territorialização permite o conhecimento das áreas de abrangência das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), possibilita a identificação da população adscrita em cada território e o planejamento local de ações em saúde, o que significa privilegiar a qualidade dos cuidados em saúde nos territórios em suas singularidades: mulheres, jovens, crianças etc.

Com esse objetivo, alguns movimentos desse projeto têm se efetivado no caminho de construção de estratégias que incluam usuários e trabalhadores da rede de saúde de Cariacica na discussão sobre o processo de territorialização em saúde, no âmbito da Atenção Básica desse município. Ao pontuarmos que nos debruçamos sobre uma metodologia pautada na inclusão e lateralização, indicamos que, ainda que a regionalização seja uma direção do trabalho, o que se mostra precioso é o modo como nos dispomos ao trabalho em curso.

Ao falarmos de um processo de regionalização construído por meio da discussão com os diferentes atores, faz-se necessário colocar em questão a própria conceitualização de território. Entendido como uma categoria de análise social, o território deve ser pensado a partir de seus usos, de suas dinâmicas de apropriação social. Como aponta

Santos (2000, p. 22), o território torna-se uma ferramenta de trabalho da analítica social "[...] quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles que dele se utilizam". A pertinência da utilização do conceito de território na análise das dinâmicas sociais vincula-se exatamente quando esse conceito é utilizado para ressaltar seu uso coletivo. Então, se entendemos o território como vivido e vivo como agente que transforma e é transformado no concreto das ações, passamos a considerá-lo fundamental ao pensarmos as políticas públicas de saúde.

Entender território como espaço relacional significa compreender que o espaço

> [...] não é nem uma coisa em si, nem um sistema de coisas, mas uma realidade relacional: coisas e relações juntas. O espaço deve ser considerado um conjunto indissociável, de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (SANTOS, 2008, p. 27-28).

Entendemos, assim, que o processo de territorialização implica não apenas a proposição de área de abrangência pelas UBSs do município de Cariacica, mas também mudanças na organização da rede de saúde, nas formas de trabalhar, de acessar os serviços, de habitar no espaço e de gerir os processos em curso.

O cenário político-econômico do município, particularmente no campo da saúde, pode ser expresso pelo alijamento de parte de seus moradores do acesso a bens e serviços nessa área. A descontinuidade e fragmentação das ações, bem como a forma de ocupação do território geográfico desse município operam marcas de fragilidade na formulação e implementação de Políticas Públicas no campo da saúde. Alguns fatores contribuem para isso. Destacamos, para os objetivos deste artigo, a fragilidade dos processos de inclusão dos usuários na discussão sobre a saúde no município. Tendo por desafio

a constituição de coletivos engajados na construção do mapa de territorialização em saúde no âmbito da Atenção Básica desse município, efetivou-se uma pactuação de parceria entre a Secretaria de Saúde do Município de Cariacica (Semus), Ministério da Saúde e Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). O trabalho se efetiva por meio de apoio institucional no processo de territorialização, compondo equipes de referência junto com o Grupo de Trabalho de Humanização da Secretaria de Saúde, propondo discussões nas UBSs que incluam todos aqueles envolvidos no campo da saúde no município. A proposta é criar e implementar espaços coletivos de debates sobre a territorialização da saúde em Cariacica, o que entendemos como práticas de política pública.

Os psicólogos têm trabalhado a partir dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Humanização da Atenção e da Gestão do SUS (PNH), vinculada ao Ministério da Saúde, que tem como proposta efetivar-se como uma política que atravessa as diferentes ações e instâncias gestoras do SUS. Aposta na indissociabilidade entre os modos de produzir saúde e os modos de gerir os processos de trabalho, entre produção de saúde e produção de subjetividade, entre clínica e política (BRASIL, 2009). A PNH configura-se, portanto, como uma estratégia de interferência nos processos de produção de saúde e de sujeitos. Para tanto, opera com os princípios de transversalidade, indissociabilidade entre atenção e gestão e se vale de diretrizes, tais como: cogestão, clínica ampliada, acolhimento, saúde do trabalhador, direitos dos usuários, ativação das redes sociais. Nessa perspectiva, trabalha na perspectiva da inclusão dos diferentes sujeitos nas práticas em saúde (gestores, trabalhadores e usuários) no sentido da produção de autonomia e democratização nas relações e corresponsabilidade, assim como na inclusão de movimentos sociais e de analisadores sociais no processo de produção de saúde — o que se caracteriza, portanto, como um método de tríplice inclusão (BRASIL, 2009).

Os encaminhamentos se fazem na efetivação da humanização como ethos — posicionamento ético-político — na condução

do processo de territorialização. Passos e Benevides (2005b, p. 393) convidam-nos a pensar a humanização como um "conceito-experiência" que se fortalece no fazer, que "[...] descreve, intervém e produz a realidade nos convocando para mantermos vivo o movimento a partir do qual o SUS se consolida como política pública, política de todos, política para qualquer um, política comum". Um dos desafios que se coloca, portanto, é a necessidade de afirmarmos a humanização como política pública, uma vez que "[...] da política de governo à política pública não há uma passagem fácil e garantida. Construir políticas públicas na máquina do Estado exige todo um trabalho de conexão com as forças do coletivo, com os movimentos sociais, com as práticas concretas no cotidiano dos serviços de saúde" (BENEVIDES; PASSOS, 2005a, p. 391).

Se intentamos efetivar a PNH como política pública, é preciso nos comprometermos com a coletivização da gestão (BARROS, 2007). A cogestão — aposta ético-política da PNH — é um modo de administrar que inclui o pensar e o fazer coletivo e, por isso, exige que se alterem os processos de definição das tarefas, responsabilidades e encargos assumidos pelos trabalhadores (BRASIL, 2010). Para tanto, é preciso afirmar a gestão como inerente à atividade, às práticas cotidianas no trabalho. Ao afirmamos a gestão como algo indissociado das práticas de trabalhadores, usuários e "gestores", pretendemos nos distanciar da ideia de gestão como função centralizada na figura do gestor e nos departamentos administrativos. Assim, rompendo com a lógica dominante do mercado, a cogestão desponta no cenário das políticas públicas de saúde com vistas a "[...] reinventar e ampliar as possibilidades históricas de mudança" (CAMPOS, 2000, p. 17).

Entendendo a necessidade de fortalecimento de coletivos que possibilitem a operacionalização da cogestão, o trabalho oferece Apoio Institucional à Gerência de Atenção Básica de Cariacica no processo de territorialização em saúde nesse município. A função de apoio institucional é exercida como método/dispositivo de intervenção em práticas de saúde pública (BARROS; GUEDES; ROZA, 2009),

tendo por horizonte o fomento de "[...] espaços protegidos de fala e escuta para as equipes que experimentam processos de mudança em suas formas de gestão" (BRASIL, 2010, p. 23).

A atuação dos apoiadores incide no engajamento no trabalho de forma a ampliar a capacidade de análise e intervenção dos coletivos e sujeitos forjados no processo. Trata-se, portanto, de uma tecnologia relacional que requer que o apoiador se coloque ao lado dos sujeitos na análise de seus processos de trabalho, de modo a fomentar instrumentos que provoquem desvios, acolhendo e fortalecendo o que no grupo se desloca desses modelos. Do ponto de vista metodológico, o desafio é "[...] propor alteração dos modos de fazer, de trabalhar, de produzir no campo da saúde, entendendo ser esta uma tarefa para todos os que estão implicados na construção de políticas públicas de saúde" (ESCOSSIA, 2009, p. 692).

A estratégia do apoio institucional tomada como método de intervenção se expressa por uma função de apoio que dá passagem, persegue a criação de grupalidade, de forma a fortalecer e montar redes de coletivos. Lugar-função que instiga, lugar de passagem que viabiliza processos de desestabilização do que está instituído, fazendo emergir outros planos de afetos, de encontros, de constituição de redes de conversa, redes afetivas (BARROS; GUEDES; ROSA, 2009).

FIANDO UM COMUM: PISTAS INTERVENTIVAS

A constituição de grupos heterogêneos, nesse debate construído no referido município, faz emergir interesses, saberes, experiências e modos de inserção diversos no processo de trabalho, convergindo em torno de objetivos e desafios comuns: como construir políticas públicas em saúde, comprometidas com a coletivização da gestão, com a publicização das relações entre trabalho (saberes), sujeitos (necessidades, desejos e interesses) e poderes (modos de relacionar saberes e sujeitos)? Como operar com os limites de infraestrutura apresentados nos serviços de saúde de Cariacica de modo a transpô-los, ao invés de

tomá-los como impedimento à realização do trabalho de organização da rede, sem, contudo, apaziguar as indignações que deles decorrem?

Construir práticas de saúde para as populações e, acima de tudo, com elas, exige mudanças no processo de constituição dos sujeitos nessas práticas. Somente com trabalhadores e usuários corresponsáveis é possível efetivar a aposta que o SUS faz na universalidade do acesso, na integralidade do cuidado e na equidade das ofertas em saúde, enfim, na constituição de políticas públicas de saúde. Discutir junto com os trabalhadores da rede de saúde do município de Cariacica (profissionais do PSF e do PACs) o trabalho realizado cotidianamente na rede de Atenção Básica desse município tem sido a estratégia utilizada na intervenção.

A aposta metodológica, então, é, retomando a máxima socioanalítica, transformar para conhecer a experiência atualizada no município de Cariacica em sua potência ontogenética (criação e modificação da realidade), o que desafia o pensamento a superar o modelo de representação. Fazer intervenção, então, é lançar-se em uma experiência de criação de si e de mundos. Nesse sentido, trabalhar no município requer que façamos do "trabalho" de intervenção-apoio uma escuta da experiência do trabalho.

Assim, o método de trabalho é o resultado de uma construção conjunta com aqueles que fazem a demanda de uma transformação. Tal direção metodológica se efetiva, na medida em que todos os participantes se engajam nas atividades de análise da situação vivida no município. Cabe a nós, psicólogos, então, estarmos juntos nessa empreitada, oportunizando a criação de situações em que o que vem sendo produzido no campo da saúde em Cariacica, em especial, na Atenção Básica, possa ser pensado, questionado e ganhe outros rumos, quando desejável; e que esses outros rumos, talvez outrora impensados, possam se tornar possíveis e vivíveis.

Buscamos, então, por meio dessa metodologia de trabalho, afirmar um construtivismo radical, visando não às suas regularidades a partir de hipóteses e variáveis controladas, mas às possibilidades de

divergir, aos movimentos de inventividade do viver, em um constante processo de diferenciação que se atualiza nas situações concretas de trabalho em saúde.

Nesse âmbito, estamos falando de outra forma de lidar com a política como possibilidade de composição de um mundo comum. Um coletivo não está jamais garantido, uma vez que sua existência se faz por meio dos próprios movimentos de sua constituição. É possível apreender o coletivo não mais por oposição a indivíduo, mas a partir de relações estabelecidas entre dois planos que constituem a realidade: o plano das formas, plano das realidades constituídas, da organização da realidade, concernente às figuras estabilizadas, com contornos definidos e com caráter constante, e o plano das forças, que é a dimensão potencial de transformação, dimensão instituinte. Tais planos não mais tomados em uma perspectiva de oposição, constroem relações de reciprocidade entre si, viabilizando uma multiplicidade de cruzamentos.

Política, nessa direção, seria a composição de um mundo comum, como processos e, assim, não existem certezas ou saberes inquestionáveis. A direção é outra. Processos políticos criam estratégias que viabilizam as mutações que se insinuam no presente, no concreto das situações vividas pelos humanos, escapando às sobrecodificações. Política não se circunscreve a um domínio particular da sociedade; é movimento de constituição de coletivos. É a partilha, e não a homogeneidade, o que viabiliza o coletivo. No entanto, essa tarefa não se efetiva de forma tranquila, implica controvérsias, embates, conflitos.

Se, como anunciamos no início deste texto, as políticas de governo, os estabelecimentos com seus contornos definidos são efeitos de uma composição do plano das formas com o plano instituinte das forças em luta, as formas não são o ponto de partida para nossas intervenções, pois são resultado desse jogo de forças, conglomerado de vetores. Assim, trabalhar em políticas públicas é acessar esse plano comum, interferir nos processos que constituem as realidades e não partir das realidades como aspectos sempre já dados.

É preciso, então, na contramão das formas totalitárias, apostar em modos de fazer que privilegiem o estar junto, a fiação do comum. Menos que reivindicar sentidos ou modos certos de se fazer ou pensar, faz-se necessário partilhar práticas. Isso porque o fato de haver uma política bem delimitada do SUS, e ainda que se possa encontrar a política de humanização descrita em algumas dezenas de cartilhas e documentos, o que se mostra precioso é a possibilidade de tecermos sentidos partilhados que propiciem ao trabalho um brilho singular, singularidade que, por paradoxal que possa parecer, alinhava a produção do comum.

REFERÊNCIAS

BARROS, M. E. B. **Memórias inventadas**: a segunda infância. São Paulo: Planeta, 2006.

BARROS, M. E. B. Trabalhar: usar de si – sair de si. **Interface, Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 11, n. 22, p. 355-357, maio/ago. 2007.

BARROS, M. E. B.; GUEDES, C. R.; ROZA, M. M. O apoio institucional como método de análise-intervenção no âmbito das políticas públicas de saúde: a experiência em um hospital geral. **Revista Ciência e Saúde Coletiva online**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 12, dez. 2009.

BENEVIDES, R.; PASSOS, E. Por uma política de narratividade. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 131- 49.

BENEVIDES, R.; PASSOS, E. Humanização na saúde: um novo modismo? **Interfaces,** Botucatu, v. 9, n. 17, p. 389-94, 2005a.

BENEVIDES, R.; PASSOS, E. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 561-571, jul./set. 2005b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria no 648/GM**. Aprova a política nacional de atenção básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica para o programa saúde da família (PSF) e o programa agentes comunitários de saúde (PACS). Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. **Cadernos HumanizaSUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. v. 2.

CAMPOS, G. W. de S. **Um método para análise e cogestão de coletivos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

ESCÓSSIA, L. O coletivo como plano de criação na saúde pública. **Interface –** Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 13, n. 1, p. 689-94, 2009.

ESCÓSSIA, L.; TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 92-108.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

GOTARDO, S. M. **Políticas de comunidade nos terrenos da educação**. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2001.

KAFKA, F. Comunidade. *In*: KAFKA, F. **Narrativas do espólio**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002. p. 112-113.

LATOUR, B. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. *In*: NUNES, J. A.; ROQUE, R. (org.). **Objetos impuros**: experiências em estudos sociais da ciência. Porto: Edições Afrontamento, 2007. p. 39-61.

PASSOS, E.; EIRADO, A. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. *In:* PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 92-108.

ROMANO, R. O público e o privado. *In*: HEIMAN, L. S.; IBANHEZ, L. C.; BARBOZA, R. (org.). **O público e o privado na saúde**. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 146-162.

SADER, E. S. O público, o estatal e o privado. *In*: HEIMAN, L. S.; IBANHEZ, L. C.; BARBOZA, R. (org.). **O público e o privado na saúde**. São Paulo: Hucitec, 2005.

SANTOS, M. **Território e sociedade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

Cidades e políticas públicas[78]

Ana Lúcia Coelho Heckert
Maria Elizabeth Barros de Barros
Silvia Vasconcelos Carvalho

"Pobres são os mais atingidos pela poluição urbana" (SALDIVA *apud* HARARI; CRISTI, 2012, p. 1). Assim, tem início uma matéria recentemente noticiada na mídia brasileira. Paulo Saldiva, professor da Faculdade de Medicina da USP, especialista em poluição atmosférica, ao ser entrevistado pela revista *Carta Maior*, afirma que o que impede as metrópoles de reduzirem a emissão de poluentes são motivos políticos e interesses econômicos. "O fato de tratarmos o solo das cidades como mercadoria faz a população mais pobre migrar para áreas mais acessíveis na periferia, aumentando o tempo de permanência no

78 Publicado originalmente na **Fractal, Revista de Psicologia**, v. 28, n. 2, p. 266-274, ago. 2016.

tráfego", diz Saldiva (*apud* HARARI; CRISTI, 2012, p. 2). A matéria traz, ainda, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), segundo os quais, cerca de 1,3 milhão de mortes por ano no mundo são causadas pela poluição urbana. Só em São Paulo morrem 4 mil por ano, diz a matéria. Indica, também, outro dado alarmante: o aumento surpreendente de 2,9 mil mortes, em 2004, quando o número de carros ainda era um terço menor do que o atual. Os principais atingidos foram idosos, crianças, gestantes, portadores de doenças respiratórias e cardíacas crônicas e, principalmente, os mais pobres.

Segundo Paulo Saldiva (*apud* HARARI; CRISTI, 2012, p. 2), "[...] não há impedimentos técnicos ou falta de conhecimento para que esse problema seja resolvido. No meu entendimento, temos todas as condições de resolver o problema da poluição do ar em nossas cidades em alguns anos".

O patologista indicou duas causas fundamentais do problema: o caráter segregador da ocupação do solo nas metrópoles e a falta de políticas públicas que privilegiem o transporte público. De acordo com a OMS, os elevados níveis de poluição na cidade de São Paulo são responsáveis pela redução da expectativa de vida em cerca de um ano e meio. Afirma, ainda, que quem mais polui são os carros, e, nas grandes cidades do Brasil, a opção pelo transporte veicular sequer traz o benefício de uma mobilidade eficiente. "A existência de um transporte coletivo rápido, eficiente e barato daria a motivação para que a população migrasse para o transporte público", afirma Saldiva (*apud* HARARI; CRISTI, 2012, p. 2).

Em outra matéria (OTÁVIO, 2012), agora na cidade do Rio de Janeiro, a juíza Maria Teresa Gazineu, titular da segunda vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o tema são as obras de reurbanização do morro da Providência, localizado entre a estação férrea Central do Brasil e a zona portuária. A matéria nos traz importantes informações sobre o morro, no que se refere aos laços com a história da cidade e do país. Conforme o articulista, sua ocupação data de fins do século XIX, após soldados que voltavam

da guerra de Canudos (1896-1897) verem descumprida a promessa do governo federal de dar-lhes residência legalizada nas imediações do Centro. A palavra Favela teria nascido ali, já que os ex-soldados faziam referência ao local com o mesmo nome de um morro que foi palco de batalhas no interior da Bahia, assim batizado a partir de sua vegetação. Praticamente abandonado durante grande parte do século XX e começo do XXI, quando em 2008 foi palco de violenta ocupação por tropas militares federais para tentar estancar as batalhas pelo comando do tráfico de drogas e pavimentar o caminho para a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), carro-chefe da política de segurança do atual governo do estado. O Morro da Providência encontra-se no meio do caminho das reformas urbanísticas que forjam o Rio do século XXI, a partir de eventos internacionais como a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016. A matéria termina nos lembrando uma anedota sobre o ex-jogador de futebol Garrincha, que, após ouvir um plano perfeito do treinador para eliminar o adversário, interrompeu a empolgação geral e perguntou, "Tudo bem, mas combinou com o lado de lá?". "A prefeitura parece também ter se esquecido de parte importante do projeto, os moradores, pelo menos no que diz respeito à execução das obras e a remoção de moradias" (OTÁVIO, 2012, s/p).

Guattari (1992) caminha nessa direção em suas análises sobre as cidades no contemporâneo, convocando-nos a pensar estratégias urbanísticas que se constituam em outra direção ético-política. Em "Restauração da cidade subjetiva", Guattari (1992, p. 172) afirma que vivemos um "drama urbanístico" que sinaliza uma crise que envolve o futuro da espécie humana no planeta e nos indica a urgência de uma reorientação radical dos meios e finalidades de produção no campo social, que implica uma inflexão da industrialização e

> [...] uma limitação da circulação de automóveis ou a invenção de meios de transportes não poluentes, e o fim dos grandes desflorestamentos [...]. Ele ainda destaca que esse processo inclui,

> necessariamente, uma mudança de mentalidades e dos hábitos coletivos, delineando-se, portanto, uma inflexão radical nos modos de produção subjetiva hegemônicos hoje. Destaca que as problemáticas urbanas são meio de produção de subjetividade, o que implica que não é mais possível que os urbanistas pensem as cidades apenas em termos de espacialidade, uma vez que o "[...] fenômeno urbano mudou de natureza (GUATTARI, 1992, p. 173).

Segundo Guattari (1992, p. 172, grifo do autor),

> As cidades são imensas máquinas – *megamáquinas*, para retomar a expressão de Lewis Mumford – produtoras de subjetividade individual e coletiva. O que conta com as cidades hoje, é menos os seus aspectos de infraestrutura, de comunicação e de serviço do que o fato de engendrarem, por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana sob todos os aspectos que se queira considerá-la.

Essas são pistas importantes que Guattari (1992) indica-nos para o propósito deste texto: pensar o modo como as políticas públicas se forjam hoje no contemporâneo, no que diz respeito à experimentação de um novo urbanismo, um modo de lidar com a questão das cidades. Na esteira do autor, entendemos que é importante pensar em transformações políticas, o que não pode ocorrer sem uma mutação de "mentalidades" nos modos de produção de subjetividade. Encontramo-nos, portanto, diante de um círculo de dupla direção. "Uma ordem objetiva 'mutante' pode nascer do caos atual de nossas cidades e também uma nova poesia, uma nova arte de viver" (GUATTARI, 1992, p. 175). Como pensar as políticas públicas que ordenam as cidades hoje? Como produzir conexões entre os modos de fazer andar a vida nas cidades e as políticas que as administram? Como pensar as cidades a partir de políticas efetivamente públicas, ou seja, que implicam participação social em sua elaboração, planejamento, execução, monitoramento?

INTERVENÇÕES FABRICANDO OUTRAS PAISAGENS NA CIDADE

Nas primeiras décadas do século XIX, Londres e Paris conviviam com um impressionante crescimento demográfico, efeito do êxodo maciço da população do campo atraída pelo processo de industrialização em curso nessas cidades. Multidões de pessoas circulavam por suas ruas, produzindo um novo cenário que, por sua vez, suscita nova ordem de questões.

Sobre essas cidades se debruçaram pensadores, filósofos, escritores e médicos com o fim de propor soluções não mais para problemas pontuais da cidade, mas para dar conta desse espaço urbano emergente que se colocava em relação de descontinuidade, de ruptura, com seu passado e que se transformava, ele mesmo, em problema. Descreviam essas cidades como lugares onde tudo era imundície e miséria e onde milhões de mulheres e crianças se amontoavam em cubículos, construídos em pátios sombrios, sem ar e sem luz. Falavam de casebres e casas que praticamente se atropelavam umas às outras e se agrupavam em torno de monumentos que glorificavam a história da civilização. "Paris é o casamento do luxo e da miséria: esse é o complemento do quadro" (CHOAY, 1965, p. 78).

As soluções apontadas por esses críticos apresentavam alguns pontos em comum dirigidos para a ordenação, sistematização e classificação dos espaços e bairros urbanos: Owen (1771-1858) sugeriu o melhoramento das habitações e sua alocação em cidades-modelo cercadas de espaços verdes; Fourier (1772-1837) propôs a Teoria Falangista que postulava a integração do campo com a cidade pela racionalização e classificação sistemática dos lugares e das atividades. Cabet (1788-1856) propôs uma cidade onde os bairros seriam bem diferenciados e classificados, os prédios pintados de cores diferentes, de acordo com sua finalidade e natureza: vermelho para os grandes prédios, azul para as oficinas, violeta para os monumentos, e as ruas devendo ter 16 casas de cada lado, com um edifício público no

meio. Estabeleceu também locais específicos para assembleias populares (CHOAY, 1965).

Se essas propostas nunca chegaram a se efetivar em projetos definidos, as repercussões das transformações tecnológicas, econômicas, políticas e demográficas ocorridas mudaram não só o perfil físico e social das cidades, mas produziram novos sistemas de ideias e de articulação de conceitos para nomear essa configuração emergente (PECHMAN, 1994).

Antigos problemas relativos à moradia, às epidemias, à miséria e ao desemprego tiveram de ser redimensionados, com a invenção de instrumentos que esquadrinharam, recortaram e transformaram a cidade em "objeto de saber". A antropologia, a sociologia, a psicologia, a demografia, a arquitetura e o urbanismo foram os saberes emergentes que se juntaram à medicina para dar conta do "urbano", que aparece como um conceito quando a cidade se torna um tema em si mesma e remete não à sua materialidade somente, mas a uma síntese que vai pretender dar conta das novas formas de conhecer e intervir no campo social (PECHMAN, 1994).

Segundo Fourquet e Murard (1978), a organização dessas cidades, impulsionada pela industrialização crescente, foi concebida à imagem de um equipamento coletivo de "disciplina", fixação e de supervisão. Com isso, os autores indicam que a cidade captura as forças materiais e fluidas das multidões para fixá-las no campo social e territorial, no que ele denomina como equipamentos coletivos de poder: a escola, o hospital, a prisão e as casas domiciliares, alinhando-se com Foucault, quando esse alerta para o modo de organização da vida em que o espaço é esquadrinhado e conectado, de modo a intensificar a disciplinarização da vida que ele denomina como dispositivo disciplinar.

> A fábrica não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de produção. A escola não exclui os indivíduos; mesmo fechando-os; ela os fixa a um aparelho de transmissão de saber. O hospital

> psiquiátrico não exclui os indivíduos, liga-os a um de correção e normalização (FOUCAULT, 1996, p. 114).

Essas instituições "disciplinares" funcionarão como modelos universais a serem aplicados em qualquer outro tipo de equipamento ou dispositivo de poder, como sistemas rígidos e fechados de inclusão e normalização, codificados em regras e normas institucionalizadas e devidamente supervisionadas (FOURQUET; MURARD, 1978).

Em decorrência de tais processos, essa cidade industrial produziu aparatos que operavam por meio de repartições/disjunções em cadeia, com as quais a massa populacional era avaliada e alocada no espaço social:

> Uma série de alternativas fechadas, de disjunções rígidas, determinantes de espaços fragmentados, limitados e, por vezes, espaços de exclusão: família/sociedade civil, público/privado, saudável/doente, doente físico/doente mental, trabalhador/sem trabalho, operário/vagabundo; crianças normais/ crianças desadaptadas (FOURQUET; MURARD, 1978, p. 76).

O habitante da cidade industrial era reconhecido em função dos serviços coletivos e materiais em que estavam inscritos: se trabalha, está na fábrica; se é doente mental, está no manicômio; se é criança, está na escola; se é doente, está no hospital; se é velho, está no asilo. Se não está inscrito em nenhum desses lugares, certamente está em lugar nenhum, engrossando as filas que se formam no exterior das fábricas, andando sem destino pelas ruas, morando em lugares onde não se deve morar, não comendo o que se precisa comer. Para esses, "[...] foi necessário inventar a criminalidade" (FOURQUET; MURARD, 1978, p. 73).

Segundo Foucault (1979, p. 288), a emergência de tal população urbana industrial como objeto de estudo está ligada à mudança, na Europa, na forma de governo da época, não mais centrada no

quadro jurídico da soberania, mas voltada para uma arte de governar, essa vinculada ao desenvolvimento de uma ciência econômica que possibilitou circunscrever a especificidade dos problemas ligados à população: seu funcionamento próprio, sua regularidade e seus deslocamentos, a partir do conhecimento do número de mortes, de nascimentos, das doenças, dos fluxos de trabalho, de riqueza e dos efeitos econômicos que produziam.

Nesse contexto, a estatística é transformada em importante instrumento para a análise e controle desses fenômenos populacionais, contribuindo para a ciência/arte política de governo que, de posse de tal conhecimento, visa governar essa população, aumentar sua saúde, sua riqueza, gerir seu curso, administrar seus movimentos, por meio de táticas e técnicas, circunscrevendo um novo poder — a biopolítica.

Tal poder, todavia, não vai dispensar o dispositivo disciplinar.[79] Ao contrário, esse será valorizado e reforçado para além de seus objetos e objetivos iniciais que se aplicavam aos corpos no interior dos espaços fechados — a casa, a escola, o quartel, as oficinas, os hospitais, o exército —, formando um quadro de gestão que vai se acoplar com uma tecnologia regulamentadora, que realoca esses corpos nos processos biológicos coletivos, a tecnologia biopolítica. Esta não exclui aquela, mas se compõe com ela: o conhecimento gerado a partir dos corpos fixados, disciplinados e normalizados se articula com

79 Em Foucault (1979, p. 244), dispositivo é "[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos". Nessa discussão, o dispositivo disciplinar diz respeito ao processo de esquadrinhamento que delimita de modo preciso o lugar e o sentido político de cada instituição, focalizando o indivíduo e o controle do seu corpo. O dispositivo disciplinar funciona por meio de estratégias como a concentração e a distribuição no espaço, a ordenação do tempo e a sanção normalizadora.

os mecanismos reguladores e incidirão sobre a população, retificando seu curso, seu peso, sua forma (FOUCAULT, 1999).

De modo a tornar mais clara essa composição entre os mecanismos disciplinadores, formadores das normas e os regulamentadores da biopolítica, Foucault (1999, p. 299) dá o exemplo das cidades operárias. De um lado, articulações disciplinares: a disposição espacial da cidade, com a separação entre espaço público e espaço privado e a localização espacial das construções, cada uma com sua função específica (as casas, os negócios, as oficinas e outros); a organização interna das casas — cada indivíduo em seu lugar, em seu cômodo; a normalização dos comportamentos — o papel da mãe de família, do pai, o lugar do filho. De outro, perpendicular a esse, os mecanismos regulamentadores, incidindo sobre o conjunto populacional: as campanhas de insistência na poupança para a compra e manutenção de moradias, para os seguros de saúde e as aposentadorias, as regras preventivas coletivas para assegurar a saúde, prolongar a vida útil de trabalho, as políticas da natalidade, de educação, voltadas para o cuidado e a conservação das crianças e adolescentes. E a numeração obrigatória das casas, o controle das carruagens e a fotografia, que possibilitava o registro dos habitantes dessa cidade.

Na organização dessa cidade/objeto, o projeto de intervenção no espaço urbano não se deu a partir de nenhum dos autores citados, mas veio pelas mãos do Barão Haussman, com uma iniciativa que transformou a configuração urbana de Paris da segunda metade do século XIX e se difundiu para outras capitais europeias, chegando ao Brasil no início do século XX, capitaneada à época pelo prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos (BENCHIMOL, 1992).

Na ocasião em que Pereira Passos assumiu a Prefeitura da cidade, o Rio de Janeiro, com sua estrutura de cidade colonial, possuía quase um milhão de habitantes mal servidos por redes de transportes e de esgoto, de abastecimento de água e de programas de saúde e segurança. Na região central — a Cidade Velha e adjacências —, eclodiam habitações coletivas, os cortiços, epidemias de febre amarela, varíola,

cólera, conferindo à cidade a fama internacional de porto sujo ou "cidade da morte", como se tornara conhecida.

A reforma urbana de Pereira Passos, período conhecido popularmente como "Bota-abaixo", visou o saneamento, a urbanização e o embelezamento, a fim de conceder ao Rio de Janeiro ares de cidade moderna e cosmopolita.

O prefeito, médico sanitarista e filho do Barão de Guaratiba, presenciou a remodelação proposta por Haussman, tomou Paris como modelo e propôs uma série de modificações, como a modernização da zona portuária, o aterro de pequenas enseadas, a abertura de ruas amplas e largas avenidas, das quais a mais famosa foi a Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco, que deveria ser margeada de ambos os lados por prédios elegantes e artísticos, segundo um padrão definido de construção. Criou e impôs, igualmente, uma extensa lista de leis draconianas, de modo a disciplinar a vida social, o que redundou em um mecanismo inibidor e seletivo do livre trânsito dos moradores pela cidade — as posturas municipais (BENCHIMOL, 1992).

Em seu conjunto, as mudanças urbanísticas projetadas atendiam a dois objetivos complementares: o primeiro dizia respeito à circulação urbana de veículos, mercadorias e pessoas; o segundo, à transferência de um espaço densamente povoado por um contingente de pessoas de origens e extrações sociais diversas, repleto de casas de cômodos e cortiços, para outro grupo de proprietários, aos quais caberia edificar os novos prédios que embelezariam a Avenida.

Esses projetos promoveram um favorecimento da vida das camadas mais ricas da população e o "exílio" de ex-escravos, operários e assalariados sobre quem recaiu o ônus da modernização. Esse contingente de pessoas, além de ter perdido suas moradias, teve que abandonar suas ocupações no mercado informal de trabalho, desenvolvido, na maioria das vezes, nas ruas da cidade. Os vendedores ambulantes, os condutores de transportes de tração animal, os vendedores dos quiosques, os engraxates, os carroceiros, as lavadeiras, vendedoras de doces e outros quitutes e outros foram expulsos das vias públicas

nas áreas reurbanizadas por Pereira Passos, gerando a ideia de que a miséria e a desigualdade social haviam deixado de existir, quando o que houve foi um reforço da rígida estratificação do campo social (ARAÚJO, 1993, p. 233).

A estratégia utilizada pelos médicos, urbanistas e arquitetos para a redefinição da ordem social nesse período teve como base a reorganização disciplinar e higienista da cidade, fundada na "estabilidade", na "fixação" e na "homogeneidade". Entretanto, a "haussmanização", ou seja, o evisceramento dos bairros centrais das grandes capitais, não obteve o resultado desejado em relação à questão de habitação das massas populares. Ao lado da cidade idealizada, uma outra continuava existindo: a racionalidade urbana viu-se perturbada pela "desordem" de uma área que, apesar dos mecanismos oficiais, voltava à cena: os pardieiros, as moradias populares, as casas de cômodos que ressurgiam de imediato em outras partes, na busca de uma solução que garantisse a proximidade do local de trabalho com o lugar da moradia.

Esses trabalhadores encontraram também outra solução: apoiados em uma legislação que proibia a construção de casebres nas regiões saneadas da cidade, mas que era fluida e imprecisa em relação às encostas dos morros, ergueram suas casas nas fraldas dos morros existentes em todas as regiões da cidade (BENCHIMOL, 1992), assim como outros se deslocaram para as zonas suburbanas, que se transformaram em locais superpopulosos, construindo outras cidades.

Nesses espaços, essa população desqualificada resistia em seus costumes, religiões, músicas e danças, sempre observada de perto pela polícia republicana que se tornou um aparelho altamente poderoso e importante, cabendo a ela impedir toda e qualquer espécie de desordem, quer fossem movimentos individuais ou coletivos de transgressão. Sob o lema da "garantia das liberdades individuais", reprimiam movimentos associativos de qualquer espécie: políticos, religiosos, sociais, recreativos, circunstanciais ou individuais — crimes comuns ou de contravenção (NADER, 1994).

Entre vários de seus efeitos, as regulamentações resultantes dessa tecnologia produziram uma maneira de separar, no interior de uma população, uns grupos em relação aos outros. Elas engendraram cortes, rupturas no conjunto populacional ao qual se dirigiam e, sustentadas em sua quase totalidade por conhecimentos e procedimentos oriundos das ciências biológicas na vertente do darwinismo social, justificaram a desqualificação desses grupos de pobres, negros, mestiços, mulatos como seres inferiores, "os sem direito à cidade". Como não se enquadram em nenhum dos equipamentos de fixação coletiva referidos anteriormente, "ficam à margem" e são a expressão clara do lema biopolítico: "[...] fazer viver e deixar morrer" (FOUCAULT, p. 129, 2009).

Recuperar essas histórias passadas é importante. Não para demonstrar relações de causa e efeito entre passado e presente, mas para nos apresentar problemas com os quais ainda estamos relacionados. O "acontecimento favela", bem como os moradores pobres da cidade remodelada são nossos contemporâneos e se apresentam para nós no crescimento explosivo, em nível mundial, do número de favelas construídas nos morros, sobre palafitas nas margens de rios, lagoas e valões onde são despejados os dejetos e lixo urbanos. Compõem, com os "sem teto", o que Davis (2006) denomina como "Planeta Favela".

Nesses últimos tempos, as favelas brasileiras, além de abrigar trabalhadores que não têm condições de pagar por moradias em outros lugares, servem igualmente de abrigo para os centros de tráfico de drogas que impõem regimes de terror e de controle aos seus moradores. São também consideradas como o foco irradiador da violência urbana que aparece sob a forma da chamada "delinquência infanto-juvenil" e da "bandidagem adulta", que se alastra pela cidade a qual, por sua vez, exige intervenções drásticas para conter o que se denomina como violência urbana.

Ainda de acordo com Davis (2006, p. 200), a população favelada mundial cresce "[...] espantosos 25 milhões de pessoas por ano

[...]", tornando-se uma questão encampada pela ONU, FMI e Banco Mundial, preocupados com as Metas de Desenvolvimento mundial do Milênio. A partir de pesquisas e relatórios dessas agências e do fracasso de Conferências realizadas pela ONU em propor soluções para esse problema geopolítico, o Pentágono americano criou grupos de "Operações Militares em Terreno Urbanizado", treinados para um combate prolongado para dominar a luta nas ruas sob condições realistas de favelas nas cidades do terceiro mundo: "[...] as forças de segurança deveriam abordar o fenômeno sociológico das populações excluídas" (DAVIS, 2006, p. 200).

Metamorfoses da chamada questão social vêm se efetuando, de modo a alterar as paisagens da maioria das cidades brasileiras. Nas palavras de Telles (2010), uma complexa trama social é tecida e esta não cabe em modelos dualistas de análise e escapa ao que os indicadores sociais identificam como zonas de vulnerabilidade social.

> É nessas tramas que os lances da vida são jogados, é aí que se processam as exclusões, as fraturas, os bloqueios e também as capturas na hoje extensa e multifacetada malha de ilegalidades que perpassam a cidade inteira e que operam, também elas, como tantas outras formas de junção e conjugação da trama social [...]. No meio, quer dizer, em tudo o que importa, não existe o vazio que expressões como a de exclusão social podem sugerir, mas os fios que tecem a tapeçaria do mundo social, as tramas da cidade, e nas quais estão em jogo os sentidos da vida e das formas de vida (TELLES, 2010, p. 198).

Outra "ordem de problemas" emerge nas últimas décadas do século XX, segundo aponta Telles (2010), a partir das contribuições de Agamben acerca das conexões entre Estado de Exceção e vida nua. E, nesse conjunto de problemas, podemos incluir a degradação dos espaços públicos, a violência das forças repressivas estatais, a domesticação dos movimentos e coletivos pela via do empreendedorismo

estatal, os efeitos da agenda neoliberal, dentre outros, desenhando outros modos de circulação e ocupação das cidades. A participação e a reivindicação "dentro da ordem democrática" encapsulam os direitos sociais e políticos e a participação na gestão da cidade, via políticas públicas, nas malhas do já pensado, do já permitido, do suportável para os limites da ação estatal, do realismo das escolhas possíveis, do consenso efetuado entre alguns poucos.

Mas, como aponta Mizoguchi (2012, p. 53), muitas operações atualizam-se na superfície das cidades; "[...] modulações das modulações dos modos de existência, fascismos, multiplicidades, poderes e estilos – contemporâneos pondo-se em infindos embates". E é nesse campo de questões que as políticas públicas são reivindicadas e se tornam objeto de indagação por parte da população.

ENTRE POLÍTICAS DE GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS: PENSANDO AS CIDADES

No nosso entendimento, para avançar no debate acerca das articulações entre políticas públicas e um novo urbanismo, é necessário definir algumas diretrizes que nos ajudem nesse processo, por exemplo, o conceito de política e de política pública.

No dicionário de política da UnB, Norberto Bobbio *et al.* (2002) nos oferece uma definição de política derivada de polis (*politikós*), que diz respeito a tudo o que se refere à cidade. Segundo o autor, já em Aristóteles, na sua obra Política, encontramos uma concepção de política que se refere à natureza, funções e divisão do estado, assim como às várias formas de governo. Política como arte ou ciência de governar e de reflexão nas cidades. Política como polis, arte e ciência de governar, o Estado compareceria como um de seus aspectos (BARROS, R.; PASSOS, 2009).

Na modernidade, o termo política designa a atividade ou conjunto de atividades que têm como referência a polis, entendido como o Estado. Em todas as suas modulações, o que se mantém é a ideia de

política como uma atividade ou práxis humana, poder político como exercício de poder. Diferente do poder despótico, que se exerce pelo interesse do senhor, o poder político se exerceria pelo interesse de quem governa e de quem é governado.

As políticas de governo estão articuladas em função de conjunturas, têm institucionalização mais fraca e menor durabilidade e se referem a um projeto específico de forças políticas que assumem o aparelho de Estado e dependem do arranjo de forças e das escolhas políticas.

Romano (*apud* BARROS, M.; PIMENTEL, 2012) apresenta uma interessante análise para esse debate sobre políticas no Brasil, a afirmar que, no que diz respeito ao caso brasileiro, não temos um Estado federativo, nem democrático, uma vez que as políticas que ele determina não passam pelas três esferas — legislativo, executivo e judiciário — e menos ainda pela sociedade civil. Para o autor, o Estado brasileiro, surgido contra a Revolução Francesa, seria uma tentativa de prevenir supostos "desmandos democráticos" advindos das revoluções francesa e americana. Aqui, estaria expressa uma ideia antidemocrática, segundo a qual um poder moderador e neutro seria necessário para ajudar a amortecer choques entre os três poderes no Brasil. Romano considera, entretanto, que esse poder não é neutro e se tornou prerrogativa do chefe de estado que pelo executivo controla o parlamento e o judiciário. O poder moderador seria do presidente da república, o que confere até hoje aos chefes de Estado poderes ditatoriais: superconcentração das decisões no poder central e maior concentração dos poderes no executivo. Temos, assim, um federalismo estranho, que não permite diversidade nos ordenamentos legais e nas políticas públicas de estados e municípios.

Tal uniformidade normativa, segundo Romano, abstratamente reúne povos, culturas, situações diversas de modo igual, por meio de portarias de saúde e educação, por exemplo, que regem todo o país de norte a sul. Essa situação vai de encontro à emergência de práticas sociais e políticas transparentes e democráticas, efetivamente,

públicas, portanto. Até aqui, a noção de público está confundida com a estatal. Ora, sabemos que o fato de ser estatal não garante o caráter público das práticas. O caráter público dos projetos e programas se faz quando expressam interesses coletivos e funcionam em consonância ao bem-estar coletivo, que se opõe ao funcionamento particularizante com seus totalitarismos e individualizações (BARROS, M.; PIMENTEL, 2012).

Encontramos também em Sader (2005) formulações sobre essa temática, segundo as quais o público assumiu formas confundidas com estatal, em função de uma ambiguidade da crítica a uma concepção liberal de Estado e, assim, Nação, classe, comunidade são invocadas para promover renúncias no plano individual em nome do público, mas na realidade falando em nome do estatal (SADER, 2005). Historicamente, diz ele, o primado do público representou a expansão dos poderes de intervenção do Estado, na sua capacidade de regular o mercado. As análises do autor nos indicam, assim, que, por definição, o Estado não é público, nem privado, mas campo de disputa entre essas duas esferas. Não podemos, sobretudo, reduzir o público ao estatal. Diz ele:

> A crítica ao 'estatismo', paralelamente à apologia do mercado, dos espaços privados, da 'sociedade civil', tiveram como principal efeito – além da desvalorização do primeiro (pólo-estatal) em favor do segundo (pólo-privado), – o deslocamento do outro elemento que antes fazia parte integrante da polarização – o público (SADER, 2005, p. 43).

Tal deslocamento acabou favorecendo a exaltação do polo privado e, ao desqualificar o Estado, faz desaparecer o público (SADER, 2005), afirma o autor. Assim, os dois termos da dicotomia podem ser definidos independentemente um do outro ou ter sua definição centrada em um deles, sendo o outro definido por exclusão. O privado passa a ser o não público, e os dois termos são definidos de forma

antagônica e mutuamente dependentes. A definição de um termo está vinculada ao outro e ganha sentido por contraposição. "O interesse público é determinado imediatamente em relação e em contraste com o interesse privado e vice-versa" (SADER, 2005, p. 44). Há, aqui, uma diferença essencial na natureza entre público e privado, que seriam elementos contraditórios entre si. O público pertenceria ao grupo, à coletividade, a sociedade global e o privado ao que pertence a seus membros individuais, eventuais grupos minoritários, como a família, por exemplo. Tal diferenciação pauta-se, portanto, na dicotomia indivíduo-sociedade.

Cabe destacar, entretanto, que o Estado e os governantes não podem ser a única expressão do coletivo, o que seria privatização das políticas. Mesmo porque ao apresentarmos o coletivo como uma pista para a constituição de políticas públicas, falamos de uma impessoalidade que se faz fora da malha que dicotomiza indivíduo e coletivo. É importante destacar o modo como uma política se constitui como pública, pois uma vez que, se ela se integra à máquina estatal, há o risco de uma captura política que pode se desdobrar num aspecto rígido, inflexível.

Por outro lado, o sentido do termo política para além do domínio das máquinas de governo, seria o de atividade humana, que coloca em relação sujeitos, articulando-os segundo regras ou normas não necessariamente jurídicas ou legais. Desloca-se, assim, a política de um centro de poder (o Estado, uma classe), considerando também seu exercício em arranjos locais, por microrrelações, indicando a direção micropolítica das relações de poder (FOUCAULT, 1979).

Uma política pública, portanto, implica participação social em sua elaboração, planejamento, execução, monitoramento e ser estruturada e balizada por meio de lutas coletivas e interesses das diferentes dimensões do *socius*. Essa dimensão pública de uma política se atualiza como rede de relações multivetorializada, exige interferências, transversalidade, cogestão, inclui sujeitos, com necessidades, demandas. Política pública — ao não se restringir à política de

governo, modificável ao sabor das ondas administrativas é instituição coletiva em meio às lutas sociais por outras cidades, por outros modos de fazer andar a vida, por um outro urbanismo.

As políticas públicas são forjadas por um modo de funcionamento capaz de orientar as singularidades para fora da ordem de serialidade e unidimensionamento e estão além do Estado. Esse comum que se constrói em uma política pública se constitui como multiplicidade composta por diferenças singulares que encontram na gestão do comum um novo modo de governo (BARROS, M.; PIMENTEL, 2012).

Conforme Barros, M. e Pimentel (2012), comum não é uma identidade, não se confunde com povo, nem é uniformidade como as massas, são as diferenças que se devem comunicar as diferenças e agir em conjunto. Esse comum se faz como rede heterogênea, dispersa, complexa e multidirecional. Coletivo e singularidade não se excluem, singularidade não é sinônimo de individualidade, pois este último é relação do eu com uma realidade transcendente. Então, esse comum se faz não como materialização de forças hegemônicas que tendem a segmentar, individualizar, definir, demarcar, localizar, cerceando conexões de forças minoritárias que tendem a se exercer em outro sentido, faz-se por diferenciação e heterogênese.

Essa abordagem, que permeia políticas estatais e de governo, lida com comunidade-indivíduo. Um fazer que se faz público produz um coletivo que trabalha para além de si e de suas fronteiras, acolhe e cuida da vida-outra. Trabalhar com políticas públicas na esteira do que estamos afirmando é construir coletivamente estratégias de transformar para conhecer partindo de semióticas singulares, incluindo diferentes protagonismos. Pensar políticas públicas que ordenam cidades na direção de outros modos de subjetivação, como nos indica Guattari (1992), é fazer aparecer tensões e controvérsias. Indagando-se os pressupostos e crenças, constituindo-se rede, alterando o padrão comunicacional vigente.

Contudo, as políticas estatais, comumente chamadas de políticas públicas, têm funcionado, no sentido de efetuar um processo de integração e amortização de tensões de modo a gerir a miséria necessária (OLIVEIRA, 2011). A máquina estatal capitalística tenta integrar a experiência concreta dos coletivos, operando por meio de processos de individualização, segmentarização e interiorização, fortalece o mito de uma democracia representativa que se contenta com direitos sociais homogeneizantes e idealizados. Nesse processo, as supostas políticas públicas de educação, de saúde e de assistência social são colocadas a operar como dispositivos biopolíticos de gestão da vida (FOUCAULT, 2010), em suas estratégias de inclusão otimizam alguns modos de vida e aniquilam tantos outros; lubrificando o funcionamento da máquina estatal. Assim, vemos as políticas públicas sendo colocadas a operar como dispositivos de regulamentação da vida, de uma vida amesquinhada e resignada à escolha de possibilidades apresentadas pelo Estado capitalístico.

Mas não é sem tensões e embates que esses processos se efetuam. Como apontam Coimbra, Monteiro e Mendonça Filho (2006, p. 11), "[...] forças coletivas forçando novas formas de expressão [...]" esboçam outras movimentações que interferem nos traçados da cidade, produzem engasgos no funcionamento da máquina estatal capitalística, deslocam as crenças na democracia representativa e formulam indagações para as quais não é possível apresentar fáceis respostas. A crença de que as políticas públicas decorrem das ações estatais invisibiliza as lutas que incidem no governo da vida, nos dispositivos de regulamentação da existência, deslocando-os de suas trilhas.

Os modos de gestão da economia e de distribuição da riqueza socialmente produzida em voga constituíram a cidade como território de passagem de fluxos de capital, como espaço do perigo que deve ser evitado. Nesse processo, os trabalhadores, as pessoas em situação de rua, as mulheres, os homossexuais, os negros, as crianças, os jovens e os loucos foram alijados da cena urbana em nome de um espaço asséptico, desapropriando-os da cidade. Aqui, as políticas

estatais têm sido forjadas muito mais como dispositivos de governo da vida que retire os obstáculos à fruição do capital.

E é exatamente essa desapropriação que tem sido uma das estratégias das revoltas ocorridas em 2013: ocupar as ruas! Trata-se, como aponta Harvey (2013), do direito coletivo à cidade que incide nos processos de privatização do espaço urbano e da vida de modo mais amplo.

Os acontecimentos de junho de 2013 e as indagações que fazem ressoar: o que não tem começo, nem nunca terá...[80]

Em junho de 2013, inúmeras manifestações se espraiaram pelo Brasil tendo como alvo as práticas políticas institucionalizadas, o modo de funcionamento precário das políticas públicas, a militarização da vida cotidiana, o esgotamento do modelo de democracia representativa, as alianças entre governo e os interesses capitalísticos, a violência do aparato policial estatal, a condição de vida nas cidades, dentre inúmeras outras pautas. Ou, melhor dizendo, nas palavras de um dos inúmeros cartazes expostos por participantes dos protestos: "É tanta coisa que não cabe em um cartaz".

As revoltas de junho expressaram os gritos do intolerável, recusando os modos de vida delineados como inevitáveis. Nas várias indagações enunciadas, os protestos afirmavam que não era "Inútil revoltar-se" (FOUCAULT, 2004). Mais de um milhão de pessoas ocuparam as ruas expressando seu descontentamento com o estado de coisas instituído, constituindo o que autores como Braga (2013) nomearam como maior revolta popular da história brasileira. Não podemos deixar de mencionar que essas revoltas estão, de algum modo, conectadas às manifestações que se espraiaram pela Europa, EUA e pelo Oriente Médio, em 2011, ainda que cada uma delas tenha suas particularidades. Ainda que nelas também tenha se expressado um nacionalismo que alimenta e conserva modos

80 Trecho de letra da música "O que será?" (à flor da terra), de autoria de Chico Buarque (1976).

institucionalizados de vida. Slogans e bandeiras moralistas estiveram ao lado de expressões que problematizavam muitas das evidências que constituem nossa existência, tais como os modos de fazer política (FOUCAULT, 2004).

O artigo elaborado por Foucault e publicado no *Le Monde*, em 1979 (FOUCAULT, 2004), indagando o sentido ético da revolta das massas, é extremamente apropriado para falar das fagulhas que se espraiaram pelo país na metade dos anos de 2013. Com a ajuda de Foucault, vemos que não se trata de determinar um nexo causal, nem mesmo de fixar um ou outro começo que tenha incendiado o rastilho de pólvora, ou, ainda, de circunscrever de forma objetiva o conjunto de questões que disparou esse "acontecimento-junho". Nas palavras de Foucault (2004, p. 77):

> As insurreições pertencem à história. Mas, de certa forma, lhe escapam. O movimento com que um só homem, um grupo, uma minoria ou todo um povo diz: 'Não obedeço mais', e joga na cara de um poder que ele considera injusto o risco de sua vida – esse movimento me parece irredutível. Porque nenhum poder é capaz de torná-lo absolutamente impossível [...]. E porque o homem que se rebela é em definitivo sem explicação, é preciso um dilaceramento que interrompa o fio da história e suas longas cadeias de razões, para que um homem possa, 'realmente', preferir o risco da morte à certeza de ter de obedecer.

Os megaeventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, com o alto investimento estatal de verbas públicas que têm requerido e as interferências que têm sido efetuadas de forma verticalizada na vida cotidiana das cidades, somada à higienização étnica e social dos espaços urbanos, a intensificação de uma onda conservadora que acirra racismos, junto de um conjunto de políticas compensatórias forjadas de modo desigual e dos efeitos da agenda neoliberal, acrescido do modo como a vida vem sendo forjada na maioria das cidades

brasileiras, constituem apenas uma parte dos inúmeros disparadores desse acontecimento-junho. Como aponta Vainer (2013, p. 38-39), "[...] a cidade negócio se atualiza, quase sempre, através de parcerias público-privadas, novas formas de relacionamento entre Estado, capital privado e cidade".

O direito a uma vida não fascista, o direito à cidade e à constituição de modos de vida menos aprisionadores atravessaram os inúmeros protestos, trazendo novas indagações e expressando novas demandas por políticas públicas, requerendo outros modos de fazer política que a afirme como a arte do dissenso, no lugar do terrível consenso que vem sendo fabricado nas últimas décadas em nosso país.

Ainda que essas revoltas tenham sido desqualificadas pelas megacorporações, por agentes governamentais, pela mídia e por parte dos chamados partidos de esquerda, que procuraram pautas, lideranças, reivindicações claras e objetivas e desqualificaram os protestos, nomeando-os como badernas protagonizadas pela ação de vândalos, criminalizando movimentos e protestos, a maioria de jovens que compunham as vozes heterogêneas que gritaram e gritam nas ruas brasileiras colocaram o dedo na ferida de nosso tempo presente. Trata-se de ocupar o espaço público e debater os modos de governamentalização da vida que estão em cena.

Nesse processo, a indagação acerca dos direitos sociais e políticos e sua materialização em políticas estatais constitui-se como uma questão fundamental, mas que não esgota os enunciados das ruas; afinal, a luta "Não é por R$0,20 (vinte) centavos". Essas movimentações pautam o sucateamento da existência e as catracas econômicas, políticas e morais que têm constrangido a existência. Portanto, trata-se menos de indagar o que motiva e o os resultados desses protestos e muito mais ficar atento ao que está sendo enunciado. Pois "A melhor maneira de matar um acontecimento que provocou inflexão na sensibilidade coletiva é reinseri-lo no cálculo das causas e efeitos. Tudo será tachado de ingenuidade ou espontaneismo, a menos que dê 'resultados concretos'" (PELBART, 2013, p. 1).

Os acontecimentos de junho colocam em pauta o modo de vida nas cidades, os modos de fazer política e o sentido biopolítico das políticas estatais. As demandas não se encerram em mais políticas de educação, saúde, moradia, transporte etc., ainda que não as negue. Mais que movimentos reivindicatórios, tratam-se de movimentos desejantes que recusam uma vida sequestrada nas malhas do funcionamento atual do capitalismo, do empreendedorismo social dessa vida reduzida a um capital humano.[81]

Nossa indagação e curiosidade situam-se, exatamente, em acompanhar as interferências que tais revoltas têm efetuado nos modos institucionalizados de fazer política e nos modos de compreender os direitos sociais e políticos. Problematizar o modo como temos lidado com os direitos sociais e políticos parece importante para nos retirarmos de um compasso de espera que acredita que apenas a implementação desses direitos já constituídos é ferramenta de afirmação da vida. Não se trata de indignação fraca ou, como dizia Foucault (2010), a santa indignação dos governados, tão suportável para os governos e governantes da vida que se outorgam o direito de falar e delinear o que seriam os nossos problemas. Trata-se de interferir no modo de funcionamento das políticas, no regime de enunciação e fabricação dos direitos, nas obediências às restrições que esses mesmos direitos anunciam em suas cartas de deveres e intenções.

Um deslocamento parece emergir nas revoltas de junho e que diz respeito à enunciação quanto aos direitos e às políticas públicas. Não parece tratar-se aí de reivindicação de políticas para todos, de

81 A teoria do capital humano foi delineada nos EUA ao final dos anos 50 por Theodore Schultz. Seu pressuposto é de que os recursos humanos são uma forma de capital. Assim, o trabalho humano quando é qualificado por meio dos processos de escolarização redunda em aumento de produtividade e em ampliação das taxas de lucro do capital. Tal aumento de produtividade redundaria, para os adeptos dessa teoria, em melhoria das condições de vida. O capital humano diz respeito ao total de investimentos que um sujeito ou uma nação fazem visando retornos futuros (FRIGOTTO, 2008).

direitos para todos, pautados em identidades fixas e imutáveis. Essas revoltas têm criado desvios importantes, apontando que já não mais se pode e quer contentar com a integração prometida pelos governantes. Como diz Lazzarato (2006, p. 216), "Não se trata de dizer: 'nós temos direito a isso porque somos aquilo', mas sim 'nós temos direitos a isto para nos tornarmos outra coisa'".

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. B. **A vocação do prazer**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

BARROS, M. E. B.; PIMENTEL, H. H. C. Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI. **Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 3-22, 2012.

BARROS, R. D. B.; PASSOS, E. Por uma política de narratividade. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 131-149.

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos**: um Haussman tropical. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política**. 12. ed. Brasília: UnB, 2002. 2 v.

BRAGA, R. Sob a sombra do precariado. *In*: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 79-82.

CHICO BUARQUE. **O que será?** (à flor da terra). Intérpretes: Chico Buarque e Milton Nascimento. *In:* CHICO BUARQUE. Meus caros amigos. [*S. l.*]: Phonogram: Philips, 1976. 1 disco sonoro. Lado A, faixa 1.

CHOAY, F. **O urbanismo**. Tradução de Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 1965.

COIMBRA, C.; MONTEIRO, A.; MENDONÇA FILHO, M. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público? **Psicologia & Sociedade**, [online], v. 18, n. 2, p. 7-12, maio/ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/01.pdf. Acesso em: 12 abr. 2015.

DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. É inútil revoltar-se? *In*: MOTTA, M. B. (org.). Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. Coleção Ditos & Escritos, v. 5, p. 77-81.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, M. Os direitos do homem em face dos governos. *In*: MOTTA, M. B. (org.). **Repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. Coleção Ditos & Escritos, v. 6, p. 369-370.

FOURQUET, F.; MURARD, L. **Los equipamientos del poder**: ciudades, territórios e equipamientos colectivos. Barcelona. Guatavo Gili, 1978.

FRIGOTTO, G. Capital humano. *In*: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. (org.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. Rio de janeiro: Fundação Oswaldo Cruz: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008. p. 66-72.

GUATTARI, F. **Caosmose**: um paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed 34, 1992.

HARARI, I.; CRISTI, A. Pobres são mais atingidos pela poluição urbana. **Carta Maior**, [online], 2 ago. 2012. Entrevista com Paulo Saldiva. Disponível em: http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Pobres-sao-os-mais-atingidos-pela-poluicao-urbana-diz-medico-da-USP/4/25595. Acesso em: 25 jan. 2015.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. *In*: MARICATO, E. *et al.* (org.). **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 27-34.

LAZZARATO, M. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MIZOGUCHI, D. H. Equivocidades: passagens entre pensamentos. *In*: BAPTISTA, L. A.; FERREIRA, M. S. (org.). **Por que a cidade***?* Escritos sobre a experiência urbana e subjetividade. Niterói: EDUFF, 2012. p. 53-64.

NADER, G. **Violência e cidadania**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabri, 1994.

OLIVEIRA, C. M. C. de. **Atenção básica na assistência social**: entre miséria necessária, artes de governar e redes de solidariedade. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

OTÁVIO, R. Justiça do Rio estuda suspensão das obras no morro da Providência. **Carta Maior**, [online], 4 set. 2012. Disponível em: http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Justica--do-Rio-estuda-suspensao-das-obras-no-morro-da-Providencia%-0D%0A/5/25898. Acesso em: 25 jan. 2015.

PECHMAN, R. M. (org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

PELBART, P. Anota aí: eu sou ninguém. **Folha de São Paulo**, [online], 19 jul. 2013. Disponível em: http://folha.uol.com.br/fsp/opiniao/119566-quotanota-ai-eu-sou-ninguemquot.shtml. Acesso em: 28 out. 2016.

SADER, E. S. O público, o estatal e o privado. *In*: HEIMAN, L. S.; IBANHEZ, L. C.; BARBOZA, R. (org.). **O público e o privado na saúde**. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 43-56.

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. *In*: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 35-40.

Ali onde os sindicatos não querem se aventurar, os gerentes formulam políticas de saúde.[82] *uma experiência com os docentes/ES*[83]

Ana Lúcia Coelho Heckert
Maria Elizabeth Barros de Barros
Sonia Pinto de Oliveira

82 O título está baseado em uma discussão produzida por Dejours (1999) sobre a posição de muitos sindicatos de não incorporarem nas suas pautas de discussão a temática das relações saúde e trabalho.

83 Artigo inédito.

A análise das fragilidades do movimento sindical docente na atualidade, já sinalizada por alguns autores (ANTUNES, 1999), requer o debate das formas pelas quais esse movimento vem se articulando ao processo de trabalho que se desenrola na escola. Impõe também a discussão de como a organização sindical compreende e encaminha alguns processos, tais como: participação política, ação sindical, luta dos trabalhadores, organização, dentre outros aspectos. Observa-se que ainda prevalecem, no âmbito sindical, concepções que acabam por desconsiderar aqueles movimentos que não obedecem às prescrições e às regulações do que vem a ser luta política e movimento organizado. Desse modo, acaba-se por julgar tais movimentos como tentativas incipientes, de pouca eficácia, por não estarem vinculados, necessariamente, às ações deliberadas ou a uma forma de militância programática que deve ser exercitada no âmbito do sindicato. Nesse sentido, caberia indagar o que estamos chamando de resistência e de tarefa política do sindicato.

As dificuldades do movimento sindical em incorporar a discussão acerca da relação subjetividade, saúde e trabalho intensificaram seu distanciamento das experiências dos trabalhadores no processo de trabalho, corroborando para reduzir a participação dos trabalhadores no movimento sindical. Segundo Dejours (1999), a fragilidade sindical estaria ligada, pelo menos em parte, a um erro de análise, no tocante a esses aspectos, uma vez que a questão do "fator humano", do sofrimento psíquico, passou a compor os projetos formulados pela cultura empresarial. Como nos sinaliza Dejours (1999, p. 39), "Ali onde os sindicatos não queriam se aventurar, patrões e gerentes formulavam novas concepções e introduziam novos métodos concernentes à subjetividade e ao sentido do trabalho".

Zarifian (2003) aponta que os processos de trabalho ainda são abordados compreendendo a ação dos trabalhadores como ordem da reação, oposição a uma situação já configurada. Ao contrário dessa formulação, esse autor percorre o eixo de análise que entende resistência como (re)existência, mostrando que, mesmo nos trabalhos

mais taylorisados e apesar dos efeitos da dominação, a resistência não consiste em reagir, mas em afirmar a potência de ação dos humanos sobre o mundo.

Negar as movimentações cotidianas que emergem no processo de trabalho que se desenrola nas escolas pode ter como efeito a negação da experimentação que se constitui nesse processo, bem como a desqualificação desses movimentos como importantes formas de indagar e desmontar os modos de organização do trabalho docente e as políticas educacionais instituídas. Ao mesmo tempo, conforme sinalizam alguns autores (KOWARICK, 1977; SPÓSITO, 2000), acentuar a inoperância e passividade dos trabalhadores tem servido, em nosso país, para enaltecer e eleger alguns grupos e/ou entidades, como o sindicato, e até mesmo o próprio Estado, como protagonistas exclusivos das transformações históricas. Desse modo, esse viés sobrecodificador, que seleciona e perfila, de forma dualista, o que vem a ser luta e passividade, político e assistencial, revolucionário e conservador, também se insinua na ação sindical, fixando de um lado aqueles que fazem a luta política e de outro, em oposto, os que estão preocupados com ações concretas e emergenciais. Mas as questões concretas do cotidiano do trabalho não estão intimamente relacionadas com processos políticos, sociais, econômicos e culturais? O trabalho desenvolvido pelos/as docentes em situação concreta e os efeitos produzidos pelas condições de trabalho na saúde desses/as trabalhadores/as não deveriam ser matéria-prima para a elaboração de propostas e estratégias políticas no seio dos sindicatos? Como separar saúde e política, saúde e organização do trabalho?

Este artigo discute a omissão que tem sido observada quanto à discussão das articulações entre saúde e trabalho docente em Vitória-ES, apontando a torção produzida nos modos como o movimento docente no referido Estado tem encaminhado as ações no âmbito das articulações saúde/doença. O que se percebe é que a ação sindical, no âmbito do movimento docente, esteve delineada por uma compreensão que entende a discussão sobre a relação saúde-trabalho

como ações de caráter assistencialista, não considerando as ações nesse campo como ações políticas importantes. Segundo o depoimento de alguns diretores do Sindicato dos Profissionais da Educação do ES (Sindupes),

> [...] isso não pode ser central no sindicato, pois, temos que fazer formação política.
> Nosso papel é de resistência e não de assistência.
> Nós não somos assistentes sociais para ficar ouvindo choro de professor. Nosso trabalho tem que ser político.
> As questões específicas de saúde não é problema nosso, nossa tarefa é política.
> As pessoas vêem o sindicato como paternalista. Temos que denunciar sim e, além disso, construir alternativas de resistência.

Entretanto, apesar do intenso processo de precarização das condições de trabalho, os/as docentes vivem, nas escolas, uma atividade de oposição à inércia e à indiferença. Seguindo Canguilhem (2001), afirmamos que o sonho taylorista de assimilar o trabalho humano a um jogo de mecanismos inanimados, de forma que os movimentos do trabalho dependessem inteira e unicamente do movimento da máquina, foi frustrado. As reações dos trabalhadores à racionalização taylorista revelam a resistência do trabalhador às formas que lhes são impostas e, portanto, devem ser compreendidas como reações de defesa, como reações de produção de saúde.

Como fazem os/as docentes do Espírito Santo para resistir às pressões do trabalho e criar outros modos de fazer educação? Quais ações podem modificar o sofrimento patogênico e favorecer sua transformação? Como discutir a questão da saúde evitando as discussões biologizantes que não consideram a dimensão política desse debate? Quais modos de participação esses processos de luta pela saúde inauguram? Como incluir as ações no campo da saúde na pauta de lutas do Sindiupes por melhores condições de trabalho?

A ação sindical encontra-se, frequentemente, permeada por concepções de participação, organização, militância que acabam por deixar em segundo plano movimentos que se engendram no cotidiano das escolas que apontam a problematização da organização do trabalho aí vigente. A proposta deste trabalho é destacar alguns elementos do processo saúde e trabalho docente que podem contribuir na formulação de questões ao movimento sindical docente. A pesquisa visou discutir a concepção de política e militância atualizada no movimento docente no Estado, afirmando o caráter político das ações que se propõem a discutir a relação saúde-trabalho. Ao problematizar a forma como tradicionalmente vem sendo tratada a situação de saúde dos/as docentes, foram abertas vias para a construção de uma concepção de saúde que envolve seu aspecto de luta constante e, portanto, com uma dimensão, principalmente, coletiva/política.

Em decorrência desse quadro e a partir dele, buscamos analisar os aspectos da organização do trabalho que estão contribuindo para o adoecimento dos trabalhadores/as da educação e as estratégias que constroem para resistir a esse processo. Estudos nessa direção podem ser uma importante estratégia para produzir outros modos de ação nos movimentos organizados dos trabalhadores no campo da educação, uma vez que podem contribuir para dar visibilidade à relação saúde-processo de trabalho, destacando sua importância política, seu potencial de resistência ao que limita a normatividade dos/as docentes. Dessa forma, é possível construir estratégias que possibilitem a transformação dos modos como o trabalho tem se organizado nas escolas, os modos de subjetivação[84] que atualizam, afirmando a produção de saúde nos estabelecimentos educacionais como prioridade.

84 O conceito de subjetividade utilizado não tem o sentido de identidade, ou personalidade, ou "natureza humana"; refere-se a modos de existência "[...] essencialmente fabricados e modelados no registro social" (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 31).

Essa direção de pesquisa busca o conhecimento do cotidiano das escolas, da realidade dos/as docentes que não desistem de lutar pela transformação das condições que geram adoecimento. Nesse sentido, pesquisar implica conceber qualquer escola como inacabada, não fechada em si mesma, mas como um campo de construção permanente. Estamos todos imersos em intrincadas redes de relações com a natureza, com outros homens e com suas invenções. Ou seja, os humanos não produzem isoladamente sua existência; esta se produz e se reproduz em uma tessitura movente de múltiplas conexões em que se efetiva a produção da vida material (NEVES, 2002). Portanto, pretendemos explorar a abertura dessa processualidade em meio às regulações e às regras sociais instituídas (uma vez que a criação de outras formas de trabalhar é gerida no âmbito dessas regulações), o que supõe a demarcação de uma orientação de pesquisa que não se limita a descrever a realidade ou fornecer um quadro exaustivo sobre a situação vivida na escola (o que também é muito importante), e, sim, "[...] identificar os pontos de tensão, os nós onde as relações contraditórias se efetivam" (ZARIFIAN, 2003, p. 28).

O trabalho na escola não se limita à obediência às prescrições, até porque isso seria "invivível".[85] Os/as professores/as que ali desenvolvem suas atividades inventam, a todo instante, estratégias e saídas para driblar as dificuldades cotidianas e as condições deficitárias de trabalho. Se considerarmos que a todo tempo os/as professores/as desenvolvem novas normas para o seu trabalho, criando caminhos singulares que fazem a escola "pulsar", manter-se em atividade, é preciso conhecer as estratégias inventadas no cotidiano de suas atividades para garantir e produzir saúde no trabalho.

A pesquisa realizada com o Sindicato dos Professores do Estado do Espírito Santo incluiu uma fase que consistiu em dar visibilidade à

85 Expressão utilizada por Yves Schwartz (2000), quando afirma que a forma de funcionamento dos viventes humanos está marcada pela atividade industriosa que demanda criação permanente. Viver é criar a si e ao mundo.

situação das escolas no município de Vitória e um Programa de Formação/Investigação em Saúde e Trabalho, quando se buscou conhecer o saber que os/as professores/as constroem no curso de suas atividades, afirmando o trabalho como atividade criadora, inventiva. Visamos a construir uma lente que nos auxilie a enxergar a teimosia, as apostas individuais e coletivas dos/as professores/as que falam de uma saúde não como bem-estar pleno e estado de equilíbrio. Queremos amplificar os sons, conhecer os ruídos e silêncios, que sejam gritos ou sussurros, mas que nos ajudem a também mapear os sinais de luta contínua pela vida, que nos ajudem a acompanhar os movimentos instituintes da saúde no trabalho dos/as professores/as. O que se pretendia, a partir da realização desta pesquisa, era sensibilizar o movimento sindical docente para as discussões no campo da relação saúde e trabalho.

DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE OUTRAS MATRIZES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS NO ESTUDO DAS RELAÇÕES TRABALHO E SAÚDE NAS ESCOLAS

O delineamento da pesquisa incluiu, no primeiro momento, conhecer as condições de trabalho e suas relações com a saúde dos professores/as na Grande Vitória-ES. Essa primeira fase do processo investigativo envolveu os pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo e o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador desse Estado (CRST/ES).

O questionário utilizado como o principal instrumento de pesquisa, nessa primeira fase,[86] teve como referência o *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20), instrumento adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para detecção de casos suspeitos de transtornos mentais

86 Essa primeira fase do processo investigativo foi realizada apenas no município de Vitória e, a partir dos resultados obtidos, foi implementado o Programa de Formação/Investigação em Saúde e Trabalho, que se estendeu para as escolas da Grande Vitória, que inclui também os municípios da Serra, Cariacica, Viana, Vila Velha, e será apresentado posteriormente.

menores, composto de 20 itens sobre a ocorrência de sintomas relacionados com alterações psicoemocionais ocasionadas pelo trabalho. Esse questionário foi aplicado em 27 das 44 escolas da Rede Municipal de Vitória, o que nos forneceu um total de 607 questionários respondidos.

Os resultados da primeira fase nos forneceram dados sobre os aspectos sociodemográficos, da organização do trabalho e das condições de saúde-trabalho da população de professores/as de Vitória. Tais dados indicam que a população de docentes é majoritariamente feminina — 82,15% são do sexo feminino e 17,85% do sexo masculino —, ou seja, dos 607 professores apenas 106 são homens. A faixa etária da maioria dos docentes está concentrada acima de 30 anos, de acordo com a seguinte distribuição: 11,37% possuem entre 20 a 30 anos, 45,15% entre 30 a 40 anos e 43,48% mais de 40 anos. No que se refere às condições de deslocamento para o trabalho, 80,6% gastam menos de uma hora para se deslocar ao trabalho, 18,2% entre uma e duas horas e 1,2% gastam mais de duas horas de casa para o trabalho. Ressalta-se, quanto à formação, que a maioria dos entrevistados possui curso superior: 68%, possuem ou estão concluindo curso superior e 16,30% desses/as professores/as têm especialização.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Dos/as professores/as entrevistados, 7,8% trabalham como professores/as há menos de 5 anos, 16,6% de 6 a 10 anos, 30,6% de 11 a 14 anos, 17,4% há mais de 15 anos e 25,5% há 20 anos ou mais. Não responderam a essa questão 15 professores, o que corresponde a 2,1% do total de pesquisados.

No que se refere à carga horária, cerca de 47% dos/as professores/as exercem uma carga horária de trabalho maior que 40 horas semanais. O tempo diário que esses/as professores/as dedicam ao trabalho nas escolas indica que esses/as trabalhadores/as assumem duas ou três matrículas, na maioria das vezes em escolas diferentes, o que significa ministrar aulas nos três turnos, exercendo uma carga

horária muito alta, com um excesso de tempo dedicado às atividades laborais. Os questionários expressam que as pausas durante a jornada de trabalho não se constituem como uma possibilidade para a maioria dos docentes. Observou-se que 61,2% dos/as docentes nunca ou quase nunca realizam pausas durante a jornada de trabalho, 30,7% realizam pausas algumas vezes e 8,1% sempre realizam pausas. Dentre os/as docentes, 83,2% consideram que as pausas durante a jornada de trabalho são insuficientes para a recuperação do cansaço.

Entre os/as entrevistados/as, 44% afirmam já ter se afastado do trabalho por motivo de acidente ou doença do trabalho. Os problemas relacionados com saúde, nos últimos seis meses, mais apontados e que necessitaram de atendimento médico, foram: transtornos osteoarticulares, transtornos respiratórios, mentais, gastrointestinais, neurológicos, cardíacos, auditivos, dermatológicos e transtornos do aparelho geniturinário.

A análise do perfil epidemiológico dessa população composta de 607 professores/as da Rede Pública Municipal de Vitória permitiu dar visibilidade aos fatores de desgaste no trabalho. Em seus depoimentos, os/as docentes destacam que a má remuneração pelo trabalho que executam é a principal fonte de tensão, com 83,03% de indicações, seguida pelo ritmo de trabalho intenso com 74,46% e o excesso de alunos em sala de aula com 69,85% de indicações. Os/as entrevistados/as relatam, ainda, que não se sentem valorizados/as pelo trabalho que executam, o que também é uma fonte de desgaste no trabalho com 65,24% de indicações. A forma de gestão/administração das escolas foi apontada por 64,91% dos/as entrevistados/as como um fator de desgaste e tensão no trabalho. Fatores relacionados com as condições e ambiente de trabalho, como o calor, o "estado psicológico" dos/as alunos/as, o ruído presente em sala, as posturas penosas e fatigantes também foram destacados.

As condições de trabalho nas escolas, a falta de diálogo com a Secretaria de Educação Municipal, a carga excessiva de trabalho acumulada devido, principalmente, à necessidade de complementar o

salário, são fatores que caracterizam as condições precárias vivenciadas pelos/as professores/as, como manifestaram nas falas a seguir:

> Não há material para trabalhar. As escolas estão completamente desorganizadas sem profissionais suficientes. A carga de trabalho é excessiva e a remuneração baixa, o que nos obriga a ter três ou quatro empregos para nos sustentar. Estes são os principais fatos que provocam mal-estar e cansaço [...]. Penso que a situação que os alunos chegam nas escolas, sobrecarregam aos profissionais da educação que têm que tentar ser um pouco de tudo e isto é humanamente impossível.

Sofremos desvalorização financeira, desrespeito-patrão-cliente, desgastes referentes às condições inadequadas de trabalho relacionados ao espaço x alunos, quantidade e qualidade de equipamentos e materiais necessários para o bom desenvolvimento do trabalho, insalubridade ambiental (barulho, poeira, calor e sol), heterogeneidade da clientela (saúde, cronológica, motora, afetiva e cognitiva), conflito com alunos e alguns pais.

Os resultados dessa primeira fase da pesquisa sinalizaram o descaso das políticas públicas, no que se refere à atenção à saúde dos docentes no município de Vitória e condições muito precárias de trabalho. Como o Sindicato dos Professores tem lidado com essa realidade? Qual importância confere à relação saúde e trabalho?

Poderíamos parar por aqui, afirmando a situação de nocividade das escolas, limitando-nos a dizer que os/as docentes apresentam uma espécie de "síndrome de desistência", que pode ser apontada pelo esgotamento emocional e pela falta de compromisso com o trabalho ou que o sindicato dos trabalhadores da educação foi insensível a esses aspectos. Indicar esse processo de desistência dos/as docentes e a necessidade do Sindiupes se aproximar do que é vivido no dia a dia das escolas é importante, não se trata de negá-lo. Entretanto, buscamos, também, dar visibilidade às ações que apontam a teimosia e insistência

dos/as professores/as em transformar as condições de trabalho nas escolas, as movimentações cotidianas que produzem e lutam por saúde e alguns movimentos do sindicato dos docentes, de forma a incluir na sua pauta de ações a luta pela saúde. Muitas vezes, afirmavam: "Não é fácil mudar essa situação da escola e da educação nesse município, mas eu acho que a gente já faz isso, na medida em que estamos aqui tentando pensar algumas saídas". Ou ainda: "Muitas vezes tenho vontade de desistir, mas, quando acordo no dia seguinte, penso que ainda é possível que alguma coisa mude". Esse era o nosso grande desafio, pois mapear os movimentos de saúde parecia ser muito mais difícil que, simplesmente, constatar o adoecimento instalado nos/as docentes. Foi com esse objetivo que partimos para a segunda etapa do processo investigativo: o Programa de Formação/Investigação em Saúde e Trabalho (PFIST), que passamos a apresentar.

CARTOGRAFANDO A MOVIMENTAÇÃO COTIDIANA DOS EDUCADORES: O PROGRAMA DE FORMAÇÃO/ INVESTIGAÇÃO EM SAÚDE E TRABALHO COMO ESTRATÉGIA

O Programa de Formação/Investigação em Saúde e Trabalho (PFIST) está articulado a uma perspectiva, segundo a qual, para transformar-compreender a situação de trabalho dos docentes, é necessário pesquisas, debates com o coletivo de trabalhadores e intervenções nos locais de trabalho. O PFIST, portanto, foi elaborado partindo da compreensão de que promover/produzir saúde é intervir nas situações de trabalho, a partir da experiência dos/as trabalhadores/as. Esses, por sua vez, convocam as diversas disciplinas científicas a se desenvolverem partindo das questões trazidas pelos mundos do trabalho.

Pretendemos, então, discutir os processos de trabalho, a partir de uma perspectiva que considere o trabalho como atividade que não é neutra em relação à saúde, podendo favorecê-la ou não. Consideramos com Dejours (1999, p. 35) que

> [...] a relação saúde-trabalho não diz respeito apenas às pessoas diretamente engajadas no processo de trabalho, pois a divisão entre espaço de trabalho e espaço privado só é eventualmente pertinente na análise econômica, mas torna-se inconsistente a partir do momento em que se trata das relações sociais e das questões de saúde.

Para o autor, o trabalho ocupa um lugar muito mais importante na luta contra a doença do que se supunha. Portanto, deve figurar na própria definição de saúde sob a forma de direito fundamental, contribuindo para o seu reconhecimento social.

Tendo como norte ético-político a indissociabilidade trabalho-saúde sempre que se pretende compreender os mundos do trabalho e seus efeitos na produção saúde e doenças daqueles que cotidianamente inventam a si e ao mundo, o programa desenvolvido no Espírito Santo partiu de uma experiência realizada por pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal da Paraíba (UFPb), intitulado Programa em Saúde, Gênero e Trabalho em Escolas, segundo o qual saúde é assunto que diz respeito a todos, capazes que somos de falar de nossa experiência de prazer e sofrimento, não sendo tema exclusivo de especialistas.

Esse dispositivo de pesquisa-intervenção em rede articula um programa de formação com um programa de pesquisas, visando à luta pela saúde e pela afirmação da vida. Buscamos contribuir para que os/as trabalhadores/as possam "aguçar" o olhar e a escuta para o que faz adoecer, o que faz sofrer nas escolas, assim como encontrar estratégias para sair dessas situações e construir locais de trabalho favoráveis à saúde. Entendemos que esta pesquisa-intervenção pode oferecer subsídios valiosos para o movimento sindical docente, na medida em que mapeia e localiza os focos de resistência dos docentes e dá visibilidade ao processo de trabalho.

O programa se constituiu numa metodologia de trabalho que tem se pautado na Abordagem Ergológica, buscando contribuir para o aprimoramento desta metodologia no âmbito das escolas. Vislumbramos, ainda, a partir do material produzido ao longo do Pfist, a instituição de comissões de saúde nas escolas da Grande Vitória com a parceria da Secretaria de Saúde do Sindicato e de algumas Secretarias de Educação Municipal.

Em todas as ações previstas no programa, procuramos fortalecer relações estratégicas de produção de saúde já existentes no âmbito da educação pública e ampliá-las. Partimos da tese de que formar trabalhadores/as que possam multiplicar as ações no campo da saúde/trabalho não significa, simplesmente, instrumentalizá-los/as com novas tecnologias, mas, principalmente, investir na produção de outros/novos modos de subjetivação.

A primeira etapa da constituição do programa foi o contato com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação, visando sensibilizá-lo para a proposta do Programa, de forma que o Sindicato pudesse ajudar na divulgação e implementação. Essa iniciativa de procurar o sindicato fazia parte de nossa estratégia para inserir o Sindiupes nas discussões sobre saúde nas escolas. Essas discussões se mostravam como um potente dispositivo de mobilização do professorado.[87] Assim, usando de sua estrutura organizacional, o sindicato nos auxiliou na seleção de três escolas por município da Grande Vitória,

87 Desde o ano de 2000, quando iniciamos pesquisas sobre as articulações saúde e trabalho nas escolas, temos participado do Congresso dos Trabalhadores da Educação que se realiza anualmente no Espírito Santo, trazendo para discussão com os/as docentes a questão das condições e organização do trabalho nas escolas e a saúde dos/as professores/as. Essa discussão tem despertado muito interesse desses/as profissionais por essa temática, uma vez que o quadro de adoecimento nas escolas tem se agravado bastante nos últimos dez anos no Estado. A mobilização produzida com o debate sobre processos de trabalho e saúde com o professorado acabou se mostrando uma estratégia importante de mobilização dos/as docentes. O sindicato não ficou insensível a esse movimento.

consideradas como mais sensíveis a esses debates, e viabilizou a divulgação do programa.

Essa etapa incluiu uma reunião com os/as professores/as das escolas onde foram apresentados os objetivos do programa e o preenchimento de uma ficha de inscrição que foi utilizada como um importante instrumento de comunicação. Não se tratava apenas de uma averiguação formal de dados, ao contrário, a ficha de inscrição não somente poderia disparar discussão de questões acerca da relação saúde trabalho, como também nos permitiu conhecer as dificuldades e os enfrentamentos encaminhados no âmbito da produção de saúde. Em seguida, foi enviada uma carta aos docentes reafirmando os objetivos do programa e o calendário de encontros.

O Programa foi organizado em ciclos, compostos de duas fases, de modo a possibilitar a continuidade do processo de formação, bem como sua coordenação por parte dos/das docentes participantes em outros momentos. O objetivo dessa organização era garantir a articulação entre os estudos de campo (alternância) e encontros para a discussão da experiência (o curso), compartilhando os achados e as propostas de mudanças com o coletivo de professores/as e a equipe da universidade que denominamos de Comunidade Ampliada de Pesquisa. Aqueles/as que participaram do primeiro ciclo serão "multiplicadores/as", ou seja, formadores de outros/as professores/as assessorados pelos profissionais que compõem a equipe de pesquisadores da universidade. Ressalta-se que o curso não se limitou à transmissão de conhecimentos, ao contrário, foi um processo contínuo de diálogo dinâmico entre os polos dos conceitos (das disciplinas científicas) e o da experiência prática dos/as docentes.

O primeiro ciclo — formação de multiplicadores/as — teve em sua composição dois membros da direção do Sindiupes e dois docentes de cada município da Grande Vitória, totalizando 20 participantes que serão os/as multiplicadores/as que coordenarão os ciclos seguintes. O curso ocorreu quinzenalmente e a primeira etapa desse ciclo se constituiu em cinco encontros. Foi iniciado com a apresentação

do resultado do inquérito epidemiológico realizado na rede pública de ensino de Vitória. Em cada encontro, uma pesquisadora na área apresentava um dos temas que seriam geradores da discussão: as Comunidades Ampliadas de Pesquisa, Saúde, Trabalho e Gestão e, por último, Formação.

Finalizando essa primeira fase do curso, foram definidos os focos de estudo que seriam estudados/pesquisados pelos participantes nas escolas em que trabalham, envolvendo na discussão outros docentes. Com esse objetivo, foram apresentadas algumas sugestões e os/as docentes escolheram como foco de pesquisa para ser explorado nos estudos de campo com os outros colegas das escolas, a dinâmica das relações de trabalho (pressões temporais e hierárquicas, espaços formais e informais para encontro, visibilidade e circulação das informações, formas de comunicação). Para cada grupo em campo, constituiu-se uma equipe de pesquisadores da universidade e um membro da diretoria do Sindiupes que acompanhou o estudo realizado pelos docentes.

Mensalmente, de posse do material obtido nos estudos de campo, os/as professores/as elaboraram relatórios e apresentavam seus achados num encontro da Comunidade Ampliada de Pesquisa (CAP), composta por todos os pesquisadores da universidade e os professores, a fim de trazer subsídios para uma análise coletiva das situações de trabalho, quando, então, foi possível iniciar a construção de algumas estratégias coletivas de monitoramento das condições de saúde e da organização do trabalho nas escolas, tais como: a) sensibilização dos gestores/administradores para a questão da situação das escolas e a produção de saúde/doença por meio de reuniões com os secretários/as de Educação dos municípios, quando foi pactuado o desdobramento do segundo ciclo em alguns municípios com o apoio das Secretarias; b) início da construção de uma rede, em cada escola e entre as escolas, abrindo-se um debate sobre as relações saúde-trabalho, que estão se efetivando por meio de um site criado para o Pfist; c) articulação entre a universidade, CRST e Sindiupes para discutir

a situação dos/as professores/as do Estado e fazer encaminhamentos em busca de medidas cabíveis; d) instituição de um fórum de debates sobre a instituição das Comissões de Saúde para os/as professores/as do município da Serra e da Rede Estadual de Ensino com a participação da intersindical do Espírito Santo; e) criação de grupos de estudos sobre saúde e trabalho em cada uma das escolas que participou do programa; g) início do segundo ciclo do Programa, que se efetivará no município da Serra, com a coordenação de 15 dos/as professores/as que participaram do primeiro ciclo e dois membros da diretoria do Sindiupes.

O Programa de Formação/Investigação em Saúde e Trabalho nas escolas da Grande Vitória nos indicou, dentre outras questões, a importância de ações no campo da saúde do trabalhador da educação que não signifiquem um gerenciamento preventivo dos riscos provenientes do trabalho. Não se trata de fazer prevenção mapeando riscos, vigiando, antecipando a emergência de acontecimentos indesejáveis (CASTEL, 1986), nem de intromissão por parte dos pesquisadores da Ufes na vida dos/as docentes. A conceituação de saúde, conforme trouxemos aqui neste texto, não está relacionada com segurança contra o risco. A partir do Programa de Formação/Investigação em Saúde e Trabalho nas escolas, foi possível problematizar verdades instituídas, avessas à produção da saúde, além de ter sido já uma outra prática formativa, pautada em uma ética diversa e resistente à lógica capitalista que, no âmbito da saúde, sempre esteve associada a uma perspectiva valorativa que se refere àquilo que é considerado como desejável em um determinado momento e em uma determinada sociedade, dizendo como um processo deveria ser.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poderíamos dizer que, durante o processo da pesquisa/intervenção, foi possível interrogar algumas práticas dos sindicalistas, muitas vezes, marcadas por ressentimento, tomando o lugar da vontade de ação. As

críticas, frequentemente, não se constituíam em elementos positivos de criação, mas de reação e alguns movimentos detinham-se à descrição do real, constatando-o, aceitando o estado de coisas vivenciado como um processo irreversível. Essa postura tem sido um ingrediente muito forte no processo de naturalização da situação experimentada e se constitui em um desafio para os movimentos sociais organizados.

> O professor é alienado. Ninguém quer saber de participar. Sinto-me exaurida! Tudo fica nas nossas costas, pessoal está se lixando. Eles só vêm aqui para se queixar ou pedir socorro quando a coisa está pegando fogo. O movimento está acabando (DIRETORA DO SINDIUPES).

Contudo, em outros momentos, expressavam-se movimentos que procuravam identificar os pontos de tensão, as tramas, os entrelaçamentos, as relações contraditórias, outras vias de trabalho. Uma atividade crítica sem vingança, rancor ou ressentimento, mas expressão de um modo de existência ativo, conforme os professores declararam:

> Seria nosso papel só de denúncia? Será que não estamos levando um modelo ideal de professor e impondo uma sociedade já ideal? Isso não é desqualificação? Professor sem indignação, sem força de luta, medo de desemprego não se alia ao sindicato. Acho que exercemos autoritarismo como movimento sindical. Além da denúncia, precisamos criar outras estratégias de formação (DIRETORA DO SINDIUPES).
>
> A militância está pouco perto da base, a gente 'se acha' muito, fala muito, exercemos autoritarismo enquanto movimento sindical. Autoritarismo nas formas de funcionamento do sindicato (DOCENTE).

Como produzir outros sentidos no discurso do sindicato? Como atuar de outras formas? Como construir outras inserções nas escolas?

O movimento sindical, quando permeado por uma compreensão que a organização precede a luta, acaba por negligenciar importantes movimentos que se engendram na escola e, assim, distancia-se ainda mais do trabalho cotidiano com suas invenções e precarização. Importante seria perceber que esses movimentos interferem na ação sindical, vitalizando-a, bem como tem a potência de interpelar o modo como a educação pública vem sendo encaminhada. Trataria de esvaziamento da luta sindical ou de esgotamento de um certo modo de ação sindical? Partir das demandas formuladas no cotidiano de trabalho das escolas públicas não poderia revigorar essa ação sindical?

É importante atentarmos para outros movimentos que a situação experimentada no quadro atual do trabalho na escola aciona, obrigando-nos a construir ferramentas de análise/intervenção que não só busquem apreender seus modos de funcionamento, mas também a possibilidade de vislumbrar formas de interferir nos processos em curso, configurando caminhos diferentes daqueles que hoje se estabelecem.

Se a desesperança se expande deixando um rastro de apatia e imobilismo, é também nessa trajetória e nesse plano (e não em algum outro que lhe é exterior) que estão sendo produzidos questionamentos ao que está instituído e usinados novos "modos-educador/a" e novos "modos-educação" que podem ampliar as perspectivas de metamorfose do que se vive hoje nas escolas públicas. É no raio de ação do que tem sido vivido nas escolas que podem emergir novas possibilidades de trabalho.

Segundo alguns trabalhadores/as, essa problemática precisa fazer parte das lutas políticas dos educadores/as e, portanto, o grupo de sindicalistas que iniciou esse trabalho deveria ampliar essa discussão com o restante da direção do sindicato. Na avaliação do grupo, o trabalho da Secretaria de Saúde do sindicato ainda não está funcionando a contento, pois não se tem experiência acumulada neste campo, sendo necessário buscar subsídios e alianças com os sindicatos que já vêm desenvolvendo experiências nessa direção. "Como desenvolver uma atividade que seja de implementação de políticas

de saúde que não se limitem a ações assistencialistas? Como fazer o professorado entender que nossa função não é só ficar atendendo professor com problemas? Como fazer? Como dizer que não é essa nossa prioridade?", perguntavam.

Uma das propostas de encaminhamento sugerida foi ativar o Conselho de Saúde do Estado, que está diretamente articulado com cada categoria profissional. O Conselho de cada grupo de profissionais precisa ser criado pelos interessados, que devem produzir as regras de seu funcionamento. No caso do magistério, é o Sindiupes que deve iniciar o processo de criação do Conselho de Saúde dos docentes e o Centro de Saúde do Trabalhador é que deve ministrar cursos de preparação de conselheiros. A criação desse conselho, segundo avaliação dos sindicalistas, poderia ser uma via para trazer os docentes para o sindicato. O conselho pode acompanhar os laudos médicos, perícia, vigilância nos locais de trabalho, uma vez que hoje cada professor, isoladamente, dá andamento aos seus processos.

Em frente a essas argumentações, os sindicalistas decidiram encaminhar essas propostas para o coletivo de diretores do sindicato para que possam ser definidas linhas de ação a serem implementadas, conforme afirmaram:

> [...] a experiência produzida pelo PFIST produziu alguns efeitos importantes, dentre eles, a construção de uma outra concepção de saúde, um outro olhar sobre as relações entre os colegas no trabalho, a constatação da sobrecarga de trabalho dos sindicalistas, que também precisa ser alterada e, principalmente, a construção de estratégias concretas de trabalho no campo das articulações trabalho e saúde por parte do sindicato (SINDICALISTAS).
>
> O adoecimento na realidade é um sintoma de saúde, de resistência, de vida, algo provocado pelas condições de trabalho, que de forma implícita, as pessoas estão dizendo 'socorro', 'me ajude', 'estou aqui', mas independente disso estou resistindo. Isso dá contribuições significativas a nossas ações. Numa escola que eu fui,

> as pessoas já manifestam reação às condições de trabalho. Têm reclamado, por exemplo, da poeira e essa foi uma 'deixa' para eu começar a argumentar com eles a partir daí e ir articulando os níveis micro e macropolíticos, relacionando esse estado de coisas com uma política mais ampla e isso não é assistencialismo. Nessa linha de argumentação que tomamos nesse projeto é tão crítico como qualquer outra ação do sindicato (SINDICALISTAS).

Destacamos, assim, uma mudança importante registrada pelos sindicalistas (um resultado desse projeto), no que se refere à forma como o sindicato passou a se relacionar com a questão da saúde e suas articulações com a pauta política da categoria de trabalhadores da educação. "Acho que o sindicato precisa estar mais atento a essas questões, elas podem ser uma questão importante nas nossas lutas", "Começamos a sacar a importância de ouvir mais os colegas e como isso é importante quando estamos falando de saúde" (SINDICALISTAS).

Cabe destacar que os sindicalistas, no início do trabalho, consideravam que o trabalho com saúde tinha uma conotação assistencialista. Segundo o depoimento deles, ao se apropriarem dessa outra concepção de saúde, a interferência nas condições de trabalho passa a ser vislumbrada como importante aspecto na luta política dos trabalhadores em educação por um outro padrão de saúde nas escolas da Rede Pública. Os impactos e os efeitos produzidos pela intervenção têm produzido maior sensibilização acerca da temática saúde e trabalho por parte da comunidade escolar, de sua organização sindical e demais instâncias com ela relacionadas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999.

ATHAYDE, M.; BRITTO, J.; NEVES, M. Y. (org.). **Cadernos de método e procedimentos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

CANGUILHEM, G. Meios e normas do homem no trabalho. **Proposições**, Campinas, v. 12, n. 2-3, p. 109-121, 2001.

CASTEL, R. **La gestión de los riesgos**. Barcelona: Anagrama, 1986.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GUATTARI, F. ROLNIK, S. **Cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

KOWARICK, L. O mito da sociedade amorfa e a questão da democracia. **Folha de São Paulo**, Tendências e Debates, 7 ago. 1977.

NEVES, C. E. A. B. **Interferir entre desejo e capital**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

SCHAWARTZ, Y. Trabalho e usos-de-si. **Revista Pro-Posições**, Campinas, Faculdade de Educação da UNICAMP, n. 32, p. 1-17, dez. 2000.

SPÓSITO, M. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação pública. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, Anped, n. 13, p. 73-94, jan./abr. 2000.

ZARIFIAN, P. À **quoi sert le travail**. Paris: La Dispute: Snédit, 2003.

Parte 5: Sobre clinicas do trabalho

Clínicas do trabalho: abordagens e contribuições da análise institucional ao problema clínico do trabalho[88]

Maria Elizabeth Barros de Barros
Fernanda Spanier Amador

INTRODUÇÃO

O campo das Clínicas do Trabalho reúne diferentes abordagens, que visam às conexões entre trabalho, subjetividade e saúde. Tais

88 Originalmente publicado na **Revista Trabalho & Educação**, (UFMG), v. 26, n. 3, p. 18-39, 2017.

abordagens, tributárias dos referenciais críticos aos postulados da Psicotécnica do Trabalho (CLOT, 2010a),[89] apresentam propostas metodológicas peculiares, entre as quais se localizam diferenças substanciais quanto aos modos de tratar o problema clínico do trabalho.

Dentre as abordagens clínicas do trabalho trazemos neste texto, em um primeiro movimento, a Psicossociologia Francesa, a Psicodinâmica do Trabalho, a Ergologia e a Clínica da Atividade. Nossa proposta é colocá-las em diálogo, tratando das estratégias metodológicas e dos conceitos com os quais operam. Na esteira desse diálogo, empreendemos um segundo movimento por meio do qual — percorrendo correntes institucionalistas, notadamente a Socioanálise e a Esquizoanálise[90] — desenvolvemos aspectos relativos às possibilidades de que as Clínicas do Trabalho atinjam o plano analítico-institucional envolvido nos processos de saúde, sofrimento e adoecimento relacionados ao trabalho. Nosso propósito é o de que a clínica do trabalho possibilite uma experiência problematizadora do instituído e promotora da criação de novos territórios operacional-existenciais no e pelo trabalho.

TRABALHO E CONTEMPORANEIDADE: DE QUE CLÍNICAS PRECISAMOS?

Os desafios colocados no campo do trabalho contemporâneo são muitos. Intensas transformações nas relações do e no trabalho, o

89 Yves Clot destaca que a Psicotécnica do Trabalho esteve a serviço de interesses adaptacionistas presentes nas lógicas do capitalismo e do gerenciamento no período de emergência do taylorismo. Em reação a tal perspectiva, vieram os Cognitivistas do Trabalho, os ergonomistas e os psicopatologistas do Trabalho, dando passagem às abordagens que hoje compõem o chamado campo das Clínicas do Trabalho.

90 A socioanálise permite-nos pensar o trabalho como esfera histórico-política produtora de sentidos (BARROS, 2007), enquanto a esquizoanálise, de Deleuze e Guattari (1976), permitem-nos, especialmente, a abordagem do trabalho por seus processos de singularização e devires, abrindo o horizonte da representação, no que se refere aos processos de trabalho.

advento das novas tecnologias informáticas (acarretando mudanças nos processos de produção) e o reposicionamento dos modos de gestão convocam à análise.

Na esteira de Edith Seligmann-Silva (2011, p. 490), quando diz que "Acreditamos que as metamorfoses conjugadas – do sofrimento social contemporâneo, das formas de dominação, do trabalho e do desgaste humano, exigem outras formas de ação social e de trabalho clínico", propomo-nos interrogar neste texto: de quais clínicas do trabalho necessitamos no contemporâneo? Afinal, como ignorar as radicais transformações, no que tange aos modos contratuais do emprego, que têm gerado fragilização de coletivos pelo acirramento da competição individual? E mais, como enfrentar os efeitos de tal lógica em tempos de táticas tão perversas de defesa de um produtivismo calcado em um regime de escravização maquínica, como dizem Allièz e Feher (1998)?

O trabalho contemporâneo, tornando-se cada vez mais imaterial (LAZZARATTO; NEGRI, 2011), quer dos trabalhadores investimento em si mesmos, quer gerar neles o empreendedor, o automotivado, aquele que se torna, por fim e meio, no autoexplorado. Temos a feição do novo *homo economicus*, nascido das relações liberais e neoliberais contemporâneas, cumprindo sua função no jogo dos fluxos do mercado e da concorrência econômica. É a vida sendo governada, tornada alvo de uma biopolítica (FOUCAULT, 2008), dificultando o traçado de estratégias capazes de fazer questão a essa nova ordem mundial, imiscuída nos mais ínfimos espaços cotidianos.

No lastro desses elementos, somos levadas a sustentar que a clínica do trabalho de que precisamos necessita considerar as especificidades históricas que atravessam os modos de organização do trabalho, colocando em análise, por seus dispositivos, os arranjos que vão se delineando entre subjetividade, saúde, poder, dominação e, em determinados casos, até mesmo por entre violência laboral. Propomos ou defendemos, assim, uma clínica cujo teor seja político, isto é, que possibilite traçar com os trabalhadores o mapa de como esses se constituem

e os efeitos de suas práticas no mundo, arregimentando as forças capazes de gerar resistências, as quais passam, em nosso entendimento, pela criação frente aos poderes subjetivantes da lógica capitalística que atravessam o trabalho e acompanham os modos operatórios de trabalhar.

Quando falamos de clínica, arrastamos toda uma história do termo vinculada à prática e ao saber médicos, significando dispensar cuidados àquele que se vê alijado da saúde e cujo estado perdido necessita ser restaurado. Definitivamente, essa não é a concepção de clínica em que nos interessa apostar, pelo menos, não exclusivamente, no que se refere ao campo do trabalho. Desejamos pensar a clínica como sendo aquela prática que, por meio da crítica, por instauração de crise nas obviedades relativas aos modos de existência no trabalho, abre linhas de possibilidade para a problematização das lógicas que produzem mundos. Nesse modo de pensar a clínica, Georges Canguilhem (1992) nos é um autor caro — assim como o é para as diferentes abordagens clínicas tratadas neste texto —, ao sustentar que a saúde implica no exercício de criação de normas para viver. Para ele, ser sujeito da norm(atividade) do trabalho funde, em uma mesma concepção, a saúde e os atos de resistência enquanto criação. Ressaltamos, contudo, que a criação a qual perseguimos pelo exercício ético-político de nossa perspectiva, ultrapassa o plano reorganizativo de processos de trabalho, de modo a tangenciar a esfera analítico-institucional que neles se materializa.

ABORDAGENS CLÍNICAS DO TRABALHO: PRINCIPAIS OPERADORES CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

Pensando ser necessário apostar em abordagens clínicas que recusem pretensões higienizantes sustentadas em argumentos culpabilizantes — que visem ao desenvolvimento de qualidades próprias dos trabalhadores para suportarem as situações adversas do trabalho —, estamos em sintonia com a direção apontada por Clot (2010a). O autor alerta que vivemos em tempos em que a cadeia de acontecimentos cria um novo sistema produtivo: de um lado, apresenta-se uma loucura produtivista

associada a um aumento inevitável da pressão sobre os trabalhadores, e, de outro, criam-se dispositivos de gestão do sofrimento e de amortecimento psicológico para aquilo que se sabe ser insuportável.

Posto isso, importa considerar abordagens que, aqui colocadas e uma vez explicitadas suas estratégias metodológicas e os conceitos com os quais operam, possam contribuir para enfrentar o cenário que se desenha nesse contexto.

PSICOSSOCIOLOGIA FRANCESA

Essa abordagem, também conhecida como Psicologia Social Clínica, recobre vários nomes de referência, dentre eles: Vincent de Gaulejac, Eugène Enriquez e Jacqueline Barus Michel. Enfocando uma dupla inscrição do sujeito — aquela dos elementos intrapsíquicos singulares e as referentes ao universo social —, seu interesse recai na investigação das reciprocidades entre o individual e o coletivo, o psíquico e o social.

Algumas outras correntes, também de caráter psicossociológico, podem ser citadas, segundo Mendel e Prades (2002), entre elas: a Análise Estratégica ou Abordagem Organizacional da Ação Coletiva, de Michel Crozier, Ehrard Friedberg e Philippe Beurnoux, que coloca em discussão o fenômeno burocrático e as relações de poder entre indivíduos e grupos; a Intervenção Sociológica — vinculada aos nomes de Alain Tourraine e François Dubet, entre outros —, focada na análise dos movimentos de grupos de militantes ou de indivíduos que partilham uma experiência coletiva, enfocando a passagem da sociedade industrial para a pós-industrial; e a própria Sociopsicanálise Institucional, de Gérard Mendel, Mireille Bitan, Claire Rueff e Jean Luc Prades, vinculada ao grupo Desgenettes, pautada na constituição de grupos homogêneos de métier e tentando compreender como o fato social influi sobre o fato psíquico individual e inconsciente. Somam-se, ainda, a essas correntes os trabalhos de Elton Mayo e suas pesquisas relativas às relações humanas, levando à Psicossociologia Industrial; os estudos de Kurt Lewin, para quem o grupo

consiste em um sistema de interdependências e de interseções, tanto entre seu meio, quanto com o meio exterior; e Jacob Moreno e seus estudos relativos às interações sociais. Podem ser citados, também: a Psicanálise aplicada às organizações; os trabalhos de Bion e sua transposição do enquadre psicanalítico para o trabalho com grupos; Pichon-Rivière e suas experiências nos hospitais; Michael Balint, buscando os processos inconscientes na relação profissional-doente no trabalho médico e Georges Lapassade, esse já anunciando certa passagem para uma terceira via, nem estritamente psicossociológica, nem uma abordagem psicanalítica grupal, de forma que vai articular grupos, organizações e instituições e, depois, vai desembocar na Socioanálise, com René Lourau, a qual demarca uma ruptura em relação à Psicossociologia.

Para Lhuillier (2006), nessa última abordagem, o grupo é tomado como objeto de conhecimento e lugar de uma prática e de dinâmicas coletivas mobilizadas por ocasião do trabalho, enquanto a organização designa um conjunto estruturado de papéis, de relações de poder, de normas. O grupo se estabelece para responder a objetivos de produção de bens e de serviços, designando, também, a colocação de recursos individuais para permitir a realização de uma ação coletiva. Já a noção de instituição, essa não se confundirá com o uso corrente da palavra, que designa um estabelecimento, e sim será tomada como um fato social específico que se reconhece por seu aspecto normativo e que visa ao controle social pela interiorização de regras. Enquanto conjunto de normas, a instituição governa a sociedade e contribui para a estabilidade da ordem existente, ainda que proceda, também, por entre forças instituintes. Assim, a instituição pode ser definida como um conjunto de signos e de símbolos, de representações e de regras, produzido pela prática de relações e de atividades humanas. O social, então, é considerado como um conjunto dinâmico de relações de transformação da realidade, onde os conflitos recaem sobre os modos de fazer, de decidir e de prever, implicando em divisões, concorrências e diversidade nos modos de organização.

Abrindo a situação de trabalho a uma abordagem que integra a técnica, os modos de remuneração, os métodos de organização e de gestão das empresas, a Psicossociologia vai, segundo Lhuilier (2006), enfatizar os processos inconscientes dos grupos, seus dispositivos de formação e as relações entre estruturas sociais e defesas psíquicas, por meio do desenvolvimento de pesquisas-ação. Por uma perspectiva em que a subjetividade é tomada pelo viés do sujeito trabalhador que se relaciona com o social, a psicossociologia, entretanto, tende a uma espécie de microssociologia dos grupos e não parece eleger como objeto privilegiado de suas análises o trabalho como exigência de transformação da realidade, enquanto prova, afirma Lhuilier (2013).

Contudo, o psicossociólogo Gérard Mendel contribui, na ótica de Lhuilier (2006), para uma ampliação da análise, no que se refere ao ato do trabalho, ao propor o conceito de ato-poder. Para ele, o ato é o processo de interatividade entre um sujeito levado por um projeto de ação e a realidade implicada por essa ação, realidade material e social. Distinguindo entre ato e ação, Mendel afirma que esta última recobre o projeto de transformação da realidade: é o tempo do anteato que se desenrola na interação sujeito-realidade exterior. Esse projeto da ação guia o ato, mas não se reduz a ele, porque, entrando no ato, nós encontramos parte do desconhecido por onde a experiência prática mostra que o real sempre ultrapassa as representações contidas no projeto da ação. Assim, nós arriscamos tomar consciência de nossos meios limitados e da resistência ao real e corremos riscos: aquele do fracasso e do acidente, mas também, por outro lado, aquele da inventividade e da criação.

PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Essa abordagem, que tem como principal expoente Cristophe Dejours (1986), elege como objeto o sofrimento psíquico produzido pela experiência do trabalho. Entendido como espécie de zona intermediária entre a descompensação psíquica e a saúde, o sofrimento é o lócus

por onde são construídas pelos trabalhadores estratégias individuais e coletivas de defesa. Além disso, é no lastro da vivência de sofrimento que são estabelecidas as Regras de Ofício (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994), o que dirige as análises em Psicodinâmica do Trabalho, também, para o prazer produzido pelo trabalho relacionado ao exercício da inteligência astuciosa.

Tributária da Psicanálise, da Psicossomática e da Ergonomia francófona, a Psicodinâmica do Trabalho agrega, ainda, contribuições da Sociologia do Trabalho e da Psicossociologia do Trabalho francesa, tendo como questão-chave o enigma de uma normalidade "sofrente", isto é, aquela marcada por mecanismos que expressam as tentativas dos trabalhadores para prosseguirem trabalhando sem se descompensarem psiquicamente.

Quanto ao trabalho, esse emerge como eixo de estruturação do sujeito, e a saúde é entendida como busca e movimento, ao invés de conforto e bem-estar, sendo pensada a partir da mobilização de elementos da história passada do trabalhador no encontro com o ambiente, visando à sua transformação na direção da conquista de benefícios para sua identidade.

As análises das conexões entre funcionamento psíquico e trabalho são realizadas a partir de um operador-chave: a organização do trabalho. Por ela, entende-se o modo como as tarefas são divididas entre homens e mulheres que trabalham, implicando em definição de hierarquia, comando e controle e, ainda, na regulação das relações entre trabalhadores e trabalhadoras. Desse modo, a organização do trabalho atinge dois pontos: o conteúdo das tarefas e as relações humanas.

Tendo como objetivo analisar a construção da subjetividade nos contextos de trabalho em termos metodológicos, a Psicodinâmica do Trabalho pressupõe que seu desvelamento se dá pela palavra do trabalhador e pela escuta do pesquisador, de modo a permitir ao sujeito que fala sobre seu trabalho uma clarificação de seu comportamento, de forma a favorecer a mudança da sua percepção a respeito da situação vivida (MENDES, 2002).

Segundo Mendes, Araújo e Merlo (2011), a Psicodinâmica do Trabalho se trata de uma clínica voltada para o não dito, negado ou ocultado por detrás dos sintomas e que analisa a mobilização psíquica para o fazer. Além disso, os questionamentos se voltarão para questões sobre vínculo social, por onde o trabalho aparece como mediador privilegiado e insubstituível entre o inconsciente e o campo social. O desejo, elemento-chave para a compreensão das relações trabalho-sofrimento, é aquele da Psicanálise, ou seja, consiste em uma espécie de condutor que implicará um sujeito na realidade do seu inconsciente e que tem origem antes do seu encontro com o trabalho. Assim, sua dinâmica se expressa quando, nos confrontos com o real, choca-se e resiste ao que sua história mobiliza.

Do ponto de vista metodológico, há uma ênfase na palavra, a qual, para Dejours (1992, p. 149), consiste em "[...] uma formulação original, viva, que nos toca, engajada, subjetiva, vinda do grupo de trabalhadores". Concedendo importância ao comentário, diferentemente de alguns ergonomistas, que colocam ênfase na observação das situações de trabalho, Dejours (1992) afirma não se interessar pela realidade dos fatos da situação laboral, nem pela descrição efetuada pelos trabalhadores em relação ao seu trabalho.

A partir daí, a Psicodinâmica do Trabalho concede uma importância capital às habilidades do clínico, destacando como prioridade para a clínica que ela seja praticada por psicólogos, médicos, psiquiatras e psicanalistas ou por aqueles que se "submetam" a uma formação específica (DEJOURS; BÈGUE (2010) *apud* MENDES; ARAÚJO; MERLO, 2011) e ainda que os mesmos, os quais devem realizar a escuta em duplas, recebam supervisão de um clínico externo ao processo. Quanto aos trabalhadores que participam da clínica, torna-se fundamental a constituição de um coletivo de trabalhadores que seja voluntário e esteja mobilizado para as questões de saúde mental, relacionadas ao trabalho.

Podem ser identificadas duas principais etapas no processo clínico em Psicodinâmica do Trabalho. A primeira é a fase de

pré-pesquisa, que implica em negociações com instâncias organizacionais-chave e na definição dos pesquisadores e dos trabalhadores que se envolverão no processo. Implica, ainda, na difusão da metodologia para o restante do grupo de trabalhadores da organização, bem como na reunião de documentos e na realização de visitas às áreas e setores da empresa em questão. Na fase de Pesquisa Propriamente Dita — a segunda etapa —, elege-se um local identificado com o trabalho, preferencialmente dentro da organização. Além disso, apresentam se os pesquisadores, os quais expõem, o mais claramente possível, o seu objetivo, qual seja: a análise das relações do coletivo com o trabalho e os efeitos mascaradores dos sistemas de defesa compartilhados em relação ao sofrimento. No decorrer do processo, analisam-se os comentários verbais dos trabalhadores e o conteúdo formulado pelo grupo de pesquisadores/clínicos do trabalho — valendo-se do recurso da interpretação, da restituição e da validação pelos trabalhadores, bem como das interpretações do clínico, as quais devem possibilitar a continuidade da discussão. Em Psicodinâmica do Trabalho, a interpretação ideal seria aquela que, desmontando um sistema defensivo, autorizasse a reconstrução de um novo sistema defensivo (DEJOURS, 2004), modificando-se, assim, o plano da organização do trabalho.

ERGOLOGIA

O Departamento de Ergologia, vinculado ao nome de Yves Schwartz, surge no ano de 1998, no seio do Departamento de Filosofa da Universidade da Provença. Fundamentada especialmente na filosofa da vida de Georges Canguilhem e na Ergonomia da Atividade, em especial, com os trabalhos de A. Wisner, em Ergologia, toma-se a atividade como matriz da história humana e, sendo assim, a análise se efetiva no fluxo das situações concretas de trabalho.

Para Schwartz (2000), a atividade de trabalho diz respeito a uma concepção mais geral da atividade humana de renormatização parcial dos meios de vida; trata-se de um movimento permanente no

âmbito dos saberes produzidos no trabalho, ligado aos planos da técnica e da linguagem e produzindo normas antecedentes que são sempre renormatizadas no recomeço indefinido das atividades. A partir daí, advém um princípio importante: o ser vivente está em constante processo de conhecimento transformação de seu meio. Schwartz e Durrive (2007) destacam que a predominância dos modelos tayloristas de análise do trabalho acaba por considerar, como sua condição essencial, uma oposição entre subjetividade e trabalho. Reexaminar o taylorismo, afirmam Schwartz e Durrive (2007, p. 189), "[...] nos obriga a isolar uma entidade que não é muito clara, mas que se pode chamar de 'sujeito', no coração mesmo do trabalho, sem o qual não há trabalho, sem o qual nada acontece".

É sempre necessário, portanto, uma entidade para gerir uma infidelidade do meio, isto é, gerir a inconstância do meio e das próprias situações de trabalho. O autor sugere, assim, que tal gestão se faz com "usos de si", isto é, o trabalhador faz uso de suas próprias capacidades, de seus próprios recursos e de suas próprias escolhas para gerir as variabilidades do meio e colocar algo em funcionamento.

Entretanto, nesse processo de uso de si por si mesmo, que é simultaneamente uso de si pelos outros, há um tensionamento a ser enfrentado: trabalhar em conformidade com as prescrições ou trabalhar de outra maneira, obedecer ou resistir. Os trabalhadores vivem uma dramática e fazem arbitragens, de modo que aqui insiste a questão do sujeito, levando Schwartz a sugerir o emprego do termo pessoa, e não sujeito, para nomear essa entidade que faz tal gestão. Usar a expressão sujeito ou subjetividade seria apenas provisório, para ele.

Então, o que colocar nesse lugar que está em constante embate entre prescrições e processo criador no trabalho? O filósofo considera que, para pensar o "centro desse drama", que tem como tarefa a negociação e a arbitragem, é necessário levar em conta que, entre os trabalhadores e trabalhadoras, "as escolhas feitas não são sempre conscientes, postas na mesa, são feitas de forma quase inconsciente". Segundo Schwartz, essas escolhas se situam no corpo, um

corpo atravessado de inteligência, e muitas escolhas são feitas quase automaticamente, e esses automatismos, em algumas situações, vêm à consciência. Então, "[...] em vez de subjetividade eu prefiro falar de 'corpo-si'" (SCHWARTZ, 2007, p. 196). O corpo-si é história, história de vida, é história de encontros sempre renovados, que envolve um ser, seus valores, suas solicitações, seus dramas e as já mencionadas infidelidades do meio. O corpo é, portanto, memória-patrimônio vivido, que integra aprendizagens, emerge e se transforma no fluxo da atividade.

Partindo dessas formulações, Schwartz (2007) propõe um dispositivo de intervenção. Tal dispositivo visa a incitar aqueles que trabalham para por em palavras o modo como experimentam as atividades que desenvolvem, tornando-as comunicáveis para, então, confrontá-las com outros saberes, seja os da ciência ou os saberes encarnados da experiência situada de trabalho. O método que atualiza esse objetivo é o denominado dispositivo dinâmico a três polos (DD3P), o qual visa contribuir para repensar a formação de profissionais, a partir de diálogos entre os conhecimentos científico-acadêmicos e os conhecimentos não científicos da experiência situada.

A proposição desse dispositivo ampliou o conceito de "Comunidade Científica Alargada" (CCA), ideia essa desenvolvida por Ivar Oddone e colaboradores, que, por volta da década de 1970, propuseram uma nova concepção de pesquisa, uma forma de pesquisa-ação em torno do tema das mudanças das condições de vida e trabalho. Schwartz (2000), considerando os limites da CCA — que propunha a primazia do campo científico na produção de conhecimento sobre a atividade —, produz uma inflexão importante na proposta de Odonne e colaboradores: propõe o DD3P, que tem por objetivo reafirmar um polo que encontrava pouco destaque na proposta das CCAs, o chamado terceiro polo, aquele que articula certo modelo de humanidade e que faz com que o protagonista da atividade olhe o seu semelhante como alguém que está em atividade, experimentando dramáticas, ressingularizando uma situação.

O primeiro polo é aquele dos saberes e valores constituídos nos universos científicos, saberes que foram construídos e estão disponíveis para antecipar o que fazer no trabalho. O segundo polo indica os saberes processados e retrabalhados na atividade. O terceiro polo é o da problematização, em que a reunião dos diferentes protagonistas em torno do que se passa no trabalho possibilita a reinvenção dos modos de trabalhar.

CLÍNICA DA ATIVIDADE

A clínica da atividade emerge na França na década de 90, sendo suas propostas apresentadas por Yves Clot e Daniel Faita. Seguindo as formulações da filosofa da vida de Canguilhem, ela considera a atividade de trabalho fonte permanente de criação de novas normas de viver, tal como o faz a Ergologia.

Yves Clot (2006a) considera que o trabalho tem função psicológica. Tal função se expressa no momento em que o homem pode dele destacar-se, quando não se percebe fundido com sua tarefa, de forma que a ação tende a aumentar o poder de afetar e ser afetado, o que tem o sentido de aumentar o poder de agir dos trabalhadores (CLOT, 2010b), os quais passam a ser analistas das situações de trabalho.

A atividade, para Clot (2010b), implica mais do que dimensões lógicas; exige dimensões poéticas — posto serem regidas pelo signo da criação, como fonte permanente de invenção de novas formas de viver. A partir daí, o objetivo clínico liga-se à provocação da controvérsia e do diálogo, o que em nada se assemelha à prática da disputa (DASCAL, 1994), fazendo circular diferentes pontos de vista relativos aos modos de trabalhar. Disputar pressupõe certa destruição de um ponto de vista, enquanto exercitar a controvérsia implica em radicalizar seu caráter dinâmico, acolher e desejar a diferença e a diferenciação, criando modos outros de agir, expandindo o poder de ação.

Inspirando-se na filosofa de Espinosa, Yves Clot considera que a vitalidade do Ser estaria em sua condição de perseverar no seu

Ser — conatus — e isso só se efetiva, porque o sujeito não está isolado, mas compondo um coletivo que contém uma problemática que supera o indivíduo. Trabalhar é, então, essa capacidade de estabelecer engajamento em uma história compartilhada; trabalhar é sair de si, implicando inscrição em uma história coletiva que se estabiliza provisoriamente, constituindo-se como patrimônio histórico relevante para os trabalhadores, que é o gênero profissional (CLOT, 2010b). No entanto, e aí está a dimensão processual dessa experiência, tal patrimônio é equívoco e discordante, de forma que cada trabalhador oferece ao processo suas contribuições, estilizando-o.

Dessa forma, a Clínica da Atividade inscreve-se no curso da ação, preocupada com a dimensão da atividade de trabalho efetivada por grupos de trabalhadores. Ao pesquisador-clínico da atividade caberia, então, viabilizar a criação de situações nas quais os trabalhadores possam produzir uma inflexão importante nos seus modos de pensar usuais para agir e pensar de outra forma em meio à sua atividade laboral, valendo-se de dispositivos que demandam do trabalhador que ele se confronte com os modos como realiza o seu trabalho, submetendo-os, também, à confrontação do clínico e dos seus pares.

Ainda a respeito do método, parte-se de uma questão-chave: como acompanhar e produzir conhecimento a partir do que se passa na vida cotidiana do e pelo trabalho? Assim, é preciso produzir um método que se ocupe da singularidade, a qual, para ser objeto de estudo, exige que se integre a compreensão de uma situação à unidade subjetiva de uma experiência, e não apenas às representações funcionais que, por um lado, essa mesma experiência supõe, segundo Clot (2006a).

A preocupação em relação à Clínica da Atividade — estando ela localizada no desenvolvimento da ação — pressupõe uma prática voltada para o acompanhamento das avaliações referentes ao que os trabalhadores fazem e como fazem para dar conta do projeto da ação (aí se dá o ato), entendendo-se que, no lugar dos deslocamentos, nasce o sentido do trabalho, esse relativo à criação de novos objetivos para

a ação dos trabalhadores. Assim, a própria matéria de análise clínica do trabalho são as metamorfoses que essa análise provoca, não se tratando de um método a aplicar, mas de uma metodologia de coanálise reconcebida com eles, a cada vez singular.

A compreensão da experiência pressupõe a explicação de sua estruturação e vice-versa; uma explicação que remete ao real, à prova e à especificação de por onde emerge a singularidade da situação, como o próprio objeto de análise. Os mecanismos de produção da atividade não são diretamente observáveis: temos acesso apenas aos vestígios encontrados no sujeito e em seu meio técnico e social, quando ele faz deles seu meio para desenvolver a si e ao trabalho. Quanto à linguagem, essa é tomada na perspectiva de que não consiste apenas em um meio de verbalização da ação que o clínico do trabalho solicita, mas é, sim, uma atividade em seu sentido pleno, nas situações de trabalho.

É em confrontação que a ação passa pelo crivo do pensamento e se transforma em outra ação. É a partir da confrontação entre saberes e experiências que se efetivam a formação e o desenvolvimento das ações, uma vez que a crítica permite o engendramento de outros modos de trabalhar-viver e a constituição de outros modos subjetivos. Assim, tendo como princípio a confrontação, são empregadas duas modalidades metodológicas principais em Clínica da Atividade: a Instrução ao Sósia e a Autoconfrontação Simples e Cruzada (CLOT, 2006a).

QUANDO A CLÍNICA DO TRABALHO ATINGE O PLANO ANALÍTICO-INSTITUCIONAL

A questão, analisada por meio de diferentes abordagens clínicas do trabalho, permite-nos perceber que todas elas procuram algo que nos é caro do ponto de vista do compromisso ético-político que nos interessa afirmar no campo das Clínicas do Trabalho: a busca pela superação da dicotomia indivíduo-social. Em que pesem suas diferenças

de alcance nessa empreitada, todas elas afirmam a importância da consideração da organização do trabalho no que tange aos processos de produção de subjetividade, realçam as estratégias coletivas de intervenção, bem como sinalizam a importância de que os próprios trabalhadores e trabalhadoras interfiram nas mudanças necessárias no âmbito das condições, das relações sociais, da divisão das tarefas e do conteúdo do seu trabalho.

Contudo, há, no nosso ponto de vista, um aspecto que merece atenção entre as formulações das diversas abordagens clínicas do trabalho: a consideração do plano institucional de análise. Nossa principal questão é: como atingir uma analítica institucional — isto é, da trama de normas, de pautas, de regulações que se referem ao estabelecimento de verdades, poderes e subjetividades — por entre as analíticas realizadas junto aos trabalhadores e trabalhadoras a respeito de seus modos operatórios e de sua experiência de trabalho? Essa pergunta torna-se uma questão crucial, quando nos interessamos em ultrapassar um plano que, muitas vezes, restringe-se a reorganizar os processos de trabalho, sem, contudo, operar uma efetiva transformação dos ordenamentos institucionais que os acompanham.

Para tanto, parece-nos importante enfrentar algo que Schwartz e Durrive (2007) sugerem como sendo um "vazio de normas", no que se refere a avançarmos nas formulações ainda por serem atualizadas, no encontro entre Clínicas do Trabalho e Análise Institucional. Isto é, parece-nos que há desenvolvimentos possíveis no que tange a essa conexão, tanto do ponto de vista conceitual, quanto do metodológico. Por esse motivo, exploramos a contribuição do institucionalismo francês ao campo das Clínicas do Trabalho, especialmente pela ruptura operada, tanto pela Socioanálise — a qual nos permite pensar o trabalho para além de uma dimensão jurídico-funcionalista, possibilitando-nos afirmá-lo, em lugar disso, como esfera histórico-política produtora de sentidos (BARROS, 2007) —, quanto pela Esquizoanálise de Deleuze e Guattari (1976) — perspectiva que coloca ênfase nos processos de singularização e devires, abrindo o

horizonte da representação no que se refere aos processos de trabalho. Tais elementos, operando como intercessores, configuram um terreno fértil para novas modulações no campo das Clínicas do Trabalho, especialmente em relação às abordagens que se ocupam de tomar o trabalho como atividade, tal como o fazem Yves Schwartz, pela Ergologia, e Yves Clot, pela Clínica da Atividade.

Para as Clínicas do Trabalho, a potência conceitual do trabalho como atividade se sustenta na própria presença do plano institucional em sua análise. A esse respeito, o institucionalista François Tosquelles (1966) já ressaltava a importância da análise da atividade de internos de hospitais psiquiátricos na França, com vistas à transformação da instituição, defendendo que se ultrapassasse a chamada Ergoterapia — que costumava se resumir a manter ocupados os pacientes para enfatizar a sua atividade, enquanto estavam nessa ocupação. Tal aspecto é retomado por Yves Clot no posfácio da obra "Le travail térapheutique a l'hôpital pschiatrique", de Tosquelles, avançando nas considerações relativas à importância de tomar o trabalho como atividade para proceder à análise das instituições.

As abordagens clínicas do trabalho que o tomam como atividade — posicionando se na análise do processo incessante de renormatização quando da gestão da distância entre Trabalho Prescrito e Trabalho Real e sustentando-se na concepção de Canguilhem (1992) de que a saúde no trabalho implica que os sujeitos sejam ativos em sua própria normatividade — indicam mais alguns elementos que nos permitem o desenvolvimento da potência analítica do plano institucional pelas Clínicas do Trabalho. Se ser sujeito ativo da própria normatividade implica em transitar por entre normas, de modo a expandir o poder de agir (isto é, de maneira a expandir as possibilidades de trabalhar de outra maneira), podemos vislumbrar que é no entre-normas que o trabalho e o trabalhador se fazem outros. Trata-se, no nosso ponto de vista, de certa experiência de borda, por onde experimentamos o devir do trabalho pelos processos laborais que suscitam o afetar e o afetar-se, na experiência do labor, de maneira a lançar, trabalhadores

e trabalhadoras, a algo que lhes acontece, a uma força que expande seu poder de agir em um processo que envolve transformação das instituições pelo processo de renormatização.

Outro elemento que nos parece interessante ressaltar é a dimensão coletiva da experiência do trabalho como atividade que nos instiga a pensar na perspectiva não privatista da subjetividade em Clínicas do Trabalho. Se tomarmos a subjetividade de trabalhadores e trabalhadoras pela via de uma não totalização ou centralização no indivíduo, abre-se a possibilidade de levar em conta tanto uma dimensão relativa às relações com os pares do trabalho, consigo mesmo, com as prescrições e com as regras de ofício, bem como com um plano de virtualidades que, enquanto forças em curso de atualização, aguardam para ganhar existência em modos de trabalhar. Assim, quando tomamos as formulações de Yves Clot (2010b) referentes as quatro instâncias do métier mobilizadas quando da produção de um ofício — pessoal, impessoal, interpessoal e transpessoal[91] —, somos levadas a entender a atividade de trabalho como um certo modo de operar marcado pela criação, responsável por efetuações e contraefetuações[92] que modulam os modos de trabalhar, sendo a subjetividade-trabalhador, nessa processualidade, fabricada e modelada no registro do social. Arriscamos pensar que a instância transpessoal, pelo trabalho

91 Dimensão Pessoal (atividade própria do sujeito numa mesma atividade correspondendo ao modo de cultivo do ofício em si mesmo); Dimensão Impessoal (prescrição oficial do ofício que permite às pessoas fazerem a mesma tarefa); Dimensão Interpessoal (o trabalho é endereçado a alguém); e Dimensão Transpessoal (memória coletiva; subentendido para a ação). Da discordância entre elas emerge o oficio ou métier, por isso, ele é nômade, é vivo transitando por essas quatro dimensões. Ele é movimento, transformação do objeto em meio para uma estética de si e do trabalho.

92 Efetuação refere-se ao pensamento de Deleuze e Guattari em relação à encarnação ou à atualização do acontecimento que gera a sucessão dos estados de coisa. Já a contra-efetuação remete, para os devires imperceptíveis, a um plano de produção de sentidos. Ambos são inseparáveis (ZOURABICHVILI, 2004).

de estilização, é o lugar, também, de tais contra efetuações, as quais são da ordem do que acontecimentaliza o trabalho, do que o abre para sua feitura, acompanhado da produção de novos sentidos. Tal lugar é aquele de um coletivo de forças, lugar por onde a problematização se faz ação em experimentação. Estar em atividade, assim, implica o trânsito por um plano de virtualidades e devires envolvido em movimentos de dobra e desdobra, por onde se fazem trabalho e trabalhador, enquanto inflexões do Fora, por algo que ainda aguarda para se atualizar.

A leitura de Deleuze e Guattari (1996, p. 29) nos leva, ainda, a pensar que instituição e atividade se encontram em íntima relação. Dizem eles: "[...] a instituição se apresenta sempre como um sistema organizado de meios [...]". Se estar em atividade consiste em criar e recriar a cada instante meios para viver, parece ser por entre a institucionalização e a desinstitucionalização que isso se processa, posicionando, assim, as clínicas que se fazem pela análise da atividade de trabalho no terreno de uma micropolítica.[93] O termo micro, aqui, assume um sentido peculiar, já que micro não designa o pequeno, mas o entre-dois, o espaço de livre trânsito dos devires. Assim, o potencial desinstitucionalizante da atividade de trabalho, ainda que feito por entre a criação de instituições, está no próprio exercício de manter o trabalho vivo, pelo trânsito em um campo de forças — essas, virtuais em curso de atualização, por onde se imiscuem os movimentos de geração de normas no trabalho. A esse respeito, diz Yves Clot (2013a, p. 201) em relação ao que se passa quando da experiência do trabalho como atividade: "[...] construção, no comum, de um mundo em que o sujeito pode viver a experiência do real naquilo que

93 Na esteira do pensamento de Deleuze e Guattari (1996), operamos com a ideia de que os planos macro e micromolecular são coexistentes enquanto políticas. Os estados de coisa, típicos da macropolítica, afirmam-se pelo fazer-se diferencial que caracteriza os movimentos de distinção da vida na esfera da micropolítica.

ele tem de desconhecido e inesperado. No acontecimento, ele reencontra, graças à instituição, o poder de agir sobre seu meio, contra a instituição e além da instituição".

Outra instigante inflexão que as perspectivas institucionalistas possibilitam se refere à concepção do desejo, esse um conceito operador-chave em Clínicas do Trabalho. O desejo, entendido como produção social, "[...] é sempre o modo de produção de algo, o desejo é sempre o modo de construção de algo" (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 216), esfera modelizável pelo social que guarda, contudo, os gérmens da singularização. Em recusa a uma perspectiva familiarista da concepção do desejo, as correntes institucionalistas nos possibilitam pensar que o trabalho clínico a ser feito implica desembaralhar as linhas que misturam desejo e capital (NEVES, 2004) por entre os fazeres laborais. Os efeitos clínicos do trabalho que se pretende produzir passam, assim, não apenas a dar vazão à possibilidade de desejar, e sim a produzir interferências, como já dissemos, nas conexões entre o desejo e o capital, já que consideramos "[...] o duplo caráter do trabalho humano: ele se funda sobre uma relação universal entre o homem e a natureza e, também, como suporte de relações sociais específicas" (LHUILIER, 2013, p. 483). Assim, quanto ao desejo, esse nada tem a ver com a noção de sujeito desejante: ele só existe como produção agenciada em determinada situação histórica. Tal ângulo de análise nos parece pertinente, considerando-se que a produção do desejo entre os trabalhadores pode gerar efeitos de sobre implicação[94] institucional, de tal ordem que, levando os trabalhadores a

94 Sobre implicação consiste em um conceito pensado a partir da ideia de Implicação proposta por Lourau (1993). Implicação refere-se à necessária relação que todos nós estabelecemos com as instituições, relação essa que necessita ser permanentemente analisada sob pena de cairmos em sobre-implicação, esse um processo que nos enlaça em certo ativismo de práticas, o qual pouco se refere à ampliação do poder de agir. Pode-se mesmo pensar que estar sobre-implicado no trabalho consiste em estar operando por agir impedido.

uma adesão, por vezes quase inconteste, aos princípios da organização, produzem situações de sofrimento altamente nefastas para eles.[95]

O desafio, então, passa a ser o de apostar em processos de singularização que se expressam pelos modos de trabalhar, promovendo a experimentação de novos modos de agir, dimensão essa que se desvia das pretensões de reforçar a identidade do trabalhador, enquanto critério de saúde. Assim, entendemos que, pela clínica que opera pelo conceito de atividade de trabalho, encontramos a potência necessária para perturbar as fronteiras entre macro e micropolítica, ativando análises e movimentos que destrincham as conexões entre as linhas duras que produzem codificações sociais que se institucionalizam e aquelas segmentares e de fuga que se conectam com o desconhecido, com o "incriado", com a multiplicidade que pode fazer o trabalho variar em um balé estilístico fortalecedor dos coletivos — coletivos aqui entendidos enquanto zona de multiplicidades, de impessoalidade e de forças (políticas, econômicas, psíquicas, entre outras) que permeiam a vida no trabalho, produzindo subjetividades por entre os fazeres laborais.

Vigotsky (2001), um dos autores de referência em Clínica da Atividade, destaca a arte como um meio para a operação de deslocamentos e como via privilegiada para fazer a diferença na história subjetiva. Para ele, a dimensão artística da experiência, ao invés de se oferecer como tela para projeção de conflitos, pode provocar um encontro com o irrealizado em nós, pode transformar nossos afetos em meio de viver outros afetos, pode se oferecer como meio para novos percursos inconscientes, agenciando um devir do inconsciente (CLOT, 2006b).

Do ponto de vista metodológico, a clínica do trabalho, nessa perspectiva, recusa os especialismos técnicos. E mais, coloca-os sob

95 Isto é, o que sinaliza Yves Clot (2013b) quando relata a situação de trabalhadores que tentam o suicídio e que são reconhecidos como pessoas altamente comprometidas com a organização.

suspeita permanente, de modo a permitir que seus métodos jamais se cristalizem em modos institucionalizados de operar. Contudo, valendo-se das contribuições, inclusive das abordadas anteriormente, há que se dedicar um tempo para conhecer aspectos relativos tanto à organização do trabalho, quanto às suas condições, para o estabelecimento de vínculos com os trabalhadores com os quais se pretende atuar com, e não sobre, e ainda há que se atentar para a produção de uma condição de sustentação da análise pelos próprios trabalhadores, promovendo movimentos de pesquisa-intervenção voltados para uma analítica relativa aos modos como enfrentam o trabalho enquanto prova, isto é, enquanto encontro com o imprevisto, com aquilo que os força a pensar.

Como norteadores para esse processo, destacamos as dimensões genealógica, cartográfica e dialógica de análise. Genealógica porque as análises visam, por entre aquilo que os trabalhadores fazem e por entre as provações pelas quais passam no trabalho, ao traçado de um pensamento em ação, problematizando as evidências e as contingências que condicionam, delimitam e institucionalizam a existência de saberes e práticas no trabalho. Cartográfica porque se pretende acessar processos — de trabalho, de subjetivação e clínicos —, ocupando-se, sobretudo, daquilo que não se curva à representação, traçando as linhas problemáticas emergentes na atividade de trabalho. E, por fim, Dialógica porque o procedimento clínico em que apostamos busca, pelo plano da linguagem, aquilo que se refere aos estereótipos das condutas no trabalho, mas, sobretudo, àquilo que é da ordem da ruptura, do acontecimento, do contrassenso, que pode dizer da natureza heterogênea das experiências no trabalho.

Trata-se de enfatizar a potência do trabalhador, de criar e recriar a cada instante os meios para viver, experimentando-se na produção de diferença em meio às tramas institucionais que ele, enquanto produto e produtor, ajuda a forjar na experiência coletiva do trabalho como atividade.

REFERÊNCIAS

ALLIEZ, E.; FEHER, M. Os estilhaços do capital. *In*: ALLIEZ, E. *et al.* **Contratempo**: ensaios sobre algumas metamorfoses do capital. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988. p. 151-214.

BARROS, R. B. de. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulina: Editora da UFRGS, 2007.

CANGUILHEM, G. **La connaissance de la vie**. Paris: Philosophique J. Vrin, 1992

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006a.

CLOT, Y. Clinique du travail et clinique de l'activité. *In*: CLOT, Y.; LHUILIER, D. (org.). **Perspectives en clinique du travail**. Toulouse: Éditions Érès, 2006b, p. 165-177.

CLOT, Y. A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade. **Fractal:** Revista de Psicologia, Niterói, v. 22, n. 1, p. 207-234, jan./abr. 2010a.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Sobrefactum, 2010b.

CLOT, Y. A contribuição de Tosquelles à Clínica do Trabalho. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 199-208, jan./abr. 2013a.

CLOT, Y. O ofício como produtor de saúde. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 1-11, jun. 2013b.

DASCAL, M. **Pragmática e filosofia da mente I**: pensamento na linguagem. Paraná: EDUFPR, 1994.

DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, [*s. l.*], n. 54, v.14, p. 7-11, abr./maio/jun. 1986.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez: Oboré, 1992.

DEJOURS, C. Análise psicodinâmica das situações do trabalho e sociologia da linguagem. *In*: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. (org.). **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 197-241.

DEJOURS, C.; BÈGUE, F. **Suicídio e trabalho.** O que fazer? São Paulo: Paralelo, 2010.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 55-69, set./dez. 2017

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994. p. 119-145.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1996. v. 3.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

LAZZARATTO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

LHUILIER, D. **Cliniques du travail**. Paris: Éditions Érès, 2006.

LHUILIER, D. Trabalho. **Psicologia e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 483-492, 2013.

LOURAU, R. **René Lourau na UERJ**: análise institucional e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: Eduerj, 1993.

MENDEL, G.; PRADES, J. L. **Les méthodes de l'intervention psychosociologique**. Paris: La Découverte, 2002.

MENDES, A. M. Algumas contribuições do referencial psicanalítico para pesquisas sobre organizações. **Revista Estudos em Psicologia**, Maringá, v. 7, n. esp., p. 89-97, 2002.

MENDES, A. M.; ARAÚJO, L. K. R.; MERLO, A. R. C. Prática clínica em psicodinâmica do trabalho: experiências brasileiras. *In*: BENDASSOLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. **Clínicas do trabalho**: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011. p. 170-187.

NEVES, C. E. A. B. Modos de interferir no contemporâneo: um olhar micropolítico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 2-19, 2004.

SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 7, p. 1-9, jul./dez. 2000.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EDUFF, 2007.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

TOSQUELLES, F. Pédagogie et psychothérapie institutionnelle. **Revue de Psychothérapie Institutionnelle**, Paris, numéro spécial, 1966

VIGOTSKY, L. S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZOURABICHVILI, F. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

Psicologia e processos de trabalho: um outro olhar[96]

Maria Elizabeth Barros de Barros
Tânia Mara Galli Fonseca

A Psicologia do Trabalho está preparada para encarar os desafios colocados pelos atuais modos de funcionamento do capital? Talvez, caiba, aqui, neste texto, com vistas a contribuir com essa discussão, introduzir um debate sobre o lugar que a Psicologia vem ocupando no cenário do mundo do trabalho.

A direção que buscamos afirmar para a Psicologia do Trabalho visa dar a conhecer a complexidade da vida psicossocial considerando que ela é forjada no seio de uma rede de elementos heterogêneos, dentre os quais se incluem os processos de trabalho. Buscamos focar as transformações que se processam nos sujeitos e no mundo,

---

96 Originalmente publicado na **Revista Psico** (PUCRS), Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 133-140, jul./dez. 2004.

orientando nosso olhar para a seguinte indagação: "como se está operando a produção dessas conexões" (ATHAYDE, 1999, p. 195). Tal direcionamento do olhar implica que façamos, de imediato, uma torção em nossa abordagem que não deverá focar o "sujeito humano", "o trabalhador", mas o processo de trabalho que se encontra em curso, processo este, longe de ser considerado natural, mas tomado como efeito concreto de um modo de produzir, distribuir e consumir os meios de vida num dado momento histórico.

Interessa-nos, neste enfoque, algo que se passa na ordem do impessoal e do comum e que pode ser considerado como um plano de composição a partir do qual se engendram tanto as formas históricas de produção como os próprios sujeitos que lhes concernem. Que não seja confundida tal abordagem àquela da busca de elementos estruturais de cuja exploração teríamos as já conhecidas respostas generalizantes e universalizantes. Julgamos necessárias as análises, segundo a perspectiva da singularidade, isto é, análises que nos deem a ver a consistência própria, a qualidade ontológica particular do fato ou entidade considerado. Isto significa relançar os seres ao processo intempestivo de sua fundação, vasculhar seu terreno não em busca de sua verdade imperativa e constitutiva, mas de acasos, bifurcações da ordem de uma deriva, e que nos atestam que somos efeito de contingências históricas únicas, delicadas e precisas, podendo tudo ter se configurado de outra maneira.

Operar no âmbito dessa "despersonalização" do social e dessubjetivação do humano pode significar, no nosso entender, a emergência de outras possibilidades de vir a problematizá-los e descentrá-los da soberania do eu psicológico. Acreditamos que devemos nos lançar acima dos "fatos" para interrogar sobre o que os faz serem o que são, sobre os agenciamentos de enunciação de que eles são os enunciados, sobre os mundos de vida e de significação do magma dos quais eles surgem. Não se trata de ir em busca de origens, mas de remetê-los, tal como nos mostra Pierre Lévy (1998) ao "isso", ao inconsciente total, que não é concebido como uma entidade intrapsíquica,

mas corresponde aos agenciamentos coletivos de enunciação, aos rizomas heterogêneos ao longo dos quais circulam nossos desejos e pelos quais se lançam e relançam nossas existências.

Dessa forma, pretendemos integrar-nos ao desafio que julgamos ter pela frente e que concerne à criação de conceitos-ferramentas que nos possibilitem dar a ver o sujeito e o mundo mergulhados nos processos da caosmose dos quais figuram como efeitos finitos, mas ilimitadamente reconfiguráveis. Julgamos necessária a abordagem do encontro entre trabalhador e trabalho, para além da lógica adaptativa, pela qual se considera cada organismo vivo adaptado ou desviado de seu nicho-universo. Optaremos pela potencialidade autopoiética dos corpos, focando a sua subjetivação e individuação como processo que não dissocia a alma do corpo, sendo esses apreendidos como multiplicidades diferenciadas que se comunicam por zonas de sombra.

> A consciência livre, racional e voluntária, de um lado, o mecanismo físico-químico dos órgãos, de outro, se juntam pela sensação, pelo afeto, pela obscuridade psicossomática do desejo, da sexualidade e do sono. O maquinal, o herdado, o reflexo do psiquismo, toda a divisão e a exterioridade do espírito a si mesmo o redobram para o somático, fazem-no tornar-se corpo (LÉVY, 1998, p. 15).

É a partir de tal ótica da individuação que procuraremos focar o mundo e o sujeito do trabalho como fulgurações fugidias de uma constelação de fatores humanos e inumanos em conexão. Processos de individuação que acoplam história e acontecer, regidos pelo condicional "se" e que investem na noção de corpo como fundadora. Nesse enfoque, a percepção e o mundo sensível pertencem à mesma dobra, podendo-se visualizá-los por meio da imagem da fita de Moebius dotada de enervantes continuidades entre dentro e fora. Acima do mundo empírico experimentado por nós, o transcendental não é redutível a algum estrato biológico ou social ou qualquer outro.

Tampouco é a soma ordenada dos estratos. Trata-se do mundo como reserva infinita, transmundo, sem hierarquia de complexidade do qual devém o mundo empírico e nele se dobra e redobra, produzindo individuações ilimitadas, mas absolutamente únicas e incomparáveis.

As oposições binárias como alma e corpo, indivíduo e sociedade, inerte e vivo, natureza e cultura, sujeito e objeto, interioridade e exterioridade referem-se a maneiras de dobrar o plano das forças, o "isso" de cuja multiplicidade virtual emergem dobras infinitamente diversificadas mas únicas.

A torção que propomos leva-nos a escolher como lócus de nossa análise exatamente o ponto de encontro sujeito (trabalhador) e objeto (trabalho), colocados em relação de intercessão e de interferência de um sobre o outro e não podendo ser pensados fora dessa mesma relação. Interessa-nos o cruzamento, a hibridização, a operação de encontro entre sujeito e objeto para podermos cartografar, a partir daí, as perturbações produzidas em cada polo, tomados, então, cada qual, como entes dotados de uma abertura constitutiva pela qual sua interioridade (dobra) se deixa afetar pela exterioridade, em um processo de permanente caotização que transforma cada polo em planos de criação e devires.

Se constatamos que, tradicionalmente, a Psicologia tem primado pela abordagem binária que considera como dicotômicos o indivíduo e a sociedade, a torção proposta situa o lócus de nossa análise no próprio lugar do encontro dos dois polos (o polo do sujeito, do trabalhador, no nosso caso e o polo do objeto, o trabalho), uma vez que acreditamos que os princípios interacionistas são insuficientes para dar a ver o processo de coengendramento de indivíduo e sociedade, trabalhador e processos de trabalho. Estamos propondo colocar a questão da Psicologia do Trabalho, a partir da noção de coletivo, a partir de um plano de produção do indivíduo e da sociedade, um plano de multiplicidades pré-individuais e pré-sociais, um plano de forças que ocorre aquém do nível simbólico das representações. Estamos nos inscrevendo em uma lógica em que se privilegia um plano de

imanência, um plano de composição que está sempre aberto. Referimo-nos a um todo, que não se encerra em sua totalidade, a um

> [...] todo (que) é de outra natureza, é da ordem do tempo: ele atravessa todos os conjuntos, e é ele precisamente que os impede de realizarem até o fim sua própria tendência, isto é, de se fecharem completamente. Bergson não cessará de dizer: o Tempo é o aberto, é o que muda e não para de mudar de natureza a cada instante. É o todo, que não é um conjunto, mas a passagem perpétua de um conjunto a outro, a transformação de um conjunto num outro (DELEUZE, 1992, p. 73).

Portanto, estamos falando tanto de um tempo que é pura multiplicidade e que difere do tempo cronológico — circular e ordenado —, quanto de um plano, que se opõe ao da organização ou da transcendência, mas é de composição, no qual tudo se compõe, funda-se. No âmbito desse impessoal e pré-individual, o que predomina é a rede e o que existe são processos que operam por multiplicidade. Ao escolhê-los como referência, colocamos em questão as abordagens interacionistas no campo da Psicologia do Trabalho, uma vez que, a partir de tal enfoque, não se toma em consideração o resultado que findaria os processos, mas avalia-se a qualidade dos seus cursos e a potência de sua continuação.

O sujeito-trabalhador, que emerge desse plano de multiplicidades, é relançado na rede social mais ampla e, assim, sujeito e meio são planos que se dobram e implicam, e não polos que se relacionam e interagem. Essa direção de análise retira do centro do processo de trabalho, tanto o indivíduo, quanto o meio e afirma um estatuto de relação não dicotômica. Não se trata, a nosso ver, de pensar uma Psicologia que, com suas teorias e técnicas, aborda o trabalho, pois Psicologia do Trabalho não se refere à Psicologia aplicada ao trabalho. Pretendemos apontar uma outra direção de análise, a partir de uma perspectiva, que afirme a invenção da própria Psicologia,

problematizando as práticas em curso pautadas no interacionismo e reportando-nos ao compromisso, não de aplicação dos saberes psicológicos constituídos, mas ao de sua produção.

Na esteira do que estamos afirmando, a Psicologia demanda aproximação com saberes diversos. Nosso objetivo, neste texto, é construir uma discussão a respeito da Psicologia do Trabalho, a partir de intercessores, como a ergologia. Pois, como nos indica Virgínia Kastrup (2000, p. 18), a Psicologia se apresenta desde sempre como um campo múltiplo e disperso e, assim, segundo suas palavras, é

> [...] através do conceito de rede, creio que podemos, em vez de deplorar sua falta de unidade, procurar entendê-la em sua positividade de saber plural, marcado pela multiplicidade tanto no nível do objeto quanto no dos métodos e problemas. Através do princípio de conexão, vemos a psicologia transpor seus próprios limites. Os pontos de conexão, as zonas de bifurcação, os pontos de divergência são zonas de indiscernibilidade. É justamente aí que se situa o terreno mais propício para a invenção.

Ao escolhermos a ergologia como nosso intercessor, não significa que buscamos fazer interseção, estabelecer uma relação "entre" a psicologia e a ergologia, mas um cruzamento como ponto de interferência (DELEUZE, 1992). Com isso, afirmamos que as migrações de problemas e conceitos da ergologia não se efetivarão sem um trabalho de criação operado no interior do campo da Psicologia. É ainda em Kastrup (2000, p. 19) que encontramos outra ressonância. Diz a autora: "Não se trata de troca ou imitação, mas de operações de captura e busca de ressonâncias. Assim sendo, a transmutação é recíproca, num jogo de interferências mútuas, envolvendo o intercessor e o campo por ele afetado".

Como a ergologia pode vir a ser um intercessor importante para a psicologia? Como afirmar uma outra forma de atuar no âmbito da Psicologia do Trabalho, que recuse tanto as perspectivas fisicalistas,

que partem de um modelo modular de ser humano, quanto as abordagens solipsitas, que substancializam o sujeito, tomando-o como fundamento? Como operar no campo da Psicologia, recusando as abordagens interacionistas?

QUE PSICOLOGIA? QUE TRABALHO?

A adaptação do trabalhador a seu meio de trabalho no capitalismo sempre se apresentou como um problema a ser estudado pela Psicologia. Em decorrência, essa, como ciência e profissão normativa e intervencionista, tem privilegiado abordagens de controle do fator humano, perspectivando-o metafisicamente a partir de um dever-ser idealizado e buscando "motivar" os trabalhadores, a partir do princípio de que a conduta se submete a uma racionalidade estratégica e que deve estar pautada pela identificação com modelos apriorísticos e anteriormente dados.

Em nossos estudos relativos ao mundo do trabalho, temos nos dedicado a analisar exigências específicas dos postos de trabalho levados em consideração, bem como a atividade, ou seja, atividade, que envolve aquilo que efetivamente é realizado e, conforme Yves Clot (2001, p. 17-27), o que deixou de ser feito:

> [...] o real da atividade é igualmente aquilo que não se faz, o que se procura fazer sem lograr êxito – o drama dos fracassos – aquilo que se teria querido ou podido fazer, aquilo que se pensa poder fazer em outras situações. É necessário acrescentar aqui – paradoxo frequente – aquilo que se faz para não fazer o que estar por fazer. Fazer é, muito frequentemente, refazer ou desfazer.

Apontamos para o fato de que no curso das relações de trabalho, uma rede de conexões que vai se estruturando, sendo necessário analisar o modo de operação dessa, sua relação com os meios de vida da formação social considerada, o que implica reconhecer, em

um mesmo movimento, um processo de produção/reprodução, tanto de uma forma objetiva de trabalho, quanto de outra, subjetiva de trabalhar, que não pode ser descartada da análise, pois, nos atos de trabalho, há sempre mobilização dupla, objetiva e subjetiva, divisão de tarefas, relações que se estabelecem para desenvolver suas atividades. Modos de trabalhar, modos de subjetivar.

Inicialmente, é importante afirmar que, ao realizar uma tarefa, que é aquilo que se deseja obter ou aquilo que se deve fazer, o trabalhador se encontra diante de um quadro de variabilidades: as panes, as dificuldades institucionais nos seus diferentes âmbitos, a variabilidade associada aos seres humanos e aos coletivos, pois há uma dimensão que é individual (por exemplo, ritmo cronobiológico) e uma outra (talvez mais importante) que envolve relações e características de grupos específicos (gênero, experiência, idade).

Entretanto, o indivíduo não se detém na tarefa que lhe é prescrita, operando, contudo, de forma a chegar o mais próximo possível dos objetivos fixados por ela. A atividade de trabalho consiste, portanto, na realização da tarefa, considerando-se as restrições, mas também as vantagens que as variabilidades colocam. A atividade do trabalho é, assim, a maneira pela qual as pessoas se engajam no cumprimento dos objetivos do trabalho, servindo-se dos meios que estão disponíveis. Para tanto, para fazer frente às variabilidades suscitadas no processo de trabalho, o trabalhador nele se engaja por inteiro.

A distância entre trabalho prescrito, que é aquilo que se deve fazer e que está definido *a priori*, e trabalho real, que é o que efetivamente é realizado pelo trabalhador, abre outras perspectivas de análise no âmbito da Psicologia do Trabalho, em franca ruptura tanto com os referenciais solipsistas, voltados para o sujeito e supervalorizando as relações interpessoais, quanto com os pressupostos fisicalistas, cuja concepção reduz o ser humano a um operador e o comportamento deste passa a ser concebido como submetido a leis naturais imutáveis e a causas identificáveis. Em tais abordagens, aquilo que, no comportamento humano, escapa às leis da natureza, que não se

submete à racionalidade instrumental, ou seja, um comportamento, ato ou ação que não respeita a exigência da eficácia em relação a um fim, deve ser eliminado, por ser considerado expressão de conduta irracional ou abordado, a partir da supervalorização do sujeito como fundamento das ações psi. Esses pressupostos (DEJOURS, 1997) operam uma descrição positivista do comportamento, caracterizando de forma pejorativa e eliminando da análise tudo que, no comportamento, decorre das crenças, dos valores e dos desejos, passando a interioridade a ser considerada uma "escória metafísica". Em uma outra direção, a interioridade pode ser tratada de forma substancializada e, então, caímos nas perspectivas interacionistas que priorizam as relações interpessoais, que, também, não dão conta da complexidade dos processos vividos.

Acreditamos que a construção de uma outra e nova Psicologia do Trabalho implica não apenas no abandono de análises pautadas no interacionismo, que reduzem os processos de trabalho às relações dicotômicas entre trabalhador e ambientes laborais, como polos dados *a priori*, mas implica na incorporação de abordagens que focalizem os processos de trabalho, colocando em destaque sua complexidade,[97] ou seja, dando a ver o trabalho real em curso nos ambientes de trabalho, as situações concretas vividas. Isso significa, portanto, privilegiar não só o que se objetiva nos atos e modos operatórios, mas, principalmente, considerar seu aspecto processual, sua variabilidade, seu caráter incontornável, inexorável, inesgotável e sempre renovado (DEJOURS, 1997).

A perspectiva ergológica se coloca para nós como um importante intercessor, pois, fazendo a ruptura com as perspectivas que se limitam ao que é previsível no trabalho — seus modos operatórios —, assume a hipótese de que é "impossível" que não exista atividade. Nas situações de trabalho, é impossível que os indivíduos se retenham ao que lhes é prescrito, ou seja, o que se lhes determina antes

97 Cabe lembrar que *complexus* significa o que é tecido junto, tal qual uma tapeçaria.

de realizarem o trabalho. Schwartz (2003), visando ampliar o conceito de prescrição, propõe o de normas antecedentes para se referir ao que é dado, exigido, apresentado ao trabalhador antes do trabalho se realizar. Com tal proposição, o autor inclui elementos que tornam a noção de prescrição mais ampla, chamando nossa atenção para o caráter híbrido da noção de normas antecedentes. Um aspecto que destaca é o fato de que essas incluem restrições de execução hetero determinadas e que tal caráter de imposição do exterior pode acabar por caotizar/"diabolizar" as prescrições. Entretanto, não podemos considerar apenas esse aspecto das normas, uma vez que elas se referem a construções históricas, sendo o resultado de um patrimônio conceitual, científico e cultural, de saberes-fazeres historicamente constituídos, modos de vida que estruturam as relações no tempo-espaço, enfim, constituem-se como aquisições da inteligência coletiva e da experiência acumulada, patrimônio da humanidade em sua totalidade. É a partir desse capital imaterial e histórico, dessas "normas antecedentes", que buscamos realizar nossos estudos, tomando-as como a matéria-prima das situações de trabalho.

Por outro lado, segundo Schwartz (2003), ficar no prescrito é também "invivível", pois não é possível trabalhar em condições inteiramente heterodeterminadas. Viver no prescrito não é viver em saúde. Os seres vivos, conforme nos indicou Canguilhem (2001), têm necessidade de definir seu meio, determinar normas, sendo a normatividade sua forma de funcionamento. Nas situações de trabalho, em que, face às variabilidades, os indivíduos devem arbitrar e encontrar os meios para atingir (ou não) os objetivos fixados, há um processo de retrabalho das normas antecedentes. Essas são colocadas à prova por um ser vivente que, no seu ato, subjetiva-se ao mesmo tempo em que reconstrói o mundo.

As normas antecedentes correspondem, portanto, a processos de antecipação do trabalho que deverá ser realizado, sendo que os próprios sujeitos se dão as normas para o enfrentamento das variabilidades, engajando-se em um processo de antecipação do que pode

ir contra o "si". Mas o que o conduz, levando-o a passar de uma estratégia a outra? Tais passagens dão-se como escolhas, e essas se fundam em valores.

O sujeito da atividade é, portanto, alguém atravessado por valores. O que distancia o prescrito do real são, portanto, as escolhas, os julgamentos, orientados por critérios. Revela-se, aqui, um olhar sobre a produção que não a separa da própria vida.

Aqui, defrontamo-nos com a ideia de Schwartz, de que a história corresponde ao que não é antecipável na experiência humana. Caso contrário, o modo de realização dos objetivos pelo trabalhador, poderia ser antecipável antes da atividade de trabalho, o que identificamos como tendo sido a ambição de Taylor, quanto à previsibilidade do trabalho, ou seja, transformando-o em uma sequência de soluções já pensadas e definidas por outros. O que o autor nos adverte é que a dimensão criativa do encontro não pode ser eliminada; nós fazemos história, todos os sujeitos, enquanto trabalham, produzem a existência, realimentam e transformam as configurações culturais e sociais, "fazem história". Fazemos história em toda atividade de trabalho; considerar o contrário é desconhecer o trabalho, mutilar a atividades dos indivíduos, que são fabricantes de história e, nesse processo, interrogadores dos saberes.

O saber dos trabalhadores tem início no próprio corpo (SCHWARTZ, 2003). Trata-se de um saber encarnado e que se situa no plano não linguístico. O trabalhar nos desafia a inventar, a criar e nos reinventar. Ao nos aproximarmos de uma situação de trabalho, fazem-no como habitantes da história que nos constitui. Para atualizar nossa potência de trabalho, necessitamos articular e gerir obrigações, objetivos, instrumentos, o que nos impele à criação de normas de tratamento da situação específica com que nos encontramos defrontados. Dessa forma, Schwartz nos explica que toda atividade de trabalho é sempre, mais ou menos, uma "dramática de uso de si", dramática que se dá entre as normas antecedentes e a necessidade de dar a si mesmo normas, devido ao inacabamento das primeiras. Logo, se as

normas antecedentes são inacabadas, é sempre preciso trabalhar de outro modo, diferente do que está anteriormente determinado. Mas pergunta o autor: trabalhar em função de quê, de que valores? Ao recombinarmos nossas experiências, desenvolvemos engenhosidade e isso fazemos segundo escolhas que fazemos em nosso próprio viver. Aí, residiria a dimensão política do trabalho.

A gestão do trabalho convoca o sujeito a avaliar a situação para operá-la desde marcas de uma história coletiva e da sua própria. O sujeito não negocia ou reage ao trabalho sem se convocar como presença total. O exercício profissional remete-o a algo da ordem de seus dramas e valores. O trabalho corresponde, portanto, ao uso de si. Os atos de trabalho não encontram o trabalhador como uma massa mole em que se inscreve passivamente a memória dos atos a se reproduzirem. Sendo uso de si, o trabalho passa ao lugar de um problema, de uma tensão, de um espaço de possíveis, sempre a ser negociado. Não há execução, mas uso. O que é convocado no trabalho são recursos, capacidades vastas, competência, o que não se identifica com capacidade de se realizar a tarefa. A competência diz o grau de apropriação dos saberes conceituais, mas fala, também, do grau de apreensão das dimensões históricas e do debate de valores que se vê convocado num meio de trabalho. Portanto, a competência não está separada das condições que, no dia a dia, dão conta da nossa capacidade de viver, referindo-se a essa capacidade industriosa, essa combinatória problemática de ingredientes heterogêneos que não podem ser avaliados de forma objetiva e genérica. Nessa linha de raciocínio, ser competente é ter se imbuído dessa historicidade que a dimensão conceitual ignora, é ter a capacidade de tomar decisões para arbitrar, levando as conjunturas em conta.

Os valores, as escolhas de si dos indivíduos e dos coletivos exploram uma certa dimensão dos recursos técnicos, científicos e sociais existentes; reorganizam-nos em novas combinações que "fazem história", abrem novos horizontes, colocam novas tarefas no conhecimento conceitual. As abordagens orientadas por modelos abstratos,

que não consideram as situações de trabalho real, mesmo quando participativos, negam, muitas vezes, a historicidade dos atos dos trabalhadores, que só participam como fornecedores de informações, e não como indivíduos capazes de assumir a qualidade do trabalho por meio da sua experiência. Tais modelos pautam-se em critérios que mantêm a distância os requestionamentos de saberes da experiência, funcionando, basicamente, segundo uma racionalidade orientada pelos conceitos científicos, eliminando o papel do debate de normas na dinâmica de produção de saberes.

Ouvir o trabalhador, em uma interlocução entre saberes da experiência e saberes formalizados, é, inicialmente, reconhecer uma certa incultura, tanto por parte dos trabalhadores, com relação aos saberes formalizados, como por parte da academia, quanto ao saber da experiência. Produzir um diálogo é, nessa direção, ouvir esse fazer, que é previsibilidade e criação ao mesmo tempo. O trabalho é construção e, como tal, mobiliza dimensões, afetos, recursos, capacidade heterogênea, conectando-os por meio da cooperação, na sinergia que alarga seu poder de ação, servindo-se o trabalhador de suas experiências para fazer outras experiências.

Ao considerar a Psicologia do Trabalho, tendo como campo de análise-intervenção, não os erros ou negligências ou aspectos intrasubjetivos, motivacionais, mas esse debate de normas, esse processo de renormalização sempre presente em situações concretas de trabalho, visamos o acesso ao modo como realizam o trabalho, o que se coloca em jogo, o que o sujeito aciona, para executar as prescrições da tarefa, ou seja, para cumprir suas obrigações. O trabalho é um vetor de existencialização, o trabalho real produz posições de sujeito, formas subjetivas, modos de existencialização.

Assim, reafirmamos, o trabalho efetivamente realizado, ocasionado pela ação sobre o mundo, não pode ser reduzido a aspectos operatórios, pois inclui equívocos, limitações, variabilidade, criação, transgressões e mobilização subjetiva. Tem um enquadramento social de obrigações e de exigências que o precede, implica contexto,

é atividade coordenada, desenvolvida para enfrentar aquilo que não pode ser obtido pela execução estrita da organização prescrita, é ato de transformação do mundo e do sujeito. Um trabalho no âmbito da Psicologia, em uma perspectiva transdisciplinar, tem como categoria fundamental o seu próprio processo, o seu acontecer, rompendo com as concepções interacionistas. É necessário, portanto, conhecer o trabalho como ele é realizado e sob quais relações sociais, para que qualquer intervenção nesse âmbito se efetive por meio de mudanças no próprio processo de trabalho, e não nos sujeitos de forma substancializada/dicotomizada. É preciso intervir nos grupos humanos como processualidades, e não nos indivíduos isolados. O que estamos propondo é uma análise do que se dá no dia a dia do trabalho, uma análise micropolítica e consideramos a abordagem ergológica como um intercessor importante na tarefa de aprimorar nossa capacidade de compreender e analisar o trabalho.

Os trabalhadores têm necessidade dos saberes das disciplinas para valorizar seus saberes e transformar a situação do trabalho. As disciplinas e, no nosso caso, a Psicologia do Trabalho só podem ampliar seu raio de ação a partir das questões trazidas pelo mundo do trabalho, que são, muitas vezes, desconhecidas pela comunidade científica. A ciência, com sua ambição de generalização, neutraliza aspectos singulares da experiência dos trabalhadores.

A ergologia nos ajuda nessa tarefa. É um modo de enfocar o trabalho, de produzir conhecimento sobre ele e as suas relações, com base em quatro pressupostos (BRITO, 2003, p. 5):

> Pensar geral e específico num movimento incessante. Articular as diversas disciplinas, interrogando seus saberes. Encontrar em todas as atividades situadas as normas antecedentes e as variabilidades, as normas que se impõem e as que se instauram. A análise do trabalho é inseparável do campo dos valores, da ética, pois o trabalho é um destino a viver, lugar de escolhas. Promover regimes de produção de saberes sobre o humano é sempre uma descoberta.

Em nossa abertura, anunciamos algumas torções de que necessitaríamos para realizar nossa abordagem da questão tal como nos propomos. Apontamos que utilizaríamos mais o traçado de uma diagonal entre os termos do que propriamente conexões diretas e simplesmente binárias. O complexo processo de caosmose a que nos referíamos, então, pode, a partir dos conceitos ergológicos aqui expostos, suficientemente provável, uma vez que a análise do trabalho proposta implica-se em um regime de constante diferenciação e devires, sendo indissociáveis sujeito e objeto do trabalho, corpo e alma do trabalhador, história e atualidade, indiscernibilidade e criação. O ato de trabalho impregna-se, pois, de repetição e diferença à medida que o que nele retorna e se repete é o próprio impulso vital, em busca do desdobramento das multiplicidades virtuais que lhe são imanentes e das quais poderão vir a se constituir novos rostos, novos saberes e mundos. Dessa forma, julgamos ainda que nossa abordagem vem colocar em questão a própria tradicional subdivisão da Psicologia em áreas específicas, uma vez que, como tentamos demonstrar, reinveste a vida no processo de trabalho e no próprio trabalhador e associa a história e o desejo à própria economia.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, M. Psicologia e Trabalho: que relações? *In*: JACO-VILELA, A. M.; MACEBO, D. **Psicologia social**: abordagem sócio-histórica e desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: UERJ, p. 193-204, 1999.

BRITO, J. **Saúde do trabalhador**: reflexões a partir da abordagem ergológica. [*S. l.: s. n.*], 2003.

CLOT, Y. *et al.* Entretiens en autoconfrontation croisé: une méthode en clinique de l'activité. **Education Permanente**, Paris, n. 146, p. 17-27, 2001.

DEJOURS, C. **O fator humano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DELEUZE, G. Os intercessores. *In*: DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: 34 Letras, p. 151-168, 1992.

KASTRUP, V. A psicologia na rede e os novos intercessores. *In*: FONSECA, T. M. G.; JULIANA, D. **Formas de ser e habitar a contemporaneidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade, p. 13-26, 2000.

LEVY, P. Plissê Fractal ou como as máquinas de Guattari podem nos ajudar a pensar o transcendental hoje? **Porto Web**, [*s. l.*], 1998. Disponível em: http://www.portoweb.com.br/PierreLevy. Acesso em: 20 jan. 2004.[s.n.]

SCHWARTZ, Y. Seminário trabalho e saber. *In:* SEMINÁRIO TRABALHO E SABER, 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte, [*s. n.*], 12 maio 2003.

CANGUILHEM, G. Meio e normas do homem no trabalho. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 12, n. 2-3, p. 109-121, jul./nov. 2001.

Entre prescrições e singularizações: o trabalho em vias da criação[98]

Tania Mara Galli Fonseca
Maria Elizabeth Barros de Barros

"A atividade industriosa é sempre um destino a viver" (SCHWARTZ, 1994, p. 433). Para os estudiosos do campo do trabalho, não se trata de novidade considerar que o trabalho se encontra em permanente tensão. A partir da literatura disponível (MARX, 1971; MUNIZ; VIDAL; VIEIRA, 2004; SCHWARTZ, 1992, 1998, 2000, 2003) e nos referindo a trabalhos nossos mais recentes (BARROS; FONSECA, 2004; FONSECA; ENGELMAN; GIACOMEL, 2004), podemos visibilizar as sucessivas "ondas" de prescrições que, ao serem

98 Publicado originalmente na **Fractal**, **Revista de Psicologia** (*online*), v. 22, n. 1, p. 101-114, abr. 2010.

adotadas pela gestão empresarial, passam a funcionar como verdadeiros modelos dos modos de trabalhar. Tais prescrições, relativas às formas de organizar e controlar o processo de trabalho, adquirem estatuto e força de prática modelizadora, incidindo nos corpos dos trabalhadores lá mesmo onde se alojam seus "afectos", suas emoções e toda a sua história.

Nesse enfoque, é expectativa dos administradores o comando total da cena laboral, na qual os trabalhadores exerceriam meros papéis de representantes de uma vontade que lhes é exterior. A "maquínica" do trabalho busca engolir os corpos e anular suas diferenças, tentando transmutá-los assim em massas informes, sem rosto e sem nome; apenas força de trabalho a ser dirigida por uma vontade exterior, alienante e arbitrária, mas que se insinua como sendo própria daquele a quem invade e captura, o que não significa, no ponto de vista adotado neste texto, que esse processo se desenrole sem lutas. Acreditamos em uma interferência criadora dos humanos permanentemente presente no universo do trabalho. No curso das atividades, não há passividade; há microdecisões e mudanças, mesmo em pequenas escalas.

Apesar de não nos determos, neste momento, no exame dos diversos paradigmas do trabalho, a saber, o taylorismo, o fordismo e o pós-fordismo, julgamos interessante apontar que mesmo os atuais "modelos participativos" não ultrapassam a condição de capturantes e operam tão somente como dispositivos de um regime de subjetivação que gostaríamos de chamar de "liberação vigiada", uma vez que ao trabalhador são oferecidas oportunidades restritas e controladas de opinar e atuar diretamente no processo de trabalho. Assim, somos forçadas a reconhecer que, no curso da história das relações capital x trabalho, chega a ser surpreendente a regular efetivação de práticas que buscam subjugar a vida entranhada nos processos de trabalho, o que, certamente, não se efetua completamente. Assombramo-nos diante da insistência de um pensamento que se volta contra a própria vida e a quer subjugar a uma suposta realidade ideal.

Perguntamos, então, juntamente com Fuganti (1990, p. 30): "[...] por que a vontade de um corpo pode querer ligar-se ou dirigir-se rumo a um outro mundo pretensamente mais real e mais verdadeiro do que o próprio corpo da vida ou a vontade da terra?". Como deixar de nos surpreender, se concebemos que "[...] uma vida está em toda a parte, em todos os momentos que este ou aquele sujeito vivo atravessa?" (DELEUZE, 2002, p. 14).

Os modos de trabalhar capitalísticos[99] têm sido, pois, abordados e inscritos em paradigmas que explicitam princípios regulados e reguladores de práticas sociais. Somos levadas a reconhecer que, em sua maioria, tais princípios confluem para o controle das forças vivas que se aninham nas entranhas das ações e dos atos de trabalho. A administração das organizações encontra-se suficientemente animada e necessitada de instrumentos que lhe permitam exercer um permanente controle sobre a vida incessantemente pulsante dos corpos. Entendemos, assim, que o taylorismo, o fordismo e o pós-fordismo emergem como grelhas de biopoder,[100] como astúcias do poder descendente sobre outros demais poderes, os quais — plurais e difusos — explodem em todas as direções. Trata-se de modelos

99 O termo capitalístico foi forjado por Félix Guattari (1987) nos anos 1970, para designar um modo de subjetivação que não se acha apenas ligado às sociedades ditas capitalistas, mas que caracteriza também as sociedades, até aquele momento ditas socialistas, bem como as dos países do Terceiro Mundo, já que todas elas vivem em uma espécie de dependência e contradependência do modelo capitalista. Do ponto de vista da economia subjetiva, não há diferença entre essas sociedades, pois elas reproduzem o mesmo tipo de investimento do desejo no campo social.

100 Empregamos o termo biopoder designando uma espécie de anatomo-política ligada ao treinamento dos corpos para produzir e um processo de normalização na constituição dos seres vivos, ou seja, um tipo de política (con) formadora da vida e dos sujeitos. Trata-se de biopolítica tematizada como um conjunto de biopoderes locais, isto é, como uma nova tipologia de relações de poder que se aplicam à vida (FOUCAULT, 1997).

técnico-científicos que se efetuam e atualizam em dadas e particulares condições espaço-temporais, permitindo-nos reconhecer, em sua própria carne, tanto as conflitivas entre capital x trabalho, que então se fazem presentes, quanto as correspondentes possibilidades para a sua resolução. A cada tempo, um certo regime de poder se instaura e produz efeitos, contudo, para muito além da esfera dos ambientes de trabalho, e apresenta-se, antes e sobretudo, como um modo de subjetivação, cuja extensão não se atém exclusivamente ao âmbito das organizações de trabalho. Família, escola, empresas, fábricas encontram-se imersas no plano das forças de tais modelos que, regulando e sendo regulados pelas práticas de seus agentes, revelam-se como espaços de subjetivação vetorizados, reduzidos aos estreitos limites de uma "racionalidade técnica e instrumental". Tenta-se orquestrar, em seu conjunto, as vozes para a "fabricação" de sujeitos como terminais de consumo do modelo subjetivo necessário.

TRABALHAR, ADMINISTRAR, SUBJETIVAR

Se, de um lado, concedemos a cada época histórica um específico modo de subjetivação[101] e se o reconhecemos como produção emergente de suas problemáticas sociais, econômicas e políticas, gostaríamos de apontar que o modo de subjetivação dominante deve ser concebido como uma resolução parcial ao problemático do qual emerge, não sendo extraído *ex-nihil*. Ele carrega, inevitavelmente, aquelas condições das quais é um dos efeitos e traduz-se como um acontecimento, cuja face atual e presente se encarna e se efetua em um estado de coisas, uma espécie de tempo presente definitivo. Mas, com Michel Foucault (1988, p. 154), permitimos-nos saber:

---

101 Situamo-nos em uma zona processual dos modos de subjetivação, na qual maneiras de pensar, de sentir e de agir são produzidas por um jogo de forças, de virtuais em curso de atualização (DELEUZE; PARNET, 1998).

> [...] que há, de outro lado, o futuro e o passado do acontecimento tomado em si mesmo, que esquiva todo o presente porque é livre das limitações de um estado de coisas, sendo impessoal e pré-individual, neutro, nem geral, nem particular [...]; ou melhor, que não há outro presente além daquele do instante móvel que o representa, sempre desdobrado em passado-futuro, formando o que é preciso chamar a contra-efetuação.

É a partir dessa concepção foucaultiana que buscaremos dar ao nosso atual estado de coisas a chance de não se deixar confundir com sua efetuação e a nós a chance de irmos mais longe do que teríamos acreditado poder. É nossa intenção situar nossas problematizações em uma abordagem multitemporal, uma vez que temos em mente fazer circular a crença na possibilidade de outros espaços, constituídos como espécies de contralugares e, mesmo, não lugares. Precisamos albergar a esperança de nossas almas para além das efetuações — passadas e presentes — do que temos experimentado. Precisamos de lugares nos quais algo do sonho se revele como possível; uma espécie de utopia do espelho, no qual:

> [...] vejo-me ali onde não estou, num espaço irreal, virtual, que está do lado de lá da superfície; estou além, ali onde não estou, sou uma sombra que me dá visibilidade de mim mesmo, que me permite ver-me ali onde sou ausente. [...] o espelho é uma heterotopia, pois existe na realidade e exerce um tipo de contra-ação à posição que eu ocupo (FOUCAULT, 1967, p. 12).

Assim, importa que explicitemos, uma vez mais, que o foco de nosso olhar opera uma torção nos modos tradicionais de análise dos processos de trabalho, não recaindo sobre o trabalhador e o administrador-gerente tomados de forma individualizada. Interessa-nos os processos de gestão do trabalho como dispositivos de subjetivação, produzidos no seio de contextos sócio-históricos e políticos

específicos dos quais se fazem dobragens e efeitos. Aceitamos que tais processos podem nos lançar "acima dos fatos" para nos fazer indagar sobre o que os faz serem o que são, sobre os agenciamentos de enunciação,[102] dos quais eles são os enunciados, sobre o magma da vida e de significação do qual eles surgem. Não se trata de ir em busca de origens, mas de remetê-los aos acontecimentos de sua gênese e posterior evolução.

Trabalhar, administrar e subjetivar referem-se a práticas sociais que podem ser olhadas como vestígios de uma herança que "[...] não é uma aquisição, um bem que se acumula e solidifica: é antes um conjunto de falhas, de fissuras, de camadas heterogêneas que a tornam instável, e do interior ou debaixo, ameaçam o frágil herdeiro" (VEYNE, 1988, p. 21). Nelas, acumula-se uma memória social e coletiva que as inscreve no tempo da duração, não entendido como um instante que substitui outro instante, mas como "[...] progresso contínuo do passado que rói o futuro e incha avançando" (VEYNE, 1988, p. 44). Nessa perspectiva, o passado — que incessantemente cresce — também se conserva indefinidamente. Acompanha-nos por inteiro a cada instante e acomoda-se como um revestimento colado como um avesso do nosso corpo, que olha tanto para o seu dentro, como para o fora, fronteira sensível em constante atividade para resolver-se em relação aos sucessivos estados de forças em correlação que lhes são imanentes. Referimo-nos a um plano de composição — impessoal e pré-individual[103] — do qual não basta conhecer-lhe as proveniências herdadas das vivências, enfim, daquilo que fomos e que está

---

102 Operamos com a ideia de agenciamento de enunciação enquanto campo de experiência que titubeia entre sua projeção em formas sociais e sua exibição num plano de imanência.

103 O impessoal e o pré-individual dizem respeito a uma dimensão vital que se dá como "[...] puro acontecimento liberado dos acidentes da vida interior e exterior [...]" (SCHÉRER, 2000, p. 21). Refere-se a um movimento de dispersão do sujeito, a uma substituição das individualidades molares, por individuações moleculares.

sempre ali, inclinado sobre o presente que se lhe vai juntar. É preciso que consideremos também o afrontamento de suas marcas, seu estado de luta no jogo casual das dominações de uma sobre as outras.

De outro lado, urge reconhecermos a contínua erosão das formas sociais, que se efetuam por práticas microbianas de resistência e criação engendradas no embate das forças correlacionadas. Interessa-nos a processualidade complexa, que nos introduz em um labirinto do tempo, de muitas entradas, muitos feixes e bifurcações, no qual somos impulsionados por um modo rizomático de expansão e conexão regido pela lógica da paradoxalidade.

Esse modo de problematizar, faz-nos ver que "[...] o que é feito, o objeto, se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história; enganamo-nos quando pensamos que o fazer, a prática se explica a partir do feito" (VEYNE, 1988, p. 257). Dessa maneira, entendemos que, em uma certa época, "[...] o conjunto de práticas engendra um rosto histórico singular [...]; mas em outra época, será um rosto particular muito diferente que se formará no mesmo ponto e, inversamente, sobre um novo ponto, se formará um rosto vagamente semelhante ao precedente" (VEYNE, 1988, p. 268-269).

As práticas não são, portanto, o estado das coisas, mas estão nas coisas, apresentam-se sempre sob amplos drapeados e neles se ocultam como parte imersa do iceberg, situando-se abaixo da linha de visibilidade. Pesquisá-las implica desprendê-las das formas, dos estados e dos objetos que constituem, conferir-lhes existência a partir daquilo que está feito e que dobra em si o que foi seu próprio fazer-se. Ness e ponto, incide e ativa-se o olhar observador, para, em uma operação de desdobragem, rachadura ou estiramento, dar a ver naquele organismo — então estirado e exposto — as multiplicidades que lhes são imanentes e que se encontram ali, tecidas como uma trama tão bem urdida a ponto de ser confundida como uma espécie de estrutura natural. O que importa, em nossa abordagem, é evidenciar que extrair o fazer do feito, a evolução do evoluído, as virtualidades do

atualizado,[104] requer operações que não se assentam tão somente em modos racionais. A razão fala sobre o que ignora, sobre objetivações que desconhece e atua sobre a forma desde o seu exterior, tomando-a como um conjunto de relações entre os elementos da matéria bruta.

A torção a que nos referimos inclui ainda a escolha do lócus de nossa escolha, o qual recai no ponto de encontro entre modos de trabalhar, de gerir e subjetivar, colocados em relação de intercessão, de interferência recíprocas. Interessa-nos o cruzamento, a hibridização, os contágios entre essas ações para que possamos, a partir daí, registrar perturbações efetuadas umas sobre as outras. Estamos cientes de que, nesse modo de conhecer a realidade, experimentamos um processo de permanente caotização que, em sua afirmação criativa e inventiva, transforma cada um dos termos colocados em relação. Somos levadas a afirmar que as relações entre trabalho/sujeitos/gestão se desdobram em um plano de multiplicidades que ultrapassa os intentos da lógica adaptacionista, uma vez que operam por procedimentos de encontro e produção de ressonâncias, atuando no "entre" das diversas ações, provocando, em um jogo de intermináveis interferências mútuas, transmutações em todos os termos, no campo e nos sujeitos das ações.

DE QUE TRABALHO FALAMOS? TRABALHO COMO USOS DE SI

Aqui, parece-nos que a Ergologia é um importante intercessor, uma vez que nos ajuda a produzir a torção que anunciamos: analisar o cruzamento, a hibridização, os contágios entre modos de trabalhar, gerir e subjetivar. Reafirmamos que o lócus de nossas escolhas para a análise dos processos de trabalho recaem no ponto de encontro dessas ações. Interessa-nos seguir os "fios" dos processos de trabalho atualizados e os "usos de si por si e pelos outros" (SCHWARTZ, 1998) colocados em ato nos ambientes de trabalho.

---

104 Operamos com o virtual enquanto forças em curso de atualização (DELEUZE; PARNET, 1998).

Seguindo Canguilhem em suas formulações, Schwartz (1995, p. 109) afirma que "[...] essa enigmática continuidade do vivente ao humano industrioso como fabricação de micro-descontinuidades, de irreversibilidades [...]" é o que denomina de "recentramento" parcial em torno de entidades humanas que estão mais ou menos claramente circunscritas. Somos, aqui, levadas a perguntar, com Schwartz (1992, p. 109): "[...] não seria exatamente esse 'fato biológico', esse incessante debate do vivente com seu meio a própria 'condição de possibilidade de toda história'?".

No curso dos processos de trabalho, os "viventes humanos industriosos" (SCHWARTZ, 1995) travam uma luta cotidiana por modos de viver que afirmem a vida como tendência criadora. Luta que (re) existe às tentativas de transformar os trabalhadores em representantes de uma vontade que lhes é exterior. Luta que (re)existe a uma lógica gestionária — arborescente e hierarquizante — que busca, embora lhe seja impossível conseguir, uma forma absoluta e totalizante de percorrer todo o processo. Instala-se, ao final, nos agentes, que operariam guiados pelos princípios de uma hierarquia descendente, cujo poder se encontra em um ponto central e que se exerce de modo a totalizar sua operação, criando a esperada unificação de todos em um só corpo, guiados por uma única "cabeça".

Os movimentos de (re)existência que os trabalhadores acionam nos ambientes de trabalho não são, muitas vezes, suficientes para sustentar essa ontologia criacionista, esse projeto dos vivos. Portanto, podemos estar cegos, surdos, insensíveis a essa luta em curso. Percebê-las é, em algumas circunstâncias, difícil, porque elas podem se dar de forma camuflada. Esse modo de problematizar as situações de trabalho faz-nos colocar como projeto de nossas ações nesse âmbito, o acompanhar desses movimentos que vão se desenhando nos ambientes de trabalho, instituindo contornos, recortando, isolando e elegendo o que reproduzir e, então, "detectar" essas lutas, dar-lhes visibilidade.

A Ergologia é, nessa direção, um potente intercessor que, ao se apropriar de conceitos de diferentes disciplinas, aponta as (re)singularizações parciais, inerentes às atividades de trabalho, para esse fazer industrioso que é o fazer humano. Citando Schwartz (2002, p. 135, grifo do autor), temos que "[...] o que importa à Ergologia no campo das atividades humanas são sempre, *num certo grau*, história". O trabalho é um lugar de problematizações, ou seja, um lugar que convoca os sujeitos a fazerem escolhas no sentido de se dar novas normas, tornando a vida possível de ser vivida no meio de trabalho.

Na perspectiva de Canguilhem (1990), o que caracteriza o vivo é, exatamente, essa capacidade de ser normativo, ou seja, essa possibilidade que a vida encontra de instituir normas em condições diferentes do meio, o que significa poder acompanhar as transformações que a vida está sempre a produzir. Entendemos, assim, que o meio social humano caracteriza-se pela "fragilidade", é um mundo em que os acidentes ocorrem, desafiando a capacidade humana de intervir, de propor soluções para os problemas apresentados. Nesse regime de funcionamento, o meio não impõe soluções determinadas, apenas solicita uma ação que pode adquirir nuanças variadas, a partir da experiência de cada sujeito para a resolução de um mesmo problema. Essa capacidade avaliativa se expressa, na medida em que os trabalhadores estão constantemente repensando e construindo formas de tornar suas tarefas menos maçantes. O trabalho solicita arbitragens, engajamentos, escolhas, reajustamentos para os imprevistos que a tarefa exige. Nisso reside a infidelidade do meio, pois os acontecimentos são as transformações processando a história no mundo.

A imprevisibilidade do real e a variabilidade das situações de trabalho com que os/as trabalhadores se deparam a cada dia envolvem diferentes processos decisórios que apontam a gestão micropolítica durante o exercício da atividade. Desse modo, entendemos que, embora sob condições muito adversas, quando a máquina do trabalho busca engolir os atos criadores dos viventes humanos, os ambientes de trabalho também se constituem em um "espaço de possíveis";

espaços em que os sujeitos se manifestam no ato de trabalho, por meio da "atividade industriosa" (SCHWARTZ, 2000), pela diversidade de "usos de si" que sinalizam para a movimentação do viver. Como nos diz Wisner (1994, p. 19), "[...] uma das características mais notáveis dos seres vivos é a diversidade de suas reações numa dada situação [...]", quando se vai "descortinando" uma gama de práticas inventivas para dar conta de uma multiplicidade de variáveis presentes no cotidiano de trabalho.

Assim, somos levadas a afirmar que trabalhar inclui, necessariamente, a possibilidade de introduzir modificações na realização da tarefa, múltiplas formas de criação e de iniciativas que os seres empreendem, o que diferencia o trabalho prescrito, entendido como espaço da vida em que homens e mulheres vivenciam escolhas entre as formas cristalizadas de trabalho historicamente construídas, do trabalho real, que é o trabalho concreto que apresenta variações imprevistas à execução de sua tarefa (SANTOS, 2000).

Desse modo, o trabalho é concebido como campo de normas instituídas e instituintes. É, também, um campo de valores devido às escolhas e ao engajamento dos/as trabalhadores/as na gestão singular do trabalho.

A atividade em situação de trabalho está em constante movimento, que não se prende a rotinas nas quais a cada dia "coisas novas" se presentificam, gerando nos sujeitos a realização e o prazer, inclusive experienciado no corpo, quando este sinaliza a ausência do cansaço (MASCARELLO; BARROS, 2007). Aqui, opera-se com a concepção do trabalho como "usos", na medida em que a relação humano/trabalho é sempre um "encontro histórico", em que os saberes científicos consolidados nos modos de organizar e os saberes da prática, ou seja, essa construção industriosa (SCHWARTZ, 1995), confrontam-se, permitindo o caminhar da história humana. Nesse "encontro" (SCHWARTZ, 2000), no qual há sempre um destino a ser vivido, há uma "dramática" em que os sujeitos têm que fazer escolhas, arbitrar entre valores diferentes, muitas vezes contraditórios,

uma situação em que cada um deve gerir sua atividade de um modo ou de outro. Isso quer dizer que não existe situação de trabalho que não convoque "dramáticas do uso de si", quando "[...] cada um avalia a trajetória e o produto, ao mesmo tempo individual e social, do que é levado a fazer" (SCHWARTZ, 1998, p. 107).

QUANDO A DESOBEDIÊNCIA É "SAUDÁVEL"

É a partir dessa concepção que consideramos que o vital do humano não se resigna às condições dadas de trabalho e, portanto, o fazer diferente assume importância capital. Essa é a "dramática", o "destino a ser vivido" pelos trabalhadores, em cuja atividade se cruzam o "o uso de si por si e pelos outros". Trata-se das escolhas que os humanos têm que fazer para fazer valer suas próprias normas de vida, produzindo formas de "des-anonimar" o meio.

Aqui, recordamo-nos de Foucault (1988), quando nos fala que os sujeitos se constituem em uma negociação permanente com um código moral definido por um conjunto de "aparelhos prescritivos", como a família, a igreja, mas também as instituições educativas, as organizações empresariais. Essa máquina prescritiva se constitui, ao mesmo tempo, como um conjunto de valores prescritos e regras propostas como ação para os indivíduos e grupos. Falamos da forma como cada indivíduo vive esse código, ou seja, o seu comportamento real em relação a essas regras, a maneira como os indivíduos se submetem mais ou menos completamente a esses princípios de conduta, obedecendo ou resistindo a uma interdição ou prescrição.

Essa forma de análise faz-nos afirmar que as regras não estão apenas explicitadas e formuladas em doutrinas coerentes ou em ensinamentos explícitos, mas são transmitidas, ainda, "[...] de maneira difusa e se constituem num jogo complexo de elementos que se corrigem, se compensam, se anulam em alguns pontos, permitindo compromissos ou/e escapatórias" (FOUCAULT, 1988, p. 18).

Entendemos, assim, que a maneira pela qual é necessário conduzir-se, a maneira pela qual se deve constituir a si mesmo como sujeito no trabalho tem como referência de ação os elementos prescritivos que constituem o código. No entanto, em frente a um código, existem diferentes maneiras de se conduzir, diferentes maneiras para o indivíduo que age como sujeito moral dessa ação. Estamos falando de modos de sujeição aos códigos prescritivos, a maneira pela qual o indivíduo estabelece sua relação com essa regra e se reconhece como ligado à obrigação de pô-la em prática. Trata-se, na direção foucaultiana, de um trabalho ético sobre si mesmo, não somente para tornar seu próprio comportamento, conforme uma regra dada, mas também para tentar transformar a si mesmo em sujeito moral de sua conduta (FOUCAULT, 1988).

Esse modo de abordar os processos de constituição dos sujeitos de ações, por meio de "práticas de si", é que vai constituir modos de subjetivação e formas de subjetividade. Assim, para entendermos as diferentes formas de uso que os trabalhadores colocam em funcionamento, é preciso considerar a indissociabilidade destes dois aspectos: os códigos de comportamento prescritos e as formas de subjetivação em curso nos diferentes ambientes de trabalho.

Os sujeitos não se restringem à pura execução das tarefas prescritas pela organização do trabalho e, portanto, os processos de trabalho engendram incessantemente determinadas formas de subjetividade, tentativas de fazer-se sujeito de suas ações, de modo a colocar em funcionamento o prescrito do trabalho. Que práticas os trabalhadores produzem nas situações de trabalho? Como, por meio dessas práticas, os trabalhadores "des-anonimam" o meio laboral?

Schwartz (2003, p. 13) nomeou como dramáticas de si essas

> [...] escolhas que são feitas, quase de forma inconsciente [uma vez que não somos obrigados a nos perguntar sem cessar] o que estou fazendo, como escolho, etc. ou a tentar decompor, desdobrar essas múltiplas arbitragens, que se situam no corpo, entendido não como

> o que se opõe à alma, mas como um corpo atravessado pela inteligência e também por automatismos que podem vir à consciência.

Schwartz (2003) considera que esses processos são sempre atravessados por uma inteligência que marca essas escolhas diante da atividade. Uma inteligência do corpo que atravessa os músculos, os líquidos, os nervos, a postura, o imaginário, mas não se restringe apenas ao biológico, nem apenas ao cultural, antes perpassa todos esses circuitos. "É história, mas da história que funciona nas alquimias que vão além de nós: e que vão além tanto de quem lhe mostra o espelho quanto de quem está diante dele" (SCHWARTZ, 2003, p. 16). Um corpo que escapa às cristalizações e que remete à história, à experiência, às paixões e aos desejos dos sujeitos que trabalham para dar continuidade ao movimento da vida.

A atividade está sempre a exigir uma reavaliação do meio e das normas de trabalho. O que explica essas reinvenções e sua dinamicidade é a possibilidade do retrabalho, do renormalizar os protocolos que se antecipam às situações reais de trabalho. A renormalização fala de uma necessidade do vivo de redefinir seu meio e instituir para si normas diferenciadas de vida e saúde. "Os atos de trabalho não encontram o trabalhador como uma massa mole onde se inscreveria passivamente a memória dos atos a reproduzir" (SCHWARTZ, 2000, p. 41). O vivente humano industrioso fabrica microdescontinuidades, irreversibilidades, "recentramentos", e é esse incessante debate do vivente com seu meio que é "[...] condição de possibilidade de toda história" (SCHWARTZ, 1995, p. 109).

Essas arbitragens entre os procedimentos e os imprevistos resistem, portanto, às objetivações e às delimitações protocolares. São condutas propositivas em relação ao meio de trabalho e se referem a uma mobilização subjetiva criadora e inventiva em uma situação real de trabalho. Essa inteligência inscrita no corpo e no pensamento se engaja nessa relação com o trabalho, com o objetivo de antecipar-se às situações imprevisíveis, móveis e cambiantes.

Nessa perspectiva, os/as trabalhadores/as não são considerados meros executores de tarefas preconcebidas pela hierarquia, nem vítimas de um processo de subordinação. Eles participam ativamente do processo de trabalho instituindo escolhas e modos de fazer que se diferenciam das normas prescritas.

O TRABALHO COMO LUGAR DE ENCONTRO

Portanto, sempre haverá no trabalho uma "espécie de destino a viver" (SCHWARTZ, 2003, p. 4), uma vez que é preciso fazer escolhas em função de valores. Por outro lado, já que é preciso "[...] suprir os 'vazios de normas', as deficiências de orientação, de conselhos, de experiências adquiridas, registradas e nos procedimentos" (SCHWARTZ, 2003, p. 6), essas escolhas implicam risco que nos coloca na ilegalidade em relação às prescrições.

Mas o segredo "do uso de si por si" pode produzir efeitos desvantajosos para os sujeitos, na medida em que as "dramáticas" os colocam na solidão e tendo que se confrontar com os colegas de trabalho. Desse modo, essas microdecisões impõem responsabilidades aos que trabalham, responsabilidade pelos riscos que esses macetes podem causar ao processo de trabalho. Os usos de si por si são como atos técnicos que precisam ser publicizados para que haja o reconhecimento das habilidades dos sujeitos, seus modos inventivos de agir. Entretanto, dar visibilidade a um ato ilegal pressupõe uma voluntariedade, de um lado, e a confiança nos pares, de outro.

Como nos disse Marx (2002, p. 375), "[...] o trabalhador coletivo tem olhos e mãos em todas as direções e possui, dentro de certo limite, o dom da ubiqüidade [e, ao cooperar com outros] de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie". Um trabalho inventivo se realiza, portanto, na medida em que é comum, ou seja, produzido em redes de cooperação.

As relações de confiança que regem os trabalhadores são guiadas por valores éticos e crenças que são fundamentais para a coordenação das atividades e dos fazeres que contribuem para melhorar as regras prescritas da organização do trabalho. A arbitragem coordenada é uma atividade normativa, na medida em que são construídas as normas de trabalho nas quais todos estão engajados. A gestão cotidiana da distância entre a organização prescrita do trabalho e o que se efetiva no cotidiano laboral exige modos operatórios e arbitragens repetidas.

O que buscamos afirmar neste texto é, portanto, que não cabem, ao analisar o trabalho, posturas de ressentimento ou de queixa, movimentos que parecem almejar uma forma original/ideal de funcionamento dos ambientes de trabalho. É preciso interrogar e dar visibilidade a essa luta, muitas vezes, surda que os trabalhadores travam nos cotidianos dos processos de trabalho. É preciso partir de análises das situações de trabalho não para buscar uma forma ideal de trabalhar, mas para analisar os processos que estão em curso e construir, coletivamente, outras/novas formas de organização do trabalho.

Por outro lado, se quisermos compreender os processos de trabalhar, precisamos ir além e aquém de um eu considerado subjetivo, psicologizado, a dimensão é outra, é micropolítica,[105] pois a lupa precisa estar dirigida para o processo. É devir que se constitui nas entrelinhas, por tudo o que atravessa e vai compondo essa história. Lidamos com algo instável e que parece tão sólido, mas é só nessa instabilidade que as mudanças podem se fazer. Dessa forma, é necessário definir mais detalhadamente os mecanismos envolvidos nessas operações cotidianas atualizadas pelos trabalhadores, descrever os modos de vida, as práticas que incidem na sua composição, os valores

105 O micro aqui referido não se refere a uma miniaturização das formas visíveis ou enunciáveis, segundo Deleuze (1988). Trata-se de um outro domínio, diz o autor: " [...] um novo tipo de relações, uma dimensão de pensamento irredutível ao saber: ligações móveis e não localizáveis" (DELEUZE, 1988, p. 82).

que estão implicados, ou seja, "Destrinchar essas misturas que somos nós" (informação verbal).[106]

E isso só se faz operando entre o plano molar (códigos, prescrições, saberes, formas constituídas) e o plano molecular (experiências, forças, potência, o que nos move nos encontros). Entre esses planos, vemos surgir trabalhadores, prescrições, normas, leis. Como vamos nos situar nesses planos? Que encontros nos dispomos a fazer no âmbito da psicologia do trabalho? O caminho, certamente, não é o do sossego, mas o da vontade que nos arranca da placidez e nos atira nas trilhas do desassossego.

Cartografar as experiências dos trabalhadores nas suas atividades, ou seja, os efeitos de subjetivação que vêm sendo produzidos nessas relações, não é fácil e é preciso inventar como fazer. Apreender e analisar o movimento que ganha corpo e transforma cada um e todos os trabalhadores não têm fórmula, e nossa proposta é buscar e reunir conceitos e abordagens para iluminar os modos de existência dos humanos em atividade de trabalho.

Não existe uma forma de trabalhar que supostamente existe antes de se constituir. Não existe um estado original, mais ou menos puro, de uma forma de trabalho que deve ser recuperado. Não se trata de buscar a existência de um homem original, de uma sociedade originária, uma forma de trabalhar original/ideal. Essas são concepções que pertencem ao universo mítico do pensamento. Na vida não há começos absolutos, nem práticas instituintes quando se desconsidera a experiência dos viventes humanos e sua capacidade de construir história como ato de inovação. Não há pontos de partida e de chegada. Há, principalmente, processos.

---

106 Citação da professora Marisa Lopes da Rocha na banca para arguição da tese de doutorado "As dramáticas de usos de si de jovens mães trabalhadoras: cartografias do trabalho em insuspeitáveis territórios", defendida em junho de 2005, na Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), de Suyanna Linhales Barker.

REFERÊNCIAS

BARKER, S. L. **As dramáticas de usos de si de jovens mães trabalhadoras**: cartografias do trabalho em insuspeitáveis territórios. 2005. Tese (Doutorado em Saúde Pública), Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.

BARROS, M. B.; FONSECA, T. M. G. Psicologia e processos de trabalho: um outro olhar. **Psico**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 133-140, jul./dez. 2004.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, G. A imanência: uma vida. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 12-25, jul./dez. 2002.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

FONSECA, T. M. G.; ENGELMAN, S.; GIACOMEL, A. E. A emergência da economia imaterial e as mutações subjetivas contemporâneas. *In*: MERLO, A. R. C. (org.). **Saúde e trabalho no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, p. 19-38, 2004.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **De outros espaços**. Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales. Tradução de Pedro Moura. [*S. l.: s. n.*], 1967. Disponível em: http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault_pt.html. Acesso em: 15 jun. 2005.

FOUCAULT, M. **Resumo dos Cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

FUGANTI, L. A. Saúde, desejo e pensamento. **Saúde loucura 2**. São Paulo: Hucitec, 1990.

GUATTARI, F. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARX, K. Cooperação. *In*: MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Difel, 2002. v. 1, p. 257-266.

MARX, K. Processo de trabalho e processo de produzir mais valia. *In*: MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. p. 579-597. Livro 1, v. 1.

MASCARELLO, M.; BARROS, M. E. B. Nos fios de Ariádne: cartografia da relação saúde-trabalho numa escola pública de Vitória-ES. **Revista Brasileira de Educação**, Rio e Janeiro, v. 12, n. 34, p. 104-119, jan./abr. 2007.

MUNIZ, H.; VIDAL, M. C.; VIEIRA, S. Os ingredientes da competência na gestão da assistência em uma enfermaria hospitalar. *In*: ALVAREZ, D.; ATHAYDE, M; BRITO, J. (org.). **Labirintos do trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 579-597.

SANTOS, E. H. Ciência e cultura: uma outra relação entre saber e trabalho. **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 7, p. 19-30, jul./dez. 2000.

SCHÉRER, R. Homo Tantum - O Impessoal: uma política. *In*: ALLIEZ, E. **Gilles Deleuze**: uma vida filosófica. São Paulo: 34, 2000. p. 21-38.

SCHWARTZ, Y. **Travail et philosophie**: convocations mutuelles. Toulose: Octares, 1992.

SCHWARTZ, Y. De l'inconfort intellectuel, ou comment penser les activités humaines? *In*: COURS-SALIES, P. (org.). **La liberté du travail**. Paris: Syllepse, 1995. p. 99-149.

SCHWARTZ, Y. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 4, p. 101-140, out./dez. 1998.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e uso de si. **Revista Pro-posições**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 34-50, jul./dez. 2000.

SCHWARTZ, Y. Disciplina epistêmica, disciplina ergológica: paideia e politeia. **Revista Pro-posições**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 126-149, jan./abr. 2002.

SCHWARTZ, Y. A abordagem ergológica do trabalho e sua contribuição para a pesquisa em administração. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2003, Vitória. **Comunicação oral** [...]. Vitória: UFES, 2003.

VEYNE, P. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: UnB, 1988.

WISNER. A. **A inteligência no trabalho**: textos selecionados de ergonomia. São Paulo: Fundacentro, 1994.

Psicologia do estilo: nas bordas da atividade[107]

Maria Elizabeth Barros de Barros
Diego Arthur Lima Pinheiro
Jésio Zamboni

Com o que se preocupa uma clínica da atividade? Eis o que nos interpela. Dentre as várias vias que se pode experimentar nesse problema, optamos por tomar uma direção apontada pelo próprio Clot (2006), quando, delineando suas preocupações para uma clínica da atividade, propõe que essa última seja pensada como uma psicologia do estilo. Por essa expressão, compreendemos a distância que os trabalhadores podem traçar entre si e seu trabalho, não pela negação, mas pela via de uma autonomia em relação às restrições do ofício para transformá-las em recursos coletivos singulares. É a partir dessa provocação

107 Publicado originalmente na revista **Arquivo Brasileiro de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 62-71, abr. 2010.

feita por Clot (2006) que retomamos a discussão acerca dos modos de intervenção no trabalho, para experimentar as implicações de uma clínica aliada aos processos de estilização em jogo. Tal proposição nos impulsiona, igualmente, a traçar conexões possíveis entre o pensamento de Gilles Deleuze e as noções de gênero e estilo em Yves Clot (2006), já que a noção de estilo aqui só pode ser pensada em transição com o conceito de gênero.

INTERCESSÕES

A clínica da atividade tende radicalmente a romper a dicotomia sujeito/sociedade. A partir dos intercessores de Clot (2006), pode-se perceber isso. É impossível acompanhar o pensamento de Clot (2006) em suas inquietações em relação à atividade sem considerar seus múltiplos interlocutores, dentre os quais se destacam Lev Vygotsky ([1934] 1997), Michel Jouanneaux (1994), J.-M. Hoc (1987), J. Leplat (1997), Mikhail Bakhtin (1977), J. Bruner (1983), D. Cru (1995) e J.-P. Darré (1994). Clot (2006) irá cruzar debates nos campos da linguagem, da cognição e do trabalho. Trata-se sempre de um debate intenso, em que se desmancham os limites da fala de cada sujeito: já não se sabe bem quem é o autor de cada proposição, nem cabe saber. O próprio Clot (2006), em seu ofício de psicólogo do trabalho, especificamente no âmbito da clínica da atividade, afirma que a autoria é sempre coletiva, dado que a ação do trabalho sempre se realiza no âmbito do gênero profissional.[108] A questão do estilo emerge, então, na impessoalidade do autor, uma vez que se trata da apropriação dos elementos do gênero em um processo de fragmentação e multiplicação desses elementos. O estilo, por situar-se, fundamentalmente, no âmbito do gênero, é também impessoal e coletivo, na perspectiva de Clot (2000, 2006).

108 Esse conceito será definido posteriormente neste artigo.

Ao abordar Vygotsky ([1934] 1997), a fim de compreender a atividade a partir do desenvolvimento cognitivo, Clot (2006) defende que esse pensador não se insere simplesmente na categoria dos modelos sociointeracionistas, de modo a anular a dimensão da subjetividade de suas análises, ao mesmo tempo em que rejeita modelos cognitivos que colocam uma teoria coletiva da cognição como extensão de uma teoria individual e um meio de trabalho como projeção de mecanismos operatórios individuais. Além disso, as categorias de gênero e estilo, centrais no trabalho de Clot (2006), são oriundas da obra bakhtiniana. Nesta, tanto a noção de gênero, como a de estilo não se esgotam, nem se prendem ao binarismo social/individual. Segundo Brait (2007), a respeito de Bakhtin (1977, p. 83), "[...] o estilo, longe de se esgotar na autenticidade de um indivíduo, inscreve-se na língua e nos seus usos historicamente situados".

Já, nesse momento, encontramos elos possíveis entre as obras de Deleuze (2006) e de Clot (2006). Deleuze (1988) escapa, em sua obra filosófica, das referências ao individuo como da ordem de uma natureza imutável e transcendente, mas o compreendendo no âmbito de uma constituição de sujeito no social. Um sujeito efeito dos fluxos de desejo, compreendido como embate de forças da vida que acontecem no *socius*. "[...] a produção social é simplesmente a produção desejante em determinadas condições" (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 33). Portanto, não cabe falar de um autor, como indivíduo, também em Deleuze; o pensamento se dá sempre no entre, nos interstícios da produção, no embate entre forças, na crise que abala os arranjos provisoriamente estáveis.

Deleuze (1992), assim como Clot (2006), conta com diversos interlocutores. Sendo filósofo, situa-se em uma tradição que se opõe ao racionalismo, às correntes que procuram julgar a vida a partir de critérios transcendentes, aliando-se a Lucrécio Caro (1986), Hume (2001), Espinosa (1983), Nietzsche ([197-], Bérgson (1999). Mas Deleuze (1992), assumindo a heterogeneidade do pensamento, não privilegia a filosofia como campo de saber, toma também as artes e

as ciências como campos de criação e invenção. É de acordo com essa proposta que ele irá confrontar-se com a psicanálise e esse embate terá grande repercussão a partir do encontro com Felix Guattari (1995a, 1995b, 2004). Seus intercessores no campo das artes, do cinema, da literatura, do teatro não são menos numerosos: Kafka (1982), Klossowski, Lewis Carrol (1980), T. E. Lawrence (1939), Beckett (1976), Artaud (1996), Orson Welles (1963), Godard (1985), dentre muitos outros. Deleuze (1992, p. 156), ao se perguntar como é possível o encontro entre os agregados das artes, os conceitos das filosofias e as funções das ciências, encontra-se com o conceito de intercessores, tornando possíveis ecos e ressonâncias entre os saberes:

> O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Podem ser pessoas – para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofos ou artistas – mas também coisas, plantas, até animais como em Castañeda. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores. É uma série. Se não formamos uma série, mesmo que completamente imaginária, estamos perdidos.

É assim que Deleuze acaba por afirmar: "Eu preciso de meus intercessores para me exprimir, e eles jamais se exprimiriam sem mim: sempre se trabalha em vários, mesmo quando isso não se vê" (DELEUZE, 1992, p. 156). Assim, entendemos que só é possível uma conversa com esses autores considerando a polifonia presente em seus escritos.

A clínica da atividade em intercessão com a clínica deleuziana: as transformações das situações de trabalho estão no centro de nossas questões como analistas do trabalho, ao mesmo tempo em que configuram como limites de conexões possíveis entre essas duas perspectivas clínicas. O trabalho pode ser pensado como uma atividade histórica que se inventa e reinventa na e em cada situação. É uma história imbricada com o presente. A fim de dar visibilidade e força

a tais transformações da/na atividade em curso, Clot (2000, 2006) nos apresenta duas importantes ferramentas, a saber: os conceitos de gênero e estilo.

HETEROGÊNEROS

Retomando os estudos de Mikhail Bakhtin (1978) acerca da linguagem e as críticas que esse empreendeu em relação aos postulados do linguista francês Ferdinand de Saussure (1973), assim como o deslocamento feito pelo primeiro, no que diz respeito à questão dos gêneros no âmbito da literatura, Yves Clot (2006) renova o problema de uma análise do trabalho. Para o semiólogo russo, segundo nos apresenta Clot (2000, 2006), existiriam, entre os fluxos de fala real em situação e as formas da língua estruturada de Saussure, outras formas estáveis que se diferenciariam dessas últimas: os gêneros de discurso. Estes consistiriam em um estoque de enunciações esperadas, protótipos de maneiras de dizer e não dizer em um espaço-tempo sociodiscursivo. "Falamos por meio de variados gêneros sem desconfiar de sua existência. Moldamos nossa fala segundo formas precisas de gêneros padronizados, estereotipados, por vezes mais flexíveis, mais expressivos ou criativos" (CLOT, 2006, p. 42).

Com essa proposição, Bakhtin (1978, 1984) critica a linguística de Saussure (1973). Para este último, a língua e a fala se opõem como o social ao individual. De um lado, situa-se a fala como um campo misto e heterogêneo, terreno da linguagem onde se dão as combinações livres de um locutor, indivíduo em situação e, de outro, a língua prescritiva, código homogêneo e fundamental depurado da linguagem, terreno do social. Como apontamos anteriormente, Bakhtin (1978, 1984) refuta essa dicotomia da linguagem por meio da concepção de gênero discursivo.

As formas sociais dos gêneros fixam de modo transitório, em um meio determinado, o regime social de funcionamento da língua, de modo a organizar a fala, evitando usos impróprios dos enunciados

em uma situação corrente. Trata-se aqui de regimes, de modos, sempre provisórios, e de infinitas possibilidades, campo aberto para a criação, e não das invariantes de uma língua perseguidas por Saussure (1973). Os gêneros do discurso, portanto, cumprem a função de estabelecer formas de se dizer e não dizer, em que tons falar, agir, sabendo quando se pode começar e terminar. O gênero estabelece relações entre a língua e o extralinguístico.

Atravessado pelas formulações de Bakhtin (1978, 1984), Clot (2006) estende o campo problemático do linguista ao âmbito da psicologia do trabalho. Para Clot (2006, p. 43), "[...] a atividade de linguagem é uma modalidade de atividade humana que pode servir de analisador [denominador comum] para as outras modalidades de atividade, aí incluído o trabalho". O próprio Bakhtin (1984), segundo Brait (2007, p. 88), ao definir os gêneros discursivos, destaca que "[...] eles transitam por todas as atividades humanas e devem ser pensados, culturalmente, a partir de temas, formas de composição e estilo". Clot (2006), então, faz aliança com Bakhtin para propor um modo de análise da atividade profissional que entra em ruptura com o modo vigente nas ciências do trabalho, habitado por uma oposição de mesma ordem saussuriana entre o prescrito e o real do trabalho. É por meio desse entrecruzamento que Clot (2006) nos propõe uma abordagem do trabalho, partindo do ponto de vista dos gêneros da atividade. Aqui, também encontramos pontos de contato com a Filosofia deleuziana, cujas questões se estabelecem acerca das intercessões e da potência de heterogeneidade e invenção — trabalho com restos — com os instrumentos de construção da vida — conceitos, obras de arte, funções científicas. De que modo entrelaçar os apontamentos de Clot e Deleuze sobre gênero e estilo em uma direção ética-estética-política? Ao tatear uma aproximação, não estamos nos esquecendo das divergências filosóficas desses autores, mas acreditamos que tais intercessões podem ser um importante ingrediente nessa tarefa de desenvolver uma clínica da atividade.

Segundo Clot (2000, 2006), a atividade situada sempre convoca uma série de gêneros, a fim de que estes sirvam como suportes para a ação. Em outras palavras, toda ação se encontra apoiada em dimensões genéricas, isto é, em culturas profissionais coletivas tornadas em recursos durante a ação para a ação. Essa dimensão genérica consiste em uma memória impessoal e objetiva que formaliza a atividade em situação de um determinado modo, demarcando maneiras de começá-la, de conduzi-la eficazmente a seus objetivos em meio às atividades dos outros e de terminá-la. Trata-se de um componente impessoal da atividade que assegura a acomodação "imediata" dos sujeitos em um coletivo de trabalho, ao conformar uma zona comum de saberes-fazeres compartilhados somente por aqueles que fazem parte de um mesmo horizonte profissional e social — é esse componente genérico que, por exemplo, possibilita o trabalho conjunto de pessoas que nunca trabalharam juntas antes.

O impessoal, como já apontamos, é uma marca importante do pensamento de Gilles Deleuze e Guattari (1995a, 1995b, 2004), que conduz por meio desse conceito todo a sua atividade de filósofo, descolado das noções de individuação, de sujeito, como sendo da ordem primeira da produção, dos agenciamentos maquínicos do desejo, colocando-as como sendo da ordem dos efeitos dos agenciamentos coletivos de enunciação, regimes de expressão do desejo. O sujeito tal qual se produziu na civilização ocidental, a partir dos gregos, é parte de um regime de signos atrelada à configuração de um Estado representativo.

Quanto à questão do grupo, Clot (2006, p. 38) recoloca a questão e considera-o "[...] não como uma coleção de indivíduos, mas uma comunidade inacabada cuja história define também o funcionamento cognitivo coletivo". O grupo a que se refere é aberto, na medida em que comporta uma heterogeneidade de membros dos quais não é possível enumerar, nem pessoalizar. Veja-se o caso de dois trabalhadores que não se conhecem e juntos conseguem realizar a atividade graças ao suporte do gênero. Há outros que os habitam

e permitem conectarem-se como pontos de uma mesma rede, ainda que não pareçam estar ligados um ao outro. É assim que se acaba por rejeitar proposições que pretendam explicar mecanismos coletivos de funcionamento, a partir de teorias individuais estendidas. Clot (2006) ainda se faz claro ao rejeitar o recurso à intersubjetividade e à interpessoalidade para tratar das questões da clínica da atividade. Segue em direção a uma consideração do grupo como marcado pela heterogeneidade dos gêneros e estilos e de elementos que os compõem, trabalha-o como processo, sempre aberto às transformações atravessando a história.

Nesse ponto, cabe pensar: de que clínica se trata, então? De que subjetividade, uma vez que aqui os contornos do indivíduo se veem borrados e ele se desmancha atravessado pelas forças em jogo nos coletivos e se desnuda como composição sempre aberta? Propomos, aqui, assumir a proposta clínica deleuziana, uma clínica cartográfica e transversal.

Deleuze e Parnet (1998, p. 119), em debate com a psicanálise, afirmam que

> [...] a análise do inconsciente deveria ser uma geografia mais do que uma história. Que linhas se encontram bloqueadas, calcificadas, emparedadas, em um impasse, caindo em um buraco negro, ou esgotadas, que outras estão ativas ou vivas pelo que alguma coisa escapa e nos carrega?

É que Deleuze (1987), em aliança com Nietzsche (2003), assume os limites da história ante os devires que atravessam a vida, devires esses que tratam dos movimentos de passagem do desejo e que, para além da história, tratam das forças que produzem os acontecimentos, o intempestivo. Não se trata, como pode-se ver, de uma desconsideração da história, mas de afrontá-la, na medida em que ela negue as forças do devir. "O conhecimento do passado, em todos os tempos, não é desejável a não ser quando está a serviço do passado e do

presente, e não quando debilita o presente, quando desarraiga os gérmens vivos do devir" (NIETZSCHE, 2003, p. 5). A história revela-se importante para Clot (2006), no sentido em que o gênero é também a constituição da história de um grupo e memória impessoal de um local de trabalho. Cabe, no entanto, compreender que essa história se atualiza em cada situação da atividade e, nesse momento em que emergem os elementos que se organizam no gênero, esse é também questionado, no sentido de avaliado, reconstruído, retomado em processo. O gênero, assim como o estilo, só pode ser pensado em termos de processo. A história aqui não é um produto acabado e imutável. A história é transpassada por devires que convocam a produção de singularidades, que não remetem a individualidades transcendentes.

Pode-se dizer, ainda, que um gênero profissional é como um referencial pelo qual designamos não apenas a cooperação em ato, mas também os modos da cooperação que "ordenam" previamente uma ação conjunta entre os diferentes elementos nela engajados; uma espécie de interposto que reúne sutilmente "regras" formais e informais da/para ação comum.

De fato, o gênero pode definir-se com o conjunto das atividades mobilizadas por uma situação, convocadas por ela. Ele é uma sedimentação e um prolongamento das atividades conjuntas anteriores, incluindo o que foi feito, o que não foi feito, o que foi pensado, sentido, produzido, os impasses que surgiram. Constitui-se um precedente para a atividade em curso: aquilo que foi feito outrora pelas gerações de um meio dado, as maneiras pelas quais as escolhas foram decididas, até então, nesse meio, as verificações às quais ele procedeu, os costumes que esse conjunto enfeixa (CLOT, 2006).

Essa sedimentação da experiência coletiva não deve ser tomada como uma rígida regulação funcional do trabalho, referindo-se aos procedimentos normativos à maneira de instruções ou ordens. Um gênero não é feito para ser seguido à risca como um regimento, como uma lei, mas para conferir elementos para ação, tom e cadência possíveis. Diríamos assim, para retomar o embaralhamento língua/

trabalho feito por Clot (2000, 2006), que um gênero profissional conforma um campo linguístico que nada tem a ver com a redução do vivido a um corpus linguístico-gramatical, nem com uma estruturação do plano da experiência sob a tutela da linguagem. Mas, ao contrário, diz respeito a uma incessante invenção coletiva de um plano de referência ou, melhor, uma disposição de elementos diversos capazes de produzirem sentido, um dispositivo aberto de regras impessoais feito para fazer agir, colocando em funcionamento modos provisórios de trabalhar e ser trabalhador. Tal produção é elaborada em comum no âmbito de um coletivo, sendo, portanto, um meio de constituir o coletivo profissional, enquanto fonte imprescindível de sua renovação e movimento.

Os gêneros profissionais se definem como experiência coletiva, impessoal, processual, cognitiva, mas também emocional e corporal. Os gêneros se constituem de uma parte explícita e uma parte subentendida, são caracterizados por uma multiplicidade de elementos, dentre estes, a linguagem, que configura essa parte explícita. No âmbito do gênero, entretanto, o que nos parece predominar é essa dimensão implícita, uma vez que se caracteriza pela produção avaliadora/ética, no sentido de um processo de incorporação de valores e de transformação desses valores no próprio corpo. Trata-se de ética quando se discute a atividade, uma vez que trata da própria potência do corpo (ESPINOSA, 1983). Clot (2006, p. 33) demarca essa como uma apropriação das emoções, em que o trabalhador não se deixa levar simplesmente, mas extrai delas os recursos para agir: "[...] as emoções se convertem num instrumento de ação eficaz". O modo como se instrumentaliza a emoção é da ordem da ética, que se opõe à moralidade, concebida em termos de valores transcendentes, ou seja, que já não permitem à vida sua afirmação e expansão, mas a diminuem e julgam em relação a esses valores vindos de fora. Sem essa incorporação, o gênero não se torna possível. É uma dimensão anônima e impessoal da experiência que tende a escapar às

organizações hegemônicas de qualquer prescrição fechada e às significações que demarcam um sujeito.

Trata-se, aqui, de uma experiência que se compartilha para além dos registros significantes da língua materna, estabelecidos na gramática de um modo fixo, imutável, conhecido por todos. Se, nos gêneros, as avaliações comuns, primordialmente sociais, são subentendidas em seu princípio, estando na carne dos profissionais, pré-organizando suas operações e soldadas às coisas e aos fenômenos correspondentes, de forma a não requerer formulações verbais, nas quais se encontra a palavra e o discurso numa clínica da atividade? A análise da atividade caminha, então, para uma consideração da dimensão linguística como palavra de ordem.

Deleuze, com Guattari (1995, p. 17), propõe como unidade básica da linguagem o enunciado tomado como palavra de ordem. Esta não é feita para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer. A linguagem não é feita para informar nem para comunicar, não é isso que constitui seu fundamento, "[...] a informação é apenas o mínimo estritamente necessário para a emissão, transmissão e observação das ordens consideradas como comandos". A linguagem não é nem mesmo tomada como instrumento ou elemento da vida. Sua função primordial é dar ordens à vida, ordená-la.

> Quando a professora explica uma operação às crianças, ou quando ela lhes ensina a sintaxe, ela não lhes dá, propriamente falando, informações, comunica-lhes comandos, transmite-lhes palavras de ordem, ela faz com que produzam enunciados corretos, ideias "justas", necessariamente conformes às significações dominantes (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 33).
>
> Chamamos palavras de ordem não uma categoria particular de enunciados explícitos (por exemplo, no imperativo), mas a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele. As palavras

> de ordem não remetem, então, somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma 'obrigação social'. Não existe enunciado que não apresente esse vínculo, direta ou indiretamente. Uma pergunta, uma promessa, são palavras de ordem. A linguagem só pode ser definida pelo conjunto das palavras de ordem, pressupostos implícitos ou atos de fala que percorrem uma língua em um dado momento. A relação entre o enunciado e o ato é interior, imanente, mas não existe identidade. A relação é, antes, de redundância" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 19).

É a essa "obrigação social" que se refere Clot (2006), quando segue definindo que o gênero trata de pré-ordenar a ação, criando regras entre os sujeitos na atividade. A redundância, então, remeteria à articulação entre a dimensão genérica da atividade e as regras prescritas do trabalho. Cabe, contudo, considerar essa questão no próprio âmbito do gênero ou corremos o risco de articular o prescrito como inimigo, como fechado e homogêneo. As palavras de ordem se compõem em regimes de signos, modos de expressão dos afetos que se produzem nos encontros. Sem a expressão, também não há circulação dos afetos. As regras de ação presentes na linguagem, sejam consideradas no âmbito interno ao gênero ou no seu fora que é a organização do trabalho, são fundamentais à atividade. São esses regimes de signos que compõem de maneiras diversas o corpo expressivo do gênero e o corpo expressivo da organização do trabalho, por exemplo, é que permitem a troca de fluxos e movimentos entre um corpo e outro. São essas marcas expressivas que permitem trocas e mudanças em um regime e em um outro. Regimes de signos sempre são também heterogêneos e processuais, produzem-se no encontro com outros regimes de velocidades e lentidões diversas.

O *socius* caracteriza a dimensão de condicionamento dos fluxos na atividade, fundamental a um funcionamento que opera por cortes e fluxos. E assim é a atividade, operando entre fluxos e cortes

na constituição de gêneros e estilos. Fluxos estilísticos cortados por interpostos de gênero e cortes estilísticos efetuados sobre os fluxos de ordenamento do gênero. O *socius* sempre intervém na atividade, seja por meio dos gêneros, quando a estilização se perde na forma de um agir individualizado, seja por meio dos estilos, quando o gênero enfraquece diante das regras endurecidas demais.

Retomando a questão da língua, é importante considerar também que se trata de uma conformação linguística que não tem a função cristalizante de organizar definitivamente as variações inerentes aos processos de trabalho, mas que implica em um desdobramento da língua em múltiplas direções, a língua em composição com variadas outras matérias de expressão, na medida em que essas sempre se encontram em movimento de efetuação/produção, em meio às tensões e aos conflitos que habitam o trabalho vivo. Trata-se, portanto, nesse momento, de descolar a noção de língua entendida como veículo de mensagens, para pensá-la como uma marca expressiva provisória que favorece a passagem dos embates que se produzem no decurso da atividade de trabalho. É a consideração das entrelinhas na efetuação dos discursos. A língua agora, então, pode ser tomada como instrumento para a ação coletiva de produção de si e do mundo: ferramenta de trabalho, se considerarmos que tudo pode participar em uma composição de linguagem, ampliando esse conceito, já que uma língua trabalha matérias de qualquer procedência — sociais, materiais, tecnológicas, técnicas etc. — na criação de sentidos, isto é, na permanente constituição de mundos e sujeitos. Uma memória coletiva e impessoal que, assim, nunca se pode dar por acabada. É processual. Memória-movimento em atualização no curso da atividade.

Traça-se, então, um ponto de acoplamento entre os apontamentos de Clot (2000, 2006) com afirmações de Deleuze e Guattari (1995, 1996) acerca da dupla natureza da linguagem. Ao que nos parece, o gênero comporta uma natureza híbrida formada por polos de realidades díspares, mas coexistentes e inseparáveis, embaralhadas uma com a outra, uma na outra. De um lado, uma face linguística/

formalizável, mais afeita à regularidade, cujo sentido é facilmente apreendido. É nesse plano que se dão os processos de sedimentação da experiência coletiva em unidades referenciais, plano onde é possível traçar os limites de um gênero profissional por meio da distribuição de um dentro e um fora. Trata-se das marcas constitutivas dos domínios e significâncias de um gênero, de seus aceitáveis e inaceitáveis. Por outro lado, a face não linguística/a-forme que se furta a toda formalização e significação hegemônicas. Aqui, não há unidades, mas apenas intensidades, matérias não formadas, variações resistentes a unificações linguísticas, desvios imprevisíveis e incontroláveis. Em contato com esse outro domínio, o gênero se efetua como enigma, na medida em que a ordem esperada é rompida; o não sentido que advém dessa ruptura força o movimento sem trégua de produção de novas sedimentações, isto é, novos modos de pensar/agir o/no trabalho.

Esse plano de pura intensidade, substrato do gênero, remove o caráter aparentemente estável das organizações, ampliando suas possibilidades de mobilidade, utilizando esse movimento para modificá-las. Daí, decorre que os contornos traçados pelos sentidos produzidos em meio às tensões da atividade jamais são absolutos. A face não linguística que habita o gênero, produzindo o estranho fenômeno dos dois trabalhadores que nunca se conheceram pessoalmente, mas que podem trabalhar juntos, tendo por substrato o gênero, "[...] serve ao embaçamento dos contornos para incluir inexoravelmente o a-forme nas formas estabelecidas, de modo que, no limite de toda forma, deparamo-nos com a zona de indistinção que lhe é própria" (TEDESCO, 2005, p. 145). Ao afirmar a existência desses dois registros constitutivos da linguagem, Deleuze e Guattari (1995, 1996) chamam a atenção para uma zona de indiscernibilidade entre essas duas dimensões, ponto de mesclagem na indistinção de seus limites, de onde sublinhamos a potência inesgotável de novos arranjos de um gênero profissional ao manter-se aberto ao plano intensivo.

É por essa dupla característica, a de ser, a um só tempo, invento e invenção, memória e atividade, esperado e inesperado, que um gênero de situação se mantém vivo (CLOT, 2006). Dessa maneira, pode-se dizer que um gênero encontra-se sempre em vários ritmos. Ao definirmos um gênero profissional como um sistema variante, e não como uma norma transcendente à experiência laboral, destacamos, em uma aliança com Clot (2006) e Deleuze (1992), a importância de considerar a participação ativa de estratégias coletivas sinalizadoras da vitalidade do gênero profissional. A reinvenção do gênero depende de uma multiplicidade em variação contínua que, a todo tempo, inscreve-se no curso das atividades e "[...] não pode ter outra fonte senão a mobilização do próprio coletivo de trabalho, que redefine assim a tarefa, tornando-a sua" (CLOT, 2006, p. 39-39). Eis aí, então, o que se poderia chamar de um gênero profissional forte.

Quando a atividade se encontra referida a um gênero profissional constantemente arejado pelo choque entre as variações que nele se inscrevem, o poder de ação do coletivo de trabalhadores é expandido, já que o gênero assim fortalecido permite o uso da experiência como meio de sua reinvenção. Sempre que o gênero se acha maltratado ou negligenciado, o poder de ação/criação dos trabalhadores é reduzido. Ao definir as fronteiras móveis do aceitável e inaceitável no trabalho, ao pré-organizar as ações (CLOT, 2000, 2006), o gênero convoca a um refazimento das "regras", exige estilizações, isto é, estratégias ativas para agir sobre o gênero.

ESTILIZAÇÕES EM JOGO

Essa borda-limite do gênero nós a encontramos na composição de um estilo laboral. O estilo pode ser encarado também como o outro polo do gênero: polo estilístico da atividade. O gênero saudável, rico, desaparece em uma névoa virtual, não deixando de existir ou perdendo sua força de realidade, mas, pelo contrário, por estar em elevada potência de produção de realidade, abarca a emergência de modos

singulares se atualizando no fazer coletivo. Multiplicam-se as formas afetivas e efetivas de trabalho. A atividade, então, é considerada por nós em uma pluralidade em que convergem dois polos, a fim de permitir a avaliação intrínseca. A avaliação do trabalho não é mais considerada em uma ordem moral, atribuída à dimensão da organização do trabalho dominada por um *tópos* hieráquico, mas tomada como fundamento da constituição de um coletivo de trabalho.

Aqui, a contribuição de Deleuze se torna fundamental para compreender as injunções possíveis entre a clínica da atividade e a clínica cartográfica. Perguntamo-nos de que trata esse novo objeto possível de uma empiria na psicologia do trabalho: a atividade. Deleuze (1987, p. 12), em seu encontro marcante com a obra de Nietzsche, define, assim, o princípio da filosofia da natureza nietzscheana:

> Todo objeto já é a expressão de uma força; na relação de um objeto com uma força, são forças que se relacionam. Há relações de afinidade do objeto com a força que dele se apodera. O ser da força é o plural: seria absurdo pensar a força no singular. Uma força é dominação, mas é também o objeto sobre o qual essa dominação se exerce. Uma pluralidade de forças interagindo, sendo a DISTÂNCIA o elemento diferencial compreendido em cada força e pela qual cada uma se refere a outras: é esse o princípio da filosofia da natureza em Nietzsche.

O Próprio Clot (2006), em consonância com Amalberti e Hoc (1998 *apud* CLOT, 2006), ao concordar que a atividade corresponde à tarefa efetiva elaborada pelo sujeito, a partir da tarefa prescrita, e que essa tarefa se efetiva pela intenção atual do operador, protegida de outras intenções concorrentes, formula que as intenções são sempre resultados transitórios de uma luta que nunca cessa na ação e que a tarefa é sempre redefinida na situação. Por isso, Clot (2006, p. 29) entende que "[...] a intenção é apenas protegida de maneira muito parcial, nesse âmbito de intenções rivais". É assim que entendemos, a

partir de Deleuze (1998), que há todo um jogo de forças que se atualiza na atividade e não cessa na ação. É no processo de atualização de elementos virtuais do gênero que se produz a atividade. A oposição que vale, então, não é a de uma atividade real — de fato, comprovável empiricamente — em relação a uma atividade virtual — fictícia, no sentido de imaginária ou simbólica apenas —, mas toda a atividade é real, sendo constituída de elementos que estão em condições momentâneas de objeto, ou seja, atualizadas, e elementos virtuais que compõem uma névoa de afetos imperceptíveis ainda em fato concreto, mas de presença tão real quanto aqueles.

> O plano de imanência compreende, a um só tempo, o virtual e sua atualização, sem que possa haver limite assinalável entre os dois. O atual é o complemento ou o produto, o objeto da atualização, mas esta só tem por sujeito o virtual. A atualização pertence ao virtual. A atualização do virtual é a singularidade, enquanto o próprio atual é a individualidade constituída. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 174-175).

É em uma aliança com Nietzsche que Deleuze (1987) trabalha a pluralidade das forças como fundamento da natureza e a distância como modo avaliativo da natureza dessas forças. Deleuze detesta a dialética e o hegelianismo, assim como Nietzsche. Essa avaliação de que trata Deleuze refere-se ao projeto mais geral de Nietzsche, de introduzir os conceitos de sentido e valor na filosofia, constituindo uma filosofia crítica. Cabe ressaltar, entretanto, que essa avaliação não é negativa, dialética, nem poderia ser: impõe-se aqui, então, o problema da afirmação da diferença, ou seja, da criação. "A avaliação, elemento diferencial, é simultaneamente crítica e criadora. As avaliações não são valores, mas maneiras de ser que servem de princípio aos valores em relação aos quais julgam" (DELEUZE, 1987, p. 5). A distância se estabelece entre heterogeneidades intrínsecas ao próprio jogo de forças, e não há um valor externo que se outorgue a julgar.

Isso conflui com o pensamento de Yves Clot (2006), que nos propõe que o gênero profissional somente abre-se a reavaliações, quando as regras não escritas aparecem. E essas somente ganham visibilidade, na medida em que o gênero é, de alguma forma, perturbado. "O estilo participa da renovação do gênero, o qual, no limite, nunca se pode dar por acabado. Ele vive mais ou menos intensamente de resto, das contribuições estilísticas que o reavaliam constantemente e lhe dão sua dinâmica [...]. A plasticidade dos gêneros depende dos estilos" (CLOT, 2006, p. 40). Compreende-se, assim, que não se trata de relação dialética entre gênero e estilo. Isso o próprio Clot (2006, p. 41) destaca: "O estilo retira ou liberta o profissional do gênero não negando este último, não contra ele, mas graças a ele, usando seus recursos, suas variantes, em outros termos, por meio de seu desenvolvimento, impelindo-o a renovar-se". Trata-se de uma simbiose entre processos heterogêneos, e não um parasitismo ou, mesmo, o ciclo ressentido da dialética. A vitalidade do gênero é avaliada pela multiplicidade dos processos de estilização em sua potência de sempre renovar o gênero; e a potência dos estilos pode ser avaliada pela plasticidade e heterogeneidade dos gêneros profissionais em questão.

O estilo impulsiona o gênero em suas limitações, brincando com ele. Essa consideração de Johannaeux (1999 *apud* CLOT, 2006) é-nos particularmente cara, uma vez que, nesse limite de desconstrução do gênero, o que aparece aqui como signo de humor, da avaliação afetiva, não é o sinistro paralisante e caótico, mas a alegria do jogo, de poder inventar, trabalhar com restos, com as fragmentações internas ao gênero sobre a heterogeneidade que marca a emergência dos variantes. Dessa maneira, é também o movimento próprio de criação que se está abordando. A criação é sempre coletiva. Isso se observa quando se tem em conta que é "[...] o controle do gênero que permite dele libertar-se, supondo a criação estilística o conhecimento do gênero 'em todos os seus aspectos'" (CLOT, 2006, p. 41).

Alimentado pelos estilos singulares de trabalho, é a máquina do gênero que permite uma avaliação imanente entre os pares e

uma conjugação em defesa do coletivo. Os trabalhadores do mesmo gênero impõem diante da avaliação extrínseca, advinda da organização científica do trabalho, sua própria avaliação. Nos casos de erros, por exemplo, os profissionais se integram rapidamente em função de alguma ameaça de fora, em defesa de todos. As ameaças incidem sempre sobre indivíduos e categorias, mas possuem diferentes estratégias, as mais eficazes nos parecem ser as que incidem sobre indivíduos, provocando o enfraquecimento do gênero, quando esse não se organiza em função da ameaça coletiva que ganha expressão em embate com o corpo profissional. O gênero permite não sucumbir diante desse binarismo, caindo nas tramas da competitividade profissional ou de um abuso de atitude individualista entre os trabalhadores, por exemplo.

Ao reconsiderar a questão da linguagem na dimensão estilística da atividade, a língua já não é um código depurado e a fala não se subsume ao ato combinatório individual, já que não se pode empregar um enunciado sem que esse faça referência a outro enunciado do mesmo tipo. As palavras de ordem só fazem referência a outras palavras de ordem, ou seja, redundam. Um gênero está sempre atrelado a uma situação em curso e a um contexto histórico-social, conferindo ao falante um tom discursivo, isto é, formas de enunciados tão indispensáveis à compreensão quanto às formas da língua.

Nesse panorama, o estilo trata de configurações das entrelinhas, dos silêncios, dos ritmos que permeiam a linguagem que ordena a vida. É o silêncio ensurdecedor da crise, diferente do silêncio da dimensão genérica da atividade, marcado por fluxo intermitente. O estilo é corte em relação ao gênero. Ele faz emergir a dimensão dos afetos, que se dão no corpo, à atividade na renovação do gênero por meio do debate.

Cabe aqui, também, retomar a questão do corpo na clínica da atividade. Primeiramente, temos que acentuar que a dimensão corporal entremeia a concepção de subjetividade desta. Os gestos, os tons e ritmos da ação nos dizem muito acerca do trabalho. Clot (2006) destaca,

na sua consideração de Vygotsky ([1933] 1998), que para este "[...] nossos afetos nos mostram claramente que não formamos senão um único ser com nosso corpo. São precisamente as paixões que constituem o fenômeno fundamental da natureza humana" (CLOT, 2006, p. 33). Percebe-se claramente aqui um sinal de ruptura com o pensamento dicotômico cartesiano, que separa alma e corpo, razão e paixão, de forma a propor o domínio da mente sobre o corpo e suas possibilidades. Deleuze (2002), com Espinosa (1983), engaja o combate ao racionalismo cartesiano por meio da ética que assume a fundamental constituição dos corpos mediante os afetos, entendendo a abstração funcionando em paralelo com os afetos do corpo, e não este podendo submeter-se à razão por completo.

Ao tratar do estilo, sobretudo, vemo-nos impelidos a um salto, que leva a clínica da atividade aos extremos a que a concepção de subjetividades em produção, trazida por Deleuze (1992) conduz. O plano de Clot (2006) em dar à subjetividade um lugar apropriado dentro da psicologia do trabalho aqui provoca seu abalo mais profundo, ao encontrar-se com o pensamento deleuzeano. Este também trabalha o conceito de estilo e, ao abordar essa noção, conjuga-a à noção de devir, escapando ao domínio da história.

Opor o devir à história é desmontar uma pretensa factualidade que nos prende à cronologia, a uma linha reta de fatos sucessivos que só aparecem por terem significação nas tramas hegemônicas de linguagem. A história nos remete sempre a um passado em vista de um futuro, e o presente permanece como ponto inexplicável, não podendo ser abordado.

O devir opera na compossibilidade dos tempos: a vida não é traçada em linha reta, mas flui como rede, produzindo nós, os mais diversos, em que todos os movimentos se fazem presentes de forma virtual, podendo atualizar-se ou não, dependendo da configuração que a rede assume em cada momento. É assim que compreendemos o perigo que ronda sempre os arranjos do gênero, cada vez que a

atividade acontece em uma determinada situação, perigos de endurecimento e abandono.

Os devires que perpassam não são imitação, plágio, cópia de um modelo transcendente, perfeito, generalizável. Os devires formam blocos em que linhas de diferentes movimentos se conjugam, sem, no entanto, consonarem ou, mesmo, trocarem ou se misturarem entre si. Trata-se de algo que se dá sempre ainda fora dessas linhas, mas somente possível a partir dos seus encontros. Ocorre uma evolução a-paralela, uma bifurcação, produção de diferença. Instaura-se uma zona de vizinhanças, em que não há fórmula, apenas incessante trabalho de estrategista agenciando trabalhos menores, sempre inacabados, no campo da atividade.

É preciso considerar que os gêneros são composições híbridas, realmente abertas a outros elementos. Não é possível pensar um gênero profissional fora das relações com outros âmbitos da vida ou, mesmo, furtado aos diversos movimentos que atravessam a vida e a história em todas as suas configurações. Um gênero tem que ser pensado no seu fora, na sua relação com a vida, com a potência desta. Há sempre uma série de gêneros em jogo, em relação (CLOT, 2006). "Os devires são o mais imperceptível, são atos que só podem estar contidos em uma vida e expressos em um estilo. Os estilos, e tampouco os modos de vida, não são construções. No estilo não são as palavras que contam, nem as frases, nem os ritmos e as figuras. Na vida não são as histórias, nem os princípios ou as consequências" (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 11).

O estilo, então, passamos a compreendê-lo como a expressão dos devires, meio de passagem da vida, configurando-se como silêncio ensurdecedor diante das grandes significações que permeiam os acordos prescritos. Não é assim que os gêneros se organizam? Em silencio, sem enunciações específicas, só aparecendo em meio à crise, em embate? É assim que entendemos um gênero fundamentalmente silencioso. Uma vida se dá nas entrelinhas. Os estilos são agenciamentos coletivos de enunciação, conexões entre elementos distintos em

função da expressão dos afetos produzidos nos encontros. O estilo sempre se direciona a um fora, não conserva nenhum sentido em si mesmo. "O estilo dá à escritura um fim exterior que transborda o escrito. E é a mesma coisa: a escritura não tem um fim em si mesma, precisamente porque a vida não é algo pessoal. A escritura tem por único fim a vida, através das combinações que ela faz" (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 14).

Retomando o debate no campo da linguagem — com o qual iniciamos essa conversa —, é por essa via que Deleuze (2006) irá romper completamente com Saussure (1973), estabelecendo a total incongruência entre a linguística e a literatura. Ele opera/efetua o rompimento que Bakhtin (1978, 1984) havia traçado/indicado. Denuncia a presunção do binarismo língua/fala em Saussure. Este, segundo Deleuze (2006), trabalha com a língua, aquela que se escreve, objeto da linguística, como um sistema equilibrado, relegando a heterogeneidade à fala como um ruído, um barulho incômodo que devemos deixar de lado, pois atrapalha o pensamento. Ora, para Deleuze (1987), o pensamento é justamente o que se dá na crise; somente pensamos quando algo nos tira do lugar e incomoda. E é a partir do processo de escrita que Deleuze (2006, p. 9) afirmará "[...] que não há diferença de nível entre língua e fala, mas a língua é feita de todo tipo de correntes heterogêneas em desequilíbrio umas com as outras [...]. Quando se escreve, sabe-se que uma língua é, na verdade, um sistema que está longe do equilíbrio, é um sistema em perpétuo desequilíbrio". Decide, afinal, que para saber o que é estilo não é preciso saber nada de linguística.

É no ato de escritura, na feitura do estilista, que Deleuze (2006) pode sair da dicotomia individual/social que impregna a linguística saussuriana e as ciências do homem modernas. E ao se perguntar o que é o estilo, responde, ainda:

> Um estilo é composto de duas coisas: a língua que falamos e escrevemos passa por um tratamento que é um tratamento artificial,

> voluntário. É um tratamento que mobiliza tudo: a vontade do autor, assim como seus desejos, suas necessidades, etc. A língua sofre um tratamento sintático original. [...] é por isso que um grande estilista não é um conservador da sintaxe. É um criador de sintaxe [...]. Um estilista é alguém que cria em seu idioma uma língua estrangeira (DELEUZE, 2006, p. 10).

Deleuze borra os limites entre a língua e a fala, assim como podemos com ele borrar os limites da atividade em relação ao prescrito. Já havíamos enunciado que o próprio Clot (2006) segue um caminho de imbricar e desmanchar as fronteiras entre o estilo e o gênero, quando os tomamos ambos como atividade coletiva. Agora, fica claro que sob o prescrito também murmuram heterogeneidades e movimentos de ruptura sempre insinuando mudanças. Toda a vida é permeada por devires. E Deleuze (2006, p. 10) descreve esse movimento de crítica e criação no interior da língua:

> Ao mesmo tempo que, sob o primeiro aspecto, a sintaxe por um tratamento deformador, contorcionista, mas necessário, que faz com que a língua na qual se escreve se torne uma língua estrangeira, sob o segundo aspecto, faz-se com que se leve toda a linguagem até um tipo de limite. É o limite que a separa da música. Produz-se uma espécie de música. Quando se conseguem essas duas coisas e se há necessidade para tal, é um estilo.

É esse o critério avaliador fundamental que podemos adotar em nossas análises da atividade que empreendemos ou a que somos convocados a acompanhar: que ritmos, timbres, sons, movimentos de afeto se produzem no coletivo de trabalho? Que potência encerram e que passagens criam para a vida ali presente? A vida no trabalho é avaliada pelo ritmo em que se produz, pela impessoalidade que comporta.

Desse modo, a vida é intimamente conectada ao trabalho nesses ritmos que se interpenetram. O trabalho é espaço de invenção

da vida, um dos seus múltiplos espaços nos diversos movimentos de atividade que se põe a funcionar. Dizemos, portanto, que a atividade não tem fim em si mesma, sua finalidade é a própria vida, o cuidado dessa vida e a permanente criação de si.

Clot (2006, p. 33) nos traz isso ao afirmar que o objeto de uma ação se desenvolve na interpenetração de contextos de atividade e ainda que "[...] para explicar a situação devemos recorrer à heterogeneidade dos mundos sociais, aos conflitos de normas, à pluripertinência dos sujeitos a fim de poder situar-nos nas fontes da ação". Seguimos ainda mais distante com Deleuze (2006). O sujeito nem importa mais como fonte de ação, a subjetividade é produto da atividade. E Clot (2006) tende a todo o momento a essa consideração: o que impregna a atividade é o coletivo, impessoal campo de singularização. Singulares são os acontecimentos, a vida, e não indivíduos ou sujeitos; estes são produção de massa, construções.

Deleuze (2006) afirma ainda que o estilo é justamente a propriedade daqueles dos quais habitualmente se diz "Eles não têm estilo...". Não é assim que a organização científica do trabalho e a filosofia em sua história hegemônica sempre pensaram a arte dos ofícios, o mundo do trabalho? Clot (2000, 2006) percebe esse bloqueio mesmo no campo da ergonomia, ainda considerando os ofícios apenas como função, não assumindo a radicalidade da proposição de que o trabalho é toda a invenção de si e do mundo. O estilo "[...] não é uma estrutura significante, nem uma organização refletida, nem uma inspiração espontânea, nem uma orquestração, nem uma musiquinha" (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 12). Estilo é expressão que perpassa palavras e ações, produzindo gagueira na própria língua.

É por intermédio dessa espécie de gagueira que os trabalhadores se libertam dos recortes de ação delimitados pelo gênero profissional, não o negando, mas utilizando as variâncias que o percorrem como recurso, desenvolvendo-o. Uma ampliação do poder de agir que implica a invenção de novos modos de trabalhar e ser trabalhador — novos modos de trabalhar/subjetivar — capazes de produzir

estratégias de enfrentamento das formas de funcionamento que tentam impedir os movimentos que nos arrastam para além da organização do trabalho. Uma clínica do estilo, como defendemos, busca fazer alianças com essa capacidade que os trabalhadores possuem de singularizar — criar e recriar — as relações com os mundos de trabalho.

REFERÊNCIAS

ARTAUD, A. **O teatro e seu duplo**. Lisboa: Fenda, 1996

BAKHTIN, M. **Le marxisme et la philosophie du langage**. Paris: Points Seuil, 1977.

BAKHTIN, M. **Esthétique et théorie du roman**. Paris: Gallimard, 1978.

BAKHTIN, M. **Esthétique et théorie du roman**. Paris: Gallimard, 1978.

BAKHTIN, M. **Esthétique de la création verbale**. Paris: Gallimard, 1984.

BECKETT, S. **Esperando Godot**. Tradução de Flávio Rangel. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

BERGSON, H. **Matéria e memória**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BRAIT, B. **Bakhtin***:* conceitos chaves. São Paulo: Contexto, 2007.

BRUNER, J. **Savoir faire, savoir dire**. Paris, PUF, 1983.

CARROL, L. **Alice no país das maravilhas**. São Paulo: Ática, 1980.

CLOT, Y.; FAÏTA, D. Genres et styles en analyse du travail. Concepts et méthodes. **Travailler**: Revue Internationale de Psychopathologie et de Psychodynamique du Travail, 4, p. 7-42, 2000.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CRU, D. **Règles de métier, langue de métier**: dimension symbolique au travail et démarche participative de prévention. 1995. Dissertação (Mestrado em Ergonimia) – Ephe, Paris, 1995.

DARRÉ, J. P. Le mouvement des normes, avec Bakhtine et quelques agriculteurs. *In*: DARRÉ, J. P. (org.). **Pairs et experts dans l'agriculture**. Toulouse: Ères, 1994. p. 15-29.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1995a.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia 1. Lisboa: Assírio & Alvim, 1995b. v. II

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2004. v. III

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, G. **Nietzsche e a filosofia**. Porto, Portugal: Rés, 1987.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, G. O abecedário de Gilles Deleuze. **O Estrangeiro**, [*s. l.*], [196-] Disponível em: www.oestrangeiro.net/index.php?option=com_content&task=view&id=67&Itemid=51. Acesso em: 12 maio 2006.

ESPINOSA, B. **Pensamentos metafísicos**: tratado de correção do intelecto; ética, tratado político, correspondência. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os pensadores.

GODARD, J.-L. **Jean-Luc Godard par Jean-Luc Godard**. Paris: l'Etoile, 1985.

HOC, J.-M. **Psychologie cognitive de la planification**. Grenoble: PUG, 1987.

HUME, D. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. São Paulo: Unesp, 2001.

JOUANNEAUX, M. Le moment de l'action. **Performances**, Paris, p. 24-28, set. 1994.

KAFKA, F. **O processo**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LAWRENCE, T. E. **The Letters of T.E. Lawrence**. New York: Doubleday, 1939.

LEPLAT, J. **Regards sur l'activité en situation de travail**. Paris: PUF, 1997.

LUCRECIO CARO, T. **Da natureza**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986.

NIETZSCHE, F. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**. Tradução de Mário da Silva. São Paulo: Círculo do Livro, ([196-].

O PROCESSO. Direção de Orson Welles. Alemanha: VTO Continental, 1963. Longa metragem / P&B, 118 min.

SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1973.

TEDESCO, S. Literatura e clínica: ato de criação e subjetividade. *In*: TEDESCO, S.; MACIEL JÚNIOR, A.; KUPERMAN, D. **Polifonias***:* clínica, política e criação. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005. p. 141-152.

VYGOTSKY, L. [1933]. **Théorie des** émotions: Étude historíco--psychologique. Paris: L'Harmattan, 1998.

VYGOTSKY, L. **Pensée et langage**. Tradução de F. Seve. Troisième édition. Paris: La Dispute, 1997.

Clínica da atividade em uma via Deleuziana: por uma psicologia do trabalho[109]

Maria Elizabeth Barros de Barros
Ana Paula Louzada
Danielle Vasconcelos Teixeira

PROVOCAÇÕES A UM EXERCÍCIO DE PENSAMENTO

O presente artigo é uma tentativa de delineamento teórico-metolológico a partir de uma provocação. Fomos interpeladas a escrevê-lo. E aceitamos essa ousadia de bom grado. O professor e investigador

109 Originalmente publicado na **Revista Informática na Educação**: Teoria & Prática, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 14-27, jan./jun. 2008.

Yves Clot,[110] em um encontro com um grupo de pesquisadores brasileiros, em setembro de 2007, na Universidade Federal Fluminense, convocou-nos a pensar quais os sentidos estamos atribuindo a nossas ferramentas conceituais. Como um analista do trabalho, Clot perguntou insistentemente: como vocês trabalham?

Neste artigo, buscamos tomar o nosso trabalho de pesquisadoras a partir dessa indagação-provocação de Clot: como nós trabalhamos? Como a Clínica da Atividade tem sido ferramenta conceitual-metodológica para nossas investigações? Que acoplamentos traçamos entre seus instrumentos para analisar o real do trabalho e as ferramentas analíticas formuladas por Gilles Deleuze? De que modo essa aliança nos instrumentaliza para analisar o trabalho? Que deslocamentos produzimos?

Assim, ousamos fazer conexões que forçam os limites da abordagem da Clínica da Atividade, pois os conceitos são vivos e é preciso reinventá-los. É nesse desafio que nos lançamos neste artigo. Que Psicologia do Trabalho afirmamos quando operamos como profissionais antenadas com os mundos do trabalho? Que Psicologia? Que trabalho?

Para início de conversa: não identificamos trabalho com assalariamento ou emprego, mas como uma trama, um campo complexo e instável, uma rede de conexões que se produz incessantemente. Postulamos uma compreensão do trabalhar como uma atividade inventiva, criadora de normas, que transborda uma execução mecânica de tarefas, afirmando uma concepção de trabalhador que não se reduz a um autômato reprodutor de normas prescritas e técnicas de trabalho predeterminadas.

Partimos do princípio de que os trabalhadores para realizarem as tarefas definidas nos ambientes laborais, acordadas com a chefia e

110 Titular da disciplina de Psicologia do Trabalho no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM), que nos últimos anos vem desenvolvendo estudos acerca do trabalho na perspectiva de uma Clínica da Atividade.

com os demais companheiros, elaboram, a cada situação que se coloca, o melhor modo de trabalhar, improvisam ações, criam um modo de organizar o trabalho, uma forma específica de agir, de se relacionar com os colegas e de estabelecer regras específicas na divisão de tarefas. Além disso, o trabalho é constituído por um conjunto de atividades simultâneas, que possuem características diferentes e são exercidas por trabalhadores de diversas áreas, com saberes e experiências específicas. A atividade do trabalho, portanto, é submetida a uma regulação que se efetiva entre os trabalhadores, em uma dinâmica que se realiza a partir de diferentes valores.

A Clínica da Atividade é tomada por nós como uma importante aliada, uma vez que nos auxilia na criação de estratégias de afirmação da potência do trabalho como capacidade da vida em diferir, em produzir o novo, em criar sujeitos e mundos; e para tal, apropriamo-nos dessa abordagem, "sujando-a". Assim como os humanos "sujam" com suas marcas pessoais e coletivas as suas atividades laborais, "sujamos" as propostas de Clot, quando não repetimos apenas as suas instruções, quando delas nos apropriamos para fazer *rizomar* esses suportes teórico-metodológicos com a perspectiva ética-estética-política de Deleuze.

A escolha de Deleuze se fez não só por considerá-lo um pensador instigante, que nos força a pensar,[111] mas, principalmente, pela desmedida de sua abordagem, que arrasta o instituído para o "vazio do porvir" (MAIA, 2006). Por outro lado, percebemos que os postulados de Yves Clot, na Clínica da Atividade, e de Deleuze se atravessam, e essa intercessão pode ser muito interessante no traçado de um outro modo de operar no campo da nomeada psicologia do trabalho.

---

111 Aqui, referimo-nos às provocações de Deleuze (2005) quando, em Diferença e Repetição, coloca em questão uma forma dogmática de pensamento que prioriza a resolução de problemas colocados na sociedade, incitando-nos a problematizar as situações vividas, interrogando-as nas suas pretensões de verdades inquestionáveis.

O próprio Clot (2007) faz referência a Deleuze, retomando uma afirmação deleuziana: "sempre existe na organização do trabalho mecanismos para impedir o movimento" e afirma que o propósito da Clínica da Atividade é se colocar no movimento para ir além da organização do trabalho. Para Clot (2007), autores como Deleuze e Foucault nos ajudam a pensar a questão da atividade e da subjetividade no trabalho, quando afirmam que não basta protestar, mas afirmar o movimento. A principal crítica que tem sido feita à organização do trabalho é, exatamente, uma forma de funcionamento que tenta impedir a passagem do vivido. Clot reafirma a importância de considerarmos os trabalhadores como protagonistas da transformação.

A PSICOLOGIA DO TRABALHO: PRÁTICAS ADAPTATIVAS?

Historicamente, a psicologia propiciou, no âmbito dos mundos do trabalho, a consolidação de um modelo gerencial que visava excluir o trabalhador da concepção do trabalho, na tentativa de efetuar a separação entre saber/fazer: à gerência, planejar, e aos operários, pura "mão de obra", executar. Caberia à psicologia o exercício de uma adequação do trabalhador a um posto de trabalho de antemão conhecido e demarcado, como se houvesse um cargo desprovido daquele que o ocupa. Durante o século XX, foram desenvolvidas estratégias de recrutamento, seleção, treinamento, análise de desempenho com esse intuito.

Dessa maneira, uma psicologia adaptativa contribuiu diretamente com a Organização Científica do Trabalho, no sentido de produzir trabalhadores adaptados a um fazer parcelado, mecanizado, em uma tentativa de destituir o trabalho de sentidos outros, que não aqueles já previstos pelo planejamento do trabalho (ATHAYDE, 1999).

O trabalho tornado mecanizado exigiria um trabalhador também mecanizado em seus devidos códigos profissionais, em suas ações ensaiadas/treinadas, em sua cognição minuciosamente separada de valores, sentimentos ou outros atravessamentos

considerados perigosamente perturbadores de um curso antevisto da atividade profissional.

Os trabalhadores, como engrenagens, deveriam corresponder automaticamente aos comandos das chefias. Esse trabalho automatizado e padronizado, "sem conteúdo subjetivo", ou sem participação efetiva do trabalhador, sem seus afetos e cognição, nunca existiu de fato. Nenhum trabalho, por mais simples que seja, encontra no corpo do "executante" um autômato. À organização formal, os trabalhadores respondem com uma contraorganização, ao mesmo tempo resistência (no sentido afirmativo e negativo do termo) e contraditoriamente com a viabilização das atividades prescritas (ATHAYDE, 1999).

Uma psicologia adaptativa, dirigida à prescrição e ao ajustamento, pretensamente isenta dos processos de históricos e políticos, não se abre ao inusitado do trabalho, aos sentimentos que ele provoca e mobiliza, aos sentidos que cada sujeito atribui ao seu trabalho. Uma psicologia que não escuta a pergunta: qual a função do trabalho para aquele que o exerce?

Certamente, não são tais práticas adaptativas que desejamos. Faz-se urgente a viabilização de uma psicologia do trabalho, diretamente comprometida com a análise dos processos de produção de saúde/trabalhador; uma outra via orientada para a afirmação e expansão da vida.

Nesse sentido, vários estudos, com diferentes abordagens teóricas e metodológicas, vêm sendo desenvolvidos, principalmente a partir dos anos 80/90, na França, com o intuito de produzir ferramentas teórico-metodológicas para a análise do trabalho. Nessa direção, podem ser citados: a Ergonomia Francesa, a Ergologia, a Psicodinâmica do Trabalho e, mais recentemente, a Clínica da Atividade. Essas abordagens não se restringem à psicologia, não são específicas ao seu "domínio". Envolvem diferentes áreas, instrumentaliza engenheiros, administradores, enfermeiros, médicos, entre outros. Para a psicologia, ressoam como possibilidades de reinvenção de nossas práticas. Neste artigo, especificamente, estamos interessadas em

afirmar o quanto a Clínica da Atividade, entrecortada pelo viés analítico deleuziano, potencializa-nos a tecer um novo modo de intervir nas situações de trabalho.

CLÍNICA-POLÍTICA: TRABALHO E SUBJETIVIDADE

Usualmente, a palavra clínica em psicologia traz um suposto cenário de neutralidade, um palco para os problemas psíquicos, uma composição intimista à meia-luz para dar vazão aos dramas individuais. Pensar o trabalho como uma clínica, e uma clínica subjetiva, rompe com essa composição. Esse lugar quase sagrado, intocável, sem cheiro das ruas, das massas é estilhaçado, fazendo-se em mil pedaços, dando voz a uma clínica como produção da diferença, como desabitando o solo dos conflitos "intrapsíquicos", tomando a clínica como política, "[...] entendendo a política como expressão de forças coletivas que, ao permear a vida, produzem os humanos dessa ou daquela maneira" (COIMBRA, 2005, p. 42).

Ao interrogarmos essa dimensão política, o lugar em que o psicólogo se coloca e é colocado, ou seja, como aquele autorizado a lidar com a dimensão subjetiva do trabalho, jogamo-nos em uma viagem cartográfica, em uma experimentação que busca linhas que recusam esse lugar cristalizado de especialista do funcionamento dos humanos em situação de trabalho. Como recusar a esse "mandato social"[112] que atribui ao psicólogo do trabalho controlar, docilizar, esse "fator humano", fator que indica a inviabilidade de considerar homens e mulheres como máquinas? E mais, se afirmamos a potência da vida, como investir em práticas que não nos anestesiem e nos tornem

112 Expressão utilizada por Lourau (1981) no âmbito da Análise Institucional para se referir à forma como se define as atribuições dos diferentes profissionais, seu viés ideológico, visando à perpetuação do *status quo*. A análise do mandato social, sua recusa, significa problematizar esse lugar instituído produzindo deslocamentos que viabilizem práticas instituintes.

insensíveis ao que se passa nos mundos do trabalho, insensíveis ao que nos dizem aqueles que se "sujam" cotidianamente nos ambientes laborais. Como nos diz Maia (2006, p. 68): "[...] tudo uma urgente questão de implicação, pois não fazer escolhas, se deixar levar pelos acontecimentos, já é ter escolhido".

Questionamos os especialismos, portanto, pela relação interceptora que estabelecem quando tentam silenciar a voz do trabalhador, quando perseguem o enfraquecimento da força instituinte do saber dos trabalhadores, mesmo quando isso não se coloca de forma explícita, mas pela maneira de conduzir as intervenções. Em uma outra direção, uma ação intercessora, e não interceptora (MAIA, 2006), afirma o outro na sua diferença, os processos de singularização, de tal forma que não seja apenas o critério científico o que vai interferir ou decidir os impasses presentes na complexidade dos mundos do trabalho.

A direção que indicamos para uma Psicologia construída na interlocução com a Clínica da Atividade é, assim, a de cartografar os processos de trabalho; construir novos sentidos que possam se constituir como linhas que fogem do modelo hegemônico proposto para os profissionais Psi, seu mandato social, criando outras direções e, nessa construção, efetuar uma cartografia com os trabalhadores acerca do trabalhar.

Para Deleuze (1997), cartografar, traçar mapas, é delinear modos de expressão ocupados por afetos, por constelações afetivas, por devires. Como analista do trabalho, trata-se de deixar de tomar as atividades como expressão de uma subjetividade identitária ou uma sujeição *a priori*, já conhecida, para ousar cartografar novas configurações afetivas, tomar um trabalho como possibilidade de expressão de uma subjetividade em sua diferença. Cartografia, então, como um caminho metodológico que se constitui como uma descrição funcional, o que não significa descrever-catalogar, e, sim, intervir-transformar. Processo que se constrói na medida em que se põe em marcha, mapeando linhas de forças, abrindo-se para a experiência, que tem o

sentido do *clinamen*, ou seja, de um desvio criador. Portanto, transformar para compreender, proposta de uma clínica como um fazer político/coletivo.

É nesse ponto que aceitamos o desafio que nos coloca Clot: desenhar as ferramentas que permitam um afastamento desse lugar do especialismo, partindo de uma Clínica Transversal; clínica como *clinamen*, de uma linhagem do materialismo epicurista e desenvolvida por Lucrécio, que diz que os átomos, em virtude do seu peso e velocidade, e não como intervenção divina, ao caírem no vazio, na sua colisão, provoca desvios que, então, engendram tudo quanto existe. As coisas e os movimentos se criam por um mecanismo sem qualquer regra de tempo ou de lugar (ATHAYDE; FIGUEIREDO, 2004).

Nessa perspectiva, entendemos que, além de uma atitude de acolhimento, expressa no inclinar-se em direção ao doente (*klino)*, a clínica porta também essa dimensão de desvio criativo (*clinamen)*, que faz do ato clínico uma relação intercessora, colocando-se no lugar de passagem, abrindo-se para o diferir que se produz nesse encontro de corpos que, em interferência mútua, criam mundos possíveis, construídos na abertura do afetar e do se deixar ser afetado por esta experiência.

> Uma clínica então que visita o outro em sua diferença, que se abre para a experiência do contemporâneo, no qual se dá o encontro, e opta por não reduzir esta experiência a um modelo predeterminado, mas que busca neste não-lugar de passagem, que é ao mesmo tempo lugar de atravessamentos múltiplos, a aposta na afirmação da potência criativa dos corpos. Clínica nunca dada de todo, sempre por ser construída, aberta à experiência (MAIA, 2006, p. 68).

Partindo dessa concepção de clínica, postulamos uma psicologia do trabalho como clínica do trabalho, que busca deslocar o analista para esse não lugar. Uma abordagem clínica do trabalho que produz intervenção

e cria novos territórios existenciais. Em consequência, a análise do trabalho só se efetivará como um espaço de diálogo, de encontros, de experiência compartilhada, afirmando-se a inseparabilidade do conhecer e do fazer. Uma clínica do trabalho, portanto, que nos coloca de passagem, coloca-nos entre, evitando reduzir o trabalho vivo a padrões abstratos de conhecimento e de apreensão de uma realidade já dada.

Portanto, ao adotar a expressão clínica, não nos reportamos a qualquer teoria do sujeito, mas a esse caráter sempre enigmático e singular do trabalho. "Um regime de co-produção, engajando em um espaço de colaboração dos meios de trabalho/racionalidade da ação e o meio científico racionalidade/científica" (ATHAYDE; FIGUEIREDO, 2004, p. 245).

Clínica do trabalho, clínica da atividade. Atividade como algo mais do que a tarefa realizada, passível de descrição para fins de análises científicas, mas constituída, também, pelos conflitos que o trabalho vivo atualiza, realizado entre intenções concorrentes. Uma clínica que opera na interlocução com diferentes regimes de produção de saberes. Assim sendo, a atividade exige a mobilização física e psíquica do trabalhador em um meio[113] em constante variação. Para realizar o seu trabalho, os humanos fazem escolhas, tomam decisões, improvisam, o que só se efetiva com desvios criativos que viabilizam a realização da tarefa prescrita. Dessa forma, concordamos com Maia (2006, p. 200), quando afirma que a

> [...] atividade, com seus desvios criativos convocam a fábrica da subjetividade a entrar em ação, como sendo o corpo invisível do trabalho, [...] que a exploração atual incide sobre este corpo

113 Meio aqui não é tomado como da ordem do já dado e que interfere na ação humana, determinando-a. A direção que afirmamos considera que ele se constitui em "meio" a processos históricos, políticos, sociais, econômicos, culturais produzidos pelos humanos, são constituidores de formas de existência efetiva-se em um processo de coengendramento do trabalhador e do meio, onde não há antecedência possível.

> invisível, controlando seu potencial inventivo e, se entendo o trabalho como uma produção desejante, entre outras, processada pelas corporizações, nome que dou aos agenciamentos, a exploração é a constante tentativa da captura do desejo, impedindo-o de singularizar, bloqueando sua natureza revolucionária.

Segundo Clot (2006), o trabalho não é uma atividade[114] entre outras, pois ele exerce uma função psicológica específica. O trabalho é entendido como uma atividade dirigida, pois é [...] dirigida pelo sujeito, para o objeto e para a atividade dos outros" (CLOT, 2006, p. 78).

Para a Clínica da Atividade, temos que considerar a subjetividade como um ponto necessário para se olhar o trabalho, pois nenhuma atividade é organizada somente pelas prescrições; ela é organizada por aqueles que o realizam. Há necessariamente em cada ato de trabalho um viés coletivo.

Não basta, assim, afirmar que o trabalho é atravessado pela subjetividade, mas que modos de subjetivação estão em curso. Sem dúvida, o trabalho no capitalismo é lugar de sujeição, de individualização, de exploração, de marcações identitárias. A isso a psicologia adaptativa correspondeu e corroborou. No entanto, as atividades laborais também escapam à sujeição, escorrem entre as mãos do poder instituído, fazem-se como um meio de diferir, de resistir às cooptações.

De acordo com Clot (2007), importa interrogar o sujeito sobre sua atividade, confrontando-o com seu fazer, reportando aos modos pelos quais realiza tais ações e deixa de realizar tantas outras. Essa interrogação é uma intervenção clínica: de que modo aquele sujeito, no exercício de seu ofício, em meio a um conjunto de regras e valores,

---

114 Ao desenvolver a noção de trabalho como uma atividade dirigida e uma psicologia do trabalho como uma clínica, Clot (2006) lança mão dos referenciais teóricos da psicologia de filiação russa fundada por Vygotsky e dos conceitos empregados por Bakhtin.

assume fazer de tal modo e não de outro, exige uma análise que remete a fazeres coletivos. Desse modo, analisar o trabalho, analisar um fazer, implica em cartografar, em acompanhar seus contornos, acompanhar seus desenhos e movimentos, explorar seus meios e trajetos.

Postulamos, dessa forma, que o psicólogo do trabalho realize intervenções, na qual a clínica está sempre por ser construída. Intervenções que tenham como princípio ético-político o estudo da atividade visando à sua transformação, o que envolve mobilização subjetiva. Clínica, nesse sentido, reafirmamos, refere-se a uma dimensão que atravessa os sujeitos em ato e é marcada, necessariamente, por um fazer coletivo. Trata-se de afirmar a importância da subjetividade, seu lugar — ou seu não lugar, habitando o entre, o meio — nas análises do trabalho. Afirmamos a impossibilidade de um fazer sem corpo, sem afetos. Mas isso não remete de forma alguma a uma clínica privatista ou de cuidados individualizados. Nunca se trabalha só. A solidão, ser deixado apenas diante de si nas atividades laborais, é vivida como sofrimento.

DIMENSÕES DA ATIVIDADE: PLANOS MOLAR E MOLECULAR

Diremos que o conceito de trabalho é entendido como uma atividade histórica, construída e reconstruída na e em cada situação com a qual o trabalhador se defronta. A atividade é sempre mais do que um simples gesto realizado que observamos diretamente; envolve, também, "[...] além do que foi realizado, o que não foi feito, o que é feito para não fazer, o que se gostaria de fazer e o que deveria ser feito" (CLOT, 2006, p. 28).

Entre o que está prescrito pela organização do trabalho e o que é efetivamente realizado, há sempre um deslocamento, uma (re)criação, o que viabiliza a realização da tarefa. Os trabalhadores, coletivamente, são capazes de inovações, de produzir regras, não se submetendo inteiramente a elas. Trata-se de uma negociação permanente da

atividade, negociação com as normas prescritas, com os outros trabalhadores, com valores, existe sempre, está marcada por situações conflituosas, mas está presente mesmo nas situações de "trabalho dominado" (SELLIGMAN-SILVA, 1994).

Toda atividade é pessoal, um jogo acionado pelos saberes e estratégias acionados pelo sujeito em ato; ao mesmo tempo, esse ato é interpessoal pelo fato de ser uma atividade dirigida para os outros, pois "[...] sem destinatário a atividade perde o seu sentido" (CLOT; LEPLAT, 2005, p. 310). Para Clot (1999), esse processo, coletivo e singular, é o que sustenta o sentido do trabalho para o trabalhador. Quando os limites são tantos que o desenvolvimento coletivo e singular fica impedido, os custos para o processo de saúde e doença são altos, podendo entrar em cena o sofrimento patogênico.[115]

Entretanto, essas duas dimensões são atravessadas por uma organização do trabalho, que independe dos atos individuais e interpessoais. Nenhuma atividade é programada apenas em termos das necessidades ou decisões daquele que a exerce, nem mesmo em função de seus pares. Há, na atividade, uma dimensão "esfriada", "endurecida" por normas, valores sedimentados em um aspecto impessoal.

Se tomarmos uma atividade de um professor, por exemplo, no exercício de uma aula, poderemos perceber o entrelaçamento dessas dimensões: há um aspecto impessoal, o que se exige desse professor pela organização espaço-temporal escolar: controle da turma, não permitir excessos de ruídos, entrada e saída de alunos, "prender" a atenção da turma, transmitir conhecimentos previstos de antemão, falar de determinado modo, utilizar determinados recursos, entre tantos outros. Essa dimensão impessoal é preenchida de um

115 O sofrimento patogênico é aquele que não produz deslocamento, mas paralisia, diminuição de potência. Em algumas situações, o sofrimento nos arranca violentamente de lugares estáveis e nos lançam e nos força a experimentar outros modos de viver, de experimentar, faz-nos ousar e não ter medo de diferir. Diríamos sofrimento criador.

modo singular, não há pura repetição. De algum modo, um professor apodera-se dessa dimensão, imprimindo-lhe uma marca, uma certa cadência pessoal. Ao mesmo tempo, essa cadência alia-se à do professor na sala ao lado. Como ele faria essa aula? Como ele responderia a uma situação inusitada enfrentada naquela aula? Quais os sentidos que os alunos atribuem ao seu fazer? Nesse sentido, a atividade também é interpessoal.

Para Clot (2006), essas dimensões não bastam. Entre a atividade "esfriada", prescrita, do como se deve executar determinadas tarefas, entre o fazer "quente", "do suor na camisa" da atividade viva e a busca de sentido em um outro para o qual se dirige a tarefa, há uma dimensão transpessoal, atravessada pela história coletiva do trabalho: a atividade pessoal resulta (também) dos recursos mobilizados e transmitidos pelos mais experientes e pela possibilidade de serem transmitidos aos mais novos.

Os modos de subjetivação contemporâneos buscam deixar o sujeito só em face da prescrição do trabalho. Deixando a cada um a definição do agir face à dimensão impessoal da tarefa. Atualmente, o trabalhador é convocado a participar; ser versátil e flexível tornaram-se o grande lema. Atente-se aos valores da organização, afirmam os especialistas. É exigida desse trabalhador uma participação intensiva devidamente moldada ao ambiente de trabalho (FONSECA, 2002).

Uma empresa privada do ensino superior, por exemplo, convoca os seus docentes a participar intensamente do ensino, criando uma ferramenta on-line por meio da qual se estrutura um segundo ambiente de aprendizagem, o antes e o depois da sala de aula, estendendo o tempo hora-aula; e o argumento é de que todo professor planeja a sua aula e sabe como avaliá-la, tratando-se apenas de tornar essa antes e pós-aula disponível com antecedência para os alunos. Convocação intensiva de trabalho. Nessa mesma empresa, durante a implantação desse sistema de um segundo ambiente de aprendizagem, convoca-se a todos os seus docentes a assumir maior carga horária de trabalho, aqueles que permaneceram após uma drástica

redução do quadro de docentes, em nome de uma sustentabilidade, em face de um mercado educacional saturado com a proliferação de vagas. Convocação intensiva. Dimensão impessoal, pois é fato que o segundo ambiente será criado, é fato assumir maior carga horária. Mas essa dimensão não é suficiente para analisar como cada docente redimensiona essa convocação. A que custo decidem como "alimentar", tornar disponível seu planejamento via on-line e a convocação a assumir maior carga horária. Cada um responde a essas convocações de modo pessoal.

Ser deixado só face a essa convocação fragiliza esse trabalhador. Para Clot (2006), importa pensar como essas duas dimensões, pessoal e impessoal, precisam ser entrecortadas como suportes para a ação e, então, intervêm a dimensão interpessoal e a transpessoal. Não basta inventar, é necessário que a invenção seja uma estratégia compartilhada por um coletivo. Um coletivo entendido como plano de coengendramento e de criação, superando a dicotomia e uma lógica que toma os seres e as instituições como dados *a priori*, sem levar em conta os processos que os engendram. Portanto, um coletivo que parte de uma outra lógica — uma lógica atenta ao engendramento, ao processo que antecede, integra e constitui os seres (KASTRUP; ESCÓCIA, 2005).

Os antecedentes da atividade, os componentes que a pré-definem, pré-organizam, não se resumem a uma memória pessoal incorporada por um sujeito em ato. Envolvem também uma segunda memória, objetiva e impessoal, "[...] que confere uma dada forma à atividade em situação: maneira de comportar-se, maneira de exprimir-se, maneiras de começar uma atividade e acabá-la, maneiras de conduzi-la eficazmente a seu objetivo em contanto com os outros" (CLOT, 2006, p. 49).

A essa memória, Clot (2006) nomeia de gênero profissional. Uma memória que precisa ser entendida mais como movimento do que como estado. É processual. Um gênero nunca se encontra acabado, pois engloba a história de fazeres e saberes compartilhados por sujeitos em atividade dirigida em um local de trabalho.

> O gênero pode ser entendido como um corpo intermediário entre os sujeitos, um interposto social situado entre eles, por um lado, e entre eles e os objetos de trabalho, por outro. De fato, um gênero sempre vincula entre si os que participam de uma situação, como co-atores que conhecem, compreendem e avaliam essa situação da mesma maneira. A atividade que se realiza num gênero dado tem uma parte explícita e outra parte "sub-entendida". A parte subentendida da atividade é aquilo que os trabalhadores de um meio dado conhecem e vêem, esperam e reconhecem, apreciam ou temem; é o que lhes é comum e que os reúne em condições reais de vida; o que eles sabem que devem fazer graças a uma comunidade avaliações pressupostas, sem que seja necessário re-especificar a tarefa cada vez que ela se apresenta. É como uma "senha" conhecida apenas por aqueles que pertencem ao mesmo horizonte social e profissional. Para serem eficazes, elas são econômicas e, na maioria das vezes, sequer são enunciadas. Entrem na carne dos profissionais, pré-organizam suas operações e seu comportamento (CLOT, 2006, p. 41).

Assim, o gênero é obra aberta, que se constitui processualmente, arrasta a memória impessoal, em um movimento que é ação transvalorativa posta em execução pelo trabalhador que singulariza o gênero com seu estilo e, ao mesmo tempo, coletiviza o seu saber-fazer. Em uma singularização e coletivização simultâneas emerge um novo ser: o corpo invisível do trabalho.

Como inacabado, processual, o "[...] gênero não é um corpus ou uma tábua de leis" (CLOT, 2006, p. 47). Ele dá o tom da ação. Permite que um trabalhador não erre sozinho, o gênero lhes serve de recurso para enfrentar o real. "Sem o gênero o sujeito fica só diante de si mesmo" (CLOT, 2006, p. 49). Os gêneros profissionais são modos de apreensão de saberes, [...] "recurso para evitar errar por si só diante da extensão das tolices possíveis" (CLOT, 2006, p. 47).

Na direção que tomamos esse conceito, consideramos que o gênero nos remete a um plano coletivo de constituição do trabalho, ao qual o trabalhador recorre fazendo frente às variabilidades que se apresentem (CLOT, 2006). É o gênero profissional que permite que a análise dos coletivos de trabalho sejam feitas considerando esse dispositivo aberto de regras impessoais, historicamente construído, ao qual os trabalhadores de uma determinada categoria profissional se refere nas relações de trabalho, utilizado como forma de agir singularizada, e que conta a história do grupo e a memória impessoal dos ambientes de trabalho.

Coletivo e singular não se desvencilham. Toda atividade de trabalho pode, então, ser entendida como encontros, encontro de ideias, de experiências, de corpos, em um processo complexo de possibilidades que demandam escolhas, inclui valores e é, portanto, atividade de criação. Tem-se, assim, o trabalho concebido como obra de arte; uma afirmação da dimensão estética do trabalho.

Mais um atravessamento da perspectiva de Clot com as afirmações deleuzianas, pois esse processo se efetiva em m plano micropolítico, conforme conceitua Deleuze e Guattari (1997), e indica um caminho que ao movimentar-se na duração, retira o caráter aparentemente estável das organizações, ampliando suas possibilidades de mobilidade, utilizando esse movimento para modificá-las.

O trabalho e o trabalhador não se reduzem ao que Deleuze e Guattari (1997) chamaram plano molar. O trabalhador enfocado pela Psicologia do Trabalho toma como referência apenas ao plano de organização, do que está constituído. No entanto, um *trabalhador molecular*, que se constitui no plano micropolítico só pode ser considerado se, além do plano macropolítico, tomarmos como referência também o plano de composição, de constituição das formas. Arriscaríamos dizer que também Clot em suas formulações não se limita ao trabalhador molar, mas acompanha também um *trabalhador molecular*.

Realçar essa dimensão do trabalho, que afeta e contagia aquele que trabalha, e não se reduz às tarefas prescritas, é falar de um modo

de trabalhar que se deixa levar por um devir, isto é, um processo sem programa prévio, explorando e deixando-se contagiar pelo movimento de criação inerente aos processos de trabalho. Para Deleuze e Guattari (1995), o homem é uma figura molar, uma forma. Sua entrada em devir está na possibilidade de acessar o plano molecular, que só se faz por meio de devires, ou seja, de velocidades e lentidões que se encontram no plano de composição.

Encontramos nesse ponto uma perspectiva que se aproxima da perspectiva da Clínica da Atividade, uma possível intercessão. Pensar o devir do trabalho e do trabalhador em lugar de estudar o trabalho tendo como ponto de chegada e/ou de partida, uma forma trabalho já dada. Eis aí a inversão radical que se evidencia quando confrontamos tal direção de análise com algumas abordagens no campo da Psicologia do Trabalho. De um plano a outro, as abordagens sobre o trabalho no campo da Psicologia têm adotado, preferencialmente, o modelo da territorialização. As perturbações e instabilidades que têm lugar nos processos de trabalho constituem movimentos de desterritorialização relativa, pois desembocam em compensações e apenas ganham sentido quando constituem um retorno a um equilíbrio. Mesmo quando esse equilíbrio é considerado, toma feições de um equilíbrio com ênfase nas formas territorializadas. Em contrapartida, o conceito de devir formulado por Deleuze e Guattari (1995) orienta a investigação nos mundos do trabalho para um movimento de desterritorialização, de fuga e desmanchamento das formas. Tomá-lo como ponto de partida em nossas análises no âmbito da Clínica da Atividade, significa deixar de pensar o processo de transformação temporal, a partir das formas que dele resultam, ou seja, o processo por meio do produto, o movimento pela paralisia, a invenção pelo invento. A complexidade dos mundos do trabalho, reafirmamos, advém dessas duas dimensões — molar e molecular — que são irredutíveis uma à outra.

Pesquisas em Psicologia do Trabalho têm priorizado as estruturas ou formas molares que correspondem à territorialização dos

processos. Tais formas dotam o trabalho de uma estabilidade relativa e sem elas o devir, entendido como movimento de desterritorialização, não se efetivaria. É inquestionável a necessidade de que existam formas, pois não há devir, senão das formas. No entanto, os processos de trabalho, por sua complexidade, exigem uma psicologia igualmente complexa que, além das formas e estruturas que constituem os mundos do trabalho, acesse o devir que, ao invés de pautarem-se apenas no plano de organização, acolha em seu campo de investigação os movimentos involutivos, dissipativos, de desmanchamento das formas constituídas e que evidenciam, de maneira às vezes sutil, a dimensão molecular dos processos de trabalho e seu enraizamento no plano de composição (KASTRUP, 2005). Aqui, avançamos na tarefa de "sujar" a Clínica da Atividade.

O trabalhador constitui a atividade e é constituído por ela, produtor e produto não se divorciam. Territorializações, desterritorializações, reterritorializações. Desmachamento de territórios, constituição de outros. Plano molar, plano molecular. Então, se a dimensão vivida do trabalho é sempre uma criação, uma novidade, não pode ser apreendida inteiramente em palavras e escapa a qualquer tentativa de descrição, uma vez que é da ordem do inesperado, não consegue se expressar em palavras.

GÊNEROS E ESTILILIZAÇÕES

De que modo podemos entrelaçar os apontamentos de Clot e Deleuze sobre gênero e estilo em uma direção ética-estética-política? Iremos tatear uma aproximação, sem esquecermos das divergências filosóficas que afastam esses autores. Vejamos alguns exemplos desses processos de estilização.

Clot (2006) nos apresenta a experiência de algumas operárias que aprenderam a consertar as máquinas, mesmo burlando as regras de segurança, de não se aproximar dos painéis de controle, pois isso implicava menos pausa no tempo de produção e, consequentemente,

aumento de produção, com uma menor dependência da equipe de manutenção. O gênero apoia "os erros coletivos". Para Clot (2006, p. 64), é como se o gênero dissesse: "[...] não é para fazer isso, mas isso ajuda todo mundo". Acordos tácitos compartilhados.

Ao relatar o trabalho dos cortadores de pedra parisiense, D. Cru, citado por Clot (2006), aponta para regras fundamentais implícitas na execução das atividades: cada um termina o trabalho que começa; cada um trabalha com suas próprias ferramentas; controle do tempo: nem correr, nem adormecer; cada um pode circular por todo o canteiro. E os novos operários? Cada iniciante "[...] entra num universo de signos que deverá aprender a perceber e a interpretar, às vezes em detrimento de si, sem grande explicação da parte de quem quer que seja" (CLOT, 2006, p. 47).

Como já indicamos, a flexibilidade do gênero depende diretamente de ser realimentado por novos fazeres de algum modo pessoal. Outro exemplo que nos ajuda a pensar tal a flexibilidade como processual foi vivido em Vitória-ES. Em uma roleta de um ônibus em Vitória, o trocador, portador de deficiência em uma das mãos, para liberar a roleta, prendeu o cartão com um elástico, mantendo o cartão fixo no dorso da mão, apenas aproximando-a do leitor, com isso, economizando uma sobrecarga da outra mão, que, devido à deficiência, deveria dar o troco e liberar a roleta. O uso do elástico inicialmente não estava previsto no gênero profissional. Até mesmo porque a introdução dessa tecnologia é recente. Após algum tempo, vários outros trocadores, não deficientes, utilizam o mesmo elástico.

Ao definir as fronteiras móveis do aceitável e inaceitável no trabalho, ao pré-organizar as ações (CLOT, 2006), o gênero convoca a um refazer as regras, exige um estilo pessoal, uma cadência. Uma dupla vida do estilo, fazer o que há de se fazer — impessoal — e ao mesmo tempo imprimir um modo próprio — pessoal. No decurso da ação, esses modos impessoais e pessoais são impossíveis de serem delimitados. Quanto mais se conhece o gênero, maior o controle do trabalhador para libertar-se dele, maior a possibilidade de criação estilística.

> O estilo retira ou liberta o profissional do gênero não negando este último, não contra ele, mas graças a ele, usando seus recursos, suas variantes, em outros termos por meio de seu desenvolvimento, impelindo-o a renovar-se. O conhecimento dos gêneros profissionais mostra-se, portanto indispensável à psicologia do trabalho e esta deseja ter uma oportunidade de compreender os estilos (CLOT, 2006, p. 41).

A plasticidade dos gêneros depende dos estilos. O inverso também é verdadeiro. O gênero retroage sobre os estilos. Pois o gênero é sempre o mesmo, e outro, sempre velho e novo ao mesmo tempo. É assim que ele garante a continuidade do trabalho. Aqui, podemos mais uma vez fazer derivar a obra de Yves Clot no que poderíamos nomear com Deleuze como uma "vontade de estilo".

Os mapas de trajetos nos processos de trabalho se constituem por meio de qualidades, substâncias, potências e acontecimentos. Como diz Deleuze (1997): o trajeto confunde-se não apenas com os que o percorrem, mas também com o próprio meio percorrido, na medida em que sujeito e meio se coengendram. Viver-pensar o mundo a partir de mapas, e neles criar, desmanchar, construir, transformar, implica paisagens, continentes, cor, movimento, acontecimento. Essa direção ético-política de análise procura a força dos deslocamentos, avalia impasses, relações com outros mapas e situações, entradas e saídas; essa direção de análise trabalha com trajetos e devires, preocupa-se com a mobilização dos deslocamentos em mapas e os trajetos considerados em sua extensão, intensidade, densidade. O que oferece sustentação aos trajetos são os devires. Devires e trajetos.

Os trabalhadores fazem, dizem, inventam, estão em devir; exprimem-se de modos singulares nesses trajetos e devires, criam mapas extensivos e intensivos, e o devir na sua viagem relâmpago não conserva nada de pessoal, nem de racional, mas do que esse estado de criação ininterrupta. É esse estado que garante ao indivíduo uma possibilidade de estilo, pela qual se orienta, e que lhe permite criar.

Desse modo, o estilo é a decomposição e a destruição das formas instituídas de trabalhar, como destruição de uma língua. A tônica do estilo é o estranhamento.

Em diferentes graus de estranhamento, podem surgir dentro da língua uma nova língua, estrangeira e, ao mesmo tempo, não estrangeira. Devir não é encontrar uma fórmula, mas poder exprimir os imprevistos, instaurar zonas de vizinhanças com não importa o quê, desde que se criem estratégias para tal. Por estilizações, trata-se, então, de se agenciar um trabalho menor, sempre em devir, sempre inacabado.

Criar estilo é criar sintaxe. Sintaxe que passa por um tratamento "deformador, contorcionista", que faz com que a língua na qual se escreve se torne uma língua estrangeira, é levar a linguagem a um tipo de limite. Em Deleuze (2005), portanto, produzir/acoplar um estilo é agenciar uma língua menor, um trabalho menor, que não é prescrição dentro da prescrição e nos permite perceber seus pontos de ruptura e subversão.

Para Clot (2006, p. 40), somente "[...] no momento em que é perturbado que o gênero é visto". Para ele, é preciso cuidar do gênero, pois isso, implica na constituição das possibilidades de ação, constituem um espaço comum, para além das estratégias individuais. A sua "ausência" ou fragilidade expõem o trabalhador, deixando-o só ou deixando errar sozinho.

> A saúde se degrada no ambiente de trabalho sempre que um coletivo profissional torna-se uma coleção de indivíduos expostos ao isolamento. A saúde se degrada, na verdade, quando deixa de haver a ação de civilização do real, a qual um coletivo profissional deve proceder a cada vez que o trabalho, por seus imprevistos, põe esse coletivo a descoberto. Dito de outra forma, a saúde se degrada quando a história do gênero profissional se encontra suspensa. Quando, para dizer ainda de outro modo, a produção coletiva das expectativas genéricas do ofício é posta em

> sofrimento. Cada um individualmente se encontra então confrontado às más surpresas de uma organização do trabalho que deixa "sem voz" face ao real (CLOT, 2002, s/p).

CLÍNICA DA ATIVIDADE PELA VIA DELEUZIANA: POTÊNCIA ANALÍTICA

A Clínica da Atividade, com suas ferramentas conceituais, auxilia na cartografia do trabalho por apontar questões centrais (ou de borda): o trabalho é da ordem da vida, só podendo ser analisado junto com os próprios trabalhadores e trabalhar nunca é da ordem da mera repetição, nem mesmo da mera invenção individual. Trabalhar é explodir com os territórios dualizados: individual, coletivo, pessoal, social, eu e outros.

Nas intercessões com Deleuze, o trabalho necessariamente precisa ser analisado como da ordem da vida, que rompe com os mecanismos meramente prescritivos. Ao contrário de uma perspectiva molar acerca dos fazeres humanos, inquieta-nos interrogar: como o trabalho se efetiva como uma forma de enfrentamento, de resistência, de devir? Como, ao trabalhar, o trabalhador inventa outros modos de existência? Que encontros são potencializados? Que afetos e perceptos são disparados? De que maneira produz mil arranjos não antevistos? O trabalho pode ser vivido como *um* trabalho (com artigo indefinido)?

> Essa insistência visa a um objetivo diferente do reconhecimento de um fato. Parece realmente que a ausência ou enfraquecimento de um trabalho de organização promovido e mantido por um coletivo esteja com frequência na origem dos desregramentos da ação individual mediante os quais é indicada a perda de sentido e da eficácia do trabalho [...] o trabalho só preenche sua função psicológica para o sujeito se lhe permite entrar num mundo social cujas regras sejam tais que ele possa ater-se a elas. Sem lei

> comum para dar-lhes um corpo vivo, o trabalho deixa cada um de nós diante de nós mesmos (CLOT, 2006, p. 18).

Analisar o trabalho, portanto, é focar não somente as práticas instituídas, mas afirmar a potência instituinte de toda atividade laboral, o que nos remete a um posicionamento ético, uma implicação nas relações de poder em que nos movemos para que não sejamos seduzidos pelas tentações da dessimetria, nas quais a análise do trabalho passa a ser dominação e controle (MAIA, 2006).

Buscando apreender as relações de forças que nos constituem como sujeitos do conhecimento interessados no poder-saber do trabalho e no poder-saber do trabalhador, empenhamo-nos em não alijar os trabalhadores do saber sobre seu trabalho, silenciando-os pelos saberes disciplinares-acadêmicos e ficando ensurdecidas pelos especialismos. Mas é bom afirmar: ao questionar os especialismos, não estamos abdicando dos regimes de saber disciplinares, que se constituíram e se constituem ao longo da história, mas apenas colocando em questão a utilização de um critério de verdade que se perpetua e que, quando utilizado, invalida a experiência daquele que vive e, ao viver, se "suja" ao fazer seu trabalho.

Essa direção ética, que recusa os especialismos que buscam docilizar o outro, afirma o outro como legítimo outro que não é passivo por que vivo e cuja resistência se faz sentir nos encontros, tencionando-os, tornando os ambientes de trabalho um plano em construção constante, no qual o estado de sujeição de qualquer um dos polos desse processo não se completa inteiramente, uma vez que esse outro resiste — na dupla acepção da palavra, ou seja, como recusa e como invenção — e se impõe, com seu saber-poder, mesmo quando se tenta impor uma relação dessimétrica. O sonho taylorista não se efetivou, nem se efetivará, já que o próprio do vivo é a liberdade, como uma forma permanente de interrogar o que estamos fazendo de nós mesmos, afirmando o que estamos em via de diferir.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, M. Psicologia e Trabalho: Que relações? *In*: JACÓ-VILELA, A. M.; MANCEBO, D. (org.). **Psicologia social**: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 193-205.

ATHAYDE, M.; FIGUEIREDO, M. Coletivos de trabalho e componentes subjetivos da confiabilidae em sistemas sociotécnicos complexos: considerações a partir da situação de trabalho em mergulho profundo na Bacia de Campos (RJ). *In*: FIGUEIREDO, M.; ATHAYDE, M.; BRITO, J; ALVAREZ, D. (org.). **Labirintos do trabalho**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 241-275.

CLOT, Y. Clínica do Trabalho, Clínica do Real. **Le Journal des Psyychologues**, *n. 185*, mars, 2001. Traduzido por Kátia Santorum e Suyanna Linhales Barker, revisado por Cláudia Osório.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CLOT, Y.; LEPLAT, J. La méthode clinique en ergonomie et em psychologie du travail. **Le Travail Humain**, v. 68, n. 4, p. 289-316, 2005.

CLOT, Y. **Clínica da atividade**. Curso ministrado na Universidade Federal Fluminense, Niterói, ago. 2007.

COIMBRA, C. Quando a clínica se encontra com a política. **Revista do Departamento de Psicologia**, Niterói, UFF, v. 14, n. 2, p. 1-19, 2002.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, G. **Clínica e crítica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Lisboa: Relógio D'Água, 2000.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 2.

FONSECA, T. M. G. Modos de trabalhar, modos de subjetivar no contemporâneo. **Revista do Departamento de Psicologia**, Niterói, Universidade Federal Fluminense, v. 14, n. 2, p, 19-38, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2004.

LOURAU, R. **Les lapsus des intellectuels**. Paris: Privat, 1981.

ESCOSSIA, L. da; KASTRUP, V. A concept of collective for overcoming the individual-society dichotomy. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, 2005.

MAIA, M. A. B**. O corpo invisível do trabalho**: cartografia dos processos de trabalho em saúde. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SELLIGMANN-SILVA, E. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: Cortez, 1994.

Parte 6: Saúde e trabalho

A saúde do trabalhador da educação: a experiência de constituição de Cosates como dispositivo de intervenção numa rede municipal de ensino[116]

Maria Elizabeth Barros de Barros
Hélder Pordeus Muniz
Janaina Madeira Brito

116 Originalmente publicado no **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 22, n. 1, p. 15-28, 2019.

INTRODUÇÃO

> O absenteísmo entre professores tem aumentado assustadoramente no município de Serra [...]. A Secretaria Municipal de Educação (Sedu) pauta o aumento dos gastos com professores substitutos devido às licenças médicas. O interesse em abrir uma agenda de reuniões com a Universidade visa minimizar o quadro. Diretores de escola reivindicam que "algo seja feito com os professores diante dos inúmeros atestados médicos apresentados nas escolas". Querem soluções para acabar com o absenteísmo [...], mas a saúde como problemática ainda tende ao silêncio naquele dia de debate (DIÁRIO de Campo da Pesquisa, maio de 2013).

Esses são enunciados recorrentes na secretaria de educação de um município da Grande Vitória-ES, forma de constatação do adoecimento entre os professores e preocupação com o que se passa nas escolas. Um campo problemático se abre com a naturalização desse discurso na Rede. Um atravessamento político-institucional complexo leva a encomenda endereçada a um Núcleo de Pesquisas de uma Instituição Pública de Ensino Superior e demarca, sob o viés de uma análise institucionalista, a necessidade de elucidação da rede de saberes/práticas/implicações constituída na institucionalização da saúde como experiência polifônica. Isso implica reafirmar que um discurso indica sua legitimidade na prática social, quando se pode analisar as condições de sua emergência em um campo situado de intervenção e análise (LOURAU, 2014; BAREMBLIT, 1984).

O Núcleo de pesquisa trabalha há, pelo menos, 20 anos com estudos na educação pública. Nos últimos dez, constrói vias para a implantação de Comissões de Saúde do Trabalhador (Cosat), principalmente no município de Serra- ES. Tais comissões se constituem como uma estratégia da Rede Nacional de Saúde do Trabalhador (Renast), dispositivo da Política de Saúde do Trabalhador do Sistema Único de Saúde (SUS). Ao serem repensadas nas particularidades do

campo educacional, as Cosates problematizariam os efeitos da organização do trabalho para a qualidade do ensino e para a saúde dos trabalhadores, efeitos qualitativos advindos das lógicas de gestão e de participação decisória em vigor, bem como pauta uma agenda para a saúde do trabalhador da educação no projeto político-pedagógico das escolas da rede municipal do referido município.

Ao formar comunidades ampliadas de pesquisa, fomenta-se o exercício de análise da atividade de trabalho, nesse caso, a partir da construção de ferramentas capazes de incrementar o debate sobre a promoção da saúde (BRITO; ATHAYDE, 2003). Por essa via, a perspectiva transdisciplinar adotada encorpa certa produção de subjetividade agenciada no trabalho e ativada por meio da prática de pesquisa como construção histórico-política. É a malha de acontecimentos, iniciativas sociais, produtos e provocações cognoscentes que se tornam efeitos de saúde, ali onde trabalhadores se veem interpelados a se engajar micropoliticamente nas transformações do seu cotidiano (GUATTARI, 2014).

Tal estratégia formativa tem como inspiração metodológica a concepção que Oddone, Re e Briante (1981) formularam junto com o movimento sindical italiano. As Comunidades Científicas Alargadas (CCA) no local de trabalho põem em sinergia os saberes "informais" com os saberes "formais". No Brasil, preferiu-se denominar o processo como comunidade ampliada de pesquisa (CAP), ressaltando que não se trata de transformar todos em cientistas profissionais, mas que a subversão do dualismo sujeito/objeto pode abrir a produção de conhecimento para uma experiência alargada, geradora de resultados transformadores-polissêmicos no trabalho (BRITO; ATHAYDE, 2003; BOTECHIA; ATHAYDE, 2008; MUNIZ *et al.*, 2013).

A pesquisa aqui em pauta estuda os problemas candentes dos mundos do trabalho, não realizando, porém, apenas um diagrama das mazelas e sofrimentos tão intensificados no contemporâneo, embora seja fundamental não nos alienar em relação às barbáries do capital, à reificação mercantil, aos utilitarismos e às tecnocracias rasos

que, principalmente, instituem práticas ainda mais colonialistas e que, reconhecemos, esterilizam a potência da ação presente e local (BENJAMIN, 2013). Em termos de fluxos produtivos no campo da educação básica, atenta-se sobremaneira para os obstáculos às ações emancipadoras, o jogo inconcluso de destruição e desmontes que, paradoxalmente, fazem terreno fértil para a criação de práticas profissionais mais potentes. Os processos de trabalho são assim abordados pela potência de agir dos trabalhadores como um caráter ontológico, histórico e impessoal (CLOT, 2010). Tal visada invoca, na prática de uma pesquisa, a força política de processualizar os acontecimentos em um dado território, forjando táticas de enfrentamento ao que obstacula a vida; indagando os modelos enrijecidos de trabalhar e dando visibilidade para as invenções do viver em determinado meio profissional. Isso implica um esforço do trabalhador em se colocar perante a prefeitura de um ou outro momento no trabalho, assim como diante da reinvenção do pensamento, ambos processos agenciados à experiência encarnada na comunidade de pesquisadores (SCHWARTZ, 2015).

Para isso, os dispositivos criados no processo de pesquisa são usados para intervir na relação estreita entre os modelos de gerenciamento das escolas e os modos de gestão no cotidiano que geram impactos na saúde dos professores. Diferenciamos o que se chama gerenciamento como função do trabalho dos secretários, diretores e chefias e a capacidade de gestão que é realizada pelos trabalhadores independentemente de funções. Estas, no cotidiano, são modalidades de relação estabelecida entre os trabalhadores, gestão conectada à ação e à tensão em jogo durante o desenvolvimento da atividade de educar.

Valorizar a potencialidade criadora que atravessa metodologias de pesquisa, sob o eixo saúde-trabalho-políticas educacionais, faz colapsar determinados modos de vida, de trabalhar e de pesquisar historicamente instituídos como formas endurecidas, fechadas, estruturadas para negar a vida em seu caráter expansivo e imprevisível. Neste artigo, apresentaremos como a criação do Programa de

Formação e Investigação em Saúde e Trabalho (Pfist) colabora para atualizar transformações na paisagem composta por escolas de ensino fundamental. Acolher o problema do absenteísmo em Serra-ES para a reflexão crítica é localizar, nessa materialidade, um contraponto ao consumo da ideia centrada na patologização do trabalho educacional (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009; ROCHA *et al.*, 2017). Situamos no efeito gerado pelo absenteísmo um campo aberto a outros debates, que problematizam a natureza dos atestados como signo inconteste do adoecimento. Enfim, nossa leitura indica o absenteísmo como um analisador (LOURAU, 2014) do processo na educação básica desse município, pois ele decompõe o corpo psicofísico e instala um corpus político-subjetivo determinante em alguns processos de trabalho no ensino fundamental. Corpo que constela (BENJAMIN, 1994) uma paisagem em torno das Cosates e suas irrealizações. Nesse sentido, a saúde do trabalhador da educação: a experiência de constituição de Cosates como dispositivo de intervenção lembra a "clínica do trabalho": "É, mesmo, a indeterminação dos futuros em conflito na vida social, sempre plena de possibilidades não realizadas, que atravessa e circula a atividade [de trabalho], impelindo-a a se determinar" (CLOT, 2010, p. 13).

UM CORPUS NO/COM O TERRITÓRIO: A EXPERIÊNCIA NA REDE DE ENSINO DE SERRA-ES

> Os professores chegam às escolas saudáveis, de repente a gente vai sentindo que vão ficando debilitados, até chegarem ao ponto crítico de pedir licença [...]. Coloca aí... Coloca aí na sua pesquisa, que a doença começa na sala dos professores. Adoecemos porque há muitas fofocas (DIÁRIO de Campo da Pesquisa, out. 2013).

Diante da voz dessa trabalhadora, Yves Clot (2010, p. 33) reiteraria: "A heterogeneidade interna do sujeito, base de sua dinâmica psíquica, nunca é instalada de uma só vez. Suas fontes se deslocam. A

abertura do diálogo interior não pode manter-se sem relé social que o alimenta em energia conflitante". Para nós, espaços e vozes que adoecem, como indica o discurso dos professores, passam a funcionar como análises em ato, conectam as produções históricoinstitucionais de uma época para, de certa forma, enfrentar a melancolia política que invisibiliza forças e que imprime clima de descrédito nos sujeitos políticos, notoriamente reduzidos ao extremo desgaste e ressentimento. Não se pode negligenciar: "Essa é a especialidade do capitalismo: criar símiles de revolta, vampirizar a força de transformação global" (SAFATLE, 2018, p. 28).

Desde a última década do século XX, verifica-se a gradativa implantação de uma prática gerencial que diminui os recursos para a educação pública, ao mesmo tempo em que aumentam as cobranças de obtenção de uma eficiência medida por indicadores prevalentemente quantitativos. Comumente colocados como metas a serem duramente atingidas, não é incomum ver se instalar uma cultura de muita competitividade e controle no ambiente escolar ou, ainda, o culto da insuficiência e do endividamento generalizado. Na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, Lei n.º 9.394/1996, também se reproduz a racionalidade métrica que confere centralidade mercantil e empresarial aos processos de gestão do serviço público. Fala-se de uma gestão escolar baseada no gerenciamento de custos e competências, tudo, forçando a uma nova regulação educativa, colaborando com a dilatação e intensificação do trabalho docente (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Entre outras questões, metas, indicadores e índices insistentemente renovados são cada vez menos discutidos com a comunidade escolar, operando como normas externas, invasoras do cotidiano laboral e que devem ser cumpridas por esse ou aquele trabalhador, sendo assim, experimentadas como intensa situação de desrespeito e violência. Paradoxalmente, vê-se que os discursos governamentais seguem fazendo suposta valorização da autonomia das escolas e do investimento na maior qualificação do professor, ao mesmo tempo

em que se vê um Estado incorporando práticas e condutas hábeis no desmonte dos movimentos reivindicatórios, por meio da fragmentação, da desarticulação e do cerceamento de tantas ações e engenhosidades micropolíticas.

A pesquisa demonstra que, quanto mais capilarizada nos territórios, nas unidades educativas e nas salas de aula, maior é o desafio de se proteger da lógica de desmobilização, maior é a incidência de uma política de controle que constrange novas formas de estar e realizar o trabalho. Ressoa do campo de pesquisa falas como essas: "O gestor atropela os docentes, mas precisam saber que não são donos da escola"; "Professores acumulam funções e, por isso, plantam uma ditadura em sala de aula"; "Não querem saber de espaço coletivo porque já se está cansado"; "Tudo é difícil para nós"; "Deveria haver mais vigília e controle para as coisas serem mais corretas"; "O adoecimento estressa também quem não pode se afastar da sala de aula"; "Quando a secretaria não manda outro profissional, adoece outro e outro dentro da escola"... Essas vozes começam a trazer fios semióticos da ampla tessitura do adoecimento. São frações de uma configuração sensível, que exercem influência para a composição de determinada corporeidade, agindo na atividade de trabalho. Corpo que é a demarcação de um tipo de círculo existencial, de crenças e percepções transmitidas pelas vozes e atitudes no ambiente laboral. A formação de uma territorialidade que precisa conectar a escola com o que se passa em outros equipamentos e forças sociais (BENJAMIN, 1994).

Benjamin (2013, p. 24) salienta: "As preocupações: uma doença do espírito própria da época capitalista [...] indicativo dessa consciência de culpa provocada pela situação sem saída [...] surgem da angústia provocada pela situação sem saída de cunho comunitário". A pesquisa em Serra-ES, nesse sentido, demonstrou um movimento de constituição do problema da saúde se despessoalizando, sendo sustentado no diálogo com a diversidade de personagens e saberes, atores e lugares sociais que militam no campo educacional, para apurar estratégias desnaturalizadoras e combativas, assumindo como princípio

ser indigno falar pelo outro. Por isso, afirma-se instalar uma polifonia. Por isso, abordar o tema da saúde implicou considerar menos um estado essencial da doença e mais a história de um processo que explicita o fenômeno social do adoecimento, uma gênese. Lembra a epistemologia de Canguilhem (2005, p. 29): "[...] não se pode recusar admitir a existência de um componente de natureza social, portanto político, na invenção das práticas teóricas atualmente eficazes para o conhecimento das doenças". Para tanto, decidiu-se acolher o imprevisível na pesquisa que se movimenta com os problemas que produz, que traceja o percurso ético-metodológico e forma pesquisadores, em função "[...] da maneira pela qual um problema é colocado, das condições sob as quais um problema é determinado como problema, dos meios e dos termos de que se dispõe para colocá-lo" (DELEUZE, 1999, p. 11).

Os pesquisadores indagaram: que estratégias construir entre universidade e território, de modo a constituir comunidades ampliadas de pesquisa, recusando a primazia de relações autoritárias e verticais? Como enfrentar a questão do absenteísmo sem lançar mão das habituais formas de culpabilização dos trabalhadores? Enfim, que ferramentas de pesquisa podem analisar os efeitos dos modos de vida, dos processos de gestão e de trabalho? Ao abordar franjas do processo, trazer esquinas da pesquisa, indicar lampejos subjetivantes, assim como momentos e gestualidades diante do trabalho na educação, o presente artigo assume o desafio de transmitir evidências incomuns, estas necessariamente constituidoras de efeitos de saúde/doença. Diagrama-se discursividades e dispositivos nos relatos de um diário de campo para indicar o que vai se desenhando extramuros, perspectivando a vida na escola por suas margens, a exemplo do mapeamento inédito feito no setor de Divisão de Medicina e Segurança do Trabalho da prefeitura.

No ano de 2012, a pesquisa se aproximou de setores assistenciais de apoio ao educador, do Sindicato dos Professores do ES, do Conselho Municipal de Educação, da Associação de Pais e Alunos,

atores que vivificam o território e dilatam a experiência em torno do adoecimento. Já indicamos que a pesquisa amplia a conversação, para possibilitar novos padrões de relação entre trabalhadores e pesquisadores, contribuindo para transformar ambientes de trabalho e formar subjetividades na contramão das modelizações capitalísticas contemporâneas. Ocupar equipamentos sociais é assumir o território como campo de intervenção política, que epistemologicamente faz saúde, delineando determinado movimento pela saúde. Nesse cotidiano, o serviço de perícia médica da Prefeitura não reconhece as licenças como signo de um amplo processo vivido pelo trabalhador, mas se atem ao procedimento formal de respaldo administrativo-burocrático: "O setor se percebe apagando incêndio"; "O professor é a categoria que mais faz uso da perícia médica, embora não se tenha outras informações sobre isso"; "Tem o multiprofissional no atendimento, mas periciar é passar no médico que não conversa com ninguém"; "Aqui, a gente faz perícia médica do atestado, mas não tem nada a ver com a saúde"; "Somos uma divisão de apoio à saúde de trabalhadores do município, mas não fazemos a comunicação do setor com o local de trabalho onde os atestados são apresentados".

> O técnico de segurança no trabalho confirma a ausência da sistematização dos registros referentes ao adoecimento dos trabalhadores [...] consegue nexos com o local de trabalho em alguns casos de doença [...] mas aponta a importância de um serviço integrado com outros setores e secretarias para visar a prevenção (DIÁRIO de Campo da Pesquisa, novembro de 2012).

Ao constituir uma comunidade ampliada de pesquisa, apostou-se que não era apenas o saber científico sobre o tema que deveria ser ampliado, mas a pesquisa enquanto prática social: tentar constituir coletivos, comissões, conselhos, a fim de qualificar o cuidado em saúde sob outras bases, menos ambulatorial, mas, de todo modo, gerando assistência. Apostamos em determinadas práticas que

derivam, inclusive, de uma lógica dos afetos e que teriam a potência de mapear junto às vozes poliqueixosas e de sofrimento individualizado, um agenciamento coletivo de enunciação com capacidade mobilizadora de ações educativas, de práticas de saúde (GUATTARI, 2014). Visitando escolas e realizando reuniões e oficinas com os professores, identificou-se alguns ranços e ressentimentos: "O professor é valorizado só na propaganda da mídia, na realidade temos que ter várias cadeiras para ter um mínimo de condição de vida"; "A figura do professor está desgastada, o importante para a saúde seria o resgate da imagem positiva do professor"; "Eu não aguento mais, nem a sala, nem as famílias, nem nada"; "É violência generalizada na sala e no bairro"; "Tudo pesa"; "Estamos servindo de boi de piranha, de bode expiatório para os outros da sociedade"; "Somos salvadores de nada não"; "Queremos falar, precisamos mesmo é gritar socorro". Compreendemos, nesse sentido, que linguagem, afeto e gesto de um ofício se entrelaçam. História profissional se alimenta de memórias coletivas. Fazer uso do recurso da história acumulada socialmente é fundamental para que a ação do trabalhador possa encontrar força inventiva. A condição social indesejada não é contexto amorfo, ela oferece uma experiência criativa diante das discordâncias e disjunções (CLOT, 2010).

Indagávamos: que reflexão fazer com a escola para extrair do corpo do trabalhador, o peso de um sofrimento individualizado, isolado e tão desconectado de uma época? Como reconstruir um processo histórico-discursivo-institucional junto com o que passa a representar um atestado, a perícia médica e o Código Internacional de Doenças (CID), que se carrega enquanto documento pessoal e/ou identidade? Em certo momento da pesquisa, após o entendimento sobre os serviços de apoio ao trabalhador da prefeitura, após reuniões com gestores da Secretaria de Educação, preocupados com a folha de pagamento incrementada pela contratação adicional de "substitutos", e, principalmente, após entrevistas com professores regentes de uma escola, já não era possível confirmar um adoecimento

apenas pelo fato de se estar em situação de licença médica. Ao fazer falar as necessidades de um ofício, percebe-se que licenças são também estratégia de "uma falta", que não se tem direito em determinado momento necessário no cotidiano do trabalhador, seja diante um incidente pessoal, um luto, uma dor de barriga, afastamento para revigorar, descansar, recompor. Nesse meio profissional, por vezes, há um exercício de negociação diante das obrigações compartilhadas do ofício (CLOT, 2010).

A partir de nossa perspectiva, enunciados como "Eu não aguento mais, nem a sala, nem as famílias, nem nada" e "É violência generalizada" precisavam ter um acolhimento institucional a ponto de forjar políticas de cuidado. Eles nos interpelavam por mover ações que fortaleceriam o coletivo de trabalhadores no trato desse cotidiano hostil. Outro enunciado, "Queremos falar, precisamos gritar socorro" foi trabalhado pela pesquisa, a partir de um movimento disperso e plural em prol das Cosates, produzindo, contudo, outra subversão: implementar as Cosates deixava de ser um objetivo em si. Na estratégia de sua institucionalização enquanto dispositivo, também a formalização das Cosates, com todas as dificuldades em sua implementação, funcionaria como processo de luta por melhores condições de trabalho, quer dizer, um dispositivo analisador dos obstáculos presentes ao desenvolvimento do coletivo de trabalhadores durante a construção de um processo de cuidado do seu ofício.

Ao longo de anos, naquele território, mudança de gestão municipal significou séria descontinuidade de articulação pela instalação de Cosates e/ou outros coletivos de trabalho nas unidades escolares. Dilemas partidários e da nova diretoria do sindicato dos professores desmontavam ora avanços de uma política interna, ora dúvidas sobre a pertinência de uma "comissão de saúde" para qualificar o diálogo da categoria com a rede assistencial. Mas, enquanto isso, o tema da saúde docente crescia nas assembleias dos trabalhadores, nos congressos profissionais municipais/estaduais, no interesse intersetorial da Secretaria Estadual da Saúde e da Fundação Jorge Duprat

Figueiredo (Fundacentro), quer dizer, política educacional sendo perpassada por estratégias da segurança e da saúde do trabalhador, a partir de uma função importante disparada por esta pesquisa-intervenção (CESAR; BARROS, 2015).

De forma multicêntrica, delineamos ferramentas dentro de escolas para visibilizar, com maior objetividade, como os professores percebiam o quadro de adoecimento. Estrategicamente, essa era uma forma de intensificar as forças na voz do professor e ampliar a pactuação interinstitucional pela saúde do trabalhador da educação. No entorno das escolas de ensino básico, eram feitas articulações com o Sindicato, o serviço municipal de Segurança no Trabalho, a Câmara de Vereadores, a Promotoria de Justiça; mobilizações sociais pelo fortalecimento dessas políticas impressas no cotidiano, capazes de encorpar uma rede de serviços e, portanto, de apoio, assistência e cuidado. Como ênfase na abordagem desse processo, destacaremos, a partir de agora, três momentos que consideramos diferenciados nesta pesquisa-intervenção, a saber: 1) o levantamento da situação da saúde dos docentes em Serra-ES, para fortalecer a agenda de debates sobre as condições vivenciadas nas escolas (2011); 2) o nascimento do Fórum-Cosate como dispositivo de mobilização dos trabalhadores para romperem isolamentos e poder transformar o modo de comunicar e cooperar nas escolas (2012-2016); e 3) a experimentação de um curso preparatório na temática saúde-trabalho na educação, para instrumentalizar a vivência de um projeto-piloto das Cosates em duas escolas municipais (2015).

INQUÉRITO DE SAÚDE: MAPEANDO SITUAÇÕES E SENSIBILIZANDO OS EDUCADORES

Uma pesquisa perspectivada na linha epidemiológica dos inquéritos de saúde foi realizada como um gesto de leitura mais imediata sobre o estado de saúde/vida do trabalhador na rede. A ferramenta visou trazer um retrato instantâneo de como professores se percebiam,

interpretavam e nomeavam sua condição de saúde/adoecimento. Utilizamos como instrumento para produção de dados o questionário Self Report Questionnaire (SRQ20), já traduzido, testado e validado em populações urbanas brasileiras. O questionário estruturado e autoaplicado levantava informações, desde aspectos sociodemográficos básicos até percepções de saúde, compondo 20 questões do tipo sim/não, das quais 4 eram sobre sintomas físicos e 16 sobre distúrbios psicoemocionais. Os docentes foram selecionados a partir de uma amostragem estatística de conveniência, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, referente ao quantitativo de 2.566 professores de ensino fundamental, efetivos e contratados no primeiro semestre do ano de 2010; 300 professores constituiriam a amostra programada. Ao final do processo, obteve-se o total de 289 participações, referente a 22 escolas do município.

Sobre as principais fontes de tensão e desgaste, destacam-se: 1) ritmo intenso de trabalho (65,7%); 2) número excessivo de alunos (61,6%); 3) estado psicológico dos alunos (56,7%); 4) tempo de descanso insuficiente (56,4%); 5) ruído nas aulas (50,9%); 6) má remuneração (48,4 %;) 7) política de gestão de educação (47,4%); 8) volume elevado de trabalho (46,4%); 9) posturas penosas e fatigantes (41,9%); 10) improviso no desenvolvimento das atividades (40,5%); carga horária (38,4%). Os professores identificam da seguinte maneira os transtornos de saúde mais incidentes: transtornos osteoarticulares (46,0%); gastrointestinais (43,3%); auditivos e garganta (40,1%); cardio-circulatórios (33,9%); mentais (28,7%); neurológicos (27%); dermatológicos (20,1%).

Recortando um segmento mais qualitativo do questionário, encontraremos a pergunta: "Para que o trabalho seja realizado adequadamente, você depende de você mesmo ou depende de outras pessoas?": 75,4% dos professores consideraram depender de outra pessoa, enquanto 20,8% afirmaram depender somente deles mesmos. Contudo, do ponto de vista da qualidade dos contatos entre os trabalhadores na escola, 30,1% declaram serem insatisfatórios, 26,0%

satisfatórios e 23,9%, às vezes, são satisfatórios, 11,4% dos docentes informaram ser muito insatisfatórios e 1,0% declararam ser ora insatisfatórios, ora muito insatisfatórios. Indicam ainda que o planejamento pedagógico está desconectado das políticas de gerenciamento educacional: 47,4% dos professores a destacam como uma das principais fontes de insatisfação.

Essas informações se mostram condizentes com outros levantamentos dessa ordem, já realizados no Brasil (ROCHA *et al.*, 2017; CNTE, 2012). Contudo, na dinamização desse processo de pesquisa-intervenção em Serra-ES, tal instrumento funcionou estrategicamente como importante ferramenta de aproximação com as escolas. Mais do que isso, ele operou para disparar outras conversas com os trabalhadores, de modo a sensibilizá-los para o desenvolvimento de diferentes formas de cuidado no cotidiano. Isso porque o momento da pesquisa exigia redimensionar, junto com os professores da Rede, os atravessamentos institucionais relacionados às condições de adoecimento no trabalho; almejava-se desespecializar o problema da saúde/adoecimento e instigar o professor à análise crítica dos nexos relacionais entre processo de trabalho e produção de saúde. Isso interessava, sobremaneira, ao que estava em vias de acontecer com maior força naquele território, a saber, a possibilidade da voz do professor se encontrar com uma rede de assistência que poderia, por meio de seus agentes sociais, fomentar atividades cogestivas, programas de formação, instrumentos de apoio à atividade docente e políticas municipais em prol do cuidado em saúde do trabalhador.

FÓRUM-COSATE: UM COLETIVO ATIVANDO AÇÕES DE CUIDADO ÀS ESCOLAS

Em agosto do ano de 2012, uma reunião intersetorial foi proposta pelo grupo de pesquisa, com objetivo de discutir a real viabilidade da implantação de Cosates em Serra-ES, já que as tentativas anteriores foram desmobilizadas pelo executivo municipal. Construir um

processo de implementação de política pública de modo participativo era fundamental. Legítimo possibilitar que o docente, conhecedor das dores e prazeres do seu fazer, fosse capaz de produzir, no diálogo com técnicos de segurança do trabalho ou da perícia, fonoaudiólogos etc., novos conhecimentos acerca do risco no trabalho, a partir da maior visibilidade aos enfrentamentos e às resistências encontrados no cotidiano municipal.

Contudo, uma reunião prevista se transformou em um espaço coletivo permanente, importante ferramenta de pesquisa: o Fórum-Cosate (2012-2018). Este estava em consonância com o funcionamento da pesquisa acadêmica que não opera com a separabilidade neutra entre pesquisador e objeto pesquisado, produzindo relação lateralizada, saberes se perpassando e questionamento às hierarquias de especialidades/funções sociais. Ou seja, uma coprodução da autonomia. Forma de cogerir processos. Abertura à polissemia das participações. Esse foi o espaço de análise e intervenção no trabalho mais efetivo ao longo dos últimos anos, pois instaurou uma coletividade laboral e política, dimensionando o caráter coletivo dos problemas e colocando em análise as culpabilizações e individualizações associadas ao mal-estar sofrido pelo trabalhador (ZAMBONI *et al.,* 2013). Fórum-Cosate, experiência que envolve trabalhadores, o Centro de Formação de professores, o Sindicato dos Trabalhadores em educação pública, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, o Ministério Público estadual, bem como instâncias de controle social, Conselho Municipal de Educação, a universidade.

O método da Roda ou Paideia (CAMPOS, 2003) subsidiava processos dialógicos e encaminhamentos coletivos, de forma a legitimar a decisão pela implementação das Cosates nas unidades escolares do município. Um diário de campo fora constituído no formato de Atas, sendo que esses dados, relativos aos encontros e às pactuações, serviam de material de análise para o caminho investigativo, assim como ferramenta de devolutiva da pesquisa. Um Boletim Cosate também fora criado para ampliar o alcance do processo, restituindo

informações aos trabalhadores que não estavam presentes nas reuniões mensais. A participação dos membros do Fórum-Cosate em mesas, tanto de congressos científicos, quanto de congressos de Professores e Assembleias, ampliava ainda mais o alcance do debate. Insistia-se no convite à ampla participação, vejamos o Boletim:

> Fique atento! Durante as reuniões do Fórum-Cosate-Serra, estamos discutindo a Lei Estadual 5.627/97, que criou as Comissões de Saúde do Trabalhador (Cosat) do Serviço público do Estado do Espírito Santo e o Conselho das Comissões de Saúde do trabalhador (Concosat), e propondo alterações com vistas a instituir comissões de saúde na educação de Serra/ES. Essa é uma primeira rodada de debates e sugestões. Mas do que uma proposta de Lei, é um espaço de construção coletiva de dispositivos de atenção à saúde do trabalhador da educação. É muito importante que todos os interessados participem e contribuam! (DIÁRIO de Campo da Pesquisa, abril de 2013).

Assim, por meio do Fórum-Cosate, novas redes foram produzindo uma comunicação mais articulada entre equipamentos e políticas públicas territoriais. O fórum, como mais uma estratégia, não se interessava pela sua formalização como sujeito jurídico, mas pelo seu desenvolvimento como política cognitiva e formativa. Uma Comissão-Cosate em cada unidade escolar e um Conselho-Concosate no município implicaria: 1) garantia de participação paritária do trabalhador na comissão com dispensa de carga-horária; 2) Cosate e Concosate como orgãos deliberativos; 3) autonomia na análise (mapa de risco) da saúde e na decisão de intervenções cabíveis; 4) responsabilidade perante investigação de acidentes de trabalho, inspeções, estudos epidemiológicos, avaliações ambientais e outros controles e, claro, 5) garantia da publicização do trabalho preventivo e interventivo, por meio de Atas, Semana de Saúde nas escolas, campanhas e outras atividades formativas para os trabalhadores da rede de ensino.

Em outubro de 2012, a Lei Estadual começa a ser estudada e discutida em adaptação ao município e ao campo educacional. Em setembro de 2013, o Fórum-Cosate já tinha assento na mesa de negociação sobre o Plano Nacional de Educação do Movimento Capixaba. Delibera-se sobre uma região geopedagógica do município — José de Anchieta — como área de experimentação do projeto-piloto. Em junho de 2014, o Fórum-Cosate tem representação oficial na Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador, garantindo a inclusão de um artigo sobre saúde e Cosates nas escolas no documento consolidado para a etapa nacional. O projeto piloto foi iniciado com a instituição de um curso de formação. Ocorreu, também, uma Audiência Pública sobre a Lei Cosate em Serra. Com esse movimento, o desafio continuava sendo o efeito de desmobilização das ações pela saúde, ora advindo do executivo municipal, ora advindo do esfriamento da participação direta de professores regentes de sala de aula nos debates, que tinham grande dificuldade de "liberação para participar".

Até o ano de 2018, quando a pesquisa redireciona a estratégia interventiva no território, as entidades de saúde, os sindicatos, coletivos do controle social, bem como os gerentes do sistema educacional continuavam com participação efetiva nos processos disparados pelo Fórum-Cosate, o que garantiu, conforme defende Clot (2010, p. 85): "[...] um dispositivo em que seja possível começar a pensar coletivamente o trabalho para reorganizá-lo [...] instrumento psicológico da mobilização subjetiva [...] um meio vital para apoiar uma experiência coletiva de retomada em mãos do trabalho por aqueles que o fazem".

CURSO-COSATE: FORMAÇÃO EM SAÚDE NO PROJETO-PILOTO

A formação para intervir na problemática da relação saúde-trabalho na escola é um desafio. Acompanhar a implantação das Cosates nas unidades escolares, negando a formação tecnocrata e afirmando o método da cartografia das potências do trabalho (BARROS; SILVA,

2013), no sentido da promoção de saúde, exigiu tecnologias singularizadas por esta pesquisa-intervenção. Uma reunião do Fórum-Cosate, exclusiva com diretores das escolas da região escolhida para o projeto-piloto, acontece para disparar a capilarização dessa ampla experiência territorial. Outras reuniões trabalhavam a sensibilização dos trabalhadores para um ergoengajamento (SCHWARTZ, 2015). Acontece o processo de candidatura e eleição para as comissões do projeto-piloto em uma escola de educação infantil e uma de ensino fundamental. Para isso, foram feitas negociações com a Secretaria de Educação na liberação dos trabalhadores para as atividades, garantindo quatro horas semanais (fora da sala de aula) para realizar o trabalho de formação. A Secretaria de Educação financiou extensão de carga horária a outros docentes, que assumiram as turmas dos regentes enquanto estes estavam em situação de curso.

Como processo de trabalho e aprendizagem são indissociáveis, adotou-se metodologias ativas e interventivas, a partir da dinâmica de encontros presenciais e de atividades de dispersão, essas realizadas pela Cosate na escola e orientadas por um agente formador. A matéria era a própria vivência dos membros da Cosate em suas atuações com a equipe escolar, conectando temas como: 1) o Projeto de Lei, o funcionamento de comissões de saúde do trabalhador e outras legislações pertinentes; 2) trabalho, saúde e meio ambiente; 3) mapa de risco e segurança em ambiente laboral; 4) rede territorial etc. Essa formação implicou mapear situações concretas no ambiente escolar para apoiar os debates conceituais nas aulas presenciais, assim como fazer uso de conceitos para catalisar experiências dialógicas novas nas duas escolas envolvidas no projeto-piloto.

Observamos que essas comissões elaboravam estratégias para ampliar o fluxo comunicativo nas escolas, investindo no coletivo de trabalhadores, criando instrumentos de trabalho e produzindo diagnóstico quanto a fatores que geram nocividades. Houve construção de um objeto final do curso, a saber, um plano de ação para cada escola. Algumas atitudes iam se modulando, já que as queixas,

sempre presentes nos encontros, mudavam de enfoque e intensidade. Para essas comissões-piloto, houve apropriação das discussões. Houve garantia de espaço-tempo na escola para lateralização da análise e reorganização de aspectos pontuais do trabalho. Mesmo não se tratando da ênfase dada neste artigo, confirmamos, como indicadores de resultado do processo investigativo, as narrativas dos trabalhadores que indicavam maior confiabilidade nas mudanças, tais como: "Mesmo em turnos, convivendo '3 escolas em 1' é possível criar o encontro"; "A gente tem de virar cachorro grande"; "[...] o prazer que a gente sente quando o menino não lê nada e de repente, começa a ler tudo"; "[...] o nosso bem-estar físico, mental e social depende das nossas ações, da não aceitação de coisas que são impostas e nos fazem mal"; "A gente, dos anos iniciais, achava que vocês, do fundamental, não gostavam de se misturar..."; "A gente nunca se falou, antes desta vivência de Cosate, mas não é porque a gente não se gosta. É que a gente não tem tempo nem para respirar, quem dirá para conversar". Enfim, a experiência piloto de um trimestre em escolas da rede de ensino de Serra-ES confirmou dois aspectos prevalentemente. Nesse meio profissional, as Cosates se efetivam como: 1) dispositivo de conversação e 2) instrumento de gestão do trabalhador (BRITO; FREITAS; CHAMBELA, 2015). A capilarização do processo se efetivou com a constituição de uma comissão de regulamentação, nomeada pelo prefeito, para que a experiência fosse multiplicada em outras escolas da rede. No momento, duas outras escolas estão experimentando o processo e dois cursos de formação foram desenvolvidos para preparar outras escolas para que a implantação das comissões seja realidade na rede num processo que se pretende multiplicador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reduzir o fenômeno do adoecimento de professores a uma axiomática biologicista, ainda que essa contemple o diagnóstico de algumas das situações conhecidas, produz uma leitura que tende a individualizar

o problema. A sensação de impotência, quer dizer, de que os trabalhadores nas escolas têm pouco a fazer com o que desafia o campo educacional, engendra outras fragilizações que tanto pesam o corpo do trabalho, quanto enferruja as engrenagens sociais a ele vinculadas. Contudo, o que as políticas públicas engendram deve considerar efeitos dignos para a vida desses trabalhadores, o que será possível se esse processo não for paralisado. Junto a eles é fundamental assumir a criação de novas vias de ação e reflexão crítica, instrumentalizações novas e, principalmente, o enfrentamento deste contemporâneo hábil em produzir consumos: de imagens, estigmas, diagnósticos e identidades estanques.

Ronda uma espécie de ressentimento social e a naturalização de terrorismos, racismos e outras lógicas sectárias. Um sistema de difusão e gestão do medo. Sobre esse efeito de cultura, Safatle (2018, p. 34) recentemente alertou: "O descontentamento e o desencanto quanto às possibilidades de realização de si oferecidas pela vida social são atualmente os afetos fundamentais de socialização". Por isso, para nós, fortalecer grupalidades, fundamentadas na valorização de situações singulares e na experiência sensível dos trabalhadores, foi o caminho de aposta para ampliar a compreensão sobre o vivido no trabalho, garantindo o que nos desafiou Benjamin (2013), ou seja, a tentativa de forjar "uma saída de cunho comunitário" para o que preocupa, assola, desgasta, despotencializa. Isso não é banal. Na atualidade, "Somos socializados por meio não da partilha de expressões positivas de expectativa de realização social, mas da produção de nosso desencanto e de sua inscrição no imaginário social" (SAFATLE, 2018, p. 34).

Metodologicamente, em termos da realização de pesquisa em ciências humanas e sociais, práticas, dispositivos e instrumentos precisam estar em consonância com o que desafia nosso tempo e o cotidiano dos equipamentos sociais públicos. Adotar a estratégia epistemológica da pesquisa-intervenção em dado território responde a essa responsabilidade social de uma política cognitiva. Situada no campo institucionalista francês e brasileiro, uma pesquisa-intervenção

não produz a representação/interpretação da realidade sob um esquema explicativo generalista e/ou totalizante. Nesta modalidade de produção de conhecimento, a atenção está naquilo que as práticas teóricas e técnicas exercitam, configuram, encarnam, afirmam, em termos de fluxos: jurídico, laboral, monetário, libidinal (BAREMBLIT, 1984; LOURAU, 2014).

Nesse sentido, operativamente, fazer intervenção é inseparável do processo de análise/pesquisa que se provoca: é importante que uma pesquisa se pergunte sobre o complexo socioeconômico-político-ideológico-desejante que a implica. Assim, não existindo uma realidade pronta a ser pesquisada, campo de pesquisa e pesquisadores coemergem na cena investigativa para transformar contextos educacionais e compreender um pouco mais o que se vive, a partir do que se cria e intervém conjuntamente. Portando, tratou-se, neste artigo, de uma prática com a produção do conhecimento marcada intensivamente pela processualidade. Sempre atentos a elaborar o que se passa no curso da investigação para ampliar o grau de participação e democratização do fazer educativo (CESAR; BARROS, 2015).

Por fim, os autores entendem que, em contraponto aos estudos que privilegiam os processos de adoecimento na escola, buscou-se colocar em análise tensionamentos que afirmam a vida nas suas diferentes dimensões. Seja considerando os desabafos dos docentes; os registros dos encontros nos equipamentos escolares e territoriais; os debates nas rodas-fórum; assim como a potencialidade do levantamento epidemiológico e do curso para a atuação nas comissões de saúde do trabalhador (Cosates) da educação de Serra-ES. O intento sempre foi de demarcar um plano cognitivo com a pesquisa que, ao ser consistido, poderia afetar o vivido, alargando noções e experiências corpóreas.

Em dezembro de 2014, um Relatório consolidado do projeto-piloto das Cosates foi entregue à secretária municipal de educação, de modo a documentar o que foi produzido junto com os trabalhadores naquele território. Em agosto de 2015, o grupo de pesquisa realizou

sucessivos encontros de uma Oficina de Memória para dimensionar qualitativamente a formação em pesquisa durante aqueles anos. Em 2014 e 2015, realizou-se o Seminário de Saúde do Trabalhador da Educação, ampliando o alcance da pesquisa para um público maior. No Diário Oficial dos Municípios (DOM/ES), em 31 de maio de 2016, é sancionada pelo Prefeito de Serra a Lei n.º 4.513, referente às Cosates no município. Para não nos estendermos mais, lembra-se que, em 2018, o Ministério do Trabalho, por meio da Fundacentro, publica o Caderno de Formação: saúde e trabalho na educação (BONALDI; CRUZ; CORREIA, 2018), ou seja, um material didático e instrutivo ao coletivo de professores deste país, fundamentado por esta pesquisa e desenvolvido por seus pesquisadores.

Eis um processo investigativo e sua produção política imanente aos gestos de um trabalho, afiançada a ideia de ativar o tempo da transmissibilidade de uma sabedoria sobre o vivido nas relações de trabalho, que dista do discurso vendido, massificado, pasteurizado e reprodutor do tempo do culto e da dívida; da precarização e do esgotamento, certamente, um dos elementos mais assoladores da cultura política nacional na contemporaneidade (BENJAMIN, 1994). Para estes pesquisadores, diferentemente, nada reconforta tanto como continuar a aventura do conhecimento e uma luta, juntoàqueles que heterogeneamente a empreendem (BAREMBLIT, 1984).

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, A.; OLIVEIRA, J. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Revista Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 107, p. 349-372, 2009.

BAREMBLIT, G. **O inconsciente institucional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

BARROS, M. E. B.; SILVA, F. H. O trabalho do cartógrafo do ponto de vista da atividade. **Revista Fractal**, Niterói, v. 25, n. 2, p. 339-356, 2013.

BENJAMIN, W. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOTECHIA F.; ATHAYDE M. Conversas sobre o trabalho sob o ponto de vista da atividade. *In*: BARROS, M. E.; MARGOTO, L. (org.). **Trabalho e saúde do professor.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 43-78.

BONALDI, C. M.; CRUZ, C. B.; CORREIA, J. A. **Caderno de formação**: saúde no trabalho na educação. São Paulo: Fundacentro, 2018.

BRITO, H.; FREITAS, M. C. A.; CHAMBELA, S. M. G. **Relatório de pesquisa**: comissões de saúde do trabalhador de serra/ES. A saúde do trabalhador da educação: a experiência de constituição de Cosates como dispositivo de intervenção. Vitória, 2015

BRITO, J.; ATHAYDE, M. Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, v. 2, p. 63-89, 2003.

CAMPOS, G. W. **Saúde paideia**. São Paulo: Hucitec, 2003.

CANGUILHEM, G. **Escritos sobre a medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

CESAR, J. M.; BARROS, M. E. B. Pesquisa-intervenção em dispositivos participativos: ensejando outas relações entre produção de conhecimento e educação. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 171-192, 2015.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

CNTE. Condições de trabalho e saúde dos profissionais da educação. **Revista Retratos da Escola**, [*s. l.*], v. 6, n. 11, p. 315- 326, 2012.

DELEUZE, G. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 1999.

GUATTARI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 2014.

LOURAU, R. **Análise institucional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MUNIZ, H. P. *et al.* Ivar Oddone e sua contribuição para o campo da saúde do trabalhador no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional,** [*s. l.*], v. 38, n. 128, p. 280-291, 2013.

ODDONE, I.; RE, A.; BRIANTE, G. **Redécouvrir l'expérience ouvrière**: vers une autre psychologie du travail? Paris: Messidor: Éditions Sociales, 1981.

ROCHA, R. E. R. *et al.* Sintomas osteomusculares e estresse não alteram a qualidade de vida de professores da educação básica. **Revista Fisioterapia e Pesquisa**, [*s. l.*], v. 24, n. 3, p. 259-266, 2017.

SAFATLE, V. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

SCHWARTZ, Y. Conhecer e estudar o trabalho. **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 83-89, 2015.

ZAMBONI, J. *et al.* Primeiras notas sobre o fórum das Comissões de saúde do trabalhador da educação no Município de Serra/ES. **Revista Advir**, [*s. l.*], v. 30, n. 3, p. 105-111, 2013.

Saúde, trabalho e processos de subjetivação nas escolas[117]

Maria Elizabeth Barros de Barros
Carlos Minayo-Gomez

INTRODUÇÃO

> Basta que o ódio esteja suficientemente vivo para que dele se possa tirar alguma coisa, uma grande alegria, não de ambivalência, não a alegria de odiar, mas a alegria de querer destruir aquilo que mutila a vida (DELEUZE, 1994, p. 50).

---

117 Publicado originalmente na **Revista Psicologia, Reflexão e Critica**, v. 15, n. 3, p. 649-663, 2002.

Neste texto, buscamos discutir algumas questões referentes ao conceito de subjetividade no campo das articulações entre processo de trabalho e saúde e, mais especificamente, os processos de subjetivação atualizados nas escolas por diferentes políticas educacionais e seus modos de gestão. Nosso campo de análise-intervenção, nesse momento, é a escola pública, prioritariamente, a saúde dos profissionais da educação que aí desenvolvem suas atividades. Para nós, essa proposta é um desafio, não só por romper com uma tradição nas pesquisas em saúde do trabalhador, que têm como objeto clássico de estudos as questões da saúde no âmbito do trabalho industrial, mas, principalmente, por buscar construir caminhos que nos aproximem cada vez mais dessa problemática.

A opção de enveredar por essa via tem a ver, também, com a necessidade atual de ampliar as discussões que recortam as abordagens sobre subjetividade, que têm implicações fundamentais nas práticas no campo das articulações saúde-trabalho. Por outro lado, tomar os processos de trabalho em suas articulações com a saúde-doença no campo da educação, pelo viés dos estilos de administração/gerenciamento do trabalho nas escolas, exige acompanhar os movimentos que vêm constituindo o projeto programático em Saúde do Trabalhador, com destaque para a temática dos processos de subjetivação.

Nessa direção de análise, destacamos algumas contribuições de Michel Foucault, que trazemos pela riqueza de suas formulações teóricas e, acreditamos, podem contribuir para a compreensão da temática dos processos de subjetivação hoje dominantes nos mundos do trabalho, interrogando uma tendência de tratar a questão da subjetividade de forma intimista, intrapsíquica, egóica.

Em nosso entendimento, Foucault nos oferece um campo bastante fecundo para pensar essas questões ao construir conceitos que podem ser importantes operadores no exercício de análise dos processos de subjetivação que vêm se afirmando no contemporâneo.

A complexidade da dinâmica das relações humanas/sociais nos processos de trabalho não pode ficar limitada a saberes isolados.

Para os profissionais da área de saúde e trabalho e para outros campos tradicionalmente fechados sobre si mesmos, o desafio é imenso. Buscamos criar atalhos que nos façam avançar em uma perspectiva transdisciplinar[118] e buscar novas referências teóricas para se pensar os processos de subjetivação.

Tendo esses aspectos como horizonte de análise, este artigo se organiza a partir das seguintes questões: que modos de produção de subjetividade vêm se afirmando nos mundos do trabalho? Como construir outras imagens, outros olhares que nos ajudem no projeto de criação de novas práticas no campo das articulações entre saúde e trabalho? Pretendemos contribuir para esse debate.

SAÚDE DO TRABALHADOR: CARTOGRAFANDO[119] UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO

Analisar os processos de produção de subjetividade engendrados hoje nos mundos do trabalho demanda uma análise histórica que busque a explicação dessa articulação, a partir da reconstituição dos momentos constitutivos de seu "vir-a-ser". O sentido atual dessa questão não pode ser obtido sem o conhecimento da série histórica de suas transformações e deslocamentos.

Contudo, cartografar os movimentos de constituição dessa temática não significa, aqui, procurar suas origens. A direção de nosso olhar investigativo tem a perspectiva de se orientar das figuras mais solenes e refinadas, "dos grandes acontecimentos ruidosos" (Nietzsche) a suas condições de possibilidade, ou seja, a pluralidade silenciosa

118 A perspectiva transdisciplinar "[...] inclui, em sua constituição, a análise histórico-crítica da própria divisão de saberes, des-disciplinarizando, des-naturalizando, rompendo com os domínios instituídos de competência" (RODRIGUES, 1998, p. 35).

119 Cartografar significa acompanhar e desenhar ao mesmo tempo os movimentos de transformação no campo social.

dos sentidos de cada acontecimento. "Não existiria um acontecimento que não seja múltiplo, que não possua vários sentidos, sua 'essência' é o que dá a força que apresenta maiores afinidades com ele, uma vez que qualquer coisa é consoante as forças que dela se apoderam" (DELEUZE, 1994, p. 7). O conjunto de práticas que compõe/constrói as abordagens sobre subjetividade e trabalho constitui-se, portanto, como um universo em constante transformação.

Com esse objetivo, procuramos acompanhar os movimentos de constituição do campo da Saúde do Trabalhador e suas produções teórico-conceituais que pudessem nos auxiliar neste projeto.

De início, é preciso lembrar que o contexto de emergência da proposta programática da Saúde do Trabalhador no Brasil está articulada como política social a partir dos anos 80, marcada por impasses para sua implementação. Nessa época, o movimento sindical se destaca pela insistente luta pela modificação e incorporação de leis trabalhistas que possam ampliar os direitos e a atenção à saúde do trabalhador. Dessa forma, vai se constituindo um corpo de práticas teóricas no âmbito da saúde pública, bem como em determinados setores sindicais e acadêmicos, que passam a congregar diversos campos do saber e diferentes práticas sociais, pautados em uma ética comum, ou seja, interferir nos modos de trabalhar e ser trabalhadores definidos pela lógica do capital.

Com raízes no movimento da Medicina Social latino-americana e um patrimônio acumulado no âmbito da saúde coletiva, a Saúde do Trabalhador é um campo de saber que busca ampliar o quadro interpretativo do processo saúde-doença em sua articulação com o trabalho. Sua aposta é na articulação do conhecimento científico/técnico com o saber/experiência dos trabalhadores, visando à adoção de medidas que buscam saídas para os agravos constatados à saúde, o que não deve se limitar à obtenção de adicional de insalubridade ou periculosidade, ou seja, a "monetarizar riscos" ou a instalar equipamentos de proteção e realizar diagnóstico de nexo causal

entre trabalho e saúde visando benefícios previdenciários (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997).

Seu projeto mais importante é a análise dos modos de trabalho instaurados, com vistas a mudanças tecnológicas e organizacionais que presidem tais processos. A mudança do quadro de saúde da população trabalhadora é seu pilar fundamental, o que supõe desde o agir político, jurídico e técnico ao posicionamento ético.

Assim, as práticas em Saúde do Trabalhador articulam diferentes níveis de análise rompendo com uma tendência que focaliza, predominantemente, no ambiente físico, as situações que podem defini-lo como insalubre ou perigoso. Contrapõe-se a um reducionismo que desconsidera o trabalho humano num sentido mais amplo, ou seja, na sua inventividade, variabilidade e imprevisibilidade. Pretende-se, assim, superar a visão monolítica e restritiva da nocividade do trabalho, priorizando como metodologia de intervenção, a interlocução com os trabalhadores, com o objetivo de transformar a situação do trabalho. A não delegação é um de seus princípios básicos. O conhecimento produzido pelos trabalhadores e os encaminhamentos necessários são tarefa não só dos especialistas, mas também, e principalmente, dos coletivos de trabalho. Busca-se resistir aos "especialismos mortíferos" (RODRIGUES, 1999).

As estratégias de ação visam interferir nas formas de produção e organização do trabalho, oferecendo informações básicas sobre a saúde dos trabalhadores. A referência central dos condicionantes saúde-doença é, portanto, o processo de trabalho. Transfere-se a ênfase dos corpos biológicos para os corpos sociais, grupos, classes e a perspectiva é de transformação de um quadro considerado dado e imutável, que condiciona ou determina a formulação de alternativas.

Nessa direção, a preocupação com o comportamento dos humanos no trabalho passa a fazer parte da pauta dos projetos que procuram conhecer e transformar o atual estado de coisas, pois, ao falar de trabalho, não podemos deixar de considerar as condutas concretas adotadas por homens e mulheres em situação real, considerando

esse aspecto como ponto de partida de um projeto programático em saúde e trabalho.

Estamos tentando demonstrar que, ao falar da forma como o trabalho se organiza, ao tentar interferir naqueles aspectos considerados nocivos aos trabalhadores, estamos falando, necessariamente, dos modos de produção de subjetividade em curso, pois, como nos indicou Guattari (1986, p. 28),

> A produção de subjetividade encontra-se e com um peso cada vez maior, no seio daquilo que Marx chama de infra-estrutura produtiva [...]. Sem um trabalho de formação prévia das forças produtivas e das forças de consumo, sem um trabalho de todos os meios de semiotização econômica, comercial, industrial, as realidades sociais locais não poderão ser controladas.

Ainda conforme Guattari (1986, p. 32), "O lucro capitalista é, fundamentalmente, produção de poder subjetivo". Na medida em que tem como pilar mudanças nos processos que presidem os modos de trabalho, o desafio que se coloca para os pesquisadores no âmbito da Saúde do Trabalhador é incorporar o saber produzido em outros campos de saber, na perspectiva da construção de quadros teórico-conceituais que possam contribuir na criação de uma proposta que afirme e reafirme uma ética em ruptura com os modos hegemônicos de trabalho no capitalismo que produzem, predominantemente, modos de subjetivação serializados.[120]

Assim sendo, visando à ampliação e ao fortalecimento das práticas em curso, faz-se necessário colocar em questão alguns aspectos que, ao serem problematizados, podem nos levar a um outro horizonte de questões.

---

120 Serialização significa produção em série, predominância de produção de trabalhadores modelizados, de acordo com o funcionamento social dominante, que não recusam os modos de "encodificação" preestabelecidos.

O QUE CAUSA O QUÊ? O NEXO CAUSAL EM QUESTÃO

Nosso projeto mais geral neste texto, conforme já anunciado, é fazer uma crítica de alguns pressupostos que compõem certas análises das articulações trabalho-saúde. Optamos por problematizar a ideia de nexo causal pela força que apresenta na luta pelo reconhecimento das articulações entre a forma como o trabalho se organiza no capitalismo e a saúde dos trabalhadores.

Como estabelecer conexões entre as condições e organização do trabalho e a produção de saúde-doença? O que causa o que nos processos de trabalho?

Fazer uma crítica positiva do nexo causal como categoria de análise no campo dos estudos sobre as relações saúde e trabalho significa, a nosso ver, fazê-la como um elemento positivo de criação, na perspectiva da construção de novas possibilidades de interferência nesse campo. Crítica não concebida como uma reação, mas como ação. Crítica que, não se atendo à descrição do real, possa identificar os pontos de tensão, as tramas, os entrelaçamentos, onde as relações contraditórias se enlaçam (ZARIFIAN, 1995). Como nos indicou Nietzsche, uma atividade crítica não é vingança, rancor ou ressentimento, mas expressão de um modo de existência ativo, pois fazer uma crítica a "golpes de martelo" pode viabilizar novas formas de pensar as articulações trabalho-saúde e desmontar a ideia de que existe um ponto de partida e um de chegada definidos *a priori*, pensando as conexões que definem os termos e recusando as transcendências.

A ideia de nexo causal seria uma potente ferramenta teórica para analisar a complexidade dos processos de produção de saúde-doença nos mundos do trabalho? Que outros materiais teórico-conceituais podem ser operadores que intensifiquem a práxis nesse âmbito?

As articulações entre processos de trabalho e saúde poderiam ser examinadas em uma relação de causa e efeito? O que significaria procurar a **origem/causa primeira** do adoecimento e de determinadas formas de produção de subjetividade?

Desde o surgimento da Medicina do Trabalho até os dias de hoje, encontramos uma tendência hegemônica nas práticas em saúde e trabalho no sentido de estabelecer o nexo causal entre ambiente e produção de saúde-doença, em uma perspectiva mono ou multicausal.

Por outro lado, a questão do nexo causal compõe a pauta de reivindicações e lutas dos trabalhadores nos órgãos oficiais, na tentativa de denunciar as condições precárias e adversas dos ambientes de trabalho, os efeitos sobre a saúde e o reconhecimento dessa situação, uma vez que as práticas nesses órgãos estão pautadas, predominantemente, em uma ética que atribui ao trabalhador e "suas características individuais" a responsabilidade pelos danos provocados pelo trabalho desenvolvido.

Estabelecer nexos causais tem sido, portanto, uma luta política dos trabalhadores para verem reconhecidas as condições em que seu trabalho se desenvolve. Sem negar a importância de todo um patrimônio histórico dessas lutas para dar visibilidade à precarização do trabalho e seus múltiplos e diversificados efeitos na saúde-doença, o que estamos tentando problematizar é: a noção de nexo causal é um operador eficaz para a análise da precariedade dos mundos do trabalho hoje? Contempla o trabalho real desenvolvido? Consegue evidenciar a rede de relações entre condições de trabalho e saúde dos trabalhadores? Que modos de produção de subjetividade pode engendrar?

O que pretendemos é propor algumas coordenadas para a prática em Saúde do Trabalhador e, nesse sentido, a ideia de diagrama, que encontramos em Foucault quando pensou a sociedade moderna emergente e a definição do Estado-Nação, oferece-nos pistas, uma vez que problematiza a perspectiva de que existe um ponto de chegada e um ponto de saída dos processos sociais.

O diagrama refere-se à multiplicidade de linhas que constituem os estados de coisas e, portanto, constituem formas, compõem contornos de figuras, que, às vezes, compostas por linhas duras, resistem ou dificultam sua transformação e a constituição de outras. Em algumas situações, as figuras são compostas por linhas que se desfazem e

se metamorfoseiam, compondo outras configurações, em um movimento incessante de transformação do que está instituído. Sua intensidade como operador da práxis em saúde e trabalho está, a nosso ver, na possibilidade de abordar o entrelaçamento dessas linhas e, assim, afirmar que a realidade não tem um único movimento.

Estamos falando de uma dimensão do funcionamento social que se deve destacar de qualquer uso específico e, antes de pensar em "causalidades", ter como referência de análise uma máquina que faz ver e falar uma realidade complexa e em constante processo de constituição. Trata-se de um esquema de funcionamento que permite intervir a cada momento em que a pressão age, antes mesmo que as faltas e erros sejam cometidos, pois sua força não é, principalmente, intervir, mas se exercer sem ruído, em um mecanismo de efeitos em cadeia, assegurando e intensificando a eficácia de qualquer aparelho de poder, uma vez que funciona continuamente e tem caráter preventivo.

Cada época institui uma nova forma de agir sobre os humanos, seja sobre os corpos individuais, como nos séculos XVII e XVIII, seja sobre as multiplicidades humanas como espécie, a partir da segunda metade do século XVIII, com perspectivas totalmente diferentes. As formações políticas exprimem determinadas maneiras de enunciar a realidade, instituindo um regime específico de linguagem que a classifica e a traduz. Ao mesmo tempo, produzem um regime de luz que constitui uma visibilidade. Esses dois processos, de dizibilidade e de visibilidade, entretanto, não são a mesma coisa, nem têm a mesma formação.

O diagrama é, assim, uma forma de funcionamento social que não só organiza matérias, como finaliza funções, ou seja, dá objetivos à matéria. A escola e os estabelecimentos de saúde, por exemplo, na fase inicial do capitalismo, constituíram-se como matéria formada, com as funções formalizadas de educar/instruir e curar/tratar, respectivamente, o que não significa se limitar a impor condutas, mas, principalmente, gerir a vida.

Se abstrairmos as formas em que as matérias e as funções se encarnam, podemos pensar em uma máquina que não apenas se aplica a uma matéria visível em geral (como a escola, a oficina, o hospital etc.), mas também atravessa todas as funções enunciáveis, determinando formas de comportamento e produzindo a vida nos seus mínimos detalhes. Nessa lógica, as multiplicidades devem ser reduzidas, as linhas de fuga[121] aprisionadas, a diversidade esquadrinhada no espaço-tempo, equilíbrios fixados e mecanismos de prevenção instalados em torno do aleatório que é a vida.

Trata-se, portanto, de um funcionamento social que torna o poder presente e visível em toda parte, inventa novas engrenagens, impõe um funcionamento ideal, enfim, um modelo generalizável de funcionamento, uma maneira de definir as relações de poder com a vida cotidiana dos humanos. Esse esquema de funcionamento, portanto, "[...] não deve ser compreendido como um edifício onírico; é o diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal" (FOUCAULT, 1987, p. 181).

Essa dimensão informe não pode ser definida apenas como um sistema arquitetural e óptico, é uma máquina abstrata, um mapa, uma cartografia coextensiva a todo o campo social (DELEUZE, 1991) que faz ver e falar. Estamos falando de uma figura de tecnologia política que não se restringe a nenhum uso específico e, portanto, é polivalente em suas aplicações, uma vez que tanto é útil para "emendar" os prisioneiros, quanto para cuidar de doentes, preservar a saúde, revigorar a indústria ou educar alunos, difundir instrução e fiscalizar os operários ou estabelecer uma espécie de homeostase e otimizar um estado de vida (FOUCAULT, 1999).

No diagrama, uma força se exerce sobre outras forças para combinar e compor, recortar o detalhe e enquadrar uma multiplicidade espaço-temporal, instável e fluida, intersocial e em devir, que está sempre misturando matérias e funções de modo a constituir

121 Linhas de fuga são linhas que recusam as serializações e buscam produzir formas de funcionamento social que escapem do que está instituído.

mutações. Não age para representar um mundo preexistente, produz um novo tipo de realidade, um novo modelo de verdade.

As relações de força são entendidas a partir de causas imanentes, não unificadoras, que se estendem por todo o campo social e se atualizam em seus efeitos, e não analisadas a partir de uma ideia transcendente. Ao dizer que os efeitos se atualizam, estamos afirmando que as relações de forças são potenciais, definem possíveis enquanto não entram em um conjunto organizado que dá forma à matéria e à função.

Ao invocar a noção de diagrama, Foucault pensava nas sociedades modernas, disciplinares, onde o poder opera um enquadramento de todo o campo, normalizando, gerindo a vida, contaminando a todos e se estendendo aos mínimos detalhes. Entretanto, as sociedades antigas também possuem diagramas, embora com outras matérias e outras funções, assim como na etapa atual do capitalismo outros diagramas já se configuram. Temos, então, que,

> Ao fazer história o diagrama desfaz as realidades e as significações anteriores, formando pontos de emergência ou de criação, de conjunções inesperadas, de improváveis continuuns. Cada sociedade tem o seu, ou seus, diagramas [...]. No diagrama as alianças tecem uma rede flexível e transversal, perpendicular à estrutura vertical, definem uma prática, um procedimento ou uma estratégia, distintos de toda combinatória e formam um sistema físico instável, em perpétuo desequilíbrio, em vez de círculo fechado de troca (DELEUZE, 1991, p. 46).

Essa máquina abstrata é a causa dos agenciamentos concretos que são os dispositivos, os quais efetuam as relações de força e passam pelo tecido dos agenciamentos que produzem. A escola, o hospital, a fábrica e a prisão são dispositivos.

Os agenciamentos concretos que a escola opera, por exemplo, agem sobre uma substância qualificada que é a criança e sobre funções finalizadas que é a educação. A escola que surge com a modernidade é

uma maneira de agir sobre as crianças e vem de uma perspectiva diferente daquelas da sociedade de soberania. A pedagogia diz respeito ao enunciável em matéria educacional. É um regime de linguagem que classifica e traduz as condutas das crianças e calcula as estratégias educacionais. É, ao mesmo tempo, um corpo de enunciados e um limiar. Já a escola diz respeito ao visível. Ela própria constitui uma visibilidade. É um regime de luz antes de ser um prédio concreto. É, portanto, um dispositivo que mistura programas e mecanismos, um encontro das visibilidades da escola com os enunciados da pedagogia, da saúde, da fábrica e muitos outros que a atravessam e a constituem.

Conforme Foucault (1987, p. 183), "[...] não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder". A máquina-escola, como também a máquina-fábrica, a máquina-hospital, antes de serem máquinas técnicas, são máquinas sociais, ou seja, elas operam por tecnologia material e, principalmente, por tecnologia humana.

Por outro lado, cada diagrama seleciona os instrumentos necessários para os agenciamentos concretos que efetiva. A escola, o hospital, a prisão, em outras épocas, podem ter tido apenas uma existência marginal. Só passam a existir como dispositivo, quando um novo diagrama social, como o disciplinar, faz com que ultrapassem seus limiares tecnológicos. Ou seja, em outras épocas, tiveram e terão outras formas de existência. Talvez, a cada prática histórica, devêssemos dar um nome diferente a esses dispositivos, em vez de chamá-los, a todos, escola, hospital, prisão. Essa forma-escola, hospital, prisão que conhecemos hoje não foi sempre assim e outras estão se constituindo atualmente.

Nas sociedades modernas, os diagramas expõem suas relações de força ou suas estratégias específicas que constituem o poder que procede por ligações não localizáveis e passa a cada instante por muitos pontos. Dessa forma, desaparecem as antíteses entre polos opostos, como também se dissolvem as entidades estáveis, as substâncias fixas e permanentes. Vislumbra-se a vida no seu movimento expansivo,

para além das formas instituídas de funcionamento social pautadas nos valores do capital.

Na esteira do que estamos afirmando, a ideia de multicausalidade ou de nexo causal pode ser conceito restritivo para procedermos a análises que possam deslocar as práticas nesse campo, de forma a abrir outras possibilidades de intervenção/transformação e de luta dos trabalhadores pelo reconhecimento das articulações entre processos de trabalho e produção de saúde-doença.

O nexo causal compõe o diagrama atual das questões saúde-trabalho, ou seja, produz modelos de verdade e visibilidade a esse campo, faz falar determinadas formas de relações saúde, trabalho e trabalhador. Institui-se um campo discursivo e de visibilidade, fazendo ver e falar uma certa forma de articulação trabalho-saúde. Enfim, o nexo causal imprime uma inteligibilidade a essa articulação que não capta os movimentos criativos do processo de trabalho ou/e os medicaliza. O desafio é decompor esse diagrama e criar outros em que novas realidades se instituam.

A figura do perito, que define ou reconhece o nexo causal, reafirma práticas de tutela e de "especialismos mortíferos". Logo, ao mesmo tempo em que é uma estratégia importante de luta, precisa ser problematizado para que se possa abrir para outras possibilidades de intervenção, em que o trabalhador, o coletivo de trabalho, tenha o papel principal nesse cenário.

A ideia de nexo implica definições a priori das relações entre o trabalho desenvolvido e o adoecimento, não considerando os processos em curso e a variabilidade do trabalho. Conforme contribuições decisivas da ergonomia de língua francesa para esse campo, o real do trabalho tem caráter incontornável, inexorável, inesgotável e sempre renovado. O real fala do que

> [...] no mundo se faz conhecer por sua resistência ao domínio técnico e ao conhecimento científico. O real seria aquilo sobre o qual a técnica fracassa, depois que todos os recursos da tecnologia

> foram corretamente utilizados. Portanto, o real está consubstancialmente ligado ao fracasso. É aquilo que no mundo nos escapa e se torna, por sua vez, um enigma a decifrar. O real, então, é sempre um convite a prosseguir no trabalho de investigação e de descoberta. Mas, tão logo dominado pelo conhecimento, a nova situação faz surgir novos limites de aplicação e de validade, assim como novos desafios ao conhecimento e do savoir-faire atuais. O real se apreende inicialmente sob a forma de experiência, no sentido de experiência vivida (DEJOURS, 1997, p. 40-41).

Nesse sentido, o real, ocasionado pela ação no mundo, não remete exclusivamente à sua materialidade físico-químico-biológica, mas também a seu aspecto social. A definição de trabalho não pode ser reduzida àquilo que se objetiva nos atos e nos modos operatórios. O trabalho efetivamente realizado inclui equívocos, limitações, variabilidade, criação, transgressões e mobilização subjetiva.

Partindo dessa concepção, consideramos que o conceito de diagrama pode nos oferecer maiores possibilidades de análise das articulações entre os processos de trabalho e a produção de saúde-doença e outras referências para as investigações/interferência nesse âmbito.

Na perspectiva que estamos apontando, não se trata de procurar causas, mas de traçar, acompanhar os movimentos, as redes, as tramas que vão se constituindo no cotidiano dos trabalhadores, de forma a produzir rupturas nos processos de subjetivação hegemônicos hoje, priorizando a criação[122] e tendo como referência privilegiada a fala dos trabalhadores.

Nas pesquisas no campo da educação, buscamos articular formas específicas de gerenciamento das escolas, projetos político-pedagógicos e a produção de saúde-doença, tendo como referência de

122 A ideia de produção de criação ou de repetição refere-se à possibilidade de diferir ou não das formas instituídas e hegemônicas de funcionamento social. Mais adiante no texto, voltaremos a tratar dessa questão.

análise o trabalho desenvolvido. Vimos investigando, a partir dos diagramas que se constituem nas paisagens cotidianas do trabalho nas escolas públicas, o atual quadro das políticas que têm produzido novos perfis da força de trabalho.

Buscamos entender não o nexo causal entre trabalho docente e adoecimento dos educadores, mas, sim, o que é mobilizado na situação real de trabalho nas escolas em suas múltiplas conexões: gestão da educação, tanto no nível de cada escola, quanto no âmbito das coordenações das Secretarias de Educação, políticas públicas de ensino, organização e condições do trabalho nas escolas, intervenções do sindicato da categoria, processos de subjetivação e o quadro de saúde-doença dos profissionais.

Assim, partindo do princípio de que a pedagogia e a escola estão situadas em um diagrama social datado, é necessário entender esse processo considerando como o funcionamento do Estado Capitalista em suas novas reestruturações, portanto, compondo novos diagramas sociais, novos regimes de linguagem e de visibilidade, tem atualizado determinadas formas de organização do trabalho e de processos de subjetivação no âmbito da educação.

GESTÃO[123] DO TRABALHO E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: DIMENSÕES DA SUBJETIVIDADE NO TRABALHO NAS ESCOLAS

Foucault, ao inventariar a temática do governo, afirma que a questão central da pedagogia, o governo das crianças, aparece no século

123 A ideia de gestão não se confunde com administração. O conceito de gestão é tomado neste texto como uma questão própria dos humanos e, portanto, está presente onde há variabilidade, imprevisibilidade, enfim, onde é necessário colocar alguma coisa em funcionamento sem recorrer a formas estereotipadas. Assim sendo, ao falarmos de administração, estamos nos referindo a uma certa ordem administrativa implementada pelo governo municipal e, quando usamos a ideia de gestão, referimo-nos às formas como os educadores produzem suas atividades no trabalho, que implicam imprevisibilidade e possibilidade de criação. No final do texto, retomamos essa discussão.

XVI na confluência de dois movimentos: da Reforma e da Contrarreforma que questionam o modo como se quer ser espiritualmente dirigido para alcançar a salvação. Esse Estado que aparece, então, tem o governo como aspecto mais importante: governo das almas e das condutas, tema da pastoral católica e protestante. Coloca o problema de como ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo, com que método, enfim, vai se constituindo a "problemática geral do governo em geral" (FOUCAULT, 1979).

Assiste-se, assim, nos séculos XVII e XVIII, ao aparecimento de técnicas de poder, essencialmente centradas no corpo individual: a disciplina e todas as instituições no interior da qual ela se desenvolve — escolas, oficinas etc.

Na fase inicial do capitalismo, quando se definiu o Estado-Nação, essas técnicas passam a ser valorizadas a partir do momento em que se procurou gerir a população, o que significa geri-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe. A ideia de um novo governo da população torna mais agudo o problema do fundamento da soberania e a necessidade de desenvolver a disciplina.

A disciplina-gestão governamental passa a ter na população seu alvo principal e a população aparece como um campo de intervenção, como objeto de técnicas de interferência do governo, que se encarrega dos humanos nas suas relações com os costumes, hábitos, formas de agir ou de pensar. Esses três movimentos — governo, população, economia política — constituem um conjunto articulado.

Entretanto, na atual fase do desenvolvimento capitalista, em que vivemos a subordinação de toda sociedade ao capital e em que se desfaz o Estado-Nação, além da marca dessa "governamentalidade", ou seja, desse conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas, que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder (FOUCAULT, 1979), também emergem as práticas de controle, que estão em vias de se tornarem hegemônicas. Práticas de poder que funcionam por controle contínuo, regulamentando a vida, implantando

novos tipos de sanções, tratamentos, educação e trabalho, tendo por alvo a espécie humana.

Portanto, com a diluição do Estado-Nação, outras formas de "governamentalidade" emergem e se conectam com as técnicas disciplinares instituindo outros modos de subjetivação.

Essa outra tecnologia de poder produtora de subjetividade não é a disciplinar, mas a embute, integra-a, modifica-a parcialmente e, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela. Aplica-se à vida dos homens, ao homem vivo, ao homem-espécie. "Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma 'biopolítica' da espécie humana" (FOUCAULT, 1999, p. 289).

No campo da saúde, por exemplo, a função maior é a higiene pública, campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população e, no campo do trabalho, a intervenção vai se operar, principalmente, sobre a incapacidade, sobre os problemas que colocam as pessoas fora do campo da atividade.

Enfim, essa biopolítica, que lida com a população como problema político e científico e está articulada à disciplina, é uma forma de poder que, cada vez mais, está ligada ao direito de intervir para fazer viver, de definir a maneira de viver, o como da vida, na medida em que o poder intervém para aumentar a vida e controlar seus acidentes. Essa técnica de poder não suprime a disciplinar, já que se trata de outro nível, de outra "[...] superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes" (FOUCAULT, 1999, p. 289).

Esses aspectos são, portanto, fundamentais nos processos de subjetivação, uma vez que, hoje, mais do que em outras épocas, a produção social está articulada pela produção da subjetividade. A arte de governar/gerir/regulamentar a vida é seu objetivo mais importante, pois define os modos de subjetividade adequados e submete os inadequados à disciplinarização e à regulamentação. A lógica dessa arte de governar é, principalmente, a tutela e a normalização. Um Estado

tutor e regulamentador que deve fazer, portanto, não só a gestão da burocracia, mas dos estilos de vida, incluídos o de saúde e trabalho.

Na esteira dos trabalhos foucaultianos, pensamos que, na sociedade em que vivemos, a produção e reprodução do capital precisa de trabalhadores não só disciplinados, obedientes às regras instituídas, mas também regulados, normalizados, fiscalizadores de si e do outro, pois já não basta a docilização dos corpos no cenário atual dos mundos do trabalho, mas são necessárias, ainda, a regulamentação e normalização da vida.

Nossos corpos e corações são desenhados de acordo com o que se considera bom ou mal trabalhador e, nessa operação, produzem-se, prioritariamente, repetições/serializações, ou seja, produção de seres submissos à lógica do capital e, para ser eficaz, precisa naturalizar o jeito que somos, considerando-o parte da natureza humana, como se não fosse construção histórica. Nessa direção, as formas de governo e o Estado são entendidos como tendo um papel exclusivamente jurídico.

No sentido contrário, afirmamos que a maneira como nos comportamos, sentimos, amamos, enfim, vivemos, é produzida pelos processos por meio dos quais os humanos se relacionam, para produzir o mundo em que vivem. Cada época cria formas específicas de ser. São nossas práticas sociais cotidianas que produzem diferentes formas de existência e, portanto, de trabalho, de trabalhador, de saúde e de doença. Trazer para a reflexão a problemática do sujeito e da subjetividade é, dessa forma, questão essencial à práxis da saúde e dos estudos sobre o trabalho.

Minayo (2001, p. 4), ao apresentar o primeiro volume do século XXI da revista Ciência e Saúde Coletiva, destaca a problemática do sujeito como questão de grande importância no âmbito das práticas em saúde. Segundo a autora, o tema, apesar de recorrente, está longe de ter sido suficientemente debatido. "Mas eu diria que tudo é ainda bastante tangencial porque sujeito e subjetividade ainda não são assunto relevante para a racionalidade hegemônica da área". Destaca a

importância de estudarmos a categoria teórica de sujeito que, segundo a autora, diz respeito à ação sócio-histórica de indivíduos, grupos, classes e povos. Citamos Minayo (2001, p. 4):

> [...] tudo que é humano, inclusive a ciência como processo histórico, passa pela ação do sujeito, uma vez que não existe conhecimento e transformação, a não ser como uma criação em que o observador e o observado se entrelaçam em comunhão ou estranhamento. Essa verdade aparentemente muito simples foi sempre um ponto polêmico no campo científico. Marcada fortemente pela ideologia positivista, a ciência moderna considera que seu papel é encontrar explicação cabal das leis da natureza e da sociedade, ambas olhadas como objeto externo a quem as investiga [...]. A versão de uma ciência isenta de 'humanidade' acabou por criar o mito da neutralidade e da objetividade como se fosse possível sair de um pântano puxando os próprios cabelos.

Os estudos mais recentes implicados na conceitualização de trabalho, em particular a ergonomia, também têm trazido para discussão a categoria do sujeito e da subjetividade pela noção de atividade subjetivante.

Tal noção inscreve-se, dentre outros aspectos, na "crítica da racionalidade", apontando o fato de que o trabalho não é apenas o que se objetiva nos atos e modos operatórios, mas, principalmente, as marcas de seus atos na transformação do sujeito, ou seja, a atividade subjetivante fala das interações entre o homem e o posto de trabalho. Nas palavras de Dejours (1997, p. 44-45):

> Essa mediação permite intercalar – entre a objetividade própria ao mundo do ambiente ou posto de trabalho e a objetividade da expressão material do comportamento, em tempo de subjetivação – a atividade subjetivante onde a exigência objetiva e o processo subjetivo apoiam-se mutuamente, justamente no detalhe

> de sua dinâmica interna sem jamais conseguir a heteronomia das duas dimensões do comportamento e de sua intenção.

Com frequência encontramos, no campo das abordagens teóricas sobre o trabalho, a ideia de fator humano, que parece buscar o aspecto "subjetivo" do trabalho. Dejours (1997, p. 13) afirma que esse conceito tem sido utilizado de forma reducionista e cientificista e, portanto, não contempla a complexidade do humano.

> Muitas vezes a noção de fator humano é usada como psicologia espontânea ou de psicologia do senso comum [...]. Acontece que o trabalho, apesar de ser parte integrante do mundo cotidiano, cria uma quantidade de problemas específicos, que são insuficientemente analisados pela psicologia e sociologia geral.

Assim, de uma forma ou de outra, os aspectos chamados subjetivos passam a ter destaque e, nesse processo, convocam-se os saberes "psi". A palavra do trabalhador torna-se a via de principal acesso ao modo como se realizam as vivências subjetivas e intersubjetivas do trabalho. O "fator humano" passa a ser considerado para além dos aspectos pejorativos, relacionados com a falha humana, erro ou negligência. Ao ouvir os trabalhadores falarem do seu cotidiano de trabalho, abriu-se para a afirmação de que a saúde é resultado da inserção do sujeito no mundo e do sentido que ele dá às atividades que executa.

Ao imprimir um sentido de valorização do trabalhador nas ações de mudanças das condições e organização do trabalho, aumentam, a cada dia, as tentativas de atribuir importância à subjetividade no planejamento das atividades e na compreensão dos mecanismos de submissão e recusa dos corpos aos padrões definidos pela organização do trabalho.

Assim sendo, o especialista em matéria de condições e organização de trabalho é o próprio trabalhador. Dejours (1997, p. 8) afirma:

> [...] a contribuição dos cientistas, embora necessária, é relativamente limitada. Primeiro, ela deve ser inspirada pelos próprios trabalhadores; segundo, diríamos que a direção a ser dada a essa contribuição deve também ser controlada pelos trabalhadores. Inclui-se aí tudo o que concerne ao trabalho, às condições de trabalho e à organização do trabalho.

O conceito de subjetividade que constitui esse quadro teórico tem, assim, um alcance crítico de grande relevância, pois questiona o pressuposto fisicalista das abordagens do fator humano em termos de falha.

O ato técnico e a atividade de trabalho não se deixam apreender satisfatoriamente por uma análise solipsista, ou seja, uma análise que considera os comportamentos humanos a partir de interações entre um sujeito considerado isoladamente e seu ambiente físico ou as exigências do trabalho. Isso implica colocar em questão as abordagens subjetivistas e culturalistas do fator humano ou, se quisermos, da subjetividade. Toda atividade de trabalho está submetida à regulação advinda da interação entre sujeitos (DEJOURS, 1997).

A criação de modos-indivíduo de subjetividade, isto é, o indivíduo como dominância de expressão da subjetividade, está conectada com o liberalismo político, o romantismo valorizador das expressões de "cada um", a instauração de uma nova utilização do corpo nas relações de trabalho, com mudanças nas relações entre o domínio público e o privado, com a criação de novos equipamentos sociais, difusores de ideais da burguesia, que produzem sujeitos e objetos, conforme esse momento (BENEVIDES, 1993).

Nessa linha de análise, no conhecimento que busca a verdade dos paradigmas científicos, sujeito e objeto são dados previamente, *a priori*, um princípio de individuação, que independe das condições históricas, como se fosse possível pensar numa subjetividade a-histórica e apolítica que tem a função de desvelar um mundo imutável. Portanto, abordar a temática da subjetividade não significa, na

perspectiva que adotamos, opô-la à objetividade, numa postura que reforça a distinção sujeito-objeto do conhecimento. Nem tampouco considerar a subjetividade como algo centrado no sujeito, passível de mudança por fatores que lhe são externos, ou seja, a subjetividade próxima da ideia de essência, algo que provém de algum lugar estranho às situações imanentes que a constituem.

Esse quadro que apresentamos significa que a noção de subjetividade aqui passa a ter outros sentidos. A proposta, a partir dessa matriz conceitual, é analisar os efeitos de subjetividade possíveis que se produzem nas redes de interfaces. Cada diagrama social tem, portanto, um particular "regime de subjetividade" ou, buscando inspiração em Marx, um "modo de produção de subjetividade".

Em meio a tantas abordagens sobre o sujeito da ação, estamos privilegiando a ação que cria o sujeito, que produz subjetividade e que, talvez, seja o aspecto fundamental da práxis.

Nos estudos sobre as articulações entre processos de trabalho e saúde, a ênfase no sofrimento, na sua dimensão de conflito, pode, algumas vezes, fazer com que a categoria subjetividade fique atrelada à estrutura da personalidade, sujeito prévio ao trabalho em situação concreta, naturalizando-se tanto o trabalho, quanto o sujeito.

> Tal perspectiva acaba por separar mundo do trabalho e mundo particular e a supor uma individualidade como lugar da verdade sobre um sujeito interiorizado, numa postura que, conforme Foucault, busca origem última das coisas e dos fatos históricos, produzindo a ideia de que a verdade ali se encontra de forma pura e estável, alheia aos movimentos e forças que lhe são constitutivos, como se a verdade não fosse ela também, construída (ARAÚJO, 2001, p. 45).

Os processos de subjetivação passam a compor um quadro conceitual, no qual não são entendidos como centrados em agentes individuais, no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, mas

como processos descentrados, que se referem à multiplicidade de agenciamentos de subjetivação.

Ao contrário de se confundir com o sujeito, com o pessoal, esse conceito de subjetividade visa, exatamente, a embaralhar as dicotomias sujeito-objeto, indivíduo-sociedade, corpo-psiquismo, interior-exterior. É uma noção inseparável da noção de produção, cujas máquinas sociais de sua produção são muito variadas. Subjetividade, portanto, fabricada e modelada no registro social, matéria-prima para o desenvolvimento das forças produtivas.

Assim, de maneira abreviada, podemos dizer que sujeito não é centrado em um indivíduo ou sequer constitui uma totalidade que não se separa com precisão dos "objetos", pois eles estão variavelmente acoplados, e nem se prende verticalmente a uma "ontologia" particular, produz-se em processos multíplices e heterogêneos que se dão em vários níveis. Assim, para tratar desse outro "sujeito", daremos preferência à noção de subjetividade.

Nesse sentido, o indivíduo está situado no entrecruzamento de múltiplos componentes de subjetividade, de múltiplos vetores de formação de subjetividade. Portanto, não se trata apenas de "sujeito de alguma coisa" ou "sujeito de uma ação", mas se destaca a ideia de algo produzido, subjetividade como coisa produzida.

Cada vez que apontamos o caráter histórico e datado das formas de existir e ser trabalhador, estamos sinalizando a possibilidade de constituição de histórias em que outros vetores de subjetivação podem se instalar e outras formas de os humanos trabalharem e viverem podem ser permanentemente inventadas e exercitadas.

Para os fins da presente análise, destacamos alguns aspectos de nossas investigações no campo da educação pública que têm destacado os efeitos de subjetividade produzidos pelos projetos político-pedagógicos em curso. Tais projetos instituem formas determinadas de organização do trabalho que têm múltiplos efeitos na saúde dos trabalhadores e nos modos de subjetivação engendrados e podem produzir, prioritariamente, repetição e/ou criação. Supomos que uma

nova ordenação do "arranjo organizacional" (CAMPOS, 1999) potencializaria alterações na subjetividade e na "cultura" dominante entre os profissionais da educação.

Não se trata, aqui neste texto, de um estudo empírico sobre os efeitos da utilização de uma outra forma de "arranjo organizacional" do trabalho nas escolas em situações concretas, mas de um exercício de pensamento em uma dimensão conceitual, no qual buscamos não uma exaustiva comparação entre as diferentes formas de abordagem da subjetividade explorando suas diferenças, mas a afirmação de um tratamento a essa questão que pode nos auxiliar na tarefa de construir novas práticas no campo das articulações saúde-trabalho, evitando as armadilhas dos nexos causais que tentam definir, *a priori*, relações entre condições e organização de trabalho e os efeitos sobre a saúde-doença dos educadores.

Todavia, estaremos considerando experiências em que diferentes diretrizes organizacionais serviram de base para algumas administrações em Secretarias Municipais de Educação (Seme), tentando acompanhar a processualidade dessas situações e o que foi possível produzir no campo da educação em Vitória-ES.

Nos últimos 12 anos, quando estivemos desenvolvendo trabalhos com a Seme/Vitória, diferentes propostas político-pedagógicas foram experimentadas na rede de ensino do município e, nesse sentido, as reflexões aqui apresentadas buscaram inspiração nessas administrações ao longo desse tempo.

Algumas dessas experiência não conseguiram alterar de forma mais efetiva a lógica de funcionamento dominante das escolas da rede, quer em sua dimensão gerencial, quer em seus aspectos metodológico-pedagógicos, o que não significa desvalorizar a experiência engendrada, mas nos levar a um outro campo de questões, onde possamos pensar por que não foi possível manter e ampliar de forma mais efetiva as transformações implementadas por ocasião da construção de projetos pedagógicos e outras formas de gerir/trabalhar menos verticalizados.

Conforme Campos (1999), tanto os processos de subjetivação, quanto a cultura de uma instituição são socialmente produzidos e resultam também da estrutura e do funcionamento organizacional e da ordenação específica dos processos de trabalho. Nesse sentido, seriam produtos com múltiplas determinações. O autor afirma que tais processos são também influenciados pelo protagonismo dos grupos e que, portanto, são passíveis de mudança por meio da ação dos humanos.

É nessa direção que temos pensado o trabalho nas escolas públicas: analisar a multiplicidade de linhas que constituem a educação municipal, cartografando seus movimentos, sua processualidade, a variabilidade do trabalho desenvolvido e a produção de saúde-doença dos educadores.

Partindo da perspectiva de que as práticas educacionais não têm um único movimento, de que se constituem em um processo multifacetado e imprevisível, estivemos atentos aos modos de subjetivação engendrados e, ao acompanhar os movimentos que vão se constituindo no cenário social/educacional, procuramos evidenciar as múltiplas conexões entre as condições e as formas como o trabalho tem se organizado, os estilos de governo implementados, processos de subjetivação em curso, a saúde-doença dos docentes, enfim, a forma como esse diagrama se materializa e se agencia nos dispositivos escolares produzindo realidades e modelos de verdade.

Assim, reafirmamos que a forma de administração governamental e a estrutura de poder da organização dos estabelecimentos educacionais produzem comportamentos, posturas, modos de "existencialização", subjetividade. Não em uma relação causal/mecânica, mas em um sentido diagramático que produz estados de coisas, valores, máquinas sociais que fazem falar e ver o cotidiano da escola.

Na tentativa de colocar em questão a forma de gerenciamento das escolas e produzir criação, temos utilizado essa "arquitetônica conceitual" (AYRES, 2001) sobre subjetividade no campo da saúde do trabalhador da educação.

O conceito de subjetividade passa a compor um outro quadro, no qual a perspectiva ética/política de abordagem é diferente daquela

priorizada pela Medicina do Trabalho que, inserida em uma prática voltada para cada indivíduo, considerado em suas características particulares, busca conhecer seu funcionamento, descobrir sua essência e verdade. A subjetividade do trabalhador, ao ser totalizada ou centralizada no indivíduo e entendida como algo próprio e interiorizado, é alvo de uma ortopedia social que visa a sua adaptação às formas instituídas de organização do trabalho.

As pesquisas desenvolvidas em Vitória-ES (BARROS, 1997; HECKERT, 1999; ARAGÃO *et al.*, 1998; ARAGÃO *et al.*, 2001; OLIVEIRA, 2001) têm procurado analisar os processos de subjetivação produzidos por várias administrações das escolas públicas nos últimos anos, tentando conhecer esse campo de forças e colocando em análise os diagramas sociais nos seus agenciamentos concretos.

Preocupadas com o quadro atual no campo da educação brasileira, onde a escola e seus profissionais têm sido alvos privilegiados de críticas, de desrespeito e desvalorização, essas pesquisas procuraram analisar o quadro na perspectiva de transformação dessa situação, privilegiando a articulação entre algumas formas de gerenciamento/regulamentação da educação por parte dos poderes públicos e a gestão nas escolas.

Quanto ao conceito de gestão, esses estudos partem do princípio de que trabalhar é gerir. As atividades do trabalho humano, além dos modos operatórios prescritos para os diferentes ofícios, implicam, também, antecipação, já que nunca se sabe, *a priori*, qual entre os diferentes aspectos da atividade vai ocorrer, nem qual vai ser sua importância. O resultado de um modo operatório é o resultado de um compromisso entre as exigências da cadência de trabalho, os múltiplos incidentes a resolver e as diferentes exigências do trabalho desenvolvido. No curso das "supostas sequências-padrão" do trabalho, já existe história, variabilidade dos componentes da atividade, exigências múltiplas e, portanto, valores, arbitragens e critérios em jogo (SCHWARTZ, 2000).

O que estamos tentando afirmar é que uma forma de gestão sempre está presente em germe, quase informulada. As transformações do trabalho vão, apenas, modificar, dilatar essa dimensão gestionária, mas não vão inventá-la.

Assim, gerir, trabalhar, desloca-se sobre uma multiplicidade de registros, que inclui a gestão de eventualidades específicas ao ofício, do objeto da atividade, das interfaces, dos tempos, das relações internas às equipes. Essas questões pretendem afirmar a densidade dos espaços, onde essas arbitragens operam e recusar a tese de que não há gestão na escola, senão a dos especialistas habilitados como tais ou a dos poderes instituídos.

Nessa direção de análise, essas pesquisas destacam que as políticas educacionais e as diferentes formas de organização do trabalho que elas atualizam têm decorrências importantíssimas na gestão do trabalho — portanto, nos processos de subjetivação — e na saúde dos trabalhadores/educadores. As experiências administrativas que fortalecem a comunicação cotidiana e imprimem movimento e processualidade no espaço escolar, priorizando a circulação da fala, evitam o sufocamento do ambiente de trabalho. A produção criadora[124] é sua tendência dominante.[125]

---

124 Produção criadora é invenção de problemas, de forma a se defrontar com o novo e o inesperado. Força a pensar e divergir de si mesmo e não está a serviço, apenas, da solução dos problemas colocados pelas demandas socias.

125 Cabe lembrar que os programas de qualidade total na escola também abrem espaço para a comunicação, mas a produção criadora não é sua tendência dominante, talvez, a produção criativa, ou seja, a produção de respostas ao que está instituído na sociedade. A experiência que estamos nos referindo, além da implementação de um projeto que buscava os espaços coletivos de debates, apostando nas possibilidades de invenção, pautava-se, principalmente, pela articulação entre a direção da Secretaria de Educação e a gestão nas escolas no sentido de tentar criar espaços de autonomia. Isso não significa que esse processo tenha sido sempre bem-sucedido, entretanto, movimentos nessa direção e a autocrítica da coordenação central da rede eram frequentes na administração do ensino, nessa época, no município de Vitória.

No cotidiano da rede de ensino municipal, no início dos anos 90, conforme as análises produzidas, era possível captar não apenas corpos domesticados, disciplinados e normalizados ou movimentos estereotipados, mas também corpos rebeldes, "em revolta", que ousavam desrespeitar as tentativas de serialização, buscando linhas de fuga. Recusas rebeldes que se expressavam diante dos diferentes autoritarismos ou normatizações.

A "gestão democrática" nas escolas era, nesse contexto, tema constante na pauta das discussões cotidianas da rede de ensino. Buscava-se outras formas de trabalho, mesmo quando os impedimentos objetivos se colocavam, uma vez que o projeto político-pedagógico atualizava/potencializava os movimentos de criação e de recusa.

Conforme a opinião de muitos educadores que experimentaram essa forma de administração do ensino na cidade: "A rede adquiriu mais dignidade, as parcerias se efetivavam, os encontros eram possíveis e, principalmente, os gritos viscerais não ficavam entalados nas gargantas"; "Tínhamos muitos problemas, inúmeros, mas o que estou querendo dizer é que os problemas tinham chance de serem resolvidos porque nós conversávamos e brigávamos entre nós"; "Não se tratava de um mar de rosas, mas o fato de podermos brigar era um bom começo...".

Em uma escola onde os profissionais podem conversar, trocar experiências, falar sobre seu trabalho, inventando-o a cada situação que o exija, institui-se outro padrão de vida e saúde, pois o que caracteriza "[...] o vivo é uma força (ou forças), uma potência vigorosa de se afirmar, afirmando a vida. A vida é um pulsar e esse é nosso ponto de orientação para analisar e agir, recusar o que é nocivo e mudar o ambiente de trabalho, perceber a beleza, o brilho, a plasticidade, a nobreza" (ATHAYDE *et al.*, 2000, p. 16), que é vontade de potência. "Mas para garantir a vida, ou melhor, falar de sua força, às vezes chegamos a arriscá-la, pois viver é também correr riscos, experimentar, algumas vezes aventurar-se no desconhecido" (ATHAYDE *et al.*, 2000, p. 16), o que nos faz atribuir aos acidentes e doenças do trabalho um outro quadro explicativo.

Hoje, o que se observa na rede municipal de ensino é, predominantemente, uma ordem administrativa e uma organização dos processos de trabalho nas escolas que produzem subjetividades, conforme a lógica dominante, e não segundo aquela implementada no início dos anos 90, quando se invocaram alguns dispositivos de mudança, baseados na gestão coletiva dos processos educacionais. Enfim, uma forma de organização do trabalho que pode impedir ou tentar evitar que outros vetores de subjetivação singulares, em constante processo de invenção, possam povoar as escolas.

Essa articulação entre administração tutelar, verticalizada, e a geração de subjetividades serializadas, marcadas pela repetição, sofrimento patogênico e doença pode ser constatada, dentre outros aspectos, na brutal elevação dos índices de solicitação de pedidos de licença médica por parte dos professores/as, nos últimos anos da década de 90.

As solicitações de afastamento do trabalho por motivos médicos sinalizam ora estratégias que recusam os modos de administração verticalizados, movimentos que buscam fugir das serializações impostas, constituindo-se em importante estratégia política, ora adoecimento e, ainda, defesas que buscam evitar o adoecimento.

O gerenciamento do tempo é uma estratégia privilegiada no estabelecimento da lógica do capital e uma forma de recusa utilizada pelos trabalhadores, como a greve, operação tartaruga, a cera e, ainda, os pedidos de licença.

A organização do trabalho na escola hoje está marcada, principalmente, por individualismo, competitividade, "desrespeito à posição do professor", tarefas repetitivas, que não favorecem os processos de criação e, conforme alguns depoimentos, "rebeldia e desrespeito dos alunos, descaso dos pais e muita burocracia". Em frente a esse quadro, alguns dizem que "Hoje se colocam duas opções: fazer resistência ou fazer resistência".

Cabe destacar, ainda, que, em suas diferentes dimensões, os pedidos de licença, nas administrações onde predomina o modo de

produção de subjetividade marcado pela repetição, ou seja, que não colocam em questão os modos instituídos de funcionamento social, são esvaziados do seu caráter coletivo e passam a sinalizar compromisso/descompromisso pessoal e individual dos docentes. Um individualismo patológico que dificulta ou tenta impedir a integração desses atos em uma complexidade viva, a partir de um projeto ético comum. Opera-se um deslocamento quanto aos processos que produziram o adoecimento e as respectivas estratégias defensivas. A possibilidade de o trabalhador ter reconhecido a importância de lutar pela saúde como estratégia coletiva de resistência coloca em análise os modos de organização do trabalho na escola que produz, prioritariamente, "subjetividades metástases"[126] (NEVES, 1997).

Estamos falando, portanto, de uma dimensão do funcionamento social, a escola, que, além de sua função definida socialmente de produzir/transmitir conhecimentos, é uma máquina que faz ver e falar a realidade educacional complexa em constante processo de constituição. Uma forma de funcionamento que, ao produzir modos de existência, produzir subjetividades, saúde-doença, produz efeitos em cadeia, assegura e intensifica a eficácia desse aparelho de poder, uma vez que tem caráter produtivo e preventivo.

Na medida em que as redes de ensino são regidas com base exclusiva nos moldes burocráticos, tutelares e normalizadores, ou seja, um estilo de administração que "[...] limita e constrange a comunicação cotidiana [...]" (CAMPOS, 1999, p. 394), fragiliza-se a autonomia do trabalhador como profissional da educação, o que não significa eliminá-la. Os processos que se instituem nessa forma de administração não têm estimulado as discussões coletivas, desvalorizam o trabalho dos educadores, conduzindo à atualização de formas despotencializadoras de trabalhar/viver. O modo de produção de subjetividade

126 Subjetividades metástases significam subjetividades amorfas, moldadas ao sabor dos interesses do capital e, portanto, com dificuldades de cultivar resistências às instituições, às técnicas de controle e disciplina.

predominante é o da produção da repetição e de submissão e, ao naturalizarem a situação vivida, os docentes não se sentem potentes para transformá-la.

Contudo, muitas tarefas prescritas pela administração da Seme não conseguem ser implementadas e a sala de aula se configura, muitas vezes, em "espaço de saúde", onde o trabalho real, marcado pela imprevisibilidade, efetiva-se, evitando-se o sufocamento. Na direção contrária às análises que condenam o isolamento do professor em sala de aula, não poderíamos considerar que esses aspectos podem estar sinalizando um importante movimento de "insubmissão" e viabilizando a invenção de outras formas de trabalho ou outras redes de cooperação? Como investir nessas estratégias de forma a viabilizar outros movimentos que, ao recusarem as políticas educacionais em curso, podem usinar novas possibilidades de luta no campo da educação? Esses processos nos falam da complexidade das articulações entre modos de administração, produção de saúde e de subjetividade, forçando-nos a produzir quadros de análise que contemplem a complexidade que compõe esse campo.

Portanto, o engessamento das ações não se efetiva de forma tranquila, ou seja, a submissão não é total, absoluta.

O que mais preocupa nesse quadro é a dificuldade encontrada para produzir análises que os desloquem desse lugar enfraquecido de onde, muitas vezes, não se percebem como produtores desse processo e, portanto, não vislumbram possibilidades de alterar os rumos que a educação tem tomado nos últimos anos. Os movimentos nesse sentido são muito tímidos, mas sempre que potencializados conseguem deslocamentos, mesmo que de forma ínfima.

Entretanto, reafirmamos, essa forma de o trabalho se organizar não inviabiliza os processos criadores dos/as trabalhadores/as. Acompanhando Schwartz (2000, p. 435), esse modo de administração do trabalho na escola não significa o sufocamento absoluto dos processos inventivos, uma vez que "[...] toda gestão supõe escolhas, arbitragens, uma hierarquização de atos e de objetivos, portanto, de

valores em nome dos quais estas decisões se elaboram. Ora, o trabalho nunca é totalmente – o que quer dizer que em parte ele o é – expectativa do mesmo e repetição". Segundo o autor, a gestão como verdadeiro problema humano está presente onde há variabilidade, história.

A gestão é um termo enganoso que, muitas vezes, confunde-se com administração em um sentido desvalorizado. A gestão advém por toda a parte onde é necessário fazer funcionar sem poder recorrer a procedimentos estereotipados.

A dimensão gestionária do trabalho está presente mesmo quando predominam formas autoritárias de organização do trabalho. Mais uma vez, para Schwartz (2000, p. 438): "Não há agências ou instâncias especializadas gerando o trabalho num deserto de gestão [...]", há gestão densa, disseminada, operante e multiforme em todas as organizações industriosas.

Nas escolas pesquisadas, esse aspecto se traduz nas diferentes estratégias que criam para dar conta da situação vivida, dentre elas: esquemas de substituição, nos quais um trabalhador "cobre o outro" e, quando necessário, sem conhecimento da Seme; transgressão de algumas determinações da Secretaria, sem prejudicar a dinâmica da escola; discussões coletivas forjadas no cotidiano de trabalho; construção de estratégias metodológicas em sala de aula; criação de espaços de autonomia, mesmo que de forma precária.

As pesquisas no campo da Saúde do Trabalhador, ao incorporarem esse outro aporte sobre a subjetividade e a multiplicidade das articulações saúde e trabalho, poderão estar abrindo vias importantes na perspectiva da transformação da organização do trabalho que tem produzido sofrimento patogênico. Perseguir formas de trabalhar que priorizem a produção criadora é construir formas de gestão, estilos de governo e estruturas de poder das organizações que estimulem a autonomia e a construção coletiva de projetos político-pedagógicos nas escolas.

Qualquer tentativa de estabelecer relações diretas, de nexos causais entre as atuais formas de organização do trabalho e a saúde dos

docentes, pode reduzir tais conexões a apenas um de seus aspectos, não considerando os múltiplos planos que desenham e compõem a riqueza do cotidiano do trabalho nas escolas.

Sustentamos a afirmação de que a aposta na capacidade de criação da vida, na possibilidade de abertura de novos modos de "existencialização" e de novos modos de subjetivação, em ruptura com os processos em curso, pode acionar ações na direção de mudanças significativas no campo social. Lembrando, mais uma vez, Foucault, os humanos, como seres vivos, são um conjunto de forças que resistem e criam.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, E. M. A. *et al.* As sutilezas dos processos de grupo e formação na atualidade. *In*: ATHAYDE, M. *et al.* (org.). **Trabalhar na escola? Só inventando o praze**r. Rio de Janeiro: IPUB, 2001. p. 42-57.

ARAGÃO, E. M. A. *et al.* Gênero e saúde: essas e muitas outras questões. *In*: ATHAYDE, M. *et al.* (org.). **Saúde e trabalho na escola**. Rio de Janeiro: CESTEH: Ensp: Fiocruz, 1998. p. 37-46.

ARAÚJO, M. D. de. Alguns olhares sobre a subjetividade nas pesquisas em saúde do trabalhador. *In*: BARROS, M. E. B.; DOMINGUES L.; LAVRADOR, M. C. (org.). **Texturas da Psicologia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 57-71.

ATHAYDE, M.; BRITTO, J.; BARROS, M. E. B. de. **Programa de formação em saúde, gênero e trabalho em escolas**. (Caderno de textos apresentado no curso de formação em saúde e trabalho nas escolas públicas). Rio de Janeiro, 2000.

AYRES, J. R. de C. M. Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 63-72, 2001.

BARROS, M. E. B. **A transformação do cotidiano**: a experiência de Vitória. Vitória: Edufes, 1997.

BENEVIDES DE BARROS, R. D. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. 1993. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

CAMPOS, G. W. de S. Equipes de referência e apoio especializado matricial: um ensaio sobre a reorganização do trabalho em saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 393-404, 1999.

DEJOURS, C. **O fator humano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DEJOURS, C. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DELEUZE, G. **Nietzsche e a filosofia**. Porto: Rés, 1994.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUATTARI, F. **Cartografia do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

HECKERT, A. **Educação e trabalho**: produzindo outros territórios de criação. Relatório da pesquisa realizada no Departamento de Psicologia da UFES, Vitória, 1999.

MINAYO, M. C. de S. Estrutura e sujeito, determinismo e protagonismo histórico: uma reflexão sobre a práxis da saúde coletiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 4-19, 2001.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de janeiro, v. 13, n. 2, p. 21-32, 1997.

NEVES, C. E. A. B. Sociedade de controle, o neoliberalismo e os efeitos de subjetivação **Revista Saúde e Loucura**, São Paulo, n. 6, p. 75-98, 1997.

OLIVEIRA, S. P. de. **Micropolítica do fracasso escolar**: uma tentativa de aliança com o invisível, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2001.

RODRIGUES, H. de B. C. Sobre as histórias das práticas grupais: exploração quanto a um intrincado problema. *In*: JACÓ-VILELA, A.; MANCEBO, D. (org.). **Psicologia social**: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 65-78.

FOUCAULT, M. Quando clio encontra psyche: pistas para um (des) caminho formativo. **Cadernos Transdisciplinares**, Rio de Janeiro, UERJ, Instituto de Psicologia, 1998.

SCHWARTZ, Y. Travail et gestion: niveaux, critéres, instances. **Revue Performances Humaines et Technicque**, Paris, Octares, hors-série, p. 10-13, sept. 2000.

ZARIFIAN, P. **Travail,** événement **et rapports sociaux**: le travail et l'événement. Paris, L'Harmattan, 1995.

A escola, as transformações dos mundos do trabalho e o trabalho docente[127]

Maria Elizabeth Barros de Barros

Este ensaio baseia-se nos resultados do projeto Trabalho docente e saúde mental, elaborada por uma equipe de profissionais da Universidade Federal do Espírito Santo e compõe os trabalhos de um grupo integrado de pesquisa do qual fazem parte pesquisadores e técnicos da Fundação Oswaldo Cruz, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, da Universidade Federal da Paraíba e da Secretaria Municipal de Betim, MG. Esse grupo tem tomado como aspecto prioritário de análise a problemática das articulações entre as atuais transformações

127 Publicado originalmente em: BORGES L. H.; MOULIN, M. G. B.; ARAÚJO, M. D. (org.). **Organização do trabalho e saúde:** múltiplas relações. Vitória: Edufes, 2001.

do trabalho docente e a saúde do conjunto de trabalhadores/as das escolas públicas em suas múltiplas dimensões.

Em Vitória, o processo de investigação partiu da demanda formulada pelos docentes da rede de ensino deste município. Colocamos em foco a situação desses/as educadores/as em suas articulações com as formas de gestão implementadas nos últimos anos na cidade, partindo do princípio de que os modos como o trabalho se organiza na escola têm efeitos na saúde/doença dos docentes.

A pesquisa teve a preocupação em mostrar como a escola contribui para a produção de sofrimento que se desdobra em adoecimento naqueles que lá trabalham e, principalmente, identificar como esses trabalhadores constroem estratégias para se defenderem dessa nocividade, rejeitando os modos de subjetivação hegemônicos para criar outros, diferenciando-se, deixando escapar a polifonia.

Buscamos, ainda, ampliar a interlocução com pesquisadores do campo da saúde coletiva, no sentido de alimentar as discussões da área e contribuir com a formulação teórica, conceitual e metodológica em saúde e trabalho. A dimensão nacional dessa temática precisa ser destacada e, portanto, o debate com grupos de pesquisa de outros estados do país preocupados com essa questão se coloca como prioridade, confrontando dados encontrados e observações sobre as situações de trabalho dos docentes, na perspectiva de sua transformação.

Cabe ressaltar que os resultados obtidos na pesquisa Trabalho docente e saúde mental têm permitido aos profissionais do município uma maior compreensão das relações entre o processo de trabalho e saúde, segundo avaliação desses trabalhadores, o que tem viabilizado, por exemplo, a discussão com os companheiros e autoridades da Secretaria Municipal de Educação (Seme) sobre a situação atual dos docentes da rede, assim como propor estratégias que possam modificar a organização do trabalho na rede municipal de ensino e, consequentemente, a saúde dos/as trabalhadores/as.

Assim, baseadas no que já foi possível alcançar até o momento no campo de forças políticas e nos projetos pedagógicos que conformam o trabalho dos educadores no município, podemos afirmar a importância de pesquisar as estratégias utilizadas pelos profissionais no sentido de resistir às tentativas de desqualificação do trabalho docente e de experimentar possibilidades de trabalho abertas a outras composições, em ruptura com o quadro das práticas educacionais no contexto dos mundos do trabalho hoje.

CARTOGRAFANDO A ESCOLA

Qual a inserção da escola no panorama atual das novas configurações do trabalho? Caberá ainda à escola, prioritariamente, o encargo da formação profissional? Espera-se uma reforma da escola ou sua "liquidação", como nos sugere Deleuze? (1992). Como essas questões se colocam na realidade brasileira?

Conforme Rocha (1996), o funcionamento social capitalista encontra nas instituições de formação suas âncoras mais sólidas, sendo a escola parte fundamental nos processos de subjetivação e marcada, predominantemente, por modos de funcionamento que vão na direção da lógica social dominante. As práticas educacionais, portanto, tendem a acompanhar as formas de sociabilidade hegemônicas, produzindo e sendo produzidas num cenário político-social datado.

A valorização das tarefas escolares no século XVII estava marcada por uma mudança considerável, componente da produção de um contexto geral em que o Estado começava a se organizar como poder centralizador e em que o sistema econômico se modificava com o mercantilismo e o início do capitalismo. Buscavam-se os espaços fechados e separavam-se os "diferentes". O desperdício de forças vivas inquieta o Estado capitalista, os indivíduos "inúteis" não podem compor a cena social, a disciplinarização torna-se a técnica privilegiada

de gestão e o enclausuramento das crianças na escola é a estratégia principal nessa tarefa.

> [...] relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto – que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a 'natureza' dos indivíduos. Fazer funcionar, através dessa medida 'valorizadora', a coação de uma conformidade a realizar. Enfim, traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal (FOUCAULT, 1987, p. 163).

A sociedade disciplinar inaugurada tem, assim, o objetivo principal de pré-selecionar e pré-tratar os incapazes para o trabalho. A escola, como um dos braços dessa operação, passa a ser designada como instituição padrão, uma espécie de "[...] laboratório das tendências anti-sociais" (DONZELOT, 1980, p. 133). O objetivo é impedir a reprodução dos indesejáveis, prevenir e estancar a produção dos inaptos, cultivando força de trabalho apta.

Assim, as instituições de ensino constituem-se produzindo práticas que acompanham/compõem as transformações do cenário social, de forma a auxiliar na produção e reprodução da lógica de funcionamento dominante. Ela ocupa parte importante da organização sócio-política que se estabelece em conexão com o capitalismo industrial.

> A ação dos 'saberes sobre o homem' é elemento importante das modificações político-econômicas. Numa sociedade extremamente diferenciada e com espaços demarcados, ela se integra na complexidade social estabelecendo com a criança relações de

> poder apresentadas como fato 'natural' e como agente no processo de produção de sujeitos necessários para a organização econômica e social (BARROS, 1997, p. 160-161).

Hoje, a escola, como equipamento social importante, passa a ter seu funcionamento marcado não só pela normatização e modelagem da sociedade disciplinar, mas também pelas estratégias da sociedade de controle.[128] O empenho em moldar os corpos, de acordo com modelos pré-determinados, não é mais a tônica do funcionamento social. Os moldes não chegam a se constituir totalmente e os modelos se transformam rápida e continuamente.

Marcada também pelas estratégias de controle, a escola passa a se constituir como organização dispersa e não integrada. A formação permanente, a educação a distância, baseadas em modelos dispersos e mutantes, passam a se impor em um mundo em que a automação é o modo privilegiado de funcionamento social.

Se a escola durante muito tempo teve como um dos encargos principais a disciplinarização e a produção de força de trabalho qualificada para um certo mercado, hoje se vê frente aos desafios colocados pelas novas relações capital-trabalho que produz um alijamento de suas funções e, consequentemente, seu sucateamento. Decreta-se a sua incompetência e anacronismo no atendimento às atuais demandas do capital, que vai tomando para si a tarefa de formação/qualificação dos trabalhadores. Entretanto, ser um dos braços nesse processo de qualificação/produção de subjetividade continua sendo sua função

---

128 As sociedades de controle, segundo Deleuze (1972-1990, p. 215-216), não funcionam mais por confinamentos, mas por controle contínuo e comunicação instantânea. "O que está sendo implantado, às cegas são novos tipos de sanções, de educação, de tratamento. [...] Pode-se prever que a educação será cada vez menos um meio fechado, distinto do meio profissional – um outro meio fechado – mas que os dois desaparecerão em favor de uma terrível formação permanente, de um controle contínuo se exercendo sobre o operário aluno ou o executivo-universitário".

mais importante, na medida em que a disciplinarização que produz submissão e culpabilização são aspectos vitais para a manutenção do funcionamento social no capitalismo.

Mas estaria a sociedade de controle impondo sua pauta de forma desoladora? Que conexões estabelecer entre sociedade de controle e neoliberalismo?

As práticas sociais podem estar vinculadas a ações contra as políticas instrumentadas pelo capitalismo, por meio dos trabalhos que articulam o nível macro (que apontam para as formas dadas e as significações totalizantes) e o micropolítico de análise (que constitui o plano da processualidade, do maquínico, aberto e inventivo, que pode ou não reproduzir os modos de subjetivação dominante).[129] Assim sendo, coloca-se como tarefa fundamental dar visibilidade às regras em funcionamento nas diferentes situações, de forma a escapar dos processos de serialização impostos, buscando a luta na pluralidade de forças que constituem cada acontecimento, a cada momento. Recusar esses processos de serialização é estar no domínio da ruptura, da afirmação da potência, escapando do que está naturalizado e, portanto, separado dos seus movimentos de produção (BENEVIDES DE BARROS, 1994).

---

129 Essa temática do macro e do micropolítico é trabalhada por Guattari (1986) em uma tentativa de não limitar as análises do campo social a seu aspecto constituído, já dado. A ideia de uma micropolítica refere-se, portanto, a uma analítica voltada para a processualidade incessante de montagem de formas de subjetivação no campo político-social. Entretanto, esse nível de análise é indissociavelmente atravessado pelas formas macropolíticas já constituídas. O nível macropolítico de análise refere-se aos grandes conjuntos, identidades, sujeitos e objetos. Já a questão micropolítica diz respeito à reprodução ou não dos modos de subjetivação dominante. Como afirma Guattari (1986, p.64-70), "Uma micropolítica processual constrói novos modos e considera a problemática da economia do desejo". Trata-se, portanto, de agenciar os processos que rompem com os modos dominantes de funcionamento social onde eles emergem.

Pensar a escola hoje é, sobretudo, cartografar[130] os movimentos que se estão constituindo, de forma a dimensionar sua inserção no cenário da chamada reestruturação produtiva. Tal tarefa se impõe no sentido de apontar para os discursos que tentam encontrar uma adequação às novas exigências do capital, sobrecodificando as experiências.

No Brasil, em um cenário marcado por sérias desigualdades sociais, destaca-se o desemprego em massa, a violência em seus diferentes aspectos, assim como a nocividade das condições e das formas de organização do trabalho. O processo de reorganização produtiva, que se efetiva mundialmente, tem apresentado, como um de seus efeitos mais preocupantes, um processo de desestabilização dos direitos trabalhistas e precarização de atividades e formas de utilização de mão de obra.

No contexto de mundo globalizado, capitalismo mundial integrado, produção de novas tecnologias, aceleração vertiginosa de produção de conhecimentos e de trabalhadores flexíveis, polivalentes e "criativos", convivem no Brasil estruturas e processos em descompasso com o contemporâneo e, sob o argumento de modernização desejada e inevitável inserção do país na globalização, deparamo-nos com formas de organização do trabalho, nas quais se instituem diferentes estratégias de excludência e precarização.

Conforme Brito *et al.* (2000, p. 3), as repercussões das transformações técnicas e organizacionais no trabalho,

> [...] o processo de reestruturação produtiva verificado em nível mundial (e desestruturação produtiva em países como o Brasil) mostra a ocorrência de uma tendência contraditória da transformação do trabalho. Como alternativa às insuficiências do taylorismo, em

130 A expressão cartografar para os geógrafos significa "um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem" (ROLNIK, 1989, p. 15). No sentido que empregamos aqui, refere-se aos processos que tentam acompanhar o desmanchamento de mundos obsoletos, ao mesmo tempo em que se criam outros mundos nas paisagens psicossociais.

> determinados setores, cada vez mais o trabalhador é chamado a uma participação mais efetiva no processo de trabalho, procurando-se fazer com que exerça ao máximo – dentro da lógica de valorização do capital – sua autonomia, criatividade, responsabilidade, bem como desenvolva sua capacidade de cooperação e intercompreensão no trabalho. No entanto, no mesmo movimento, se alastra um processo de desestabilização dos direitos do trabalho, com o aumento do desemprego de longa duração, com a precarização de atividades e de formas de utilização da mão de obra. Esse último aspecto foi o que verdadeiramente se mundializou, enquanto que o primeiro, com maior implicação para os homens e as grandes empresas, frutificou principalmente nos países industrializados do Norte.

O quadro atual dos mundos do trabalho configura-se, portanto, por desigualdades sociais, desemprego em massa e de grande duração, salários irrisórios para os que ainda estão empregados, novas exigências dirigidas ao trabalhador e descaso e descompromisso com a rede pública de educação e saúde, que se materializam nas diferentes práticas de privatização hoje engendradas.

Esse novo padrão produtivo, que articula inovações tecnológicas, organizacionais e subjetivas, vai tecer cotidianos configurados por uma outra lógica do trabalho, do trabalhador, de tempo-espaço e de relação sociais.

A qualidade do ensino passa a ficar atrelada e, muitas vezes, reduzida aos seus índices de produtividade, traduzidos por mais vagas nas escolas, maior número de alunos por turma, redução do número de profissionais que trabalham na escola, escolarização mais rápida de um número cada vez maior de indivíduos, redução dos índices de reprovação e evasão, sem se colocar em análise os projetos políticos-pedagógicos usinados. O preocupante é a tentativa de solução da "crise" educacional atual por meio da otimização dos recursos, do estabelecimento de uma nova "racionalidade gerencial" dos sistemas

públicos de ensino e de esforços e iniciativas individuais dos atores/autores do processo educacional.

Nessa direção, delega-se à escola atribuições que acenam para maior autonomia e criatividade na construção e implementação de projetos pedagógicos, mas o que temos observado é a exigência de que a escola execute os procedimentos estipulados pelas políticas públicas instituídas, ditadas por acordos globalizados. As novas estratégias utilizadas no campo da educação têm se constituído como instrumento de regulação das atividades dos trabalhadores, tentando esvaziar seu caráter inventivo. Os fatalismos produzidos cotidianamente fertilizam o terreno na produção de formas homogêneas de pensar, abrindo caminho para a adesão e aceitação dessas novas medidas como sendo as únicas e desejáveis possibilidades de alteração dos rumos da educação brasileira (ARAGÃO *et al.*, 2001).

Novas tecnologias educacionais[131] passam a compor o cotidiano escolar, padronizando modos de funcionamento, planificando planejamentos, individualizando cada vez mais o "desempenho" de professores e alunos. Nesse cenário, o trabalho docente passa a se configurar com base em princípios de eficiência e competência individual, em uma tentativa de enfraquecer os coletivos de trabalho na escola. Dessa forma, as "novas" políticas educacionais colocam em funcionamento mecanismos refinados de controle e:

> O trabalho docente se vê mergulhado em burocracias, técnicas, exigências que impedem e/ou dificultam a análise dos processos que se engendram no cotidiano [...]. Os problemas vividos no dia a dia da escola, esvaziados do seu caráter coletivo, passam a demandar esforço e compromisso pessoal e individual dos atores do processo educacional. Opera-se aí um deslocamento estratégico quanto à problematização dos processos que historicamente

131 A esse respeito, recomendamos as discussões de SILVA, T. T. **Identidades terminais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

> produziram a 'incompetência' e 'fracasso' da escola pública no Brasil. A qualidade em educação ganha novos contornos, sendo configurada a partir de concepções pragmáticas, gerenciais e técnicas, diluindo seu sentido político de invenção e luta coletiva (ARAGÃO, 2001 p. 34).

A chamada "crise" das instituições educacionais estaria associada ao crescimento desordenado do sistema de ensino e as dificuldades encontradas seriam consequência da ineficácia gerencial, da "incompetência" dos profissionais, e não um efeito do projeto político pedagógico implementado, marcado por intensificação das atividades de sala de aula, sobrecarga de trabalho e redução do tempo livre para lazer, descanso e formação permanente em situação de trabalho.

Cabe destacar que esse modelo de organização laboral e do valor da educação que apontamos vem acompanhado de um novo quadro de danos à saúde.[132]

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) fez, em 1981, um levantamento sobre a saúde dos professores, que aponta o risco de esgotamento físico ou mental que correm os docentes e possíveis desdobramentos em um absenteísmo. No Brasil, podemos destacar algumas pesquisas preocupadas com essa temática. A pesquisa de Codo *et al.*, realizada em 1999, destaca que os educadores brasileiros sofrem de *burn-out*, concebida como "síndrome da desistência de quem já desistiu, mas continua trabalhando". A Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação (CNTE, 1998),[133] partindo de pesquisa realizada, indica que 26% da amostra de trabalhadores pesquisados apresentam exaustão emocional, sendo a desvalorização

---

132 Pensando com Canguilhem, saúde não é algo ideal, previsível, garantido. É conquista diária, combate contra as adversidades cotidianas. É algo que se altera sempre como todo elemento vital.

133 Dados retirados de relatório disponível no site da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação.

profissional, a baixa autoestima e a ausência de resultados percebidos no trabalho os principais fatores para a configuração desse quadro.

Os resultados dos estudos no campo das relações trabalho-saúde dos docentes sinalizam, como aspectos fundamentais dos processos de adoecimento dos trabalhadores da educação, a perda crescente do controle do seu processo de trabalho e a desqualificação da atividade de ensinar, com precário reconhecimento social.

Quais os componentes dessa jornada que estariam provocando sofrimento? A jornada em si (ou seja, tempo de trabalho)? A forma de organização do trabalho? O tipo de gestão implementada? Todos esses aspectos articulados? Que movimentos esses trabalhadores fazem no sentido de evitar tal nocividade e transformar esse quadro?

Embora o sofrimento provocado pelas situações de trabalho adversas à saúde seja um aspecto importante, não é suficiente quando temos como projeto a transformação dessa situação. Procuramos em nossa pesquisa apreender, principalmente, os movimentos que os docentes fazem não só para suportar as adversidades, mas também sentir prazer no trabalho, ou seja, os movimentos dos trabalhadores pela constituição de práticas normativas de saúde. Conforme Athayde (1996), o desafio é construir estratégias teórico-metodológicas que nos ajudem a pensar a gestão de coletivos de trabalho.

É preciso avaliar o que é vivido no trabalho docente, além de coletivizar e socializar o conhecimento produzido. Dessa forma, estaremos não só ampliando as produções teóricas e metodológicas nesse campo, como potencializando ações que buscam criar outras formas de organização do trabalho docente, onde o cotidiano demanda mobilização ininterrupta de energia necessária ao viver.

PENSANDO ALGUMAS ESTRATÉGIAS... CONSTRUINDO ALGUMAS VIAS...

A compreensão das articulações trabalho-saúde/doença dos trabalhadores no campo da educação nos remete, necessariamente, a uma

análise das formas-trabalho, forma-educador e, consequentemente, forma-saúde/doença, engendradas pelas propostas político-pedagógicas no cotidiano das escolas. Tal premissa parte da perspectiva de que são as práticas sociais que produzem formas de existência.

Como nos indicou Foucault, o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises, cálculos e táticas instituídas pelo e com o Estado moderno permitem exercer uma forma bem específica e complexa de poder, que tem por alvo a população. Esse tipo de poder levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes e estratégias que visam gerir a vida de todos. Esse Estado administrativo foi pouco a pouco se governamentalizando e as técnicas de governo se tornaram uma questão política fundamental. Introduziu-se a arte de governar e ser governado. A lógica da governamentalidade é a tutela, a gestão não exclusivamente burocrática, que gere estilos de vida/saúde.

Assim, as políticas educacionais e as diferentes estratégias de gestão, que instituem formas singulares de funcionamento nas redes de ensino, constituem-se em mecanismos de governamentalização que administram/produzem a vida da população escolar. Há que se colocar em análise os projetos político-pedagógicos instituídos, desnaturalizá-los, a fim de compreender as formas de organização do trabalho que tais gestões atualizam e, então, conhecer os efeitos produzidos na saúde dos/as trabalhadores/as. Pois pensar a saúde no campo da educação desvinculada dos processos de gestão no âmbito educacional é negar o caráter histórico e datado das práticas escolares.

As experiências e as investigações produzidas nessa direção[134] nos indicam que nas administrações que buscam produzir

134 A pesquisa a que nos referimos — Trabalho docente e saúde mental — analisou duas administrações municipais que implementaram formas de gestão diferenciadas em Vitória. Os dois períodos analisados foram 1989-1992, quando a cidade foi administrada pelo Partido dos Trabalhadores, e o período 1995-1997, quando se adotou uma forma verticalizada de gestão.

singularização das ações e dos pensamentos, imprimindo movimentos e processualidade no cotidiano do trabalho, a circulação discursiva vitaliza e impede a atrofia das instituições educacionais, dinamizando-a. Ao viabilizar a produção de práticas que buscam permanente mobilização das forças ativas, essas práticas tentam dar conta das pressões do trabalho. Procuram descartar os mecanismos de tutela próprios dessa governamentalidade, de forma que o coletivo de trabalhadores possa ser autor e gestor das ações. Desenha-se a possibilidade da constituição de subjetividades com capacidade de se abrir a experimentação de formas diferenciadas de existencialização, criando "grupos-sujeito"[135] autônomos. Nesse cenário, outro quadro para a saúde dos educadores pode se configurar, uma vez que saúde não funciona por tutela.

Sem negar a complexidade e as diferentes possibilidades de gestão no campo da educação e evitando cair na armadilha de análises dicotômicas ou dualistas, é preciso destacar a forma de funcionamento dos projetos político-pedagógicos marcados, prioritariamente, por uma burocracia hierarquizada e empresarial. O que se observa nesses casos é um funcionamento em circuito fechado e a constituição de subjetividades serializadas e grupos assujeitados, que se remetem a outros hierarquicamente dominantes e se elegem como porta-vozes. A relação do trabalhador com o seu processo de trabalho passa a ser regida também nos moldes burocráticos e tutelares, fragilizando sua autonomia. Tais processos tendem a esvaziar as discussões coletivas, desvalorizar o trabalho do educador e, assim, acabam por atualizar formas despotencializadoras de existência.

---

135 Grupos sujeitos, expressão cunhada por Guattari, refere-se aos grupos que se propõem a pensar suas posições abrindo-se à alteridade e aos processos criativos. "[...] conjuram as totalizações e unificações, permitem que sua prática os leve ao confronto com seus limites, sua finitude, não buscam garantias transcendentais e definem-se pela possibilidade de confronto com outros grupos" (BENEVIDES DE BARROS, 1994, p. 341-342).

A pesquisa Trabalho docente e saúde mental[136] apontou o fato de que as administrações marcadas por processos, predominantemente, autoritários/tuteladores, efetivados na rede municipal de Vitória nos últimos anos, produziram, principalmente, sofrimento- adoecimento,[137] atualizados em quadros de descrença, apatia, dificuldade de criar no trabalho, que se evidencia, dentre outros aspectos, nos altos índices de solicitações de pedidos de licença médica por parte dos/as trabalhadores/as em educação. Os/as educadores/as pesquisados apresentam depoimentos, nos quais afirmam que tais modos de administração/organização na rede de ensino têm produzido individualismo, sentimentos de desvalorização do trabalho que desenvolvem, "baixa autoestima", "*stress*" e "esgotamento físico e mental". A licença médica tem sido, em algumas situações, uma forma encontrada para fugir dessa situação "adoecedora".

A experiência com administrações consideradas pelos trabalhadores como democráticas, ou seja, que buscaram imprimir movimentos e processualidade no cotidiano escolar, tiveram efeitos bastante diversos dos que se observa hoje com os modelos de gestão empresarial/tutelar que dominam as práticas educacionais no município. Ao priorizar a circulação das falas dos profissionais, evitou-se a atrofia nos processos de trabalho nas escolas. Instituições educacionais onde os profissionais podem conversar, trocar experiências, falar sobre seu trabalho, reinventado-o a cada dia, institui-se um outro padrão de vida/saúde, uma vez que a circulação discursiva oxigena as instituições educacionais. A tutela, nesse tipo de gestão, não é o

136 O detalhamento sobre a pesquisa encontra-se em relatório no Departamento de Psicologia/Ufes.

137 Cabe destacar que, conforme Dejours, o problema não está em pensar que se possa fabricar organizações do trabalho sem sofrimento. O problema é saber em que e como as trocas sociais/institucionais operam em torno da questão do trabalho, permitindo ou não subverter a relação com o sofrimento para dar-lhe sentido. O importante é saber como esse sofrimento pode adquirir sentido na transformação mesma da organização do trabalho.

aspecto predominante, ao contrário, a autonomia do trabalhador é incentivada e o índice de afastamento do trabalho é muito baixo, pois estar no trabalho passa a ser um prazer e uma conquista diária, que produz potência.

Conforme o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Espírito Santo (Sindiupes), a política educacional da gestão municipal, a partir de 1996, tem se pautado em formas "autoritárias de administração". As decisões tomadas sobre a educação no município não têm contado com a "participação do coletivo social", os interessados e diretamente envolvidos no "processo educacional do município não são mais convidados a discutir os rumos da educação na cidade". Alguns dirigentes afirmam, ainda, que as práticas de discussão com o sindicato e a comunidade, que foi a tônica da administração anterior, não mais fazem parte do cotidiano do município hoje.

O depoimento de alguns docentes da rede municipal de ensino, reafirmando a posição dos dirigentes do sindicato da categoria, sinalizam o fato de que, a partir de 1996, priorizaram-se na Seme/Vitória modos de organização do trabalho, onde a competitividade e o individualismo passaram a marcar o cotidiano escolar, enquanto os espaços coletivos de trabalho foram esvaziados. Os projetos, o currículo, enfim, todo o cotidiano da escola passa a ser "milimetricamente controlado e fiscalizado pela Seme" (conforme pronunciamento de uma professora), que toma todas as decisões, sem discussão ou consulta aos professores, o que, quando ocorre, limita-se a consolidar as decisões já tomadas pela Secretaria de Educação.

Como evitar o risco de isolamento no cotidiano das redes de ensino? Que estratégias construir para produzir práticas educacionais que resistam aos processos de privatização no âmbito educacional? Como abrir espaços para a circulação de discursos, de modo a produzir rupturas, recusar as repetições e as mesmices e produzir rachaduras no que está estabelecido/cristalizado?

Todos esses aspectos quando não analisados pelo coletivo de trabalhadores podem implicar no esvaziamento da força disruptora das

estratégias cotidianas de luta e a impossibilidade de criação de novos discursos-práticas. Evitar os processos tutelares e ampliar as redes discursivas para outros espaços sociais, para além dos portões escolares, permite colocar em questão práticas sacralizadas, abrindo caminhos para a construção de outros mecanismos gestionários.

Como produzir movimentos/análises que desloquem os trabalhadores desse lugar enfraquecido de onde não se percebem como autores e atores desse processo e, portanto, potentes para alterar os rumos que a educação tem tomado nos últimos anos? Como dar visibilidade e reconhecimento a tais estratégias que podem contribuir na produção de relações sociais que afirmem a vida como processo de criação permanente?

Qual a relação entre uma certa forma de gestão/governo e a saúde de trabalhadores/as? O que acontece com a saúde/doença do/a trabalhador/a, quando predomina na administração das secretarias de educação uma forma autoritária de gestão?

No rastro da perspectiva que sinalizamos, coloca-se como prioridade a análise das atuais políticas educacionais e as diferentes formas de gestão que elas atualizam, de forma a dar visibilidade aos efeitos que produzem na saúde de trabalhadores/as.

Perguntar incessantemente, problematizar nossas práticas e analisá-las parece ser uma via possível para evitar a perpetuação do desastre político que temos vivido no âmbito da educação brasileira.

O que propomos é um tipo de luta que varia de acordo com as diferentes situações. Lutas que se preocupem com os efeitos do poder sobre os corpos e que não estejam subordinadas a apresentar soluções sociais de longo alcance, nem oferecer linhas de ação política, mas a tentar pensar e repensar as experiências em torno das quais as lutas se cristalizam.

As questões que apresentamos pretendem impulsionar nossos pensamentos e ações, interrogar a produção de valores da verdade no campo da educação. Interrogar as formas e os instrumentos usados na produção de subjetividade nas escolas públicas brasileiras pode

definir outras possibilidades de vida/saúde, caso consigamos acionar modos-educação que sustentem sua provisoriedade e façam funcionar redes transversais de subjetividades coletivas que alterem os processos hegemônicos de subjetivação em curso.

> Precisamos pensar a educação não apenas a partir do seu caráter utilitarista e finalista. Tais quais andarilhos, que não perseguem um alvo único, pensemo-la em suas inúmeras possibilidades: como lugar de encontros e de alianças com movimentos que se recusam a aceitar uma vida cotidiana aborrecida e monótona, como ruptura com essa rede que tenta impedir a fuga a esse sistema de vigilância e auto-vigilância. A educação precisa causar ferimentos onde o novo possa ser inoculado (BARROS, 1997, p. 464).

Como nos indica Benevides de Barros (1994, p. 43), "[...] este parece ser o desafio para aqueles que acreditam que ainda vale procurar novas entradas...".

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANDALÓ, C. S. A. **Fala professora!**: repensando o aperfeiçoamento docente. Petrópolis: Vozes, 1995.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas/SP: Cortez: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ARAGÃO, E. M. A. *et al.* Gênero e saúde: essas e muitas outras questões no trabalho docente. *In*: ATHAYDE, M.; BRITO, J.; NEVES, M. (org.). **Saúde e trabalho na escola**. Rio de Janeiro: CESTEH: Ensp: Fiocruz, 1998.

ARAGÃO, E. M. A. *et al.* Educação e movimentos sociais: potencializando rebeldias cotidianas menores. *In*: BARROS, M. E. B. de (org.). **Psicologia**: questões contemporâneas. Vitória: Edufes, 1999.

ARAGÃO, E. M. A. *et al.* A dimensão coletiva da saúde: uma análise das articulações entre gestão administrativa/saúde dos docentes, a experiência de Vitória. *In*: ATHAYDE M.; *et al.* (org.). **Trabalhar na escola? Só inventando o prazer**. Rio de Janeiro: Ipub: Cuca, 2001. p. 123-62.

ARROYO, M. G. **Mestre, educador, trabalhador**: organização do trabalho e profissionalização. Belo Horizonte: UFMG-FE, 1985.

ATHAYDE, M.; BRITO, J.; NEVES, M. (org.). **Saúde e trabalho na escola**. Rio de Janeiro: Cesteh: Ensp: Fiocruz, 1998.

ATHAYDE, M. R. C. **Gestão de coletivos de trabalho e modernidade**. 1996. Tese (Doutorado em Gerência de Produção) – COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

ATHAYDE, M. R. C. Produção de subjetividade frente à produção bloqueada: os "sem" e a cena do corte. *In*: SILVA-FILHO, J. F.; JARDIM, S. **A danação do trabalho**. Rio de Janeiro: Té Corá, 1997. p. 65-79.

ATHAYDE, M. R. Trabalho e psicologia: que relações? *In*: JACÓ-VILELA, A. M.; MANCEBO, D. (org.). **Psicologia social**: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 193-205.

ATHAYDE, M. R. **Processo produtivo, espaço educativo**: um campo de lutas. 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1988.

BARROS, M. E. B. de. **A transformação do cotidiano**: vias de formação do educador – a experiência da administração de Vitória. Vitória: Edufes, 1997.

BARROS, M. E. B.; OLIVEIRA, S. L. C. de; OLIVEIRA, S. P. de. Coletivo e singularidade: vias que se excluem? *In*: BARROS, M. E. B. de (org.). **Psicologia**: questões contemporâneas. Vitória: Edufes, 1999. p. 95-124.

BENEVIDES BARROS, R. **Projeto de pós-doutorado** - Grupo e transversalização: a produção de equipes de saúde. Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas. São Paulo, Campinas: Unicamp, 1999.

BENEVIDES BARROS, R. **Grupo:** a afirmação de um simulacro. 1994. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1994.

BORGES, L. H. Trabalho e doença mental: reconhecimento social do nexo trabalho e doença mental. *In*: SILVA-FILHO, J. F.; JARDIM, S. **A danação do trabalho**. Rio de Janeiro: Té Corá, 1997. p. 193-201.

BRANDÃO, Z. **A crise dos paradigmas e a educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

BRITO, J. O trabalho de merendeiras e serventes das escolas públicas do Rio de Janeiro: um debate sobre saúde e gênero. *In*: ATHAYDE, M.; BRITO, J.; NEVES, M. (org.). **Saúde e trabalho na escola**. Rio de Janeiro: CESTEH: Ensp: Fiocruz, 1998. p. 7- 21.

BRITO, J. **Trabalho e saúde nas indústrias de processos químicos:** a experiência das trabalhadoras. 1996. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Ensp/Fiocruz, Rio de Janeiro, 1996.

BRITO, J. *et al.* **Projeto de Pesquisa**: as relações de gênero, precarização do trabalho e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Vozes 1990.

CAPONI, S. Geoges Canguilhem y el estatuto epistemológico del concepto de salud. **Revista História, Ciência, Saúde**, Rio de Janeiro, v. IV, p. 287-307, jul./out. 1997.

CARPENTIER-ROY, M. C. **Organisation du travail et saté mentale chez les enseignantes et les enseignants du seconde**. Canadá: Rapport de Recherche, 1992.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1982.

CODO, W. **Educação:** carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes; Brasília, CNTE-UnB, 1999.

CRU, D.; DEJOURS, C. Saberes e prudência nas profissões da construção civil: nova contribuição da Psicologia do Trabalho à análise da prevenção de acidentes na construção civil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, n. 59, p. 30-34, jul./ago./set. 1987.

DEJOURS, C. **Por um novo conceito de saúde**. Palestra proferida no Círculo de Debates promovido pela Federação dos Trabalhadores da Metalúrgica da Confederação Geral dos Trabalhadores Francesa, São Paulo, out. 1982.

DEJOURS, C. **A loucura no trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez: Oborê, 1987.

DEJOURS, C. O que é a psicopatologia do trabalho? *In*: HIRATA H. (org.). **Divisão capitalista do trabalho**. São Paulo: Tempo Social: USP, 1989. p. 1-13.

DEJOURS, C. Normalidade, trabalho e cidadania. Entrevista concedida à Comissão de Saúde do Conselho de Psicologia – 6ª Região. **Cadernos do CRP-06**, São Paulo, out. 1991.

DEJOURS, C. Por um trabalho, fator de equilíbrio. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 98-104, maio/jun. 1993.

DEJOURS, C. **O fator humano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1990.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1973.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1983.

GENTILI, P. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HECKERT, A.L.C. **Educação e trabalho**: produzindo outros territórios de criação. Relatório da pesquisa realizada no Departamento de Psicologia da UFES, Vitória, 1997-1999.

MARX. K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec: Abrasco, 1992.

MONTMOLLIN, M. **l'ergonomie**. Paris: La Découvert, 1995.

NEVES, M. Y. **Trabalho docente e saúde mental**: a dor e a delícia de ser (tornar-se) professora. 1999. Tese (Doutorado em Saúde Mental) – Instituto de Psiquiatria do Rio de Janeiro (IPUB), UFRJ, 1999.

NEVES, M. Y. et al. Uma experiência em saúde do trabalhador no Hospital Universitário/UFPb. **Revista de Extensão**, Paraíba, ano II, n. 3, p. 1-13, jan. 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (Espírito Santo). **Plano Estratégico da Cidade**. gestão 1996-2000. Vitória, 1996.

ROCHA, M. L. de. **Do tédio à cronogênese**: o engendramento de um outro modo de subjetivação no processo educacional. 1993. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1993.

RIGOTTO, R. M. O homem e o trabalho. *In*: BUSCHHINELLI, J. T.; ROCHA, L. E.; RIGOTTO, R. M. (org.). **Isso é trabalho de gente**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 157-177.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Subsídios à elaboração do relatório de balanço das realizações do Governo no período 97/99**. Vitória, jan. 2000.

SILVA, T. T. **Identidades terminais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

VEIGA, O. C. A. **Fios e desafios da Educação pública na rede municipal de ensino de Vitória**. Vitória: PMV, 1991.

Fios e conspirações no PFIST – fomentando relações entre saúde e trabalho[138]

Denise Carla Goldner Coelho
Maria Elizabeth Barros de Barros

ALGUNS FIOS

> Não desejamos apenas escrever sobre o que foi, como um relato verídico e sem lacunas, cumulativo e sequencial. O tempo de nossa busca pela escrita deverá se fazer por um salto, por um pulo

138 Artigo inédito baseada na experiência das autoras e no Relatório de Pesquisa COELHO, D. C. G. *et al.* A Psicologia e os desafios da saúde do trabalhador, 1999, não publicado, do qual são coautoras.

> de ultrapassagem diante do qual sempre nos perceberemos como não dotados das condições de um ginasta bem treinado (Tania Mara Galli Fonseca, 2021).

Com Tânia Galli, afirmamos um passado atual,[139] um relato despreocupado com construções de verdades e totalizações. Narramos aqui a experiência de um projeto do Núcleo de Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) em saúde e trabalho (1999), que tem seus fios cruzados com o Programa de Formação e Investigação em Saúde do Trabalhador (Pfist). Pesquisadores conspiraram, tecendo espaços, criando condições para a circulação do discurso, para a construção de outras relações entre saúde-trabalho.

O projeto "Saúde do Trabalhador" desenvolveu um trabalho junto com os servidores do Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes (Hucam/Ufes), no ano 1999, visando questionamento das experiências com o trabalho de forma a abrir espaços para a recusa dos processos 'obedientes' e a problematização das estratégias em curso, que desqualificam o funcionário, rompendo com os modos de subjetivação hegemônicos (BARROS *et al.*, 1999).

O Pfist, desenvolvido a partir dos anos 2000 e 2003, filiou-se ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividade e Políticas (Nepesp) do Departamento de Psicologia/Ufes, com o objetivo de problematizar "[...] as conexões entre os modos de trabalhar e a produção de saúde, é uma maneira de afirmar exercícios de cuidado, por meio da dialogia e da construção de uma política de atenção ao trabalho" (ARAGÃO; BARROS; OLIVEIRA, 2007, p. 9). Nós, pesquisadoras, inventoras e inventadas por estes projetos, alunos/as, professores/as e companheiros/as aliados/as, constituímos nossos encontros e desencontros em inúmeros fios que se entrelaçam e se cruzam antes, depois

139 A experiência narrada aqui não é rememoração, é diferença intensiva, que comporta em si, sentido e vida. Um tempo passado, mas vivido, experimentado, atualizado no presente.

e durante essa trajetória, desenvolvendo outras narrativas que têm como proposta religar a experiência da saúde e do trabalho, de pensar a saúde como experiência produzida coletivamente no trabalho, não como um ponto a se alcançar por meio de atitudes prescritivas.

Neste breve texto, temos por objetivo relatar linhas, fios, afetos de uma experiência em conspiração com o Pfist que fomentou a discussão saúde e trabalho no Hucam/Ufes. A proposta não é fornecer modelo de pesquisa-intervenção — até mesmo porque os percursos são construídos no caminho. Queremos apostar no relato de experiência como um potente disparador de construções outras.

Estaremos discorrendo sobre o referencial teórico partilhado entre esses projetos que considera a saúde como processo em constante construção (CANGUILHEM, 2005) e trabalho como criação, invenção, gestão do imprevisto, a partir da clínica da atividade (CLOT, 2010), e outros fios que intercedem no trabalho desse grupo de pesquisadoras/trabalhadoras que, via de regra, são convocadas como especialistas, para encontrar a solução do que não vai bem, na esperança de que, a partir de sua intervenção, possa trazer menos absenteísmo, menos licenças médicas, em uma aposta salvacionista. No entanto, nas dobras, usos e no avesso do que nos propõem, a intervenção assumida pelo grupo tem um compromisso ético com o trabalho, construindo dissensos, desobediência e resistência.

DEMARCANDO PONTOS DE PARTIDA

Trabalhador, na organização do trabalho nas sociedades capitalistas, carrega a ordem, o mando, a determinação ao trabalho e a dor. O trabalho, dificilmente, vem associado a uma imagem de prazer, de gozo... muito pelo contrário, é associado à dor, à obrigação, ao dever, ao adoecimento, à mortificação (COELHO *et al.*, 1999). Em nosso projeto, não partimos dessa concepção de trabalho. Assim como a saúde que tratamos aqui não se restringe a uma aferição biomédica ou uma comparação à norma esperada estatisticamente, não se associa à

noção de equilíbrio, tão menos a padrões produzidos socialmente. Nossos pontos de partida aqui são outros.

Abordamos a saúde como mobilização de forças ativas para a expansão da vida, para postura crítica. Saúde como questão política, como produção coletiva. Saúde e doença não se opõem. Ficar doente é perder essa mobilidade, é perder a arte do deslocamento (BARROS, 2012). Canguilhem (2005, p. 183) diz que a saúde, para o homem, é a possibilidade de tolerar as variações das normas, superar as crises, criando novas ordens, e completa: "Sem intenção de brincadeiras, a saúde é o luxo de poder cair doente e de se levantar. Toda doença é, ao contrário, a redução do poder de superar outras". A doença e o sofrimento fazem parte da vida. Sofrimento que paralisa é adoecimento, que impõem barreiras à vida e à transformação.

A saúde se constrói de vida, encontros, afectos, desejos, força. Não pode se restringir a não doença ou a uma proposta prescritiva de "qualidade de vida", de equilíbrio ou adaptação. Canguilhem (2005) entende a saúde como um processo contínuo de luta para a expansão da vida, com possibilidades de se cair enfermo e recuperar-se, de tolerar o desvio às normas instituídas, de adaptar-se, de construir outras normas, de arriscar ser diferente. Saúde como experiência subjetiva, como luta. Nesse sentido, o ser humano é normativo, mas entendendo que essas normas não são eternas, são normas que se transformam a cada instante na relação com o outro.

Saúde como movimento, transformação, intempestividade. Abertura para produzir acontecimentos, para construção de mundos, rompendo com os valores constituídos, a partir da lógica do Capital, do homogêneo e do previsível. Saúde como processo radical de criação do novo, de abertura ao acaso, ao inusitado (COELHO *et al.*, 1999). O trabalhador, na gestão de seu trabalho, é capaz de produzir resistências e romper com a paralisia adoecedora, recriando seu trabalho, produzindo saúde. O trabalho, nesse sentido, possui uma dimensão de constituição do sujeito e do mundo.

O trabalho é uma atividade humana, uma construção histórica, política e social que se encontra tensionado, precarizado, engessado e intensificado no modelo neoliberal (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009). Mesmo que tenha se constituído socialmente como uma obrigação ou uma pena a cumprir, acreditamos no trabalho-criação, que possibilita a emergência da atividade livre, potencializadora da vida e saúde: um processo coletivo de construção, de conquistas e de lutas. A atividade, nesse sentido, cria normas e valores, extravasando os saberes acadêmicos sobre o objeto deste trabalho. O que faz do trabalhador o gestor de seu trabalho. Esse processo de ação-criação, de construção de estratégias, de novas normas é saúde (BARROS *et al.*, 2007, p. 105). Para Moreira (2013, p. 122), "[...] a maior prova de saúde é a reação e a resistência às opressões sociais, a reivindicação do direito ao exercício da liberdade de pensar e de agir no mundo".

Ao propormos a Clínica da Atividade para análise do processo de trabalho, queremos ultrapassar o trabalho prescritivo normatizado academicamente, a profissionalização, a troca de suor por dinheiro; queremos afirmar o movimento, dar passagem ao vivido com os trabalhadores/as —transformadores de sua ação. Para tanto, faz-se necessário que os trabalhadores se engajem "[...] na análise das situações laborais em sua concretude, produzindo problemas, imprimindo deslocamentos em condições instituídas" (GOTARDO *et al.*, 2016, p. 336). Apostamos nos espaços coletivos de discussão aquecidos como produtores de saúde, como disruptores de mecanismos de contenção, de emperramento. O movimento é fundado pela resistência, que obriga as relações de poder mudarem e a construir experiências intensas de vida. A resistência como saída da colonialidade do pensamento, como um posicionamento corte, inventando a vida, insistindo e criando normas — sendo normativos não no sentido moralizante, mas na possibilidade de ampliar ou de restringir a vida, de criar outras normas sempre que necessário.

TRAÇOS PARA ALINHAVOS

Antes de iniciar a costura, sentamo-nos para planejar o que fazer. Os primeiros traços e rabiscos são necessários à arte. Não são determinações, são apostas. Nos alinhavos do projeto "Saúde do Trabalhador", desenvolveu um trabalho junto com os servidores do Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes (Hucam/Ufes), também tínhamos uma aposta. Uma aposta ético-política de que viver, trabalhar e produzir saúde são inseparáveis, de que o plano de trabalho é impessoal em direção a um horizonte público e de que o trabalho é criação e o trabalhador é gestor do seu trabalho.

O Projeto se propunha a pôr em análise os efeitos das práticas que ocorrem no cotidiano do trabalho, abrindo possibilidades para a desconstrução de territórios e para a criação de novas práticas. Nesse sentido, estagiários, professores, trabalhadores, gestores nascem nesse encontro. Um encontro que promove deslocamentos dos lugares habituais, que produz novos sujeitos e novos mundos, desnaturalizando discursos instituídos.

Nossas questões — como as pessoas pensam o trabalho que desenvolvem? Como o trabalho está contribuindo para altos índices de adoecimento no Hucam (estresse, Aids, desvio de coluna...)? Como se configuram as estratégias de recusa? — construíram movimento nas estratégias de encontro: dinâmicas grupais, oficinas, entrevistas, observação, participação em atividades do hospital, enfim, acreditamos que a intervenção é processual e que precisamos construir frestas, uma abertura para criação de movimentos e que o dispositivo grupal é uma estratégia disparadora de construção coletiva.

TRAMAS ALINHAVADAS

> A semana começa: Que peça...
> Lá vai o descaso / O pirralho...
> Se enrolar no Baralho / do seu trabalho,

Do sufoco, do horário
E no fim do Mês, sem descanso,
Cadê o salário?!...
Participante da oficina de poesia (COELHO et al., 1999).

Não sei se você já teve oportunidade de ver uma artesã pondo sua agulha e fios em ação... Mesmo sem ter certeza de como seu trabalho final será, suas mãos firmes, ágeis e potentes abrem caminho em meio às tramas do tecido, construindo o que, em princípio, encontra-se apenas na aposta de uma obra de arte. Assim, foi nosso projeto.

Era o ano de 1997. Um grupo de alunas estagiárias de Psicologia/Ufes iniciou um projeto junto ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Vitória. Acompanhou, junto com o sindicato, a formação da Comissão de Saúde do Servidor da Ufes em um curso de formação em saúde do trabalhador. Nesse momento, foi possível discutir com o grupo o que viria a ser saúde e doença e quais as implicações desses conceitos para uma comissão de saúde dentro da universidade. Após nossa saída do Centro de Referência, buscamos inserção nos setores do Hucam, visto que o Mapa de Risco da Universidade (elaborado pela Comissão de Saúde) apontava esses setores como os de maior risco à saúde dos trabalhadores.

Assim como o poema de abertura destas "tramas alinhavadas", criado por um servidor participante de uma de nossas oficinas, trabalho e cansaço, sofrimento e labuta estavam estampados nos rostos de servidores e usuários do Hucam. Seja pelo sofrimento causado pelos salários atrasados — em uma época em que os movimentos de greve eram constantes pelo desrespeito do governo federal às condições de trabalho e renda dos servidores — e as condições da saúde pública, que expunha usuários à dor e à espera. A (des)organização da vida em meio ao sistema de reengenharia e técnica capitalística, com suas questões econômicas, sociais e políticas, era uma trama presente nas questões do nosso projeto:

> Por acreditarmos que o adoecimento no trabalho e a doença ocupacional são resultado de uma forma capitalística de organização do trabalho, que dociliza e promove um controle social através da culpa e individualização do que ocorre no campo social, percebemos a importância de promover espaços coletivos para a problematização do cotidiano no HUCAM (COELHO *et al.*, 1999, p. 4).

Alinhavo 1 – visitamos os setores para entender a dinâmica local e buscar oportunidade de discutir com os trabalhadores as condições de trabalho. Essas tentativas ocorreram no Restaurante Universitário, no setor de manutenção e no Programa de Saúde Ocupacional do hospital universitário. No entanto, mesmo com os constantes relatos de sofrimento em seus ambientes de trabalho, os trabalhadores argumentavam que não era possível realizarmos grupos ali e sempre encontrávamos inúmeros entraves à proposta.

Alinhavo 2 – revisando a forma de inserção do projeto nos setores, iniciamos uma divulgação do projeto nas diretorias dos vários setores do hospital, em busca de espaço de intervenção. Buscávamos contágio. Um contágio que se realiza por propagação, como de ser vivo que transmite um vírus ou uma bactéria... a propagação lastreia por toda parte, contagiando, aumentando sua força (KASTRUP, 2001). O contágio aconteceu: a diretoria-geral de enfermagem solicitou ao grupo que realizasse a intervenção nos ambulatórios. Segundo relatos da diretora, o setor estava em estado crítico e "[...] necessitava urgentemente de um trabalho como este" (COELHO *et al.*, 1999, p4).

Na estrutura do Hucam, além do prédio central onde funcionavam o pronto atendimento e os leitos de internação, existiam cinco "casas" paralelas. Cada uma possuía recepção, consultórios, salas de espera, salas de procedimentos, funcionando, cada uma, com programas de diferentes especialidades. Essas "casas" eram responsáveis pelo atendimento ambulatorial do Hucam. Dos 60 servidores, mais de 50 eram enfermeiros em adaptação à função administrativa (marcação de consultas, agendamentos, busca de prontuários), após

a medicina do trabalho determinar a incapacidade deles para o exercício da enfermagem em decorrência de sérios problemas de saúde. Segundo a direção, além do quadro de enfermidade dos servidores, o ambiente de trabalho gerava estresse e insatisfação.

Alinhavo 3 – inicialmente, participamos do dia a dia dos ambulatórios. "Rondávamos" os espaços, conversávamos com os trabalhadores, observávamos a rotina das atividades. Com frequência, os trabalhadores eram convocados para reuniões na Casa 3. Além de ser a mais bonita e bem cuidada do conjunto, era a casa que sediava a área administrativa e a gestão dos ambulatórios. Nas reuniões, faziam-se presentes os servidores da "Casa 3" e apenas representantes das outras casas. A "Casa 3" possuía muito mais que uma diferença física.

Alinhavo 4, 5, 6 – por diversas vezes, agendamos grupos com os trabalhadores para discutir as experiências de trabalho nos ambulatórios, no entanto, apesar de ouvirmos sempre, no diálogo com os trabalhadores, o apoio ao projeto, em todas ficávamos somente à espera... ninguém aparecia.

Alinhavo 7 – a construção do projeto ia se dando nos encontros, desencontros, discussões, mesmo que de corredor. Aproveitamos a oportunidade, então, de uma reunião convocada pelo sindicato e nos infiltramos na discussão. O tema era o incômodo que estava gerando a nova administração do hospital — outros alinhavos foram possíveis.

Alinhavo 8 – a proposta foi dar continuidade à discussão iniciada com a visita do sindicato, realizando encontros por casa. Iniciaríamos pela "Casa 3", mas nosso convite não teve eco. Ao dialogarmos com os trabalhadores que inicialmente demonstraram interesse, verificamos que muitos não participavam por conta do horário do trabalho. O trabalho nos ambulatórios se dava em plantões — matutino, vespertino ou tempo integral — e os horários de pico de atendimento variavam de uma casa para outra, conforme a especialidade e horário de atendimento dos médicos.

Alinhavo 9 – entendemos que precisávamos de espaço para ouvi-los mais. Propomos, então, abrir espaço para atendimentos

individuais, para aqueles que apresentavam demanda. Ess e alinhavo pretendia abrir espaço para a escuta para além do corre-corre do trabalho diário deles. Era uma estratégia para "[...] ouvir 'as vozes' dos ambulatórios, mesmo que fosse de um em um" (COELHO *et al.*, 1999, p. 7), apostando na produção de movimento, de transformação, de criação, que rachasse as barreiras, que fizesse brotar espaços coletivos de enunciação.

O grupo de estagiárias se organizou para as escalas de atendimento. Organizamos espaço, conversamos com os trabalhadores, espalhamos cartazes com o convite. Quando o nosso plano parecia que iria vingar... ninguém apareceu novamente.

Alinhavo 10 – nossa nova estratégia foi oferecer oficinas. Antes de convidarmos os trabalhadores para discutir as relações com o trabalho, convidamo-los para uma oficina de poesia. Em princípio, agendamos a oficina com uma poetisa, nossa colega do curso de psicologia/Ufes. No entanto, depois de toda a divulgação da oficina nos ambulatórios, ela precisou desmarcar o compromisso conosco. Então, resolvemos fazer poesias, sem o "especialista" poeta. "Formamos poetas num encontro no corredor do ambulatório central (casa 3), transformamos trabalho em poesia. Trabalho em poesia?" (COELHO *et al.*, 1999, p. 6). Ou poesia-trabalho... ou poesia-disposito…

> Trabalho e ganho pouco
> Com muito cansaço e desrespeito
> Mas quebro o galho.
> Capacidade no trabalho
> Ter esforço e ser esforçada
> Ser capaz sem se deixar ser levada,
> Aprendendo no dia a dia
> Que somos seres humanos
> Capazes de errar
> E que nunca poderemos ser pisados.

Um trabalho com esforço,
Sem salário.
Não existe quebra-galho
Me fez passar por atalho,
Por necessidade de horário,
Que me transformaram em retalho.

Trabalho
Horário cansado
Todo dia.
Trabalho pirralho
Cobrado, ganhado.
Sufoco dobrado, trabalho,
Trabalho baralho,
Trabalho enrolado,
Trabalho, trabalho!
Poesias escritas por participante da oficina de poesia (COELHO *et al.*, 1999, p. 10).

Os dispositivos abrem passagem para se fazer ver e falar em potentes linhas de fuga, contraditórias, tensas, capazes de dispararem inúmeras questões no acontecimento poeta: como as pessoas têm pensado o trabalho que desenvolvem? Como o trabalho está contribuindo para os altos índices de adoecimento no Hucam (estresse, depressão, desvio de coluna...)? O que tem produzido saúde nas práticas de trabalho no hospital? Quais experiências têm se tornado possíveis, considerando a precariedade do trabalho nos ambulatórios? Como construir espaços de discussões produtores de saúde? Como construir relações coletivas e inventivas? Quais movimentos de resistência estão sendo produzidos?

O grupo de trabalhadores participantes do encontro-poesia-acontecimento ousou compartilhar suas produções e todas foram fixadas em um mural de destaque nos ambulatórios, de forma que tanto os colegas de trabalho, quanto os usuários do Hucam pudessem

lê-las. Mesmo com a constante alteração de informações nos murais, as poesias permaneceram fixadas por vários meses.

Após o encontro tão cheio de energia e vida, imaginávamos que as dificuldades iniciais do trabalho estavam ultrapassadas, imaginávamos que os alinhavos poderiam ser cozidos com pontos permanentes. Mas logo descobrimos que intervenções sempre se constituirão em alinhavos. Agendamos a nova oficina para a Casa 5. Nessa oportunidade, uma trabalhadora do Hucam, artista plástica, iria desenvolver uma oficina de pintura. Mesmo com toda a divulgação, nem mesmo a oficineira se fez presente. Ficamos horas aguardando.

Alinhavo 11 – criamos uma nova estratégia: realizamos uma pesquisa de trabalhador em trabalhador, buscando ouvi-los. "Olhos de ver, ouvidos de ouvir, corpos para sentir aquelas intensidades. Sentados nos bancos de espera, encostados nas paredes, íamos conhecendo um pouco mais do dia a dia dos ambulatórios". Era possível perceber o desejo de compartilhar e os rostos ansiosos por encontrar saída para o sofrimento que sentiam. "Há desejo nos olhos, nas falas, nos corpos, há pedido de socorro, mas a organização vigente do trabalho tenta barrar estes movimentos, tenta impedir que se configurem formas de luta" (COELHO *et al.*, 1999, p. 8).

"Fale-me do seu trabalho…". De um em um, pista por pista, fomos descobrindo as dificuldades de se partilhar momentos coletivos de discussão. Conforme os relatos iam ocorrendo, íamos adentrando esse "multiverso". A precariedade do espaço e as condições de trabalho estavam bem presentes nos relatos dos entrevistados:

> [...] se saímos [para participar das oficinas], acabamos sobrecarregando nosso colega. Já houve um tempo que podíamos fazer isso, mas agora não.
>
> Tínhamos um bom número de funcionários, mas colegas aposentaram, morreram e não substituíram e assim vai ficando a cada dia mais pesado.
>
> Estamos virando robôs aqui dentro.

> [...] temos que vir trabalhar com a razão e não com o coração. [...] não dá para vir com a razão simplesmente, também tenho emoção. Quem não tem é robô... então coloca um robô aqui dentro!! Se a gente passa mal dentro do horário de serviço... quem vê é o colega; chefia, nunca vê nada! É o colega que ajuda o outro a cumprir o horário.
>
> Não se tem conversa, tem trabalho, mil atividades...
>
> Com os médicos é diferente... eles nem parecem que são funcionários. Quando tem reunião para resolver os problemas, temos que resolver os nossos e os deles, pois eles nunca aparecem (COELHO *et al.*, 1999, p. 10).

Os dados das entrevistas foram um novo dispositivo de análise. A saúde dentro do hospital está mal. Há um descaso com a saúde do trabalhador: precariedade de condições, pouco pessoal efetivo, excesso de trabalho, sem espaços de discussão para a gestão coletiva do trabalho, relações de submissão e desrespeito, ausência de material adequado à proteção do trabalhador, falta de formação, entre outras questões sugiram. A partir do que conversamos com os trabalhadores, elaboramos um relato para discutir em pequenas reuniões (3 ou 4 pessoas) em cada casa. Desses encontros, surgiu a coletivização dos problemas e a elaboração de projetos de ação, estratégias de recusa, de insubmissão, de resistência e de desobediência: formas de lutar por saúde e trabalho. "A demanda de análise do trabalho estava criada. Era preciso dar visibilidade às intensidades que constituem os ambulatórios, dar forma ao impensável" (COELHO *et al.*, 1999, p.6).

Alinhavo 12 – em uma construção coletiva, você não é capaz de discernir de quem é a obra de arte. Todos constroem. Uma reunião foi organizada entre diretoria e trabalhadores (incluindo-se os médicos) para discutir as relações de trabalho nos ambulatórios. O sindicato foi chamado para pressionar a diretoria para realizar novas contratações, redistribuindo a carga de trabalho nas casas, reuniões quinzenais foram instituídas, envolvendo chefias, sindicato e comissão

de saúde dos funcionários públicos da Ufes, para discutir a gestão do trabalho local e encaminhamentos.

TRAMAS QUE SE SEGUEM

> Trabalho
> Tarefa que cansa porque tem alho
> E deixa um gosto amargo.
> Serviço que malho,
> Esfrego assoalho.
> E daí?
> Não há riqueza? E multiplicidade?
> Será que sou otário
> De pensar o contrário?
> Participante da oficina de poesia (COELHO *et al.*, 1999, p. 6).

Chegamos a imaginar, por algum tempo, que o trabalho com os servidores não abriria espaço para problematizá-lo, de forma a pôr em xeque a proposta de se pensar no coletivo, de se pensar o tempo-espaço ali colocados, a política de sua organização, o público de sua constituição. O cansaço, o amargor e o sofrimento presentes nas narrativas entendemos que não eram "do" servidor, ou "do" hospital. Os gritos, murmúrios, as pausas em silêncio, o olhar desesperado, as dores… todos falam de uma organização adoecedora que insiste em tentar nos calar, mas que criamos nas lacunas, nos meios, nos encontros possíveis.

O trabalho no Hucam foi e é um grande desafio! Local da instituição saúde, mas travada para o movimento. Por vezes, esvaziada de vida! Sentindo-se como robôs, os trabalhadores poetizaram o amargor, a dor, o sufoco e o cansaço do trabalho. Na poesia, também cabe a criação, o grito, a resistência, a ação — trabalho é vida! Ao se coletivizar o que vinha engasgado na garganta, mesmo que em pequenos encontros, foi possível produzir estratégias que deram novo movimento ao trabalho, novas formas de resistir e construir saúde no Hucam.

Pedimos licença a Cláudia Abbês para citar Fernando Sabino, como ela o fez no prefácio de "Uma vida profissional: como manter no peito uma estrela dançante?" (BARROS, p. 7, 2012):

> De tudo, ficaram três coisas: a certeza de que estava sempre começando, a certeza de que era preciso continuar e a certeza de que seria interrompido antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo. Fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sono uma ponte, da procura, um encontro.

As microerupções cotidianas seja pela desobediência, seja pelo contágio do Pfist e seus conspiradores, "[...] sempre fez muita diferença, no exercício laborioso da investida na construção de um plano coletivo de práticas, no reposicionamento constante do olhar e da aposta na educação pública, [no nosso caso aqui, da saúde pública] na sustentação conjunta de um ethos afirmativo e vivo" (CÉSAR, 2020, p. 26).

> Conspirar quer dizer respirar junto, e é disso que somos acusados; eles querem nos impedir de respirar porque nós nos recusamos violentamente a respirar em seus locais de trabalho asfixiantes, em suas relações individuais, familiares, em suas casas atomizantes. Há um atentado que confesso ter cometido, é o atentado contra a separação da vida e do desejo, contra o sexismo nas relações interindividuais, contra a redução da vida a uma prestação de salário (GUATTARI, 1985, p. 59).

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, E. A.; BARROS, M. E. B. de; OLIVEIRA; S. P. Introdução. *In*: ARAGÃO, E. A.; BARROS, M. E. B. de; OLIVEIRA; S. P. (org.). **A (re)invenção da escola**: desafios contemporâneos para o trabalho do psicólogo. Vitória: Saberes Instituto de Ensino, 2007.

ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009.

BARROS, M. E. B de. **Uma vida profissional**: como manter no peito uma estrela dançante? Vitória: Editora Saberes, 2012.

BARROS, M. E. B. de; et al. Saúde do trabalhador: a psicologia também vive este desafio? *In*: CONGRESSO NORTE E NORDESTE DE PSICOLOGIA, 1999, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 1999.

BARROS, M. E. B. de *et al.* Saúde e trabalho docente: a escola como produtora de novas formas de vida. **Trabalho, Educação e Saúde**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 103-23, 2007.

CANGUILHEM, G. **Escritos sobre medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

CÉSAR, J. M. Prefácio. *In*: CRUZ, C. B. *et al.* (org.). **Tessituras do pesquisar-intervir com comissões de saúde no trabalho em educação**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

COELHO, D. C. G. *et al.* **A Psicologia e os desafios da saúde do trabalhador**. Relatório de Pesquisa apresentado ao DPSI, 1999. (Não publicado).

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010.

FONSECA, T. M. G. Diante da morte, escrever o inesquecível. *In*: MIZOGUCHI, D. H.; BARROS, M. E. B. de. (org.). **Políticas de escrita em pesquisas nas ciências humanas**. Niterói: Eduff, 2021.

GUATTARI, F. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. SP: Brasiliense, 1985.

GOTARDO, S. M. *et al.* O processo de formação de Comissões de Saúde do trabalhador da educação: experiência e política. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 50, n. 2, p. 334-353, jul./dez. 2016.

KASTRUP, V. Aprendizagem, arte e invenção. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 6, n. 1, p. 17-27, jan./jun. 2001.

MOREIRA, A. B. **Clínica e resistência**: a medicina filosófica de Georges Canguilhem. 2013. Tese (Doutorado em filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

O trabalho do educador em análise: estratégias de resistência à máquina neoliberal[140]

Maria Elizabeth Barros de Barros
Cristiane Bremenkamp Cruz

A PRODUÇÃO DO SUJEITO NEOLIBERAL

Pensar o capitalismo implica, necessariamente, pensar suas metamorfoses. O neoliberalismo é uma das expressões que transformou não só o capitalismo como regime econômico, mas, sobretudo, os modos como se organizam as sociedades. Trata-se, em especial, de

140 Originalmente publicado em **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho** [online], v. 23, n. 1, p. 1-12, 2020.

uma nova razão do mundo, conforme expressão forjada por Dardot e Laval (2017). Segundo esses autores, não podemos nos enganar quanto à verdadeira natureza do liberalismo e suas motivações sociais e subjetivas. Estas são expressas por meio de planos de austeridade cada vez mais ativos adotados pelos Estados na promoção da lógica da concorrência dos mercados financeiros.

Como nos diz Safatle (2017), o mantra é o mesmo: os gastos públicos estão descontrolados e é necessário aceitar que o Estado não pode tudo. No sistema neoliberal, todos estariam em perpétua dependência das relações de força do mercado. O objetivo desse sistema, segundo o referido autor, é criar um Estado de "mal-estar social", no qual governar é gerir a população por meio do medo do colapso econômico individual, já que não haveria mais nenhuma forma de amparo do Estado.

Assim, o neoliberalismo, como nova razão do mundo, impõe seus modos de funcionamento, define normas de vida pautadas em uma lógica normativa que identifica o mercado como uma realidade natural e induz à destruição programada de regras, instituições e direitos. Leva os indivíduos a se conceberem como uma empresa, que passa a ser o modelo de subjetivação. Produzem-se modos de relações sociais, maneiras de viver e subjetividades pautadas por esta lógica. O que está em jogo é nossa forma de existência (DARDOT; LAVAL, 2017).

Ao ver a sociedade como uma empresa constituída de várias empresas, tem-se como proposta a constituição de um tipo de sujeito produtivo, o homem-empresa. Como já nos alertava Deleuze (1992), a empresa introduz o tempo todo uma rivalidade inexpiável como sã emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-os em si mesmo. Mais do que um adestramento dos corpos para torná-los dóceis, trata-se de uma "gestão das mentes" (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 327). A esse novo homem Dardot e Laval (2017, p. 327) denominam "neosujeio".

Tal direção de análise nos leva a afirmar que o neoliberalismo, mais do que uma ideologia ou política econômica, é, fundamentalmente, uma racionalidade, um modo de governamentalidade e diz respeito a uma arte de governar e produzir subjetividades. Citamos Foucault (2008, p. 11-112):

> Por governamentalidade entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Segundo, por governamentalidade entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e desde muito tempo, à permanência desse tipo de poder que podemos chamar de 'governo' sobre todos os outros: soberania, disciplina, e que, por uma parte, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo, ao desenvolvimento de toda uma série de saberes.

Destarte, o neoliberalismo, por meio de técnicas de governamentalidade e o valor que atribui ao mercado, regula o social e controla a vida dos indivíduos. Estamos, portanto, diante de um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um modo de governo dos sujeitos pautado no princípio da concorrência. Uma razão governamental, um tipo de racionalidade que dirige a conduta de todos. Governo como atividade, e não como instituição e governar como condução de conduta dos sujeitos, um agir de forma que os sujeitos se conformem a certas normas. O que está em jogo é a constituição de uma "[...] subjetividade contábil e financeira, [...] forma mais bem acabada de subjetivação capitalista, ou seja, uma relação do sujeito com ele mesmo como um capital humano que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez

mais" (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 31). Estado estrategista. Racionalidade governamental. Lógica do mercado normativa generalizada.

O que gostaríamos de destacar nesse modo de produção subjetiva neoliberal e que nos interessa para o objetivo deste artigo é a destruição da dimensão coletiva e interdependente da existência e o domínio de uma individualização que faz com que as crises sociais sejam vividas como crises individuais e as adversidades sejam vividas como responsabilidade exclusiva de cada um isoladamente. Destacamos, além disso, a sensação de sermos "engolidos" pelo excesso de tarefas, como se houvesse um nítido predomínio de *khronos*, para além das outras dimensões experienciais do tempo. O efeito da racionalidade neoliberal é, então, um sentimento de fracasso pessoal na dificuldade que encontramos em transformar o que está dado e produzir outro rumo ao que dificulta as transformações da realidade, além de um embaraço para experimentarmos outras temporalidades para além de *khronos*. Em outras palavras, o efeito é o isolamento, a individualização e a perda do sentido de coletividade. Prevalece uma governamentalidade empresarial que se prolonga no governo de si do indivíduo-empresa, de forma a conduzir os indivíduos como empreendedores. A empresa passa a ser o modelo de subjetivação: "[...] cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar" (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 378).

A AXIOMÁTICA DO CAPITALISMO NEOLIBERAL E O TRABALHO EM EDUCAÇÃO

A ideia deste artigo parte desse cenário, mais especificamente, do modo como a gestão neoliberal da educação é atualizada na rede municipal de educação da Serra-ES, onde foi desenvolvida a pesquisa ora apresentada. Nasce, portanto, de inquietações que emergem no cenário da educação pública desse município, ao sabor das políticas do governo local. Mais especificamente, de uma governamentalidade neoliberal que se amplia e fortalece na rede de ensino e que

vem ocorrendo a cada mudança de gestão municipal. Tais mudanças são marcadas por políticas neoliberais pautadas em um discurso da austeridade, que fomentam competitividade, individualidade, intimismo, isolamento, privatização da vida, excesso de tarefas e perda do sentido de outras temporalidades menos aceleradas.

Desarticulam-se os coletivos de trabalho, sob o pretexto, muitas vezes, de qualificar cada vez mais o serviço público. Políticas de desmonte, de precarização das relações trabalhistas, de redução de espaços de diálogo e de planejamento coletivo, de escassez de recursos financeiros, políticas nomeadas de austeridade, que reduzem os processos de formação e se voltam para a fabricação dos diretores de escolas como gerentes mais administrativos do que educadores.

Frente a esse quadro, consideramos que o neoliberalismo faz um ataque ao ensino público, tentando desmontá-lo. O que acompanhamos hoje é uma hegemonia de práticas de educação pautadas por essa racionalidade, expressas na escola por um modelo que toma a educação como bem privado de valor econômico. "O homem flexível e o trabalhador autônomo constituem, assim, as referências do novo ideal pedagógico" (LAVAL, 2004, p. 3).

Percebe-se, no sistema educacional, uma ampliação cada vez maior de lógicas administrativas e estatísticas, bem como o surgimento de técnicos ocupando postos importantes de trabalho, mesmo que não tenham um percurso no campo da educação. São esses que tendem a dar a última palavra sobre as políticas educacionais em cada escola e no âmbito das redes de ensino, sob o pretexto de mudanças necessárias, a partir de preocupações essencialmente financeiras. As dimensões políticas que impliquem conflito, controvérsias, debates de valores e ideias são esvaziadas. O gerenciamento da escola passa a ser voltado, então, para a escola "útil" e "prática", o que produz uma mudança importante no oficio do professor, uma vez que esse deve passar a orientar seu trabalho no modo de pensar empresarial e se parecer com o "homem da organização".

Todas essas mudanças implementadas na educação, nos últimos anos, aliadas à destituição da força coletiva, vêm fragilizando as relações dos professores e das professoras com seus pares, com seus alunos e alunas e com o seu trabalho, levando, frequentemente, ao adoecimento. Os profissionais que atuam na educação se veem constrangidos em seu poder de agir,[141] em sua potência de invenção e criação.

As demandas que chegam à Perícia Médica — DSMT/Serra/ES — são, geralmente, individualizadas, colocando nos trabalhadores e trabalhadoras a responsabilidade sobre suas ações, sobre sua saúde e, consequentemente, sobre a superação de seus problemas, desarticulando-os das maneiras como o trabalho se desenvolve nas escolas. Assim, as políticas de governamentalidade neoliberal geram efeitos na produção de saúde e doença desses trabalhadores, a partir de abordagens que naturalizam o adoecimento, tomando-o como uma questão individual.

Nesse sentido, um primeiro desafio que se colocou para a pesquisa foi afirmar uma clínica do trabalho[142] crítico-política que ouse enfrentar as engrenagens neoliberais e incitar a criação de táticas de resistência e enfrentamento coletivo. A resistência que aqui se ratifica é da ordem da estratégia e da luta, imanente às relações de poder

---

141 Poder de agir é um conceito forjado por Yves Clot (2006), referindo-se ao poder de criação e de invenção dos sujeitos sobre a atividade. Se aliarmos a esse conceito a ideia de que o poder em Foucault (2008) é sempre ação e o agir que não tem, necessariamente, uma finalidade. Aqui, tomamos o conceito de poder de agir como um plano das forças que (re)existem à mera execução de tarefas prescritas, indicando a potência de criação e invenção pela atividade dos humanos.

142 Quando falamos de "clínica do trabalho", estamos nos referindo a um conjunto de abordagens voltadas para o estudo da relação entre trabalho e subjetividade. Tais abordagens têm como foco a situação concreta, onde os trabalhos são desenvolvidos, destacando-se os processos criadores e construtivos dos viventes e, em especial, o sujeito humano, na sua capacidade de mobilização, de ação e de resistência face ao real da atividade.

(FOUCAULT, 2008), entendida como ato de criação, uma vez que cria modos de ser, de existir e de agir no campo da educação. "O ato de resistência não é obra de arte, mas faz parte dela. A obra de arte não é ato de resistência, mas de certa maneira ela o é" (DELEUZE, 1987, p. 22). Nessa direção, a pesquisa foi se forjando como uma clínica do trabalho que se faz política, uma vez que coloca em análise a vida em sua dimensão processual, coletiva e histórica. Essa clínica não coloca a dicotomia individual *versus* o coletivo ou psicológico *versus* o social, mas afirma a indissociabilidade entre clínica e política.

Com essa direção de análise, apostamos em uma clínica crítico-política, que se faz e se (re)faz cotidianamente pelo combate à produção das políticas de individualização e de "empresariamento" da vida cujas práticas e intervenções incidem sobre o indivíduo isolado em seus processos de adoecimento. De outro modo, afirmamos e lutamos pela implementação de uma política de coletivização que sustente práticas e intervenções sobre um plano "comum".[143]

O que estamos afirmando, portanto, é que os efeitos das políticas neoliberais se materializam no corpo dos trabalhadores e trabalhadoras, que, muitas vezes, sucumbem às produções engendradas pela máquina capitalista. A questão clínica do trabalho posiciona-se no limiar entre as produções forjadas pela máquina capitalista neoliberal e a produção de resistência, que pode provocar disfuncionamentos por entre as engrenagens dessa mesma máquina. Portanto, o trajeto da pesquisa procedeu a um deslocamento radical das análises individualizantes dos processos de trabalho, apostando na ampliação da normatividade vital, ou seja, na expansão da vida em suas diferentes dimensões nas escolas (CANGUILHEM, 2009).

143 Trataremos essa temática no transcorrer deste texto.

A INSTITUIÇÃO DAS COSATES COMO PRODUÇÃO DO COMUM: INDO NA CONTRAMÃO DA RAZÃO NEOLIBERAL

Nas pesquisas realizadas no município de Serra-ES, desde o ano de 2005, foi possível dar visibilidade a um quadro preocupante de adoecimento dos trabalhadores da educação. Vale ressaltar que, desde nossa inserção nessa rede, já se contam mais de dez anos de atuação cronologicamente datados. Certamente, as idas e vindas ao longo desse percurso conduziram a um adensamento com a habitação do território em questão. É importante destacar, no entanto, que consideramos crucial nos atentar para aquilo que escapa à dimensão do tempo vivido cronologicamente, embora não o dispensemos de modo precipitado.

Baptista e Gatto (2016) nos auxiliam na tarefa ao discutir três dimensões distintas e coexistentes do tempo, articulando-as ao cinema e ao trabalho em psicologia escolar. Os autores propõem esse debate situando a existência, na antiguidade clássica, de três conceitos que os gregos dispunham para caracterizar o tempo: *khronos, kairós e aión*. É a articulação entre essas dimensões coexistentes, e não uma precipitada exclusão de qualquer uma de suas camadas, que nos esforçamos por articular ao longo do trabalho da pesquisa, como modo fazer frente à racionalidade neoliberal.

O primeiro aspecto do tempo a ser abordado refere-se à temporalidade linear, onde os acontecimentos podem ser encadeados dentro de uma lógica causal. Seria o nosso velho conhecido *khronos*: o tempo dos calendários, dos programas e cronogramas, das pautas, tempo das frequências e avaliações delimitadas. Essa é, sem dúvida, a racionalidade temporal mais alimentada na formatação da escola-empresa de que vínhamos falando e situando nossa análise.

Baptista e Gatto (2016) apresentam a alegoria do titã *khronos*, que devora seus filhos, os deuses do Panteão e, assim, os autores põem em jogo a avidez desse tempo que devora a tudo e a todos. "É sobre a ameaça do aniquilamento e do apagamento dos rastros que se opera o tempo cronológico" (BAPTISTA; GATTO, 2016, p. 2). No interior

das escolas e no trabalho de nossa pesquisa, tal dimensão comparece cotidianamente, seja nos planejamentos, nas datas prescritas para a entrega de relatórios, nas chamadas relacionadas à frequência dos participantes no fórum e, inclusive, no processo de conjurar o apagamento possível que esse devorador traz às suas outras esferas constitutivas (*kairós* e *aión*). A racionalidade empresarial investe *khronos* de incríveis poderes, desconsiderando outras dimensões do tempo também fundantes para a vida coletiva. A questão, portanto, não é aniquilar *khronos*, mas, sim, evitar que esse devorador tome a dianteira e engula outras superfícies temporais igualmente fundamentais para os processos formativos; diga-se de passagem, como tem ocorrido no contexto da educação contemporaneamente.

O segundo aspecto refere-se à experiência do tempo oportuno que salta sobre nós, o tempo das oportunidades, o "tempo-quando" das ocasiões. Baptista e Gatto (2016) apontam que o deus *kairós* é descrito na mitologia grega como um ser ágil e veloz, que andava nu e com apenas um cacho de cabelos na testa, o que tornava possível que ele fosse agarrado e segurado por alguns átimos de segundo, para, por fim, escapar ligeiro e escorregadio das mãos de quem pôde lhe alcançar por breves instantes.

Walter Kohan (2018) ressalta que *kairós* qualifica *khronos*, pois *khronos* é homogêneo e indiferenciado. Afinal, todo movimento no tempo cronológico é equivalente, de modo que um segundo é igual a qualquer outro e uma hora terá sempre os mesmos 60 minutos. Assim, *khronos* é sucessivo, consecutivo e irreversível enquanto *kairós*, por outro lado, introduz uma qualidade, instaura uma diferença na experiência.

> Têm coisas que só podem ser feitas em determinados momentos e há momentos oportunos para fazê-las [...]. Às vezes uma professora nos toca em um momento delicado e tem um efeito que, em outro momento, o mesmo toque passaria sem mais (KOHAN, 2018, p. 301).

O Fórum Cosate — foco da pesquisa realizada e cuja constituição será descrita nas páginas seguintes — tem a função eminente de fazer proliferar os átimos de instante, nos quais podemos agarrar o topete de *kairós*, isto é, tem a função de possibilitar uma produção de ocasiões em que estejamos oportunamente posicionados para acolher as diferenças, os tensionamentos, hesitações, titubeios e a indeterminação propícia ao exercício do pensamento nos processos formativos.

Em relação à terceira dimensão temporal, temos, ainda *aión*, o tempo da experiência. Essa dimensão é muito difícil de ser apreendido em palavras, uma vez que é superfície avessa à espacialidade discursiva. Resta-nos, portanto, tentar uma aproximação por exercício poiético (de criação poética) para lhe tocar as entranhas. Walter Kohan (2018, p. 302) afirma que "[...] *aión* é o tempo que não passa, que não sucede, é o tempo que dura". O tempo aiônico é aliado à vibração intensiva, é tempo da qualidade, e não da quantidade, tempo da "[...] criança que crianceia" (KOHAN, 2018, p. 303).

> Na escola, o tempo *aión*, literalmente, é um tempo que está para ser perdido e não para ganhar nada. As coisas mais interessantes que nós fazemos na vida, bom, eu estou exagerando um pouco, as coisas mais interessantes que eu fiz na minha vida, foram quando eu perdi tempo, quando eu tinha tempo para perder, quando eu podia me dedicar àquilo que não era necessário fazer em determinado tempo, mas era o que eu podia fazer a partir de ter tempo para poder pensar o que eu queria fazer com a minha vida. Porque se vocês se põem a pensar, *aión* não é apenas o tempo de brincar e da infância, mas é também o tempo do pensamento. Quando nós pensamos, precisamos de tempo para pensar, precisamos poder perder tempo (KOHAN, 2018, p. 304).

Na pesquisa, *aión* mostra sua face em inúmeros gestos que demonstram a constituição de um plano vincular, no qual o exercício de estar juntos — em companhia displicente — faz durar uma

colaboração intensiva. Algo assim como quando alguns professores compartilham, no Fórum Cosate, táticas de resistência aos controles que surgem verticalizados pela secretaria de educação municipal, ou quando se dispõem a fazer um cafezinho e levar lanches para o fórum. Bem, sabemos que a graça toda residia, muito mais, na possibilidade de estarem juntos para partilhar a existência, para perder tempo, alimentar uma rede de conversações, dispor de um encontro desapressado e para tecer manhãs em um cotidiano marcado por obstaculização de relações lateralizadas, em função de políticas neoliberais de austeridade.

Aión, a dimensão fundante, atravessa e dá base para outras dimensões e camadas temporais, assim como ampara a processualidade desta pesquisa-intervenção-fórum-cosate. Afinal, se perdemos tempo, não é como quem joga fora algo, mas como quem se alicerça na confiança de que perder e ganhar não são mais que duas faces de uma racionalidade neoliberal. Resta-nos, pois, fazer outras apostas e desposar as marcas provocadas em nós pela dimensão *aión* da experiência.

Suely Rolnik (1993) encosta intimamente na pele de *aión* e lhe dá o nome "marcas", ao caracterizar a textura invisível dos fluxos que injetam porções de estranhamento, exigindo acuidade e hábil manejo na produção das novas posturas existenciais em germinação. *Aión*, desde essa perspectiva, são "ovos prenhes de linhas existenciais" (ROLNIK, 1993, p. 4). Em outras palavras, a dimensão larvar de *aión* ultrapassa a cronologia: é nascedouro cronogenético.

> Encontramo-nos em outro tempo, que funciona segundo outra lógica que não é mais a de uma sequência linear. Podemos designar esta lógica por vários nomes, dependendo do aspecto que queremos destacar. Por exemplo, podemos chamá-la de 'genealogia', se consideramos que se trata da lógica de uma gênese, no sentido não de causa, mas de processo de constituição; podemos chamá-la de 'cronogênese', se consideramos que se trata da lógica da

> gênese do próprio tempo, na medida em que são como que linhas de tempo que se abrem, estas múltiplas e imprevisíveis direções em que vai se produzindo a realidade (ROLNIK, 1993, p. 3).

Nesta pesquisa, residimos instalados na fronteira entre as inúmeras qualidades incomensuráveis do tempo, suas faces indissociáveis e superfícies de conexão. Ora damos a mão a *chronos* e caminhamos ao lado dele em linha reta: seguimos obedientes a sua direção. E, então, nós escolhemos data para realizar atividades diversas, construímos um calendário de cursos de formação para diretores, professores e outros trabalhadores da educação, organizamos sequências de idas para conhecer e habitar o cotidiano de diferentes escolas.

Em outros momentos, passeamos em companhia de *kairós* e podemos notar os solavancos em nossas costas, quando somos puxados para lados distintos ao que antevíamos. *Kairós* nos remete a Felix Guattari (1981), quando este nos aconselha a "não atrapalhar" a emergência dos devires e a permanecer na adjacência dos processos de formação em curso, ao invés de nos precipitarmos em sua direção. É *kairós* que atua quando as divergências e tensionamentos se instalam no fórum Cosate, exigindo manejos coletivos dos acontecimentos.

Vale lembrar a concepção *Aimara* do tempo. Segundo Walter Kohan (2018), os povos *Aimara*, tradicionais da Bolívia, afirmam que o passado está à nossa frente, diante de nossos olhos: é o que vemos com mais nitidez. O futuro, por sua vez, está às nossas costas, é o que não podemos enxergar. Para os *Aimaras*, o presente é o instante fugidio que nos atravessa e cai sobre nós, de cima para baixo. Inteiro! O presente exige que repousemos face a face com *aión.* Mesmo diante de práticas de produção de austeridade e individualização, há sempre o presente a nos lembrar que a vida é um campo aberto e repleto de caminhos e de possibilidades de resistência quando nos organizamos coletivamente.

Podemos dizer que, na primeira fase da pesquisa, é com *khronos* que nos aliançamos mais detidamente. Utilizamos questionários

estruturados, de forma a construir um dispositivo para iniciar outras formas de compor e intervir na situação que se apresentava. Foram produzidos dados que indicavam como o adoecimento ganhou números preocupantes. Um dos motivos recorrentes na produção de tal quadro era, sem dúvida, o isolamento no desenvolvimento do fazer educacional e os modos de gestão verticalizados e autoritários atualizados nas escolas.

Esse primeiro momento da pesquisa foi estratégia-dispositivo, cujo objetivo foi o de produzir formas de dialogar com os educadores e gerentes da rede, a fim de rearranjar as potências e sensibilidades ao tema saúde e trabalho na educação. Objetivávamos puxar linhas, espraiar a conversa e alinhavar interesses para compor um cenário e a construção de um fórum para debater sobre esse estado de coisas.

Os dados produzidos percorreram espaços variados, como assembleias convocadas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupes) e seminários de pesquisa, reuniões com gerentes da Secretaria de Educação. Assim, para a constituição desse fórum, foram convocadas pessoas que, de alguma forma, compunham a rede educacional do município: integrantes da Divisão de Medicina Saúde e Trabalho/Serra, gerentes da Secretaria de Educação/Serra, Fundação Jorge Duprat e Figueiredo (Fundacentro), Ministério do Trabalho e Centro de Saúde do Trabalhador do Estado do Espírito Santo. O convite chamava para alguma ação, algum diálogo sobre o tema de interesse comum: as formas de organizar e analisar o trabalho. Com os atores desse cenário, exercitávamos outra maneira de lutar pela saúde e trabalho na Educação do município da Serra, no Estado do Espírito Santo.

Foi nessa direção que se engendrou, no segundo momento da pesquisa, a aposta no Fórum Cosate: construir comissões para acompanhar, avaliar e intervir nas situações de trabalho como política pública da educação. Nesse momento, nossa aliança mais expressiva era junto a *kairós*. Tentávamos segurar seu topete, a fim de fazer alianças com as ocasiões que geram hesitações e tensionamentos. O

fórum foi instituído, então, como espaço que aquece e cria condições para a construção de comunidades ampliadas de pesquisa. Fórum como partilha de experiências no campo da educação, afirmando-se a laboriosa aposta em espaços de discussão e convivência para a efetiva produção de uma política pública. Fórum que se fortalece em contraposição à racionalidade neoliberal.

Ao convocar trabalhadores da educação para um fórum, buscamos exercitar a construção de um plano comum, que é condição para a constituição de uma política efetivamente pública. Lembramos que dialogar e partilhar experiências é desafiador, uma vez que somos insistentemente convocados por forças e modos de vida competitivos, individualizados, solitários, próprios da axiomática capitalista neoliberal. Logo, trabalhar de modo coletivo implica investimentos, exercícios permanentes na produção de coletivo, pois um coletivo não está dado *a priori*. A dimensão *aión* do tempo nos lembra da necessidade de habitação do presente e da constituição de um plano participativo intensivo. É preciso construí-lo, de forma a fissurar o cotidiano tarefista e burocrático.

O fórum visava, portanto, uma política pública que não pretendesse falar "sobre" o trabalhador, mas "com" o trabalhador, em um exercício de lateralização, que colocava lado a lado trabalhadores da rede municipal de educação da Serra e pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), indagando práticas verticalizadas — ou, mesmo, corporativistas.

O cenário das escolas, marcado por violência, precariedade das condições de trabalho, licenças médicas, alto índice de absenteísmo exigia a criação de modos para enfrentar as questões de cada caso vivido em suas particularidades. No fórum, confrontos eram alimentados, mas não desqualificações ou antagonismos. A agonística, as confrontações e o dialogismo ditavam o tom das conversas. Cabe destacar que um fórum não existe e não se finda, na medida em que cada encontro termina, pois a rede constituinte de um fórum nele se

aquece, em uma relação de circularidade: quanto mais viva a rede em suas conexões, mais potente é um fórum em sua experiência de roda.

Assim, a pesquisa-intervenção ia produzindo estratégias de fortalecimento dos coletivos de trabalho que se fazia roda, palco de conversas. Conexões eram produzidas, o que possibilitava que os diálogos fossem travados e que as conversas pudessem continuar com outros setores da rede em geral. A experiência de cogestão e de análise era o foco mais importante. Uma atitude problematizadora que nos colocava insistentemente a questão: o que estamos fazendo como experiência de um fórum *enquanto* o fazemos? Como estar fórum? Nem fora, nem dentro!!! Estávamos fórum!!![144]

Os diferentes espaços coletivos de trabalho nas escolas, como os Conselhos de Escola, Reuniões de pais, Conselhos de Saúde, de Assistência, Assembleias das categorias profissionais etc. insistem na luta por sua existência, de forma a enfrentar os esvaziamentos dos espaços coletivos de análise do trabalho e afirmar a importância desses espaços no enfrentamento das estratégias neoliberais de isolamento que enfraquecem a força do coletivo. Atravessados por processos de desvitalização, quando imperam diferentes formas de privatização no nosso dia a dia, pergunta-se: como reorientar e dispor as forças na aposta do coletivo? Como reordenar as linhas de composição da realidade de modo a afirmar políticas públicas de educação? Esses eram desafios que a constituição da pesquisa-intervenção nos colocava.

Assim, a investigação foi se constituindo como forma de enunciar e colocar em diálogo um coletivo de trabalhadores, uma vez que a aposta é na força dos espaços dialógicos, na ampliação da autonomia. Buscávamos a construção de um espaço de discussão coletiva das práticas em Educação no município de Serra-ES que pudesse se fazer como um dispositivo aberto para ampliar o poder de agir dos trabalhadores da Educação, fazendo funcionar modos outros de trabalhar e ser trabalhador que insistem na potência criadora dos humanos. Essa é uma

144 *Slogan* que tomava o Fórum Mundial 2000, em Porto Alegre.

forma de produção de política pública que tem por objetivo constituir um coletivo como fonte de renovação e movimento, indo na contramão da escola-empresa e do educador como empreendedor de si.

Nesse sentido, uma análise do trabalho na rede ia se forjando e uma clínica crítica foi se constituindo sem etapas pré-programadas. Ao final de cada reunião da roda-fórum, os integrantes levavam para o cotidiano do seu trabalho os efeitos das análises efetivadas. O sindicalista, os profissionais da administração central da Secretaria Municipal de Educação do Município de Serra-ES (Sedu/Serra), a promotora do Ministério Público, os pesquisadores da Ufes... Vários foram os momentos vividos na roda-fórum, tais como: construção do Projeto de Lei com objetivo de garantir direitos à constituição de espaços dialógicos na escola; experimentação das Comissões em atuação; aprovação da Lei; surgimento de Comunidades Ampliadas de Pesquisa, constituídas por pesquisadores da Ufes e trabalhadores da Serra; constituição de um Núcleo de Saúde na Secretaria de Educação do município; formação para Diretores e Gestores, entre outros.

A produção de comum implica produção de novas subjetividades, porque demanda um modo de participação que também é reinvenção do concreto das situações de trabalho, do trabalho coletivo, de experimentação das possibilidades de atuação. A produção de comum, de novas formas de vida, ocorre entre os sujeitos, não como justaposição, mas como constituição dos próprios sujeitos em um plano comum vivido e praticado, que, dessa forma, está sempre à frente da captura de qualquer política de governo. Plano comum que não é homogêneo, nem reúne atores que manteriam entre si relações de identidade, mas opera comunicação entre singularidades, sendo pré-individual e coletivo.

Nossa aposta, portanto, é na produção de políticas públicas como enfrentamento da situação de precariedade do trabalho na rede de ensino em função das políticas de austeridade que a economia neoliberal de esvaziamento do ensino público vai impondo na rede: uma escola-empresa. Habitualmente, quando pensamos em políticas públicas, é quase inevitável conectá-las ao governo, como se este fosse

seu único idealizador. Entendemos que políticas públicas não estão, necessariamente, atreladas ao governo, mas também surgem como possibilidade de enfrentamento do governo. Foi o caso dos movimentos liderados pelo Sindiupes frente aos desafios que o chamado "pacote de maldades da administração" (nome dado às medidas implementadas pela administração municipal) causou à rede de educação. O "pacote de maldades" produziu retrocessos em algumas conquistas do movimento dos educadores no município, tais como:

- Retirada de Seguranças/Porteiro das escolas, substituídos por videomonitoramento;
- Redução de Liberação Sindical: havia previsão de até oito liberações; atualmente, só há previsão de uma;
- Perda do direito de folga no dia do aniversário;
- Não regulamentação da Cosate, lei aprovada na Câmara e sancionada pelo Prefeito;
- Não reposição das perdas salariais — a categoria está há mais de três anos sem nenhum tipo de reajuste salarial;
- Dificuldade de atendimento e agendamento de perícia médica da Prefeitura e falta de consenso nos atendimentos entre essa perícia e a do Instituto de previdência;
- Não implementação da Lei do Piso Nacional do Magistério, especialmente no tocante à carga horária para planejamento.

Muitos movimentos foram feitos para o enfretamento do "pacote de maldades" produzido pela administração municipal. A pesquisa foi uma das estratégias de luta, uma vez que a aposta se fazia na criação de espaços cujos dispositivos forjados oportunizassem, com suas ações micropolíticas, ambientes de formação que fossem catalisadores de um *ethos* de enfrentamento perante tais máquinas de captura.

Nossa aposta no Fórum Cosate foi construir políticas públicas não alinhadas ao poder do capital e mais comprometidas com a potência e expansão da vida, pensar políticas públicas do coletivo para o coletivo, habitar outras dimensões do tempo para além de *khronos*, ou seja, produzir comum, com menor presença do Estado,

uma vez que este se mostra atrelado ao grande capital e as suas práticas de mortificação da vida.

O processo de elaboração do Projeto de Lei, por exemplo, foi se efetivando nos diálogos do fórum Cosate. Constituiu-se em um exercício de lateralização, de corresponsabilização, de atenção ao que se passava no coletivo. Discutir, por exemplo, o que é risco iminente em uma escola e que esse paralisaria as aulas (com consequências para os estudantes e a comunidade escolar em geral) levou vários encontros, discussões acaloradas, escuta atenta à experiência dos trabalhadores das escolas, dos profissionais da Sedu/Serra que participavam do fórum, da promotoria, do Sindicato, dos profissionais da Divisão de Medicina e Segurança do Trabalho (DMST) de Serra e do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador/ES (Cerest) e Fundacentro/ES. A articulação de todas essas vozes possibilitou a chegada a um comum que não anulasse as diferenças, mas que se constituísse em uma criação, uma composição, uma invenção desse coletivo, sem a pretensão de apresentar uma saída que funcionasse em todas as situações ou se tornasse uma solução-modelo, perfeitamente aplicável a qualquer escola. E, assim, a lei das Cosates foi aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo Prefeito.

Fazemos essa aposta na produção de uma política pública na educação por acreditarmos que ela expressa a força do coletivo, ao contrário das políticas de governo que, em geral, já chegam formatadas e sem forte participação social e, por isso, mais frágeis e de menor durabilidade. Essas não valorizam o coletivo e nem denotam processualidade. O comum é produzido ao tecermos a política pública por meio do processo incessante de experimentações — não há respostas *a priori*.

A EXPERIÊNCIA COM AS PRIMEIRAS COSATES NO MUNICÍPIO DA SERRA

A pesquisa, assim, teve o propósito de contribuir para o campo do trabalho na educação por meio da interlocução de pesquisadores da Ufes e instâncias setoriais que, de algum modo, têm inserção na

formulação de políticas educacionais no referido município. Dentre esses parceiros, incluem-se, principalmente, a Sedu/Serra e o Sindiupes. Essa estratégia se constituiu, como já assinalamos, a partir da instituição do fórum Cosate.

Tendo esse direcionamento, as escolas da região geopedagógica na qual o projeto se desenvolveu foram convidadas para uma reunião, ocasião em que apresentaríamos o fórum, seu percurso, assim como o caminho que o grupo de pesquisa já havia percorrido na Serra-ES. A ideia era compor um contexto, dar um vislumbre do que pretendíamos e contagiar diretoras e representantes das 30 escolas que compareceram à reunião no desejo de tomar parte dessa empreitada.

Ao final da reunião, foi acordado que os participantes conversariam com os trabalhadores nas escolas e retornariam para outra reunião, quando seriam escolhidas as duas escolas que participariam da experiência. Na reunião de retorno, que contou com cinco Centros Municipais de Ensino (Cmeis) e quatro Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), acordou-se, por meio de diálogo, que a EMEF que receberia o Projeto seria a Manoel Carlos de Miranda. Já a escolha do Cmei foi feita por sorteio, sugestão que partiu das próprias representantes.

Escolha feita, visitamos as escolas participantes para explicar o projeto, conversar sobre o que pretendíamos, qual aposta desse projeto inicial, seus desafios e ouvir os trabalhadores, sentir o terreno, tentar mapear as formas de funcionamento das escolas, tatear qual modo de entrada nesse campo. Foram várias visitas, muita conversa, acompanhamento do processo de escolha dos profissionais que fariam parte das comissões na escola e espera que a Sedu/Serra liberasse os profissionais eleitos como membros das Cosates-piloto para participar do trabalho das comissões, conforme previsto na lei que foi aprovada na câmara de vereadores da cidade.

A liberação dos trabalhadores/as pela Sedu tinha um propósito: a ideia não era sobrecarregar os trabalhadores, e sim que a formação dos membros e o funcionamento das comissões ocorresse no horário de trabalho, já que a análise dos processos de trabalho é também parte

importante de um trabalho. Para isso, seria necessário que a Secretaria enviasse outros professores para assumir as turmas dos professores que comporiam as comissões. A escolha dos membros não era restrita a professores. Na EMEF, um dos membros foi uma professora, alocada na secretaria da escola, em desvio de função. Todas as demais participantes eram professoras em exercício.

A liberação dos professores e consequente substituição por outros contratados para um período de quatro horas por semana aconteceram em setembro de 2014, mês em que iniciamos a formação das Cosates-piloto. Elaborado e ministrado por membros do fórum, o processo formativo foi composto de encontros presenciais na Fundacentro-ES, intercalados com encontros nas escolas, denominados de encontros de dispersão. A ideia era a de que esses encontros nas escolas fossem, também, de atuação das comissões. Em cada escola, o processo ocorreu de forma singular. Diferença de horários, ritmos, modos de gestão também produziram diferentes Cosates.

O processo de formação dos membros das comissões experimentais teve como base a construção de uma rede de encontro de saberes. Essa rede envolve os saberes práticos, de quem vive a experiência, e os saberes científicos, oriundos das disciplinas epistêmicas que tratam desta temática. Com essa perspectiva ética e epistemológica, investimos em um sistema de coanálise, que associa pesquisadores e trabalhadores no mesmo processo, apoiando-os[145] a "trabalhar" a própria experiência. Visamos a compreensão da organização do trabalho nas escolas e, sobretudo, cooperar para a formulação de questões que façam o trabalho se mover, de forma que fosse possível mudanças que os coletivos entendessem como prioritárias.

---

145 O apoio institucional é um método/dispositivo de intervenção e se exerce de modo a viabilizar a criação de espaços de fala e escuta do grupo de trabalhadores que experimentam processos de mudança de gestão do trabalho. Tal construção tem como *ethos* a instauração de um exercício de transformação das práticas, colhendo como efeito um viver-trabalhar junto com os outros.

Essa estratégia metodológica buscava a constituição de uma rede, que foi nomeada por pesquisadores brasileiros de "comunidade ampliada de pesquisa" (BRITO; ATHAYDE, 2003). Essa rede era marcada pela confrontação entre o conhecimento científico e a experiência gerada nas situações de trabalho, vislumbrando a instituição de Cosates nas escolas.

Essa fase da pesquisa foi desenvolvida, como indicamos, em duas escolas: o Cmei Olindina de Leão Nunes e a EMEF Manoel Carlos de Miranda. Essas escolas foram palco das primeiras experimentações na instituição das Cosates no município da Serra-ES. Ao colocar em análise a organização do trabalho, tais comissões visam problematizar os efeitos dessa organização na saúde dos trabalhadores e na qualidade do ensino ministrado nos estabelecimentos educacionais. As comissões constituem-se como uma estratégia da Rede Nacional de Saúde do Trabalhador – Renast (Ministério da Saúde, 2009), um dispositivo da Política de Saúde do Trabalhador do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa política pública nos alerta sobre a relação estreita entre os modelos de gerenciamento dos locais de trabalho e os modos de gestão experimentados no cotidiano desses locais com impactos na saúde dos trabalhadores.

Aqui, uma distinção se faz importante: chamamos de gerenciamento a função dos secretários, diretores e chefias, e de gestão, ao que é realizada por todos os trabalhadores e não apenas pelos gerentes. Essa gestão faz-se atuante no cotidiano das relações impressas pelos trabalhadores em ambiente laboral e está conectada à ação e à tensão em jogo durante o desenvolvimento de suas atividades. Tal visão dá visibilidade à potencialidade interventiva e criadora dos trabalhadores que fazem colapsar determinados modos de trabalhar instituídos e cristalizados. As Cosates voltam-se, assim, para a feitura das práticas educativas moventes, que apontam na direção da invenção do viver, da invenção do próprio pensamento conjugado às mudanças concretas do cotidiano da educação pública.

Nosso princípio básico é a ideia de que todos os participantes são, também, pesquisadores, pessoas que se debruçam sobre a experiência para analisar os modos pelos quais são engendrados os processos de trabalho, para produzir estratégias, produzir força, produzir saúde. Nosso ponto de partida era a ideia de produzir conhecimento, tomando este não como reprodução de verdades, mas como um processo construído coletivamente, que não preexiste à pesquisa.

Assim, foi possível desenvolver estudos e análises participativas do processo de trabalho nessas duas unidades escolares do município, formando um grupo ampliado de pesquisa em cada uma, de forma a instituir Cosates. Isso demandou:

a) construir, coletivamente, com os educadores e educadoras estratégias de intervenção nas situações que produzem adoecimento na escola;

b) constituir um plano ampliado de formação de trabalhadores para que pudessem analisar os processos de trabalho visando à sua transformação, a partir dos dados produzidos na primeira fase da pesquisa.

Buscamos colocar em análise os diferentes modos como os docentes empreendem sua atividade laboral e suas relações com a produção de saúde/doença nas duas escolas que participaram desse projeto-piloto, o que poderia nos oferecer pistas importantes para o processo de implantação das Cosates no restante do referido município.

No processo de implantação das Cosates nas duas escolas selecionadas, tivemos, então, como objetivo principal, dar visibilidade às histórias produzidas no cotidiano escolar pelos professores, analisar a relação reconhecimento/saúde/trabalho sob o ponto de vista da atividade, discutir-analisar os modos de funcionamento escolar e os processos de produção de saúde e iniciar a construção coletiva de uma política de saúde para os docentes e demais trabalhadores da escola. Assim, foi se formando um grupo ampliado de pesquisa nas duas escolas como embrião das Cosates com o objetivo de ampliar

esse processo, de forma a estendê-lo para as demais escolas da rede. Foi assim que objetivamos produzir dados na pesquisa que subsidiassem a regulamentação da lei das Cosates que já foi aprovada na câmara municipal da cidade e sancionada pelo prefeito do município.

Mas essa produção não é dada, não é imediata e, mesmo com a sinalização dos educadores de que tinham interesse na implantação das comissões nas escolas, não havia nenhuma garantia de que as pessoas ali envolvidas conseguissem produzir um terreno comum, um plano para produzir conhecimento coletivo. O aceite dos profissionais era apenas o início da construção do plano comum da pesquisa (KASTRUP; PASSOS, 2013). Esse plano comum nos remete a uma articulação das diferenças, fazendo com que essas conversem sem que se anulem. É uma construção positiva, pois esse diálogo expõe as tensões, move os sujeitos na pesquisa.[146]

Tal direção metodológica considera que, em pesquisa-intervenção e pesquisas qualitativas participativas, é preciso cultivar uma atenção especial ao processo de convocação dos participantes, que não se restringe ao cumprimento das formalidades de um contrato de participação, isto é, não se restringe à assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O processo de contratação efetivou-se por meio de uma duração que viabilizasse contrair um "grupo-sujeito" (GUATTARI, 2004) nas escolas, de forma a criar condições para a realização de uma pesquisa que fosse participativa, com vínculos de confiança, corresponsabilidade e protagonismo distribuído. Assim, a contratação foi efetivada em meio à formação de um coletivo ampliado de pesquisa, de forma que a constituição de um plano comum pudesse se modular ao longo do processo.

---

146 As Comissões de Saúde do Trabalhador apostam no diálogo permanente sobre os processos de Saúde-Doença em sua relação com o Trabalho, como um modo dos trabalhadores se apropriarem de sua lida e vida no trabalho pela via prioritariamente de intervenções coletivas, no sentido de produzir saúde e sentidos outros ao cotidiano do mundo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos dizer que a pesquisa não visou a "coletar dados" sobre o trabalho nas escolas, mas a ter os trabalhadores e trabalhadoras como parceiros, construindo, juntos, um espaço dialógico, repensando os modos de trabalho e, com a força do coletivo, "ampliar o poder de agir" (CLOT, 2010). Privilegiamos os processos de coanálise do trabalho, processos esses que viabilizam acessar recursos advindos do patrimônio proveniente da atividade dos trabalhadores da educação, provocando seu desenvolvimento e transformação.

Não buscamos conhecer para formar, mas transformar para conhecer a realidade da rede educacional da Serra-ES, pois conhecer, no nosso entendimento, não é representar uma realidade, mas se lançar em uma experiência coletiva de criação de si e do mundo.

Percebemos, nos relatos e corpos dos educadores e pesquisadores, como o movimento de produção de comum diz respeito a incluir diferenças, insatisfações, controvérsias e discordâncias. A instituição de Comissões de saúde por local de trabalho (Cosates) efetivou-se como dispositivo para potencializar movimentos micropolíticos de resistências à lógica neoliberal que se acirra nas escolas públicas. A partir de uma clínica crítica do trabalho, almejamos inventar novos modos de compartilhamento de experiências e (des)aprendizagens. Nosso objetivo era possibilitar a experimentação de distintas camadas temporais, incluindo *kairós* e *aión* no acolhimento de experiências de deslocamento e na constituição de uma qualidade de colaboração intensiva entre os trabalhadores da educação.

Assim, o fórum buscou estar atento a como temos nos posicionado nessas práticas de governamentalidade e, com esse objetivo, as discussões e os debates com diferentes segmentos da rede municipal de educação foram espaços preciosos para que essas análises ocorressem, pois possibilitam que os trabalhadores também se percebam pesquisadores e cogestores de seu trabalho, ou seja, o trabalho em educação como invenção de si e de mundos.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, L. A.; GATTO, V. C. Quando o cinema invade a escola. **RevistAleph**, [*s. l.*], v. 13, n. 26, p. 1-13, 2016.

BRITO, J.; ATHAYDE, M. Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de janeiro, v. 1, n. 2, p. 239-265, 2003.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 20009.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Frabefactum, 2010.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2017.

DELEUZE, G. **Proust e os signos**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *In*: DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. p. 219-226.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**: curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUATTARI, F. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

GUATTARI, F. **Psicanálise e transversalidade**: ensaios de análise institucional. São Paulo: Ideias & Letras, 2004.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal, Rev. Psicol**, Niterói. v. 25, n. 2, p. 263-280, 2013.

KOHAN, W. A escola como experiência: entrevista com Walter Omar Kohan. **Revista eletrônica de educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 298-304, 2018.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: editora Planta, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. RENAST. **Portaria n. 2728/GM**, Brasília, 11 nov. 2009.

ROLNIK, S. Pensamento corpo e devir: uma perspectiva ético/ estético/ política no trabalho acadêmico. **Cadernos de subjetividade**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 241-251, 1993.

SAFATLE, V. O estado de mal-estar social. **Racismo Ambiental**, [*s. l.*], 2017. Disponível em: https://racismoambiental.net.br/2017/03/18/o-estado-do-mal-estar-social-por-vladimir-safatle/. Acesso em: 19 nov. 2017.

Modos de gestão-produção de subjetividade na sociedade contemporânea[147]

Maria Elizabeth Barros de Barros

"A atividade industriosa é sempre um 'destino a viver' [...] a deriva trabalhar, gerir, vai pôr à prova a dramática dos usos de si" (SCHWARTZ, 2000, p. 10). A questão que norteia este ensaio situa-se no entrecruzamento de dois aspectos: os modos de gestão dos agrupamentos humanos em situações de trabalho,[148] entendidos como

147 Publicado originalmente na **Revista do Departamento de Psicologia**, UFF, v. 14, n. 2, p. 59-74, jul./dez. 2002.

148 Trabalho, no seu sentido ampliado, não se limita a modos operatórios ou à expectativa do igual, repetição, procedimentos estereotipados, mas também, e principalmente, à variabilidade, à imprevisibilidade, a escolhas, à história, a arbitragens, a valores, a partir dos quais as decisões se elaboram, criação.

experiências vividas no marco de uma história que lhe é própria e irredutível, e os efeitos de sujeito advindos dessa combinação complexa. Este texto parte do pressuposto de que as relações de trabalho são uma dimensão fundamental nos processos de subjetivação, pois, como nos indicou Althusser (1980, p. 85), a partir de Marx, "a natureza humana" é produzida na história, cambiante com ela, "[...] com as revoluções de sua história, afetada nas suas faculdades mais íntimas, pelos produtos sociais de sua história objetiva".

Ao introduzirmos a história na constituição da natureza humana, tornamos os humanos contemporâneos dos efeitos históricos de que são sujeitos e destacamos o caráter essencialmente processual dos modos de subjetivação, ou seja, o engendramento incessante de formas-subjetividades que se produzem na imanência dos modos de produção.[149]

Ao analisar a periodização dos modos de produção material da realidade, Marx (1968) afirma que o sujeito é o que se determina pela sucessão das formas de organização do trabalho e pelos deslocamentos que ela opera (BALIBAR, 1980), sendo os sujeitos efeitos das práticas, das relações sociais. O modo capitalista de produção não "[...] produz apenas os produtos materiais, mas reproduz constantemente as relações de produção nas quais esta se dá; reproduz, pois, também, as relações de distribuição correspondentes. [...] toda forma de produção engendra suas próprias instituições jurídicas, sua própria forma de governo, etc." (MARX, 1968 *apud* BALIBAR, 1980, p. 38-39). O processo de produção não é, pois, um ato isolado, encerrado nas determinações precedentes e consequentes do processo de trabalho no seu sentido estrito; inclui a produção das relações sociais, produção na qual os indivíduos que produzem e as coisas produzidas

149 Quando falamos em produção, estamos nos referindo à produção em um estágio determinado do desenvolvimento social, o que significa "[...] produção de indivíduos vivendo em sociedade" (MARX, 1968, p. 202). Posteriormente, neste texto, vamos retomar à discussão sobre o conceito de modo de produção.

se constituem pelas relações sociais, que engendram modos de subjetivação e formas de subjetividade.

Assim, na perspectiva que adotamos neste texto, a vida, na sua complexidade, precisa ser entendida "[...] no curso das relações de trabalho, que é uma trama, um campo instável, uma rede de conexões que não para de se produzir" (ATHAYDE, 1999, p. 25), configurando a espécie humana. É nessa rede de conexões que há invenção de si[150] e do mundo. Múltiplas formas-subjetividade são geridas quando trabalhamos. Nessa direção de análise, é importante incorporar as questões referentes às situações de trabalho, quando nossas preocupações se situam no âmbito dos processos de subjetivação.

As perguntas que teríamos que fazer, portanto, seriam: como estão operando as relações sociais de produção? Que efeitos de sujeito estão produzindo? Que modos de subjetivar estão em curso nos mundos do trabalho? Como criar alternativas para as demandas do trabalho em função das situações reais? Pensar o trabalho supõe cartografá-lo,[151] a partir da ideia de poder reinventá-lo nos seus objetivos, instrumentos, formas de divisão e organização, pois a história dos humanos é a história dos seus modos de produção e esses últimos, por sua vez, forjam modos de subjetivação. O trabalho nos produz e transforma, portanto, procurar compreender o trabalho é também poder transformá-lo e afirmar a possibilidade de uma outra estética da existência.

A importância de enveredar por esse caminho se deve à necessidade de interrogar os diferentes processos de subjetivação

---

150 A ideia de ***si*** aqui utilizada foi extraída de M. Foucault e não se refere a processos de fechamento em uma interioridade ou a qualquer forma de intimismo, ao contrário, o si refere-se à perspectiva que afirmamos ao longo do texto, ou seja, à possibilidade sempre colocada de diferir do que se cristalizou em nós, no nosso trabalho, nas nossas relações, na nossa vida.

151 Cartografar tem o sentido de acompanhar os movimentos de construção das paisagens no cenário social.

engendrados nos meios sociais em que vivemos, vislumbrando a produção de outras formas-homens/mulheres, na contramão das estratégias de sobrecodificação implementadas pela lógica do capital. A possibilidade de criação de formas de subjetivação em ruptura com os processos em curso no capitalismo depende dos agenciamentos que se produzem nas situações experimentadas, não havendo garantias *a priori*. Perseguindo esse propósito, é preciso buscar a elaboração de instrumentos teóricos, em diferentes campos do saber, para compreender a vida humana em sua dimensão de invenção permanente.

Com esses objetivos, traçamos o seguinte plano para este texto: inicialmente, trazer algumas discussões sobre o conceito de trabalho e os efeitos de subjetivação que as situações laborais engendram, para, em seguida, tentar destacar os efeitos de subjetivação produzidos pelas formas de gestão do trabalho que podem produzir repetição e/ou criação.

FALHA HUMANA? QUE FALHA? QUE HUMANO? TRABALHO E SUBJETIVIDADE

Na literatura sobre a temática do trabalho, encontramos, com muita frequência, a expressão "fator humano", muito usada pelos psicólogos para se referir ao comportamento em situação de trabalho associado a catástrofes, acidentes, erro, falha ou falta cometida pelo trabalhador. A ideia de fator humano, nesse contexto, parece buscar o aspecto "subjetivo" do trabalho. Dejours (1997) afirma que esse conceito tem sido utilizado de forma reducionista e cientificista e, portanto, não contempla a complexidade do processo vital. As tentativas tayloristas/fordistas de administração do trabalho, por exemplo, buscaram objetivar esse aspecto subjetivo para poder compreendê-lo, prevê-lo, controlá-lo.

> Muitas vezes a noção de fator humano é usada como psicologia espontânea ou de psicologia do senso comum [...]. Acontece que o trabalho, apesar de ser parte integrante do mundo cotidiano, cria uma quantidade de problemas específicos, que são

> insuficientemente analisados pela psicologia e sociologia geral (DEJOURS, 1997, p. 13).

A adaptação do trabalhador a seu meio de trabalho no capitalismo sempre se apresentou como um problema a ser estudado pela psicologia, que tenta aplicar teorias para controlar "as falhas humanas". Taylor, que entendia o trabalho como possível de ser identificado a um jogo de mecanismos inanimados, também acreditava que, diante de um conjunto de mecanismos, seria possível fazer os movimentos do trabalhador reféns do movimento da máquina, regrando-os segundo as exigências de maior rendimento econômico (CANGUILHEM, 2001). Com o objetivo de aumentar a produtividade e o controle do trabalho, Taylor deparou-se com a imposição do ritmo do trabalho pelo trabalhador e, sob esse aspecto, sua crítica principal dirigia-se à forma como o trabalho se organizava, destacando como aspecto a ser atacado o lugar do "saber-fazer" dos trabalhadores. Acreditou poder controlar o saber não sistematizado, o patrimônio do coletivo de trabalhadores, visando à estandartização das ferramentas e dos procedimentos utilizados, quer dizer, à docilidade do braço rebelde do trabalho (ATHAYDE, 1999).

Assim, os aspectos chamados subjetivos passam a ter destaque no campo de abordagem sobre o trabalho humano e, nesse processo, convocam-se os saberes "psi", que, tradicionalmente, abordam essa temática pela via do fator humano no trabalho associado à catástrofes.

Em ruptura com as práticas "psi", que buscam controlar o fator humano e utilizá-lo para intensificar sobreimplicação,[152] alguns tra-

152 Sobreimplicação tem o sentido de sentimentos de pertinência, participação. Segundo R. Lourau (1990), refere-se ao "sobretrabalho" exigido na produção de mais-valia, ou seja, na rentabilidade suplementar. Trata-se, de acordo com esse autor, de "exploração da subjetividade" que se segue à exploração do trabalho pelo capital — sobreexploração. É submissão às ordens implícitas da ordem econômica e social.

balhos nesse campo privilegiam um outro caminho: ouvir os trabalhadores. Ao considerar o fator humano para além dos seus aspectos pejorativos relacionados com a falha humana, erro ou negligência, prioriza-se a palavra do trabalhador, que se torna a estratégia principal de acesso ao modo como se realizam as vivências subjetivas e intersubjetivas do trabalho. Essa via pode nos enviar ao que o sujeito coloca em jogo, o que aciona, para executar as prescrições da tarefa, ou seja, para cumprir suas obrigações. O especialista em matéria de condições e organização de trabalho é o próprio trabalhador.

Conforme Dejours (1997, p. 8): "[...] a contribuição dos cientistas, embora necessária, é relativamente limitada". São os trabalhadores que devem inspirar as análises sobre as situações de trabalho e a direção dada a essas análises, incluindo-se nesse processo tudo o que se refere ao trabalho, ou seja, suas condições e organização. Ao se privilegiar a fala do trabalhador relativa ao seu cotidiano, afirma-se que o "fator humano" é resultado da inserção do sujeito no mundo e do sentido que ele dá às atividades que executa e não negligencia.

A Análise Coletiva do Trabalho é, então, utilizada como método de abordagem dos sentimentos que o trabalho mobiliza e provoca. Consiste, basicamente, em criar grupos que devem explicar sua atividade, ou seja, o que fazem. A descrição das atividades funciona como um fio condutor da análise, uma vez que, ao falar, os trabalhadores trazem os diferentes aspectos do trabalho, tanto na dimensão daquilo que potencializa, quanto na do que enfraquece e faz sofrer. Ao se falar dos sentimentos experimentados, pode-se construir novas e mais potentes análises das situações de trabalho.

Nessa direção, a ergonomia de linhagem francesa tem trazido importantes contribuições para o projeto de cartografar as situações de trabalho, revelando seu caráter inesgotável, imprevisível e sempre em processo de renovação, procurando dar visibilidade à atividade real, desvelando equívocos e limites das tarefas definidas *a priori*. Uma análise da atividade real vai se deparar com falhas, situações atípicas e formas de regulação utilizadas diante dos imprevistos.

Como nos afirma Silva (1998), a espécie humana não falha em um aspecto, ela falha, não é regular, invariante, normal. É a falha que permite a criação, mas também a crueldade e, ao não se conformar com a invariância, tenta-se "criar", nas diferentes estratégias de controle do trabalho humano, a invariabilidade que não se encontra na espécie e que se sabe perdida. Busca-se regularizá-la, normalizá-la, mas os humanos, felizmente, falham. "Seria muito pobre, para esta espécie, estar subordinada apenas à lógica da propriedade, da acumulação, de mecanismos, ainda que assim venha ocorrendo há vários séculos" (SILVA, 1998, p. 4).

É no mergulho no trabalho real que emerge a singularidade em operação do humano, de trabalhadores que, mesmo com as estratégias da gerência capitalista, resistem à disciplina produtiva de "subjetividades individualizadas e idiotizantes" (ATHAYDE, 1999). A gestão do trabalho abre a possibilidade de produção de outros modos de subjetivação que não estejam submetidos às "máquinas registradoras".[153] Lembrando Maturana e Varela (1988, p. 99), "[...] o fazer é ontológico". O operar do trabalhador se confunde com o próprio processo de criação de si. Trabalhar-gerir inclui, também, a criação de formas-subjetividades à deriva, "outramento", corpos rebeldes que desejam a experimentação e o múltiplo, ou seja, trabalhadores que no curso da atividade criam permanentemente na relação com os

153 A ideia de máquina registradora foi pedida de empréstimo da expressão de uma criança numa escola fundamental do Espírito Santo, mencionada na dissertação de mestrado intitulada "Cartografias digitais: Uma análise das práticas produzidas com as novas tecnologias na escola", da psicóloga Claudia Della Costa. A expressão refere-se às formas de funcionamento que se impõem de maneira hegemônica, desqualificando todas as outras que não se submetem a ela. Segundo Rolnik (2002, p. 36), "[...] a vida esta na berlinda [...]", pois uma das principais engrenagens, se não a principal, do capitalismo contemporâneo é o "[...] funcionamento de uma máquina infernal de captura e sobrecodificação da subjetividade".

instrumentos de trabalho, reinventando-se como trabalhador incessantemente, é prática de tateio.

Assim, experimentar implica possibilidade de, a cada repetição dos modos operatórios, ser capaz de um número maior de variações, evitando abordar a tarefa por meio de hábitos cristalizados (KASTRUP, 1999), que as prescrições visam a produzir, em um processo de aprendizagem e desaprendizagem permanente. Modos de subjetividade, portanto, que dizem respeito às transformações, "[...] ao intempestivo, aos processos de dissolução das formas dadas e cristalizadas, numa espécie de movimento 'instituinte' que, ao se instituir, ao configurar um território, assumiria uma dada forma-subjetividade" (MACHADO, 1997, p. 212).

Dessa forma, o real do trabalho é o que resiste à técnica, está ligado ao fracasso das prescrições e nos escapa, é um enigma a ser decifrado. Não decorre do conhecimento formalizado, mas do que está além dele; é apreendido sob a forma de experiência vivida. Diante de uma situação efetiva de produção, são elaboradas estratégias que desvelam a "inteligência" inerente ao trabalho humano. As prescrições, que são as tarefas fixadas a princípio, não consideram as atividades complexas necessárias na operação real; elas são uma ficção, afirma Dejours (1997). Assim, torna-se imprescindível a intervenção de diversas outras atividades durante a execução das tarefas, como os "macetes", que são intensificações da força de invenção que favorecem a construção de formas singulares de trabalhar em consonância com o que pede o processo vital, é fruto do trabalho vivo. No entanto, essas estratégias são vistas como atividades marginais, não recomendadas e não remuneradas.

A análise do trabalho real — da atividade — abre um outro campo de possibilidades, marcado pela variabilidade das condições de trabalho, pela produção de criação, pelos processos de subjetivação que ultrapassam as formas dadas e pelo esforço de afirmar essa variabilidade, sua *gestão*. A atividade é o que face à tarefa — que é aquilo que

se deseja obter ou o que se deve fazer — é o realmente feito para se chegar o mais próximo possível dos objetivos fixados.

O real não se refere à realidade, que é o estado de coisa, "[...] é uma dimensão essencial à inteligibilidade dos comportamentos" (KASTRUP, 1999, p. 16). O real só se faz apreender sob a forma de "revés",[154] perante o qual o trabalhador ajusta os objetivos e a técnica. O "revés" não é falha, erro ou falta. Ante o revés o sujeito está em frente à sua impotência, mas também, por estar em xeque, pode ter o sentido de um apelo à busca de saídas. É movimento de problematização que caracteriza o momento em que se defronta com o novo, com o inesperado, que o força a pensar e divergir de si mesmo. O revés produz uma espécie de "[...] rachadura na continuidade cognitiva. Quebra de continuidade que, paradoxalmente, assegura o fluir da conduta" (KASTRUP, 1999, p. 4), constitui o lado vivo da cognição. A prescrição nunca é totalmente respeitada por causa do real, a tarefa jamais é exatamente atendida, pois, ao se deparar com o imprevisível, é preciso mobilizar estratégias inventivas que deem conta da situação.

A atividade condensa o sucesso do saber e o revés ocasionado pelo real, com um compromisso que contém uma dimensão de invenção. Os rearranjos são necessários para levar em conta o real do trabalho, que é o limite dos saberes e do conhecimento (DEJOURS, 1997). Segundo Dejours (1997), a engenhosidade é a compensação parcial do revés que implica subjetividade, ou seja, processos imprescritíveis, heterônomos à ordem dos mecanismos, que decorrem de uma produção psíquica e cultural e procede por experiência e não da experimentação regrada.

Assim, a atividade do trabalho não se reduz a situações dadas, estabilizadas, produto e processo não se identificam. Ela só pode ser apreendida no âmbito do diálogo e da confrontação que a constitui,

---

154 Revés é o que coloca em xeque uma técnica, um conhecimento. No dicionário Aurélio, encontramos o sentido de revirado, reverso, às avessas, acidente desfavorável.

pois é expressão da relação no trabalho com os outros, consigo mesmo e com a matéria do trabalho. Os trabalhadores inventam/elaboram/transmitem uns aos outros procedimentos não ensinados, nem pela formação, nem pela supervisão, por meio dos quais evitam acidentes. Esse saber é fonte não só de criação, como também de produção de resistência, de novos sujeitos/objetos, de outras formas de gestão de si. A atividade do trabalho, portanto, não pode ser conhecida por uma análise solipsista, pois todo ato técnico é submetido a uma regulação que se opera na interação entre os trabalhadores, é sempre a análise de uma dinâmica intersubjetiva. "Os trabalhadores criam operadores para não serem tragados, para não adoecerem psiquicamente. Desenvolvem estratégias sofisticadas, o que às vezes, paradoxalmente maximiza a produção" (ATHAYDE, 1999, p. 43).

A esse saber mobilizado na atividade de trabalho chama-se "competência", que se refere ao reconhecimento social desse saber e não se identifica com os diferentes especialismos[155] ou com "qualificação técnica". A competência, nesse contexto, forma-se pelo intercâmbio comunicativo entre membros da equipe de trabalho e se constitui na articulação dos conhecimentos, do saber-fazer, das estratégias cognitivas e das habilidades que são acionadas em situação real de trabalho. São saberes não reconhecidos formalmente, estão para além dos "saberes tácitos" e não se limitam à divergência em relação a situações habituais.

Essa "inteligência no trabalho" passa pelas equipes e, então, a circulação de informação é essencial. A atividade de trabalho inteligente planifica as atividades, altera objetivos, interrompe ou persevera nas ações, apressa ou demanda tempo, faz a colocação e a gestão de problemas, diagnostica situações. A inteligência no trabalho não tem, entre seus recursos, apenas os requisitos cognitivos,

155 A ideia de especialismo, a partir dos teóricos da Análise Institucional de linhagem francesa, significa utilização dos saberes científicos para desqualificar os saberes não oficiais ou desautorizados pela academia.

mas também mobilização psíquica, inteligência criadora (ATHAYDE, 1999). Nessa linha de argumentação, o sujeito não é considerado um sistema de tratamento de informações, coloca-se em questão o paradigma cognitivista e convocam-se outros que auxiliem nesse projeto de entender o processo de conhecimento, como o da Autopoiese[156] dos textos de Maturana e Varela (1995), que afirmam que a cognição possui funcionamento divergente, isto é, tem potência inventiva e "[...] responde pela criação de múltiplos e inéditos regimes de funcionamento e pode gerar efeitos no coletivo" (KASTRUP, 1999, p. 24).

As situações de trabalho implicam, portanto, mobilização subjetiva para lidar com coisas que não funcionam, para achar caminhos e, em função dos fracassos, chegar a encontrar soluções, mas isso não se vê, não é observável diretamente. Como nos indica Dejours, o essencial do trabalho pertence aos modos de subjetividade que, na maior parte das vezes, são invisíveis, ou seja, fazem parte dos mecanismos inobserváveis da atividade. Para que um sistema funcione, é necessário um exército de pessoas que o fazem funcionar. Quando só se executam ordens, a greve de zelo (operação-padrão), o sistema

156 A Autopoiese, de Humberto Maturana e Francisco Varela (1995), considera a cognição como invenção do sujeito cognoscente e do mundo conhecido. Para esses autores, o vivo não se define como sistema autorregulador, nem por uma tendência ao equilíbrio, mas como um sistema autopoiético. O sistema vivo é um sistema cognitivo, os seres vivos são considerados em constante processo de produção de si, em incessante engendramento de sua própria estrutura. "Se sabemos que nosso mundo é sempre o mundo que construímos com outros, toda vez que nos encontramos em contradição ou oposição a outro ser humano com que desejamos conviver, nossa atitude não poderá ser a de reafirmar o que vemos do nosso próprio ponto de vista e, sim, a de considerar que nosso ponto de vista é resultado de um acoplamento estrutural dentro de um domínio experiencial tão válido como o de nosso oponente, ainda que o dele nos pareça menos desejável. Caberá, portanto, buscar uma perspectiva mais abrangente, de um domínio experiencial em que o outro também tenha lugar e no qual possamos, com ele, construir um mundo" (p. 262).

entra em pane, não funciona ou explode. Para colocar em funcionamento um sistema qualquer, é preciso não apenas que as pessoas conheçam os procedimentos, os regulamentos, mas que elas os subvertam, que usem sua "inteligência prática", que trabalhem com sua engenhosidade, que façam o sistema se beneficiar de sua potência de criação e que inventem, nas suas relações cotidianas, a cooperação, uma vez que essa última não se prescreve, é criada pelos humanos.

Sendo assim, um sistema não funciona se as pessoas não consentirem em fazê-lo funcionar, dedicando-lhe inteligência prática e modos de subjetividade. Ao se gerir trabalho, inventam-se formas de subjetivação e é a dedicação dessas formas subjetivas, de modos de funcionamento singulares e imprevisíveis que viabiliza o funcionamento dos sistemas. Modo de trabalhar/modo de subjetivar, os trabalhadores são gestores de si e do mundo.

A inteligência no trabalho refere-se ao trabalho gestionário que o trabalhador imprime nas suas intervenções, a partir de variáveis econômicas e das exigências que se colocam no sentido de pressão e constrangimento. O trabalho gestionário, por definição, é um trabalho que se move, que é elaborado coletivamente no tempo e muda ao durar. A "atividade competente" refere-se, assim, à articulação de tudo que implica a realização da tarefa.

Na situação real de trabalho, a inteligência prática mobilizada implica "astúcia" (a inteligência astuciosa), imaginação criadora e invenção. Nesse processo, o trabalhador articula o novo ao que já é conhecido, ao que é rotina e está estabilizado, é integração do novo à tradição. Essa astúcia implica mobilização subjetiva e, portanto, passa pela familiarização com o processo de trabalho.

> É falta à prescrição, excursões fora da tradição e fora da norma, são os macetes, o 'quebra-galho', as infrações que o trabalhador usa, a fraude, maneira de proceder que permite alcançar objetivos procurados afastando-se da regra sem trair seus princípios; é inventiva e é condenada no tribunal da ciência. Não

> há ciência possível daquilo que é da ordem do não limitado (DEJOURS, 1997, p. 40).

Dessa forma, os estudos da ergonomia de linhagem francesa, ao não serem subsidiários do taylorismo, têm trazido para discussão a categoria do sujeito e da subjetividade pela noção de atividade subjetivante. Tal noção inscreve-se, dentre outros aspectos, na "crítica da racionalidade", apontando o fato de que o trabalho não é apenas o que se objetiva nos atos e modos operatórios, mas, principalmente, as marcas de seus atos na transformação do sujeito, ou seja, a atividade subjetivante fala das interações entre humanos e os postos de trabalho. Nas palavras de Dejours (1997, p. 44-45):

> Essa mediação permite intercalar – entre a objetividade própria ao mundo do ambiente ou posto de trabalho e a objetividade da expressão material do comportamento, em tempo de subjetivação – a atividade subjetivante onde a exigência objetiva e o processo subjetivo apóiam-se mutuamente, justamente no detalhe de sua dinâmica interna sem jamais conseguir a heteronomia das duas dimensões do comportamento e de sua intenção.

MODOS DE PRODUÇÃO/MODOS DE GESTÃO

A ideia de "modo" que utilizamos neste texto encontra inspiração nos trabalhos de Marx (*apud* BALIBAR, 1980), que cria o conceito de modo de produção para analisar o capitalismo. Modo, nesse sentido, refere-se à "maneira, jeito de fazer". Trata não do que se faz, mas como com que meios se faz. Um modo seria, assim "[...] um sistema de formas que representa um estado de variação do conjunto de elementos que entram necessariamente no processo considerado" (BALIBAR, 1980, p. 166). Um modo de produção fala de uma maneira de produzir, pois o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o

que se faz, mas como com que meios de trabalho se faz. Conforme nos indicou Marx (1968, p. 207-208):

> Na produção o indivíduo objetiva-se e no indivíduo subjetiva-se o objeto; na distribuição é a sociedade, sob a forma de determinações gerais dominantes, que faz o papel de intermediária entre a produção e o consumo; na troca a passagem de uma a outra é assegurada pela determinação contingente do indivíduo. [...] o ato de produção é, em todos os seus momentos, ao mesmo tempo, um ato de consumo.

Ao não se limitar àquele ou a esse período, ou tipo de sociedade, Marx apresenta o humano como historicidade concreta que se gesta no curso das ações cotidianas, que se constitui em um jogo complexo de relações em suas diferentes formas de combinação. Não se trata de um processo que decorre de uma sucessão temporal, ou seja, de uma passagem de um ser pelo tempo, e, sim, da constituição do humano como a própria temporalização. O conjunto das forças produtivas é pré-individual. Um sujeito isolado não consegue dar continuidade a esse processo de constituição subjetiva, pois a subjetivação implica um processo coletivo. Não supomos que o indivíduo seja um ponto de partida imediato, ao contrário, ele se constitui no agir coletivo, na ação conjunta, na pluralidade de vozes, ou seja, na esfera pública (VIRNO, 2002), pois nossa potência de agir se intensifica nas produções coletivas.

O conceito de modo de produção busca dar conta da complexidade das formações sociais como "tendência", ou seja, como processo de produção dos próprios efeitos em situações concretas (BALIBAR, 1980). Refere-se à constituição das formações sociais, de suas produções materiais, dos modos de cooperação, que produzem/inventam modos de ser, modos humanos de existência, pensando a vida como potência de criação-experimentação-expansão. No modo de produção capitalista, por exemplo, a busca da homogeneização da

existência, a tentativa de modular os processos inventivos de subjetivação/trabalho e a produção de repetição,[157] em detrimento de criação, é a tônica de seu funcionamento.

Dessa forma, quando nos referimos a modos de gestão, estamos falando das maneiras como se produzem realidades, de jeitos de se produzir os estados de coisas. Nossa preocupação é entender as articulações entre processos de subjetivação e os modos de gestão engendrados no campo social nos diferentes locais de trabalho. As políticas públicas e as diferentes formas de organização do trabalho que elas atualizam têm decorrências importantíssimas na gestão do trabalho — portanto, nos processos de subjetivação. As experiências administrativas que fortalecem a comunicação cotidiana e imprimem movimento e processualidade nos locais de trabalho, priorizando a circulação da fala, evitam o sufocamento do ambiente de trabalho. A inteligência prática e o revés (e **rêves**, que pode ser sonho) são alimentados e não desvalorizados. A produção criadora, que se defronta com o inesperado e que força a pensar e divergir de si mesmo, é sua tendência dominante. Os processos de subjetivação que perseguem a produção criadora não estão, apenas, a serviço da solução dos problemas colocados na sociedade, são, antes de tudo, invenção de problemas, perturbação, rachadura do instituído. Por outro lado, quando a organização do trabalho está pautada, prioritariamente, por uma administração/gerência que não afirma os processos de gestão coparticipativos tende a produzir subjetividades metástases[158] (NEVES, 1997).

---

157 *Produção de repetição* refere-se a processos de subjetivação que não colocam em questão os modos instituídos de funcionamento social, e *produção de criação* diz respeito à invenção de novas formas de existência, novas possibilidades de vida, divergindo em relação aos interesses dominantes na sociedade. Essa temática será trabalhada posteriormente no texto.

158 Subjetividades metástases são subjetividades amorfas, moldadas ao sabor dos interesses do capital e, portanto, com dificuldades de cultivar resistências às instituições, às técnicas de controle e à disciplinarização.

Reafirmamos que as atividades do trabalho humano, além dos modos operatórios definidos pelas normas prescritas para as diferentes tarefas, implicam, também, improviso, antecipação. Trabalhar é gerir, é cogerir. Nunca se sabe, *a priori*, qual dentre os diferentes aspectos da atividade será priorizado nem qual vai ser sua importância. O resultado de um modo operatório é o resultado de uma articulação entre as exigências do ritmo do trabalho, os múltiplos incidentes a resolver e as diferentes exigências do trabalho desenvolvido. No curso das "supostas sequências-padrão" do trabalho, já existe história, "[...] variabilidade dos componentes da atividade, exigências múltiplas e, portanto, valores, arbitragens e critérios em jogo" (SCHWARTZ, 2000, p. 13).

Segundo Schwartz (2000), gestão é uma questão própria dos humanos e está presente onde há variabilidade, imprevisibilidade, enfim, onde for necessário colocar alguma coisa em funcionamento, sem recorrer a formas estereotipadas/padronizadas. A ideia de gestão refere-se às formas como os humanos produzem suas atividades no trabalho, que implicam imprevisibilidade e possibilidade de criação. Os efeitos de sujeito dessa dimensão gestionária são múltiplos e não cessam de serem criados, uma vez que trabalho e subjetividade se gestam em um espaço movente.

O que estamos tentando afirmar é que uma forma de gestão sempre está presente em germe, quase "informulada" nos diferentes ambientes de trabalho. As possibilidades de administração das situações de trabalho vão, apenas, modificar, dilatar essa dimensão gestionária, mas não vão inventá-la. Gerir, trabalhar, desloca-se sobre uma multiplicidade de registros, que inclui a gestão de eventualidades específicas ao ofício, do objeto da atividade, das interfaces, dos tempos, das relações internas às equipes. Essas questões pretendem afirmar a complexidade dos espaços onde essas arbitragens operam e recusar a tese de que não há gestão nos ambientes de trabalho, senão a dos especialistas habilitados como tais ou a dos poderes instituídos.

Ao imprimir um sentido de valorização do trabalhador às ações de mudanças das condições e organização do trabalho, busca-se atribuir importância à dimensão subjetiva no planejamento das atividades e na compreensão dos mecanismos de submissão e recusa dos corpos aos padrões definidos pela organização do trabalho.

Na nossa atualidade discursiva encontramos diferentes abordagens sobre esses chamados "aspectos subjetivos". Então, é necessário que se reafirme aqui uma distinção entre o que entendemos por subjetividade e as formas como é abordada nos diferentes campos temáticos. A noção que estamos utilizando busca referência em uma linhagem teórico-metodológica que afirma uma ontologia em ruptura com os substancialismos que consideram o ser como unidade fundada sobre si mesma e que partem de um indivíduo já constituído que não tem a capacidade de se "defasar" em relação a si próprio. Concebemos a subjetividade comprometida com a invenção de novas possibilidades de vida, o que nos distingue dos modos de compreensão do sujeito em uma certa tradição psicológica ou psicanalítica. No sentido que utilizamos neste trabalho, "[...] o sujeito não é um dado, nem um ponto de partida, uma essência, uma entidade estável com identidade fixa, mas resultado de um processo no qual emergem indivíduo psíquico e meio. A subjetivação é, portanto, sempre individual e coletiva, é individuação psicossocial" (ESCÓSSIA, 1999, p. 56).

O conceito de subjetividade que constitui esse quadro teórico tem, assim, um alcance crítico de grande relevância. Visa a questionar o pressuposto fisicalista das abordagens do fator humano em termos de falha, uma vez que problematiza a ideia de uma natureza humana essencial. A falha, ao contrário, passa a ser analisada como constituinte dos processos de subjetivação marcados pela experimentação que recusa os hábitos endurecidos. O ato técnico e a atividade de trabalho não se deixam apreender satisfatoriamente por uma análise que considera os comportamentos humanos, a partir de interações entre um sujeito considerado isoladamente e seu ambiente físico ou as exigências do trabalho. Isso implica colocar em questão as

abordagens subjetivistas e culturalistas do fator humano ou, se quisermos, da subjetividade. Os comportamentos humanos não podem ser considerados na sua complexidade, se toma-se como referência de análise o universo físico e mental do indivíduo. Toda atividade de trabalho está submetida à regulação advinda da interação entre sujeitos (DEJOURS, 1997).

Partindo dessas argumentações, indagamos: o que se engendra quando a organização do trabalho está marcada por formas verticalizadas de funcionamento? Que modos de subjetivar são forjados, quando a tendência dominante de administração do trabalho é a heterogestão? O que se produz quando são privilegiadas estratégias que visam a inviabilizar os processos criativos dos trabalhadores, ou seja, formas de subjetivação/modos de gestão em ruptura com prescrições apresiondoras?

Na medida em que a organização do trabalho é regida com base exclusiva nos moldes burocráticos, tutelares e normalizadores, ou seja, um estilo de gerência que "[...] limita e constrange a comunicação cotidiana" (CAMPOS, 1999, p. 394), fragiliza-se a autonomia do trabalhador, o que não significa eliminá-la. Os processos que se instituem nessa forma de organização do trabalho não têm estimulado as discussões coletivas, desvalorizam o trabalho desenvolvido, conduzindo à atualização de formas despotencializadoras de trabalhar/viver. O modo de produção de subjetividade predominante é o da produção da repetição e de submissão e, se os trabalhadores naturalizam a situação vivida, não se sentirão potentes para transformá-la.

Entretanto, esses modos de administração do trabalho não significam o sufocamento absoluto dos processos inventivos, uma vez que "[...] toda gestão supõe escolhas, arbitragens, uma hierarquização de atos e de objetivos, portanto, de valores em nome dos quais estas decisões se elaboram. Ora, o trabalho nunca é totalmente – o que quer dizer que em parte ele o é – expectativa do mesmo e repetição" (SCHWARTZ, 2000, p. 15). Segundo o autor, a gestão, como verdadeiro problema humano, está presente onde há variabilidade,

história. O engessamento das ações não se efetiva de forma tranquila, ou seja, a submissão nunca é total, absoluta. A gestão advém sempre que é necessário colocar algo em funcionamento, sem que se possa recorrer a procedimentos padronizados. A dimensão gestionária está presente mesmo em situações em que as formas verticalizadas de organização do trabalho se impõem. "Não há agências ou instâncias especializadas gerando o trabalho num deserto de gestão, há gestão densa, disseminada, operante e multiforme em todas as organizações industriosas" (SCHWARTZ, 2000, p. 17).

Assim, se, para a efetivação da atividade do trabalho, o trabalhador conta com a "falha", os processos de subjetivação contam com a problematização do sujeito prescrito, com o que desestabiliza e se aliança com o plano da criação. Os efeitos de sujeito são diversos. A gestão dos processos de subjetivação também se faz por "macetes" e essa é sua potência. Uma administração que afirma um processo de gestão coparticipativa parece que se constitui de um dispositivo para o agenciamento[159] de novas produções de subjetividade que, como forças, já estão colocadas. Estamos nos referindo a processos de implicação recíproca, a agenciamentos que criam formas, estabelecem relações de comunicação sem determinismo, capazes de gerar não só diferentes produtos, mas também diferença das formas.

As múltiplas formas-subjetividade se engendram nas relações de trabalho, onde subjetividades "máquinas registradoras" estão em luta com subjetividades astuciosas que acessam processos desobedientes, colocando em questão a ditadura da desesperança em curso hoje. Corpos desobedientes, subjetividades em desobediência que buscam transformar o trabalho nos seus objetivos e modos de organização. Ao contrário daqueles que decretam "[...] o declínio do modelo de pesquisa social 'centrado no trabalho'" (OFFE, 1989, p. 169), afirmamos a centralidade da categoria trabalho, quando temos como projeto

159 O Agenciamento, neste texto, tem o sentido de comunicação direta, sem subordinação, hierarquia, determinismo ou causalidade.

a usinagem de processos de subjetivação em ruptura com a forma-subjetividade hegemônica no contemporâneo, a possibilidade de nos tornarmos outros. Para aqueles que têm como projeto pesquisar a produção de subjetividade no capitalismo tardio, é necessário deslocar seu raio de ação para a gestão do trabalho em situação real, para as relações sociais de produção que são geradas cotidianamente nos diferentes meios da sociedade.

A maneira como buscamos abordar o problema da subjetividade e os modos de produção da existência afirma que os processos de subjetivação são múltiplos, heterogenéticos e podem resistir às diferentes tentativas de modulações que visam à homogeneização das formas de existência dos trabalhadores. Conforme, Rolnik (2002, p. 34), é preciso

> [...] criar alianças entre práticas que desertam ativamente a máquina de sobrecodificação e inventam ouras cenas, colocando em rede sua sinergia e ativando sua potência de singularização; inserir-se no movimento de reativação da força de invenção a contrapelo de seu esvaziamento vital, da neutralização de seu poder crítico.

Os modos de gestão do trabalho engendram muitas possibilidades de modos de subjetividade, outros possíveis de subjetivação. Ao gerir seu trabalho, os humanos inventam formas de cooperação e uma certa relação a si[160] em um incessante processo de criação. Portanto, pensar as formas de subjetivação nos remete, necessariamente, aos modos de produção que configuram a história.

---

160 Gostaríamos de reafirmar que a ideia de ***si*** aqui utilizada neste texto não se refere a processos de fechamento em uma interioridade ou a qualquer forma de intimismo, e, sim, à possibilidade sempre colocada de diferir do que se cristalizou em nós.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. O objeto de o capital. *In*: ALTHUSSER, L. **Ler o capital**. Volume II, Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 7-147.

ATHAYDE, M. Psicologia e trabalho; que relações? *In*: MANCEBO D.; JACÓ-VILELA, A. (org.). **Psicologia social**: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 193-205.

BALIBAR, E. Sobre os conceitos fundamentais do materialismo dialético. *In*: ALTHUSSER, L. **Ler o capital, Volume II** . Rio de Janeiro: Zahar, p. 153-267, 1980.

CAMPOS, G. W. de S. Equipes de referência e apoio especializado matricial: um ensaio sobre a reorganização do trabalho em saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 393-404, 1999.

CANQUILHEM, G. Meio e normas do homem no trabalho. **Pro-posições**, Campinas, v. 12, n. 2-3, p. 35-36, jul./nov. 2001.

COSTA, C. S. D. **Cartografias digitais**: uma análise das práticas produzidas com as novas tecnologias na escola. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2002.

DEJOURS, C. **O fator humano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

ESCÓSSIA, L. da. **Relação homem-técnica e processo de individuação**. Aracajú: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999.

KASTRUP, V. **A invenção de si e do mundo**: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Campinas: Papirus, 1999.

LOURAU, R. **La política de la sobreimplication**. [*S.l.*: *s. n.*], 1990.

MACHADO, L. Subjetividades contemporâneas. *In*: BARROS, M. E. B. (org.) **Psicologia**: questões contemporâneas. Vitória: Edufes, 1997. p. 145-162.

MARX, K. **O capital**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1968.

MATURANA, H.; VARELA, F. G. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas do entendimento humano. Campinas: Editora Psy II, 1995.

NEVES, C. E. A. B. Sociedade de controle, o neoliberalismo e os efeitos de subjetivação. **Revista Saúde e Loucura**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 75-98, 1997.

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ROLNIK, S. A vida na berlinda. *In*: ARAN, M. (org.). **Soberanias.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002. p. 109-120.

SCHWARTZ, Y. Travail et gestion: niveaux, critéres, instances. **Revue Performances Humaines et Technicque**, Paris, Octares, n. hors-série, septembre, p. 10-20, 2000.

SILVA, M. da G. R. **Queixa principal**: transformações no trabalho, conduta: reinventar o trabalho e sua divisão. 1998. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

VIRNO, P. **Multidão e princípio de individuação**. Tradução de Leonardo R. Palma. Lugar Comum. Disponível em: http://www.sindominio.net/arkitzean/multitudes/virnomultitud.html. Acesso em: 4 fev. 2002.

A vida, como ela é?[161]

Maria Elizabeth Barros de Barros

"Modos de pensar criam maneiras de viver" (DELEUZE, 1981). Na nossa atualidade discursiva, encontramos diversas abordagens sobre "uma nova forma de ser humano" e "novas formas de gerir a vida". Em cada uma delas, a vida recebe diferentes formulações. Em meio a essa diversidade ético-política de tematizações sobre o processo vital, é preciso criar alianças com aquelas que afirmam modos de existência estética, "[...] que desertem ativamente a máquina de sobrecodificação [...] e inserir-se no movimento de reativação da força de invenção a contrapelo de seu esvaziamento vital" (ROLNIK, 1989, p. 25). Para a construção desse projeto, comungamos de algumas perspectivas que possibilitam dar visibilidade à questão da vida em seu movimento de criação, em sua potência de invenção de "subjetividades

161 Publicado originalmente na **Revista Psicologia Clínica**, v. 15, n. 1, p. 153-166, 2003.

astuciosas".[162] Para essa empreitada, convidamos dois autores que têm sido nossos aliados nessa tarefa: Nietzsche e Canguilhem. Esses autores, em uma postura que é também a que adoto neste texto, atribuem à existência a beleza de uma obra de arte.

Nietzsche nos convida a sair do torpor, da submissão aos valores instituídos e, ao nos sacudir, faz-nos tremer e nos desestabiliza, afirmando-nos como vontade, manifestação das forças da vida, mutiladas pela moral convencional que nos é oferecida no âmbito dos valores burgueses. Convoca-nos a combater a complacência e a mornidão das posições adquiridas, que o comodismo intitula moral.

Na sua concepção, há uma luta permanente entre a vida que se afirma e a que vegeta, sendo que esta última é produzida pelos valores rotinizados da burguesia, que, ao abrigá-los, afirma mais comodismo e resignação moral e não vontade ativa. Como nos indica Escobar (2000a), Nietzsche se aspira como subversão radical frente aos valores do capital, um combate militante aos valores hegemônicos.

Assim como Marx (1983), busca a transmutação dos valores sociais e morais reconhecendo o equipamento de civilização que os produz. A via de construção de uma outra humanidade implica riqueza coletiva, que envolve todos os humanos. Tal construção implica, nesse sentido, vincular-nos ao filósofo e ao artista, fazendo da atividade criadora não uma obrigação intelectual, mas um passear livremente pela vida. Pensamento afirmativo, pensamento afirmando vida.

O homem, dizia ele, é um criador de valores, mas, ao esquecer sua própria criação, vê neles algo transcendente, eterno e verdadeiro, enquanto os valores são "humanos, demasiadamente humanos". Desse

---

162 Subjetividades astuciosas é uma expressão que utilizamos em outro texto para nos referir a processos de intensificação da força de invenção que favorece a construção de formas singulares de existência em consonância com o processo vital. É invenção de novas possibilidades de vida, que divergem em relação aos interesses dominantes na sociedade.

modo, sendo a vida criação de valor, convoca-nos a avaliar a verdade, a partir da dimensão das forças no campo social.

Propõe a superação incessante do ser da conjuntura, ou seja, o que somos em um dado momento, buscando estados outros de "humanização", que vai se traduzir na sua proposta de produção do super-homem, pois o homem, conforme nos diz, é o ente que deve ser ultrapassado. O super-homem em Nietzsche é superação, ultrapassagem, é um novo modo de sentir, de pensar, de avaliar; uma nova forma de vida, um outro modo de subjetividade. Poderíamos arriscar dizer com Souza (1983), que visa a uma expansão das energias de que somos portadores.

A força do pensamento de Nietzsche nos faz trazê-lo como aliado fundamental na tarefa de pensar a saúde no seu sentido ampliado, na medida em que para o filósofo "[...] o corpo não seria um corpo completo, cujos ângulos são retos, feitos com o esquadro e a saúde a retidão, a confiabilidade e a completude que colocará à prova todos os valores e todos os desejos" (ALMEIDA FILHO; COELHO, 1999, p. 24).

Saúde, no contexto de sua obra, implica doença no confronto e na superação das tendências mórbidas. Nietzsche rompe com a ideia de que a saúde é algo individual, privado. Para ele, nem a saúde, nem a doença são entidades, as diferentes dicotomias são apenas jogos de superfície. Entre doença e saúde, há continuidade, diz Nietzsche, a doença é um desvio interior à própria vida, não há fato patológico em si. Conforme seu depoimento, "Na verdade, a doença pode ser saúde interior e vice-versa. A saúde é aquilo que pode ser útil a um homem ou a uma tarefa, ainda que para outros signifique doença. Não fui um doente nem mesmo por ocasião da maior enfermidade" (NIETZSCHE, 1995, p. 56).

Não concebe a doença como um acontecimento que afeta de fora um "corpo-objeto, um cérebro-objeto". Da saúde à doença, da doença à saúde, essa mobilidade é uma saúde superior e esse deslocamento, essa ligeireza no deslocamento é o sinal da "grande saúde".

Ficar doente é perder essa mobilidade, ou seja, perder essa arte do deslocamento que não pode mais, pela saúde, fazer da doença um ponto de vista sobre a saúde.

Nietzsche, inspirando-se na experiência dos gregos, povo que, segundo ele, longe de ser um povo sereno e simples, é extremamente sensível, capaz de grande sofrimento e vulnerável à dor, afirma que o sofrimento não é aquilo que deve ser mascarado ou considerado como estranho à existência. Oferece-nos uma interpretação da tragédia e da própria cultura grega, onde a arte contribui para criar uma tênue membrana de alegria sobre o "escuro horror", sem a necessidade de mascarar os terrores e atrocidades da existência. "A tragédia é bela na medida em que o movimento instintivo que cria o horrível na vida nela se manifesta como instinto artístico, com seu sorriso, como criança que joga. O que há de emocionante e de impressionante na tragédia em si é que vemos o instinto terrível tornar-se, diante de nós, instinto de arte e de jogo" (NIETZSCHE, 1992, p. 54).

No mito trágico, o acontecimento épico glorifica o herói combatente, lutador, que vê no sofrimento existente no seu destino e em seus triunfos mais dolorosos, a manifestação suprema da vontade. Assumir o destino trágico é dizer sim à vida como ela é, sem introduzir oposição de valores, afirmando poeticamente seu eterno retorno. Apesar de todo sofrimento, a afirmação do eterno retorno torna o herói trágico fundamentalmente alegre, pois a finalidade da tragédia ao exibir o sofrimento do herói é produzir alegria. Conforme Nietzsche (1992, p. 142): "O dizer sim à vida, mesmo em seus problemas mais duros e estranhos: a vontade de vida, alegrando-se da própria inesgotabilidade no sacrifício de seus mais elevados tipos – a isto chamei de dionisíaco, ou seja, o oposto de um filósofo pessimista".

A tragédia é a experiência da vida como força e nela a vida é "[...] liberdade que se advinha irremovível do factum que ela também afirma, que ela cria ao afirmá-lo, lá onde ela se quer e se avoluma. É uma criação pela afirmação, e não uma mentira, é uma criação por solidariedade à vida e não uma fuga" (ESCOBAR, 2000a, p. 112).

Nessa direção de análise, considera que o adoecimento está relacionado com a ideia de que a vida é um ciclo, em que tudo volta, ou seja, de que tudo é igual. Ao contrário, a saúde é a compreensão de que o que retorna abrange o desigual e a seleção, a plenitude da existência, é ritmada pela alternância da criação e da destruição, da alegria e do sofrimento. Esse último é apenas a outra face da alegria. Por isso, afirma Nietzsche (1992), os homens não têm de fugir à vida como pessimistas, mas vivê-la como alegres convivas de um banquete que desejam suas taças novamente cheias, dizendo à vida: mais uma vez! A afirmação do múltiplo e do devir em lugar do desespero de uma vida para a qual tudo se tornou vão. O círculo não repete e o que retorna é sempre diferente, e até mesmo a finitude e corporeidade retornam não como um igual, mas como absolutamente diferente. Trata-se de um retorno para essa vida com sua grandeza e sua pequenez, o que não significa uma vida melhor ou semelhante.

Desse ponto de vista,

> Criar – essa é a grande redenção do sofrimento, é o que torna a vida mais leve. Mas, para que o criador exista, são deveras necessários o sofrimento e muitas transformações. Sim, muitas mortes amargas deverão haver em vossa vida, ó criadores! Assim, sereis intercessores e justificadores de toda a transitoriedade. Se o criador quer ser ele mesmo a criatura, o recém-nascido, então, deve querer, também, ser a parturiente e a dor da parturiente (NIETZSCHE, 2000, p. 115).

O sofrimento não pode ser vivido como uma objeção contra a vida e um motivo para condená-la, a afirmação incondicional de cada instante vivido dá à existência a beleza de uma obra de arte. O fundamental é a positivação da dor e do sofrimento, pois fazem parte da vida. "Aprecio a potência de uma vontade pelo quanto de resistência, sofrimento, tortura tal vontade suporta e sabe transformar em vantagem própria; com base neste critério, deve estar bem longe de

mim a idéia de reprovar à existência o seu caráter perverso e doloroso" (NIETZSCHE *apud* ESCOBAR, 2000b, p. 165).

Chama de doente a uma vida reduzida aos seus processos reativos e onde a negação leva a melhor, ou seja, o triunfo do não sobre o sim. Na doença, a vida torna-se adaptativa e reguladora e o não agir é seu funcionamento predominante; é o triunfo da negação e a afirmação é apenas a segunda, subordinada à negação. "As contradições, as afrontas, a desconfiança alegre, a zombaria são sempre sinais de saúde: todo tipo de absoluto indica patologia" (NIETZSCHE, 1983, p. 270).

Aqueles que sofrem da superabundância da vida fazem do sofrimento uma afirmação. "O homem, o mais corajoso, o mais apto ao sofrimento de todos os animais, não rejeita o sofrimento em si: ele até o procura, desde que lhe mostremos a razão de ser, o porquê deste sofrimento. O não-sentido da dor, e não a própria dor, é a maldição que até agora pesou sobre a humanidade – ora, o ideal ascético lhe dava um sentido!" (NIETZSCHE, 1983, p. 297). Cabe destacar, que a alegria não é mascaramento da dor, nem resignação, mas expressão de uma resistência ao próprio sofrimento, que faz parte da vida. Nesse sentido, afirma o prazer eterno da existência e a eternidade da vontade.

A essência do universo é um impulso, que denomina vontade, ávida e insaciável, que determina o surgimento e a transformação de todo estado de coisa. A vontade é força criadora do mundo. Como nos fala Escobar (2000b, p. 71): "A vontade de potência legisla, cria, impõe, e por isso, o pensamento nela (e como ela) não é descoberta da verdade, mas invenção estética".

Frente ao drama da existência, propõe uma postura corajosa que vivencia suas atrocidades e as dores do mundo sem necessidade de subterfúgios moralistas, mas dominando as situações que fazem sofrer, de forma a transfigurar em beleza seus horrores. O bem-estar, a comodidade e a ausência de sofrimento passam a sinalizar mediocridade e as diferentes formas de nivelamento ou uniformização precisam ser recusadas.

O ser da força é o plural, portanto, em Nietzsche, o conceito de força é o de uma força que se relaciona com uma outra força e, sob esse aspecto, a força chama-se vontade e o que uma vontade quer é afirmar sua diferença, é vontade de potência, que é múltipla e motor da vida, e não fuga de dor.

Evitando a destragicização da leitura de Nietzsche, é importante destacar que não fala de homem ou de humanidade ao falar da vontade de potência. Ela é sobre-humana, disposição política. Quando fala de uma experiência consigo mesmo, não está se referindo a um centro ou a um sujeito, mas da consciência de uma sensibilidade que se adquire no deserto (ESCOBAR, 2000a). Fala de um corpo coletivo. "A grandeza do homem é que ele é uma ponte e não um fim; o que podemos amar no homem é que ele é transição e perdição. Amo aqueles que não sabem viver senão sob a condição de morrer, porque ao morrer, ultrapassam-se" (NIETZSCHE *apud* DELEUZE, 1976, p. 70-71).

Ele substitui o conceito de ser pelo de vida, pois sua concepção do ser é interpretação e a vida é avaliação. Daí afirmar que os valores não se referem ao sujeito, nem à consciência. Não busca o ser do homem, mas dos valores que o move e que inventa. Os valores não têm verdade, nem existência em si, não são realidades ontológicas, e, sim, resultado de uma criação humana; não são fatos, são interpretações introduzidas pelos humanos no mundo. Tampouco são eternos, imutáveis, inquestionáveis, o pretenso caráter em si dos valores, o postulado metafísico da identidade entre valor e realidade, deve ser recusado. Os valores são históricos, sociais, produzidos, têm valor.

Seu projeto de transvaloração dos valores tem como perspectiva mais importante a oposição aos valores superiores e, mesmo, à negação desses valores. Nesse campo ético-político formulado por Nietzsche, fica a proposta de criação de novas possibilidades de vida, que expressa uma desvalorização dos valores dominantes e uma valorização dos valores subordinados, negados pelo niilismo. Esse projeto, portanto, significa a mudança do princípio de avaliação e a vitória da

vontade afirmativa de potência, da superabundância da vida, sobre os valores dominantes do niilismo.

As questões que apresenta são um convite para pensar a vida como instinto de crescimento, de duração, de acúmulo de forças, de potência e a questão do valor como questão das condições de intensificação ou conservação, de aumento ou diminuição da vida. "Onde encontrei um ser vivente, lá encontrei vontade de poder. E este mistério segredou-me a própria vida: 'Veja', disse ela, 'eu sou aquela que sempre tem de superar a si mesma'" (NIETZSCHE, 2000, p. 14).

Nesse patamar de discussão, vontade de poder não significa que a vontade queira o poder ou deseje dominar, consiste em criar e em dar. O poder como vontade de poder não é o que a vontade quer, mas aquilo que quer na vontade. O desejo da vida é superar-se a si mesma, afirmar, em vez de buscar sua solução ou justificação, rompendo a camisa de força em que a encerrou a moderna civilização ocidental, ou seja, a rigidez da autoconservação a qualquer custo. A afirmação da vida é um princípio plástico de todas as avaliações e força criadora de novos valores.

Opõe a compaixão e a humildade ao orgulho, ao gosto pelo risco, pela criação e pelo amor ao distante. O forte é aquele em que a transmutação dos valores faz triunfar o afirmativo na vontade de potência, que significa criar, avaliar. O negativo subsiste nela apenas como agressividade própria à afirmação, como crítica que acompanha toda criação e, assim, a negação é ação, instância a serviço da criação e, portanto, afirmativa.

Nessa direção, seria irrelevante saber se os juízos de valor sobre a vida são verdadeiros ou falsos. Sendo a vida um princípio, o fundamento da criação de valores, ela não pode ser julgada, seu valor não pode ser taxado. O que verdadeiramente importa é a força do conhecimento e não a verdade, pois, essa última, pode ter um caráter negativo pelo fato de ser a supressão de um erro, de uma ilusão que é uma exigência básica da vida. O falso pode ter uma positividade se temos a vida como perspectiva.

Nietzsche critica a ideia de preservação da vida e faz da vontade de potência outra coisa que uma natureza. A luta pela vida é aumento, extensão, força, ultrapassamento, conforme essa "vontade de potência" que é precisamente o querer viver, afirmando-a e potencializando essa vontade de potência, como experiência e criação e, desse modo, um trabalho sobre-humano capaz de pôr a vida em perigo.

> Útil, en sentido de la biología darwiniana, significa: lo que en la lucha con otros seres se considera ventajoso. Pero a mi me parece que ya el sentimiento de crecimiento, de devenir más fuerte, abstrayendo complemente la utilidad en la lucha, es el verdadero progreso: de este sentimiento nace precisamente la voluntad de lucha (NIETZSCHE, 1987, p. 355).

Faz sentido, então, lembrar que instinto é força, vontade, atividade, potência, intensidade e que não há o instinto, mas instintos múltiplos e heterogêneos, que formam um conjunto de forças em que uma força está sempre em relação com outra, exercendo-se sempre sobre outra, em uma relação de luta, de domínio. O que expressa a vontade afirmativa de potência é a criação de valores. "Ao criador não interessa reproduzir, mas produzir real" (MACHADO, 1997, p. 118). O espírito livre é aquele que reinventa o real, que transfigura a vida, que é aparência e onde o falso tem positividade. Afirma a importância de se insurgir contra a possibilidade de um julgamento da vida, a partir de um critério de verdade: "Com a vida, contudo, não se trata de uma liberdade arbitrária, nem da verdade ou da universalidade, trata-se nela 'daquilo de que se trata' e que ela não pode se desfazer senão se fazendo (liberdade suja), a vida não pode controlá-la no trabalho que afinal a instaura pela sua 'verdade': a vontade de potência" (ESCOBAR, 2000a, p. 163).

A vida é aquilo que deve se superar em uma perspectiva para além do bem e do mal, isto é, esforço sempre por mais potência, o passado não pode ser tomado como limite à vontade de potência, mas como desafio.

> Subir quer a vida e, subindo, superar a si mesma [...]. A vontade de potência como princípio pelo qual a vida se projeta para além de si mesma, pelo qual ela se auto-supera, o que permite compreender por que a vida pode se apresentar como mutável. Assim, o único critério de avaliação é a própria vida, segundo a qual a própria vida nos coage a instituir valores; a própria vida avalia através de nós, quando instituímos valores (NIETZSCHE, 1983, p. 330).

Para Nietzsche, querer que o instante vivido se eternize, afirmando seu eterno retorno, é desejar a vida, a cada instante, em toda sua intensidade e plenitude. Esse estado supremo de aquiescência à vida é a única forma de ultrapassar o niilismo, tanto como vontade de nada, quanto um nada de vontade. "A vontade torna leve o peso das coisas" (MACHADO, 1984, p. 145). A grande saúde não procura evitar, nem mesmo a doença. Conforme Escobar, (2000b, p. 111): "Nietzsche adivinha que é já no 'corpo' que a liberdade se decide, e por isso conclui: 'fiz da minha vontade de saúde, de vida, a minha filosofia' [...]".

Canguilhem (2000) parece simpatizar com essa perspectiva nietzschiana, ao postular que saúde e doença se implicam em um confronto e superação permanentes das tendências mórbidas. O vitalismo afirmado por Canguilhem convida a biologia a repensar alguns conceitos filosóficos fundamentais, tais como o de vida. Pois, ao recusar os diferentes reducionismos físico-químicos, tanto nas abordagens sobre o meio, quanto do organismo vivo, afirma uma abordagem do vivo que contemple seu aspecto fundamentalmente imprevisível, criacionista e normativo. Ou seja, busca afirmar a vida no seu aspecto de criação e expansão permanentes. E essa filosofia, a nosso ver, encontra-se em Nietzsche.

Canguilhem (1971), discutindo a concepção de vitalismo que dominou algumas abordagens no âmbito das ciências da vida, afirma que esse termo serviu de etiqueta a extravagâncias e passou a ter valor

pejorativo para aqueles que buscam alinhar suas pesquisas ao objeto de estudo das ciências exatas e/ou naturais, como a física, a química e a biologia. Ao recusar os diferentes animismos e misticismos que acompanharam as abordagens vitalistas, procura escapar dos reducionismos mecanicistas de abordagem da vida. Considera que os cientistas não podem negligenciar a história das ideias e, nesse sentido, a literatura e a filosofia precisam ser visitadas, quando se tem como projeto estudar a vida, a história das ciências não pode prescindir da história das ideias.

Em seu texto "Aspects du vitalisme" (1971), mostra que o essencial de uma máquina é ser mediação, uma vez que um mecanismo não cria nada, o que caracteriza sua inércia. Tal como Nietzsche, reconhece a originalidade da vida reconhecendo a atividade do vivente, não o reduzindo a seus aspectos físico-químicos. A posição de um vivente se refere à experiência que ele vive e que dá ao meio o sentido de condições de existência. Somente um ser vivo pode coordenar um meio. O renascimento do vitalismo traduz a desconfiança permanente da vida frente à sua mecanização. Conforme nos diz, a própria vida se rebela contra sua mecanização. Desse ponto de vista, o vitalismo mais que uma doutrina é uma exigência que explica a vitalidade, a espontaneidade, a vida como criação. Longe de afirmar qualquer tipo de transcendentalismo ou misticismo, trata de dar ao vitalismo um caráter de estudo da vida que afirma seu criacionismo e imprevisibilidade.

Na tendência teórico-metodológica que dá ênfase, o sujeito deve ser apreendido na sua complexidade, pois é muito mais amplo do que se supõe e, portanto, não pode ser reduzido a uma questão de doutrina e de método biológico. Não é possível reduzir seu entendimento ao entendimento das máquinas. O vitalismo, afirmado por Canguilhem (2001), próximo do que nos indicou Nietzsche, é a recusa de duas interpretações metafísicas das causas dos fenômenos orgânicos, que são o animismo e o mecanicismo. O reconhecimento da originalidade do fato vital leva-o a considerar que um gênero vivo

só é viável na medida em que se revela "fecundo", isto é, produtor de novidades, mesmo se imperceptíveis à primeira vista.

Daí, em um ser vivo, não há propriamente faltas, se admitimos que existem mil maneiras de viver. Assim como na guerra e na política, diz ele, não há vitória definitiva na vida, mas superioridade ou equilíbrio relativo e precário, também na vida não há sucesso que desvalorize radicalmente outras tentativas que lhes façam parecer faltosas. "Todos os sucessos são fracassos retardados, os fracassos dos sucessos abortados" (CANGUILHEM, 1971, p. 160.). É o futuro das formas que decide o seu valor.

O termo normal não tem nenhum sentido propriamente absoluto ou essencial. O vivo e o meio não são considerados normais separadamente, mas somente em uma relação. Para Canguilhem (1971, p. 162), "[...] normal signifie tantôt le caractère moyen dont l'écart est d'autant plus rare qu'il est plus sensible e tantôt le caractère dont la reproduction c'est-á-dire à la fois lê mainteien et la multiplication, révèlera l'importance e la valeur vitales". O normal deve ser dito instituidor da norma ou normativo, ele é prototípico, e não mais simplesmente arquetípico. Uma anomalia, variação individual sobre um tema específico, só é patológico nas suas relações com um meio de vida e um gênero de vida, o problema do patológico não pode ficar restrito ao biológico, pois a atividade humana, o trabalho e a cultura têm por efeito imediato alterar constantemente o meio de vida dos humanos.

A história que construímos modifica as múltiplas situações experimentadas; a espécie humana pode criar novos meios, logo, não se pode supor uma passividade frente às modificações experimentadas, na medida em que somos viventes capazes de existência, de resistência, de atividade técnica e cultural em todos os meios.

O normal é um conceito ambíguo que tanto designa um fato capaz tanto de descrição por recenseamento estatístico como por um ideal, princípio de apreciação, protótipo ou forma perfeita. Assim, o conceito de patológico não é o contrário lógico do conceito de

normal, pois a vida no estado patológico não é ausência de normas, mas presença de outras. Patológico é o contrário de sadio.

Na trilha de seu pensamento, podemos afirmar que para homens e mulheres viver não é somente vegetar e se conservar, é afrontar riscos e triunfar. A saúde é precisamente um certo jogo de normas da vida e do comportamento. O que a caracteriza é a capacidade de tolerar variações das normas, as quais só a estabilidade das situações e do meio confere um valor enganador de normal definitivo. Os humanos não são verdadeiramente sadios, se não são capazes de muitas normas, se ele não é mais que normal. A medida da saúde é uma certa capacidade de se submeter às crises para instaurar uma nova ordem, diferente da anterior. A saúde é o luxo de poder cair doente e de se curar. Aqui, também, lembramos Nietzsche.

No ser vivo, observam-se fenômenos de autoconstrução, de autoconservação, de autorregulação, de autorreparação. No caso da máquina, a construção lhe é estranha e supõe a engenhosidade do especialista, assim como a regulação, manutenção, reparação etc. No vivente, a pluralidade de funções pode se acomodar na unicidade do organismo, mas não se pode desconsiderar suas potencialidades. A vida é experiência, isto é, improvisações, utilização de ocorrências, tentativa em todos os sentidos. "[...] la vie tolère des monstruosités. Il n'y a pas de machine monstre" (CANGUILHEM, 1971, p. 118), nem patologia mecânica.

Para Canquilhem (1971), a totalidade do organismo não é equivalente à soma de suas partes, nem seu funcionamento se efetiva pela composição de automatismos complexos. Considera que compreender o funcionamento do organismo é se inscrever na história humana, escrevendo a história humana na vida, sem desconhecer ou ignorar que os humanos produzem cultura e são, portanto, irredutíveis à simples natureza.

A noção de meio, em razão de suas origens, tem sido entendida no seu sentido estritamente geográfico e físico. No entanto, ao falarmos sobre as relações dos humanos com o meio, é preciso que se

considere que a reação dos humanos à provocação do meio é muito diversificada, podendo apresentar uma multiplicidade de soluções a um mesmo problema colocado. O meio propõe sem jamais impor solução e certas possibilidades não são ilimitadas em um estado de civilização e de cultura determinado. Falar do humano é falar do homem coletivo, esclarece Canguilhem (2000), esse homem que produz suas próprias necessidades e possibilidades, ou seja, que se baseia no que é desejável, tendo como referência o conjunto de valores.

Assim, a relação entre o meio e o ser vivo tem caráter histórico, uma vez que o humano é criador de configurações geográficas e torna-se um fator geográfico, o que mostra que não conhecem meio físico puro. O meio próprio dos humanos é o campo de sua experiência, no qual suas ações são orientadas e regradas pelos valores imanentes às tendências nas suas múltiplas relações.

Como afirma o filósofo, o meio do ser vivo é também obra do ser vivo que se furta ou se oferece eletivamente a certas influências (CANGUILHEM, 2000). Tal como Nietzsche, considera o universo de qualquer ser vivo, ou seja, nossa imagem do mundo, como um quadro de valores. Daí, afirmar que um sentido, do ponto de vista biológico e psicológico, é uma apreciação de valores em relação a necessidades determinadas. O vivente está sempre em um movimento para dominar o meio e organizá-lo segundo seus valores de ser vivo. A vida não é apenas submissão ao meio, mas instituição de seu próprio meio, estabelecendo valores no meio e no próprio organismo.

Ao ser vivo nada se impõe, pois ele se caracteriza pela possibilidade de propor coisas, segundo certas orientações. "Um vivant ce n'est pas une machine qui répond par dês mouvements à dês excitations, c'est um machiniste qui répond à sés signaux par dês opérations" (CANGUILHEM, 1971, p. 144).

O meio provoca o organismo a orientar ele mesmo seu devir. O que o meio oferece ao ser vivo é função de sua demanda. Entre o vivo e o meio, a relação se estabelece como um debate, no qual o vivo aporta suas normas próprias de apreciação das situações, onde

ele domina o meio e se acomoda. Essa relação não consiste essencialmente em uma oposição, o que caracteriza o patológico. Vida que se afirma contra é vida já ameaçada, "sem suavidade, sem doçura". Vida sadia é vida confiante na sua existência, nos seus valores.

Em uma perspectiva política-social, isso significa que autoriza a ação ilimitada dos humanos sobre eles mesmos por intermédio do meio. Justifica-se, aqui, o espírito de uma renovação experimental da natureza humana. O super-homem nietzschiano?

Para Canguilhem (2000), inventar é criar a informação, perturbar os hábitos de pensar, o estado estacionário de um saber. O meio cultural humano é um efeito histórico, um sistema de significações, e não um dado natural. Os sentidos da vida humana podem ser cerceados na avaliação das modificações que a doença inflige ao vivente humano.

Destaca em Nietzsche sua afirmação de que o patológico e o normal são homogêneos, uma vez que, para esse último, o valor de todos os estados mórbidos consiste no fato de mostrarem, com uma lente de aumento, certas condições que, apesar de consideradas normais, nem sempre são visíveis no estado normal (CANGUILHEM, 2000). E, nesse aspecto, parece trilhar na mesma direção de Nietzsche. As ideias de norma, normalidade, normalização sinalizam o poder de instituição de relações normativas na experiência da vida e a problemática do julgamento de valor. Ele se aproxima de Nietzsche, quando considera que a filosofia é uma crítica de todas as formas de avaliação. Todo julgamento é julgamento de valor. Ele apreende de Nietzsche a não inocência dos conceitos.

Uma norma só é possibilidade de uma referência, quando foi instituída ou escolhida como expressão de uma preferência e como instrumento de uma vontade de substituir um estado de coisas insatisfatório por um estado de coisas satisfatório. As normas comparam o real a valores, exprimem discriminações de qualidades, de acordo com a oposição polar de um positivo e de um negativo. Para apreciar o valor da regra, é preciso que a regra tenha sido submetida à prova

da contestação, a regra não tem valor em si. Acompanhando Canguilhem (2000), não é apenas a exceção que confirma a regra como regra, é a infração que lhe dá a oportunidade de ser regra fazendo regra. Nesse sentido, a infração é não a origem da regra, mas a origem da regulação. Propõe a condição de possibilidade da experiência das regras, que consiste em pôr à prova, em uma situação de irregularidade, a função reguladora das regras. É por seus desvios que se reconhecem as normas, que são o que fixa o normal a partir de uma decisão normativa.

Quando o normal é considerado como índice de uma aptidão ou de uma adaptabilidade, é preciso indagar em relação a que circunstâncias e para que finalidade se deve determinar a adaptabilidade e a aptidão. A norma, segundo ele, escapa da jurisdição do saber objetivo, pois não se dita cientificamente normas à vida. Na normatividade própria da vida, há um elemento subjetivo irredutível. Conforme Claude Debru (1990, p. 113), "La philosophie de la normativité, proche d' une philsophie de la création".

Canguilhem considera que, para um ser vivo, o fato de reagir por uma doença a uma anarquia funcional revela um fato fundamental, que é o da vida não ser indiferente às condições nas quais ela é possível, que a vida é polaridade e, por isso mesmo, posição inconsciente de valor, ou seja, que a vida é uma atividade normativa. Trata-se de um julgamento que aprecia ou qualifica um fato em relação a uma norma que está subordinada àquele que institui normas.

Normal, dirá Canguilhem (2000), é normativo, que institui normas e, mais do que o homem, é a própria vida que institui normas, que é condição de sua preservação e expansão e luta contra os perigos que a ameaça. Assim, a vida dita as normas que lhe permitem manter-se e crescer e dita novas normas, quando se vê ameaçada, por exemplo, por meio de normas mórbidas.

As doenças são novas posturas da vida, novas formas de se expressar que revelam novas possibilidades fisiológicas, são inovações. O patológico não pode ser deduzido linearmente do normal.

Patológico implica em *pathos*, sentimento direto e concreto de sofrimento e de impotência, sentimento de vida contrariada. Não existe fato que seja normal ou patológico em si. A anomalia e a mutação não são em si mesmas, patológicas. Elas exprimem outras normas de vida possíveis. Se essas normas forem inferiores, quanto à estabilidade, à fecundidade e à variabilidade da vida, quanto às normas específicas anteriores, serão chamadas patológicas. Se, eventualmente, revelarem-se equivalentes no mesmo meio ou superiores em outro meio serão chamadas normais. Sua normalidade advirá de sua normatividade e o patológico não é a ausência de norma, é uma norma diferente, mas comparativamente repelida pela vida. Condições diferentes fariam surgir normas diferentes. A utilização de médias faz desaparecer o caráter essencialmente oscilatório e rítmico do fenômeno vital.

Dessa forma, o doente é doente por só poder admitir uma norma, ele não é anormal por ausência de norma, e sim por incapacidade de ser normativo. A doença passa a ser uma experiência de inovações positivas, e não apenas um fato diminutivo ou multiplicativo. O conteúdo do estado patológico não pode ser deduzido — exceto pela diferença de formato — do conteúdo da saúde; ela é uma nova dimensão da vida. A doença é, ao mesmo tempo, privação e reformulação. O doente deve sempre ser analisado em relação à situação à qual ele reage e com os instrumentos da ação que o meio próprio lhe oferece.

Cabe destacar que ser sadio e ser normal não são fatos totalmente equivalentes, já que o patológico é uma espécie de normal. Ser sadio significa não apenas ser normal em uma situação determinada, mas ser também normativo nessa situação e em outras situações eventuais. O que caracteriza a saúde é a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas.

Saúde se mede pela normatividade, pela capacidade de fixar normas, e a vida não está preocupada só em defender-se, limitando-se às normas que ela própria instituiu em condições determinadas, mas

se expandir, enfrentando riscos e, nesse enfrentamento, instituindo novas normas. Saúde não é só capacidade de evitar catástrofes, mas também a de criar novas normas arriscando a própria vida, o que nos distancia da noção de saúde como estabilidade. O normal é aquele que sente que pode arriscar, porque tem a plasticidade necessária para fazê-lo. Faz parte da saúde poder abusar da saúde. É o doente e não o são que economiza, pois ele tende a reduzir suas normas e estabilizar suas condições de vida. A saúde seria a margem de tolerância às infidelidades do meio

Canguilhem (2000) concluirá que a norma não é um fato, mas um valor estabelecido pela vida em seu favor e, portanto, não se trata de um valor estatístico ou social. A normalidade é declarada a título de valor, sob a característica de uma margem ou de uma capacidade de superação das normas. O campo teórico-político formulado por Canguilhem afirma uma teoria do vivo em devir.

Como Nietzsche, fala de uma filosofia da ação, que porta uma ideia da vida, segundo a qual ela é preferência e exclusão, o inverso de uma relação de indiferença com o meio. Segundo François Delaporte (1990, p. 230), "Canguilhem parle du vivant comme Nietzsche parlait de la musique".

Dominique Lecourt (1990) considera que a noção de individualidade em Canguilhem, nos seus últimos trabalhos, tem uma tonalidade nietzschiana: preserva-se de qualquer ontologia substancialista, o indivíduo humano se encontra dessubstancializado. A noção de indivíduo não terá mais um papel central e totalizante das primeiras obras. Referindo-se a Simondon, a noção de indivíduo aparece como resultado de um processo de individuação, de forma que seu princípio não está no resultado que a forma adquire, e sim no pré-individual e no transindividual; sua normatividade se afirma como uma capacidade de criar novas normas que se instituem numa relação de forças que o atravessam.

Segundo a mesma perspectiva, a saúde se encontra redefinida no sentido mais audacioso da "grande saúde": não mais como

simples margem, mas como risco afirmado e assumido pelo indivíduo de ultrapassar seus limites para se abrir novos horizontes. O meio humano se encontra repensado. "Une éthique du risque se profile, en franche opposition à toute morale de l`equilibre et de la conservation" (LECOURT, 1990, p. 268).

Recusa a ideia de que o pensamento e o espírito reduzem-se a uma operação ou processo do cérebro. O cérebro não é uma máquina que trata a informação. O ser vivo está sujeito a uma experiência, por meio da qual ele é exposto, de maneira intermitente e permanente, à possibilidade do sofrimento e do mal viver. Nessa perspectiva, o vivente representa simultaneamente duas coisas: inicialmente, o indivíduo ou o ser vivo, apreendido na sua singularidade existencial, mas também o que podemos chamar o vivente do vivente, que é esse movimento polarizado da vida que em todo vivente, desenvolve-se ao máximo "[...] il est en lui d`etre ou d'exister" (LECOURT, 1990, p. 287).

Esse vivo se qualifica pelo fato de que ele é portador de uma experiência. Para Canguilhem (2000), a ciência ao invés de ficar se preocupando em procurar definir objetivamente o normal, deve reconhecer a original normatividade da vida. Ou seja, as normas não são dados objetivos e, como tais, diretamente observáveis, os fenômenos que as viabilizam não são estáticos, de uma "normalidade", mas dinâmicos, de uma "normatividade".

A experiência tem aqui o sentido de uma impulsão que tende a um resultado sem ter garantias de se manter, é o ser errático do vivo, sujeito a uma infinidade de experiências que, no caso do vivo humano, é a fonte positiva de todas suas atividades. Não é a vida que é submissa às normas que se impõe sobre ela do exterior, mas são as normas que, de maneira completamente imanente, são produzidas pelo movimento da vida. Há uma essencial normatividade do vivo, criador de normas.

A vida está muito longe de uma indiferença em relação às condições que lhe são impostas. Há normas sãs e patológicas, que são

de naturezas diferentes. É a vida que faz do normal um conceito de valor, e não um conceito estatístico. Viver, mesmo para uma ameba, diz ele, é preferir e excluir que é o ponto de vista da normatividade.

Assim, se a saúde é uma margem de tolerância às infidelidades do meio, cabe afirmar que sua infidelidade é exatamente seu devir, sua história. Nada acontece por acaso, mas tudo ocorre sob a forma de acontecimentos. A vida não é, portanto, para o ser vivo uma dedução monótona, um movimento retilíneo, ela é debate com um meio em que há fugas, vazios e resistências inesperadas. As categorias de saúde e doença só são reconhecidas no plano da experiência. Enfim, o organismo vivo não está jogado em um meio ao qual ele tem que se dobrar, mas, ao contrário, ele estrutura seu meio ao mesmo tempo em que desenvolve suas capacidades de organismo.

A normatividade é o sentido humano. O vital prima sobre o mecânico, e a vida é um conflito sempre aberto, gerador de toda experiência e de toda história. As tentativas de modulação que visam a homogeneização das formas de existência, de colocar camisas de força no seu caráter imprevisível, criacionista e normativo não se efetivam com tranquilidade. É preciso estar sempre criando alianças com práticas que desativem essas máquinas que buscam sobrecodificar a vida, inventando outras cenas, ativando forças de invenção na contramão das tentativas de seu esvaziamento vital, do seu poder crítico e normativo. Na maneira como nos colocam o problema do processo vital, Nietzsche e Canguilhem nos sinalizam a importância de ter como meta o contínuo projeto instituinte de criarmos e recriarmos a nós mesmos e ao mundo, quando temos a vida como princípio ético.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. de; COELHO, M. T. A. D. Normal-patológico, saúde-doença: revisitando Canguilhem. **Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 13-36, 1999.

CANGUILHEM, G. **O normal e patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CANGUILHEM, G. **La connaissance da la vie**. Paris: Librairie Philosophique, 1971.

CANGUILHEM, G. **Milieu et norms de l'homme au travail**. Texto apresentado no Programa de Pós-Graduação no CESTH/Fiocruz, 2001.

DEBRU, C. George Canguilhem e la normativité du pathologique: dimensions épistémologiques et éthiques. *In*: BALIBAR, E. *et al.* (org.). **George Canguilhem**: philosophe, historiem dês sciences. Paris: Editions Rue d'Ulm, 1990. p. 35-54.

DELAPORTE, F. La problématique historique et la vie. *In*: BALIBAR, E. *et al.* (org.). **George Canguilhem**: philosophe, historiem dês sciences. Paris: Editions Rue d'Ulm, 1990.

DELEUZE, G. **Nietzsche e a filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

DELEUZE, G. **Nietzsche**. Lisboa: Edições 70, 1981.

ESCOBAR, C. H. **Nietzsche**...: dos companheiros. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000a.

ESCOBAR, C. H. **Zaratustra**: o corpo e os povos da tragédia. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000b.

ESCOBAR, C. H. (org.). **Por que Nietzsche?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.

LECOURT, D. La question de l'individuo d'après Georges Canguilhem. *In*: BALIBAR, E. *et al.* (org.). **George Canguilhem**: philosophe, historiem dês sciences, 1990. p. 262-270.

MACHADO, R. **Nietzsche e a verdade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MACHADO, R. **Zaratustra**: tragédia nietzschiana. Rio de janeiro: Zahar, 1997.

MARX. K. Crítica da economia política. *In*: MARX. K. **O capital.** São Paulo: Abril Cultural, p. 300-303,1983. Livro Primeiro, v. 1.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

NIETZSCHE, F. **O nascimento da tragédia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NIETZSCHE, F. **Breviário de citações ou para conhecer Nietzsche**: fragmentos e aforismos. Seleção, organização e tradução de Duda Machado. São Paulo: Landy, 2001.

NIETZSCHE, F. **Ecce homo**: como alguém se torna o que é. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NIETZSCHE, F. **La voluntad de poderio**. Madrid: Edaf, 1987.

NIETZSCHE, F. **Obras incompletas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SOUZA, A. C. de M. O portador. *In*: SOUZA, A. C. de M. **Nietzsche**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 13-22. Coleção Os Pensadores.

Trabalhar: usar de si – sair de si[163,164]

Maria Elizabeth Barros de Barros

O artigo em debate[165] lança questões que inquietam, provocam, forçam-nos a pensar. Cecílio formula questões, e não interrogações-opiniões. Deleuze (2006) dizia que não suportava discussões pautadas em interrogações, pois não há razão para discutir algo, se ninguém sabe de que problema se trata. Assim, formular um problema é questionar uma "imagem dogmática do pensamento" (DELEUZE, 2000, p.

---

163 Publicado originalmente na **Revista Interface**, Botucatu, v. 11, n. 22, ago. 2007.

164 O título parte das expressões utilizadas por Yves Schwartz (2003), na abordagem ergológica, e por Yves Clot (2006), na clínica da atividade, respectivamente, que serão apresentadas ao longo do texto.

165 Este texto compõe um debate realizado na Revista Interface, a partir de um artigo de Luis Carlos de Oliveira Cecílio intitulado: O "trabalhador moral" na saúde: reflexões sobre um conceito.

229), interrogar os lugares comuns e fazer liberar a vida, não a deixando minguar. Como fazer a vida não minguar no curso de projetos pautados em perspectivas de gestão em saúde que, conforme Cecílio, são construídos seguindo princípios funcionalistas, nos quais o trabalhador fica reduzido às funções que exerce na organização? Ou, ainda, como fazer a vida não minguar, quando esses projetos partem da existência de trabalhadores "desistorizados", desterritorializados, que orientariam suas práticas de forma automática, segundo as diretrizes definidas pelos dirigentes da organização?

Cecílio nos adverte sobre dois cuidados a serem tomados na gestão em saúde: o primeiro refere-se aos desvios funcionalistas e o segundo à existência do que chama trabalhador moral, porque "moralmente comprometido" com projetos considerados justos e necessários ao processo de construção do SUS. Segundo o autor, o trabalhador funcional/moral expressa a pretensão de expropriar "a margem de liberdade" dos humanos e de impor-lhes uma racionalidade única nos modos de se organizar o cuidado e de se fazer a gestão — mesmo quando formulados por militantes/intelectuais/gestores engajados na reforma sanitária — subestimando seu protagonismo e sua força instituinte, como se isso fosse possível.

Então, diante desses riscos, Cecílio nos questiona: o que colocar no lugar e evitar "[...] uma posição de relativismo ou de um laissez faire inconsequente"? Como "[...] operar uma revolução copernicana [...]" nos modos de gestão em saúde? Podemos resistir aos projetos que funcionam como modelos que adquirem estatuto e força de prática modelizadora e incidem nos corpos dos trabalhadores lá onde se alojam seus afetos, suas emoções e toda a sua história, efetuando regulações que estão sempre tentando engoli-los? Cecílio apresenta um tema que nos desafia. Desafia-nos a colocar em análise o modo de produção no contemporâneo, marcado pela precarização das relações de trabalho e pelos fracos vínculos que os trabalhadores estabelecem nos e com os seus espaços/processos de trabalho (BARROS; BENEVIDES DE BARROS, 2007). Desafia-nos a construir modos

de trabalhar que afirmem o caráter inventivo dos trabalhadores, sua potência instituinte.

Encontramos hoje uma rica literatura, em especial, na Abordagem Ergológica de Yves Schwartz (2003) e na Clínica da Atividade de Yves Clot (2006), que pode nos ajudar na construção desse projeto de resistir à produção dessa forma trabalhador funcional/moral. A tese fundamental desses dois autores é a de que o vital do humano não se resigna às condições dadas de trabalho. Para Schwartz (2003), a atividade humana não pode ser considerada uma sequência de atos rigorosamente determinada. Quaisquer que sejam as circunstâncias, há sempre a negociar uma eficácia para as operações que devem gerar dimensões de historicidade nas situações de trabalho. "Não se governa o uso industrioso de homens e mulheres" (SCHWARTZ, 2003, p. 34). Toda situação de trabalho é lugar de uma "dramática" subjetiva, onde se negociam circunstâncias pessoais, históricas, entre usos de si pelos outros e usos de si por si mesmo que se cruzam, constituindo uma "dramática", um destino a ser vivido. Assim, os humanos têm de fazer escolhas para fazer valer suas próprias normas de vida, produzindo formas de "des-anonimar" o meio. Não há atividade humana desenvolvida mecanicamente, como postulava a organização científica do trabalho.

Yves Clot (2006), lendo Wallon, afirma que Taylor teria exigido pouco dos trabalhadores, na medida em que teria amputado o trabalhador de sua iniciativa, o que acaba por desembocar num esforço dissociativo, fatigante e extenuante, um esforço que não se reduz ao que o homem faz para seguir a cadência do trabalho, mas inclui, igualmente, aquele com quem ele deve consentir para reprimir sua própria atividade. "A calibração dos gestos é uma amputação do movimento" (WALLON *apud* CLOT, 2006, p. 14). O trabalho é, então, a capacidade de estabelecer engajamentos e pode perder o sentido quando não permite a realização das metas vitais e dos valores que o sujeito extrai dos diferentes domínios da vida em que está envolvido, pois o trabalho é, também, um meio de "[...] invenção dessas vidas" (CLOT, 2006, p. 14). Logo, se não pudermos pressupor essa atividade de recentramento, se

considerarmos que trabalhar é pura execução, mesmo se, por vezes, massivamente contrariada, estaremos negando o que é essencial do vital humano. Por outro lado, não podemos negligenciar que as prescrições são importantes para não cairmos em uma "posição de relativismo ou de um laissez faire inconsequente", preocupação expressa por Cecílio, pois uma situação pode ser perturbada na ausência de uma organização prévia, estabilizada e partilhada da ação. A formalização, ao combinar regras escritas e não escritas, faz-se necessária para que os que trabalham não sejam deixados a si mesmos em uma situação em que eles se degradem (CLOT, 2006). Precisamos do prescrito, pois a organização é necessária para toda atividade humana; não precisamos nos engessar no que está prescrito, de forma que a realização do trabalho seja perturbada ou impedida. Temos, então, uma situação paradoxal.

Mas devemos insistir um pouco mais no desafio a que o autor nos convoca e perguntar: como resistir a essa forma trabalhador funcional/moral? Arriscamos, aqui, a formulação de um outro conceito, a do trabalhador ético,[166] que toma decisões que nos levam a um outro modo de existir, operador da nossa existência, selecionando o que favorece e o que não favorece a vida e tendo como critério a afirmação de sua potência criadora. A nosso ver, para construir uma prática de gestão que supere funções administrativas que buscam o permanente controle do autogoverno dos trabalhadores, é necessário que se faça uma ampliação da gestão dos processos de trabalho. É nesse sentido que Barros e Benevides de Barros (2007) afirmam a importância dessa ampliação, o que implica mudança no modo como operamos os processos de trabalho e que só se efetiva se partirmos dos

166 O conceito de trabalhador ético que estamos propondo baseia-se nas formulações apresentadas inicialmente por Rolnik, em 1992, sobre o homem da moral e o homem da ética (ROLNIK, 1997). O primeiro é o vetor de nossa subjetividade que conhece os códigos, o conjunto de valores e regras vigentes na sociedade em que estamos vivendo. O homem da ética que nos habita é o vetor que escuta as inquietantes reverberações das diferenças que se engendram em nosso inconsciente.

diferentes vetores que constituem a gestão: sujeitos, saberes e poder, concebida na intercessão inseparável desses vetores e constituindo-se como um deles. Colocamos, assim, a gestão como aquilo que não pode ser substancializado, "[...] que não deve se confundir com um lugar, mas como um conector, gestão como elemento-passagem entre fluxos de trabalho/saberes; fluxos de subjetivação/sujeito; fluxos de relação/poder" (BARROS; BENEVIDES DE BARROS, 2007, p. 64).

Nesse sentido, a construção de políticas públicas em saúde deve estar comprometida com a coletivização da gestão, com a publicização das relações entre trabalho (saberes), sujeitos (necessidades, desejos e interesses) e poderes (modos de relacionar saberes e sujeitos). Problematizar a relação entre a atividade da gestão e a gestão da atividade, instalar dispositivos que permitam a circulação da palavra, corresponsabilidade, aumentando o grau de autonomia dos trabalhadores nos processos de pensar-fazer seu trabalho, aumentar o grau de abertura aos processos de criação implica sustentar a indissociabilidade entre atenção e gestão (BRASIL, 2004). Assim, formular propostas de trabalho que afirmam essa inventividade dos trabalhadores, sua potência de renormatização, sem cair nos relativismos irresponsáveis, é afirmar o trabalhador ético da saúde. Essa direção ético-política diz de uma escolha que está relacionada com uma concepção de humano, da qual Cecílio partilha, como um ser em movimento, capaz de imprimir algo de seu naquilo de que participa, capaz de intervir em sua própria história com uma concepção de trabalho como um processo coletivo e singular de criação e recriação da história de um ofício. Talvez, essa possa ser uma via para lutar contra o trabalhador funcional/moral que se tem imposto.

REFERÊNCIAS

BARROS, M. E. B.; BENEVIDES DE BARROS, R. Da dor ao prazer no trabalho. *In*: BARROS, M. E. B.; SANTOS, S. B. (org.). **Trabalhador da saúde**: muito prazer – protagonismo dos trabalhadores na gestão do trabalho em saúde. Porto Alegre: Unijuí, 2007. p. 61-72.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Documento base da Política Nacional de Humanização**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CECÍLIO, L. C de O. O "trabalhador moral" na saúde: reflexões sobre um conceito. **Interface**, Botucatu, v. 11, n. 22, p. 345-351, ago. 2007.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

DELEUZE, G. O abecedário de Gilles Deleuze. **O Estrangeiro**, [*s. l.*], Disponível em: http://www.oestrangeiro.net/index.php?option=com_content&task=view&id=67&Itemid=51. Acesso em: 12 maio 2006.

DELEUZE, G**. Diferença e repetição**. Lisboa: Relógio D'Água, 2000.

ROLNIK, S. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. *In*: MAGALHÃES, M. C. R. (org.). **Na sombra da cidade**. São Paulo: Escuta, 1995. p. 141-70.

SCHWARTZ, Y. **Travail & ergologie**: entretiens sur l áctivité humaine. Toulouse: Octarès Editions, 2003.

De amoladores de facas e cartógrafos: a atividade[167] *do cuidado*[168]

Maria Elizabeth Barros de Barros

167 Conceito de atividade, tomado a partir das abordagens sobre o trabalho de linhagem francesa e da ergologia, é o conjunto dos fenômenos que caracterizam o ser vivo, opõe-se à inércia (CANGUILHEM, 1947; SCHWARTZ, 1992). A atividade aparece, nesses autores, como resistência a toda situação de heterodeterminação das normas industriosas. Conforme Wisner (1995, p. 153), a vida e, mais precisamente, a atividade, e ainda mais precisamente, a atividade industriosa, não se prestam a qualquer legibilidade dócil. A variabilidade de todas as situações de trabalho faz com que os problemas ao invés de serem resolvidos, acabem sendo criados.

168 Publicado originalmente em: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (org.). **Cuidar do cuidado:** responsabilidade com a integralidade das ações de saúde. Rio de Janeiro: Cepesc: IMS/UERJ: Abrasco, 2008.

A questão da saúde no nosso país tem sido, nos últimos anos, recorrente tema de debate nos mais diversos setores no Brasil e a temática do cuidado, nesse âmbito, bastante debatida. Jornais, revistas e televisão apontam ora as mazelas dos serviços, a lotação dos hospitais, o preço dos planos de saúde; ora as inovações tecnológicas, os milagres da Medicina. Muitas são as noções e concepções propostas nesse debate.

A produção sobre o tema é numerosa e deparamo-nos, frequentemente, com expressões tais como falta de cuidado por parte dos profissionais da saúde, a importância de um cuidado humanizado, dentre outras expressões. Tema polêmico, portanto, que nos convoca para um debate. Optamos, aqui neste texto, abordá-lo a partir de uma provocação: como recusar esse lugar de "amoladores de facas" (BAPTISTA, 1999) que o contemporâneo nos coloca como mandato social?[169]

Mas quem são os amoladores de facas? Onde estão os amoladores de facas? Baptista (1999, p. 45) nos diz que eles estão muitas vezes invisíveis no dia a dia e, dificilmente, detectamo-nos. Sua ação é "[...] complacente, microscópica e cuidadora". Para o autor, diferentemente dos torturadores, que têm como prática a repressão e o uso da dor, os amoladores não dizem não, ao contrário, defendem um "humanismo que preencha o vazio de um homem (supostamente) fraco e sem força, um homem angustiado e perplexo, necessitado de tutela" (BAPTISTA, 1999, p. 46). Aparentemente destituídos de crueldade, esses personagens "[...] amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitada". Esses personagens povoam o contemporâneo, suas estratégias são aperfeiçoadas cotidianamente e têm algo em comum: a presença de atos genocidas em suas estratégias, uma vez que

> [...] tiram da vida o sentimento de experimentação e de criação coletiva. Retiram do viver o caráter pleno de luta política e o da

169 Expressão utilizada por Lourau (1981) que significa o ininterrupto pedido de intervenção feito aos intelectuais que instaura a divisão de saberes em especialidades ou disciplinas.

> afirmação de modos singulares de existir [...]. O fio da faca que esquarteja, ou o tiro certeiro nos olhos, possui alguns aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas, etc. (BAPTISTA, 1999, p. 46).

Então, fazendo uma derivação da questão de Baptista, interrogamos que práticas do cuidado se aliam a essas ações? Qual a articulação entre os amoladores de faca e profissionais do cuidado que negam a alteridade? Como retomar a questão da alteridade[170] nas práticas de cuidado como estratégia de recusa dessa função? Como evitar que a expressão "cuidado" não perca sua vitalidade ao ter como base práticas piedosas? Como recusar o mandato social?

Tomamos, assim, o tema que nos foi proposto nesse debate — outro como a face do cuidado: é possível garantir o direito humano de ser? — e o desdobramos em outras questões: quem é o outro nas relações de cuidado? O que é o ser? O que é cuidado em saúde?

Para esse debate, fizemos algumas escolhas conceituais e, principalmente, éticas. Escolhas são sempre políticas e indicam uma opção ontológica, metodológica, indicam valores, princípios. Fazer escolhas significa, portanto, um exercício crítico-analítico infatigável. A construção deste texto se faz em meio a esse escolher que engendra o percurso, os caminhos do texto e a própria autora.

Dentre as nossas escolhas está a afirmação de que toda produção de conhecimento se dá em meio a relações de força, em meio a estratégias belicosas das redes de poder e produzem verdades. Como

170 Alteridade refere-se à inevitabilidade da condição humana como dialógica. Articula uma política de reconhecimento do outro como legítimo, aliada a uma política que afirma a vida no seu processo de diferenciação. Indica-nos que a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade dos seres singulares.

nos indicou Nietzsche (1991, p. 123), ao tratar as relações de poder, estamos falando de um regime de produção de verdade como "[...] uma multidão movente de metáforas, de metonímias, de antropomorfismos, [...] que após um longo uso, parecem a um povo firmes, canônicas e constrangedoras: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que elas o são, metáforas que foram usadas e que perderam sua força sensível".

Portanto, uma "teoria", uma caixa de ferramentas conceituais e metodológicas, é um sistema regional de lutas "[...] uma postura ético-estético-política, cuja assunção delimita certos territórios de embate" (FOUCAULT, 2004, p. 22). Esse direcionamento indica uma postura construcionista da realidade, que implica admitir seu *inacabamento* e, assim, a possibilidade sempre em aberto de *reinvenções, pois a* Vida pode ser reinventada a cada instante. Entretanto, esse processo só se efetiva a partir de uma *abertura* para a construção de caminhos de pensamento diferentes dos habituais, caminhos que nos forcem a pensar diferente dos modelos dogmáticos do pensamento (DELEUZE, 2000).

APROXIMAÇÃO 1: QUEM É O OUTRO NAS RELAÇÕES DE CUIDADO

Ao fazer outras dobras a partir da provocação feita com o tema proposto — o outro como face do cuidado —, interrogamos: quem é esse outro? No âmbito da atividade do cuidar, temos incluído a questão da alteridade? Habitualmente, as práticas de cuidado estão pautadas em um modo de funcionamento, que tem como centralidade o ponto de vista do profissional da saúde, seja ele médico, fisioterapeuta, psicólogo, técnico de enfermagem, enfermeiros, e, e, e...

Fugindo das diferentes formulações sobre o outro humano como centrado em agentes individuais pautados em um funcionamento de forças psíquicas internas, intimidade interna egóica, consideramos que é sujeito-efeito de processos descentrados de subjetivação que

se efetivam nos entrecruzamentos dinâmicos diversos, mas que tem uma configuração visível ou, melhor, uma forma-subjetividade, que são nomeadas, usualmente, como pessoa, indivíduo. Essa é a ideia de outro que estamos considerando a partir dessa concepção de subjetividade, que encontramos em Deleuze e Guattari. Outro como subjetividade que é ao mesmo tempo processo e produto, é um campo processual de forças moventes e um conjunto de formas que emergem dessas forças. Quando se fala em subjetividade, temos, então, dois planos, o plano das forças e o plano das formas emergentes. Esses dois planos estão sempre articulados, o que significa dizer que as formas, no nosso caso, o outro como sujeito, emerge desse plano das forças e depois que emergem são relançadas a esse mesmo campo de forças, ou seja, as forças e as formas se distinguem, mas não se separam.

Isso significa que toda forma, aqui uma forma sujeito, emerge de um certo campo de forças. Um outro como uma forma subjetividade individuada, da qual participam vetores materiais, linguísticos, ecológicos, simbólicos, de toda ordem, de diversas naturezas. Toda subjetividade implica uma paisagem existencial, sujeito/mundo não são coisas separadas, tomar o outro como uma forma que emerge desse plano de forças é considerar o outro como um território existencial que está se modificando, ao mesmo tempo em que está em constante processo de produção e de transformação.

Indicamos, então, uma maneira de entender a formação do humano como processo coletivo e em rede, dinâmico, um processo de usinagem inacabada. Seguindo Guattari e Rolnik (2005, p. 39), diríamos que o outro se constitui a partir de um

> [...] funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, ou seja, sistemas que não mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção de sensibilidade, de

> afeto, de desejo, de representação, de imagem e de valor, modos de memorização e de produção de ideias, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, biológicos, fisiológicos e assim por diante).

Aqui, insistimos na nossa questão: que práticas produzir para que a atividade de cuidar não privilegie ou eleja apenas os resultados desse processo de constituição do sujeito; que ela não seja, nem uma fotografia do que se apresenta em uma determinada situação, nem uma tentativa de representação do que se passa no espaço interior do sujeito (KASTRUP, 2007).

APROXIMAÇÃO DOIS: O QUE NOMEAMOS COMO CUIDADO?

Do que estamos falando quando usamos expressões como "cuidado em saúde", "falta de cuidado" em saúde, cuidado humanizado?

A exigência de um cuidado "humanizado" nos coloca, imediatamente, frente ao desafio de problematizar o conceito de Humano formulado no modo de colocar essa questão.

Partindo dos princípios da Política Nacional de Humanização, começamos afirmando que pensar o cuidado em saúde é afirmar a indissociabilidade entre cuidado e gestão nos serviços de saúde. A proposta da PNH (BRASIL, 2004) parte de uma concepção de humano que se constitui no concreto da experiência, nas lutas cotidianas, em uma direção ético-política que opõe "O Homem" a "um homem", todos nós, buscando resistir a esse Homem ideal. Assim, tal concepção de humano subverte "O Homem" como idealidade, a partir do qual se modela a existência humana (BENEVIDES; PASSOS, 2005). Uma prática de cuidado humanizada, a partir do HumanizaSUS, teria como direção processos de subjetivação que se efetivam como alteração dos modelos de gestão e de cuidado em saúde, produção de outros novos sujeitos e outras novas práticas, tomando a vida em seu movimento de produção de normas, e não de assujeitamento a elas.

Estamos falando de uma tarefa inconclusa da reinvenção de nossa humanidade, o que se faz com um trabalho constante de produção de outros modos de vida, de novas práticas no campo da saúde, de outros modos de cuidar.

A PNH nega qualquer entendimento do humano como "Homem" idealizado, como um modelo de "Homem" a ser perseguido, consequentemente, não entende a humanização como uma tentativa de aproximar os diferentes sujeitos desse ideal. A humanização deve se dar nas práticas e a partir delas, ou seja, lidando com as relações que estabelecemos em nossa vida cotidiana e os seus efeitos. A Política Nacional de Humanização é o coletivo de homens e mulheres comuns que compõem o SUS, em suas experiências concretas, são os trabalhadores e usuários que habitam-constroem o dia a dia dos serviços de saúde. Somente no encontro entre estes sujeitos concretos que práticas, que chamamos de "humanizadoras", podem acontecer, ou seja, mediante o entendimento e a abertura ao outro como legítimo na relação que se produz, quando consideramos suas diversas formas de ser, seus saberes, suas demandas e suas necessidades. Assim a PNH afirma todos os sujeitos do SUS como protagonistas e corresponsáveis pela produção da saúde e combate qualquer relação de tutela, desrespeito e desqualificação do outro. Dar combate aos amoladores de faca é seu modo de funcionamento.

Se o viver humano se caracteriza como resistência, no seu duplo sentido de recusa e de criação, a toda situação de heterodeterminação, nas ações de cuidado sempre estão presentes uma negociação entre as prescrições da atenção e as normas dos sujeitos singulares, que são a todo tempo redefinidas

É nesse campo de forças que emerge a proposta de pensar o cuidado a partir de outras diretrizes, como uma Clínica que se constrói a partir de uma torção radical na racionalidade biomédica ocidental hegemônica. Trata-se de uma clínica pautada em uma relação com o outro em que esse não é transformado em objeto, mas se faz no esforço de superação da *cisão eu-outro* (TEIXEIRA, 2003).

O cuidar exige essa abertura ao outro e se tomamos o cuidado como atividade de trabalho ele passa a ter uma dimensão que nos remete a um inacabamento não só conceitual, mas, principalmente, subjetivo e nos seus modos de operar no curso da ação de cuidar. O cuidado nos remete sempre a uma dimensão do "comum", do construído junto com o outro, é sempre uma construção coletiva é, portanto, obra processo, sempre aberto a novas composições, onde a plasticidade da vida torna-se aliada da invenção de outros novos modos de existência.

Segundo Maturana e Varela (1995), os seres vivos têm como marca sua organização autopoiética, pautada por relações dinâmicas que buscam acoplamentos com um meio que se produz nesse processo e não como resposta às suas exigências.

Os autores colocam em questão a tentação de tomarmos um ponto de referência fixo e absoluto nas relações com o outro. Ancorar nossas análises em referências fixas pode nos levar à afirmação e defesa de sua validade e, então, negarmos pontos de vistas que não se aliam aos nossos. No entanto, Maturana e Varela (1995, p. 259) nos advertem que não afirmar a objetividade do mundo não significa propor que "[...] tudo é pura relatividade, que tudo é possível, que negamos toda legalidade". Trata-se de entender como nossa experiência está acoplada a um mundo marcado por regularidades que resultam de nossa história biossocial. Então, como evitar os extremos representacionais — objetivista e o solipsista (ou idealista)? Para os autores,

> Todo mecanismo de geração de nós próprios como agentes de descrições e observações nos explica que nosso mundo, bem como o mundo que produzimos em nosso ser com outros, sempre será precisamente essa mescla de regularidade e mutabilidade, essa combinação de solidez e de areias movediça, tão própria da experiência humana quando examinada de perto (MATURANA; VARELA, 1995, p. 261).

Convocam-nos, assim, a tomarmos uma atitude de "vigilância permanente contra a tentação da certeza" e reconhecer que nossas certezas não comprovam verdades, como se o mundo que cada um de nós vê fosse o mundo e não um mundo, que produzimos com outros. A relação com um outro não pode estar pautada na reafirmação do que vemos do nosso próprio ponto de vista, mas na consideração de "[...] que nosso ponto de vista é resultado de um acoplamento estrutural dentro de um domínio experiencial tão válido como o do outro, ainda que o dele nos pareça menos desejável" (MATURANA; VARELA, 1995, p. 262). Indicam, assim, a importância de construir práticas que incluam um domínio experiencial em que o outro também tenha lugar e no qual possamos, com ele, construir um mundo.

As ações humanas estabelecem-se, necessariamente, no conversar que constitui os humanos, "[...] conversar como entrecruzamento da linguagem com o emocionar que surge com a linguagem [...]" (MATURANA, 2001, p. 100), que não se restringe à troca de informações, mas como um processo que pode desencadear mudanças e modulações mútuas em seus participantes.

Na atividade do cuidar, o ato de conversar se pauta em um processo de afecções mútuas e assume um papel estratégico, exige uma relação entre dois sujeitos e o modo como se efetiva pode afirmar o outro como legítimo outro ou como objeto, sobre o qual fazemos intervenção, tendo o ponto de vista daquele que está no lugar de quem cuida como central. Para que a conversa seja geradora de relações humanas pautadas não na dominação, mas em práticas de liberdade,[171] o conversar precisa permitir o fluir da ação de forma que a vida continue em seu processo dinâmico. Conforme Teixeira (2003), a substância do trabalho em saúde é a conversa pautada em uma relação

171 Práticas de liberdade entendidas a partir da perspectiva foucaultiana e que será tratada no próximo item, não se identifica com liberação de alguma essência represada, mas de uma forma de existência que coloca em questão os modos instituídos de existencialização.

dialógica em que se afirma a alteridade. Uma relação dialógica que conjura os diferentes especialismos.[172] Nessa direção ético-política, é impensável não "garantir o direito humano de ser nas atividades de cuidado", como sugere a proposta desse debate. A contramão desse processo só se efetiva para os amoladores de faca.

> Todo ato humano ocorre na linguagem. Todo ato na linguagem produz o mundo que se cria com outros no ato de convivência que dá origem ao humano: por isso, a todo ato humano tem sentido ético. Esse vínculo do humano com o humano é, em última análise, o fundamento de toda ética como reflexão sobre a legitimidade da presença do outro (MATURANA; VARELA, 1995 p. 263).

O processo do conversar estaria, segundo Maturana (2001), pautado em uma emoção fundamental que torna possível a história da hominização: o amor, que, é preciso frisar, não se identifica com uma concepção cristã-piedosa. O amor, constitutivo da vida humana e fundamento do social, é uma emoção que constitui o domínio de condutas em que se dá a operacionalidade da aceitação do outro como legítimo outro na convivência que constitui o que chamamos de social. "Dizer que a razão caracteriza o humano é um antolho, porque nos deixa cegos frente à emoção, que fica desvalorizada como algo animal ou como algo que nega o racional" (MATURANA, 2001, p. 15).

Falamos, então, de uma relação que se efetiva no conversar, que não é fazer o outro falar sobre o que desejamos e consideramos importante para o processo terapêutico/analítico, ou seja, a afirmação dos especialismos, e, sim, ouvir o que o outro, de forma que

---

172 Especialimos é uma expressão utilizada pela Análise Institucional francesa que tem o sentido de assumir lugares de especialistas que desqualificam os outros saberes.

aquele que demanda o cuidado mostra ser indispensável, mas não esquecendo que as relações entre os humanos são sempre relações de poder. Em meio às conversas, há luta de forças, há confrontação de valores, interesses diversos. Então, como afirmar práticas de liberdade no cuidado em saúde?

APROXIMAÇÃO 3 – AS PRÁTICAS DE CUIDADO EM SAÚDE COMO CUIDADO DE SI

Conforme Foucault (2004), as relações de poder se apresentam em todas as relações que os humanos estabelecem. Não existem sociedades sem relações de poder, que são entendidas como estratégias, por meio das quais os indivíduos tentam conduzir a conduta do outro. Tal afirmação significa que nas relações humanas há todo um conjunto de relações de poder que são exercidas entre indivíduos, tanto no seio da uma família, em uma relação pedagógica ou terapêutica, seja ela médica ou outra no campo da saúde. Para o filósofo, nessas relações podem existir estados de dominação, ou seja, estados em que as relações de poder não são móveis e não permitem que os diferentes parceiros criem estratégias que os modifiquem. "Quando um indivíduo ou um grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, torná-los imóveis ou fixas e impedir reversibilidade no movimento, estamos diante do que chamo de estado de dominação e nesses estados não existem práticas de liberdade" (FOUCAULT, 2006, p. 256).

Por outro lado, em Foucault, as relações de poder não são alguma coisa má em si mesmas, das quais seria necessário se libertar. A questão que se coloca é como jogar nesses jogos de poder com um mínimo de dominação. "O poder não é o mal. O poder são jogos estratégicos" (FOUCAULT, 2006, p. 284).

No caso da instituição médica, com suas diferentes modulações no campo da saúde, o mal não estaria na prática de alguém que, nesse jogo de verdade, ou seja, em uma relação terapêutica, diz a um outro o que é preciso fazer, ensina-lhe, transmite um saber, comunica-lhe

técnicas. O problema é quando nessas práticas os efeitos de dominação fazem com que um "paciente" seja submetido à autoridade arbitrária de um médico ou de outro profissional de saúde, ou seja, quando os indivíduos são assujeitados à tutela de um profissional autoritário. Como jogar com um mínimo de dominação?

Entre os jogos de poder e os estados de dominação, entre esses dois planos, segundo Foucault, temos as "tecnologias de governo", ou seja, estratégias, técnicas a partir das quais se estabelecem estados de dominação. Que tecnologias construir em uma atividade de cuidado? Como evitar que o cuidado se efetive como estado de dominação? Como recusar esse lugar/função de amoladores de faca?

Foucault (2006), ao cunhar o conceito de "cuidado de si", parte da problemática das relações entre o sujeito e os jogos de verdade nas práticas coercitivas, mas também nas diversas formas de jogos teóricos ou científicos. As práticas de si são investidas pelas diferentes instituições e, dentre elas, destacamos, para os objetivos deste texto, a instituição cuidado em saúde. Logo, os jogos de verdade não se referem apenas a uma prática coercitiva, mas, = também a uma prática de autoformação do sujeito, ou seja, "[...] um exercício de si sobre si mesmo por meio do qual se procura elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser" (FOUCAULT, 2006, p. 265).

Destaca, também, que liberação (no sentido de liberar algo que está aprisionado) e prática de liberdade não são a mesma coisa. Muitas vezes, a liberação e a luta pela liberação são indispensáveis para a prática de liberdade. Mas qual é o problema ético da prática da liberdade, como se pode praticar a liberdade? A ética é a prática da liberdade, afirma. "A liberdade é a condição ontológica da ética", e a liberdade é em si mesma política, pois, uma vez que ser livre significa não ser escravo de si mesmo, nem dos "seus próprios apetites", o que implica estabelecer consigo mesmo uma determinada relação de domínio, de controle. Então, o cuidado de si é, de certa maneira, o cuidado dos outros, é ético em si mesmo e implica relações complexas com os outros, o *ethos* (maneira de ser e de se conduzir) da liberdade é

também uma maneira de cuidar dos outros, implica uma relação com os outros. "[...] para cuidar bem de si, é preciso ouvir as lições de um mestre. Precisa-se de um guia, de um conselheiro, de um amigo, de alguém que lhe diga a verdade" (FOUCAULT, 2006, p. 271).

O cuidado de si visa o bem dos outros, é preciso administrar bem o espaço de poder presente em qualquer relação, administrá-lo no sentido da não dominação, não se trata de uma forma de amor a si mesmo, uma forma de egoísmo ou de interesse individual, ou de qualquer forma de ensimesmamento. Para Foucault (2006), o cuidado de si é o conhecimento de si, mas também e principalmente o conhecimento de certas regras de conduta ou de princípios que regulam a relação entre os humanos. Quando há abuso do poder, impõem-se aos outros nossas próprias fantasias e desejos. Essa é a imagem do tirano ou do homem poderoso que se aproveita do poder político e/ou de sua riqueza para abusar dos outros, para lhes impor um poder indevido, esse homem é escravo de seus apetites. Cuidado de Si tem o sentido de um voltar-se a si mesmo, não como prática narcísica, pois não guarda relações com um fascínio por si, mas como prática que estabelece uma relação estética e ética consigo mesmo para resistir ao poder que assujeita e normaliza.

A ética é o modo como o indivíduo se constitui a si mesmo como sujeito de suas próprias ações e a ética do cuidado é um exercício de vida, que deve acontecer em todo o processo de nossa existência. Nossos atos iniciam no cuidado conosco e nessa relação encontram-se, intrinsecamente, nossos deveres para com a humanidade, com os demais cidadãos. Infere-se que ocupar-se consigo mesmo exige práticas diversas e em interatividade com os outros, o que nos indica que essa não é uma prática individualista, mas uma efetiva prática social.

Essa ética, na direção foucaultiana, é uma possibilidade de implementarmos práticas de cuidado que ao relativizarem o poder disciplinar, as estratégias de dominação, possibilitando que princípios como convivência, diálogo, corresponsabilidade, multiplicidade, pluralismo, alteridade, diferença, não permaneçam na retórica, viabilizem

o questionamento da atividade de cuidar e, desse modo, contribui para que os humanos não se destruam. Uma ética do cuidado que, ao nos forçar a perguntar o que estamos fazendo de nós mesmos, como nos indicou Foucault, ao problematizarmos o que somos, quem é o outro, como vivemos, possam nos abrir ao perigo, às infidelidades do meio (CANGUILHEM, 2000), às variabilidades do viver, ou seja, à possibilidade de experimentação, de criação, de produção de sujeitos solidários e cooperativos. Criar, assim, uma atividade do cuidado, que afirme o outro em sua alteridade.

A questão que tal formulação nos coloca é então: como um sujeito entra em um certo jogo de verdade? Como os sujeitos foram situados nesse jogo de verdade definidos por um modelo médico? Como fazer do cuidar prática de liberdade? Como se pode praticar a liberdade? Como na atividade do cuidado podemos evitar os estados de dominação? Como desenvolver uma ética do cuidado nas ações de saúde? Certamente, não buscamos respostas a essas questões, e, sim, movimentar o pensamento. Colocar insistentemente essas questões, indagando-nos sobre o que estamos fazendo e como estamos fazendo, é um exercício indispensável se perseguimos práticas de cuidado como práticas de liberdade.

Consideramos que essa diretriz pode abrir linhas interessantes para uma cartografia da ética do cuidado em saúde. O cuidado de si, baseado em práticas de liberdade, coloca-nos nos limites das relações de poder. Estamos diante de uma proposta que recusa e não viabilize que tais relações se desequilibrem, tornando-as domínio. Assim o fazendo, o cuidado de si é, simultaneamente, cuidado com o outro, afastando-se de um fechamento em si mesmo, em uma tentativa de mover-se na coletivização da liberdade. Um cuidar de si coextensivo ao ato de viver. "Cuidar de si para converter-se ao extravio de si, indo em direção a si próprio para perder-se" (AMADOR, 2007, p. 78).

Assim, o cuidado de si preconizado nas formulações foucaultianas se constitui como espaços para o pensamento, para um diálogo que não visa afirmação de verdades inquestionáveis, mas que nos

movem e nos arrancam violentamente dos lugares confortáveis das verdades instituídas, dos jogos de verdade acionados pelas instituições sociais. Uma relação dialógica que é, ao mesmo tempo, um olhar que se lança sobre o outro e uma maneira de se oferecer ao olhar do outro, por meio do que lhe é dito sobre si mesmo (AMADOR, 2007), em um processo de coengendramento incessante. Não cabe apenas encontrar a causa da dor do outro que demanda cuidado, mas entendê-la e compartilhá-la. Sentir o outro e abrir-se cada vez mais para o que vem dele, suas paixões, seus valores, suas histórias. Abrir-se para esse campo de lutas que marca as relações entre os humanos, afirmando práticas de liberdade.

Tomar o outro como face do cuidado passa a ter, então, o sentido de produzir novos modos de trabalhar em saúde que potencializem o protagonismo dos sujeitos, que implica corresponsabilidade. Afinal, ninguém melhor que aquele que demanda cuidado para falar do seu sofrimento e de sua saúde. Aqui, com Deleuze (2000), reafirmamos a indignidade de se falar pelo outro.

Não é possível, portanto, pensar mudanças dos modos de cuidar, se não operamos uma radical torção nos modos como trabalhamos em saúde, se não recusamos o lugar de amoladores de facas. Existe uma relação estreita entre produção de saúde e o modo como nos relacionamos com os outros e com o ambiente que produzimos e vivemos. Pensar na dimensão coletiva de nossas ações em saúde é afirmar que saúde não se produz por um único ser, mas nasce em nossas relações, no modo como essas relações acontecem. Se elas se deixam levar por estados de dominação, é impossível "garantir o direito humano de ser", conforme nos sugere a questão disparadora desse debate.

A perspectiva de cuidado que estamos afirmando envolve, portanto, um modo de trabalhar que opera com uma concepção acerca do humano, que o considera como um vivente que tem um potencial especialmente ativo, linguageiro-dialógico, emotivo-amoroso, dinâmico, plástico e inventivo, como nos indica Botecchia (2006, p. 29).

> Ressaltamos seu caráter dialógico, isto é, que todo viver humano consiste numa prática cotidiana de convivência com o outro, mediada por redes de conversações. Dotados de uma capacidade para viver, os humanos estabelecem uma interação no e com o meio, encontrando e inventando saídas, alternativas para os problemas colocados na relação com o meio e consigo.

Essa perspectiva exige, portanto, uma concepção de cuidado do ponto de vista da atividade, que busca acompanhar o movimento plástico dos humanos, de forma que possamos operar com essa dinâmica no cuidar. Numa aceitação legítima do outro, autorizando-o como legítimo outro, assim como seu saber, afirmamos que somente será possível compreender e intervir numa dada situação de cuidado, aliançados com aqueles que vivem o sofrimento (BOTECCHIA, 2006).

Isso posto, consideramos que, para fazer funcionar esse modo de operar a atividade do cuidar, o encontro que se efetiva nessa relação deve estar pautado por exigências éticas que se articulam com uma filosofia da humanidade que se expressa na maneira de ver o outro como seu semelhante e não entendido como um outro que pressupomos saber o que ele faz e por que faz, quais são seus valores. Buscar uma articulação crítico-criativa entre o saber do especialista e o advindo daquele que demanda cuidado, conjurar os especialismos, mesmo aqueles que, muitas vezes, estão também nos "usuários", é um caminho para afirmarmos essa ética do cuidado.

APROXIMAÇÃO 4 – DA CARTOGRAFIA COMO MÉTODO DA ATIVIDADE DO CUIDAR

Construir dispositivos dialógicos que acionem outros modos de trabalhar que produzem saúde, é o que persegue o profissional cartógrafo. A cartografia é uma direção metodológica que nos permite retomar a questão da experiência no âmbito das práticas em saúde e, neste texto, nossa atividade de cuidar. Por que o princípio cartográfico? Porque, na

medida em que defendemos a tese de que o outro como face do cuidado não está lá desde sempre para ser desvendado pelo saber médico, a cartografia como método que acompanha processos, mais do que estados de coisa, alia-se com essa perspectiva, segundo a qual o humano é considerado como um vivente dinâmico, plástico e inventivo. A cartografia desenha ao mesmo tempo em que gera. Cuidar, então, teria o sentido de acompanhamento dos processos de gênese da realidade de si e do mundo, na direção de uma abertura do coeficiente comunicacional dos sujeitos e dos grupos, o que foi nomeado por Guattari como transversalidade. Atividade de cuidado, portanto, como transformação de paisagem ou dos universos de referência. Nessa direção cartográfica, o cuidar não teria como pressuposto o conhecer para cuidar, o que identificaria tal prática com práticas "diagnoticistas", mas um cuidar como forma de conhecer, um paradigma que afirma a inseparabilidade entre cuidar e conhecer.

Como nos indicam Eirado e Passos (2020, p. 110), o cartógrafo não toma o eu como objeto, ao contrário, trabalha com os processos de emergência de um si que é "[...] desestabilização dos pontos de vista que colapsam a experiência no eu. [...] esta é uma posição paradoxal do cartógrafo, que indica uma possibilidade de habitar a experiência sem estar amarrado a nenhum ponto de vista e sua tarefa é dissolver a centralidade do ponto de vista do observador, sem anular a observação". Essa maior abertura da experiência implica uma dissolução do ponto de vista do profissional do cuidado e exige uma postura que prioriza a experiência, entendida como plano implicacional[173] onde sujeito e objeto têm sua condição de gênese para além

173 Conceito de implicação forjado no âmbito da Análise Institucional Francesa é um desdobramento crítico dos conceitos freudianos de transferência e contratransferência. Indica a inseparabilidade entre o sujeito que conhece e a realidade conhecida, ambos imersos em um plano de conexões. O conceito de implicação indica, portanto, esse plano de produção de realidade do mundo e do sujeito, que, como em uma rede, o que é ligado não preexiste às ligações (EIRADO; PASSOS, 2007).

do que se apresenta como forma permanente, substancial e proprietária (EIRADO; PASSOS, 2007)

Então, se afirmamos princípios pautados em uma filosofia da humanidade que considera o humano como ser ativo, dialógico e plástico, a discussão metodológica sobre a questão da atividade do cuidar tem que ser coerente com esses princípios. A ideia, então, é de que conhecer o mundo, conhecer o outro, não é representar uma realidade pré-existente, mas é um processo de invenção, processo de coengendramento dos sujeitos que estão em relação à atividade do cuidado. Os sujeitos nessa relação não são polos pré-existentes. O cuidado não se efetiva, a partir de uma relação entre dois indivíduos, dois extremos, dois sujeitos prévios. Essa diretriz construtivista implica que o ato e o processo de cuidar engendram, em um mesmo movimento, os sujeitos que estão em relação, considerados como efeitos desse processo.

Então, estamos tirando qualquer teleonomia das práticas de cuidar, a partir do que a teoria da autopoiese do trabalho de Maturana e do Varella nos inspira, articulado com um construtivismo formulado por Deleuze e Guattari sobre produção de subjetividade. Essa articulação conceitual nos indica que a Cartografia seria um método adequado na atualização desses princípios e diretrizes, uma vez que busca acompanhar um processo, e não representar uma dada realidade. Assim, essa ideia de "outro" com a qual trabalhamos inclui um processo que produz novas subjetividades. A cartografia é um método de trabalho que está em sintonia com esses princípios e diretrizes, já que tem como desafio se constituir como um modo de operar que seja capaz de acompanhar processos, e não representar realidades. O desafio no trabalho do cartógrafo é o de apostar na processualidade no seu campo de intervenção.

Então: como se efetiva uma ação no campo da saúde, nas relações de cuidado, que não seja nem um retrato da interioridade ou da subjetividade de um outro e nem, tão pouco, um retrato de uma realidade objetiva, independente dos sujeitos que a produzem? Como

construir um método que busca captar essa dimensão processual, essa dimensão de coengendramento?

Aqui, retomamos nossa questão disparadora do debate em pauta: seria possível garantir o direito humano de ser, tendo o outro como face do cuidado? Acreditamos que apenas abandonando e conjurando os lugares/funções de amoladores de faca e assumindo a postura ético-política do cartógrafo na atividade do cuidar. Postura que busca reinventar vida, que está aquém e além da sua dimensão biológica.

> Uma vida está por todos os lugares, por todos os momentos que atravessam este ou aquele sujeito vivo e que medem tais objetos vividos: vida imanente trazendo os acontecimentos ou singularidades que apenas se atualizam nos sujeitos e nos objetos. Essa vida indefinida não tem, ela mesma, momentos, por mais próximos que estejam uns dos outros, mas apenas entretempos, entremomentos. Ela não sobrevém nem sucede, mas apresenta a imensidão do tempo vazio em que se vê o acontecimento ainda porvir e já transcorrido, no absoluto de uma consciência imediata (DELEUZE, 2004, p. 162).

Como nos indica Pelbart, vida que inclui sinergia coletiva, cooperação social e subjetiva no contexto de produção material e imaterial contemporânea. Vida que, ao não ser reduzida à sua dimensão biológica, torna-se "cada vez mais virtualidade molecular da multidão, energia a-orgânica, corpo-sem-orgãos" (PELBART, 2003, p. 83).

REFERÊNCIAS

AMADOR, F. **Olhos que buscam**: por entre prisões da imagem, imagens da prisão. 2007. Texto de qualificação (Doutorado) Psicologia Instituacional – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BAPTISTA, L. A. **A cidade dos sábios**: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades. São Paulo: Summus Editorial, 1999.

BENEVIDES. R.; PASSOS, E. Humanização na saúde: um novo modismo? **Interface - Comunic, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 9, n. 17, p. 389-406, mar./ago. 2005.

BOTECHIA, F. R. **O desafio de compreender-desenvolver um regime de produção de saberes sobre o trabalho e suas relações**: a Comunidade Ampliada de Pesquisa. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização**: documento básico. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Lisboa: Relógio D'água, 2000.

DELEUZE, G. A imanência: uma vida... Terceira Margem, Rio de Janeiro, V.8, n. 11, p. 160-164, 2004.

EIRADO, A.; PASSOS, E. Cartografia como dispositivo do ponto de vista do observador. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, E.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2020. p. 109-130.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2005.

KASTRUP, V. **A cartografia como método**. Palestra proferida na UFES, Vitória, set. 2007.

LOURAU, R. **Les lapsus des intellectuels**. Paris: Privat, 1981.

MATURANA H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas do entendimento humano. São Paulo: Editorial Psy, 1995.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

NIETZSCHE, F. **Despojos de uma tragédia**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

PELBART, P. P. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHWARTZ, Y. **Travail et philosophie**: convocations mutuelles. Toulose: Octares, 1992.

TEIXEIRA, R. R. O acolhimento num serviço de saúde entendido como uma rede de conversações. *In*: PINHEIRO, R.; MATTOS, R.

A. (org.). **Construção da integralidade**: cotidiano, saberes e práticas em saúde. Rio de Janeiro: Abrasco, 2003. p. 89-111.

WISNER, A. **Réflexions sur l'ergonomie**. Toulouse: Octares, 1995.

Tereza, personagem conceitual: metodologias de pesquisa em movimento[174]

Cristiana Mara Bonaldi
Maria Elizabeth Barros de Barros

Como pesquisadoras, percorremos, na Prefeitura Municipal de Vitória-ES, diversas unidades de saúde, além de outros espaços de encontro entre trabalhadores da rede municipal de saúde. Em evidência: um sem-número de questões que emergem nos processos de formação em saúde no cotidiano de trabalho desses profissionais. Em cena: situações que convocam os trabalhadores a interrogar suas certezas, que forçam os limites disciplinares, que convidam à produção coletiva de estratégias. No corpo: desconforto, incômodo, cansaço, euforia...

174 Publicado originalmente na **Revista Mnemosine**, v. 12, n. 2, p. 26-41, 2016.

Experiências do trabalho na saúde. Experiências de cursos de formação na área da saúde junto aos serviços. Encontros que extrapolam os muros das unidades de saúde, que extrapolam o campo profissional. Processos de formação que extrapolam o *campus* universitário, as salas de aula, os livros, os manuais. A universidade, os serviços de saúde, a vida. Processos de formação que forçam os limites do instituído. Professores, estudantes, profissionais de saúde... Encontros com prescrição que não obedecem ao prescrito.

Desobediência aos padrões: experiência situada. Universidade, serviços de saúde, processo de trabalho... Quem nunca ouviu, que seja em uma mesa de bar, uma "estória de hospital"? Das mais românticas às mais aterrorizantes, todas elas portam as intensidades, as cores, as negociações que se fazem, cotidianamente, presentes nesses espaços. Todas essas cores, intensidades, negociações apontam para processos de formação em movimento no cotidiano.

Como essas intensidades, essas negociações constituem os processos de formação em saúde no curso de Medicina? Como essas cores, esses ruídos se evidenciam nos processos de formação que escapam aos currículos prescritos, às ementas, aos objetivos formalizados dos cursos superiores da área de saúde? Como produzem processos de formação no trabalho, nos serviços?

Todas essas questões dão o tom do batuque, o tom das discussões que quisemos lançar no decorrer da construção da tese de doutorado, da qual emerge este texto. Estórias de estudantes, de trabalhadores, de usuários dos serviços de saúde. De familiares, de amigos, de vizinhos... Impossível se fixar em um só ponto da rede. Afinal de contas, o professor-trabalhador e o acadêmico-trabalhador também são usuários dos serviços de saúde, também são familiares de usuários, também são gestores, na medida em que circulam pela rede, gerem seu trabalho, sua vida. Ensinam, aprendem... inventam. Usuários-produtores, inventores dos serviços de saúde. Processos de formação.

Formação como processo. Processos que emergem na experiência da vida. Permanente transformação. Inquietação. Curvas sinuosas,

caminhos tortuosos, descaminhos, atalhos. Formação como aquilo que não se pode prever e, por isso, torna pensamento e vida tão indissociáveis.

Profissional-de-saúde-em-nós, usuário-do-sistema-de-saúde--em-nós, familiar-do- usuário-do-sistema-de-saúde-em-nós... Todos eles e muitos outros. Tudo isso e mais um pouco. Essa é a trama, parte da rede da qual emergem estas linhas.

E quem nos acompanhou nessa trama foi Tereza. Usuária dos serviços públicos de saúde, Tereza constituiu-se como personagem conceitual, como personagem-cartógrafa que deu vida ao texto e condições de emergência à nossa pesquisa. É sobre ela que queremos falar...

Tereza-mulher, cheia de curvas. Aos 40 e poucos anos, sabe fazer de tudo. Faxineira, garçonete, cozinheira. Lava, passa, faz salgadinhos para festas. Diz que já viu de tudo e que já não se assusta com muita coisa. Vive de bicos. De caretas, olhares, sorrisos. De choros, gritos, sonhos.

Tereza mora na cidade. No alto da cidade. Cidade de Vitória. Alto Tabuazeiro, conhece? O famigerado Morro do Macaco, lembra? O tal que desabou, em 1985. Um estrago! Desabrigados eram uns 600. Mortos passaram de 40. Tereza-sobrevivente.

Te reza, Tereza, pede proteção!

Terra, chuva, gente. Pedaços de gente. Pedras, gritos, casas. Pedaços de casas. Restos de objetos, barro, lama, vida. Substância heterogênea. Mistura cheia de pedaços. Tereza é feita disso. Matéria viva, repleta de intensidades, de estórias, de sons. As pessoas que encontrou, que escutou, que viu, que não viu. A terra que pisou, que não pisou, que quis pisar. As músicas que ouviu, que compôs, que dançou e que não dançou. Tudo isso constitui Tereza. Tudo isso nos constitui. Tudo isso e muito mais. Substância heterogênea: feita a muitas mãos. Sem fôrma, sem fórmula. Inacabada matéria viva.

Tereza tem as cores do mundo. Tem as marcas da vida. Todos temos. Na época do deslizamento, Tereza era bem jovem. Aos 15

anos, carregava no ventre seu primeiro filho, Edson, nascido quando ainda se recolhiam pedaços das casas, das coisas, das vidas. Tereza diz que escolheu esse nome, porque é nome de homem forte. Edson era o nome de um oficial do corpo de bombeiros que ajudou no resgate das vítimas. "Homem forte também chora", dizia Tereza ao recordar os momentos de aflição vividos naquela madrugada.

Tereza passou um tempo na casa de uns parentes de sua mãe, em uma parte do morro que o deslizamento não atingiu. "No Macaco sempre foi assim, a gente divide até o que não tem, que é pra quando tiver não esquecer que tem que dividir... Pra não perder o costume!", brincava Tereza.

Tereza nunca foi mulher caseira. Gosta de dança, gosta de música. Tereza nunca foi mulher recatada. Vira e mexe arruma confusão. Sabe fazer barraco! É a sensação das rodas de samba. Quando coloca o salto alto e começa a rebolar o traseiro... sai de baixo! Vai até amanhecer o dia. Cerveja, suor, sorrisos. Tereza se alegra, a vista embaralha. Mais um trago de cachaça. Treme as coxas. Troca os pés e logo retoma o compasso.

E Tereza segue. Entre um bico e outro, Tereza samba. Entre um gole e outro, um gemido. Entre um suspiro e outro, um amor. E, às vezes, um filho. Muitas vezes. Quatro gestações. Seis filhos. O segundo filho veio um ano depois do primeiro. Nascido em ano de Copa do Mundo, ainda no calor da sofrida Copa de 86, recebeu o nome de Araquém.

O pai de Araquém, Garrincha, que também registrou Edson, apesar de não ser seu pai biológico, vivia com Tereza desde o tal desabamento. Conheceram-se nos mutirões de reconstrução, quando Tereza ainda ostentava uma barriga enorme. Apaixonado por futebol como o pai, Garrincha recebeu esse apelido por causa de suas pernas tortas e de sua habilidade com a bola. Ninguém se lembra do nome dele. Desde muito cedo, virou Garrincha e pronto!

Quando criança, Garrincha costumava disputar campeonatos na comunidade. Parecia ter um futuro promissor no futebol. Mas,

como os ventos sempre sopram em direções inusitadas, Garrincha terminou arranjando emprego em uma empresa de pesca. Passava dias em alto-mar e, quando voltava, trazia para as crianças um pouco do pescado. Na cozinha de Tereza, os frutos do mar viravam verdadeiros banquetes. A criançada fazia a festa!

Foi em uma dessas temporadas que Garrincha passava em alto-mar que Tereza conheceu Marina. Elza, mãe de Marina, bateu na porta da casa de Tereza certa noite. Marina não tinha nem um mês de vida. Elza entregou Marina à Tereza e foi embora. Com os olhos vermelhos, cheios de lágrimas, Elza dispensou as palavras. Virou as costas e saiu. Nunca mais foi vista.

Tereza percebeu de imediato que Marina tinha os olhos de Garrincha. No dia seguinte, quando voltou do mar, Garrincha encontrou a porta fechada e, próxima à soleira, uma trouxa de roupas. A essa altura, Marina já havia se tornado filha de Tereza.

Garrincha mudou-se, mas continuou frequentando a casa. Quando não estava trabalhando, levava as crianças para a escola. Às vezes, Tereza resolvia matar a saudade. Esperava as crianças pegarem no sono e recebia Garrincha. Tornaram-se grandes amigos.

Depois de Marina, ainda vieram Dayanna, Ayrton e Jéssica. Dayanna e Ayrton são gêmeos. Estes Tereza registrou sozinha. A vizinhança comenta que, daqueles da roda de samba, uns três ou quatro bem que poderiam ser o pai dos gêmeos. Tereza não fala do assunto. Já colocou candidato a pai para fora de sua casa aos tapas! Não quer saber de mexer nessa estória.

Uma noite, Garrincha veio, como de costume, depois que a casa escureceu. As crianças estavam dormindo, também como de costume. Tereza estava esperando por ele. Alguma coisa parecia estranha. O ar estava pesado. A noite parecia mais escura. Uma sensação de abafamento percorria o corpo de Garrincha. Falta de ar. Tereza estava lá. Parecia não estar. Com o olhar perdido, Tereza abraçou Garrincha e chorou baixinho.

Não havia caretas, olhares, calores, suores. Tereza nunca foi discreta. Nunca foi de fazer nada baixinho! Mas, nessa noite, não houve grito, não houve gargalhada, não houve barraco, não houve amor. Em silêncio, os dois adormeceram com a roupa do corpo. Dias depois, Tereza anunciou que estava grávida. Garrincha não fez perguntas. Alguns meses depois, a vizinhança voltava a escutar choro de bebê. Dois, dessa vez.

Tereza rebola, segue escapando, sambando no fio da navalha. Afinal de contas, Tereza é meio de fuga. É espécie de trama. Instrumento de escape. Espécie de corda feita de lençóis amarrados. Tem o nó como elemento constitutivo. Serve bem aos propósitos dos que fogem, dos que desejam escapar. Presidiários, loucos, seminaristas, filhos, maridos, esposas, noivas descontentes às vésperas do casamento. Estudantes, amantes, noviças, enfermos hospitalizados, asilados de toda sorte. Tereza se faz passagem. Tereza inventa portas, janelas, frestas. Cria fissuras onde parece faltar o ar. Joga-se na vida, abre o peito e sorri. Deleuze e as linhas de fuga.

Tereza feita a muitas mãos. Tereza-humana: heterogênea matéria viva. Tecido vivo: trama, rede, emaranhado de linhas (DELEUZE; PARNET, 1998). Linhas de naturezas diversas. Duras, de segmentos bem delimitados. Recortes de Tereza, recortes de nós. Linhas que vão de um extremo a outro estabelecendo sequências, definindo direções.

Instituições, lugares, formas, modelos. A família e a escola. O trabalho e o lazer. O bebê e o adulto. Dicotômicas máquinas binárias: dispositivos de fixação de códigos e territórios. Relações de poder: "[...] pode-se até mesmo conceber saberes que fazem ofertas de serviço ao Estado, propondo-se a sua efetuação, pretendendo fornecer as melhores máquinas em função das tarefas ou dos objetivos do Estado" (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 151).

Fôrma que insiste em moldar os sujeitos. Arestas aparadas, sulcos preenchidos. Toda flacidez deve ser corrigida. Simetria.

Harmonização da forma em busca do modo ideal de ser mulher, de ser negra, de ser doida...

Tereza-mulher-mãe... Mas mulher é tudo igual? E negro? É tudo igual? Linhas duras que portam supostos limites de papéis que se pretendem bem delimitados. Mas, como Tereza atua em processos de produção de si e do mundo sendo mulher, negra, mãe, amante? Tereza é humana, não foi concebida em uma linha de produção. Não se produzem pessoas em série, por mais que se tente...

Humana, sim! Mas como? Humano-ideal? Padrão? O abstrato-universal, modelo- referência para a classificação das condutas? Homem-código? De que humanidade estamos falando?

Tereza-humana. Tereza-produção. Tereza-forma, Tereza-força, Tereza-fluxo. Inacabada. Perturbação. Tereza humana e, precisamente por ser humana, comporta tantas inumanidades...

> Falamos, então, de um sentido de humano como produção, uma complexidade que se engendra como obra aberta. Uma humanidade que se constrói na experimentação, ou seja, entre a materialidade das formas humanas e a imaterialidade das afecções inumanas que nos compõem e se atualizam em práticas e modos de estar nos verbos da vida [...] (NEVES; MASSARO, 2010, s/p).

Outras linhas também compõem Tereza. Linhas flexíveis. Ess as são de outra natureza. Permitem desvios, produzem fissuras. Evidenciam as "[...] loucuras secretas [...]" (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 146) que perturbam as linhas duras. Os porões. Conexões pouco visíveis. Afetos, intensidades, ruídos. Ser mulher, ser mãe, ser amante não é sempre a mesma coisa. Algo atravessa o roteiro e interrompe a fala prescrita no *script*. Modos diversos, formas mutantes de ser. Gagueira, inconstância, descontinuidade.

Há ainda outra espécie de linha. Sem direção. Imprevisível: é a própria ruptura. Sucção violenta, destino desconhecido. Inumanidades... Novamente, o desabamento. Deslizamento de terra: perder o

chão. É cair em um buraco: outro mundo. Alice e o País das Maravilhas. Algo força e eis que o chão se abre e somos tragados. Da rachadura, vê-se surgir Tereza. Tereza-força, Tereza-fluxo. Algo desliza por ela.

Fuga. "Desterezação". Por que não? Não interessa para onde, não há lugar a chegar. Deslugar. Fazer fugir um lugar. Provisoriedade e imprevisibilidade. Há fissuras, quebras, rompimentos. Declive, velocidade, frio na barriga. Às vezes, em meio aos escombros, pode-se contemplar uma flor. Não há garantias. A vida insiste. Tereza nos convoca a cartografar as linhas, percurso que constrói passo a passo. Tereza anda. Retrocede, muda de direção, cai, levanta. Tereza volta a caminhar precisamente no momento em que inventa caminhos. Tereza se faz caminhos. Descaminhos. Tereza se *destereza* e segue...

Muitos cheiros, muitas vidas, muitos encontros, muitas dúvidas compõem Tereza. Trata-se de um sujeito aberto a outras composições. Inacabada matéria viva! Há rebeldias, interrogações, incertezas. Tensão, poesia, embriaguez. Aproximamo-nos de Tereza e seu rosto se desfaz em muitos outros que se desfazem em muitos outros... Tereza-linha-de-fuga. Há sempre um pouco dela em todos nós e, nela, um pouco de cada um de nós.

Tereza é efeito dessas redes. Redes vivas, redes quentes. Formas temporárias. Tereza se produz em NÓS. Primeira pessoa do plural? Pode ser. Tereza se produz em todos nós. Novamente, Tereza se produz em nós. O nó: único elemento constitutivo das redes. Tereza constituída de NÓS. Multiplos nós. Tereza, os nós e todos nós!

Escola, medicina, igreja, família... Instituições, aparelhos comprometidos com a formação. Mas que formação? Formação de pessoas, de maneiras de viver. Produção de nós, de conexões. Práticas de liberdade e práticas de dominação. No entre, um infinito de nuances possíveis. É preciso arrancar de si os microfascismos! E, então, somos convocados a vigiar "[...] os traços mais ínfimos de fascismo no corpo [...]" [e advertidos]: "Não se apaixone pelo poder" (FOUCAULT, 1991, p. 84).

Tereza feita à mão. Tecelagem artesanal. Produção de nós, de pontos de contato. Sua sede, sua fome. Nossa sede, nossa fome. Redes em movimento, em permanente transformação. Escola, TV, família. Unidade de saúde, médico, hospital. Céu, inferno, purgatório. Regras, normas. Formas de pensar, formas de viver. Tereza portadora/produtora de todas essas marcas. Tá achando muito, Tereza?! Pois tem muito mais!

> O filósofo é a idiossincrasia de seus personagens conceituais. E o destino do filósofo é transformar-se em seu ou seus personagens conceituais, ao mesmo tempo que esses personagens se tornam, eles mesmos, coisas diferentes do que são historicamente, mitologicamente ou comumente (DELEUZE, 1992, p. 86).

Tereza-parto. Nascida do encontro entre arte e conceito. Sexo e gozo. Fecundidade. "Recortes do caos" (DELEUZE, 1992, p. 87). Diferentes planos de corte. Recortes do caos. Arte e filosofia que enfrentam, que povoam o caos de maneiras diferentes. "Isso não impede que as duas entidades passem frequentemente uma pela outra, num devir que as leva a ambas, numa intensidade que as co-determina" (DELEUZE, 1992, p. 88).

Conceito de afeto e afeto de conceito: "O plano de composição da arte e o plano de imanência da filosofia podem deslizar um no outro, a tal ponto que certas extensões de um sejam ocupadas por entidades do outro" (DELEUZE, 1992, p. 89). Sexo, gozo, fecundidade.

Parto: a invenção de Tereza. Matéria viva. Tereza não é sujeito. Não tem metade do DNA de cada progenitor. Quem conhece seus pais? Isso não seria Tereza... Tereza é feita a muitas mãos. Incontáveis mãos. Nascida do fecundo encontro entre arte e filosofia. Incontáveis mãos: "Certamente, eles não fazem uma síntese de arte e de filosofia. Eles bifurcam e não param de bifurcar" (DELEUZE, 1992, p. 89).

Materialização dos conceitos. Plano de imanência. Obra aberta. Vida-arte. "Os personagens conceituais têm este papel, manifestar os

territórios, desterritorializações e reterritorializações absolutas do pensamento" (DELEUZE, 1992, p. 92). Tereza e *destereza. Reterezação.*

Tereza-personagem-conceitual. Tereza é cheia de movimentos! Na cadência de Tereza, deslizamos no plano de imanência da pesquisa. Dançamos, bebemos, amamos, pensamos. Tereza cria conceitos: "[...] opera movimentos que descrevem o plano de imanência do autor [...]" (DELEUZE, 1992, p. 98).

É sobre um plano de imanência que se inventam modos de viver. É aí, precisamente no plano de imanência, que se produz a potência do personagem conceitual. Personagem conceitual e plano de imanência se pressupõem mutuamente. Tereza-modo-de-existência:

> Não temos a menor razão para pensar que os modos de existência tenham necessidade de valores transcendentes que os compariam, os selecionariam e decidiriam que um é 'melhor' que o outro. Ao contrário, não há critérios senão imanentes, e uma possibilidade de vida se avalia nela mesma, pelos movimentos que ela traça e pelas intensidades que ela cria sobre um plano de imanência; é rejeitado o que não traça nem cria. Um modo de existência é bom ou mau, nobre ou vulgar, cheio ou vazio, independente do bem e do mal, e de todo valor trancendente: Não há nunca outro critério senão o teor da existência, a intensificação da vida (DELEUZE, 1992, p. 92).

Tereza interroga... Se mete, faz bico, arma o maior barraco. Tereza pensa, faz pensar. Tereza insiste. Destereza, destrói pensamentos: "Os personagens conceituais são pensadores, unicamentre pensadores, e seus traços personalísticos se juntam estreitamente aos traços diagramáticos do pensamento e aos traços intensivos dos conceitos" (DELEUZE, 1992, p. 92).

Filosofia, arte, movimento, pensamento. O personagem conceitual como agente de enunciação. Por intermédio de Tereza, movimentamo-nos e pensamos... (DELEUZE, 1992, p. 92) — Tereza rebola

o traseiro. Tereza inventa caminhos, destrói certezas, explode grandes muros de concreto... Caminhamos com Tereza. Não sabemos bem por onde, para onde... Com ela, interrogamos, estranhamos, afirmamos... Com ela, insistimos! Rebolamos com Tereza e inventamos conceitos. Tereza-obra-aberta.

Tereza vive. Ela insiste... Nem abstração, nem símbolo, nem alegoria: "[...] existência fluida, intermediária entre o conceito e o plano pré conceitual, indo de um a outro" (DELEUZE, 1992, p. 83). Tereza, caminhos, descaminhos. Percurso, declive, cansaço. A curiosidade como combustível. Tereza-filósofa. "O rosto e o corpo dos filósofos abrigam estes personagens que lhes dão frequentemente um ar estranho, sobretudo no olhar, como se algum outro visse através de seus olhos" (DELEUZE, 1992, p. 97).

Amor pelo conceito, pela atividade conceitual ilimitada nela mesma. Potência do conceito. Invenção, transformação, permanente atividade de produção. Tereza-cartógrafa. Tereza insiste em nos convocar a cartografar linhas que segue percorrendo, investigando, questionando, transformando, embolando...

Linhas que constituem Tereza-em-nós. Mas como acompanhar os movimentos e intensidades que constituem Tereza-em-nós na relação com os saberes, discursos, instituições, práticas que habitam o campo da saúde? Que aparelhos? Que valores? Que encontros? Que ruídos? Que rebeldias? Algo sempre difere. Como difere? Tirar o sujeito do palco. Trazer à cena a multiplicidade de elementos que se encontram e se desencontram na contemporaneidade. Diferentes efeitos. Que forças são essas? Como compõem/decompõem?

Pretendemos percorrer, junto com Tereza, as linhas que a compõem, que nos compõem, em relação com os serviços, discursos, saberes... práticas em saúde.... Estórias de Tereza. Estórias com Tereza. Linhas que embaraçam, formam tramas, redes. Linhas que se rompem, que se ramificam. Linhas rizomáticas.

Para acompanhar Tereza, seria importante definir um caminho como quem se orienta pelas linhas de um mapa rodoviário? O

itinerário de Tereza não está prescrito. Ela não se orienta por mapas. Não segue caminhos. Tereza inventa caminhos. Tereza foge. Tereza samba. Tereza cria atalhos, faz curvas, sobe serras, joga-se no mato, despenca do desfiladeiro. Tereza-metodologia.

Trata-se, então, de convocar conceitos que permitam acompanhar os movimentos, experimentar os sabores, sentir os cheiros do percurso. Conceito... E para que serve um conceito, afinal? Produzir saberes dominados, saberes eruditos, arrastados, pesados? Saberes profundos, refinados, estéreis? Saberes comuns, medíocres, inferiores? Superficiais, populares, simplistas?

Dioniso, Zaratustra, Cristo, os sacerdotes, os homens superiores... "Nietzsche renuncia aos conceitos. Todavia, ele cria imensos e intensos conceitos [...], bem como traça um novo plano de imanência [...] que subverte a imagem do pensamento (crítica da vontade de verdade)" (DELEUZE, 1992, p. 87).

Os personagens conceituais não estão subentendidos, não são personificações míticas, pessoas históricas, heróis da literatura. "Não é Dioniso dos mitos que está em Nietzsche" (DELEUZE, 1992, p. 87). E ainda: "Devir não é ser, e Dioniso se torna filósofo, ao mesmo tempo que Nietzsche se torna Dioniso" (DELEUZE, 1992, p. 87).

Afinal, para que serve um conceito, senão para operar, para produzir-se e produzir, ao mesmo tempo, mundo? Transformação, movimento, invenção: "Uma teoria é como uma caixa de ferramentas, é preciso que sirva, é preciso que funcione" (FOUCAULT, 1979, p. 71). O conceito precisa estar vivo e não tem sentido, quando não é capaz de concordar com outros conceitos ou não contribui para a resolução de algum problema (DELEUZE, 1992, p. 103).

Teoria e prática não guardam qualquer relação de oposição (FOUCAULT, 2006a). Elas vão se construindo e se misturando no decorrer de um processo, até que já não se saiba mais os limites de uma e de outra ou quem deu o primeiro passo. As teorias vão sendo trabalhadas, quebradas, fragmentadas, emendadas no exato instante em que se constroem. Tereza inventa, convoca à invenção de conceitos.

Os personagens conceituais, ao mergulharem no caos, são capazes de traçar, com dados extraídos de lá e jogados aleatoriamente sobre uma mesa, um plano de imanência. Para cada dado lançado ao acaso, o personagem conceitual:

> [...] faz corresponder os traços intensivos de um conceito que vem ocupar tal ou tal região da mesa, como se esta se fendesse segundo os resultados. Com seus traços personalísticos, o personagem conceitual intervém, pois, entre o caos e os traços diagramáticos do plano de imanência, mas também entre o plano e os traços intensivos dos conceitos que vêm povoá-lo (DELEUZE, 1992, p. 99).

O personagem conceitual cria conceitos sobre o plano e, simultaneamente, traça o próprio plano, sem, no entanto, confundir as duas operações. Ao traçar um plano e criar sobre ele conceitos, o personagem conceitual pode criar outros personagens. Fecundidade, proliferação, invenção.

Trata-se de, junto com Tereza, problematizar, inventar, produzir um novo (e outros ainda). Trata-se de dificultar as reduções, as simplificações, de questionar todo o conhecimento que se proponha a definir leis gerais, mapas rodoviários, percursos estabelecidos muito antes da partida. Trata-se de não se conformar. Mas como fazer?

Não se trata de percorrer um traçado-pré-traçado. O percurso é construído no exato instante em que caminhamos. Não se trata de colher alguns dados. Afinal de contas, dados não são flores! Trata-se menos ainda de reta, de linearidade. Nada está pronto. Não há nada atrás da porta. O que há se produz no ato de abri-la. Desenhar um mapa? Capturar uma realidade? Fotografar o que já existe? Para Tereza, isso poderia soar bastante monótono.

Então, de que se trata? Ater-se à origem? Como? Seria o início o mais importante? Ou melhor, haveria uma única origem? Um fim conclusivo e verdadeiro? Não é bem essa a preocupação! Tereza é meio de fuga. Não há destino. É lançar-se na vida. Na dança das

formas. Rebolado, suor, cachaça. Faz, desfaz, refaz. Nem início, nem fim. O meio. O entre. Processualidade. Produção de problemas, produção de dados, produção de formas. Quebra de formas. Invenção de outras formas.

E como fazer? Como romper com os binarismos e dicotomias? Tradição. Modelo. Certamente, a vida de Tereza não caberia nas linhas, nos padrões, nas séries, nas estruturas, nas oposições. Nenhuma forma de vida caberia! Um dando origem a dois? E daí mais quatro? E daí mais oito? E assim por diante... Previsíveis derivações do mesmo. Causa e consequência. Perfeita sequência. Seria a vida tão morna? Eis o pensamento cansado (DELEUZE; GUATTARI, 1995), incapaz de compreender a multiplicidade. Monotonia.

Como alternativa à lógica binária, as relações biunívocas. Insistentes derivações de uma mesma matriz: "Isto não melhora nada [...]. A raiz pivotante não compreende a multiplicidade mais do que o conseguido pela raiz dicotômica" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 23). Novamente, a origem. A velha e cansada origem.

Diante disso, como acompanhar Tereza? Como produzir um método capaz de romper radicalmente com os binarismos e determinismos? Como ultrapassar as estruturas, as representações? Como resistir ao reducionismo? Como construir um percurso capaz de considerar, efetivamente, a multiplicidade? Como habitar um campo problemático, no qual observador, dados, objetos não possuam existência prévia? Como trabalhar em um campo em permanente transformação? Como abordar as formas, os territórios mais ou menos duradouros que se constituem nesses movimentos?

Cartografia como princípio: rigor e aposta na vida. Que tal se entregar? Acompanhar movimentos. Deixar-se levar, como quem tamborila uma música e viaja no pensamento. Imparcialidade? Objetividade? Não. Peçam-me rigor. Rigorosa postura, rigorosos princípios, rigorosa crença na vida. Não há produção hermética. Toda produção exige contaminação, impurezas, traições. Tempero. Destempero. Tereza-cartógrafa: embriaguez, batuque, percurso.

O princípio: cartografia como postura. Inspiração. Cartografia como aposta. Rizoma. Tereza-cartógrafa toma a vida pelo meio. Lá onde ela pode ser saboreada em pleno processo de transformação. Permanente movimento.

Se essa é a proposta... Se esse é o convite... Impõem-se, assim, princípios que sejam efetivamente coerentes com tal aposta. E como fazer, então, cartografia? Rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1995). A cartografia tem funcionamento rizomático. Linhas que se conectam. Diferentemente de um modelo em árvore ou raiz, no qual ramificações partem de um eixo central, quaisquer pontos do rizoma podem e devem se conectar com os outros.

Um rizoma não conta com um pivô, com uma unidade central da qual partem derivações. Suas conexões não se submetem a qualquer ordem preestabelecida. Cada conexão é irreversível. Modifica as linhas da rede formando sempre novas e imprevisíveis configurações e possibilitando outras imprevisíveis conexões. Imprevisível percurso. Imprevisível encontro com Tereza.

Um rizoma é, ainda, um sistema heterogêneo. Composto de múltiplas cadeias. Multiplicidade. Não pode ser tomado como totalidade ou como uma reunião de formas puras. Retalhos, traços, pedaços, escombros. Cacos, remendos, buracos, texturas. Linhas que diferem, que tensionam e se desfazem. Diferença interna. Tramas que, constantemente, forjam novas e temporárias formas (KASTRUP, 2003).

Formas de caráter temporário: podem se desfazer a qualquer momento. E desfazem-se a cada nova conexão, fazendo emergir novas formas (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Tereza no mundo. A cada encontro, a cada música, a cada amor, uma nova configuração. No instante seguinte, outro filho, outro suspiro, outro gemido... Outras configurações. E a pergunta persiste: como, então, acompanhar Tereza?

Rizoma é cartografia e não decalque. Cartografia por tratar-se de uma construção baseada na experimentação. Uma cartografia está constantemente sujeita a modificações. Está sempre em aberto. Caracteriza-se por sua capacidade de produzir conexões.

O decalque, ao contrário do rizoma, caracteriza-se pela reprodução. Arborescente, o decalque se constitui num sistema que produz derivações de um eixo principal. A partir desse eixo, sucessivos e monótonos estágios. Etapas reprodutíveis ao infinito. Sequência. Fatalismo.

A decalcomania apresenta-se como um antiprincípio, na medida em que o decalque também encontra lugar no interior do rizoma. Por se tratar de um sistema complexo, de uma multiplicidade, o rizoma comporta, inclusive, contradições. As conexões rizomáticas, por vezes, permitem a emergência de estabilizações temporárias, de pontos de estruturação, que podem ser também elementos do rizoma.

No entanto, o rizoma não se restringe ao decalque. Cuidado: "Quando o rizoma é fechado, arborificado, acabou, do desejo nada mais passa; porque é sempre por rizoma que o desejo se move e produz. Toda vez que o desejo segue uma árvore acontecem as quedas internas que o fazem declinar e o conduzem à morte" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 23).

Acompanhar Tereza-cartógrafa e seu percurso sempre aberto. Experimentar a pesquisa como invenção de formas temporárias. Produção de conexões: "Existem estruturas de árvore ou de raízes nos rizomas, mas inversamente, um galho de árvore ou uma divisão de raiz podem começar a brotar em rizoma" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 23). Rede: essa é a aposta!

A rede tem como "único elemento constitutivo o nó" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 24). Caracteriza-se por suas conexões internas, e não por seus limites, por sua forma. Trata-se de um sistema aberto em permanente transformação. Complexidade. Um rizoma não pode ser reduzido a relações de causalidade ou de oposição. A rede é complexa, na medida em que "[...] exige de nós o esforço de evitarmos as simplificações reducionistas" (BENEVIDES; PASSOS, 2003, p. 81). Esse é o convite!

> Na verdade, se estamos de acordo com o fato de que os recortes binarizantes e excludentes operados pelos paradigmas das ciências, construídos nos últimos séculos, já não bastam para que possamos investigar/criar o mundo, impõe-se a construção de uma outra postura, um outro modo de operar sobre/com as práticas (BENEVIDES; PASSOS, 2003, p. 83).

Transdisciplinaridade. O rizoma convoca a operar com outra postura. Trata-se de borrar as fronteiras disciplinares. Porosidade. Sair dos limites da disciplina. Pular a cerca. Não exigir carimbos, mas os borrar. O efetivo encontro dos saberes. Saberes promíscuos, contaminados. Tomar o mundo em sua complexidade, em sua multiplicidade. Tomar o mundo por inteiro, em todas as intensidades. Tomar o mundo com cuidado para não deixar quebrar. Sem fragmentar. Sem distribuir os cacos para que cada domínio de saber se ocupe de uma pequena parte.

Tomar o mundo como invenção (KASTRUP, 2007). Tomar o mundo, rigorosamente, como invenção. Mundo e investigador. Gestados em simultâneo, nascidos no mesmo e exato momento em que se encontram. Mais uma vez, o encontro.

Entre formas e *disformas*, cacos de formas, os elementos são muitos e de infinitas tonalidades. Cartografia: acompanhar um processo. Sair dos domínios da representação. Longe de estabelecer um conjunto de passos, de etapas predefinidas: cartografia como abertura ao campo de pesquisa, como possibilidade de investigação da realidade em movimento.

A fala. O dito e o não dito. O por dizer... As mãos, a boca, o suor, o corpo. Para além da fala... Tirar o foco da fala. Voltar o olhar para o corpo. A fala e o corpo: entre eles, múltiplas nuances!

As experiências do trabalho docente, as experiências do trabalho discente: a universidade, o hospital-escola, a unidade de saúde. Que tal uma metodologia-repente? Obra composta no instante, no ato. Obra produzida com o material disponível. Trama de ideias e

melodias. Esse é o instante. Não há repetição do mesmo. Um repentista não repete o mesmo. A música se produz ali, de repente... E, no momento seguinte, já é outra. Desafio, improviso... Aquele vento que insiste em soprar em outra direção.

Assim fazemos planejamento. Planejamento-repente. Com mãos, ouvidos, bocas. Cheiros, cores, sabores. O desafio é aguçar os sentidos. Juntar todo o material disponível. Produzir para si olhos de ver, ouvidos de escutar, mãos de tocar, narinas de farejar, línguas de degustar...

Construir para si um aparelho sensível. Uma máquina de produção de certa forma de atenção capaz de capturar o instante e, com ele, inventar rimas, sons, outros compassos... Nesse sentido, este texto toma uma direção arriscada e muito saborosa. Com essas indicações, ensaiamos o tom do batuque, esboçamos o ritmo da dança. E Tereza continua mexendo os quadris...

Um aparelho sensível para entrar nas unidades de saúde, no curso de Medicina da Universidade Federal do Espírito Santo. Um aparelho sensível para colocar em análise os processos de formação na atenção básica, os processos de formação dos estudantes de Medicina na atenção básica. Cartografar movimentos de Tereza, que são movimentos desses processos de formação.

Assim, afirmamos os percursos de Tereza na construção de uma trilha, de uma picada que nos conduz ao inesperado, que nos conduz às experiências com os trabalhadores em saúde, com os professores e estudantes do curso de Medicina, com usuários, gestores, todos os sujeitos implicados na construção cotidiana de um curso de medicina e de um Sistema Único de Saúde.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, R.; PASSOS, E. Complexidade, transdisciplinaridade e produção de subjetividade. *In*: GALI, T.; KIRST, P. **Cartografias e devires**: a construção do presente. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 341-356, 2003.

DELEUZE, G. Os personagens conceituais. *In*: DELEUZE, G. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, p. 81-110, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs I**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

KASTRUP, V. A rede: uma figura empírica da ontologia do presente. *In*: GALI, T.; KIRST, P. (org.). **Cartografias e devires**: a construção do presente. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 53-62, 2003.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 15-22, jan./abr. 2007.

NEVES, C. A. B.; MASSARO, A. Biopolítica, produção de saúde e um outro humanismo. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 13, supl. 1, p. 503-514, 2010.

O trabalho do cartógrafo do ponto de vista da atividade[175]

Maria Elizabeth Barros de Barros
Fabio Hebert da Silva

Neste texto, apresentamos diretrizes gerais para pensar o trabalho do pesquisador cartógrafo do ponto de vista da atividade, a partir de contribuições das Clínicas do Trabalho. A primeira dessas diretrizes expressa um método de pesquisa no qual o processo de produção de conhecimento se faz como um construtivismo radical, desafiando o pensamento a superar o modelo da representação. A outra é a de que o trabalho de pesquisa, pensado do ponto de vista da atividade, dá-se na relação entre o prescrito e o real, uma vez que não é a obediência

175 Publicado originalmente na **Revista Fractal:** Revista de Psicologia [online], v. 25, n. 2, p. 339-335, ago. 2013.

irrestrita a procedimentos protocolares e técnicas formuladas previamente, que antecedem a entrada no campo empírico.

Da primeira diretriz, retomamos a máxima socioanalítica, segundo a qual é preciso transformar para conhecer. Conhecer implica ação e intervenção no plano do instituído. A atividade de pesquisa é ela mesma uma ação criadora de mundos e sujeitos, e não serve como acesso à experiência a ser desvelada, já que o pesquisador encontra processos em curso, quando inicia uma investigação, o que confere um caráter construtivista à atividade cartográfica.

Da segunda diretriz, destacamos a pesquisa cartográfica como atividade humana, expressando-se, portanto, como constante reformulação e análise das aproximações a um determinado campo problemático. A partir dessas duas diretrizes, consideramos que um cartógrafo sempre se depara com uma dupla dimensão das situações concretas: um "vazio de normas" (SCHWARTZ, 1998), por um lado, e "normas antecedentes" (SCHWARTZ, 1992), por outro. As tarefas predefinidas nos projetos de pesquisa que direcionam a entrada no campo disparam um "debate de normas" (CANGUILHEM, 2000) que caracteriza toda atividade de trabalho, uma vez que os humanos não cessam de fazer escolhas. O pesquisador precisa lidar com um patrimônio constituído na história dos modos de fazer pesquisa, fazer escolhas por direções e, ao mesmo tempo, lida com a emergência do singular. Aqui, anuncia-se um postulado ergológico: "Toda atividade de trabalho é sempre, em algum grau, de um lado descritível como um protocolo experimental e, de outro, experiência e encontro" (SCHWARTZ, 2000, p. 485).

Temos, assim, normas encontradas, já dadas em um meio, normas antecedentes, mas também, e principalmente, infidelidades em função não só de diferentes variabilidades que o viver nos impõe, como também pelo acaso, pela indeterminação, pelas tarefas heterodeterminadas. O pesquisador é convocado não só a aprender as regras que regem uma determinada situação, como também a criar normas de funcionamento para as situações sempre singulares, enfrentando o

que emerge em situação de irregularidade. Tal dinâmica exige regulações e regulagens (ATHAYDE; BRITTO, 2010). Nessa linha de argumentação, a atividade exige um debate constante de experiências e saberes diversos que lança o pesquisador a um processo perpétuo de transformação-conhecimento das atividades que desenvolvem.

Esse postulado, portanto, trata de um trabalho que não se reduz à aplicação de um procedimento: trabalhar é exercitar um pensamento e é também viver, é "irradiar" (CANGUILHEM, 2000), é se confrontar com um mundo de normas que antecipa o agir, visando imprimir-lhe marcas singulares. O trabalhar em pesquisa não significa, por conseguinte, compor um programa de possibilidades a ser repertoriado; é escolher, decidir em meio a um mundo de valores, é arbitrar.

Essas orientações demandam, a nosso ver, a criação de intercessores que nos ajudem a avançar na tarefa de construção de estratégias metodológicas que estejam em sintonia com o caráter processual da investigação. Seguindo Deleuze e Guattari (1997), não se persegue a construção de estratégias que fazem decalque do que se quer tratar, nem o desvelamento da essência do que se investiga, sem preocupação com o seu caráter genético. Não se trata, tampouco, de assumir uma atitude demonstrativa, mas de afirmar uma dimensão construtivista da produção de conhecimento, uma experimentação ancorada em uma realidade movente, com valores e normas forjadas na história, desconfiando-se sempre da fixidez da realidade a ser pesquisada. Eis, então, as questões que vamos enfrentar: o que é a atividade de pesquisar objetos de natureza processual? Como entender a pesquisa como uma atividade que não busca verificação de hipóteses ou que se limita à resolução de problemas? (WISNER, 1999).

Essas questões, indubitavelmente, colocam-se para a atividade de pesquisa cartográfica. O cartógrafo renormatiza, opera em um vazio de normas que o convoca à criação, exerce sua inventividade em meio aos desafios que o campo empírico coloca. Não sabemos de antemão o que vamos encontrar nas situações concretas de pesquisa, é preciso construir normas que deem conta desse vazio que se

coloca entre as prescrições e os desafios e variabilidades do real. Mas é preciso ter algumas direções, pistas, que nos ajudem na construção dessas vias, na aventura investigativa. Não se trata de recusar toda e qualquer orientação. É preciso examinar e construir os caminhos de pesquisa no curso das intervenções.

A partir desse quadro, destacamos, neste texto, uma dupla afirmação para os processos de trabalho em pesquisa cartográfica: a) a cartografia toma a atividade como fenômeno a ser investigado; b) a atividade do próprio cartógrafo deve ser analisada no processo de pesquisa, uma vez que a atividade de pesquisa produz o pesquisador e o campo. Os atos dos cartógrafos participam e intervêm nas mudanças e "[...] nas derivas transformadoras que aí estão" (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2009, p. 106).

DAS CLÍNICAS DO TRABALHO COMO INTERCESSORAS DO MÉTODO CARTOGRÁFICO

Fazer pesquisa nessa direção cartográfica é considerar que a realidade a ser pesquisada se apresenta como mapa móvel. Habitualmente, o que se nomeia como metodologia é da ordem de regras previamente estabelecidas, como nos indica a etimologia da palavra que anuncia a existência de um caminho (hodos) predeterminado para se alcançar algumas metas — "méta-hodos", o que indicaria a necessidade de um rigor e precisão metodológicos, entendidos como obediência mecânica a procedimentos apriorísticos (PASSOS; BENEVIDES DE BARROS, 2009).

A direção impressa na pesquisa cartográfica, entretanto, é outra: a precisão não é exatidão, já que não representa de forma fidedigna a realidade pesquisada por meio de passos a serem seguidos. Ela estaria próxima dos movimentos da vida, da normatividade do vivo e é tomada como compromisso e interesse, intervenção. O que se privilegia é o acompanhamento das linhas de força que compõem uma experiência, privilegiando-se não um estado de coisas, mas,

principalmente, o que está em vias de ser (PASSOS; BENEVIDES DE BARROS, 2009).

É partindo dessa paisagem conceitual-política que entendemos que as Clínicas do Trabalho podem ser aliadas importantes na formulação de pistas para um método cartográfico. Sim, pistas, se entendermos que não é possível, nem aconselhável, a definição de regras rígidas a serem seguidas nos processos investigativos. As Clínicas do Trabalho indicam um processo de constituição de estratégias metodológicas que não buscam definir a totalidade dos procedimentos, controle de variáveis e regras para pesquisar atividade de trabalho.

Como um conjunto heterogêneo de abordagens teórico-metodológicas, as Clínicas do Trabalho têm como foco de análise o estudo dos modos de subjetivação em meio às situações de trabalho, com o entendimento de que trabalho é "atividade industriosa", como nos indica Schwartz (1998). Clínica não como prática voltada para problemáticas intrapsíquicas, que abordam a subjetividade como da ordem de uma interioridade descolada das condições de sua produção, isolada das situações concretas de sua emergência. Trata-se, desse modo, de uma Clínica que privilegia o trabalho em situação concreta, dando relevância às conexões entre sujeitos e processos laborais. É essa direção que nos interessa para pensar o trabalho do pesquisador-cartógrafo: por um lado, tomar a pesquisa em situação, e, por outro, tomar a pesquisa como trabalho de pesquisa.

Lhuilier (2006), em seus estudos sobre as Clínicas do Trabalho, afirma que essas clínicas fazem pesquisa como intervenção privilegiando-se os processos criadores dos sujeitos em situação de trabalho, sua capacidade de mobilização, de agir e de se submeter às provas do real, uma vez que o real indaga as prescrições previamente definidas. Como sinaliza, as Clínicas do Trabalho não constituem uma escola de pensamento com homogeneidade teórica, epistemológica ou metodológica. O que se destaca é o interesse pela ação no trabalho, mais exatamente, pelo "poder de agir" (CLOT, 2006) dos humanos em

situação de trabalho. Poder no sentido de enfrentamento dos desafios que o real porta, é maestria, manejo da própria atividade de pesquisa.

É no confronto com o real e suas resistências que se forja o corpo dos sujeitos em situação de trabalho, no nosso caso, do pesquisador em atividade de pesquisa. O foco está dirigido, reafirmamos, para o concreto das situações em que a pesquisa se desenvolve. O trabalho do pesquisador, a partir desse quadro, não pode ser expediente de coleta de dados sobre uma realidade constituída, e, sim, pesquisa engajada, cujas separações entre sujeito e objeto são recusadas.

Para os propósitos deste texto, privilegiamos, entre essas Clínicas do Trabalho, a Ergologia e a Clínica da Atividade. A primeira, porque coloca a questão da transformação dos processos de trabalho como prioridade. A atividade é tomada como "matriz da história humana" (SCHWARTZ, 1992), é estudada no fluxo das ações, o que está em consonância com a direção de pesquisa proposta pela cartografia. A Ergologia propõe uma abertura máxima da atenção para as dimensões da atividade humana. Mais do que capacidade de reagir, viver diz de um movimento de desanonimar o meio, entalhando-o de forma singular. Tal desnaturalização implica riscos que toda arbitragem contempla, pois implica submeter-se à prova do real, ou seja, ao que indaga as prescrições, equivocando-as. A Clínica da Atividade, por sua vez, ajuda-nos na medida em que toma o trabalho como criação e recriação permanente de formas de viver. Nesse sentido, a atividade é dirigida, histórica e processual. A Clínica da Atividade enfatiza a relevância de se construir instrumentos que viabilizem a análise dos processos de trabalho, vislumbrando a ampliação do poder de agir, o que também dialoga com o objetivo de construção de pistas para um método cartográfico em pesquisa.

É nessa direção que entendemos que as Clínicas do Trabalho são intercessoras importantes na formulação dessas pistas. O método é resultado de uma construção conjunta com aqueles que participam da pesquisa; todos são incluídos de forma lateralizada, indagando-se os especialismos. Ao privilegiarem a análise das situações concretas

de trabalho, afastam-se de qualquer experimentalismo de laboratório. Perseguem não regularidades, a partir de hipóteses e variáveis controladas, destacam a pesquisa dos processos em curso, priorizando-se essa dimensão temporal.

Tal atividade de pesquisa requer uma constante reformulação e análise do caminho investigativo, o que viabiliza seu próprio "desenvolvimento", não como progressão, mas como metamorfose que pode abrir uma crise nos modos habituais de trabalhar, pesquisar, enfim, de viver. A transformação torna-se instrumento de produção de conhecimento e, ao transformar-conhecer os vetores da atividade, criam-se estratégias metodológicas para a investigação de processos, e não de estados de coisas.

Dessa articulação entre Clínicas do Trabalho e o método cartográfico, consideramos, então, sua dupla inscrição — a pesquisa cartográfica sempre toma como objeto a própria atividade de pesquisa e essa aposta metodológica lhe impõe problematizar-se também como atividade. A atividade aparece desdobrada como objeto e como método: a análise da atividade é método de investigação do objeto, não podendo deixar de ser também análise da própria atividade de pesquisa. Pesquisador e pesquisado tornam-se codependentes na análise da atividade.

O campo de pesquisa coloca problemas que forçam a pensar outros jeitos de pesquisar e no agir em situação. Não se sabe de antemão e completamente o que é ser um pesquisador. Daí, entendemos que a formação do pesquisador se efetiva em situação, partindo de um plano de imanência, plano que "[...] não precede o que vem povoá-lo, mas é constituído e remanejado na experiência" (ZOURABICHVILI, 2004, p. 76). Plano que diz, portanto, do curso da atividade do pesquisar, da experiência concreta dos pesquisadores, que se formam nesse trajeto.

É nos encontros engendrados no cotidiano, na criação de zonas de confiança, que somos forçados a pensar. Esse processo não se efetiva tão somente no plano intelectivo-racional. Como nos diz Deleuze

(2000, p. 241), "[...] aquilo que só pode ser sentido sensibiliza a alma, torna-a perplexa, isto é, força-nos a colocar um problema, como se o objeto do encontro, o signo, fosse portador de problema – como se ele suscitasse problema".

Da perspectiva da atividade, pensar uma pesquisa situada convoca-nos a habitar um plano de experimentação, plano no qual pensar, pesquisar e viver não se dissociam. Plano, insistimos, coletivo.

DIFERENTES "VIDAS" DO TRABALHO DO PESQUISADOR:[176] UM GÊNERO PROFISSIONAL

Desse debate, derivamos algumas questões, que nos levam à proposta para formulação de um gênero pesquisador-cartógrafo. É na Clínica da Atividade que encontramos elementos para tal formulação.

Para essa abordagem, nunca se está sozinho diante das provas e desafios que o real coloca. A transformação dos processos de trabalho implica sempre uma relação com outros. O sujeito, diz Clot (2010), produz um meio para viver com, ou contra, os outros, ao dirigir-se a eles ou dar-lhes as costas, é sempre com eles e em contato com o real, que o sujeito se constitui. O poder de agir é conquistado junto aos outros, uma vez que o sujeito se constrói quando começa a empregar à sua maneira as formas de condutas que os outros haviam utilizado previamente para agir (CLOT, 2010).

O gênero profissional[177] consiste em "obrigações compartilhadas pelos que trabalham para conseguir trabalhar", mesmo considerando

176 Clot (2010, p. 290) afirma que um "[...] ofício tem várias vidas, o que torna possível seu desenvolvimento". No seu entendimento, um ofício é ao mesmo tempo pessoal, impessoal, interpessoal e transpessoal e é nessa direção que estamos considerando o trabalho em pesquisa um ofício constituído por várias instâncias.

177 Nessa linha de argumentação, Clot (2010) formula o conceito de gênero profissional, fazendo-o derivar do conceito de gênero discursivo de Bakhtin (2000), que é um terceiro termo entre o prescrito e o real.

os obstáculos e as prescrições da organização do trabalho. Sem o recurso dessas formas comuns para agir, teríamos um desregramento da ação individual, uma queda do poder de agir e uma perda da eficácia do trabalho, entendida como essa potência criadora dos humanos.

Vejamos, então, como pensar essa dimensão genérica do trabalho de pesquisa. Uma atividade investigativa tornada mecanizada exigiria um pesquisador também mecanizado em códigos e protocolos, em ações ensaiadas, treinadas minuciosamente e separadas de valores e sentimentos. Esse trabalho automatizado e padronizado, sem participação efetiva do pesquisador, não existe de fato. Nenhum trabalho, por mais simples que seja, encontra no corpo do "executante" um autômato.

Metodologias de pesquisa dirigidas à prescrição e ao ajustamento pretensamente isento dos processos históricos e políticos não se abrem ao inusitado das situações concretas, ao que o campo empírico provoca e mobiliza, aos sentidos produzidos no trabalho investigativo. Qual é a função de uma atividade de pesquisa para aqueles que a exercem? Essa questão se destaca nesse debate, pois o trabalho é atividade dirigida, "[...] dirigida pelo sujeito, para o objeto e para a atividade dos outros" (CLOT, 2006, p. 78).

Dessa forma, nenhuma atividade é programada apenas em termos das necessidades ou decisões daquele que a exerce, nem mesmo em função de seus pares. Há, na atividade, uma dimensão "esfriada", "endurecida" por normas, valores sedimentados, que constituem, em um certo sentido, um patrimônio coletivo.

A Clínica da Atividade (CLOT, 2010) destaca essa dimensão que atravessa os sujeitos em ato e é marcada, necessariamente, por um fazer coletivo. É impossível um fazer sem corpo, sem afetos. Nunca se trabalha só. Há necessariamente em cada ato de trabalho um viés coletivo. A solidão, ser deixado apenas diante de si nas atividades, é vivida como da ordem do sofrimento patogênico.

Ao tomarmos a atividade de um pesquisado, é possível perceber o entrelaçamento dessas dimensões: há o que se exige desse

pesquisador, a partir dos protocolos de controles de variáveis e utilização de determinados recursos. Por outro lado, essa dimensão é sempre preenchida de um modo singular, não há pura repetição. Um pesquisador apodera-se dessa dimensão, imprimindo-lhe uma marca. Um modo, certa cadência. Embora cada um responda a essa convocação de forma singular, essa cadência, ao mesmo tempo, alia-se à de outros pesquisadores que investigam questões semelhantes. Como ele desenvolveria aquela pesquisa? Como ele responderia a uma situação inusitada enfrentada no campo? A atividade do pesquisador é problematizada durante todo o processo de pesquisa, é colocada em análise. Atividade não é apenas objeto de pesquisa, mas sua problematização é estratégia metodológica fundamental.

Em contrapartida, não basta inventar, é necessário que a invenção seja uma estratégia compartilhada por um coletivo. Há, aqui, na relação dessas dimensões, o movimento de constituição de uma memória. É essa memória que Clot (2006) nomeia de gênero profissional. Um gênero nunca se encontra acabado, pois engloba a história de fazeres e saberes compartilhados por sujeitos em atividade dirigida em uma determinada situação.

O gênero pode ser entendido como um corpo intermediário entre os sujeitos, um interposto social situado entre eles, por um lado, e entre eles e os objetos de trabalho, por outro. De fato, um gênero sempre vincula entre si os que participam de uma situação, como coatores que conhecem, compreendem e avaliam essa situação da mesma maneira. A atividade que se realiza em um gênero dado tem uma parte "explícita" e outra parte "subentendida". A parte subentendida da atividade é aquilo que determinados trabalhadores conhecem, esperam, apreciam ou temem; é o que lhes é comum e que os reúne em condições reais de vida; o que eles sabem que devem fazer graças a uma comunidade de avaliações pressupostas, sem que seja necessário reespecificar a tarefa cada vez que ela se apresenta. É como uma "senha" (CLOT, 2010) conhecida apenas por aqueles que pertencem ao mesmo horizonte social e profissional. Para serem eficazes, elas

são econômicas e, na maioria das vezes, sequer são enunciadas. Estão marcadas no corpo dos pesquisadores, pré-organizam suas operações e seu comportamento.

Como inacabado, processual, o "[...] gênero não é um *corpus* ou uma tábua de leis" (CLOT, 2006, p. 47). Ele dá o tom da ação. O gênero serve de recurso para enfrentar o real. "Sem o gênero o sujeito fica só diante de si mesmo. [...] são modos de apreensão de saberes, recurso para evitar errar por si só diante da extensão das tolices possíveis" (CLOT, 2006, p. 49). Acordos tácitos.

Os modos pessoais de realizar um trabalho, que se apresentam em expressões como "[...] o meu trabalho ou eu trabalho assim [são] [...] máscaras de um pronome pessoal ou possessivo [...]" (DELEUZE, 1997, p. 13), uma vez que o gênero está ali como potência transversal, é da ordem de uma singularização, não tem o sentido de uma generalidade. Em uma atividade de pesquisa, temos um conjunto de pesquisadores que se encontra na experiência de cada um. Sua ação individual está povoada por um conjunto de muitos outros, que não o deixa sozinho no campo. O estilo atualizado por cada pesquisador tanto opera uma decomposição desse gênero como a invenção de um gênero que se constitui fazendo-o variar, afirmando sua dimensão processual.

A flexibilidade de um gênero depende diretamente de ele ser realimentado por novos fazeres desenvolvidos por diferentes pesquisadores. Ao definir as fronteiras móveis do aceitável e inaceitável no trabalho de pesquisa, ao pré-organizar as ações, o gênero convoca a um refazer as regras, exige um estilo, um ritmo. Uma dupla vida do estilo, fazer o que há de se fazer e, ao mesmo tempo, imprimir um modo singular. A problematização do trabalho do pesquisador, sua estilização, é estratégia metodológica que a Clínica da Atividade nos indica. O estilo retira ou liberta o profissional do gênero, não o negando, não contra ele, mas graças a ele, usando seus recursos, suas variantes, em outros termos, por meio de seu desenvolvimento, impelindo-o a renovar-se. O polo estilístico da atividade refere-se,

portanto, aos modos singulares, por meio dos quais o gênero se atualiza em situações específicas.

Essa dimensão estilística, entretanto, não é privada, não é atributo psicológico do sujeito. As criações estilísticas retrabalham o gênero, não cessam de o metamorfosear sempre que ficam "fatigados" como meio de ação (CLOT, 2010). Temos, assim, uma "poética da atividade" (AMADOR, 2009). Prioriza-se a construção de um mundo de experimentações, criando fissuras nos modos de trabalhar em pesquisa, fissuras no gênero pesquisador, dando vazão à virtualidade.

Um gênero pesquisador vai, então, forjando-se a partir de um patrimônio coletivo, de forma que não estamos sós, quando entramos em campo, trata-se de uma "solidão povoada" (DELEUZE, 1997). O gênero da pesquisa cartográfica se forja a partir do compartilhamento de alguns princípios e diretrizes, entre os quais destacamos a atenção ao campo de forças, ao campo dos afetos de onde emergem as mudanças, o problema de pesquisa, que é plano de virtualidades, plano genealógico das formas que se oferecem ao nosso olhar. Esse plano de imanência não se refere a alguma coisa como unidade apartada de todas as coisas, muito menos a um sujeito que opera. Não depende de um sujeito. O gênero cartógrafo é feito de virtualidades, acontecimentos, singularidades.

Ao lado do contorno estável do campo com seus objetos, coexiste um plano coletivo de forças que os produzem. O gênero cartógrafo acessa esse plano, não fica restrito a metodologias de pesquisa que não apreendem essa dimensão de constituição do real, seu processo incessante de criação de novidade (ESCOSSIA, TEDESCO, 2009). Os desafios que se colocam para o gênero-cartógrafo é, exatamente, pesquisar a realidade formada, mas não a dissociando dessa dimensão criadora, processual da realidade, que é esse plano coletivo de forças movente que está sempre presente, coabita e coexiste com o das formas.

É na atenção à processualidade do mundo, fazendo intervenção, que se constitui um gênero pesquisador-cartógrafo. Acessar essa

dimensão movente do real implica acessar as condições de emergência dos objetos, o que viabiliza intervir, fazer variar e atualizar outras realidades. Esse é um traço genérico essencial do gênero pesquisador cartógrafo: ampliação dos processos investigativos, não se limitando à descrição de realidades, à sua dimensão formal. Construir esse plano molecular-coletivo, ativar processos criadores de outras realidades, afirmar o caráter indissociável entre pesquisa e intervenção, construir domínios coletivos para além da constatação do que já está construído, parece-nos uma boa pista para pensar esse gênero. Perguntar o que é um gênero pesquisador-cartógrafo nos leva menos a pensar "o que", e mais, o "como" e o "quando". Tal gênero se atualiza, quando há o compartilhamento de princípios e diretrizes que tomam corpo no próprio pesquisar.

UM GÊNERO CARTÓGRAFO EM EXPERIMENTAÇÕES NA EDUCAÇÃO

No ano de 2009, foi realizada uma pesquisa com docentes de uma instituição de ensino superior (IES) privada na Grande Vitória, com intuito de dar visibilidade à atividade aí desenvolvida e publicizar a complexidade das relações que a constituem (LOUZADA; BARROS, 2009). Vale ressaltar que a atividade docente se desenha entre as mutações dos cenários educacionais e dos modos de trabalhar acionados no contemporâneo. Logo, a pesquisa tomou o trabalho docente como um campo problemático, permeado por contornos indefinidos, por regras e, necessariamente, por invenções. Partiu das contribuições de autores contemporâneos dedicados à análise do trabalho, para os quais a atividade sempre exige a mobilização dos trabalhadores em um meio em constante variação. Partia-se de um princípio: por mais que se regule, por mais que haja tentativas de totalização e de ordenação da atividade docente, o trabalho necessariamente reinventa, força, escapa, resiste.

Esse campo problemático se constituiu entrecortado de questões que não perspectivavam respostas propriamente, mas apontavam para as diretrizes convocadas para nos ajudar a pensar a pesquisa cartográfica como atividade — o construtivismo e a relação prescrito-real: como fazer análise da atividade docente? Que estratégias utilizar? Como acompanhar seus desenhos diários entre corredores, entre fazeres feitos e não feitos, ditos e não ditos, entre quadros, materiais didáticos, entre alunos, outros professores e hierarquias? Como se movimentam os docentes no cotidiano dos estabelecimentos de ensino privado? Como se gerem entre formas panópticas (FOUCAULT, 1998), corporificadas pelas câmeras, pela vigilância dos alunos, dos chefes dos corredores, das coordenações pedagógicas e insidiosamente pela autovigilância, que tem marcado o trabalho nas instituições privadas de ensino superior? Como articulam saberes e fazeres minuciosamente agenciados pelas tecnologias de poder (FOUCAULT, 1995) que os fazem seguir as regras dos estabelecimentos de ensino privado? Como lidam com seus fazeres transformados em números, feito posição em uma escala? Como tecem outros usos não previstos? Como agenciam produções de sentidos em suas atividades? Buscavam-se os processos microgestionários do trabalho docente.

Assim, o trabalho docente foi tomado como estranhamento, como algo que ultrapassa as didáticas, os treinamentos, as reuniões pedagógicas, os planos de ensino, os cronogramas de aula, os recursos didáticos e ousou-se acompanhar as mutações das paisagens e delinear outros modos de trabalhar como professor. Ao trabalhar, os docentes fabricam uma cadência, a invenção de um "passo", de um modo de se deixar levar pelos traçados, escapando das formas, dos compassos, dos lugares marcados.

A pesquisa utilizou os princípios da cartografia, de acompanhar os movimentos, de colocar-se junto àqueles que trabalham, articulados com as ferramentas metodológicas da Clínica da Atividade. Foram construídas algumas estratégias metodológicas: entrevistas (Técnica de Instrução ao Sósia); filmagem de uma aula; autoconfrontação; uma

roda de conversa com alunos; observação do cotidiano do estabelecimento. Durante todo o processo, um grupo associado de professores construía com a pesquisadora cada passo da pesquisa. Importante salientar que essas estratégias foram configuradas e reconfiguradas durante todo o processo de pesquisar, na intercessão da pesquisa com o campo.

A técnica de Instrução ao Sósia, proposta por Oddone *et al.* (1986), é um método de intervenção junto aos trabalhadores, que pretende fortalecer um coletivo de trabalho, mais do que simplesmente um acesso aos dados. Se eu fosse substituir você amanhã, como eu deveria me portar para não ser reconhecido? Essa era a questão disparadora das entrevistas. Nas primeiras, a análise da atividade se realizou timidamente. Para Clot (2007), a palavra não é para escutar o vivido, ela é feita para agir, é um diálogo profissional para transformar a situação. As conversas, entremeadas pela instrução ao sósia, propiciaram estranhamentos mútuos em relação à atividade de trabalho e desdobraram-se em muitas outras breves e intensas conversas.

Os docentes que participaram do processo investigativo trabalham, também, em outras IES privadas da Grande Vitória, nos quais são horistas que ministram de 10 a 40 horas-aulas semanais. Possuem de 2 meses a 13 anos de experiência em sala de aula no ensino superior. Trabalham de 2 meses a 12 anos no atual local de trabalho onde a pesquisa foi realizada, sendo que 3 docentes trabalham em duas ou mais instituições de ensino e 5 possuem outra atividade profissional, além do exercício da docência. Quase todos já estiveram trabalhando em outras instituições privadas. Possuem formações variadas, como História, Matemática, Psicologia, Enfermagem, Nutrição, Filosofia, Educação Física e Farmácia. Nas conversas, os sujeitos eram instigados a pensar como efetivamente trabalham, como executam suas atividades.

Outra estratégia metodológica utilizada foi a constituição de um grupo associado, isto é, um grupo de professores de diferentes disciplinas do curso de Psicologia, que referenciava, reconduzia,

ressignificava a própria atividade da pesquisa. Esse grupo, nômade por excelência, não foi realizado em um dia ou lugar determinado, mas acontecia sempre que era necessário repensar os passos seguintes da pesquisa, em salas da própria instituição reservadas com antecedência para esse fim. Esse retorno das conversas aos docentes-parceiros, essa aliança/grupalidade, produziu desvios na condução da pesquisa: decidiam que cenas filmar, quais questões deveriam ser colocadas nas entrevistas, a composição espacial das negociações sobre o como filmar, o que filmar, quando filmar, enfim, para, posteriormente, tomar a atividade de trabalho como objeto de análise coletiva. Assim, a proposta de filmagem de uma aula, advinda dessas conversas, efetivou-se. Uma professora, que não compunha o grupo associado, foi convidada e aceitou prontamente, uma vez que, segundo seu depoimento, acreditava que a pesquisa poderia contribuir para que a situação insustentável vivida no estabelecimento pudesse ser transformada.

E a pesquisa foi-se delineando, entre conversas e análises, com as imagens ajudando a recolocar problemas para a atividade docente. Um exercício constante de atualização de modos de trabalhar em uma instituição privada e, ao mesmo tempo, na atualização dos princípios cartográficos da pesquisa.

Disparado pela filmagem da atividade docente, realizou-se uma autoconfrontação[178] (CLOT, 2006, 2010), momento em que uma professora traz para o diálogo com o pesquisador a atenção sobre suas ações, como decide ou organiza a condução de sua atividade. Nessa

178 Autoconfrontação cruzada é um método propostos por Clot *et al.*, que busca produzir um deslocamento do trabalhador do lugar de quem cumpre tarefas, com um grau maior ou menor de automatismo, para o lugar de quem analisa os processos trabalho. O trabalhador ou o saber da experiência por ele operado se torna primeiro na análise da atividade. O que se propõe com o método da autoconfrontação cruzada é uma forma de coanálise do trabalho, praticada no ambiente habitual.

metodologia, a professora, diante das imagens da sua aula que foram filmadas, explicava para a pesquisadora como fazia seu trabalho, nos seus menores detalhes: como e para que fazia, as estratégias criadas para dar conta da tarefa de ministrar uma aula de Psicologia em uma universidade particular. Ao ser confrontada por sua atividade, ao se ver trabalhando, a professora analisava as decisões, os movimentos, os pontos altos da aula, suas tensões e seus momentos de descontração.

Nesse diálogo, havia a produção de uma cadência, que se compunha por uma mistura entre alunos e professores em torno de uma ideia a ser trabalhada — desdobramentos da atividade real. Estava sendo composta certa visibilidade para a experiência de trabalho docente, possibilitando a análise coletiva das arbitragens, que expressam o real da atividade. A aula é apenas parte do trabalho, afirmava a docente. O real da atividade atravessa a aula: a escolha de um autor, e não de outro; a escolha de um texto, e não de outro; o momento em que se escolhe trabalhar esse texto, depois do que, antes do que; a escolha de certo roteiro, e não de outros; inúmeras microdecisões povoam uma aula.

Quando interrogada sobre seu fazer, a professora trouxe uma série de exigências feitas a si na condução da atividade: é preciso esforço para aprender o nome dos alunos, o que exige de si um andar em sala, falar alto. Salienta que tudo isso é necessário para manter a atenção dos alunos. Exercer a atividade docente presentifica os professores incorporados na aluna que a professora foi: ela não gostava dos professores de tons baixos e monótonos, dos professores tornados estátuas, por isso, ela se esforçava para dinamizar a aula por meio de estratégias que se forjavam a cada momento, a depender do que a situação convocava. Esse modo singular de trabalho atravessa o gênero, rebate-se nele, traz também as experiências de seus professores. Compõem um gênero profissional, pois os outros professores do grupo associado se reconheciam naquela atividade, mas também se diferenciavam nela, pois a aula da professora não é apenas dela, é

atravessada pelo gênero. É composição de estilos, é inacabada e processual, assim como o trabalho do pesquisador.

A pesquisa convoca a professora a se confrontar com ela mesma, contudo, nessa confrontação, criam-se condições de visibilidade daquilo que está para além dela: o gênero que ela atualiza e reinventa (estiliza). Por outro lado, a pesquisa também se confronta consigo quando acompanha os movimentos do trabalho dos professores. A atividade de pesquisa, nessa direção, também precisa se dar conta de como singulariza esse gênero profissional, atualizando-o. Os encontros com o grupo associado de professores iam definindo cada passo da pesquisa, que se modulavam também a partir de um patrimônio coletivo compartilhado e sustentado por pesquisadores nas experiências singulares. As questões referentes aos estilos de ensino eram pautadas nos debates e os tensionamentos experimentados não levaram, em nenhum momento, à desqualificação das diferentes práticas atualizadas, mas serviam de material para o fortalecimento desse gênero profissional.

O gênero é obra aberta, que se constitui processualmente, arrasta uma memória da qual e na qual a professora inventa uma paisagem. E é importante que a maneira como a professora trabalha possa se atualizar nos modos de trabalhar dos professores das salas ao lado, para que seu exercício não se torne solitário. A professora e o pesquisador atualizam gêneros.

A atividade docente se modulava ao longo da autoconfrontação, como uma atividade dirigida a si (suas exigências e necessidades) e dirigidas aos outros, em uma procura sensível pela expressão do outro, pelo aluno que desejava falar, pelo aluno que falava raramente e então era preciso ouvi-lo atento, pelos alunos que se perderam na aula. Considera que essas modulações, tecidas entre si e os outros e por meio delas, reorienta o rumo da aula. “Uma boa aula”, diz a professora no início da autoconfrontação. “Essa foi uma boa aula. Foi um cansaço bom!”.

Nessa aula, na aula da sala ao lado, nas aulas das salas das faculdades próximas, ao exercer a atividade, corporificam-se modos singulares de ser professor, que não se reduzem às práticas de dominação, nas quais "[...] as relações de poder, em vez de serem móveis e permitirem aos diferentes parceiros uma estratégia que os modifique, se encontram bloqueadas e cristalizadas" (FOUCAULT, 2004, p. 266).

Longe de se restringir a uma descrição da aula, limitada aos contornos formais do que habitava o espaço de trabalho da professora, o empenho foi conhecer-acessar um movimento que a constituía, constituía os pesquisadores, os professores, os alunos, a sala de aula, a instituição privada de ensino e a própria pesquisa.

Dessa investigação, desdobrou-se tanto o realce aos modos singulares e coletivos da atividade: cooptações e rupturas; gestão piramidal do trabalho; cumprimento de regras e produção de normas — e a criação de uma rede de amizade, de um coletivo fortalecido, para a análise das atividades docentes em meio às prescrições. Isso foi evidenciado em diferentes momentos da pesquisa.

O grupo associado, nômade por característica, marcava insistentemente, "olha aí, isso precisa entrar na pesquisa"; "não deixa isso passar"; "anota aí: agora eu sei que eu sempre começo a aula desse jeito". Com olhares que buscavam o pesquisador durante uma reunião de planejamento, já diziam da importância do registro e da análise do que estava sendo dito. O grupo compunha uma potência analítica para pesquisa quando o pesquisador encontrava-se demasiadamente entorpecido.

Uma grande marca desta pesquisa foi percepção de que embora a atividade docente fosse o objeto da pesquisa, insistentemente houve a problematização da atividade do pesquisador como uma estratégia metodológica. Atividade do professor e atividade do pesquisador foram colocadas em análise durante todo o percurso investigativo. Uma trabalhadora docente a lecionar, um pesquisador a pesquisar, ambos em atividade, processos de invenção e criação os atravessam: existir em meio às imprevisibilidades, contornar obstáculos, forjar para além das individualidades de docente e pesquisador.

Assim, a metodologia utilizada na pesquisa incluía uma análise da atividade de pesquisa, afirmando-se a dupla inscrição própria do gênero cartógrafo, que toma a atividade como objeto de pesquisa e, ao mesmo tempo, indaga o modo como sua atividade se faz no processo e, para isso, constituíram-se dois personagens um-pesquisador-de-jaleco-em-mim e um aprendiz-de-cartógrafo-em-mim (LOUZADA; BARROS, 2009), que, durante a pesquisa, embatem-se, combatem, misturam, produzindo desvios nos modos de pesquisar. A análise da atividade docente incluiu, portanto, a análise da atividade do pesquisador que se fazia por meio de variados estilos de conversas com personagens que participaram da investigação.

A pesquisa se modulou mais uma vez quando da sua escrita. Ela disparou um modo de escrever uma tese, que se diferenciou de uma análise tradicional de dados, conforme habitualmente era feita no programa de pós, onde a pesquisa foi realizada. As falas e os silêncios das conversas ganharam o tom de crônicas, que trazem a atividade docente, seus passos, suas trilhas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INCONCLUSIVAS

O gênero-cartógrafo e os atos de cada pesquisador são atos de conhecer, que acessam um plano de forças, habitando-o, transformando-o e intervindo. A pesquisa cartográfica como gênero comporta um conjunto de princípios e diretrizes que o caracteriza e carrega, por sua vez, um patrimônio coletivo.

Esse gênero seria um conjunto de ações mobilizadas por um problema situado, convocadas por ele. Ele seria, ao mesmo tempo, sedimentação e prolongamento do que já foi feito pelos pesquisadores, um patrimônio coletivo, incluindo também o que não foi feito, o que foi pensado, o que deixou de ser feito e os impasses experimentados. Seria um precedente para a atividade de pesquisa em curso: o que outrora foi feito pelos coletivos de pesquisa, nas parcerias engendradas, nas situações concretas partilhadas.

Destaca-se, nessa linhagem de análise, o fato de que toda atividade é tomada como atravessamentos múltiplos que se agenciam, interconectam-se, demandando escolhas e decisões. O poder de agir se constitui em um trânsito, no qual o coletivo devém singular e o singular devém coletivo, em um movimento no qual singular e coletivo, estilo e gênero, não são dicotômicos, mas efeito de conexão.

Diríamos, então, que o pesquisador cartógrafo produz um gênero que conforma um campo linguístico e extralinguístico que não tem a ver com uma redução do vivido a um corpus de protocolos e regulamentos metodológicos; diz respeito a uma incessante invenção coletiva de um plano de referência, certa disposição de elementos diversos capazes de produzir sentido, colocando em funcionamento modos de pesquisar. Tal produção se elabora no âmbito de um coletivo, sendo, portanto, um meio de constituir um coletivo de pesquisadores como fonte de sua renovação e movimento. Gênero pesquisador-cartógrafo que se define como experiência coletiva. Sendo um gênero, o pesquisador está sempre submetido à prova do real, pois não há apenas "obrigações" metodológicas a serem respeitadas, mas também recurso a renovar e método a ajustar. O pesquisador age por meio de gêneros na realização das exigências da ação.

Portanto, estar em campo ao pesquisar não implica solidão. A atividade de pesquisa tem memória. Nunca entramos no campo sozinho. A *expertise* do pesquisador é forjada nesse ponto de conexão entre uma história singular e a história de todos. A atividade de pesquisa ou a pesquisa do ponto de vista da atividade seria, então, usina permanente de um movimento de "estilização dos gêneros e variação de si". É isso que permite que o dado seja eventualmente criado.

Afirmar o gênero pesquisador-cartógrafo é trazer para o diálogo a constituição de um *ethos* de pesquisa em que se destaca uma dupla inscrição, ou seja, um gênero que sempre toma como objeto uma atividade e tem como aposta metodológica a problematização da atividade do pesquisador. Um gênero que convoca para o diálogo pesquisadores engajados em um modo de fazer pesquisa que considera a experiência

situada com suas irregularidades e imprevistos. Neste texto, indicamos algumas questões e pistas para pensar um gênero cartógrafo. Não caberia nesse quadro delineado uma direção formativa tomada como um percurso a ser feito, definido *a priori* e que conduziria o pesquisador a um determinado lugar predefinido, a um perfil considerado o ideal para um cartógrafo. Não se trata de formar um pesquisador para aplicar de forma automática procedimentos metodológicos, já que entre o prescrito para a realização de uma pesquisa e o real há um vazio de normas a ser trabalhado. Tornar-se cartógrafo é sempre um exercício local e parcial e se efetiva por meio de práticas, é um processo incessante de renormatização e de criação de um meio, talhado no caminho que se vai instituindo no processo investigativo. Nessa pista do método cartográfico, consideramos que a atividade do cartógrafo é também constituição de um gênero e via de estilização, pois estamos sempre no meio de certo aprendizado, em uma certa transformação, em meio a intervenções recíprocas. É em atividade de pesquisa que se forma um pesquisador-cartógrafo.

É em atividade de pesquisa que se forja um gênero pesquisador.

REFERÊNCIAS

AMADOR, F. **Entre prisões da imagem, imagens da prisão**: um dispositivo tecno-poético para uma clínica do trabalho. 2009. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ATHAYDE, M.; BRITTO, J. Ergologia e clínica do trabalho. *In*: BENDASSOLLI, P.; SOBOLL, L. A. (org.). **Clínicas do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2010. p. 258-281.

BAKHTIN, M. **A estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CLOT, Y. **A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade**. Palestra proferida na Universidade Federal Fluminense, no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 18 set. 2007.

CLOT, Y. **Clínica da atividade e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2000.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é filosofia**? Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

ESCÓSSIA, L. TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V. ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina. 2009. p. 109-130.

FOUCAULT, M. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. *In*: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (ed.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de janeiro, Forense Universitária, 1995. p. 253-278.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. 15-37.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2004.

LHUILIER, D. **Cliniques du travail**. Toulouse: Érès, 2006.

LOUZADA, A. P.; BARROS, M. Afirmando a potência de cirandar: cartografia dos processos de produção de saúde na docência. *In*: RESENDE, S.; BARROS, M. E. B.; FERIGATO, S. (org.). **Conexões**: saúde coletiva e políticas de subjetividade. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009. p. 394-412.

ODDONE, I. *et al.* **Ambiente de trabalho**: a luta dos trabalhadores pela saúde. São Paulo: Hucitec, 1986.

PASSOS, E.; BENEVIDES DE BARROS, R. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V. ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina. 2009. p. 17-31.

SCHWARTZ, Y. **Travail et philosophie**. Toulouse: Octarès. 1992.

SCHWARTZ, Y. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XIX, n. 65, p. 101-139, 1998.

SCHWARTZ, Y. **Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe**. Toulouse: Octarés, 2000.

WISNER, A. **A inteligência no trabalho**. São Paulo: Fundacentro, 1999.

ZOURABICHVILI, F. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

Posfácio

Ana Paula Figueiredo Louzada

Como se faz quando se fecha um livro? E um e-book, como se fecha? Um livro se fecha? Será um livro um salto de abertura? Um modo de alinhavar no presente a leitura possível de um tempo e os meios necessários de nele atuar?

Desde meus primeiros livros lidos, eu criei um gosto de ir ao final das páginas. Seja de um livro didático, seja de um romance ou de coletânea de poesias, minhas mãos buscam as últimas páginas, leio saltitante, até que um fio me leve de novo às primeiras páginas, fazendo os olhos correrem pelas páginas numeradas.

Esse modo de ler — saltitante, ziguezagueando entre as páginas, tornando um livro aberto e sem fim — foi realçado de forma muito direta neste livro que aqui (não) se encerra.

Este livro tem porções de presente. Em plena pandemia de Covid, neste início de década, ele é o próprio contágio não biologizado, contágio com a força da seleção do quê — e do como — contagiar-se e se propagar.

Este livro porta abertura, saltos, alinhavos. Ele, novamente, tem porções de presente, dado que é produção de conhecimento cotidianamente tecida ao longo dos anos de carreira docente de Beth Barros. Uso não à toa a palavra carreira. Nela, cabe algo de outro tempo, de um outro registro de trabalho, de um futuro aliançado em alguma perspectiva de continuidade de um sujeito, de coletivos, de mundos.

Ainda que a carreira traga toda uma perspectiva liberal acerca do trabalho, em suas divisões raciais, sexistas e de classe, emprego-a no sentido de fazer miúdo, de cortar um rumo e seguir nele, enquanto uma direção ético-política de cavar um mundo, de se contagiar de vida, de produzir conhecimento: há uma psicologia, uma educação, uma saúde, um trabalho que queremos viver.

Aqui, vimos Beth e seus coletivos em ato, no quente do trabalho. Fomos embrenhados nesses miúdos de contínuos, na contramão das apostas neoliberais, e saímos ensopados de uma carreira feita em um tempo, em uma duração tão finamente atenta aos fios do presente.

Trabalhar com Beth e seus coletivos têm a força de deixar marcas, de desenhar no corpo modos, olhares, palavras, de produzir uma linguagem que necessariamente convoca para aquilo que não sabemos, para aquilo que ainda não está feito, para os silêncios e silenciamentos de nossas produções.

E, se este livro tem porções de presente, ele atua concretamente em convocações de um futuro imprevisível e esperançado.

A voz de Beth e a força coletiva de suas propagações chamam a pleno pulmões ao susto às acomodações, às desistências, à desesperança. Que outra via pode ser feita? Como aliançar no presente um mundo respirável, uma psicologia ainda não feita?

Assim, este livro encorpa um chão de vivacidade em suas afirmações de sentidos tateadas na universidade brasileira, em uma psicologia por se fazer, em uma política pública a se constituir.

Saímos provisoriamente dessa carreira cortada no miúdo com dois verbos intensamente inscritos: esperançar e contagiar. Nas

entrelinhas, há uma convocação de um presente possível e respirável em uma forma-ação ativa e atual.

Interroguei este coletivo-Beth em uma conversa on-line: qual o texto a ser escrito? Ela responde prontamente, aquele que reencante a universidade e seus fazeres.

Saio daqui por ora com estes convites, sacudir o corpo, conectar com os invisíveis e palpáveis dos fios de políticas de amizades, interrogando continuamente: como são estes que estão ao nosso lado e como são os sons dos seus passos?

GRAÚNA EDUFES